

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE DOUTORADO

MEMÓRIAS E AVALIAÇÕES:  
NORTE-AMERICANOS, CATÓLICOS E A RECEPÇÃO DO  
ANTICOMUNISMO BRASILEIRO ENTRE 1945 E 1964

CARLA SIMONE RODEGHERO

ORIENTADORA - PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> SANDRA JATAHY PESAVENTO

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2002

Carla Simone Rodeghero

MEMÓRIAS E AVALIAÇÕES:  
NORTE-AMERICANOS, CATÓLICOS E A RECEPÇÃO DO  
ANTICOMUNISMO BRASILEIRO ENTRE 1945 E 1964

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Sandra Jatahy Pesavento.

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2002

## **Termo de Aprovação**

Esta tese foi defendida no dia 6 de fevereiro de 2002. A composição da banca examinadora e os conceitos atribuídos pelos seus membros foram:

Coordenadora da mesa: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Sandra Jatahy Pesavento - UFRGS - Orientadora

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Barbara Weinstein - University of Maryland - Conceito A

Prof. Dr. Martin Dreher - UNISINOS - Conceito A

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Regina Weber - UFRGS - Conceito A

Para meus pais, Osvaldo e Lourdes

## **Lista de Ilustrações**

Imagem 1 - Não deixes o monstro do comunismo destruir a bandeira da liberdade - Lei e Polícia, p. 126

Imagem 2 - Trabalho na democracia - Sesi, p. 359

Imagem 3 - Apelo às mães (Introdução) - Irmãs Franciscanas Americanas, p. 360

Imagem 4 - Apelo às mães (Conclusão) - Irmãs Franciscanas Americanas, p. 361

Imagem 5 - O comunismo destrói a tua fé - Campanha de Educação Cívica e Democrática, p. 362

Imagem 6 - O comunismo é assim: o comunismo despreza a tua religião - Lei e Polícia, p. 363

## Lista de abreviaturas

AIB - Ação Integralista Brasileira

AIFLD - *American Institute of Free Labor Development*

ALEF - Aliança Eleitoral pela Família

AP - Ação Popular

ARA - *Office of Inter-American Affairs*

CBA - Cruzada Brasileira Anticomunista

CDNA - Corpo Diplomático Norte-Americano

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CIA - *Central Intelligence Agency*

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COs - Círculos Operários

DE - Departamento de Estado

DESSEP - Departamento Estadual de Segurança Social e Economia Popular

ESG - Escola Superior de Guerra

FAC - Frente Anticomunista

FAG - Frente Agrária Gaúcha

FBI - *Federal Bureau of Information*

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FOIA - *Freedom of Information Act*

FPN - Frente Parlamentar Nacionalista

HUAC - *House Committee on Un-American Activities*

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JAC - Juventude Agrária Católica  
JEC - Juventude Estudantil Católica  
JOC - Juventude Operária Católica  
JUC - Juventude Universitária Católica  
LEC - Liga Eleitoral Católica  
LEN - Liga de Emancipação Nacional  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MUT - Movimento Unificado dos Trabalhadores  
NARA - *National Archives and Records Administration*  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária  
OSA - *Office of South American Affairs*  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PDC - Partido Democrata Cristão  
PORT - Partido Operário Revolucionário - Trotskistas  
PPS - Partido Progressista Social  
PR - Partido Republicano  
PRP - Partido de Representação Popular  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTR - Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
PUC - Pontifícia Universidade Católica  
RG - *Record Group*  
SACB - *Subversive Activities Control Board*  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem  
SESI - Serviço Social da Indústria  
SISS - *Senate Internal Security Subcommittee*  
SSNJ - Sessão de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores  
TFP - Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade

UDN - União Democrática Nacional

UEE - União Estadual de Estudantes

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UGES - União Gaúcha de Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional de Estudantes

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USIE - *United States Information and Education Service*

USIS - *United States Information Service*



## **Resumo**

A presente pesquisa trata da recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Seu objetivo central é explicitar e comparar leituras diferentes (histórica, social, cultural e geograficamente situadas) sobre um mesmo fenômeno (o anticomunismo). Usa, para tanto, dois conjuntos de fontes: entrevistas de história oral realizadas com um grupo de católicos que vivem no Rio Grande do Sul e correspondências expedidas pelos postos diplomáticos norte-americanos que funcionavam no Brasil no período em questão. Essas fontes são tomadas como canais de acesso a pessoas que fizeram parte de grupos visados ou atingidos por campanhas anticomunistas. Questiona como o corpo diplomático norte-americano que atuava no Brasil entre 1945 e 1964 avaliava as campanhas anticomunistas em curso no país e quais eram as leituras realizadas pelos fiéis e pelo clero da Igreja Católica no Rio Grande do Sul sobre o anticomunismo. Busca distinções e semelhanças entre as formas como estes grupos diferentes viam o combate ao comunismo. Procura mostrar, enfim, como estas recepções diversas do mesmo fenômeno podem ajudar a construir uma compreensão mais ampla sobre ele.

## **Abstract**

This research deals with the reception of the Brazilian anti-communism between 1945 and 1964. Its central aim is to explicit and compare different interpretations (historic, social, cultural and, geographic) about the same phenomenon (anti-communism). We use two sets of sources: interviews of oral history with a group of Catholics living in Rio Grande do Sul and correspondences expedited by American diplomatic officials working in Brazil in the period mentioned. These sources are taken as channels of access to groups targeted or reached by anticommunist campaigns. We question how the American diplomatic body evaluated the campaigns in course in Brazil and which were the Catholic clergy and lay people's interpretations and memories about the same subject. We search for similarities and distinctions in the way these different groups saw the fight against Communism. Finally, we try to show how the diverse reception of anti-communism can help to construct a broad understanding of this phenomenon.

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Primeira Parte - O anticomunismo defeituoso: a avaliação do corpo diplomático norte-americano sobre o anticomunismo brasileiro.....</b>	<b>26</b>
Cap. 1 - As fontes diplomáticas e o estudo da recepção do anticomunismo.....	28
1.1 - A produção das fontes diplomáticas.....	28
1.2 - Anticomunismo, recepção, receptores.....	42
Cap. 2 – O anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964.....	54
2.1 - Comunismo e anticomunismo no imediato pós-guerr.....	55
2.2 - A guerra em torno da paz.....	64
2.3 - O anticomunismo no início da administração Kubitschek.....	73
2.4 - Comunistas, ala esquerda da Igreja Católica e João Goulart nas vésperas do golpe de 1964.....	83
Cap. 3 - O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano.....	95
3.1 – O anticomunismo defeituoso.....	95
3.2 – Algumas avaliações positivas sobre o anticomunismo brasileiro.....	116
Cap. 4 - As ações dos postos diplomáticos e de outras agências norte-americanas no combate ao comunismo no Brasil.....	127
4.1 - As ações presentes nas fontes.....	129
4.2 - As ações de acordo com a historiografia.....	148
<b>Segunda Parte - “Esse tal de comunismo” - Memórias e avaliações sobre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul.....</b>	<b>159</b>
Cap. 5 - As fontes orais no estudo da recepção do anticomunismo.....	161
Cap. 6 - Viva o comunismo X Viva Cristo Rei: o México e a Espanha na memória de membros do clero rio-grandense.....	175
6.1 - As lembranças.....	177
6.2 - A história do pe. Pró e a perseguição à Igreja.....	183
6.3 - A comunidade dos seminaristas católicos e a recepção do Anticomunismo.....	196
Cap. 7 - “Esse tal de comunismo”: comunismo e anticomunismo na memória de um grupo de católicos no Rio Grande do Sul.....	210
7.1 - Interlocutores.....	211
7.2 - As memórias.....	214

<b>Terceira Parte - Os pressupostos das diferentes leituras sobre o</b>	
<b>anticomunismo.....</b>	<b>253</b>
Cap. 8 - Os pressupostos da leitura norte-american.....	255
8.1 - A avaliação do perigo comunista no Bras.....	255
8.2 - A associação entre comunismo e outros “perigos”: o nacionalismo e o anti-americanismo.....	265
8.3 - Anticomunismo e americanismo.....	279
8.4 - Catolicismo, americanismo e anticomunismo.....	294
8.5 - Experiências e expectativas em relação ao anticomunismo.....	302
Cap. 9 – Os pressupostos da leitura católica.....	311
9.1 – O perigo comunista no Brasil.....	311
9.2 – Comunismo, anticlericalismo, destruição da família e da propriedade.....	317
9.3 - O anticomunismo católico e os outros anticomunismos.....	323
9.4 - O comunismo e outros perigos.....	333
9.5 – Anticomunismo e catolicismo no Rio Grande do Sul.....	343
9.6 – As práticas de leitura entre os católicos entrevistados.....	353
Cap. 10 – Possibilidades de comparação.....	364
10.1 - Possibilidades de captar o anticomunismo em cada conjunto de fontes.....	364
10.2 - As especificidades das fontes e a relação dos sujeitos com o tema.....	367
10.3 - O anticomunismo e o medo.....	371
10.4 - O anticomunismo entre práticas e representações, entre o racional e o emocional.....	372
10.5 - Comunismo/ anticomunismo no tempo e espaço.....	375
10.6 - O anticomunismo no jogo das identidades.....	377
10.7 - Anticomunismo católico no Brasil e nos Estados Unidos.....	381
10.8 - Balanço da utilização das fontes e da construção da narrativa.....	386
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>390</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>397</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>400</b>
<b>Anexos</b>	
1 - Roteiro das entrevistas.....	408
2 - Transcrição de entrevista.....	412
3 - Correspondências diplomáticas citadas na tese (em ordem alfabética e com tradução dos temas).....	424

4 - Cópia de alguns documentos diplomáticos citados na tese.....	430
5 - Mapa do Rio Grande do Sul - divisão político-administrativa.....	456

## Introdução

Hoje em dia já se pode falar de “anticomunismo brasileiro”. Nos últimos quinze anos foram realizados e publicados alguns trabalhos tratando do tema e a partir deles já é possível identificar tons brasileiros num tema de ordem internacional. Talvez pelas reflexões que se tornaram possíveis e necessárias devido ao fim do “socialismo real”, talvez pelo redirecionamento do olhar do historiador, ou pelo desejo de compreender melhor as raízes da experiências democráticas e autoritárias pelas quais o Brasil passou no século XX, criou-se um ambiente e uma demanda para trabalhos centrados no tema do anticomunismo no Brasil.

O anticomunismo era uma variável a mais, citada em parte da bibliografia sobre história política, mas o campo de estudo estava ainda para ser aberto, delimitado, explorado. Era tido como algo de certa forma óbvio e acessório a outros processos históricos. Mas, na última década e meia, vários estudos foram feitos e alguns publicados, sendo que o conjunto deles - apesar de não ser muito vasto - permite agora dar passos mais seguros e às vezes alguns mais ousados, fazer novos questionamentos, aprofundar o que foi estudado e também trazer novidades. O presente trabalho, então, parte daquilo que já foi investigado por outros pesquisadores brasileiros que se preocuparam com o tema do anticomunismo.

Em 1986, José Roberto Martins Ferreira defendeu dissertação em Ciências Sociais, versando sobre o discurso anticomunista do Exército brasileiro.<sup>1</sup> A preocupação central de *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro* era entender a estrutura argumentativa do discurso anticomunista do Exército, entre 1935 e 1985. Em 1990, Eliana F. Dutra defendeu tese em História, que depois seria publicada sob o título de

---

<sup>1</sup> FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: PUCSP, 1986. Mestrado em Ciências Sociais.

*O ardil totalitário*. O estudo mostra como - entre 1935 e 1937 - o anticomunismo e também o comunismo foram pilares para a construção do edifício totalitário.<sup>2</sup>

Em 1992, dois outros trabalhos sobre anticomunismo foram defendidos em programas de pós-graduação do Brasil.<sup>3</sup> Débora B. de Azevedo analisou a presença do anticomunismo em documentos da Sessão de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante o Governo Dutra, na dissertação *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*.<sup>4</sup> No mesmo ano, Germano Molinari Filho, mostrou em *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)*, como o anticomunismo aparecia nas páginas desse jornal.<sup>5</sup>

Em 1996, apresentei como dissertação de mestrado em História *O diabo é vermelho*, pesquisa sobre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1964.<sup>6</sup> Em 1998, foi publicado como livro. Também em 1996, Bethania Mariani defendeu tese analisando as formações discursivas sobre o PCB presentes nos jornais cariocas desde 1922 até 1989, e mostrou o constante retorno dos mesmos significados negativos no discurso sobre o partido. Dois anos depois, *O PCB e a imprensa* foi publicado como livro.<sup>7</sup>

Em 1998, Carla Luciana Silva defendia *Perigo vermelho e ilusão comunista*, dissertação de mestrado, mostrando a presença de campanhas anticomunistas antes mesmo da Intentona Comunista, no governo provisório de Vargas, campanhas estas centradas na construção da idéia de ilusão comunista, no sentido de que a realidade da URSS serviria para contestar a propaganda comunista.<sup>8</sup> Finalmente, em 2000, Rodrigo Patto Sá Motta, defendeu tese sobre a história do anticomunismo no Brasil, tomando como marcos temporais 1917 a 1964, mas enfatizando os períodos que antecedem os golpes do Estado

---

<sup>2</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Débora Bithiath de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília: UnB, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

<sup>4</sup> Correspondências e relatórios dessa sessão se encontram no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)*. São Paulo: PUCSP, 1992. Dissertação de Mestrado em História.

<sup>6</sup> ROGEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

<sup>7</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

<sup>8</sup> SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado em História.

Novo e de 1964.<sup>9</sup> *Em guarda contra o perigo vermelho* defende que o anticomunismo serviu de justificativa para a instalação das duas ditaduras que o Brasil viveu no século XX.<sup>10</sup>

Os marcos temporais das pesquisas citadas foram delimitados ora a partir do comunismo ou do PCB (como em Mariani, desde a fundação do PCB até sua transformação em PPS); ora a partir da ênfase no anticomunismo (como Dutra que trabalha com os anos 1935 a 1937, pós Intentona Comunista até a imposição do Estado Novo); ora a partir de cortes mais tradicionais da história do Brasil (como Rodeghero que enfoca o período entre ditaduras, Silva que trabalha com o governo provisório de Getúlio Vargas, Azevedo que trata do governo Dutra, Molinari Filho que vai da Revolução de 30 ao Estado Novo); ora mesclando estes critérios (como Sá Motta, que inicia com a Revolução Russa e vai até o golpe de 1964, e Ferreira que parte da Intentona Comunista e chega à Nova República).

As fontes são diversificadas, apesar da presença marcante da imprensa. Dutra pesquisou em anais de legislativos, mensagens governamentais, relatórios da polícia, estatutos, coleções de discursos, publicações episcopais, documentos do PCB, imprensa de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (neste caso, não em grandes jornais). Molinari Filho concentrou-se n'*O Estado de São Paulo*. No caso do meu trabalho de mestrado, utilizei imprensa católica do Rio Grande do Sul, bem como documentos oficiais da Igreja. Silva usou alguns órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, anais da Assembléia Constituinte, revista *A Ordem* e vários livros publicados na época. Mariani baseou-se na imprensa carioca, nos jornais *O Paiz*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia*, *Correio da Manhã*. Sá Motta usou jornais do Rio, São Paulo e Minas, além de revistas, panfletos e opúsculos de organizações que faziam campanha anticomunista.

Azevedo e Ferreira, no entanto, exploraram outros tipos de fontes. Foram, no primeiro caso, correspondências e relatórios da Sessão de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, no segundo, um *corpus* formado por Ordens do Dia<sup>11</sup> e

---

<sup>9</sup>SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP, 2000. Tese de Doutorado em História.

<sup>10</sup> É possível que haja outros trabalhos acadêmicos sobre o anticomunismo. Só foram localizados, no entanto, os citados acima.

<sup>11</sup> As Ordens do Dia utilizadas pelo autor são pronunciamentos do Ministro da Guerra por ocasião das comemorações do aniversário da Intentona Comunista, voltados a uma audiência formada por oficiais. As



alocações proferidas por generais durante as comemorações do aniversário da Intentona Comunista, entre 1935 e 1995. Os rituais dessas cerimônias também foram objeto de análise.

Estes estudos, em seu conjunto, exploram a constituição do imaginário anticomunista através de imagens que delimitavam uma identidade para os comunistas e os anticomunistas, demarcando assim espaços entre uns e outros, entre “nós” e “eles”. Revelam a persistência de certos temas e imagens em épocas diferentes. Imagens como aquelas relacionadas à demonologia, à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão. Certos temas como o da Intentona Comunista são buscados em sua gênese e desenvolvimento. Tais estudos permitem também o levantamento de grupos ou instituições que no Brasil se dedicavam às campanhas anticomunistas (como foi o caso da Igreja Católica, integralistas, Exército, Cruzada Brasileira Anticomunista, imprensa, etc.) o que permite adentrar em cada um deles, fazer trabalhos de comparação e discutir a inserção política e social dos mesmos na sociedade brasileira e o lugar do anticomunismo nisso.

As pesquisas citadas também se preocupam com a forma como o anticomunismo era usado, revelando que ele não dizia respeito apenas ao combate ao comunismo, mas sim a outros interesses dos grupos como o de demarcar espaço no campo político. Mostram que o anticomunismo assumiu diferentes papéis e formas em conjunturas específicas como naquelas em que ele parece ter sido mais intenso, de 1935 a 1937 e de 1961 a 1964. Buscam os mecanismos do Estado para combater o comunismo, que iam desde a legislação até as rotinas administrativas de órgãos responsáveis pela segurança pública.

Mostram enfim que o anticomunismo esteve presente nas disputas políticas brasileiras de grande parte do século XX. Tomado ora como uma ideologia, ora como um discurso com uma coerência interna, ora como um imaginário, o anticomunismo já se tornou um tema consagrado de estudo histórico. Nas diversas abordagens utilizadas para analisá-lo pode-se, inclusive, perceber transformações no próprio fazer histórico.

O presente estudo se apropria dos estudos que surgiram na última década e meia e pretende continuar na tarefa de abrir estradas dentro do campo, propondo novos olhares, buscando novas fontes e testando novas metodologias. Tem como ponto de partida algumas questões que ficaram em aberto na minha própria pesquisa de mestrado. Ao estudar a

---

alocações de generais - designados pelo Ministério do Exército -, por sua vez, são aquelas realizadas durante

constituição de um imaginário anticomunista nos meios católicos do Rio Grande do Sul, trabalhando especialmente com imprensa católica e declarações oficiais da hierarquia local, nacional e do Vaticano, sempre me acompanhava - mas ao mesmo tempo ficava de lado - uma dúvida a respeito do efeito que a pregação anticomunista tinha nas pessoas a quem era dirigida. Pensava a respeito das possibilidades de leitura e interpretação feitas por diferentes grupos e sujeitos, a respeito desse conjunto de representações e ações de combate ao comunismo, que tanto vigor teve na história recente do Brasil. Também me rondava a questão do papel do anticomunismo na política brasileira e especialmente na deflagração e recepção do golpe militar de 1964, bem como nas possíveis diferenças entre o anticomunismo que se alimentava das fontes romanas e aquele que nos chegava dos Estados Unidos. Esta preocupação inicial esteve presente nos diversos passos que foram dados para chegar até a redação da tese. Passo, então, a descrever os mesmos.

O projeto inicial de pesquisa pretendia abordar o anticomunismo católico, desvendando a sua dinâmica de produção, circulação e recepção, para se concentrar na última e entender como o discurso produzido repercutia, era interpretado, levava a agir, era transformado. As fontes delimitadas para responder essas questões foram fontes orais e arquivos paroquiais e/ou diocesanos, tendo em vista que a delimitação ainda era o “anticomunismo católico”, no Rio Grande do Sul. Algumas entrevistas realizadas durante a elaboração da dissertação de mestrado já levantavam a hipótese de que havia uma considerável distância entre o que a hierarquia e a imprensa católica diziam sobre o comunismo e aquilo que os fiéis entendiam - e hoje lembram - sobre o mesmo tema. Dentro desta preocupação, foram dados os primeiros passos da pesquisa, com a realização de entrevistas de história oral. Ao mesmo tempo, fui fundamentando minhas escolhas teórico-metodológicas em leituras a respeito de recepção, imaginário, memória e história oral.

Um segundo passo foi dado a partir da necessidade de extrapolar o campo católico e buscar um outro importante grupo de destinatários da pregação anticomunista, que eram os próprios militantes comunistas. Foram localizadas e entrevistadas várias pessoas que haviam tido algum tipo de militância relacionada ao PCB, no período de 1945 a 1964. Tais

---

a cerimônias públicas que têm o mesmo fim, mas que atingem uma audiência menos restrita.

entrevistas, no entanto, acabaram por não ser utilizadas na tese, tendo em vista desdobramentos posteriores da pesquisa.

Esses desdobramentos estiveram relacionados ao Doutorado Sanduíche realizado nos Estados Unidos.<sup>12</sup> O propósito inicial de tal estágio era ter contato com a historiografia produzida naquele país sobre o anticomunismo, o que me forneceria padrões de comparação tanto em termos factuais, quanto nas formas de abordagem, nas fontes utilizadas, na metodologia empregada, na análise do lugar deste fenômeno no seio da cultura e sociedade norte-americanas. O conhecimento de como este tema estava sendo estudado nos Estados Unidos poderia ser um instrumento a mais para a análise das fontes que eu já dispunha, que eram os dois conjuntos de entrevistas.<sup>13</sup>

Porém, quando fui apresentada à vasta documentação sobre o Brasil guardada nos Arquivos Nacionais (*National Archives and Records Administration* - NARA), em College Park, MD, as possibilidades de pesquisa nos Estados Unidos acabaram se alargando mais do que estava previsto e numa direção diferente.<sup>14</sup> Aí encontram-se depositados os fundos diplomáticos dos Estados Unidos que contém a documentação expedida pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil e enviada para o Departamento de Estado, em Washington. Documentos elaborados no Consulado situado em Porto Alegre poderiam trazer elementos a respeito do anticomunismo católico no estado. Porém, percebi que as fontes permitiam a exploração de questões muito mais amplas do que esta. Procurei, então, captar a avaliação e interpretação que o corpo diplomático norte-americano<sup>15</sup> atuando no Brasil construiu a respeito das campanhas e do discurso anticomunista que eram veiculados tanto pela Igreja Católica, quanto por outros segmentos da sociedade brasileira, no período de 1945 a 1964. O alvo da pesquisa passou a ser os documentos classificados na rubrica “questões políticas” (*political affairs*), a qual às vezes tinha um sub-item denominado “atividades comunistas” (*communistic activities*).

---

<sup>12</sup> O Doutorado Sanduíche foi realizado no Departamento de História da *University of Maryland*, College Park, MD, Estados Unidos, com uma bolsa concedida pela Capes e pela Fundação Fulbright, entre setembro de 2000 e março de 2001.

<sup>13</sup> Na época em que viajei para os Estados Unidos todas as entrevistas tinham sido feitas e a maioria delas estava transcrita e editada.

<sup>14</sup> A sugestão de procurar essas fontes me foi dada pela professora Barbara Weinstein, da *University of Maryland*, que foi minha orientadora no Doutorado Sanduíche.

Assim, foram constituídos dois grande conjuntos de fontes, as orais e as diplomáticas, interpeladas e analisadas a partir de uma problemática comum. A preocupação central foi a recepção do anticomunismo. O objetivo foi explicitar e comparar leituras diferentes (histórica, social, cultural e geograficamente situadas) sobre um mesmo fenômeno (o anticomunismo), ao longo do período 1945 a 1964. Isso pode ser desdobrado em perguntas mais específicas:

- como o corpo diplomático norte-americano que atuava no Brasil entre 1945 e 1964 avaliava as campanhas anticomunistas em curso no país? Como via a atuação da Igreja no combate ao comunismo?
- quais eram as leituras realizadas pelos fiéis e pelo clero da Igreja Católica no Rio Grande do Sul sobre o anticomunismo? Como essa leitura é rememorada hoje?
- quais as distinções e semelhanças entre as formas como estes grupos diferentes viam o anticomunismo?
- como estas recepções diversas do mesmo fenômeno podem ajudar a construir uma compreensão mais ampla sobre ele?

As dúvidas a respeito das vantagens e desvantagens desse trabalho comparativo acompanharam todo o período de pesquisa e de redação da tese. De um lado se colocava a percepção da imensas diferenças entre os dois tipos de fonte, entre os sujeitos envolvidos e entre a relação que os mesmos tiveram com os temas anticomunismo/comunismo. De outro, havia o propósito de perceber, por meio da comparação, diferentes nuances do fenômeno. A comparação também seria uma estratégia útil ao um estudo preocupado com a recepção, com a possibilidade de captar como diferentes grupos interpretavam e se posicionavam frente a certos acontecimentos ou em relação a certos discursos. Finalmente, o dilema foi amenizado na medida em que foi possível utilizar as diferenças como variáveis para a análise e não como impedimentos para a mesma. Maiores informações sobre as fontes serão apresentadas nos capítulos iniciais da primeira e segunda partes da tese.

Os referenciais teórico-metodológicos também serão explicitados ao longo dos capítulos. Apesar disso, serão feitas algumas observações iniciais sobre os conceitos de anticomunismo e de recepção. O anticomunismo é entendido como uma postura de oposição

---

<sup>15</sup> Para facilitar a narrativa, em muitos momentos, a expressão corpo diplomático norte-americano será

sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. A historiografia tem mostrado que uma das suas facetas é o imaginário. O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós”- os não comunistas - em relação aos “outros” - os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis; em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo, o anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, o qual tem relação com aquele conjunto de representações acima mencionadas. Tratam-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, etc.

Análises históricas sobre estas duas facetas interdependentes do anticomunismo têm sido realizadas, como foi colocado acima. A presente pesquisa se propõe a olhar o fenômeno a partir de um novo prisma, o da recepção. Isso significa questionar as relações entre produção, divulgação e recepção das imagens e também das ações empregadas no combate ao comunismo, imagens e ações que também podem ser designadas como “discurso anticomunista”.

Significa assumir que certos indivíduos e grupos ocuparam posições que lhes possibilitavam criar e divulgar um discurso anticomunista, o qual visava determinados destinatários mas podia atingir diferentes públicos. Outros indivíduos ou grupos estiveram mais propensos a receber tal discurso. Esta pesquisa está preocupada com a forma como se deu essa recepção e com a comparação entre recepções realizadas por grupos diferentes. A estratégia escolhida para tanto foi a de buscar canais de acesso a pessoas que fizeram parte de grupos visados ou atingidos por campanhas anticomunistas específicas, sistematizar as

---

substituída pela sigla CDNA.

<sup>16</sup> Estas considerações têm por base leituras dos textos: CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. In: *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* (Anthropos - Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

“leituras” que eles realizaram sobre elas, buscar os pressupostos das mesmas e comparar as leituras de dois grupos: os católicos e os funcionários norte-americanos.<sup>17</sup>

Esta estratégia foi escolhida tendo em vista que a preocupação inicial da presente pesquisa girava em torno do anticomunismo católico. Ela se concretizou através da realização de entrevistas de história oral com pessoas ligadas à Igreja que viveram no período em que tal discurso era intenso e que foram alvos do mesmo. A recepção do anticomunismo seria captada entre relatos de experiências passadas e interpretações recentes sobre as mesmas. Entre memórias e reflexões seria possível entender como a pregação anticomunista da Igreja fazia sentido na vida das pessoas que eram por ela atingidas.

A pesquisa nas fontes diplomáticas não poderia ter a mesma pretensão. Nelas seria possível questionar como os funcionários norte-americanos atuando no Brasil avaliavam as atividades anticomunistas em curso. Eles não eram alvo da propaganda, mas em muitos momentos assumiam a posição de receptores, especialmente porque tinham que desempenhar funções de informar Washington a respeito do anticomunismo brasileiro. Esses indivíduos estavam *receptivos* ao tema e produziram sobre ele uma leitura muito particular. E essa leitura ficou registrada.

O propósito de sistematizar, analisar e comparar as formas como esses dois grupos “receberam” ou “leram” o anticomunismo está inscrito na organização das partes e capítulos da tese. São três partes. Nas duas primeiras é feita a sistematização da recepção de cada grupo. Na terceira, busca-se explicitar os pressupostos das diferentes leituras sobre o comunismo e compará-los entre si.

A primeira parte, formada por quatro capítulos, apresenta e situa as fontes diplomáticas, bem como a atuação dos funcionários norte-americanos no Brasil. Discute o conceito de recepção e como ela pode ser captada nessas fontes. Destaca quais foram os temas que mais chamaram sua atenção no período de 1945 a 1964, e nos quais estava em questão o combate ao comunismo. Passa, então, a descrever qual era a avaliação feita sobre o anticomunismo brasileiro e, depois, mostra como se dava a colaboração norte-americana nesse campo.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> No capítulo 1 serão apresentadas os estudos que embasaram teoricamente esta abordagem da recepção.

<sup>18</sup> No Anexo 4 encontram-se alguns exemplares de correspondências diplomáticas citadas na tese.

A segunda parte, composta por três capítulos, explora as fontes orais. Explica como os entrevistados foram selecionados, como as entrevistas foram organizadas e realizadas, e como elas podem ser um canal para o estudo da recepção. O passo seguinte é a análise das mesmas ao longo de dois capítulos. Um se concentra em memórias de membros do clero que dizem respeito à relação entre comunismo e perseguição à Igreja no México e na Espanha. O outro explora os principais temas que foram levantados nas entrevistas com um grupo de leigos e também com representantes do clero.<sup>19</sup>

A terceira parte questiona porque foi possível que estes indivíduos e grupos realizassem as leituras descritas nas duas primeiras partes. Tratam-se de três capítulos. Nos dois primeiros são feitas perguntas semelhantes aos dois conjuntos de fontes: como era entendido o perigo comunista, a que outros perigos o comunismo era relacionado, quais os universos culturais habitados pelos indivíduos e grupos em questão e que relações os mesmos tinham com a problemática do anticomunismo. O último capítulo realiza comparações entre as diferentes recepções e procura mostrar as contribuições que o presente estudo trouxe para o entendimento do fenômeno do anticomunismo.

A organização da tese procura, então, retratar um movimento de pensamento que é o de, num primeiro momento, identificar leituras particulares; no seguinte, buscar as razões de possibilidade das mesmas; e, finalmente, fazer comparações. A intercalação entre partes que tratam dos norte-americanos e dos católicos reflete o movimento feito na exploração das fontes, mas também tem o propósito de explorar e ressaltar os contrastes. O estilo da narrativa sofrerá variações entre os capítulos. Aqueles construídos a partir de fontes orais refletirão com mais intensidade a relação entre pesquisadora e pesquisados e neles será constante o uso da primeira pessoa. Nos relativos às fontes diplomáticas, a distância será maior. Nos dois casos, no entanto, procurar-se-á sustentar o mesmo rigor na análise das fontes e na utilização dos conceitos.

Antes de adentrar na primeira parte, porém, serão feitas algumas observações sobre instituições e grupos que, no período de 1945 a 1964, estiveram envolvidos em atividades anticomunistas e que serão citados ao longo dos capítulos.

---

<sup>19</sup> O roteiro de questões para as entrevistas encontra-se no Anexo 1. O Anexo 2 traz a transcrição de uma das entrevistas realizadas.

Uma dessas instituições foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente da Igreja e se beneficiava das boas relações da hierarquia com governos e grupos dominantes. Poderia ser veiculado em pronunciamentos de autoridades católicas como os arcebispos do Rio, D. Jaime Câmara; de São Paulo, D. Carlos Vasconcelos Mota; de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, realizados em entrevistas para jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Também poderia recheiar as páginas dos jornais católicos e os programas das rádios, ser difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Poderia se circular na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos impressos nas gráficas e editoras católicas. Poderia ser canalizado no trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs), as Frentes Agrárias. Poderia se transformar em tema para os sermões dominicais em todas as pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo país. Poderia incentivar multidões a irem às ruas para rezar o terço.

Veja-se, por exemplo, a ação anticomunista levada à frente pela LEC, pelos COs e pelas Frentes Agrárias. A LEC foi criada em 1932 com o objetivo de canalizar a participação da Igreja na campanha eleitoral que escolheria os membros da Assembléia Constituinte. Visava mais especificamente “instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte”.<sup>20</sup> Tais princípios eram basicamente o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às Forças Armadas, a liberdade sindical, a defesa da propriedade, o combate a atividades subversivas. O trabalho se dava através do alistamento de eleitores, chamando também a atenção para a importância do voto feminino; a apresentação das propostas aos candidatos; e a indicação daqueles que se comprometeram com tais propostas. Praticamente todas as propostas da LEC foram contempladas na Constituição de

---

<sup>20</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, Tomo 3, vol. 4 (O Brasil republicano: economia e cultura - 1930-1964), p. 304.



1934.<sup>21</sup> Candidatos que não assumissem a oposição ao comunismo não poderiam ser indicados pela LEC e isso traria resultados negativos nas urnas.

O anticomunismo também esteve relacionado com a “descoberta”, pela Igreja, da questão operária no Brasil, que se deu nos anos 30 e se corporificou nos Círculos Operários. Com base na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e da retomada da mesma em 1931 com a *Quadragesimo Anno*, setores da Igreja passaram a se preocupar com o peso crescente da classe operária no país. A “questão operária” era interpretada pela Igreja dentro da ótica da necessidade de colaboração e harmonia entre as classes, combatendo assim as “ideologias exóticas” e contribuindo com o governo na regulamentação das relações entre patrões e operários, dentro de um espírito corporativo. Os Círculos desenvolviam atividades de educação, lazer, saúde entre os operários e seus familiares. Visavam, entre outras coisas, criar líderes sindicais imbuídos da doutrina social da Igreja que pudessem concorrer com os comunistas e esquerdistas em geral.<sup>22</sup>

No início da década de 1960, o propósito de combater o comunismo também se manifestou na atuação da Igreja no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Já na década anterior, uma série de iniciativas visava contribuir para a melhoria da situação dos trabalhadores do campo, retirando assim, os motivos para a difusão de idéias subversivas.<sup>23</sup> Movidos pelas possibilidades abertas pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelo temor do comunismo, localizado especialmente nas Ligas Camponesas, católicos de diversos estados do Brasil criaram Frentes Agrárias. No Rio Grande do Sul, foi criada em 1961 a Frente Agrária Gaúcha (FAG), através da qual foram organizados muitos sindicatos de trabalhadores rurais.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Idem, p. 306.

<sup>22</sup> Sobre os Círculos, ver: BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.7, julho de 1997, p. 127 a 147; e do mesmo autor *Propostas e contradições dos Círculos Operários*. Pelotas: Editora da UFPel, 1995. O tema também é tratado por DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

<sup>23</sup> As Semanas Ruralistas, realizadas nos anos 50, são exemplo desse tipo de preocupação e de ação católicas. RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. In: *Anos 90*, Porto Alegre, jul. 1997, n. 7, p. 148 a 170.

<sup>24</sup> BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 163 a 178. Sobre a Frente Agrária Gaúcha: CASAROTTO, Irmão C. Marcílio. *Irmão Miguel Dario: o irmão dos agricultores*. Porto Alegre: Província Marista de Porto Alegre, 1977.

O Exército era outro campo no qual o anticomunismo se fazia presente. Com o auxílio da já citada pesquisa de Ferreira, pode-se dizer que os acontecimentos de 1935 foram fundamentais para que o anticomunismo ganhasse corpo entre os militares brasileiros. Segundo o autor, o que se viu no caso do Exército foi a combinação entre o inimigo da hora - representado pelos fatores da Intentona Comunista - e generalizações universalistas que caracterizavam o comunismo como “a ameaça à ordem instituída, que deve ser reprimida”.<sup>25</sup> O Exército efetuou uma elaboração criativa sobre a ideologia anticomunista, elaboração que se adequava a determinados objetivos da instituição, na medida em que enfatizava a incompatibilidade do comunismo com o Exército, caracterizava o comunismo como subversor da ordem política e social brasileira, e atribuía um papel primordial para as Forças Armadas na defesa da Pátria.”<sup>26</sup>

Mas, o anticomunismo também mediava a relação do Exército com os outros atores da cena política, conforme explica Ferreira: “... o Exército ao elaborar e emitir um discurso anticomunista cria pontos de identidade com os grupos dominantes, os quais, por razões outras, vêem no anticomunismo uma ideologia capaz de dar consequência aos seus respectivos interesses e objetivos.”<sup>27</sup>

O reconhecimento do Exército como instituição responsável pela defesa do país contra o comunismo foi, segundo Ferreira, resultado de mudanças que ocorreram dentro da instituição. Desde a proclamação da República até 1937, o Exército se encontrava muito fragmentado, com divisões ideológicas dentro dele numa situação onde “mais ocorriam ações dos grupos (internos e externos) sobre o Exército do que ações do Exército propriamente dita.”<sup>28</sup> Mas a conjuntura de 1934 a 1938 mudou este quadro na medida em que se conjugaram um projeto (de um determinado grupo) para o Exército e uma situação emergencial. A partir desse período a mensagem anticomunista passou a ser relevante e constantemente reiterada dentro do Exército.

Ferreira também faz saber que o discurso do Exército em relação aos comunistas se assentava na exposição de suas ações pretéritas (especialmente a insurreição de 1935 e na

---

<sup>25</sup> FERREIRA, José Roberto M. Op. cit., p. 247.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem, p. 250.

<sup>28</sup> Idem, p. 254.

fermentação política de antes de 1964), nas presentes (objetivos táticos do comunismo no Brasil) e nas pretendidas (baseadas nas obras de teóricos marxistas e líderes comunistas ou nas experiências históricas concretas das sociedades ditas comunistas).<sup>29</sup>

A presença do anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras também pode ser vislumbrada na Escola Superior de Guerra (ESG) e nas justificativas dos militares para a deflagração do golpe de 1964. A ESG, formada em 1949, tendo como modelo o *National War College* dos Estados Unidos, formulou uma doutrina de segurança nacional que “focalizava os perigos políticos e psicológicos do esquerdismo e reafirmava a interdependência da segurança e do desenvolvimento econômico.”<sup>30</sup> Segundo Serbin, os funcionários ligados à ESG tiveram participação política ativa na década que antecedeu o golpe: pressionaram Getúlio a renunciar em 1954; tentaram impedir que Juscelino assumisse em 1956; quase impediram que Goulart assumisse em 1961.<sup>31</sup> Também tiveram papel de destaque nos acontecimentos de 1964.

Quanto ao último momento citado, o significado que o anticomunismo teve nas justificativas para o golpe é discutido na introdução de *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, uma compilação de entrevistas realizadas com militares.<sup>32</sup> Segundo os organizadores, o anticomunismo foi relacionado à traição representada pela Intentona Comunista e constantemente rememorado nos rituais em homenagem aos soldados mortos durante a revolta. Entre os militares entrevistados

“ficou o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheios ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia

---

<sup>29</sup> Idem, p. 173.

<sup>30</sup> SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 87.

<sup>31</sup> Idem, p. 88.

<sup>32</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, (Introdução).

respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente.”<sup>33</sup>

Será visto ao longo da tese que o combate ao comunismo entre 1945 e 1964 também se fazia com o auxílio do aparato policial. Este campo, que começou a ser explorado por Azevedo<sup>34</sup>, ainda poderia proporcionar importantes pesquisas. A autora se concentrou no governo Dutra, período no qual ela distinguiu a necessidade de um aparato legal eficaz para garantir a manutenção da ordem. Faziam parte desse aparato tanto leis aprovadas na Assembléia Constituinte quanto a organização da polícia em nível federal. Segundo a autora, a diretriz de combater ao comunismo - identificado como toda e qualquer desordem - foi personificada e oficializada em 1946 na Sessão de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SSNJ) que fazia parte do sistema coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional. Tal Sessão centralizava as informações e a orientação da propaganda oficial. Também era responsável pela vigilância das atividades do PCB e pela sua imprensa, no período de legalidade e depois dele. Solicitava e recebia relatórios de atividades comunistas em todos os estados, além de emitir instruções para serem colocadas em prática em todo o país. Tinha trabalho especialmente voltado para sindicatos e para o movimento estudantil.<sup>35</sup>

A forma como a SSNJ interpretava o perigo do comunismo e a reação do povo brasileiro a ele estava relacionada com o desejo de justificar a presença constante e crescente dos órgãos de segurança na sociedade.

“Segundo os agentes da SSNJ, os comunistas seriam os responsáveis por todo e qualquer ‘desvio’ de comportamento de qualquer setor da população. Tentava-se afirmar uma determinada imagem do ‘povo’ tentando demonstrar seu caráter pacífico e ordeiro. Dessa maneira, tudo o que não se enquadrasse nessa imagem deveria ser resultado de conspiração, subversão e, jamais, fruto da vontade legítima e diferente daquela apresentada pelo poder do Estado. Esse mecanismo de associação

---

<sup>33</sup> Idem, p. 11 e 12.

<sup>34</sup> AZEVEDO, Débora B. de. Op. cit.

<sup>35</sup> Idem, p. 112 a 116.

entre o comunismo e toda a atividade apontada como desordem era presença constante no discurso dos órgãos de segurança.”<sup>36</sup>

A mesma autora informa que havia conexões entre atividades anticomunistas do Ministério da Justiça e do Serviço Social da Indústria (SESI), especialmente por meio de funcionários dessa entidade que eram chamados de “educadores sociais”. Eles contribuíam com conferências em clubes e sindicatos, comícios, alocações em emissoras de rádio e alto falantes, palestras em escolas e fábricas, entrevistas em jornais e também observação de reuniões suspeitas.<sup>37</sup>

Vários documentos diplomáticos - que serão trabalhados adiante - se referirão à ação da polícia no combate ao comunismo.<sup>38</sup> Outros mencionarão o empenho anticomunista do SESI. O SESI foi criado em 1946 pelo governo Dutra e atuava em conjunção com o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) criado em 1942 pelo governo Vargas.<sup>39</sup> As duas entidades estavam sob o controle dos industriais. O SENAI era voltado para o ensino técnico enquanto o SESI tinha funções claramente ideológicas. Em estudo realizado por Barbara Weinstein vê-se que o SESI foi criado para dar conta da crescente mobilização entre os operários que marcou o período pós-Guerra. Segundo a autora

“a onda de greves, o ressurgimento do partido comunista, francas manifestações da luta de classes e a consciência que a elite tinha de que esses fatos representavam uma profunda ameaça à paz social devem ser levados em conta para entender a criação do SESI e suas atividades nos primeiros anos de sua existência.”<sup>40</sup>

A ênfase no anticomunismo foi maior ou menor dependendo da conjuntura. As atividades desenvolvidas pelo SESI iam desde a instalação de postos de abastecimento, atendimento odontológico, atividades de recreação até tarefas de âmbito político e sindical.

---

<sup>36</sup> Idem, p, 139 e 140.

<sup>37</sup> Idem, p. 164.

<sup>38</sup> Em *O diabo é vermelho*, apresentei algumas observações sobre a ação da Chefia de Polícia do Rio Grande do Sul no combate ao comunismo. Ver páginas 77 a 79.

<sup>39</sup> De acordo com WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/ CDAPH-IFAN/ Universidade São Francisco, 2000.

O trabalho de assistentes sociais visava o desenvolvimento cultural dos operários com ênfase na doutrina social cristã, no anticomunismo e na adaptação dos indivíduos à estrutura social. O SESI mantinha um grupo de “educadores sociais” que estavam na linha de frente do combate ao comunismo e da promoção da paz social. Esses educadores acompanhavam a atuação do PCB e chegavam a se infiltrar em atividades do partido. Também mantinham vigilância e atuavam em sindicatos. Apoiavam iniciativas dos Círculos Operários católicos e colaboravam com a polícia na repressão ao comunismo.<sup>41</sup> Ao longo da tese serão apresentados materiais de propaganda anticomunista produzidos pelo SESI bem como aproximações da entidade com os postos diplomáticos norte-americanos.

O anticomunismo foi, desde 1952, o motivo da existência de uma entidade chamada Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA).<sup>42</sup> A CBA foi criada pelo Almirante Carlos Penna Botto.<sup>43</sup> O nome dele foi o que mais se identificou com a Cruzada, a ponto do almirante se tornar uma figura folclórica na política brasileira. Logo depois da eleição de Kubitschek em outubro de 1955, Penna Botto manifestou-se na imprensa contra a posse dele e do vice-presidente Goulart com o argumento de que Kubitschek havia recebido votos de comunistas e, estando o PCB na ilegalidade, tais votos seriam inválidos, o que tornaria ilegítima a vitória.<sup>44</sup>

A forte oposição de Penna Botto a Kubitschek foi sentida pelos próprios norte-americanos. Entre os documentos pesquisados nos Arquivos Nacionais, encontrei vários se referindo ao presidente da CBA. Em um deles, funcionários da Embaixada no Rio de Janeiro

---

<sup>40</sup> Idem, p. 161.

<sup>41</sup> Idem, p. 167 a 184.

<sup>42</sup> Outra entidade que teve destaque no combate ao comunismo a partir dos anos 60 foi a Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Ela se preocupou, entre outras coisas, com uma suposta infiltração comunista dentro da Igreja Católica. É interessante notar que o nome da TFP não foi mencionado em nenhum dos documentos diplomáticos pesquisados, mesmo que um dos temas tratados em parte deles tenha sido o da aproximação entre católicos e comunistas, especialmente em São Paulo. Da mesma forma, os documentos da Embaixada e dos Consulados pesquisados não se referem ao complexo IPES/IBAD. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado no final da década de 1950 e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em 1961. Conforme se lê em *O diabo é vermelho*, “a principal ação política dos dois institutos dava-se por meio de uma campanha dirigida contra o governo Goulart, a esquerda e o trabalhismo, executada sob a ótica do anticomunismo e travada em diferentes setores, envolvendo uma série de instituições e organizações de classe, entre elas o sistema educacional, os clubes culturais, sociais e esportivos, a Igreja Católica, associações de profissionais e sindicatos” (p.84). Ver DREIFUSS, René A. *1964 - A conquista do Estado*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>43</sup> De acordo com RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*, p. 79 a 83 e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 180-187.

mostravam-se preocupados com uma visita que Penna Botto faria aos Estados Unidos, na qual pretendia se encontrar com parlamentares. O Departamento de Estado temia que o almirante usasse a visita para criticar o presidente brasileiro e que isso pudesse causar problemas nas relações entre os dois países. Parece que até para os norte-americanos o anticomunismo de Penna Botto era algo exagerado.<sup>45</sup>

A atuação da CBA parece ter se concentrado na produção de propaganda, elaboração e divulgação de panfletos, cartazes, livros. Em *O diabo é vermelho*, analisei uma história em quadrinhos publicada no *Correio Riograndense* que tinha a assinatura da Cruzada.<sup>46</sup> A entidade também ocupava espaços na imprensa, especialmente com entrevistas concedidas por Penna Botto a jornais, mas também a emissoras de rádio. Uma entrevista concedida a uma rádio de Natal, foi registrada na documentação diplomática pesquisada.<sup>47</sup> Nela, pode-se perceber uma visão depreciativa do povo brasileiro e da capacidade dele se colocar contra o comunismo. Essa visão aparece em outros materiais da CBA.<sup>48</sup>

O tema do anticomunismo também permeava as disputas político partidárias no Brasil. Alguns partidos se destacavam pela intensidade do seu combate, enquanto outros, à esquerda, acabavam sofrendo as conseqüências de serem identificados como comunistas ou simpatizantes. No primeiro caso, destaco a atuação do Partido de Representação Popular

---

<sup>44</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 183.

<sup>45</sup> *Possible visit of Brazilian Admiral Penna Botto to the United States*. Memorando interno no Departamento de Estado, de Mr. Briggs (OSA/B) para Mr. Rubottom (ARA), em 10 de outubro de 1957, M1511, rolo 8. As referências aos documentos seguirão o seguinte padrão: Tema da correspondência, local de expedição e de destino, data, autor (sempre que possível), número da *Publication Number* e rolo no qual o documento se encontra. A partir de 1960, os dois últimos dados são substituídos pelo número da caixa. *Publication Number* é o guia de um grupo de rolos de microfilme contendo documentos de um certo período. Assim, os documentos diplomáticos sobre o Brasil que foram pesquisados, encontram-se reunidos e discriminados em M1492 (de 1945 a 1949); M1487 (de 1950 a a 1954) e M 15 11 (de 1955 a 1959). Os posteriores ainda não estavam microfilmados e se encontravam em caixas. Maiores informações serão apresentadas em Fontes, no final da tese. A opção de fazer a referência partindo do tema do documento se baseia no desejo de enfatizar a presença do anticomunismo no conjunto da correspondência, mas também na ausência, em muitos documentos, do nome do relator. Também se deve ao interesse em encarar os funcionários como um grupo e não de distinguir posturas particulares ou divergentes entre eles. No Anexo 3 há uma lista de todas as correspondências citadas, em ordem alfabética e com a tradução dos temas das mesmas.

<sup>46</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*, p. 35 e 36.

<sup>47</sup> *Speech Against Communist Ideology by Captain Penna Botto*. Despacho do Consulado em Natal para o Departamento de Estado, em 11 de abril de 1946, assinado por Robert F. Corrigan - Vice Consul, M1492, rolo 14.

<sup>48</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*, p. 82.

(PRP) e da União Democrática Nacional (UDN).<sup>49</sup> No segundo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O PRP é o resultado da transformação do integralismo em partido político, o que aconteceu em 1945, acompanhado por uma reelaboração nas bases doutrinárias e de um processo que em alguns momentos foi de afastamento em relação à Ação Integralista Brasileira (AIB), e em outros, de retomada da mesma.<sup>50</sup> Segundo Gilberto Calil, a continuidade era enfatizada especialmente nos discursos voltados aos militantes, e se revelava na “crítica extremada a todos os partidos políticos, a qual afirmava que nenhum deles tinha projeto político sólido, que sua organização nacional era um farsa e que todos eles eram desprovidos de ‘base espiritual’.”<sup>51</sup> A concepção de povo como “massas amorfas” e a base social formada por setores médios também são destacadas pelo autor como sinais de continuidade. A diferenciação, no entanto, teria se dado pela inserção na vida político partidária e pela valorização das instâncias institucionais, pela aproximação aos mesmos partidos que eram criticados e a lideranças tradicionais da política brasileira.<sup>52</sup>

O partido funcionou de 1945 a 1965 sob a liderança de Plínio Salgado. Teve mais relevância em termos eleitorais no Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Em 1955, concorrendo à Presidência da República, Plínio Salgado fez 8,3% do total dos votos.<sup>53</sup> Manteve jornais partidários como *Reação Brasileira* (entre maio de 1945 e fevereiro de 1946) e *Idade Nova* (entre maio de 1946 e abril de 1951), ambos editados no Rio de Janeiro. No estado do Rio Grande do Sul circulava o *Boletim do PRP*.<sup>54</sup>

O peso do anticomunismo na retórica do partido era muito forte, a ponto dos peerrepistas se considerarem os “donos do anticomunismo”. Calil analisa detidamente o discurso e as práticas do partido nesta direção.<sup>55</sup> O PRP considerava que os outros partidos não estavam realmente empenhados em combater os comunistas. Estariam, na verdade, preocupados em angariar votos deles. Isso aparece claramente em palavras de Plínio

---

<sup>49</sup> Isso não significa que outros partidos do período como o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Democrata Cristão (PDC) não tivessem também em seus programas e na sua ação o combate ao comunismo.

<sup>50</sup> De acordo com CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

<sup>51</sup> Idem, p. 377.

<sup>52</sup> Idem, p. 378.

<sup>53</sup> Idem, p. 15 e 16.

<sup>54</sup> Idem, p. 22.



Salgado, como as que seguem: “nenhum partido (à exceção do Partido de Representação Popular) poderá atirar a primeira pedra sobre qualquer outro. Eles preferiram os pratos de lentilhas de alguns votos a mais do que a honrosa derrota em consonância com os sagrados interesses da nação.”<sup>56</sup>

Nas publicações do PRP ou pronunciamentos de suas lideranças, o comunismo era identificado como causador de conflitos sociais artificiais, como oposto à religião e à ordem natural, como submisso ao estrangeiro e, portanto, em oposição à nação, como uma forma de “nazismo do período pós-guerra”. Ele seria instigado por uma burguesia que havia se entregue aos prazeres e à exploração econômica. O perigo comunista era visto como iminente e se manifestava na falta de consciência dos grandes partidos, na infiltração comunista nos movimentos grevistas, na União Nacional de Estudantes, na campanha em defesa do petróleo, nos partidos, na imprensa.

No seu intento de lutar contra o comunismo, o PRP denunciava a responsabilidade dos demais partidos pela expansão do comunismo; colocava-se como o líder da reação anticomunista; propunha a harmonização entre capital e trabalho; dava apoio à repressão policial e propunha uma nova ética espiritualista em oposição ao materialismo.<sup>57</sup> Esses propósitos ganhavam corpo na publicação de panfletos, jornais, programas radiofônicos e especialmente na utilização das eleições como momento forte de combate. Em algumas correspondências diplomáticas que serão apresentadas na primeira parte da tese poderão ser vistas críticas a essa concentração de atividades do PRP em períodos eleitorais.

No que se refere à UDN, merece destaque a campanha anticomunista de Carlos Lacerda. Sá Motta analisa a utilização que Lacerda fez do anticomunismo, o que poderia estar ligado tanto às características da complexa personalidade política dele quanto a um uso instrumental do tema.<sup>58</sup> De acordo com o autor, desde o início de sua vida pública, Lacerda já atacava com vigor o comunismo no Brasil:

---

<sup>55</sup> Ver o capítulo “Os donos do anticomunismo”, p. 283 a 344.

<sup>56</sup> Idem, p. 314.

<sup>57</sup> Idem, p. 327 a 343.

<sup>58</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 217.

“da tribuna da Câmara dos Deputados denunciou as supostas intenções imperialistas dos soviéticos em relação ao Brasil; criticou a nomeação de militares ‘comunistas’ para comandos importantes do Exército; atacou a proposta de reatamento de relações comerciais com a URSS; e acusou autoridades do governo Kubitschek de falcitarem a infiltração comunista.”<sup>59</sup>

Mas, segundo o mesmo autor, Lacerda passou a ter papel de destaque como “cruzado anticomunista” a partir de sua campanha para o governo da Guanabara, em 1960. Além disso, “ele desempenhou papel destacado na oposição ao Presidente Goulart, procurando chamar para si não só a função de principal opositor do governo federal, mas também de adversário maior da conspiração comunista supostamente em curso.”<sup>60</sup>

No caso dos partidos de esquerda, a oposição ao comunismo não tinha um peso tão grande quanto aquele que se viu nas situações acima mencionadas. Em estudo sobre o PSB em São Paulo entre 1945 e 1965, Alexandre Hecker mostra de que forma os socialistas se opunham aos comunistas.<sup>61</sup> Entre socialistas e comunistas havia, segundo o autor, uma relação da atração e repulsa. Os socialistas se sentiam membros de uma mesma comunidade ideológica que os comunistas, apesar de se considerarem superiores aos “comandados de Moscou”.<sup>62</sup> Achavam que poderiam lutar juntos contra as mazelas do capitalismo. O PCB era criticado pela mistura de, nas palavras de Antônio Cândido, “estalinismo, misticismo e oportunismo caboclo”.<sup>63</sup> O conteúdo revolucionário do partido estaria sendo comprometido pela subserviência às ordens de Moscou e pela tendência golpista e antidemocrática. Os socialistas também discordavam da ditadura do proletariado, da estatização, da representação partidária exclusiva do operariado e da adulteração do marxismo.<sup>64</sup> O autor

---

<sup>59</sup> Idem, p. 217 e 218.

<sup>60</sup> Idem, p. 219. Ainda sobre Lacerda, ver DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda, Brazilian Crusader. Volume I: The Years 1914-1960*. Austin: University of Texas Press, 1991. Trata-se de uma biografia que Lacerda solicitou a Dulles, tendo como fontes cartas que estavam nas mãos de familiares de Lacerda, documentos arquivados na Universidade de Brasília e na coleção Walter Cunho, no Rio de Janeiro. O presente volume descreve a trajetória do jornalista e político carioca até o momento em que ele é eleito governador da Guanabara.

<sup>61</sup> HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, especialmente o sub-capítulo “Atração e repulsa”, p. 313 a 344.

<sup>62</sup> Idem, p. 324.

<sup>63</sup> Idem, p. 317.

<sup>64</sup> Idem, p. 327.

destaca, ainda, que os socialistas sofriam com a confusão feita na imprensa e no universo político entre eles e os comunistas: “nada ofendia mais um militante pessebista como confundi-lo com um comunista.”<sup>65</sup>

Essa repulsa, no entanto, não significava da parte dos socialistas uma postura de combate total. Em 1947, por exemplo, quando se efetivou a cassação do PCB, o PSB colocou-se contra a mesma e denunciou o processo de limitação das liberdades políticas no país. Além disso, os socialistas reconheciam a importância moral da presença dos comunistas nos parlamentos. Segundo o autor, quando havia comunistas no legislativo isso, pelo menos, fazia com que os representantes dos partidos burgueses comparecessem.<sup>66</sup>

Os membros do PSB também denunciavam a histeria e o oportunismo anticomunista, como nos casos da cassação do PCB ou no lacerdismo, no começo dos anos 60. De acordo com artigo publicado na *Folha Socialista* em novembro de 1961 e transcrito por Hecker,

“está se alastrando em todo o país a histeria do ‘anticomunismo lacerdista’. Parece que as altas camadas da burguesia brasileira, as oligarquias de latifundiários, os trustes imperialistas e alguns militares retrógrados . . . estão apavorados diante da perspectiva do avanço das esquerdas no Brasil. . . O povo vai tomando consciência, instintivamente, de que só as soluções preconizadas pelos movimentos de esquerda podem abrir perspectivas de solução . . . Daí, a histeria anticomunista.”<sup>67</sup>

No caso do PTB, o partido se caracterizou por congregar grupos com origens e posições diferentes.<sup>68</sup> Segundo Lucília de Almeida Neves, esses grupos eram os “getulistas pragmáticos”, os “doutrinários trabalhistas” e os “pragmáticos reformistas”. Os primeiros se confundiam com o personalismo getulista; os segundos, eram intelectuais e profissionais liberais que objetivavam construir um “projeto trabalhista” e entre eles, destacava-se Alberto Pasquolini. O último grupo, que juntava discurso e prática, ganhou mais visibilidade a partir

---

<sup>65</sup> Idem, p. 352.

<sup>66</sup> Idem, p. 324.

<sup>67</sup> Idem, p. 343.

<sup>68</sup> De acordo com NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 169 a 203.

da passagem de João Goulart pelo Ministério do Trabalho. O projeto trabalhista, segundo a autora, estaria embasado nas seguintes proposições: “nacionalismo, proximidade à social-democracia, contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos”.<sup>69</sup> Se, o comunismo era rejeitado em termos programáticos, ele também se colocava como um problema para o PTB que foi, muitas vezes, acusado de se aliar aos comunistas.

No Rio Grande do Sul, onde Pasqualini foi candidato à governador em 1947, por exemplo, “a campanha anti-Pasqualini do PSD não vacilava nem mesmo em usar panfletos em alemão e italiano, atacando o ‘ateísmo’ e ‘comunismo’ do líder trabalhista.”<sup>70</sup> Em resposta a esse tipo de acusação, um manifesto publicado nos dias que antecederam o pleito apelava para a cooperação entre as classes e a tranquilidade social para tentar se distanciar do Partido Comunista. Por outro lado, o nacionalismo defendido por líderes como João Goulart e Leonel Brizola produziria sérias desconfianças em setores conservadores da sociedade brasileira, bem como na diplomacia norte-americana, como se verá ao longo da tese.

Finalmente, algumas palavras sobre a imprensa. As pesquisas já realizadas sobre o anticomunismo no Brasil têm mostrado o uso de órgãos de imprensa para o combate ao comunismo, tanto aqueles vinculados a instituições, grupos ou partidos como os citados acima, quanto a grande imprensa, em termos gerais. Os estudos, nesse último caso, podem levar em conta questões como o conteúdo anticomunista veiculado pelos jornais, como se vê na pesquisa de Molinari Filho e nas demais já mencionadas que usam a imprensa entre as suas fontes; a estrutura discursiva que foi se constituindo para falar sobre o tema, como explica Mariani; e/ou as relações mantidas entre os jornais e partidos políticos, grupos econômicos, etc., ponto que ainda poderia ser melhor explorado pelos historiadores.

Analisando os grandes jornais do Rio de Janeiro e a forma como eles constituíram o PCB entre 1922 e 1989, Mariani mostra a incongruência entre o comunismo e a instituição

---

<sup>69</sup> Idem, p. 187.

<sup>70</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992, p. 50.

jornalística, que teria se constituído com base no que a autora chama de “ética dos direitos humanos”.<sup>71</sup>

“Em resumo, em termos do discurso jornalístico que se organiza no Rio de Janeiro sobre os comunistas, desde 1922, quando mais se nega o pensamento comunista - o outro - para inseri-lo no campo do Outro - inimigo dos valores ocidentais - mais afirma-se uma identidade brasileira no campo do Mesmo filiada ao imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, desse modo, correlacionada à confirmação do modelo ocidental”.<sup>72</sup>

Um trabalho de análise do discurso como o de Mariani pode ser útil ao historiador na medida em que consegue revelar que a imprensa foi criando ao longo das décadas certas formas de representar o comunismo que se repetiam e das quais não era muito fácil fugir. A autora observa em sua pesquisa como se dava o funcionamento das palavras e expressões que atuavam como denominações para os comunistas e o comunismo,<sup>73</sup> tendo em vista que “no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham sua espessura pela repetição, pela crítica, às vezes, nítida, às vezes disfarçada em explicação.”<sup>74</sup> A análise do discurso também relativiza o papel do sujeito, na medida em que o encara como uma posição ocupada temporariamente, uma posição enunciativa.

As pesquisas no campo da história podem se beneficiar das contribuições da análise do discurso, mas ao mesmo tempo, fazem outras perguntas e buscam outras respostas. Se preocupam, por exemplo, com a inserção social, política e econômica dos órgãos de imprensa e buscam os sentidos que mudam ao longo do tempo. Apesar de várias pesquisas históricas sobre anticomunismo terem utilizado a imprensa como fonte, parece que ainda há espaço - e necessidade - de estudos que enfoquem os grandes jornais enquanto empresas

---

<sup>71</sup> MARIANI, Bethania. Op. cit., p. 85.

<sup>72</sup> Idem, p. 86.

<sup>73</sup> Idem, p. 93.

<sup>74</sup> Idem, p. 63.

que, assumindo posições liberais ou conservadoras, tinham interesse em se colocar contra o comunismo ou àquilo que era identificado com ele.

Este conjunto, aqui descrito, de entidades que realizavam campanhas anticomunistas ou colaboravam com elas entre 1945 e 1964 pode não ser completo. Ele se concentra naquelas já exploradas pela historiografia, especialmente na última década. Da mesma forma, podem existir outras pesquisas além das aqui citadas. Foram, estas, no entanto, que estiveram a meu alcance. Ao longo da tese não haverá muitas menções a este conjunto de obras. A razão para isso é que está sendo levantada uma nova problemática dentro do tema geral do anticomunismo e também estão sendo utilizadas fontes diferentes daquelas que os demais pesquisadores já usaram. Não há nenhuma pretensão ou razão para polemizar com eles e elas. Ainda há muitas questões para serem feitas sobre o tema. A presente pesquisa propõe o levantamento e a análise de algumas delas.

## **Primeira Parte**

### **O anticomunismo defeituoso: a avaliação do corpo diplomático norte-americano sobre o anticomunismo brasileiro**

Esta parte da tese mostrará qual era a avaliação que o corpo diplomático norte-americano que atuava no Brasil entre 1945 e 1964 - bem como os funcionários do Departamento de Estado e de outras agências do governo dos Estados Unidos que tratavam de questões relativas ao Brasil - tinha do anticomunismo brasileiro. Para estudar tal questão será utilizado o conjunto da documentação diplomática recolhida nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, no *Record Group 59*. O RG 59 é o arquivo central do Departamento de Estado. Ganharão destaque aqueles documentos que além de prestar informações sobre o anticomunismo brasileiro são portadores de comentários avaliativos a respeito do tema. A impressão de que os norte-americanos viam muitos “defeitos” no anticomunismo brasileiro foi a primeira que transpareceu na coleta do material empírico. A leitura e sistematização mais detidas do mesmo permitiram ver que tal impressão se confirmava, mas que também havia algumas avaliações positivas, bem como programas e propostas de ação para dar conta dos problemas percebidos.

Dessa forma, esta parte está organizada em quatro capítulos. O primeiro discute a utilização das fontes diplomáticas para o entendimento da recepção do anticomunismo brasileiro entre os funcionários norte-americanos. O segundo destaca certas conjunturas, dentro do período 1945-1964, nas quais o tema do anticomunismo esteve mais presente no

conjunto da documentação pesquisada. O terceiro contrapõe avaliações negativas sobre o tema (que são predominantes) a avaliações positivas. O quarto relaciona tais avaliações com formas de ação levadas a efeito – ou propostas - pela Embaixada norte-americana, pelos Consulados e por outras agências do governo dos Estados Unidos para tentar sanar as deficiências observadas no campo do combate ao comunismo, no período em questão.



## Capítulo 1

### As fontes diplomáticas e o estudo da recepção do anticomunismo

#### 1.1 - A produção das fontes diplomáticas

A correspondência trocada entre a Embaixada e os Consulados dos Estados Unidos situados no Brasil e o Departamento de Estado, em Washington DC, está sendo utilizada para compreender que tipo de leitura os norte-americanos faziam sobre o anticomunismo brasileiro. Antes de apresentar essa leitura, porém, será feita uma discussão a respeito dessas fontes e do *status* de “registros de recepção” que lhes será conferido.

As relações externas dos Estados Unidos estão sob a responsabilidade do Departamento de Estado (DE), uma espécie de Ministério das Relações Exteriores.<sup>75</sup> Tradicionalmente, o Departamento de Estado e suas missões externas têm funções de representação, observação, reportagem, negociação e proteção aos interesses dos norte-americanos no exterior, defesa de fronteiras, comércio, alfândega, extradição, manutenção da paz, trato de temas de caráter político, econômico, financeiro e de segurança nacional. Segundo Plischke, mais recentemente, o DE tem também atuado em áreas como direitos humanos, propriedade cultural, meio ambiente, refugiados, drogas, etc.<sup>76</sup>

A atuação no estrangeiro se dá por intermédio das missões diplomáticas e das consulares. As primeiras têm suas responsabilidades voltadas para o campo da representação, observação, negociação, reportagem e proteção. Tais funções colocam os

---

<sup>75</sup>Conforme PLISCHKE, Elmir. *U.S. Department of State: A Reference History*. Greenwood Press: Wesport/Connecticut, London, s.d., p. 395-6.

<sup>76</sup> Idem, p. 395-6.

diplomatas em contato direto com os governos que os hospedam já que assumem o papel de principal canal de comunicação entre dois governos. Entre as principais funções dos diplomatas estão aquelas classificadas como questões políticas e econômicas (*political and economic affairs*). As primeiras envolvem as políticas externas norte-americanas, os interesses internacionais e as forças políticas internas do país em questão. A elaboração de reportagens para serem enviadas a Washington é, assim, tarefa rotineira relacionada ao acompanhamento de “*political affairs*”. No que se refere às segundas - questões econômicas - o que está em jogo é a implementação da política externa norte-americana no país que hospeda o posto. Os postos diplomáticos também desempenham funções relacionadas à inteligência apesar de que, tecnicamente, isso estaria sob a responsabilidade da *Central Intelligence Agency* (CIA) e do Departamento de Defesa. Também atuam em questões ligadas à organizações internacionais como as Nações Unidas, a União Européia, a OTAN, etc.

Nas missões consulares - Consulados Gerais, Consulados ou Agências Consulares – os funcionários não têm o *status* de representantes intergovernamentais, como têm os diplomatas. Os funcionários consulares lidam principalmente com indivíduos e com problemas dos norte-americanos no exterior. Também atuam na promoção e proteção do comércio, na expedição de passaportes de norte-americanos, bem como de vistos para estrangeiros que vão para os Estados Unidos.

As correspondências que serão utilizadas aqui foram expedidas tanto pela Embaixada, situada no Rio de Janeiro e depois em Brasília, quanto pelos Consulados em São Paulo (Consulado Geral), Porto Alegre, Curitiba, Santos, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal e Belém. Não foi feita distinção entre elas, pois o que está se buscando são indícios da avaliação sobre o anticomunismo e tanto os documentos provenientes da Embaixada quanto dos Consulados tratam com rigor e insistência este tema.<sup>77</sup> Como foi apontado acima, tais correspondências são o resultado de uma das tarefas rotineiras - e mais importantes dos postos – que era a de deixar o Departamento de Estado informado sobre o que acontecia no país em questão.

---

<sup>77</sup> Como não se levará em conta a distinção entre postos diplomáticos e consulares, serão usadas com frequência as expressões “postos diplomáticos” ou “pessoal da diplomacia norte-americana”.

O Departamento de Estado tem à sua frente o Secretário de Estado, que é indicado pelo presidente da República.<sup>78</sup> As questões relacionadas à América Latina são tratadas em um setor específico do Departamento. Numa reorganização geral efetuada em 1944, foi criado o posto de *Assistant Secretary of State for American Republics Affairs*<sup>79</sup>. Em outubro de 1949 tal posto passou a ser denominado *Assistant Secretary for Inter-American Affairs*.<sup>80</sup> Entre 1945 e 1964, o posto de Secretário Assistente foi ocupado por Nelson A. Rockefeller, Spruille Braden, Eduard J. Miller, John M. Cabot, Henry F. Holland, Roy R. Rubottom, Jr., Tomas C. Mann, Robert F. Woodward, Edwin M. Martin e Thomas C. Mann. Alguns desses nomes aparecerão nas correspondências aqui utilizadas. O setor dirigido por estes funcionários era o *Office of Inter-American Affairs* (ARA) e possuía várias divisões, entre elas o *Office of South American Affairs* (OSA) e a *Brazilian Affairs Division*.<sup>81</sup> Esta última, recebia o maior montante da correspondência que saía da Embaixada ou dos Consulados no Brasil, mas era comum que o mesmo despacho ou memorando passasse por vários outros setores do Departamento de Estado ou fosse para outros departamentos do governo norte-americano como o *Federal Bureau of Information* (FBI), a CIA, o Departamento de Defesa, etc.

Ao longo do período de 1945 a 1964, a missão diplomática norte-americana no Brasil foi encabeçada pelos embaixadores Adolf Berle, Willian D. Pawley, Herschel V. Jonhson, James S. Kemper, James Clement Dunn, Ellis O. Briggs, John Moors Cabot e

---

<sup>78</sup> No período em estudo, os presidentes norte-americanos foram: Harry Truman (1945-1953), Democrata; Dwight D. Eisenhower (1953-1961), Republicano; John Kennedy (1961-1963), Democrata; Lyndon Baines Johnson (1963-1969), Democrata. O posto de Secretário de Estado foi ocupado por: James F. Byrnes (jul. 1945 – jan. 1947); George C. Marshall (jan. 1947 – jan. 1949); Dean G. Acheson (jan. 1949 – jan. 1953); John Foster Dulles (jan. 1953 – abr. 1959); Christin A. Herter (abr. 1959 – jan. 1961); Dean Rusk (jan. 1961 – jan. 1969). De acordo com U. S. DEPARTMENT OF STATE. *Principal Officers of the Department of State and United States Chiefs of Mission (1778 – 1990)*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, p. 15.

<sup>79</sup> Secretário de Estado Assistente para Negócios das Repúblicas Americanas.

<sup>80</sup> Secretário Assistente para Negócios Inter-Americanos

<sup>81</sup> Entre 1945 e 1964, o posto foi ocupado pelos seguintes nomes: Nelson A. Rockefeller (dez. 1944 – ago. 1945); Spruille Braden (ago. 1945 – jun. 1947); Eduard J. Miller (jun. 1949 – dez. 1952); John M. Cabot (fev. 1953 – mar. 1954); Henry F. Holland (mar. 1954 – set. 1956); Roy R. Rubottom, Jr. (jun. 1957 – ago. 1960); Tomas C. Mann (set. 1957 – abr. 1961); Robert F. Woodward (jul. 1961 – mar. 1962); Edwing M. Martin (maio 1962 – jan. 1964); Thomas C. Mann (jan. 1964 – mar. 1965). De acordo com U. S. DEPARTMENT OF STATE. Op. cit., p. 15.

Lincoln Gordon.<sup>82</sup> Nos anos 60, havia mais de dois mil funcionários compondo essa missão diplomática.<sup>83</sup> É importante lembrar que havia ainda outros canais de relacionamento entre Estados Unidos e Brasil, os quais, teoricamente deveriam estar sob a liderança do embaixador.

A apresentação dos nomes dos embaixadores não significa, todavia, que eles receberão lugar de destaque na presente pesquisa. Não se procurará distinguir ou comparar os posicionamentos e avaliações dos diferentes embaixadores em relação ao anticomunismo brasileiro. Isso por duas razões básicas: o fundo de onde foram selecionados os documentos trazia poucos exemplares de correspondências assinadas diretamente pelos embaixadores. A maioria delas têm a assinatura de funcionários que ocupavam outras funções dentro da Embaixada ou dos Consulados. Quanto aos últimos foi comum se encontrar despachos assinados pelo Cônsul ou vice-Cônsul.<sup>84</sup> A segunda razão é que não se estava buscando avaliações particulares, mas sim, uma visão mais abrangente de como o pessoal diplomático via o anticomunismo brasileiro.

Ao longo da pesquisa foram encontrados muitos pontos em comum entre as correspondências provenientes dos vários postos, mas também algumas diferenciações resultantes de contextos particulares nos quais eles estavam inseridos. O Consulado Geral em São Paulo, por exemplo, expediu um grande número de correspondências discutindo a influência comunista entre setores da Igreja Católica. Esse problema parecia não afligir outros postos e também não preocupava com a mesma intensidade a Embaixada. O Consulado em Porto Alegre, por sua vez, esteve atento a todos os passos dados pelo governador Leonel Brizola, os quais também eram acompanhados e criticados pela Embaixada.

---

<sup>82</sup> Adolf Berle (jan. 1945 – fev. 1946); William D. Pawley (abril 1946 – mar. 1948); Herschel V. Johnson (abr. 1948 – maio 1953); James S. Kemper (jun. 1953 – jan. 1955); James Clement Dunn (jan 1955 – jul. 1956); Ellis O. Briggs (maio 1956 – maio 1959); John Moors Cabot (maio 1959 – ago. 1961); Lincoln Gordon (set. 1961- fev. 1966). Idem, p. 59.

<sup>83</sup> De acordo com MIHALKANIN, Edward S. e NEISLER, Warren Keith. *The Role of the U.S. Ambassador*. In: DENT, David W. *U.S. – Latin American Policymaking: a reference handbook*. Westport: Greenwood Publishing Group, 1995, p. 307.

<sup>84</sup> A correspondência assinada pelos Embaixadores encontra-se arquivada em outras dependências dos Arquivos Nacionais, as Bibliotecas Presidenciais (*Presidential Libraries*), situadas nas cidades onde cada presidente nasceu.

Feitas essas observações preliminares passo a analisar o processo de elaboração das correspondências que continham as avaliações que estão sendo buscadas. É uma tentativa de reconstruir o caminho percorrido para elaborar cada documento, caminho que parecia se configurar a partir de uma extensa e bem organizada rede de informações. Pelo que se pode depreender da documentação analisada, tal rede era formada por componentes como: um conjunto de informantes; o acompanhamento da imprensa; as conversações tidas com pessoas situadas em pontos de destaque do mundo político, empresarial, religioso; os indícios trazidos pelos resultados das eleições; a checagem de informações descontraídas ou exageradas; a atenção para pesquisas eleitorais e de opinião; os ambientes sociais e políticos que os funcionários freqüentavam.

Os informantes parecem ter sido pessoas que foram adquirindo a confiança do corpo diplomático e que acabavam “prestando serviços” mais de uma vez. Se, nos memorandos do FBI sobre as atividades comunistas e anticomunistas no Brasil, as fontes não eram identificadas - elas apareciam apenas como “fonte A”, “fonte B”, etc. - na documentação dos postos instalados no Brasil elas ficavam, na maioria das vezes, expostas: o informante podia ser um padre, um empresário, um jornalista, um Chefe de Polícia, ou um funcionário da polícia, um secretário de Ministro, um político.

As informações prestadas por estes indivíduos traziam elementos para a redação dos memorandos e despachos que eram, depois, enviados ao Departamento de Estado. Há muitas situações em que os relatores colocam em dúvida as informações recebidas ou pelo menos as tratam com cautela. Quando havia dados que pareciam contraditórios, o relator procurava deixar clara a controvérsia e/ ou tentava se posicionar com base em situações anteriores ou em dados provenientes de outras fontes.

É o caso, por exemplo, de um despacho que fala sobre programas anticomunistas transmitidos em rádios do Rio de Janeiro, os quais serão comentados mais adiante: o relator questionou a informação de que os programas estavam sendo patrocinados pelas próprias emissoras, pois a Embaixada havia encontrado evidência de que os mesmos estavam sendo

levados adiante sob ordens diretas do governo brasileiro através do Departamento de Polícia do Distrito Federal.<sup>85</sup>

Um folheto anticomunista recolhido pela Embaixada, baseado na história de Chapeuzinho Vermelho e do Lobo Mau, e que será apresentado no capítulo 9, teve sua origem questionada pelo relator de outro despacho. A um funcionário do Consulado em São Paulo foi informado que o material era de responsabilidade de uma ordem religiosa. Mas, a outro, na Embaixada, foi dito que a autoria e distribuição estava a cargo da polícia de São Paulo, o que parecia fazer mais sentido.<sup>86</sup>

Outro exemplo é o de uma série de artigos anticomunistas publicados no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, em agosto de 1946, e que também serão discutidos adiante.<sup>87</sup> A cautela e a desconfiança a respeito dos responsáveis por tal campanha aparece explícita na correspondência enviada pela Embaixada para o Departamento de Estado. Segundo a mesma, os detalhes presentes nos artigos revelavam uma considerável preparação e o acesso a uma grande riqueza de material. A constatação de que havia forte condenação ao governo em alguns artigos desencorajava pensar que eles tivessem sido encomendados pelo mesmo. No entanto, informa o documento, alguns brasileiros acreditavam que os textos tinham sido inspirados pelo governo visando preparar o caminho para Vargas assumir poderes mais arbitrários, mas a Embaixada considerou que o *Correio da Manhã* não se prestaria a isso. Por outro lado, a polícia informara ao um funcionário norte-americano que ela havia fornecido parte do material para os artigos e que o governo, no mínimo, encorajara o jornal carioca a começar uma campanha anticomunista. A dúvida também se referia à precisão do jornal quanto à infiltração comunista no governo.

Num memorando produzido pelo FBI sobre as atividades anticomunistas no Brasil em julho de 1946, vê-se o cuidado na divulgação de informações a respeito de ações levadas

---

<sup>85</sup> *Anti-Communist Programs*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 8 de outubro de 1951, M1487, rolo 4.

<sup>86</sup> *Distribution of Anti-Communist Propaganda in São Paulo*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 01 de agosto de 1951; M1487, rolo 4.

<sup>87</sup> *Series of Anti-Communist Articles Published in Correio da Manhã - December, 16-23*. Despacho da Embaixada para o Departamento de Estado em 29 de Dezembro de 1951, assinado por Eldred D. Kuppinger, M1487, rolo 4.

adiante por padres católicos.<sup>88</sup> Uma das fontes que informava o documento e cuja identidade não é revelada comentou que “os padres católicos em São Paulo estão carregando armas escondidas a fim de estarem preparados para qualquer possível problema com os comunistas”.<sup>89</sup> Tal informação foi contraposta pelo relator àquela proveniente de outra fonte que “chamou a atenção que o último relato é grosseiramente exagerado e que não tem sido observada evidência de tal prática”.<sup>90</sup>

Um outro tipo de informação era aquele conseguido por meio de conversas com pessoas selecionadas, as quais depois eram registradas em memorandos de conversação. Tratavam-se geralmente de pessoas que ocupavam cargos políticos de destaque ou então tinham liderança em outros campos, como na Igreja e na imprensa.

---

<sup>88</sup> Entre os documentos do ano de 1946 que tratavam do anticomunismo encontrei quatro memorandos expedidos pelo FBI. Qual era a função dessa agência no acompanhamento de temas como comunismo e anticomunismo no Brasil? A resposta para esta questão parece estar numa reorganização do trabalho voltado para a inteligência no exterior efetivada logo depois da Segunda Guerra. Naquele momento, começou-se a pensar num sistema permanente de inteligência no exterior para o tempo de paz, mas que continuasse a desenvolver as funções que na guerra estavam sob a responsabilidade do *Office of Strategic Services*, das Forças Armadas e do FBI. Esse propósito acabou tendo como resultado a criação da CIA. Tal reorganização – defendida pelo presidente Truman – gerou conflitos entre várias agências governamentais, que também estavam ou pretendiam estar envolvidas nas funções que seriam assumidas pela CIA. Entre os descontentes estavam os militares, o Departamento de Estado e o FBI. O descontentamento do diretor do FBI, John Edgar Hoover se devia ao fato de que ele tinha suas próprias idéias a respeito do que deveria ser uma inteligência no pós-guerra. Desde 1941, o FBI vinha conduzindo operações no continente americano. Com base nessa experiência, Hoover propunha que o FBI fosse a cabeça de um sistema de inteligência em nível mundial, o que não foi aprovado por Truman. Assim, a presença desses memorandos redigidos dentro do FBI – e encaminhados ao Departamento de Estado e Embaixada no Brasil por Hoover – parece representar o período de transição de uma estrutura na qual o FBI atuava, para outra sob a liderança da CIA. De acordo com informações retiradas de: *Foreign Relations Series - Volume Summary, 1945-1950 – Emergence of the Intelligence Establishment* – [http://www.state.gov/www/about\\_state/history/intel/summary.html](http://www.state.gov/www/about_state/history/intel/summary.html). Trata-se de um guia do conteúdo de um volume da coleção *Foreign Relations Series* que compila correspondências relacionadas ao estabelecimento do sistema mundial de inteligência depois da Segunda Guerra.

<sup>89</sup> Despacho de John Edgar Hoover, do FBI para o Departamento de Estado, em 11 de julho de 1946, apresentando um memorando sobre atividades anticomunistas no Brasil. Este memorando tem 66 páginas. M1492, rolo 15. “The Catholic priests in São Paulo are carrying guns under their hassocks in order to be prepared for any possible trouble with the communists”. *Idem*, p. 46. Como se fez aqui, todos as citações em inglês aparecerão traduzidas para o português no corpo do texto e na sua versão original no rodapé. Todas as traduções foram feitas por mim. É preciso ter sempre presente as possíveis perdas ou mudanças de conteúdo e sentido efetuadas nos processos de tradução, pois parte dos textos em inglês que serão utilizados aqui foram, originalmente, escritos em português. Para fins de comunicação do corpo diplomático norte-americano no Brasil com o Departamento de Estado, tais textos tiveram que ser vertidos para o inglês e agora, na redação desta tese, serão revertidos para o português.

<sup>90</sup> “Advised that the latter report is grossly exaggerated and that he has observed no evidence of such practice”. *Idem*.

Os casos de memorandos de conversação encontrados nos quais o tema do anticomunismo era tratado foram os seguintes: uma conversa entre funcionários norte-americanos e o presidente eleito Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1955, nos Estados Unidos;<sup>91</sup> uma discussão entre um funcionário do Consulado de São Paulo e dois senhores dos altos escalões d'*O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo*, a respeito da repercussão da revolução cubana no Brasil;<sup>92</sup> uma conversa ocorrida em 20 de dezembro de 1961 entre o embaixador Lincoln Gordon e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, na qual o tema era a situação inflacionária do Brasil;<sup>93</sup> um memorando de dezembro de 1962 que relata conversa ocorrida na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, da qual participaram o funcionário do Consulado norte-americano, Richard C. Desmond e Rafael Noschese, presidente de tal Federação, a respeito das possibilidades de um golpe militar contra Goulart;<sup>94</sup> e, finalmente, o memorando que se refere a uma conversação em 7 de abril de 1964 entre Lincoln Gordon e o novo Ministro da Guerra, general Costa e Silva, versando sobre a vitória do Exército brasileiro sobre o comunismo.<sup>95</sup>

Esse tipo de conversação também parece ter sido uma oportunidade para estreitar as relações entre certas lideranças brasileiras e os funcionários dos postos diplomáticos. Receber aquelas pessoas ou ser recebido por elas seria uma forma de abrir canais de diálogo que poderiam vir a ser melhor explorados no futuro, uma forma de buscar informações diretamente nas fontes e ou ainda de questionar certas interpretações e propor outras. Poderia ser uma boa chance de influenciar, esclarecer, mostrar que o interlocutor podia estar enganado em suas próprias avaliações, por estar deixando de considerar certas variáveis. A

---

<sup>91</sup> *Memorandum of conversation with President Kubitschek* - Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs, em 25 de janeiro de 1956; M 1511, rolo 6.

<sup>92</sup> *A conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 17 de Agosto de 1960, assinado pelo Cônsul Geral William P. Cochran Jr, Caixa 1574.

<sup>93</sup> O memorando é um anexo do documento: '*Christian Social Pledge*' Reflects Left Wing Church Beliefs. Despacho do Departamento de Estado para o Consulado em São Paulo, assinado por Rusk em 13 de agosto 1962, Caixa 1579.

<sup>94</sup> *Military Coup Expected by Business Groups in São Paulo*. Memorando de conversação anexo a Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 21 de dezembro de 1962, Caixa 1580.

<sup>95</sup> *Memorandum of Conversation*. Despacho da Embaixada em Brasília para o Departamento de Estado em 7 de abril de 1964, caixa 1930.



conversaçoão podia ser, assim, um bom momento de “catequese”. Uma conversa deste tipo poderia, inclusive, ser uma das formas de açãoo do CDNA no combate ao comunismo, como serãoo visto adiante.

Além do contato pessoal com os dois tipos de informantes acima citados, é possível lembrar da importância dos lugares nos quais funcionários circulavam, os seus círculos de amizade, as festas que freqüentavam, os restaurantes onde faziam suas refeições. Na verdade há poucos indícios disso na documentação pesquisada, mas a historiografia das relações entre Estados Unidos e Brasil traz alguns exemplos.

Num estudo sobre Adolf Berle, C. Neale Ronning dá algumas indicações sobre o relacionamento da Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro com setores da sociedade brasileira. Segundo o autor, ao chegar no Brasil em 1945, Berle tinha como sua primeira tarefa conhecer algo a mais do que a alta sociedade brasileira e para tanto o corpo de funcionários da Embaixada não lhe parecia ser muito útil. O novo embaixador se surpreendeu com a distância que seus funcionários mantinham em relação àquilo que deveria ser a vida de cerca de 98% dos brasileiros.<sup>96</sup>

As apreciações que a Embaixada fazia a respeito das questões políticas em curso no Brasil eram influenciadas, segundo o autor, pelo distanciamento em relação a certos grupos e pela aproximação em relação a outros. Berle era provavelmente influenciado pelos contatos que mantinha com o grupo de opositores de Vargas. Tanto ele quanto alguns brasileiros admitiam que tal grupo era a principal fonte de informação do embaixador sobre o pulso político do país.

Um estudo sobre o último embaixador do período em questão, Lincoln Gordon, revela que ele tinha um seleto e politicamente destacado grupo de amigos e informantes, que compartilhavam com ele um certo mal-estar em relação ao presidente João Goulart.<sup>97</sup> Segundo John K. Blach, os empresários norte-americanos com mais de um milhão de dólares investidos no Brasil estavam infelizes com a presidência de Goulart e os empresários brasileiros ligados ao meio empresarial multinacional pensavam da mesma forma. Alguns

---

<sup>96</sup> “The detachment of the Embassy from the life of what must be 98% of the population is surprising”. In: RONNING, C. Neale. *Adolf Berle in Brazil: 1945-1946*. In: RONNING, Neale e VANNUCCI, Albert. *Ambassadors in Foreign Policy*, p. 78.

<sup>97</sup> BLACH, Jan Knippers. *Lincoln Gordon and Brazil’s military counterrevolution*. In: RONNING, Neale e VANNUCCI, Op. cit., p. 103.

deles faziam parte do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado para agitar – e mais tarde, conspirar – contra o governo. Ainda antes de assumir seu posto no Brasil, informa o mesmo autor, Gordon tinha um amigo próximo entre as lideranças do IPES. Com o tempo, ele se aproximou de outros líderes.

Além dos informantes e dos contatos pessoais, outros indícios que permitiam aos norte-americanos avaliar as campanhas anticomunistas - e o fazer político em geral - no Brasil eram aqueles captados na imprensa. Os despachos analisados revelam que os postos acompanhavam detidamente o que saía na imprensa sobre comunismo e anticomunismo. Atenção especial era dada aos editoriais já que por meio deles se poderia perceber como cada jornal se posicionava frente aos fatos que estava divulgando. Os editoriais poderiam ser aqueles relacionados a questões que esporadicamente apareciam sobre comunismo e anticomunismo, ou poderiam fazer parte de campanhas de fôlego maior, como aqueles que saíam em série. Foi o caso, por exemplo, de duas séries de artigos contra o comunismo. Uma delas levada adiante em junho de 1946 pelo jornal carioca *A Manhã*,<sup>98</sup> e outra pelo *Correio da Manhã*, em dezembro de 1951.<sup>99</sup>

Os jornais acompanhados eram rotulados como conservadores, liberais, ligados ao governo, esquerdistas, etc. O jornal comunista, *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro era atentamente lido, como se vê em vários despachos que utilizam informações ou avaliações nele publicadas. Jornais menores como os católicos *A Ordem*, de Natal, e *Jornal do Dia*, de Porto Alegre também eram acompanhados.

Para além dos editoriais, a leitura dos jornais pelo corpo diplomático permitia ver como certos acontecimentos ligados a comunismo e anticomunismo repercutiam. A eficácia de qualquer manifestação ligada a estes dois campos era avaliada não apenas pelo número de participantes mas pela forma como a mesma repercutia na imprensa no dia seguinte. O cuidado com a imprensa pode ser dimensionado simplesmente pela grande quantidade de documentos encontrados que possuem como anexos recortes de jornais. Os recortes eram acompanhados, quase sempre, da tradução deles para o inglês e de comentários avaliativos.

---

<sup>98</sup> Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 13 de junho de 1946 – M1492, rolo 15.

<sup>99</sup> *Series of anti-Communist Articles Published in Correio da Manhã - December, 16-23*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 29 de Dezembro de 1951, assinado por Eldred D. Kuppinger, M1487, rolo 4.

Em abril de 1951, por exemplo, o Departamento de Estado foi informado que o matutino católico de Porto Alegre, *Jornal do Dia*, publicara artigo relativo aos métodos usados pelos Estados Unidos para conseguir melhor resultado na campanha anticomunista. Segundo o artigo, os norte-americanos combatiam o comunismo não só com palavras, não só com armas mas com justiça e solidariedade, com elevação do padrão de vida, elevação dos seres humanos em termos espirituais e materiais, efetivação da justiça social. Tudo isso, segundo o artigo, fechava o caminho para o extremismo.<sup>100</sup>

Num tipo de documento comum na década de 60, o resumo mensal ou semanal<sup>101</sup> o acompanhamento da imprensa tinha lugar reservado dentro do item “psicológico”. Também eram acompanhadas as notícias e editoriais que tocassem no nome dos Estados Unidos ou que trouxessem algum indício de anti-americanismo.

A atenção para o desenvolvimento dos processos eleitorais também teve relação com as avaliações sobre o anticomunismo brasileiro. Em períodos eleitorais - especialmente para a presidência da República - os documentos classificados em *political affairs* tratam minuciosamente dos desdobramentos gerais das campanhas (com muita referência à imprensa). Ainda, há previsões sobre as possibilidades de vitória de um ou outro candidato, de alianças e rompimentos e, especialmente, previsões sobre o tipo de administração que os eleitos iriam realizar e de como isso poderia interferir nas relações entre Estados Unidos e Brasil.

Antes mesmo do início das campanhas, muito se falava sobre o que os jornais diziam a respeito da escolha dos candidatos, das chances, apoios e oposições que cada um poderia ter e a sua relação com os comunistas. No último caso, entrava em cena tanto o jogo de acusações que os candidatos faziam entre si - cada um dizendo que o opositor é que tinha se aliado aos comunistas ou recebido seu apoio<sup>102</sup> - quanto as avaliações do corpo diplomático sobre a veracidade de tais acusações.

---

<sup>100</sup> *Article on Anti-communist campaign*. Despacho do Consulado de Porto Alegre para o Departamento de Estado em 27 de abril de 1951, rolo 4.

<sup>101</sup> Monthly ou Weekly Summary.

<sup>102</sup> Sobre o uso do anticomunismo como arma na propaganda eleitoral ver: RODEGHERO, Carla Simone. A conquista do voto: anticomunismo no processo eleitoral. In: *O diabo é vermelho*. p. 91 a 114.

Veja-se o exemplo referente às eleições de 1962.<sup>103</sup> Os temas que estavam marcando a campanha no Rio Grande do Sul foram analisados no interior de um relato sobre as práticas políticas dos gaúchos. O grande tema da campanha seria Leonel Brizola.<sup>104</sup> Por causa disso, os eleitores teriam que escolher entre instabilidade e tranqüilidade.

“A questão principal da campanha eleitoral do Rio Grande do Sul é se irão persistir as filosofias, políticas e práticas inquietadoras e instáveis durante outro período administrativo de quatro anos, ou alternativamente, a estabilidade política e a tranqüilidade retornarão, para que desta forma os habitantes deste estado possam projetar os seus destinos com alguma segurança de que as instituições democráticas sobre as quais a estrutura sócio-econômica do país está baseada, possam resistir.”<sup>105</sup>

O documento também aponta que a Aliança para o Progresso e os investimentos de capital estrangeiro no Brasil não eram assuntos fortes da campanha, já que havia pouca evidência da presença dos mesmos no estado. O que estava aparecendo era apenas a condenação de Brizola à Aliança e aos investimentos externos, vistos como processos para manter o Brasil como uma colônia econômica dos Estados Unidos. Vê-se nesse e em outros documentos que a crítica dos norte-americanos a Brizola estava centrada no anti-americanismo do político gaúcho, o que fazia com que as ações e pronunciamentos do mesmo fossem atentamente acompanhados e relatados para o Departamento de Estado, da mesma forma que se fazia em relação aos comunistas e à ala esquerda da Igreja Católica em São Paulo.

Outro exemplo que dá conta da avaliação norte-americana sobre o anticomunismo brasileiro, na forma como esse se apresentava nas disputas eleitorais, vem de um documento

---

<sup>103</sup> *Brazilian Elections 1962 - Rio Grande do Sul*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 10 de setembro de 1962. Caixa 1579.

<sup>104</sup> Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1962. Em 1962 foi eleito Deputado Federal, pela Guanabara.

<sup>105</sup> “The principal issue in the election campaign in Rio Grande do Sul is whether the disquieting, unsettling philosophies, policies and practices of Brizola are to persist into and during another four year administrative period or, alternatively, tranquillity and political stability are to return, so that the inhabitants of this state can work out their destinies with some assurance that the democratic institutions upon which the socioeconomic fabric of the country is based are to endure”. Idem, p 3.

que também se refere à campanha eleitoral de 1962.<sup>106</sup> Ele cita diversos candidatos e a forma como os mesmos vinham manejando o anticomunismo em suas campanhas. Comenta que Jânio Quadros, quando de sua campanha em 1960, não tinha estado muito interessado no apoio dos comunistas ainda que muitos dos seus votos tivessem vindo de setores sob a influência da extrema esquerda. Comenta também que, em 1962, a UDN estava fazendo do anticomunismo o tema mais importante da sua campanha, e conclui que em termos gerais:

“propaganda anticomunista tem sido mais importante do que propaganda pró-comunista na presente campanha. Alguns observadores dizem que isso não era tão forte nas eleições recentes. É provável que este desenvolvimento reflita diretamente a opinião pública, e em grande extensão, reflita a militância de vários grupos anticomunistas de ‘ação democrática’ que têm florescido desde a renúncia de Jânio Quadros”.<sup>107</sup>

A presença de mais propaganda anticomunista do que comunista na campanha eleitoral, então, podia servir como um elemento para a análise geral feita pelos norte-americanos sobre o anticomunismo brasileiro. Outros documentos que serão apresentados ao longo da tese mostrarão como era visto de forma positiva o surgimento de grupos de “ação democrática” como os citados no documento acima.

Um exemplo interessante de informações chegadas a um posto diplomático e que eram utilizadas para construir a avaliação sobre o anticomunismo é o de uma pesquisa de opinião feita em uma indústria multinacional.<sup>108</sup> O documento que informa sobre tal pesquisa, começa afirmando a existência de uma “atitude nada saudável frente ao comunismo”<sup>109</sup> em alguns segmentos das classes empresariais e trabalhadoras em São Paulo. Conta, então, que

---

<sup>106</sup> *Anti-Communism an Election Issue Weekly Summary*, Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 10 de outubro de 1962, caixa 1579.

<sup>107</sup> “Anti-Communist propaganda has been much more important than pro-Communist propaganda in the current campaign. Some observers say that this was not so in other recent elections. The development probably reflects public opinion directly and, to a large extent, reflects the militance of the several anti-Communist “democratic action” groups which have sprung up in the crises since Quadros’ resignation.” *Idem*, p. 5.

<sup>108</sup> *Sample survey of worker sentiment shows receptivity toward communism; São Paulo business leaders reported by one observer as generally unconcerned over Communist danger*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 6 de fevereiro de 1963, Caixa 3687.

dois executivos de uma subsidiária brasileira de uma grande corporação norte-americana informaram o Consulado a respeito de uma pesquisa de opinião feita entre seus empregados semi-qualificados, que tinham entre 55 e 60 anos de idade, com o objetivo de descobrir os sentimentos dos mesmos a respeito do estabelecimento do comunismo como um sistema de governo no Brasil.

Os empresários ficaram chocados com o resultado e acharam que o Consulado deveria conhecê-lo: 80 % dos entrevistados disseram que, apesar de não conhecerem muito sobre comunismo, estariam melhor sob um regime comunista do que eles estavam no presente. Achavam que as coisas estavam tão ruins no Brasil que qualquer mudança seria para melhor e que o comunismo poria um fim na malandragem que era, então, prevalecente. Os outros 20 % achavam que o comunismo seria mau para o Brasil. Os empresários também informaram que as relações de trabalho eram boas na empresa, apesar dos salários serem mais baixos que em outras indústrias. Informaram ainda que não havia agitadores comunistas entre seus empregados.

Antes da visita destes dois empresários, o narrador conta que almoçara no Jockey Club com o banqueiro brasileiro e empresário farmacêutico Paulo Ayres Filho, e que o mesmo teria dito que nas mesas ao redor dos dois, onde estavam figuras conhecidas das classes superiores conservadoras do país, apenas os dois estavam seriamente preocupados com o perigo do comunismo no Brasil. Aqui se pode também ver um exemplo de ambiente onde os funcionários circulavam e das pessoas que freqüentavam os mesmos.

Comentando a pesquisa antes descrita, o relator diz que é difícil tirar conclusões deste tipo de indicações, mas que ele tem observado que os brasileiros ou acreditavam que uma tomada comunista seria impossível no Brasil ou acreditavam que mesmo se tal fato acontecesse, ele tomaria uma forma relativamente amena com a qual os brasileiros poderiam conviver. E termina chamando a atenção para a calma brasileira, da qual se falará mais adiante: “a festejada calma do brasileiro, que é genuína e em muitas circunstâncias uma virtude, poderia no presente estado das coisas ser a causa de sua desgraça”.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> “Unhealthy attitude toward communism”. Idem, p. 1.

<sup>110</sup> “The Brazilian’s boasted calm, which is genuine and in most circumstances a virtue, could in the present state of affairs be the cause of his undoing”. Idem, p. 2.

Viu-se, então, que os documentos nos quais se buscará a avaliação norte-americana do anticomunismo brasileiro eram elaborados a partir de uma rede de informações que se compunha de informantes, conversas com pessoas selecionadas, acompanhamento da imprensa, observação das disputas eleitorais, análise das informações trazidas por outras pessoas preocupadas com o perigo comunista no Brasil, etc. A partir de agora, será discutida a forma como estas fontes diplomáticas serão questionadas, como elas possibilitarão captar uma recepção particular do fenômeno anticomunista do período compreendido entre 1945 e 1964.

## **1.2 - Anticomunismo, recepção e receptores**

As críticas ao fazer anticomunista brasileiro eram bastante abrangentes e davam conta de um espectro que ia desde pequenos problemas técnicos encontrados em materiais de propaganda até considerações bem mais abrangentes sobre a forma dos brasileiros se posicionarem frente a questões políticas, econômicas, ideológicas; a forma, enfim, de ler o mundo e de estar nele. Críticas à extrema tolerância, ao “jeitinho”, à busca do consenso, à falta de humildade em aprender com os exemplos dos outros e, especialmente, à falta de compreensão do perigo comunista acompanhavam os relatos diplomáticos enviados dos diversos postos instalados no Brasil para Washington. As avaliações positivas, por sua vez, valorizavam aquelas situações onde se percebia que estava havendo um despertar dos brasileiros frente ao problema do comunismo.

Levando em conta este afã de avaliar o anticomunismo brasileiro, tanto mostrando os defeitos quanto sugerindo novas estratégias de ação, proponho aqui que o pessoal da diplomacia norte-americana seja percebido como um receptor do discurso e das práticas anticomunistas no Brasil e seus escritos sejam tomados como “registros da recepção” desses discursos e práticas.

Conforme foi comentado na introdução desta tese, uma das questões que desencadeou a pesquisa foi entender como aquelas pessoas que ouviam as pregações anticomunistas católicas no Rio Grande do Sul interpretavam as mesmas. A busca de ferramentas conceituais para explorar tal questão fez com que eu me aproximasse de estudos

sobre recepção desenvolvidos em campos diversos como a literatura, a comunicação social, a sociologia da leitura, a análise do discurso e também a história, e permitiu a construção/adoção das categorias “recepção” e “registro de recepção” para o estudo do anticomunismo.

Em termos gerais, é possível dizer que a categoria da recepção emerge das discussões sobre os processos de constituição dos sentidos dos textos (escritos ou não), tematizando o papel interpretativo desempenhado no ato da leitura, o papel ativo do receptor ou destinatário. Ela pressupõe que os sentidos de determinados textos ou práticas são construídos num processo onde, ao mesmo tempo, se distinguem, confundem e interagem produtores, destinatários, leitores, ouvintes, meios de comunicação, contextos sócio-culturais, etc. Estudar um fenômeno sob o prisma da sua recepção significaria se preocupar com aqueles sujeitos e grupos classificados como destinatários e/ou receptores de certos discursos ou práticas constitutivas do mesmo, buscando a forma como eles o interpretaram e vendo tal interpretação como uma parte constitutiva do referido fenômeno. Implicaria em procurar ouvir a voz daqueles sujeitos ou grupos que eram o público alvo de certos discursos e práticas ou que foram indiretamente atingidos pelos mesmos.

No caso do anticomunismo, pode-se dizer que os estudos até agora realizados se concentram no campo da sua produção, já que procuram entender a constituição desse fenômeno como um imaginário e analisar as práticas a ele relacionadas. Buscam especialmente o que foi dito nos púlpitos, nas tribunas, nas estações de rádio, nas cerimônias militares, ou o que foi escrito nos jornais, panfletos, cartazes, cartas pastorais, ordens do dia, relatórios policiais, livros etc. O que foi dito e escrito contra o comunismo é então periodizado, classificado e interpretado. Também são apresentados grupos de militantes anticomunistas e as ações por eles desenvolvidas, as quais vão desde a produção de propaganda, publicação de artigos de jornal ou livros, organização de reuniões, passeatas, articulações pré ou pós-eleitorais, pronunciamentos em atos cívicos, até atos de terrorismo.<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> Sá Motta encontrou em sua pesquisa referências esparsas a grupos anticomunistas que utilizavam estratégias terroristas. Foi o caso do Movimento Anticomunista (MAC), criado em 1961 no âmbito dos protestos contra o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), surgido no início de 1964. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 194 a 199.



Deixando de lado os últimos e com o auxílio da historiografia disponível, é possível constatar que a maior parte da ação anticomunista brasileira se concentrava realmente na propaganda contra o comunismo. Falar, então, era a forma de agir. E esse falar se alimentava num rico manancial de imagens que delimitavam o que era o comunismo, quem eram os comunistas, quais os seus planos para o Brasil e o mundo, que perigo eles representavam, quais as suas diferenças em relação àqueles que os combatiam, como era a vida nos países comunistas, etc. É o que tem sido chamado de imaginário anticomunista.

Nesta tese o imaginário anticomunista está sendo observado a partir das lentes de dois grupos, denominados, a grosso modo, como o corpo diplomático norte-americano atuando no Brasil entre 1945 e 1964 e um grupo de padres e fiéis da Igreja Católica, que foram entrevistados no Rio Grande do Sul. O objetivo é repensar o anticomunismo por meio do confronto de leituras que grupos diferentes fizeram sobre ele.

O pessoal da diplomacia norte-americana será encarado como um receptor desse anticomunismo, enquanto que as pessoas ligadas à Igreja Católica serão vistas também como destinatárias. Essa sutil diferenciação se justifica tendo em vista o fato de que os segundos eram o público a quem eram destinadas as pregações anticomunistas, se se pensar no âmbito da Igreja. Os primeiros, no entanto, parecem ter sido atingidos de forma indireta por esta pregação. O discurso anticomunista, produzido por diferentes grupos na sociedade brasileira e divulgado por canais os mais diversos, não tinha a intenção primeira de convencer ou atingir tal pessoal diplomático, já que não eram os funcionários dos Consulados e da Embaixada que precisavam ser convencidos a respeito do perigo do comunismo e da necessidade de lutar contra ele. Talvez precisassem ser convencidos de que os brasileiros estavam fazendo alguma coisa nesta direção, mas isso parece ser uma questão muito mais restrita. Pode-se supor que as pregações da Igreja, por exemplo, tinham como destinatários os seus membros, tanto os leigos como o clero; a propaganda produzida, financiada e distribuída pelo SESI, por sua vez, visava atingir o operariado; as campanhas desenvolvidas em certos jornais visavam os seus leitores; a leitura da Ordens do Dia nas comemorações do aniversário da Intentona Comunista, visavam a oficialidade do Exército e assim por diante. Diversos setores na sociedade brasileira podem ter sido encarados como destinatários, como público-alvo da propaganda anticomunista. Além dos já citados também pode-se falar sobre

outros alvos como os estudantes, os intelectuais, os militares, os camponeses, as mulheres. Havia produções que tinham um ou outro alvo delimitado, como no caso da história do Lobo Mau, que será apresentada a seguir mas já que já foi mencionada, que visava as mulheres, e também aquelas que poderiam ser destinadas e recebidas por todos os grupos ou por vários deles.

Do ponto de vista de quem está produzindo tal discurso, esses grupos podem ser tomados como destinatários, mas olhando pelo lado oposto percebe-se que o anticomunismo atingia grupos que não eram primeiramente ou preferencialmente tomados como destinatários. Entre esses, que chamarei de receptores, estão os norte-americanos em questão. Independentemente deles terem sido alvo do discurso, da pregação, da propaganda, eles conviveram com isso e produziram suas próprias interpretações sobre este fenômeno. Os dois grupos serão, em alguns momentos, encarados como “leitores” do mesmo fenômeno. Leitores tanto no sentido literal como no figurativo. No primeiro caso porque, por exemplo, liam jornais que faziam campanhas anticomunistas, e no segundo, porque se buscou compreender como essas pessoas interpretavam o fenômeno e se posicionavam frente a ele.

Os norte-americanos não serão vistos como receptores apenas por que podem ter sido atingidos pelas pregações anticomunistas mas também por levar em conta um dos papéis que os postos diplomáticos desempenhavam, aquele de deixar o Departamento de Estado a par do andamento da política no país onde estavam atuando. É claro que eles também contribuíram para a produção do discurso anticomunista que circulou no país na época. Mas, mais do que esta dimensão, o que está sendo observado aqui é o fato de que eles atuavam numa zona de fronteira: vindos de lá, observavam e interpretavam o que se passava por aqui e transmitiam para lá. Esse observar era construído com base numa série de pequenos detalhes a serem acompanhados. O interpretar se realizava com base em certos pressupostos, numa visão particular sobre o mundo e sobre os fenômenos do comunismo e do anticomunismo, mas também apoiado em experiências prévias, expectativas, preconceitos, necessidades, funções desempenhadas.

Aquilo que os postos diplomáticos informaram ao Departamento de Estado sobre o anticomunismo no Brasil foi aquilo que as pessoas que trabalharam neles consideraram que

valeria à pena informar, mas ao mesmo tempo, pode ter sido aquilo que se esperava que eles informassem. Mas, não se tratavam simplesmente de “dados”. Muito mais do que uma transmissão de dados, o que eles realizaram foi uma leitura interpretativa sobre este fenômeno. E mais ainda do que uma leitura, pode-se dizer que eles fizeram uma tradução, uma tradução do português para o inglês mas também de uma cultura para outra.

Assim, os textos diplomáticos que estão sendo utilizados aqui são encarados como registros de recepção, tanto porque seus atores estão sendo vistos como receptores, quanto porque eles carregam no seu interior uma preocupação com o processo de recepção do anticomunismo. Eles levantam e discutem questões como: quais são as campanhas em curso? Quem são os responsáveis por elas? Qual a qualidade técnica das mesmas? Que tipo de conteúdo elas são portadoras? Qual a eficácia das mesmas? Até que ponto elas atingem os destinatários e os objetivos almejados? Elas repercutem nas eleições, na imprensa, no congresso, no governo, na Igreja? Enfim, elas conseguem alertar os brasileiros a respeito do perigo do comunismo?

Ao se falar em recepção e receptores é preciso ter presente o processo de produção e o papel dos produtores. É preciso ter presente as pesquisas já realizadas sobre o anticomunismo brasileiro e os diversos grupos que contribuíram para dar forma a este fenômeno. Ao se falar em leitura do anticomunismo, dessa forma, é preciso lembrar de “textos” anticomunistas. Na presente pesquisa não me proponho a realizar a análise da recepção de um texto anticomunista individualizado, mas tenho como referência um conjunto amplo e disforme de textos, produzidos ao longo de duas décadas, por uma ampla gama de sujeitos e instituições, e assumindo diferentes materialidades. Este conjunto - cujos contornos foram esboçados na introdução - será tomado como um “texto”, aberto a várias “leituras”. Será chamado pelo nome de “discurso anticomunista” ou simplesmente “anticomunismo” enquanto que os escritos avaliativos produzidos sobre ele pelo CDNA - e mais adiante, a partir das entrevistas com os católicos - serão encarados como “registros de recepção” dos primeiros.

Essas reflexões sobre produção e recepção do anticomunismo foram construídas com o auxílio de discussões teóricas relacionadas especialmente com a literatura e com a leitura *stricto sensu*, as quais serão apropriados para tratar da “leitura do anticomunismo”,

que se refere a avaliações, lembranças, memórias, interpretações sobre este fenômeno. Não será uma simples transposição dos conceitos mas, sim, a exploração das potencialidades explicativas de outras disciplinas para o campo da história.

Início apontando para questões levantadas por Roger Chartier em suas pesquisas sobre a leitura de textos impressos em outro período histórico.<sup>112</sup> Confrontando o mundo do texto e o mundo do leitor, Chartier propõe duas hipóteses que extrapolam seus estudos específicos e indicam caminhos para a presente pesquisa. Ele se refere, em primeiro lugar, à construção de sentido que se opera na leitura ou na escuta, a qual é resultado de "um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares e as comunidades".<sup>113</sup> Em segundo lugar, ele se preocupa com a questão da forma, acreditando que "as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)".<sup>114</sup>

Assim, o autor propõe o cruzamento do estudo dos textos com a história dos livros e com as práticas de apreensão efetivadas pelos leitores. Ele efetua um desdobramento nas questões que eram feitas sobre os livros, tais como as perguntas sobre o que os autores quiseram dizer em seus textos e, assim, avança para questões sobre como esses textos eram transformados em livros, como chegavam aos leitores, e como estes os liam. Os leitores, então, passam a ser vistos como protagonistas do processo de construção do sentido dos textos.

Discutindo a aproximação entre história e literatura que pode ser feita a partir da análise de crônicas, Sandra Jatahy Pesavento<sup>115</sup> chama a atenção para a importância do entendimento das relações entre a produção e a recepção, as quais estariam no centro da história cultural.<sup>116</sup> No que se refere aos leitores, a autora defende que

“... o texto não é só produto do escritor, mas também, produção da leitura. Ou, em outras palavras, o leitor cria um texto próprio, na prática de ler, o que o distancia

---

<sup>112</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação, In: *Estudos Avançados*. USP, 5(11), jan./abr. 1991, p. 178.

<sup>113</sup> Idem, p. 178.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997, p. 29 a 37.

bastante da posição de consumidor passivo. Trata-se, pois, de um consumo que se converte em produção, manifestando-se por vezes, uma defasagem entre as intenções do autor do texto ao escrevê-lo e as representações que o leitor elabora no momento da leitura”.<sup>117</sup>

Esta “defasagem” poderá ser sentida ao longo da tese no confronto, por exemplo, entre representações “oficiais” da Igreja sobre o comunismo e imagens que ficaram registradas na memória de católicos entrevistados. É ainda Pesavento quem lembra que “as representações estabelecem seus caminhos de sedução social e convencimento, mas a mensagem veiculada tem leituras diversas, como diversas são as relações entre os atores em cena”.<sup>118</sup>

A categoria “registro de recepção” foi tomada de empréstimo de Hans Ulrich Gumbrecht, cujos estudos se situam dentro da Estética da Recepção. Algumas poucas palavras sobre o autor e a Estética da Recepção permitirão entender a construção de tal categoria e sua utilidade para os problemas de pesquisa desta tese.

Inaugurada nos anos 60 por Hans Robert Jauss, a Estética da Recepção propôs que o caráter estético das obras literárias fosse definido pela forma como elas foram historicamente lidas.<sup>119</sup> Mostrou como tais leituras se relacionavam com um certo horizonte de expectativas, e que essas poderiam ser evocadas ou ultrapassadas por um nova obra. Para ter acesso ao horizonte de expectativas dos leitores, o pesquisador deveria buscar as questões para as quais a obra teria se constituído em resposta no momento do seu aparecimento. Nesse sentido, seria possível construir uma nova história da literatura a partir de cortes sincrônicos - detectando expectativas, perguntas e respostas, aceitações e reações - e também de um olhar diacrônico, que atentasse para as diferentes recepções ao longo das gerações.

Jauss abriu um novo campo de estudo, dentro do qual foram desenvolvidos outros trabalhos que se aproximavam mais ou menos da proposta dele. Uma dos questionamentos

---

<sup>116</sup> Idem, p. 31.

<sup>117</sup> Idem, p. 35.

<sup>118</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920). In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, maio de 1994, p. 180.

<sup>119</sup> ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*, São Paulo: Ática, 1989.

que foram dirigidas à Estética da Recepção foi se ela se preocupava realmente com a recepção. Em outras palavras, até que ponto ela chegava no “leitor real”. Segundo Regina Zilberman, mesmo que Jauss tenha proposto uma história da literatura baseada no leitor, esse esteve praticamente ausente das suas pesquisas, cujo "procedimento metodológico é sugerido pela hermenêutica literária e, como tal, visa evidenciar o intercâmbio da obra como o leitor a partir da lógica da pergunta e da resposta embutida no texto e não no destinatário".<sup>120</sup>

Aqui, então, já é possível distinguir uma estratégia de estudo da recepção, que é aquela que busca como a preocupação do autor com o leitor está inscrita no texto e que investiga que tipo de expectativas do público tentaram ser respondidas por uma certa obra. Assim, se chegaria ao leitor por meio do autor. Além disso, contextos diferentes, marcados por expectativas diferentes dos leitores propiciariam leituras também diversas da mesma obra.

Outro estudioso da Estética da Recepção, parece estar mais preocupado em construir canais de acesso ao “leitor real”. Segundo Hans Ulrich Gumbrecht,

"quem deseja apreender as condições das diferentes constituições de sentido sobre um texto deve pesquisar as interações entre um autor e seus leitores, pois a ação social do autor é tanto condição para a compreensão do texto pelo leitor, como a ação social provável dos leitores age como premissa para a produção textual do autor".<sup>121</sup>

A interação social entre autores e leitores é vista, então, como elemento que permitiria uma determinada recepção dos textos. Os sentidos não estariam presentes no texto mas seriam construídos na relação entre produção e leitura. Essa abordagem abriria a possibilidade de mergulhar em múltiplas exegeses sobre o mesmo texto. Mas, para Gumbrecht, "as doações de sentido realizadas por determinados leitores (ouvintes) a um texto e os motivos (necessidades) de suas ações de compreensão só poderão ser

---

<sup>120</sup> ZILBERMAN, Regina. Op. cit., p. 60.

reconstruídas com uma certa margem de confiança ao dispormos de testemunhos, verbalmente articulados, de sua recepção".<sup>122</sup>

É dentro dessa discussão que o autor introduz o conceito de “testemunho ou registro de recepção”, como canal de acesso aos leitores e às suas leituras. A análise deve, então, seguir o método de esclarecer questões sobre quando o texto e o testemunho de recepção foram produzidos, sobre a posição social dos interlocutores, as experiências que os uniam e diferenciavam, as expectativas de uns em relação aos outros, etc. Essa abordagem foi particularmente importante para a definição da estratégia de estudo da recepção do anticomunismo. Como já foi comentado na introdução, a recepção será captada a partir de documentos que assumiram o caráter de “registros de recepção”, nos quais foram buscadas leituras particulares sobre o anticomunismo. Essas leituras foram relacionadas, posteriormente com o universo dos que, mesmo estando no papel de receptores, as produziram. Também foram relacionadas, no caso da Igreja, com o que se poderia chamar de discurso oficial.

Outra disciplina que se preocupa com a recepção é a Sociologia da Leitura. Como o nome sugere, ela toma a leitura como objeto de análise sociológica, buscando canais de acesso aos leitores, trabalhando com textos literários, mas se preocupando basicamente com as questões sociais em detrimento das estéticas. Numa pesquisa muito interessante sobre a forma como dois romances foram lidos em duas cidades diferentes, Leenhardt e Józsa trazem alguns elementos sobre o estudo da recepção.<sup>123</sup>

Em *Lire la lecture*, os autores se propõem a pôr em evidência a multiplicidade e a estrutura das interpretações dadas aos textos, atentando para o plano das problemáticas sociais, políticas, éticas, filosóficas que, implícita ou explicitamente, são reveladas na leitura. Nessa direção, Leenhardt e Józsa mostram que “os mesmos romances são lidos de muitas maneiras diferentes” e que “os leitores, eles mesmos, de certa maneira, escrevem e reescrevem a seu próprio modo o romance lido, de tal forma que o que eles tiram do

---

<sup>121</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia e métodos de uma ciência da literatura fundada na ação. In: COSTA LIMA, Luiz (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 192.

<sup>122</sup> Idem, p. 202.

<sup>123</sup> LEENHARDT, Jacques e JÓZSA, Pierre. *Lire la lecture: essai de sociologie de la lecture*. Paris: Le Sycomore, 1982.

romance (. . .) não depende tanto do texto quanto de suas [dos leitores] estruturas psíquicas e ideológicas”.<sup>124</sup>

A existência de interpretações divergentes sobre os mesmos romances se explicaria pela sua recepção por pessoas inseridas em culturas e sub-culturas diferentes. Analisando como dois romances foram lidos em duas cidades européias diferentes,<sup>125</sup> e por meio de questionários respondidos por um grande grupo de leitores, os autores tentaram compreender os “sistemas de valores” que estavam na base das avaliações que leitores histórica e socialmente localizados fizeram sobre tramas literárias específicas, relacionadas, possivelmente, com as formas como esses leitores - e as comunidades das quais eles faziam parte - interpretavam o mundo em que viviam. A proposta, então, vai além de explicitar diferentes leituras sobre um texto, já que usa tais leituras para ter acesso a questões mais amplas sobre sistemas de valores e visões de mundo.

Os sistemas de valores delimitariam as possibilidades de movimento do pensamento, tornando possíveis algumas interpretações e não outras. Essa proposta foi muito útil na presente pesquisa, e inspirou especialmente o capítulo 6 no qual analiso, entre outras coisas, a leitura que alguns padres fizeram sobre um livro que tratava da perseguição à Igreja no México.

Na Análise do Discurso, a questão da relativização da noção de sujeito, e no caso, do autor, abre espaço para que se possa pensar sobre a recepção, mas também permite relativizar o papel do leitor. A produção dos sentidos dos textos se daria nas relações travadas entre autores e leitores, mas também levando em conta sentidos anteriores e expectativas de futuro. Os sentidos, como explica Mariani, não estão nas palavras, não são uma questão lexical, mas sim semântica: “a existência das ‘coisas’ é resultado de sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/ história.”<sup>126</sup> Assim, os sujeitos (tanto o produtor quanto o receptor) constituir-se-iam mutuamente e em relação à história. Os

---

<sup>124</sup> Idem, p. 35.

<sup>125</sup> Os romances foram *Les Choses* de Georges Perec e *Cimetière de Rouille*, de Endre Fejes. Cada um foi lido por cerca de 140 pessoas em Paris e Budapeste. Essas pessoas se dispuseram a responder um questionário que tratava de hábitos de leitura, e também de posicionamentos pessoais em relação às tramas e personagens.

<sup>126</sup> MARIANI, Bethania. Op. cit., p. 28.



sujeitos agiriam dentro de uma formação discursiva, a qual delimita “aquilo que pode e deve ser dito (. . .) a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada”.<sup>127</sup>

Em sua pesquisa sobre o PCB na imprensa, Mariani também toca no problema da recepção realizada pelos leitores. Ela considera que os textos jornalísticos são portadores de uma imagem sobre o leitor que vai lê-los<sup>128</sup> e que esse está imerso na mesma formação discursiva que se contrapõe ao comunismo. Para a autora, “é necessário que o pólo receptivo esteja partilhando a mesma formação discursiva do enunciador para que a performatividade possa produzir resultados. E por resultado, no discurso jornalístico, entendemos a formação do consenso”.<sup>129</sup>

Leituras como as acima mencionadas suscitam uma série de estratégias para ter acesso à recepção do anticomunismo, além daquela que foi adotada, a de usar as fontes diplomáticas e as fontes orais como registros de recepção e por meio delas entender porque determinadas pessoas fizessem as interpretações que fizeram, e também traçar a relação entre as pessoas e os grupos aos quais elas se relacionam e/ou pertencem.

Mas ainda há outras possibilidades de estudo da recepção, como selecionar um conjunto de textos anticomunistas (por exemplo, material de propaganda de uma entidade como o SESI) e ver como eles revelam a preocupação dos autores com os leitores, quem são os possíveis destinatários e como as características e expectativas desses acabam interferindo na produção do material. Poder-se-ia, no caso da imprensa anticomunista, buscar cartas de leitores que tratassem do tema, apesar do problema da filtragem nas que foram publicadas. No caso de um partido que teve intensa atuação anticomunista como o PRP seria possível buscar nos arquivos do partido correspondências de eleitores ou filiados a respeito do tema. Poder-se-ia fazer comparações entre campanhas anticomunistas realizadas em uma determinada eleição com os votos recebidos pelos acusados de serem comunistas em diferentes cidades. Havendo registros de pesquisas de opinião com alguma questão referente ou relacionada ao comunismo - como é comum nos Estados Unidos - poder-se-ia acompanhar tendências entre os entrevistados. Outra possibilidade seria rastrear diferentes recepções sobre um mesmo texto, como no caso da encíclica de Pio XI

---

<sup>127</sup> Idem, p. 31.

<sup>128</sup> Idem, p. 57.

<sup>129</sup> Idem, p. 88.

condenando o comunismo, a *Divini Redemptoris*, na medida em que se buscasse como a mesma foi interpretada e utilizada na Igreja, na imprensa, no legislativo, etc.

Certamente, os historiadores enfrentam dificuldades em estudar como os textos eram lidos, os discursos ouvidos e as representações interpretadas. Tal estudo exige antes de tudo a “crença” ou, pelo menos a desconfiança, de que a recepção é, ao mesmo tempo, parte distinta e constitutiva de fenômenos os mais variados, como é caso do anticomunismo. Essa aposta no estudo do fenômeno do anticomunismo através da sua recepção por grupos diferentes, no entanto, não desvaloriza a importância das pesquisas baseadas na produção, nem toma os conceitos “produção” e “recepção” como definidores de campos independentes e excludentes. Tais conceitos, no entanto, assumem a função metodológica de possibilitar o levantamento de novas questões a respeito desse fenômeno.

## **Capítulo 2**

### **O anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**

Este capítulo mostrará quais foram os acontecimentos do período 1945 a 1964 que mais chamaram a atenção dos postos diplomáticos norte-americanos quando estava em jogo a questão do anticomunismo. As fontes são o conjunto do material pesquisado nos Arquivos Nacionais (NARA). Uma parte do material aqui utilizado é composta por editoriais de jornais brasileiros que foram recolhidos, traduzidos, sintetizados e transmitidos pelos postos diplomáticos norte-americanos situados no Brasil para Washington. São textos de autoria de brasileiros mas que passaram pelos filtros da diplomacia norte-americana. Outra parte é composta por relatos elaborados pelos postos diplomáticos sobre casos particulares que estavam acontecendo na época, com base não apenas na imprensa mas também em outras fontes.

Levando em conta as características das fontes, foi possível captar a ênfase em quatro grandes temas conjunturais ao longo do período: a discussão sobre o lugar do comunismo e do anticomunismo, bem como sobre a legalidade ou ilegalidade do PCB, numa época marcada pela derrota do nazi-fascismo e pelo queda do Estado Novo (1945-1946); os embates entre comunistas e anticomunistas em relação à defesa da paz mundial, tendo como centro o Movimento do Partidários da Paz e os Congressos da Paz realizados em diversos níveis, desde o municipal até o mundial (1949-1950); a relação entre Juscelino Kubitschek e os comunistas no primeiro ano da sua administração (1956); e, finalmente, o período que antecedeu o golpe militar de 1964, no qual os norte-americanos muito discutiram as relações

entre João Goulart e os comunistas. A relação entre esses e a nascente esquerda católica, bem como outros grupos nacionalistas também estava em pauta.

## **2.1 - Comunismo e anticomunismo no imediato pós-guerra**

O primeiro momento a ser analisado é o que cobre os anos de 1945 e 1946 no qual a questão que parece estar no centro das preocupações da imprensa, da Igreja, dos partidos políticos, é a de como situar o comunismo em relação ao fascismo e ao nazismo e também de como diferenciar o momento que estava sendo vivido em relação ao Estado Novo.

As manifestações anticomunistas se debatiam em torno disso, num período em que os comunistas passaram por situações extremas que foram desde o otimismo com a legalização do partido, com a libertação de Prestes, e com os bons resultados nas eleições de 45 e 46, até o pessimismo resultante da intensa repressão levada adiante pelo governo Dutra, que teve seu ápice na cassação do registro do partido e logo a seguir dos mandatos dos eleitos sob a sigla do PCB. Estavam também no ar as repercussões da vitória aliada na Segunda Guerra, vitória conseguida com o auxílio da União Soviética, juntamente com o início das desconfianças e rivalidades entre os Estados Unidos e União Soviética, batizadas nesta época, como Guerra Fria.

Em março de 1945, o PCB passou a ser um partido legal. No final de outubro daquele ano, Vargas foi forçado a renunciar e em dezembro do mesmo ano aconteceram eleições presidenciais e constituintes. Ainda em maio de 1945, Luiz Carlos Prestes - anistiado e libertado da prisão onde estivera desde março de 1936 - apareceu em público pela primeira vez num ato realizado no estádio do Vasco da Gama no Rio de Janeiro. O PCB, com o candidato Iedo Fiúza, à Presidência da República, conseguiu os votos de 10% do eleitorado brasileiro, além de eleger um senador - o próprio Prestes - e quatorze deputados federais.<sup>130</sup> Em 6 de maio de 1946, aconteceram eleições para governos e legislativos estaduais. A cassação do registro do partido aconteceu em maio de 1947. Em

---

<sup>130</sup> De acordo com CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 144.

janeiro de 48, o mesmo aconteceu com os parlamentares eleitos pelo partido, entre eles Prestes, que passou a viver, desde então, em absoluta clandestinidade.<sup>131</sup>

A manifestação acontecida em 14 de julho de 1945, na Praça da Sé, em São Paulo, dá um pouco o tom da época, mostrando como o discurso católico anticomunista comparava o comunismo com o fascismo, derrotado na guerra.<sup>132</sup> Segundo informa o despacho da Embaixada norte-americana enviado ao Departamento de Estado em julho de 1945, o encontro teve como objetivo honrar a volta dos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ler o Manifesto do Episcopado Brasileiro e mostrar força cívica e moral contra o “extremismo materialista”, especialmente o comunismo. O despacho destaca a cobertura feita pela imprensa - jornais *A Manhã*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite* e *O Jornal* - por meio da qual é possível saber que o encontro foi marcado pelo clima de agradecimento a Deus devido ao fim da guerra e ao retorno da FEB. Os discursos enfatizaram a função da Igreja em harmonizar a vida social, a denúncia das desordens morais que dão origem a outras desordens, a crítica aos elementos de materialismo contidos no capitalismo, a denúncia do comunismo como completo abandono da ordem cristã e, também a advertência aos católicos de que não deveriam se aproximar dos comunistas.

Em reportagem publicada n’*O Jornal*, e referida no documento em questão, um engenheiro teria comentado que eventos como este da Praça da Sé ajudam a destruir a aparência falsa, criada sobretudo devido à guerra, segundo a qual o regime comunista da Rússia teria assumido ares de democracia simplesmente porque ela estava na guerra contra as ditaduras nazista e fascista. Tal engenheiro também teria alertado que era preciso ter claro que o comunismo é uma ditadura, basicamente a mesma que a nazista e fascista, tanto quanto de outra que era conhecida intimamente. Com essa última observação deveria estar se referindo ao Estado Novo. Segundo o mesmo analista, o desafio de ser anticomunista naquele contexto era o seguinte:

---

<sup>131</sup> PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 127-134.

<sup>132</sup> *Catholic Mass Meeting at São Paulo on July 14*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 23 de julho de 1945; M1492, rolo 3.

“O dilema que agora está frente a nós, brasileiros, de aceitar ou repudiar o comunismo poderia ser traduzido pela simples substituição de palavras equivalentes na questão: nós deveríamos aceitar ou repudiar uma ditadura? Pois comunismo é ditadura que subverte as posições relativas da pessoa, da família e do Estado, quando o último deveria ser organizado para assegurar liberdade, dignidade e outras prerrogativas justas e naturais dos primeiros.”<sup>133</sup>

Preocupações semelhantes - ou seja, de como se situar e situar o comunismo nos novos tempos - também foram expressas em outros momentos e por outras pessoas. O relato que segue se refere a manifestações anticomunistas feitas pelo polêmico capitão Penna Botto, que a partir de 1952 presidiria a Cruzada Brasileira Anticomunista. O Consulado norte-americano em Natal informou ao Departamento de Estado, em abril de 1946, que Penna Botto - nesta época comandante da Força Naval do Nordeste - havia feito um discurso na Rádio Educadora.<sup>134</sup> Ele estivera naquela capital por poucos dias em inspeção à Base Naval. Apesar do discurso ter sido feito no sentido pessoal e não da instituição, o Vice Cônsul, Robert F. Corrigan achou interessante o fato dele ter vindo de um alto escalão da Marinha brasileira. Numa tradução livre, Corrigan relata que o discurso pretendeu mostrar a impraticabilidade da doutrina marxista num país que tem tão vigorosas tradições cristãs como o Brasil.

Penna Botto comentou as eleições de 2 de dezembro de 1945 que elegeram o Presidente e os membros do Congresso, eleições que, para ele, tiveram um significado dual: por um lado, marcaram a restauração das liberdades civis, pondo um fim no longo período de ditadura mas, por outro, mostraram que o Brasil não estava preparado para as disputas democráticas representadas pelo voto direto. A vitória democrática teria sido diminuída pelas atividades comunistas que aconteceram durante a disputa eleitoral. Atividades

---

<sup>133</sup> “The dilemma which now faces us Brazilians of accepting or repudiating Communism should thus be translated by simple substitution of equivalent words into: Should we accept or repudiate a dictatorship? For Communism is dictatorship which subverts the relative positions of the person, the family and the State, when the latter should be organized to assure liberty, dignity, and other just and natural prerogatives of the former.” Idem, p. 3

<sup>134</sup> *Speech Against Communist Ideology by Captain Penna Botto* . Despacho do Consulado em Natal para o Departamento de Estado, em 11 de abril de 1946, assinado por Robert F. Corrigan - Vice Consul, M1492, rolo 14.

surpreendentes e angustiantes para Penna Botto, que se espantou ao vê-las num país como o Brasil.

Indo adiante no relato do despacho, vê-se qual era o Brasil que o capitão tinha em mente:

“Num novo país, ainda inexplorado, geralmente receptivo aos esforços sinceros dos seus filhos, onde ninguém morre nem de fome, nem de frio, onde existe em todas as partes uma terrível falta de mão de obra e recursos humanos em geral, onde as terras não cultivadas, pedindo por cultivo, estão distribuídas sobre nove décimos da sua enorme superfície, num país onde não há vestígios de preconceitos raciais e lutas entre classes são desconhecidas, nós olhamos apavorados para a facção bolchevista levantando sua cabeça e inocentemente, ainda que poderosamente, investindo contra a opinião sensível da esmagadora maioria da população”.<sup>135</sup>

Tal situação, segundo o mesmo oficial da Marinha brasileira, estava diretamente relacionada à ignorância dos eleitores: “nós vemos o fato extraordinário de eleitores desorganizados, absolutamente ignorantes, enganados pela hábil e capciosa propaganda comunista, levarem para o parlamento catorze ou quinze indivíduos marcados com o estigma da foice e do martelo”.<sup>136</sup> Ele se admirou ao constatar que isso aconteceu num país que tem 95% de católicos, mas 70% de analfabetos. E daí concluiu: “o direito de voto foi dado para aqueles que não estavam em condições de votar”.<sup>137</sup> O resultado disso é que votaram cegamente em candidatos indicados por um partido que nunca deveria ter sido reconhecido, o Partido Comunista. Exemplo de voto cego, compulsório ou sem reflexão, conforme Penna Botto, teria sido o daquelas milhares de pessoas que depois de participarem

---

<sup>135</sup> “In a new country, unexplored, generally receptive to the honest efforts of its sons, where one dies neither of hunger nor of cold, where there exists in every part a terrible lack of hands and of manpower in general, where the uncultivated lands, asking for cultivation, are spread out over none-tenths of its enormous surface, in a country where there are no vestiges of racial prejudice and where class struggles are unknown, we looked terrified upon the Bolshevist faction raising its head and, harmlessly yet forcefully, striking against the sensible opinion of the overwhelming majority of the population”. Idem.

<sup>136</sup> “We saw the extraordinary fact of unorganized electors, ignorant, absolutely ignorant, deceived by the clever and captious communist propaganda, carry to the Parliament fourteen or fifteen individuals marked with the stigma of the hammer and sickle.” Idem.

<sup>137</sup> “The suffrage was given to those not in condition to vote.” Idem.

da missa foram depositar seus votos pró-comunistas nas urnas. Nessa lógica, os eleitores do PC foram representados pelo militar como “pobres massas pseudo-comunistas, que têm sido impiedosamente exploradas.”

Vê-se que o texto lida com a questão da restauração da democracia, a volta de eleições e a discussão do lugar do comunismo nesse quadro. Essa visão autoritária e elitista era uma das marcas registradas do anticomunismo de Penna Botto, conforme se pode ver em várias publicações da Cruzada Brasileira Anticomunista a partir de 1952. A lógica é a de que o povo brasileiro é muito ignorante e por isso o valor da democracia é questionável. Para o capitão, os comunistas só receberam votos porque os eleitores, que antes haviam inclusive ido à missa, votaram cegamente. Parece haver uma percepção dele de que pouco adiantava o país ter 95% de sua população sendo católicos e que ir à missa não era o suficiente para que as “pobres massas” deixassem de ser exploradas impiedosamente.

No clima de contentamento pela redemocratização por um lado, e de receios e esforço para recomposição do poder com o final da ditadura, a criação dos partidos, as eleições, por outro, havia tanto os que viam a necessidade de intensificar a luta anticomunista, como aqueles que viam na repressão aos comunistas e no fechamento do seu partido características inconciliáveis com os novos tempos. Os dois documentos que seguem falam a este respeito: o primeiro é um memorando produzido pelo FBI sobre as atividades anticomunistas no Brasil que relata as formas como estava se dando a luta anticomunista e mostra que, do ponto de vista dos norte-americanos, as ações empreendidas não eram ainda suficientes, ou que elas não estavam adaptadas aos novos tempos. O segundo é uma reação da imprensa carioca à política repressiva do governo Dutra. Nos dois casos, é importante lembrar as informações apresentadas na introdução a respeito do aparato repressivo desenvolvido nessa administração.

O memorando do FBI trata das atividades anticomunistas em São Paulo, apesar do seu título se referir ao Brasil como um todo.<sup>138</sup> Em síntese, está relatado o seguinte: há diversos grupos anticomunistas no Brasil. São citados a União de Resistência Nacional, o Partido Democrata Cristão, a polícia, imprensa, os integralistas e grupos apoiados pela Igreja Católica. Tais grupos, conforme o memorando, vinham centrando sua ação na



publicação de propaganda e anúncios em jornais locais, na elaboração de editoriais e também na distribuição de panfletos e outros materiais. A campanha anticomunista também era apoiada pela Federação das Indústrias de São Paulo e pela Associação Comercial. Mas, nem o PDC, nem o PRP teriam apresentado candidatos a deputado federal e a senador. O PDC conseguira eleger apenas um deputado estadual. Os integralistas, ainda segundo o mesmo documento, não elegeram ninguém no país; depois da eleição, não produziram mais propaganda anticomunista; e, inclusive, se mostraram intimidados frente às críticas dos comunistas.

O autor do memorando considera que a situação em São Paulo estava pior que a do Rio de Janeiro pois no último existiriam dois jornais que sistematicamente publicavam propaganda anticomunista, os jornais *A Nação* e *Brasil - Portugal*. Apesar disso, informa que a maioria dos jornais de São Paulo são anticomunistas e que de vez em quando publicam artigos sobre as atividades comunistas naquele estado.

Em São Paulo, ainda segundo o memorando, a polícia assumira o primeiro lugar entre os anticomunistas, e vinha investigando vigorosamente todos os comunistas e todas as suas atividades, além de se engajar no trabalho de propaganda. Vinha também prendendo comunistas que tinham conexão com alguns dos movimentos grevistas acontecidos naquela capital. Mas, alerta o relator, as prisões tinham que ser feitas em bases legais e assim em cada caso, os presos eram libertados quase que imediatamente.

Ou seja, o anticomunismo era tarefa de várias organizações naquele momento. Nem todas demonstravam a eficiência que os norte-americanos gostariam de ver: os partidos não elegiam seus candidatos, não havia um número maior de jornais exclusivamente anticomunistas e a polícia agia prendendo mas sem ter base legal para manter as prisões.

Em outro documento, do mesmo estilo do memorando acima, mas datado de dezembro de 1946, se referindo às atividades comunistas no Brasil durante o mês de outubro daquele ano, e encaminhado pelo diretor do FBI a um setor do Departamento de Estado, vê-se esta mesma opinião dos norte-americanos de que a polícia brasileira não

---

<sup>138</sup> *Anti-Communist Activities in Brazil*. Despacho de John Edgar Hoover, diretor do FBI para o Departamento de Estado, 18 de abril de 1946, M1945, rolo 14.

estava preparada para agir segundo as regras do novo regime.<sup>139</sup> E é preciso lembrar que neste momento já estava em vigor a Constituição de 1946.

Sobre a falta de preparo da polícia para atuar dentro das restrições da nova Constituição o relato é o seguinte: uma fonte na polícia informou que

“nos últimos quinze ou dezesseis anos, durante o regime do presidente Vargas, os métodos da polícia brasileira para combater o comunismo tinham sido dissolver encontros, prender líderes, invadir QGs comunistas, etc. e a polícia agora enfrenta a necessidade de desenvolver novos métodos. Essa fonte mencionou a possibilidade de que se o PCB se tornar muito forte e a polícia for incapaz de dominar a situação, esta provavelmente pedirá ao governo para declarar estado de sítio para que a polícia possa usar os seus antigos métodos”.<sup>140</sup>

Vê-se da parte dos norte-americanos uma crítica ao fazer anticomunista destes grupos brasileiros, tema que será objeto do próximo capítulo. Se para eles essa atuação parecia descontínua e sem resultados práticos, para alguns brasileiros, ela era vista como sendo mais dura que o necessário. É que se vê nos editoriais de vários jornais do Rio de Janeiro, cuja síntese foi enviada pela Embaixada para Washington.<sup>141</sup>

O despacho em questão informa que estavam sendo transmitidos recortes de editoriais que protestavam contra a aparente injustificada violência contra comunistas ou pessoas suspeitas de sê-lo pela polícia, na capital do país. O alvo das críticas era o Chefe de Polícia José Pereira Lira. Entre os editoriais em questão há um d' *O Globo* no qual José Lins do Rego relaciona a perseguição aos comunistas com o regime que havia acabado em 1945.

---

<sup>139</sup> Despacho de John Edgar Hoover, do FBI para o Departamento de Estado, Marinha e Departamento de Guerra, em 16 de dezembro de 1946. M1492, rolo 15.

<sup>140</sup> “For the last 15 or 16 years, during the President Vargas’ regime, Brazilian police methods of combating communism had been to break up meetings, arrest leaders, raid communist headquarters, etc., and that the police now faced the necessity of developing new methods. This source mentioned the possibility that if the PCB becomes too strong and the police are unable to command the situation, in all probability the police will ask the Government to declare a ‘state of siege’ in order that the police may use their old methods.” Idem.

<sup>141</sup> *Reaction Against Reports of Police Violence Against Communists*. Despacho da Embaixada, no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 13 de junho de 1946, M1492, rolo 15. Há cópia no Anexo 4.

“Tudo isso nos ofende e nos deixa humilhados. Como justificar (a presença de) vítimas, se não houve notícia de luta, tumulto ou manifestação agressiva da parte dos grevistas? O massacre de prisioneiros, não importa de que tipo, de trabalhadores que pedem por salários, mesmo se membros de um partido intolerante, não corresponde aos nossos dias. (No tempo da ditadura) mesmo um senador da República sofreu a degradação de uma surra por parte de uma polícia furiosa e sanguinária. Não agora! Agora nós estamos em 1946, com o fascismo derrotado no mundo e com o senhor Filinto Miller (o ex-chefe de Polícia) derrotado no Mato Grosso.”<sup>142</sup>

Os jornais cujos editoriais são citados no despacho são os seguintes: *Tribuna Popular*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *A Resistência*, *Diário Carioca*, *Folha do Dia*, *Gazeta de Notícias*. Nem todos os jornais apontavam para a mesma avaliação que a expressa n’*O Globo*. O relator do documento separou os jornais em “liberais” e “naqueles que apoiam o governo”, como era o caso da *Gazeta de Notícias*. Os primeiros “preferem evidência ocular” e por isso denunciam as violências, os segundos dizem estar identificados com os pontos de vista do Chefe de Polícia e que “as greves não são econômicas mas políticas”.

É novamente em torno da repressão encabeçada por Lira que o tema de ser anticomunista ou comunista no novo regime se revela. Em despacho datado de 7 de agosto de 1946,<sup>143</sup> a Embaixada informa ao Departamento de Estado que Pereira Lira, havia apreendido edições da *Tribuna Popular*, jornal dos comunistas. Mostra como este ato ganhou interpretação diversa na imprensa carioca, revelando o contexto de pós-guerra, pós ditadura, de Assembléia Constituinte e de intenso anticomunismo da parte do governo Dutra.

---

<sup>142</sup> “All this offends and humiliates us ... How justify (the presence of) victims, if there was no news of any fight, any tumult, or any aggressive manifestation on the part of the strikers? ... The massacre of prisoners, no matter of what type, of workers especially who ask for wages, even if belonging to an intolerant party, does not correspond to ours days... (In the time of the dictatorship) even a Senator of the Republic suffered the degradation of a beating on the part of the furious and sanguinary police. Not now! Now we are in 1946, which Fascism defeated in the world, and Mr. Filinto Müller (the former Chief of Police) defeated in Mato Grosso”. Idem.

<sup>143</sup> *Police Anti-Communist Activities*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, em 7 de agosto de 1946; M1492, rolo 15.

A preocupação com a liberdade de imprensa fez com que vários jornais se colocassem contra a atitude do Chefe de Polícia do Distrito Federal. Os editoriais reclamaram pelo direito de expressão e pela democracia que teria vindo com o fim da ditadura. Os favoráveis às ações de Lira, por sua vez, consideraram que democracia tem limites especialmente quando o país está sofrendo pela ação de estrangeiros, que atacam os poderes públicos, transmitem orientações para os sindicatos de que os trabalhadores devem se rebelar e promover agitações. É como a questão apareceu n'*A Noite*. Ainda, segundo este mesmo jornal, os brasileiros são contra a ditadura de Franco e contra todas as ditaduras, inclusive a vermelha.

O despacho informa também o que o presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI - teria dito sobre o caso e sobre a questão da liberdade de imprensa:

“É lamentável que depois que muitos milhões morreram para extinguir o fascismo da face da terra, a tese da liberdade de imprensa precise ainda ser discutida entre nós. O direito de crítica é um patrimônio intocável da imprensa numa verdadeira democracia. Sem ele, a administração corre o risco de dar à opinião pública a impressão de que ela tenta escapar de um exame dos seus atos.”<sup>144</sup>

N'*O Diário de Notícias*, por sua vez, Rafael Correia de Oliveira relacionara a apreensão de edições do jornal do PCB pela polícia com o acontecido em maio do mesmo ano no Largo da Carioca onde sangue fora derramado. Naquela ocasião, muitas pessoas acreditaram nas explicações de Lira, mas agora, segundo o jornalista, tudo era diferente e o governo fora coberto de ridículo. *A Notícia* também se manifestou contra, assim como a própria *Tribuna Popular*. A primeira questionou o regime em vigor: “agora, diga se nós não estamos exatamente no meio de um regime ditatorial quando um *status* tão inquisitório é invocado.”<sup>145</sup>

---

<sup>144</sup> “It is lamentable that after so many million died to extinguish Fascism from the face of the earth, the thesis of press freedom should still (need to) to be discussed among us... The right of criticism is an untouchable patrimony of the press in a true democracy... Without it, the administration runs the risk of giving the public the impression that it attempts to escape from an examination of its acts...” Idem.

<sup>145</sup> “Now, tell us if we are not right in the midst of a dictatorial regime when so inquisitorial a status is invoked”. Idem.

Algumas informações adicionais ajudam a entender o contexto em que essas discussões - que chamaram a atenção dos norte-americanos - eram travadas. Os ares democráticos que animavam a muitos ao longo de 1945 começaram a mudar no governo de Dutra. Antes da elaboração e promulgação da nova Constituição, ainda baseado na Carta de 1937, em março de 1946 o presidente da República promulgou o Decreto 9.070 que praticamente proibia as greves. No mesmo ano, foram também proibidas as comemorações programadas pelos trabalhadores para o Primeiro de Maio, em São Paulo e no Rio de Janeiro. No dia 23 de maio, uma manifestação comunista programada para o Largo da Carioca foi dissolvida à bala pela Polícia.<sup>146</sup> O processo repressivo atingiu seu clímax em maio de 1947 com a cassação do registro do PCB.

No último caso, entre as justificativas dos que lutavam pela cassação, teve papel central a questão do patriotismo. A justificativa para a cassação foi a de que “o partido é de tendência golpista e antidemocrática, recebe orientação e subvenção estrangeira, que seus estatutos são dúbios, um para o uso da Justiça Eleitoral, outro que aplica na prática”<sup>147</sup>, mas a polêmica já havia sido levantada em 26 de março de 1946 quando Prestes, discursando na Assembléia Constituinte fora questionado por líderes da UDN sobre relações entre comunismo e democracia, Rússia e imperialismo, Brasil e Rússia.<sup>148</sup>

A repressão ao comunismo que se manifestou nestes anos iniciais do governo Dutra e que chamou a atenção dos funcionários norte-americanos teve continuidade durante toda a sua administração; foi intensa, particularmente no ano de 1949, com o combate às atividades ligadas à campanha pela paz, como se verá a seguir.

## **2.2 - A guerra em torno da paz**

Os embates entre comunistas e anticomunistas no que diz respeito ao tema da paz foram destaque na correspondência expedida pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil, nos anos de 1949 e 1950.

---

<sup>146</sup> Relato sobre a chacina, do ponto de vista do PCB, é reproduzido por Edgar Carone. *A Quarta República (1945-1964) I - Documentos*. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 11-19.

<sup>147</sup> CARONE, Edgar. *A República Liberal (1945-1964)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1985, p. 344.

<sup>148</sup> Idem, p. 337.

A promoção da paz e o combate às armas atômicas fazia parte da estratégia soviética frente aos Estados Unidos nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra. Ao mesmo tempo, no Brasil, esse era um campo de ação para o partido que fora colocado na ilegalidade. O partido estava envolvido numa série de atividades na coleta de assinaturas para o Apelo de Estocolmo, na realização de encontros e congressos pró-paz. Os anticomunistas buscavam trazer à luz as contradições da pregação da paz pelos comunistas, buscavam formas de desmoralizá-las, confrontando-as tanto com a política externa soviética como com o tipo de militância dos comunistas brasileiros que, para aqueles, pouco teria a ver com a promoção da paz.

A esse respeito, a pesquisa documental trouxe à tona os conflitos acontecidos em Porto Alegre em agosto de 1949 quando da tentativa frustrada da realização de um Congresso da Paz. Tais congressos foram ou tentaram ser realizados em todo o país, mas a repressão policial esteve sempre ativa para combatê-los. Além da repressão policial a propaganda comunista pela paz foi combatida pela contra-propaganda dos anticomunistas. Foi o caso, por exemplo, de material elaborado pelo Consulado norte-americano em São Paulo, via USIE,<sup>149</sup> e distribuído com o apoio do SESI, da Polícia de Sorocaba e da Polícia Política de São Paulo, que será visto adiante.

Agosto de 1949 foi um mês movimentado para os comunistas e para a polícia em Porto Alegre. De acordo com as informações contidas em despacho do consulado sediado na capital gaúcha que, por sua vez, foram retiradas do jornal comunista *Tribuna Gaúcha*, a primeira de agosto daquele ano foi realizado um Congresso Estadual da Paz com a presença de delegados de todo o estado.<sup>150</sup> Na ocasião foi anunciado que representantes de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul enviariam delegados para um Congresso Regional previsto para 15 de agosto também em Porto Alegre, no Teatro Carlos Gomes. A *Tribuna Gaúcha* informou que haveria 300 representantes gaúchos e 70 do conjunto dos outros três estados e que entre os dias 10 e 14 de agosto aconteceriam encontros pela paz nos municípios gaúchos de São Leopoldo, Pelotas, Rio Grande, Alegrete, Vacaria, Santa

---

<sup>149</sup> Maiores informações sobre o USIE (*United States Information and Education Service*) serão apresentadas no capítulo 4.

<sup>150</sup> De acordo com: Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 11 de agosto de 1949, assinado por Collins; M1492, rolo 17.

Maria, Uruguaiana, Santiago, Livramento, Passo Fundo, Cruz Alta e Santo Ângelo. Ao final do relato, o Cônsul norte-americano informou que não estavam acontecendo desordens relacionadas com estas atividades.

A “desordem” e a repressão policial, todavia, aconteceriam no dia 15 daquele mês,<sup>151</sup> com a proibição do Congresso Regional pela polícia, a qual efetuou várias prisões e “desvendou” um plano de terror dos comunistas. Os que foram presos na noite do dia 15, no centro da cidade, estariam portando pistolas e cerca de 15 coquetéis molotov.<sup>152</sup>

Dois dias depois, novas informações foram enviadas para Washington pelo Consulado, tratando da situação em Porto Alegre e também em outras capitais do país, a partir do que havia sido publicado na imprensa do Rio.<sup>153</sup> Teriam sido presos cerca de 50 “agitadores” na capital gaúcha, incluindo o ex-deputado Caio Prado Jr. e o ex-senador Abel Charmont. A imprensa também informou que Belo Horizonte esteve fortemente policiada para reforçar a proibição do Congresso e que houve, por lá, algumas prisões e pouca violência. Todos os encontros programados para o estado da Bahia foram banidos. Cerca de 60 pessoas foram presas no Distrito Federal.

O caso gaúcho continuou sendo relatado - e melhor explicitado - nos dias seguintes.<sup>154</sup> Agora, a fonte que informa o relato do Consulado é a própria polícia, que dá detalhes sobre as prisões efetuadas no dia 15. Um comunista não identificado teria confessado o plano de saquear uma pequena loja de armas, e depois atacar certos prédios públicos, incluindo o Palácio do governador. A polícia recebeu informações indicando que Danilo Crespo, Edu Veiga, Flávio Franco, Hegas de Oliveira, José Cisneiros de Carvalho e outros (todos figuras comunistas menores, segundo o relato) estavam fabricando bombas caseiras de gasolina parecidas com aquelas recentemente encontradas em São Paulo. A polícia também recebeu um relato de que 300 comunistas iriam realizar o encontro programado para 15 de agosto de qualquer maneira, apesar da proibição das autoridades.

---

<sup>151</sup> Conforme está relatado no Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 15 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

<sup>152</sup> Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

<sup>153</sup> Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 18 de agosto de 1949, assinado por Jonhson, M1492, rolo 17.

<sup>154</sup> De acordo com o Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 19 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

Um “agitador” preso na noite de 15 de agosto admitiu que Danilo Crespo (“líder da tropa de choque comunista”) lhe dera três bombas e mais o pagamento de cem cruzeiros. Outros, depois, também indicaram Crespo como o líder. Também foi informado que entre os presos estava o Juiz, João Sampaio.<sup>155</sup>

O mesmo despacho informa que no dia 18 de agosto, Ciro Martins, César Ávila, Otto Alcides Ohlweiler, Vasco Prado e Júlio Teixeira haviam publicado uma carta no *Diário de Notícias* negando que o Congresso da Paz tivesse responsabilidade sobre qualquer plano de distúrbio da ordem pública.

A polícia ficou em dúvida a respeito da autoria do “plano de desordens” que seria efetivado no dia 15 de agosto: se ele teria saído apenas da cabeça de Danilo Crespo, em todos os relatos tomado como o líder, ou se o comunista gaúcho teria recebido ordem de fora, de “cabeças nacionais” do partido. Conforme se lê no relato, a polícia avaliava os acontecimentos como tendo prejudicado o próprio movimento comunista - que teve seus planos revelados, seus líderes presos e suas armas expostas fazendo com que o público ficasse ainda mais consciente do perigo que os “vermelhos” representavam.

Em nova conversa com pessoas ligadas à polícia, funcionários e o chefe do Departamento Estadual de Segurança Social e Economia Popular - DESSEP - Dr. Hélio Carlomagno, o Consulado conseguiu melhores informações e avaliações sobre o ocorrido.<sup>156</sup> Segundo estes interlocutores, não havia dúvida de que a tentativa comunista de 15 de agosto em Porto Alegre fora ordenada pelos altos líderes comunistas do Brasil. O dossiê do DESSEP indicou que as recentes atividades comunistas da “paz” (que é sempre grafada entre aspas) vinham sendo cobertas, com no caso do encontro de 1º de agosto, no qual teriam estado presentes 400 pessoas, sendo que 40 delas eram agentes do DESSEP.

Vê-se da parte da polícia gaúcha, através do DESSEP, uma atuação firme contra as atividade da paz promovidas pelos comunistas, atuação que passava pela infiltração no encontro ocorrido em 1º de agosto, pela proibição do encontro do dia 15, pela vigilância e

---

<sup>155</sup> Segundo a mesma fonte, os demais presos foram: Euclides Soares Machado, Ramão Leal Pacheco, José Albertino da Rosa, Luciano Carlos Mota, Albino Eduardo da Rosa, Carlos Lueska, Francisco Rocha, Marcos Ramires, Dirceu da Silva Manjorani e Ramão Leal Pacheco. Danilo Crespo não havia sido localizado.

<sup>156</sup> Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 26 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.



prisões neste mesmo dia, pela busca de relações entre o acontecimento local e a organização do partido comunista em nível nacional.

Para entender toda essa “guerra” em torno da paz, é preciso lembrar que a partir da decretação da sua ilegalidade e entrando pela década de 1950, o PCB levou adiante uma série de campanhas nas quais o seu nome não aparecia de forma direta. Conforme cita Eliane Rosa Garcia,<sup>157</sup> essas atividades foram: a campanha contra a carestia, contra o acordo militar Brasil - Estados Unidos; em defesa da paz mundial; contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia; em defesa do “Petróleo é Nosso”. O partido também participou, por meio de seus militantes, da Federação de Mulheres do Brasil, do movimento de mães, da Associação Brasileira de Escritores, dos Clubes de Cultura Popular, do Movimento de Auxílio à Imprensa Popular.<sup>158</sup>

A diretriz de lutar pela paz vinha da União Soviética e é assim explicada por Furet na sua obra de crítica à idéia comunista:<sup>159</sup>

“É verdade que nos primeiros anos da Guerra Fria, antes de 1951-1952, quando a União Soviética não tem a arma nuclear, ela envolve sua relativa inferioridade militar numa ampla campanha mundial pela paz, que lhe oferece ao mesmo tempo um abrigo e um alibi: reunidos ao redor do ‘apelo de Estocolmo’ contra a bomba atômica, os ‘partidários da paz’ sucedem aos ‘antifascistas conseqüentes’.”<sup>160</sup>

Olhando por outro prisma, Edgar Carone explica a lógica da luta pela paz, mostrando que o Congresso Mundial Pró-Paz foi um “movimento de caráter mundial destinado a combater a agressividade do imperialismo americano que, afinal, em 1950, desemboca na Guerra da Coréia”.<sup>161</sup> O mesmo autor narra que o PCB, em reunião do seu Comitê Nacional, em maio de 1949,

---

<sup>157</sup> GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado em História, 1999.

<sup>158</sup> Idem, p. 50-51.

<sup>159</sup> FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

<sup>160</sup> Idem, p. 475.

<sup>161</sup> CARONE, Edgar. *A República Liberal*, p. 352.

“amplia sua palavra de ordem para a ‘defesa da paz e luta contra os pactos guerreiros do Atlântico e do Rio de Janeiro, além de manter outras reivindicações como a do restabelecimento das liberdades democráticas, liberdade sindical, legalidade do PCB, defesa da indústria nacional, luta contra a carestia de vida, luta contra o imperialismo, reatamento das relações com a Rússia”.<sup>162</sup>

No Manifesto de Agosto de 1950, o PCB assume a luta pela paz como principal arma contra o imperialismo norte-americano.<sup>163</sup> Uma das formas de luta era a coleta de assinaturas para o Apelo de Estocolmo. De acordo com o documento “II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz - Regimento, Temário, Normas”, recolhido pela diplomacia norte-americana em 1950, o Apelo tinha o seguinte conteúdo:

“Exigimos a proibição absoluta da arma atômica, arma de terror, e de extermínio em massa da população. Exigimos o estabelecimento de um rigoroso controle internacional para assegurar a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país, cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens e mulheres de boa vontade do mundo inteiro que assinem este apelo.”<sup>164</sup>

Além da coleta de assinaturas, a propaganda comunista pela paz se dava por meio da realização de congressos, como foi visto acima nas tentativas de realização do Congresso Regional em Porto Alegre, em agosto de 1949. Será abordada a seguir a organização de um evento do tipo em âmbito nacional, o qual visava a escolha de delegados para um encontro mundial.

---

<sup>162</sup> Idem, p. 351.

<sup>163</sup> GARCIA, Eliane Rosa. Op. cit., p. 30.

<sup>164</sup> “II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz - Regimento Temático, Normas”, sem data e autor. Cópia deste documento se encontra em: M1487, rolo 4.

Tal evento, o II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, de acordo com o texto acima citado, estava marcado para acontecer entre os dias 21 e 23 de outubro de 1950 no Coliseu Paulista, Largo do Arouche, em São Paulo. De acordo com o texto do seu regimento, o Movimento Nacional Pela Proibição das Armas Atômicas resolvia participar do II Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em novembro em Londres, com 20 delegados, e definia que os mesmos seriam escolhidos no II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz. Participariam deste último a ser realizado em São Paulo,

“representantes eleitos nos Congressos Estaduais; delegados das organizações ou sociedades religiosas, profissionais, esportiva, culturais, científicas ou de qualquer outra natureza; delegados dos grupos de pessoas interessadas na preservação da paz mundial; e personalidades que a Comissão Promotora julgar conveniente convidar para participar do Congresso Brasileiro”.

O texto informa que o número de delegados por estado fora definido a partir do número de assinaturas conseguidas para o Apelo de Estocolmo. Assim, por exemplo, São Paulo ficaria com 250; Minas com 150; o Rio com 150; o Distrito Federal com 250; a Bahia com 50; Pernambuco e Rio Grande do Sul com 40 cada e os demais estados com menos do que 40 para cada um. Isso sugere que os comunistas em todo o Brasil tiveram trabalho intenso na coleta de assinaturas, coleta que os colocou na rua e atraiu a atenção da sociedade, da imprensa e da polícia e deu alimento para a pregação anticomunista.

A finalidade do congresso brasileiro está assim descrita: “é a reunião dos que no Brasil, colocando-se acima dos pontos de vista pessoais sobre o perigo de uma nova guerra mundial, desejam discutir e lutar pela preservação da paz entre os povos.” O congresso além da definição de resoluções sobre o temário abaixo, elegeria os delegados para o evento mundial, em Londres. O temário era o seguinte:

“I - ampliação e unificação dos trabalhos de propaganda e organização da luta pela paz. Intensificação do apoio ao Apelo de Estocolmo; II - Cessação da intervenção armada nos negócios internos dos povos e solução pacífica para a Guerra da Coréia;

III - Luta pela proibição da arma atômica, pela redução dos armamentos de qualquer espécie e condenação da propaganda de guerra”.

A propaganda “contra a paz”, por sua vez, foi uma arma utilizada pelos anticomunistas. Um exemplo disso é um material produzido pelo Consulado norte-americano em São Paulo. Em outubro de 1949<sup>165</sup>, este posto informou o Departamento de Estado a respeito da impressão e distribuição de cartazes e panfletos anticomunistas. Essas ações se justificariam porque, durante os últimos três meses, os comunistas haviam intensificado sua propaganda e suas atividades pró-paz. Em todo o estado de São Paulo, segundo o despacho, vinha sendo realizado um crescente número de encontros sobre o tema. O mesmo vinha acontecendo também no Paraná e em Santa Catarina.

Sobre o conteúdo e o funcionamento de tais encontros, o relator informa que muitas vezes os mesmos eram apenas camuflagem para greves e que vinham provocando lutas de rua com a polícia. Todos os encontros ou artigos escritos sobre a “paz” serviam, segundo o relato, como uma oportunidade para atacar os Estados Unidos. A campanha da paz não seria, então, nada mais nada menos do que uma plataforma para lançar calúnias sobre os Estados Unidos.

Tendo em vista estas observações e a necessidade de contra-atacar, o Consulado decidiu imprimir e distribuir cinco mil cópias de um panfleto ilustrado por meio da sua sessão da USIE além de duas mil cópias de um poster. O panfleto tem oito páginas e é intitulado: *Quem deseja uma nova guerra?*<sup>166</sup>

*Quem deseja nova guerra?* é introduzido com citações de Lenin e Stalin que dizem respeito à necessidade, para a implantação do socialismo, de guerras revolucionárias. Passa, então a descrever o descumprimento de compromissos assumidos pela Rússia depois do fim da Segunda Guerra: ela se negara a encaminhar soluções democráticas para os países liberados; não cooperara com a recuperação das áreas por ela ocupadas; impedira junto às Nações Unidas que um acordo de controle internacional das armas atômicas fosse

---

<sup>165</sup> *Printing and Distribution of Anti-Communist Poster and Pamphlet*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 10 de outubro de 1949, assinado pelo Cônsul Cecil M.R. Cross. M1419, rolo 17.

<sup>166</sup> Cópia do referido panfleto consta como anexo ao documento anteriormente citado.

concretizado; atacara sistematicamente as agências internacionais especializadas ligadas à ONU.

O panfleto mostra, a seguir, que os comunistas queriam a revolução mundial e que ela seria violenta. Estariam se preparando para desencadear uma nova guerra; temendo por coalizões de países que viessem a deixar a Rússia à parte. Os comunistas, diz o panfleto, “utilizam-se de todos os métodos para um guerra fria a fim de se fortalecerem e enfraquecerem todos os demais.”<sup>167</sup> E conclui que a pregação da necessidade da paz é feita enquanto os comunistas se preparam para uma conquista mundial.

Depois disto, o texto do panfleto questiona uma série de incoerências entre a pregação pela paz e a prática dos comunistas que, “mantém 6.000.000 de homens em armas”; que impediram o programa de desarmamento internacional; que gastam, na Rússia 19% de orçamento anual com as forças armadas, enquanto os Estados Unidos só gastam 6,4%. Logo a seguir, critica-se a postura dos comunistas que se aproveitam das liberdades democráticas nos outros países para atacar os mesmos enquanto na Rússia não há liberdade de imprensa, reunião, expressão e pensamento. Finalmente, faz-se uma correlação entre a campanha da paz e a história do cavalo de Tróia:

“Vocês conhecem a história do cavalo de Tróia? A cidade de Tróia de há muito estava cercada pelos gregos, mas não se rendia. Os gregos então, fingiram desejar fazer a paz e para dar maior força a essa pretensa intenção ofereceram aos troianos um presente: um enorme cavalo de madeira, que foi deixado junto ao principal portão das muralhas que protegiam Tróia. Quando os troianos iludidos em sua boa-fé levaram para a sua praça o presente e começaram a admirá-lo, de seu interior saíram centenas de guerreiros gregos, carregados de armas que, num instante dominaram, pela traição, os incautos troianos”.<sup>168</sup>

Na ilustração que acompanha este texto, Tróia é representada por um grande muro, no qual está escrito “Países democráticos”. O cavalo de madeira se aproxima do portão sendo empurrado pela Rússia. No corpo dele lê-se: “Congressos da Paz”.

---

<sup>167</sup> Idem.

O trabalho de impressão e distribuição foi feito utilizando intermediários já que o consulado não tinha intenção de revelar a autoria da iniciativa.<sup>169</sup> No que se refere à distribuição, foram utilizados os serviços de um mesmo intermediário que atuara no encaminhamento da publicação. Ele deixou mil cópias do cartaz e cinco mil do panfleto nas mãos do Dr. Franco do Amaral, Chefe de Polícia de Sorocaba. Outras mil cópias do mesmo foram entregues à polícia secreta de São Paulo que, em contrapartida, empregou um grupo de homens para colá-los nas paredes dos prédios. Um segundo bloco de cinco mil panfletos foi pago pelo SESI através de um fundo secreto que, segundo o despacho, a entidade mantinha para estas propostas e que foi entregue para uma quarta pessoa para distribuição. O SESI também encomendou, por meio daquela terceira pessoa acima citada, cinco mil cópias adicionais deste panfleto para a distribuição na área do Rio de Janeiro.

Vê-se, então, que além de acompanhar as formas de repressão às atividades relacionadas à campanha pela paz, os norte-americanos contribuíram para desmerecer essas últimas. Se, no exemplo citado, onde se viu a polícia gaúcha agindo para evitar a colocação em prática de um “plano de terror” por parte dos comunistas, estava em jogo o controle das atividades consideradas subversivas, sob o comando de indivíduos já conhecidos pelas autoridades, no caso da contra-propaganda produzida com o apoio do Consulado de São Paulo, as motivações eram outras. Estava em jogo a percepção a respeito do papel dos Estados Unidos e da União Soviética no balanço mundial do poder. Não era por combater o comunismo por motivos diferentes, no entanto, que grupos brasileiros e funcionários norte-americanos deixariam de cooperar uns com os outros.

### **2.3 - O anticomunismo no início da administração Kubitschek**

A escolha de tratar o relacionamento entre Juscelino Kubitschek e os comunistas se deu porque na coleta e seleção de documentos que falassem sobre anticomunismo, percebi que tal relacionamento fora objeto de diversos despachos dos norte-americanos. Pelo menos

---

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> No capítulo quatro será retomada esta questão no seio de discussões sobre as ações anticomunistas implementadas pelos postos diplomáticos norte-americanos e suas relações com outros grupos que tinham este mesmo tipo de ação no Brasil.

em seis ocasiões, no ano de 1956, a Embaixada ou certos setores do Departamento de Estado expediram correspondências que tinham a preocupação de avaliar o nível de aproximação ou de distanciamento entre o governo eleito do Brasil e os comunistas, que continuavam na ilegalidade, mas que mesmo assim não deixavam de ter atuação política.

O apoio eleitoral que Juscelino recebera dos comunistas pareceu ter sido uma advertência para que os norte-americanos averiguassem detida e continuamente o desenrolar das relações entre ambos. E essa preocupação era também compartilhada por setores da imprensa e por políticos e militares brasileiros, entre os quais aqueles que se colocavam na oposição à Kubitschek, questionando a validade da sua eleição e também o golpe de 11 de novembro<sup>170</sup> que garantira a posse do presidente e do vice presidente da República. Este parece ser um caso onde o anticomunismo serviu como uma ferramenta para atingir alvos outros que não os comunistas, mais precisamente, para atingir o governo Kubitschek e aquilo que ele representava para os seus opositores: a continuidade do mando getulista.

Da parte do corpo diplomático norte-americano, a preocupação com o tema parece estar relacionada também com uma prática de esquadrihar a vida política dos homens que viessem a ocupar algum cargo público de importância no Brasil.<sup>171</sup> Para o bem das relações

---

<sup>170</sup> O que ficou conhecido com golpe preventivo de 11 de novembro está relacionado com o questionamento à validade da eleição de Kubitschek e Goulart. Conforme relatam Benevides e Skidmore, a crise foi precipitada pelo discurso do Cel. Mamede, durante o enterro do General Conrobert no começo de novembro de 1955, onde afirmou que a posse dos eleitos seria uma mentira democrática. O Ministro da Guerra, Gal. Lott começou as articulações para punir Mamede por indisciplina militar, ao mesmo tempo em que Café Filho se afastou, por problemas da saúde, da Presidência da República. Carlos Luz, Presidente da Câmara, assumiu a mesma e não permitiu que Lott processasse Mamede. Lott, por isso, pediu demissão. Oficiais generais, liderados pelo General Denys, convenceram Lott a iniciar um movimento para depor Carlos Luz, que atacara a hierarquia do Exército, impedindo a punição de um inferior indisciplinado. Lott também considerou que Carlos Luz estava ligado aos conspiradores. A 11 de novembro, o golpe preventivo se efetivou: unidades do Exército ocuparam prédios públicos, estações de rádio e jornais. Carlos Luz fugiu num cruzador rebelado, o Tamandaré. O Congresso se reuniu e confirmou o nome de Nereu Ramos - Presidente do Senado - para a Presidência da República. Em 21 de novembro, Café Filho saiu do hospital e foi impedido - também pelos militares - de retomar os poderes presidenciais. Nereu Ramos permaneceu na chefia do governo até a posse dos eleitos em 31 de janeiro de 1956. O Congresso aprovou o pedido feito pelos ministros militares de decretação de estado de sítio, no dia 24 de novembro. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 273-274; e SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9.ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988, p. 191-197.

<sup>171</sup> Como se pode ver no documento: *Resumé of the Political Career and Beliefs of Jânio Quadros*. Memorando interno do *Office of South American Affairs* (OSA), no Departamento de Estado, de G. Richard Monsen para Atwood, em 6 de janeiro de 1955. M 1511, rolo 8. Logo após a eleição de Jânio para o governo de São Paulo, este setor do Departamento de Estado norte-americano tinha em mãos uma lista de todas as atividades políticas - que poderiam ter alguma relação com o PCB e suas organizações de atuação legal - nas

entre os dois países, dos negócios norte-americanos aqui instalados e do equilíbrio internacional da guerra fria isso era uma questão fundamental. Mesmo que o Brasil - e a América Latina - ainda não estivesse nos primeiros lugares da lista de prioridades da política externa dos Estados Unidos, toda a cautela e informação eram necessárias.<sup>172</sup>

Pelo lado de Kubitschek, que pode ter sido beneficiado por votos provenientes do apoio comunista, mas que tinha passado pela provação de ter sua posse garantida por um golpe preventivo, também era importante mostrar à opinião pública, à maior parte de seus apoiadores e a seus opositores que ele, apesar de tudo, era anticomunista. Mas, o seu anticomunismo foi muito diferente, por exemplo, daquele do governo do General Dutra. De acordo com Benevides,

“Juscelino nunca transigiu com os comunistas - o que prova a sua intensa oratória pró-desenvolvimento, mas com soberania e segurança nacional, em termos de ordem, contra a subversão - aos quais tolerava dentro dos limites da lei, isto é, de uma forma bastante flexível, pois o PC continuava ilegal, mas se não ‘incomodava’ também não era ‘incomodado’... Por isso eram permitidos comparecimentos de líderes comunistas em comícios, reuniões, não havia prisões e a imprensa comunista era florescente. O princípio, pois, que corrobora o necessário equilíbrio para a estabilidade política era o de respeitá-los dentro da lei e reprimi-los quando em ações subversivas”.<sup>173</sup>

---

quais o novo governador havia participado. Há informações como: assinou memorando apelando perdão aos Rosenberg; participou de banquetes oferecido por Jorge Amado, conhecido líder comunista; foi eleito presidente honorário do Congresso Internacional da Paz, frente do PCB; participou da Convenção Paulista de Anistia aos presos políticos, organização comunista; assinou protesto contra o uso, pelas Nações Unidas, de armas bacteriológicas; recusou a entronização de Cristo na Câmara Municipal; assinou o Apelo de Estocolmo; apresentou moção de apoio à Federação das Mulheres do Estado de São Paulo; tentou compelir os estudantes da Escola Elementar de Amparo a ler os trabalhos banidos, imorais e subversivos de Jorge Amado; lutou contra o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, etc.

<sup>172</sup> De acordo com HILTON, Stanley E. *The United States, Brazil, and the Cold War, 1945 - 1960: End of the Special Relationship*. In: *The Journal of American History*, vol. 68, n. 3, dezembro de 1981, p. 599-625.

<sup>173</sup> BENEVIDES, Maria V. de M. Op. cit., p. 98 e 99.



A mesma autora informa que todos os chefes do polícia do então Distrito Federal eram coronéis do Exército fanaticamente anticomunistas, como Batista Teixeira, Magassi Pereira e Amaury Kruel.<sup>174</sup>

Conforme relata Pandolfi, nas eleições de 1955, o PCB fez autocrítica condenando o absentismo assumido na eleição de 1950 e decidiu pelo apoio à candidatura de Kubitschek, candidato do PSD, cuja vitória “foi entendida pelos comunistas como o resultado da unidade das forças democráticas contra as forças ‘golpistas’ articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora”.<sup>175</sup> Apesar do apoio, o PCB percebia a presença de forças antagônicas no governo eleito, que eles designavam como sendo, por um lado, as forças patrióticas, progressistas e democráticas, e por outro, as forças reacionárias aliadas ao imperialismo. Tanto a postura política do PCB quanto o caráter conciliatório que marcou a administração do presidente mineiro ajudam a entender as configurações específicas do anticomunismo no período, especialmente no ano de 1956.<sup>176</sup>

Tendo em vista estas colocações, e buscando ir mais a fundo nelas, serão analisadas algumas situações datadas de 1956 que tiveram o anticomunismo como ingrediente e que apareceram no conjunto da documentação diplomática pesquisada: um relato de conversação entre um funcionário norte-americano e Kubitschek no que se refere ao combate do comunismo; a discussão do projeto de anistia apresentado pelo deputado do PSD, Viera de Mello em março de 1956, no Congresso Nacional; os pronunciamentos de Kubitschek a respeito das greves estudantis ocorridas no Rio de Janeiro no mesmo ano; a reação dos comunistas e da Igreja frente a tudo isso. Com exceção do primeiro ponto, os demais estiveram intimamente relacionados.

---

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 176.

<sup>176</sup> Sobre o caráter conciliatório do governo de Kubitschek, é importante lembrar que esta habilidade pessoal teve bons resultados por estar conjugada com outros fatores que permitiram a manutenção da estabilidade política e do desenvolvimento econômico. É a tese defendida por Benevides, para quem a união em torno do Plano de Metas permitiu a estabilidade política, que se realizou devido à convergência de interesses dos partidos que apoiavam o governo - PSD e PTB (detinham a maioria no Legislativo, o controle no mundo rural e do crescente eleitorado urbano); dos militares, que apesar de divididos estavam sob o controle do Ministro da Guerra, Lott, bastião da legalidade; e da estrutura organizada para tornar efetivo o Plano de Metas, passando pela criação de novas agências de assessoramento e execução, e pelo manejo da máquina administrativa já existente. A política conciliatória de JK, bem como a sua firme disposição em levar adiante seu projeto se conjugaram com uma conjuntura propícia, com um “ponto ótimo” que viabilizou a ordem e o desenvolvimento por um período de tempo, até que os elementos constituidores da sua sustentação começaram a traçar trilhas divergentes entre si. Op. cit.

Em correspondência interna,<sup>177</sup> no *Bureau of Inter-American Affairs*, no Departamento de Estado, Frank G. Wisner envia observações para Maurice M Bernbaum, a respeito da elaboração do memorando de uma conversação tida com o presidente eleito Kubitschek na qual fora tratado o tema do comunismo.<sup>178</sup> Wisner chama a atenção do colega - que parece ser o responsável pela redação final do documento - para certas questões que ele (Wisner) teria levantado na conversa com Kubitschek. O presidente, na ocasião, teria afirmado que o melhor caminho para combater o comunismo era o de construir uma situação econômica forte e levantar o nível geral de vida da população. Para o funcionário norte-americano, os comunistas também estariam cientes desse caminho e, por isso mesmo, estariam se esforçando para impedir a reabilitação econômica e o crescimento dos países do mundo livre. Sugeriu a Kubitschek que se ele tivesse sucesso no programa de melhoramento econômico, ainda seria necessário tomar medidas contra as tentativas comunistas de minarem tal programa. Wisner também comentou que pelo caráter internacional da conspiração comunista, a mesma não poderia ser combatida separadamente em cada país e que muito poderia ser conseguido com ação coletiva, especialmente com a troca de informações.

Além da explícita intenção de averiguar o anticomunismo de Kubitschek, vê-se uma preocupação dos norte-americanos com o fato do mesmo ser tolerante em relação ao comunismo<sup>179</sup> e um oferecimento de ajuda para o combate à conspiração internacional. Wisner demonstra não acreditar na teoria de que melhorias econômicas calariam os comunistas, já que via os mesmos a partir da lógica da guerra fria no plano internacional. Também, é importante lembrar que a conversação se deu antes da posse do novo presidente, acontecida em 31 de janeiro. O despacho em questão é datado de 25 de janeiro e se refere a uma conversa que aconteceu dias antes.

Em artigo publicado em 1981, Stanley Hilton se refere à visita que Kubitschek fez a Washington em janeiro de 1956, a convite do governo norte-americano. Na ocasião, “Dulles

---

<sup>177</sup> *Memorandum of Conversation with President Kubitschek* - Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, M 1511, rolo 6.

<sup>178</sup> Não foi encontrada, durante a pesquisa documental, uma primeira versão do memorando que estaria agora sendo emendado por Wisner.

[Secretário de Estado] e seus auxiliares falaram exaustivamente sobre a necessidade de um maior esforço anticomunista e ofereceram assistência técnica para esse fim, enquanto Kubitschek queria discutir financiamento para um plano de desenvolvimento de cinco anos”.<sup>180</sup> O mesmo autor informa que na posse do novo governo, o vice-presidente Nixon retomou o tema da necessidade de uma cruzada anticomunista.

A primeiro de março de 1956, ou seja, um mês depois da posse de Kubitschek e Goulart, iniciou-se no Congresso e na imprensa uma discussão sobre anistia que acabou tocando na questão do comunismo. A Embaixada norte-americana estava de olho no desenrolar do caso.<sup>181</sup> Por meio do despacho datado de 14 de maio, sabe-se que o governo, através do líder da maioria na Câmara, Viera de Mello, do PDS, apresentara um projeto de anistia para os envolvidos em movimentos revolucionários entre 10 de novembro de 1955 e 1º de março de 1956. Com isso ele visava atingir os envolvidos no “golpe preventivo” que, liderado pelo General Lott, garantira a posse do presidente e do vice presidente eleitos. O projeto visava ainda outros militares que haviam se revoltado depois daí.<sup>182</sup> Apesar de se auto-identificar como anistia ampla e geral, a proposta só previa o perdão para os envolvidos em movimentos revolucionários dentro de marcos temporais bem restritos.<sup>183</sup> Logo foram se articulando no Congresso outras alternativas mais amplas, como um projeto de emenda do deputado Rogê Ferreira do PSB de São Paulo, visando alargar a abrangência do projeto do governo<sup>184</sup> e ainda outro, apresentado por Sérgio Magalhães,<sup>185</sup> do PTB do

---

<sup>179</sup> O rótulo *soft on communism*, que poderia ser traduzido como “tolerante em relação ao comunismo” era muito usado no discurso político norte-americano.

<sup>180</sup> “Dulles and his aides spoke exhaustively on the need for a greater anticommunist effort and offered technical assistance for that end, while Kubitschek wanted to discuss financing for a five-year development plan”. HILTON, Stanley E. Op. cit., p. 618.

<sup>181</sup> *Amnesty*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, em 14 de maio de 1956, assinado por Robert W. Dean, Segundo secretário da Embaixada, M1511, rolo 1.

<sup>182</sup> É o caso da revolta de Jacareacanga: em fins de fevereiro de 1956 um grupo de oficiais da Força Aérea, ainda inconformado com o 11 de novembro, estabeleceu um posto avançado rebelde na base aérea de Jacareacanga, na Amazônia. De acordo com SKIDMORE, Thomas. Op. cit, p. 212.

<sup>183</sup> O projeto de Vieira de Mello dizia, no seu artigo 1 - uma ampla e irrestrita anistia é garantida a todos os civis e militares que, diretamente ou indiretamente, possam ter se envolvido, incluindo recusa de obedecer ordens de superiores, em movimentos revolucionários que aconteceram no país de 10 de novembro de 1955 a primeiro de março de 1956; todos os processos criminais e ações em conexão como aqueles eventos sejam suprimidos para sempre. E no artigo 2 - A lei entrará em vigor na data da publicação. Fonte: Despacho acima citado, de 14 de maio de 1956, p. 1.

<sup>184</sup> A emenda de autoria de Rogê Ferreira: Artigo 1 - Anistia é concedida a todos aqueles que de 1954 à presente data tiverem sido indiciados ou condenados por terem violado o Decreto Lei 431, de 18 de maio de 1938 ou a Lei 1802 de 5 de janeiro de 1953, que definem crimes contra a ordem política e social. Parágrafo

Distrito Federal, com o mesmo objetivo, mas como um novo projeto e não apenas uma emenda.

Os dois últimos tinham a intenção de que a anistia pudesse atingir certos líderes comunistas, como era o caso de Prestes que estava foragido por ter tido sua prisão decretada em 1948, e que também permitiria o retorno de outros a postos das Forças Armadas. O funcionário norte-americano que faz o relato destas questões informa que em nenhum momento das discussões na Câmara ficou claro o número específico de comunistas que seriam beneficiados por um projeto mais amplo de anistia, mas que uma fonte do exército havia informado que seriam em torno de 25 ex-oficiais do Exército e dois da Aeronáutica e que entre eles estaria Luiz Carlos Prestes.<sup>186</sup>

A proposição dos dois últimos projetos é interpretada pela Embaixada como sendo uma tentativa dos comunistas de voltar à legalidade, se beneficiando de uma onda generalizada de apoio à anistia. O despacho faz saber que enquanto os projetos tramitavam no Congresso, os comunistas tentavam, dentro e fora daquela casa, conquistar a opinião pública para o seu lado. Nesse intento, teriam realizado no dia 9 de março uma manifestação de massa numa praça central do Rio de Janeiro onde defenderam a anistia geral, a reatamento de relações diplomáticas com países comunistas, além de outras bandeiras de luta do partido. Teriam estado presentes apenas três ou quatro mil pessoas, o que o relator considera como uma “falha” dos organizadores do evento. A mesma falha, no entanto, não teria acontecido na estratégia de conseguir apoios para a anistia ampla da parte de deputados federais, estaduais, prefeitos, líderes sindicais, e outras figuras públicas de destaque. O despacho também informa que manifestações públicas similares aconteceram em outras partes do país.

A campanha dos comunistas quase teve sucesso pois em 3 de maio a emenda de Rogê Ferreira foi votada e derrotada por apenas 5 votos, mostrando, segundo o documento

---

único: os benefícios desta anistia incluem aqueles indiciados ou condenados como violadores do código penal militar por crimes de natureza política. Idem, p. 6.

<sup>185</sup> O projeto de Sérgio Magalhães: artigo 1 - anistia é garantida a todos aqueles condenados e aqueles indiciados por crimes políticos conectados com a imprensa e campos relacionados até a data da publicação da presente lei; artigo 2 - os benefícios desta lei estendem-se àqueles condenados ou indiciados por ter violado leis militares em crimes de natureza política; Artigo 3 - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e todas as previsões em contrário são revogadas. Idem, p. 2.

<sup>186</sup> Idem, p. 10.

em questão, que o governo não havia conseguido garantir a fidelidade de parte dos parlamentares que formavam a sua base de sustentação. A oposição - especialmente a UDN - votara com os comunistas.

O despacho não deixa de chamar a atenção para a incoerência desta postura: a mesma oposição que havia se colocado contra a posse de Kubitschek por alegar que ele tinha sido eleito com votos “inválidos” dos comunistas, agora votava junto com os últimos. A oposição também estaria sendo incoerente com as acusações que fizera ao governo, segundo as quais o projeto de anistia de Viera de Mello fora desenhado apenas para providenciar a abertura de uma anistia geral e com esta última pagar o compromisso pré-eleitoral assumido com os comunistas. Mas, pela avaliação contida no despacho, essa incoerência teria sentido pois revelava uma tática da oposição em forçar o governo a tomar uma firme postura contra o alargamento da anistia, para que assim ele corresse o risco de perder o apoio da esquerda e ter sua maioria no Congresso quebrada.

O desenrolar dos acontecimentos é relatado em outro despacho da Embaixada, em de 7 de junho que tratava sobre os desenvolvimentos no campo do anticomunismo no Brasil.<sup>187</sup>

“Assim, o presidente interveio efetivamente, num momento em que parecia que os comunistas alcançariam uma estrondosa vitória na questão da anistia, para mobilizar forças da administração na Câmara para derrotar o projeto de uma anistia irrestrita. Nisso ele foi auxiliado pelos esforços dos militares, pelo apoio aberto da Igreja e pela aparente percepção, na última hora, de parte dos elementos responsáveis do Congresso, da imprensa e do país como um todo que a atrativa e ressonante anistia geral seria útil aos comunistas”.<sup>188</sup>

---

<sup>187</sup> Tal despacho é referido no seguinte documento: *Anti-Communist Moves in Brazil*. Memorando interno do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado, de Mr. King para Mr. Holland, em 25 de junho de 1956, M1511, rolo 3. Cópia deste documento encontra-se no Anexo 4.

<sup>188</sup> “Thus the President intervened effectively, at a time when it looked as if the communist would achieve a resounding victory on the amnesty question, to mobilize Administration forces in the Chamber to defeat the bill for a broad, unrestricted amnesty. In this he was assisted by the efforts of the military, the open support of the Church, and the apparent last-minute realization on the part of responsible elements in Congress, the

Vê-se então que, por causa destes esforços, o projeto de Sérgio Magalhães acabou sendo derrotado. Tal derrota juntamente com outras questões do momento fizeram com que pela primeira vez, segundo o relato norte-americano, o PCB publicasse uma declaração de amarga crítica ao governo de Kubitschek. Em 5 de junho, o Presidium do Comitê Central do PCB publicou manifesto criticando o presidente e o vice por concessões aos “monopólios norte-americanos” e por conciliação com “golpistas”. Ao mesmo tempo, o documento exortava os membros do partido a terem calma frente aos erros do governo e à provocação da polícia, evitando violências para não dar oportunidade de ação para os “golpistas” ou para os “monopólios norte-americanos”. Segundo o relator, esta postura dos comunistas seria uma reação às recentes atitudes anticomunistas tomadas pela administração Kubitschek e um aviso para que a mesma modificasse suas políticas para continuar merecendo o apoio comunista.<sup>189</sup>

Ao mesmo tempo em que ocorria a batalha no Congresso, Kubitschek se viu envolvido com outro acontecimento que lhe rendeu uma avaliação negativa da parte dos comunistas. Trata-se da reação do presidente frente a uma manifestação estudantil acontecida em fins de maio de 1956, no Rio de Janeiro, contra o aumento das tarifas de bondes.<sup>190</sup> Além de ordenar rápida repressão ao movimento, em uma transmissão nacional de rádio no dia 1º de junho, ele acusou os comunistas de se aproveitarem da agitação e de transformarem um protesto sem maiores perigos em uma situação de levante e desordem.<sup>191</sup>

Além disso, os comunistas estavam descontentes com outras medidas anticomunistas tomadas pela administração como batidas policiais em células comunistas. De acordo com entrevista publicada n’*O Globo* com o Chefe da Divisão Social e Política da Polícia Federal, foram tomadas 14 células comunistas e fechadas duas gráficas no Distrito Federal. No dia seguinte à publicação do manifesto do Presidium, 6 de março, o Ministério da Justiça

---

press and the country as a whole that the attractive-sounding general amnesty would play into the hands of the communists.” Idem.

<sup>189</sup> *Communist Manifesto Attacking Government*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, segundo secretário da Embaixada, em 11 de junho de 1956, M1511, rolo 1.

<sup>190</sup> Segundo Poerner, o Rio foi paralisado pelos estudantes nos dias 30 e 31 de maio. Sobre a reação de Kubitschek, o autor avalia: “na verdade, o Presidente da República não exagerava, como parece à primeira vista, pois a greve estudantil servia de pretexto para rearticulações goplista contra o seu governo”. POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

informou, também por meio de programa de rádio, que o Presidente recomendara o fechamento de duas organizações comunistas, a Liga de Emancipação Nacional - LEN - e a União dos Estivadores devido à sua natureza subversiva. Outras três organizações passaram a ser investigadas: a Associação Feminina do Distrito Federal, a Associação Brasileira dos Direitos do Homem e a Federação das Mulheres do Brasil. Além disso, o processo contra Luiz Carlos Prestes, que havia sido arquivado, foi reaberto.<sup>192</sup>

Essas e outras “encorajadoras” medidas anticomunistas tomadas por Kubitschek e sua administração continuaram a ser relatadas pelos funcionários norte-americanos, que em outro despacho<sup>193</sup> citaram a deportação de dois estudantes equatorianos que representavam a União Internacional de Estudantes - organização que seria dominada pelos comunistas - e a Federação dos Estudantes Universitários do Equador; o fechamento no dia 11 de junho de outras duas organizações comunistas (não é informado o nome das mesmas); o fechamento de mais uma célula comunista no Rio; os relatos da imprensa informando que, de acordo com o Ministro da Guerra, General Lott, crescentes medidas anticomunistas seriam tomadas no seio das Forças Armadas; o cuidado na expedição de passaportes especiais para não vir a beneficiar os comunistas; a nomeação para o cargo de Chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty de uma pessoa que tinha publicado várias obras anticomunistas; e finalmente, o discurso proferido pelo presidente em 19 de junho no qual ele atacou o nacionalismo extremo e disse que o Brasil precisava do capital externo.

Seguindo os memorandos internos de 25 de junho e 17 de julho já citados, em 18 de julho, o Secretário de Estado norte-americano recebeu uma síntese dos movimentos anticomunistas de Kubitschek, descritos acima.<sup>194</sup> O documento constata que havia indicações de uma crescente atitude anticomunista da parte do governo e que as relações entre a administração e os comunistas estavam deterioradas. E conclui que “o ataque dos

---

<sup>191</sup> Despacho de 11 de junho de 1956, acima citado, p. 2.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>193</sup> *Anti-Communist Moves in Brazil*. Memorando interno do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado, de Mr. King para Mr. Holland, em 17 de julho de 1956, M1511, rolo 3.

<sup>194</sup> *Anti-Communist Moves of Kubitschek in Brazil*. Despacho do Mr. Holland, do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado para o Secretário de Estado, em 18 de julho de 1956, M1511, rolo 3.

comunistas por um lado, e a colaboração dos Estados Unidos, por outro, podem servir para fazer do presidente Kubitschek um útil inimigo pessoal do comunismo”.<sup>195</sup>

A posição da Igreja devia ter contado para a atitude do presidente. O despacho de 11 de junho já citado justifica tal avaliação pelo fato de, ao longo da sua carreira política, Kubitschek ter mantido estreitas relações com a Igreja. Também informa-se no despacho que poucas semanas antes, D. Helder Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, declarara sua intenção de colaborar com a administração federal e clamara para que a oposição se refreasse de excessos. Informa-se, ainda, que em 26 de maio, o presidente aproveitara a realização do Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, para fazer um pronunciamento político. Essas e outras evidências, segundo o relato, demonstrariam que o governo estava predisposto a prestar atenção aos avisos da Igreja a respeito do perigo comunista no Brasil.<sup>196</sup> Durante as manifestações estudantis, o arcebispo do Rio, D. Jaime de Barros Câmara, havia transmitido um veemente aviso sobre esse perigo, dizendo que os comunistas estavam à frente de todos os distúrbios que vinham acontecendo no país por vários anos. Ao mesmo tempo, se declarou totalmente contrário a uma anistia mais ampla. O despacho também informa que em 24 de maio a Rádio do Vaticano advertira sobre os mesmos distúrbios.

Por meio dos documentos analisados, pôde-se perceber tanto as manifestações do anticomunismo nas disputas políticas que marcaram o início do governo de Kubitschek, quanto a preocupação dos Estados Unidos em alertar o novo presidente brasileiro sobre o perigo do comunismo internacional, em avaliar o peso político dos comunistas brasileiros, bem como as forças que, no Brasil, poderiam estar pressionando a administração federal a tomar medidas mais sistemáticas contra o comunismo.

---

<sup>195</sup> “Communist attacks from one side and US cooperation from the other can serve to make President Kubitschek a useful personal enemy of communism.” Idem.

<sup>196</sup> Sobre a colaboração da Igreja Católica com o governo JK e a relação disso com o anticomunismo nos meios rurais ver RODEGHERO, Carla Simone. “Campo X Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 148 a 170.



## 2.4 - Comunistas, ala esquerda da Igreja Católica e João Goulart nas vésperas do golpe de 1964

A presidência de João Goulart foi um período politicamente agitado no qual o anticomunismo teve uma presença marcante. O golpe militar foi organizado para, entre outras coisas, enfrentar a onda esquerdista ou comunista que, na visão de certos grupos, estaria tomando conta do país.<sup>197</sup>

O anticomunismo do período compreendido entre os anos de 1961 e 1964 ganhou vida na relação com os mais diversos temas, a maioria deles detidamente acompanhados nos relatos do pessoal da diplomacia norte-americana. A lista dos temas que aparece nesses relatos é vasta. Pode-se dizer que ela começa e termina - em termos cronológicos - com as desconfianças a respeito das inclinações esquerdistas ou até comunistas de Goulart, indo desde os percalços da posse até o clímax do começo de 1964. Mas em meio a tudo isso, havia os reflexos da Revolução Cubana;<sup>198</sup> a política externa do Brasil que não se alinhava às pretensões norte-americanas em relação à Cuba na OEA<sup>199</sup> e que, ao mesmo tempo, abria relações comerciais com países do bloco comunista; a implementação de projetos relacionados à Aliança para o Progresso; o crescimento da luta social na cidade e no campo; a discussão em torno das reformas de base; o destaque a certas lideranças de esquerda como Leonel Brizola<sup>200</sup> e Francisco Julião; o início de uma polarização nos quadros da Igreja Católica dando origem a uma “ala esquerda” que se constituía em torno do PDC, da JUC e

---

<sup>197</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., especialmente o capítulo 8: O segundo grande surto anticomunista: 1961/1964, p. 286 a 345; STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986; SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985; BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; DREIFUSS, René Armand. Op. cit.; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D.; & CASTRO, Celso. Op. cit.

<sup>198</sup> *A Conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 17 de agosto de 1960, caixa 1574; *Pro-Cuba Meeting Sparks Counter Actions in São Paulo*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 28 de março de 1963, caixa 3838.

<sup>199</sup> *Proposals for Reducing Brazilian Resistances to U. S. Hemispheric Policies*. Memorando Interno no Departamento de Estado - ARA - de Martin para Burton em 14 de maio de 1963, caixa 3839.

<sup>200</sup> *Governor Leonel Brizola Attacks American Consul*. Weekly Summary, do Consulado em Porto Alegre, para o Departamento de Estado em 14 de novembro de 1962, caixa 1580; *Brizola Cautions Against Golpe (...)*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 27 de setembro de 1963, caixa 3838; *Brizola's Pamphlet on "Nationalist Commandos"*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 17 de janeiro de 1964, caixa 1935.

de certos nomes como o arcebispo de São Paulo, D. Mota; o secretário geral da CNBB, D. Hélder Câmara, além de padres e religiosos, como o pe. Alípio de Freitas,<sup>201</sup> o pe. Melo, o frade dominicano Carlos Josaphat e seu jornal *Brasil Urgente*,<sup>202</sup> etc.

Entre todos estes temas, dois ganharam mais destaque, em termos numéricos e em profundidade de análise no conjunto da documentação do CDNA: são os que tratam das relações entre comunismo e a “ala esquerda” da Igreja Católica e entre comunismo e o governo João Goulart.

No caso da Igreja Católica é interessante notar que o posicionamento anticomunista da mesma foi constantemente acompanhado pelos funcionários norte-americanos trabalhando nos postos diplomáticos situados no Brasil.<sup>203</sup> Esse acompanhamento não se restringia ao relato de acontecimentos, mas também trazia avaliações ora positivas, ora negativas do anticomunismo católico, conforme se verá no próximo capítulo. De qualquer forma, parece que o olhar desses norte-americanos distinguiu a atuação da Igreja em dois períodos: até o começo da década de 1960, a tônica das reportagens é a ação anticomunista da instituição. A partir daí, esta visão começa a ser substituída por outra que se questiona a respeito das relações e aproximações entre setores da Igreja e os comunistas. Pouco antes do golpe militar, começam a aparecer relatos sobre derrotas sofridas pela esquerda católica.<sup>204</sup>

---

<sup>201</sup> *Catholic Priest Repeats Communist Line*. In Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 5 de dezembro de 1962, caixa 1580.

<sup>202</sup> *Left-wing Priest Founds Newspaper*. In Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 4 de abril de 1963, caixa 3834; *Brasil Urgente Publishes Cardinal Mota's 'Clarification'*. In: Weekly Summary, do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 27 de setembro de 1963; *Bishops Undercut Brasil Urgente*. In: Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 20 de setembro de 1963, caixa 3833.

<sup>203</sup> Sobre a polarização política no começo dos anos 60, o engajamento social e a polarização dentro da Igreja Católica, ver: BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974; MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989; PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveria; SOUZA, Beatriz M. de.; CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, vol. 11.

<sup>204</sup> É o que se vê em documentos como os que seguem: *Pope Rebuking São Paulo's Left-wing Catholics?* Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1963, caixa 3836; *Brazilian Archbishop Order Lay Catholic Groups to Cease Leftist Activities*. In: Weekly Summary, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 2 de janeiro de 1964, caixa 1932; *Archbishop Scherer Denounces Ação Popular*. In: Weekly Summary, do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 14 de janeiro de 1964, caixa 1932; *Cardinal Temporarily Disbands Radical Leftist Catholic Groups*. In Weekly Summary, do Consulado em Salvador para o Departamento de Estado em 26 de março de 1964, caixa 1932.

No primeiro destes dois momentos - e que é anterior à conjuntura que está sendo trabalhada aqui - os relatos se referem ao papel da Igreja no combate ao comunismo no Brasil, ao funcionamento de certos setores que dentro dela eram os mais atuantes neste combate, como a Liga Eleitoral Católica,<sup>205</sup> os Círculos Operários, o Partido Democrata Cristão. Membros da hierarquia católica são acompanhados em entrevistas dadas a jornais,<sup>206</sup> pronunciamentos transmitidos por emissoras de rádio ou feitos em alguma solenidade<sup>207</sup>; publicação de cartas pastorais,<sup>208</sup> etc. Também são contatados pessoalmente por funcionários norte-americanos, como aconteceu em fevereiro de 1958 com D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo.<sup>209</sup>

No início da década de 1960 ainda continuavam sendo acompanhados e relatados dados “positivos” sobre a atuação da Igreja contra o comunismo. É o caso, por exemplo, de ações no meio rural nordestino que visavam combater o crescimento das Ligas Camponesas.<sup>210</sup> Documento de agosto de 1961 relata que o bispo de Presidente Prudente, D. José Aquino Pereira, fizera com que os comunistas desistissem de realizar um encontro destinado a agricultores, o qual deveria ser liderado por Francisco Julião, das Ligas Camponesas. O bispo denunciara os organizadores como sendo os mesmos comunistas que recepcionaram Prestes alguns meses antes, naquela mesma cidade. Depois disso, o bispo teria também participado e se pronunciado em outro encontro de agricultores, este patrocinado pela Federação dos Círculos Operários.

---

<sup>205</sup> *The Catholic Church and Communism*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 28 de setembro de 1945. M1492, rolo 4; *Church Participation in the October Elections*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 29 de setembro de 1950, M1487, rolo 1; *Catholic Electoral League Issues Manifesto to Voters*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 19 de setembro de 1950, M 1487, rolo 1.

<sup>206</sup> *Interview given by D. Carlos Carmelo Vasconcelos de Motta*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 12 de julho de 1945. M1492, rolo 3.

<sup>207</sup> *Clippings on Roman Catholic Mass Meeting in São Paulo*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 20 de julho de 1945. M1492, rolo 3; *Anti-Communist Warnings*. In RS Political Summary. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em novembro de 1959, M1511, rolo 3.

<sup>208</sup> *Pastoral Letter of the Cardinal Archbishop of Rio de Janeiro Concerning Communism*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de outubro de 1949, M1492, rolo 17.

<sup>209</sup> *Conversation with Cardinal Motta on Certain Political Matters*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 11 de fevereiro de 1958.

<sup>210</sup> *Bishop Thwarts Communists*. São Paulo Summary n. 9, Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 29 de agosto de 1961, caixa 1576.

A denúncia feita por outro bispo a respeito de infiltração comunista também foi comunicada ao Departamento de Estado. Foi o caso do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer que no final de 1961 havia feito declarações à imprensa da capital gaúcha a respeito da infiltração comunista em órgãos do governo do estado, que era então encabeçado por Leonel Brizola.<sup>211</sup> O despacho conta que saíra nos principais órgãos de imprensa uma lista de apoios à D. Vicente. Tal lista, que tem 317 assinaturas, consta como anexo do documento e nela estão os nomes de muitas figuras políticas e de importantes lideranças do estado. Considera-se, no documento, que devido à tal denúncia, o tema da infiltração comunista se manteria vivo às vésperas da campanha eleitoral de 1962. Ainda no que se refere à Igreja no Rio Grande do Sul, outro documento informa sobre a criação da Frente Agrária Gaúcha, uma forma de combater as crescentes tendências esquerdistas no estado, bem como dar conta da ampla questão da reforma agrária.<sup>212</sup>

A preocupação da Igreja com os problemas sociais foi se tornando, aos poucos, componente dos relatos norte-americanos, preocupação esta vista em alguns momentos como saudável e bem vinda e em outros como perigosa. No primeiro caso conta-se, por exemplo, a história do pe. Antônio de Melo, que no Distrito Industrial de Cabo, em Recife, liderou um movimento de resistência de camponeses que estavam sendo expulsos de suas terras devido a um projeto de expansão de uma indústria de borracha sintética.<sup>213</sup> O papel do clero católico na luta por justiça social no Nordeste é discutido em outro documento no qual também se fala do pe. Melo, além de outros nomes como o do monsenhor Emerson Negreiros e do arcebispo de Recife D. Eugênio Sales.<sup>214</sup>

Esse tipo de relato que avaliava positivamente a atuação da Igreja contra o comunismo, começa a dar lugar a aqueles que questionavam até onde iriam as posturas esquerdistas de certos grupos dentro da Igreja, especialmente em São Paulo. Os principais alvos de críticas foram o grupo designado nas correspondências como “ala esquerda” do

---

<sup>211</sup> *Archbishop Scherer denounces RGS Official support Communist Activities - IV*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 7 de novembro de 1961, caixa 1582.

<sup>212</sup> *Establishment of Local Agrarian Front*. Despacho da Embaixada em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 2 de março de 1962, assinado pelo Cônsul Byman Bloom, Caixa 1577.

<sup>213</sup> *Catholic Priest Leads New Passive Resistance Movement Near Recife*. Despacho do Consulado em Recife para o Departamento de Estado em 6 de novembro de 1961, assinado por Albert A. Rabida, Caixa 1577.

Partido Democrata Cristão; o arcebispo de São Paulo, D. Mota; a Juventude Universitária Católica (JUC) com suas ligações com a Ação Popular (AP) e a União Nacional de Estudantes (UNE);<sup>215</sup> o jornal *Brasil Urgente* e seu editor, o frade dominicano Carlos Josaphat. Vários documentos relacionados a esses alvos serão apresentados na terceira parte da tese.

A mudança de ênfase nos relatos sobre a Igreja Católica – com o quase desaparecimento do tema “campanhas anticomunistas” para o reforço no tema “esquerda católica” – produzidos pelo CDNA mostra que este estava assumindo uma posição, em alguns momentos paternalística e, em outros, agressiva e mesmo rancorosa. Paternalística na medida em que os relatos dos Consulados ou da Embaixada avaliavam que havia grupos de católicos lutando por reformas sociais - consideradas justas - os quais apesar de sinceros estavam sendo usados pelos agitadores comunistas. Tais católicos precisariam ser melhor esclarecidos a respeito do que andavam falando. São sugeridas ações para informá-los sobre como realmente funcionava o capitalismo norte-americano. De paternalística a posição se torna agressiva e rancorosa no momento em que as avaliações norte-americanas já não distinguem entre “católicos sinceros” e comunistas, na medida em que os “nobres” objetivos da justiça social já não são levados em conta, mas se enfatiza apenas o papel de inocentes úteis assumido por estes membros da ala esquerda da Igreja.

O tema das relações entre o presidente Goulart e os comunistas foi intensamente tratado nas correspondências da diplomacia norte-americana. Ele também será explorado com mais profundidade na terceira parte da tese, mas em termos gerais é possível dizer que o que estava em discussão era até que ponto se dava a aproximação entre o presidente e os comunistas<sup>216</sup>, e como estes - apesar de serem poucos - conseguiam influenciar diversos setores da vida nacional, na administração federal, no Exército, na imprensa, nos sindicatos,

---

<sup>214</sup> *The Catholic Clergy: Voice for Progress in the Northeast?* Despacho do Consulado em Recife para o Departamento de Estado, em 15 de dezembro de 1961, assinado pelo Cônsul Albert A. Rabide, Caixa 1577.

<sup>215</sup> *Communist-oriented Students Win National Elections.* Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1963, caixa 3836.

<sup>216</sup> Dois dos documentos que serão analisados na terceira parte e que tratam do tema são: *Political Trends and Contingencies in Brazil.* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, num total de 10 páginas. Caixa 3832; *INR Comments on Embassy Rio Telegram 373 Concerning the Brazilian Political Situation.* Memorando interno do Departamento de Estado, de Edwin M. Martin (ARA) para Thomas L. Hughes (INR), sem data, 14 páginas.

etc.<sup>217</sup> Também eram alvo de discussão os planos que Goulart - e seus apoiadores de esquerda - tinham para o país e que lugar os comunistas teriam neles.

O presidente brasileiro era observado atentamente e com desconfiança pelos funcionários norte-americanos por receber apoio de grupos esquerdistas, nacionalistas e anti-americanos. Desconfiava-se, por exemplo, que Goulart estava preparando um golpe de Estado para assumir poderes ditatoriais, impondo um regime sindicalista, no qual os comunistas teriam muito espaço ou, pior do que isso, tomariam o poder. Isso traria problemas para os interesses dos Estados Unidos não só em relação ao Brasil, mas à América Latina como um todo.

Em documentos que serão apresentados adiante, vê-se que os norte-americanos faziam avaliações a respeito da força dos comunistas, onde concluíam que estes eram em número pequeno, mas tinham mais força do que o número fazia crer; estavam bem infiltrados e poderiam tirar vantagens da situação de extrema mobilização política que estava em curso no país. Mesmo que tenham sido encontrados documentos avaliando - para este período - o perigo representado pelos comunistas, esses trazem poucas referências diretas ao PCB ou aos grupos dissidentes que saíram dele. As análises norte-americanas sobre o comunismo, neste período, se mesclam àquelas que têm como alvo as posturas nacionalistas e anti-Estados Unidos.

Isso faz sentido se se observar a composição da esquerda brasileira na conjuntura 1961-1964. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, nesse período, “a disputa pela hegemonia política no movimento popular não se verificaria entre as organizações comunistas, mas entre o PCB e três correntes que rejeitavam as referências comunistas: a Ação Popular (AP), de origem e inspiração católicas, fundada em 1963; o movimento nacionalista, cuja ala mais radical era dirigida por Leonel Brizola; e o movimento das Ligas Camponesas, sob liderança do deputado Francisco Julião.”<sup>218</sup> Serão feitas algumas considerações sobre esses grupos.

No campo comunista, o mesmo autor informa que a disputa se dava entre o PCB e dois outros grupos: a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-

---

<sup>217</sup> *Communist Position in Brazil*. Despacho do Departamento de Estado para a Embaixada Norte-Americana em Paris, em 20 de abril de 1963, caixa 3687.

<sup>218</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 23.

POLOP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). O PCB via no governo Jango a consagração de suas teses de 1958 e 1960: “assumiria o poder um governo de coligação, nacionalista e democrático, apoiado nas ‘massas’ e em segmentos da burguesia. E o fazia pacificamente...”.<sup>219</sup> Mas, aos poucos, o PCB se desiluiu com o novo governo, considerando-o muito conciliador. Essa característica teria relação com o “duplo caráter” da burguesia, que, ao mesmo tempo podia se colocar na luta pela defesa do nacionalismo e da democracia, e manter características de vacilação e conciliação. Daí a necessidade de pressionar o presidente para que ele desenvolvesse seu potencial revolucionário.<sup>220</sup>

A POLOP criticava a visão do PCB de que a burguesia nacional possuía um caráter revolucionário. O sistema capitalista não teria mais condições de atender as demandas populares, nem de manter o ritmo da industrialização. As reformas sociais, então, deveriam ter como vanguarda o operariado. Para tanto, era necessário derrotar a política de colaboração de classes e tornar a luta pelo socialismo um objetivo imediato e não longínquo.<sup>221</sup> O PC do B, por sua vez, e ainda de acordo com Reis Filho, foi criado em 1962 e propunha a conquista da independência política para o movimento popular, a necessidade de um partido de vanguarda e a luta armada. A revolução era vista como próxima e inevitável. O PC do B confiava no “processo irreversível” da radicalização das massas, pedia a derrubada de Jango e a substituição revolucionária do regime.<sup>222</sup>

Antes de 1964, também existia um pequeno grupo dissidente, o Partido Operário Revolucionário - Trotskistas (PORT). Segundo Marcelo Ridenti, tal grupo teve alguma penetração entre estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores rurais e urbanos, tendo sido por isso duramente reprimido após o golpe.<sup>223</sup>

No que se refere aos outros grupos, o mesmo autor informa que a AP surgiu especialmente no seio do movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de outras entidades durante os anos 60. “A proposta de constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos 50 e 60. Em 1964, a AP defendia a criação de

---

<sup>219</sup> Idem, p. 27.

<sup>220</sup> Idem, p. 28.

<sup>221</sup> Idem, p. 34 a 36.

<sup>222</sup> Idem, p. 36 a 39.

<sup>223</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 27.

uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana, ainda que já tivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC.”<sup>224</sup> Ainda de acordo com Ridenti, depois do golpe, a AP

“deixou o cristianismo pelo maoísmo, o que a fez perder muitas bases e desagradou aos setores da organização que optaram por uma linha com características leninistas e guevaristas, juntando-se a outros revolucionários para fundar, entre 1968 e 1969 o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PTR), sem contar aqueles que no decorrer do processo trocaram a AP por grupos que realizavam ações armadas urbanas.”<sup>225</sup>

Quanto ao movimento nacionalista, Vânia Maria Losada Moreira defende que ele é um elemento fundamental para o entendimento da história brasileira dos anos 1930 a 1964. O nacionalismo foi assumindo, ao longo desse período, diferentes configurações.<sup>226</sup>

“Entrou na cena política nacional como um ideologia característica do populismo; a serviço de uma elite ainda majoritariamente oligárquica e interessada em cooptar as camadas populares. Tornou-se, depois, a orientação ideológica dos setores industrialistas durante o governo de Kubitschek e terminou violentamente reprimido pelo golpe de 1964 enquanto uma ideologia das esquerdas e dos movimentos populares organizados”.<sup>227</sup>

A autora classifica as diversas vertentes do nacionalismo em dois grupos, o estatal e o não estatal. O primeiro grupo seria representado pelas suas diferentes configurações enquanto projeto de governo com Vargas, Kubitschek e Jango (nacional-populismo, nacional-desenvolvimentismo e nacional-reformismo, respectivamente). O nacionalismo

---

<sup>224</sup> Idem, p. 26.

<sup>225</sup> Idem, p. 29.

<sup>226</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998, p. 329 a 360.

<sup>227</sup> Idem, p. 356.



enquanto um movimento político mais amplo, é classificado por Moreira como tendo uma vertente liberal e uma popular, que ela também chama de nacionalismo econômico.

Em termos de conteúdo, ao longo do período de 1930 a 1964, o nacionalismo deixou de ser uma “uma reflexão estritamente voltada para o desenvolvimento econômico de tipo burguês para ser a ideologia das esquerdas, incluindo trabalhistas, socialistas e comunistas, devido à sua preocupação claramente reformista e social. O vocabulário comum e impreciso do nacionalismo, baseado em termos como *nação, povo e interesses nacionais*, contribui, entretanto, para a dissimulação das diferenças subjacentes às suas diversas orientações.”<sup>228</sup>

A autora chama de “vertente liberal” o nacionalismo que se desenvolveu em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e de “nacionalismo econômico” a perspectiva elaborada pela esquerda, que possibilitou, em certas situações, a identificação de nacionalismo com comunismo:

“A presença de partidários do PCB no movimento nacionalista viabilizava a identificação do ideário com o comunismo. Entretanto, nem todos os nacionalistas econômicos pertenciam ao PCB. Outros, além disso, estavam longe de almejar o regime socialista ou comunista para o país. O nacionalismo econômico tinha certas características particulares, mas não formava um bloco monolítico do ponto de vista político-partidário. Possuía também significativas diferenças ideológicas. A preocupação com o destino das camadas populares e com os efeitos do capitalismo internacional com a economia nacional criava entre eles um universo comum de diálogo. Adotaram uma posição reformista diante dos problemas que enfrentavam e isso rendia-lhes a alcunha de vermelhos.”<sup>229</sup>

O nacionalismo como um movimento político teve seu marco inicial com a campanha “O petróleo é nosso”, que foi consagrada com a criação em 1953, da Petrobrás.<sup>230</sup> A campanha foi central para a construção do ideário nacionalista que tinha relação direta com

---

<sup>228</sup> Idem, p. 356.

<sup>229</sup> Idem, p. 341 e 342.

<sup>230</sup> Idem, p. 333.

a constatação da precariedade de economias dependentes das exportações, e da necessidade de que fosse forjado um desenvolvimento nacional auto-sustentado. Defender tal desenvolvimento significava criticar o modelo agrário-exportador e a oligarquia latifundiária e apoiar a industrialização nacional. A elite rural era vista como o vilão tanto pelos representantes da vertente liberal do nacionalismo quanto na popular.<sup>231</sup>

Se a elite rural era o vilão, o herói era a burguesia nacional. Os intelectuais do ISEB defendiam a necessidade de uma união entre a burguesia nacional, o proletariado, os camponeses e nos segmentos sociais interessados na industrialização nacional. Esse nacionalismo reclamava do Estado uma firme posição a respeito da industrialização, como investimento nos setores estratégicos e proteção contra a competição estrangeira. Por causa desse último elemento, o nacionalismo dos anos 50 desenvolveu atitudes hostis quanto aos “inimigos da nação”. Entre os setores à esquerda, “cresceu um profundo antiamericanismo ao ser identificado o ‘imperialismo’ com os interesses dos Estados Unidos”.<sup>232</sup>

A posição em relação ao imperialismo dividia os nacionalistas liberais, daqueles mais à esquerda. Eles divergiam quanto ao papel do capital estrangeiro na industrialização nacional. “Enquanto a esquerda buscava um controle rígido sobre o ingresso de recursos estrangeiros, dando clara preferência aos empréstimos de governo a governo, os liberais apoiavam a política desenvolvimentista de Kubitschek que implementava o Plano de Metas prioritariamente com investimentos diretos de capital externo”.<sup>233</sup>

Ao se falar em nacionalismo é preciso lembrar da atuação da Frente Parlamentar Nacionalista, um movimento suprapartidário, lançado em 1956, e que defendia a adoção pelo governo de medidas nacionalistas protecionistas. Cerca de 60% dos filiados eram do PTB.<sup>234</sup> Mas a ela também aderiram políticos do PSD, da UDN e de partidos menores como o PSB e o PR (Partido Republicano). O deputado Sérgio Magalhães, do PTB, citado quando se falou a respeito dos projetos de anistia no início do governo Kubitschek, por exemplo, era um dos expoentes da Frente, da mesma forma que Leonel Brizola. Na conjuntura anterior ao golpe, a Frente encampou a proposta das reformas de base,

---

<sup>231</sup> Idem, p. 334.

<sup>232</sup> Idem, p. 336.

<sup>233</sup> Idem, p. 338.

<sup>234</sup> NEVES, Lucília de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 14, n. 27, 1994, p. 61 a 71.

especialmente a reforma agrária. Nesse momento, ela antagonizava, no Congresso com a Ação Democrática Parlamentar, criada em 1961, que defendia políticas anti-reformistas.<sup>235</sup> Segundo Moreira, a FPN sofria com a associação que seus opositores faziam entre comunismo e nacionalismo. Os membros da Frente consideravam isso uma estratégia para enfraquecer o movimento e pregavam a independência ideológica em relação ao comunismo.<sup>236</sup>

Finalmente, as Ligas Camponesas, que eram outro agrupamento da esquerda na conjuntura anterior ao golpe. Sob a direção de Francisco Julião, até 1961, as Ligas deram à mobilização camponesa uma ênfase legalista. Tratava-se de oferecer instrumentos legais para que os camponeses reivindicassem seus direitos.<sup>237</sup> Segundo Jacob Gorender, em 1961 já existiam federações de Ligas em dez estados. Nesse ano, uma visita de Julião à Cuba teria mudado a direção do movimento já que seu dirigente começara a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária e a destacar o papel dos camponeses na revolução socialista, bem como o uso da luta de guerrilhas.<sup>238</sup>

Olhando de forma conjunta a relação traçada pelo CDNA entre comunistas e Igreja Católica e comunistas e governo Goulart, que foi esboçada acima e que será melhor trabalhada adiante, é possível ver como ela se enquadra no contexto de ampla mobilização popular, conduzida especialmente por grupos não comunistas, mas de qualquer forma, grupos de esquerda que tinham críticas ao imperialismo e defendiam o nacionalismo. Nessa situação, e no conjunto da documentação pesquisada, parece que o comunismo ao mesmo tempo se dissipa e que está sempre presente. Se dissipa porque as atenções são voltadas para outros grupos, lideranças, organizações, que não o velho PCB ou os outros agrupamentos comunistas. Os documentos analisados e que tocam no tema do comunismo falam pouco sobre Luiz Carlos Prestes, mas muito sobre o arcebispo de São Paulo, o editor do Brasil Urgente, João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião, a JUC e a AP, a UNE, etc. Todas estas pessoas ou entidades são encaradas como instrumentos utilizados pelos comunistas na trilha da tomada do poder. Mas se, por um lado, parece ser preciso falar de

---

<sup>235</sup> Idem, p. 65.

<sup>236</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. cit., p. 344.

<sup>237</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 38.

<sup>238</sup> Idem.

outros para chegar aos comunistas, por outro, se está o tempo todo falando sobre comunismo. O perigo comunista nesta última conjuntura parece ser o perigo do crescimento das forças anti-Estados Unidos.

Mais ou menos colado aos comunistas, o medo do comunismo e o afã de lutar contra ele foram marcas fortes do período, as quais foram devidamente acompanhadas, avaliadas - e em alguns casos patrocinadas - pelos Estados Unidos.

## **Capítulo 3**

### **O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano**

Composto por duas partes, o presente capítulo apresentará as críticas ao fazer anticomunista do Brasil encontradas nas fontes diplomáticas, bem como as menos freqüentes avaliações positivas sobre o tema. No caso das críticas, foi possível distinguir quatro grandes problemas apontados pelos funcionários norte-americanos, e que serão detidamente trabalhados aqui. Trata-se do levantamento de problemas técnicos, bem como da crítica à falta de sistematicidade, à tradicional tolerância dos brasileiros e à falta de compreensão do perigo comunista. Os “elogios” levavam geralmente em conta a importância das ações empreendidas e viam as mesmas como saudáveis sinais de que os brasileiros estavam aprendendo algumas lições na luta contra o “inimigo vermelho”.

#### **3.1 – O anticomunismo defeituoso**

Uma série de problemas técnicos na elaboração de editoriais de jornal, na confecção de cartazes e folhetos e na produção de programas radiofônicos de cunho anticomunista foram levantados pelos norte-americanos em suas correspondências ao Departamento de Estado no período de 1945 a 1964. Veja-se o caso da crítica a um conjunto de editoriais de jornal publicados em 1946, no período em que parte da imprensa discutia e criticava a repressão aos comunistas levada adiante por José Pereira Lira, Chefe de Polícia do Distrito

Federal no Governo Dutra.<sup>239</sup> O despacho em questão distingue entre os jornais “liberais”<sup>240</sup> - que vinham criticando Lira - e aqueles que continuavam publicando editoriais anticomunistas. Os últimos foram criticados pela forma como seus editoriais estavam sendo escritos, os quais além de estarem aparecendo em menor quantidade, pareciam ser filosóficos demais, tornando difícil o entendimento dos leitores.

“O volume de tal propaganda anticomunista vem diminuindo um pouco ultimamente, talvez porque quase tudo que poderia ser dito sobre o tema já foi dito. *A Manhã* desenvolveu a campanha mais persistente, mas seus artigos se tornaram tão rebuscados e filosóficos que o leitor médio não pode segui-los. Tem havido uma tentativa óbvia de disfarçar a intenção do editorial, o que tem sido tão eficaz que só se pode descobrir sobre o que está se falando na última sentença.”<sup>241</sup>

Outro exemplo de crítica ao anticomunismo na imprensa é de 1951 e faz parte de um despacho que avalia uma série de artigos que o *Correio da Manhã* publicara contra o comunismo, em dezembro daquele ano.<sup>242</sup> Depois de fazer uma síntese dos temas tratados neles, o relator faz seu comentário avaliativo: acredita que a série de artigos exagera a ameaça interna representada pelos comunistas. Acha também que, provavelmente, poucas das greves e situações de agitação social estivessem sendo realmente causados pelos comunistas, apesar de acreditar que os mesmos para isso contribuía. Também pondera que a extensão da infiltração comunista no governo não podia ser conhecida com precisão mas que era duvidoso que a mesma fosse tão grande quanto o *Correio da Manhã* sugeria em seus artigos. Os números de militantes comunistas e de brasileiros influenciados pelos

---

<sup>239</sup> *Anti-communist propaganda*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 30 de Agosto de 46, M1492, rolo 15.

<sup>240</sup> Aqui o sentido do termo em inglês “liberal” é o de politicamente progressista, tendo presente a contraposição no universo político-ideológico norte-americano entre liberais e conservadores.

<sup>241</sup> “The volume of such anti-Communist propaganda has fallen off a little of late, perhaps because almost everything that could be said on the subject has been said. *A Manhã* put on the most persistent campaign, but its articles have become so ‘learned’ and philosophic that the average reader cannot follow them. There has been an obvious attempt to disguise the intent of the editorial, which has succeeded so well that one only discovers what everything is all about in the last sentence or so”. Idem, p. 1.

<sup>242</sup> *Series of anti-Communist Articles Published in Correio da Manhã - December, 16-23*. Despacho da Embaixada para o Departamento de Estado em 29 de Dezembro de 1951, assinado por Eldred D. Kuppinger, M1487, rolo 4.

comunistas que o jornal usara eram, para o funcionário norte-americano, duvidosos já que pareciam estar baseados no número de assinaturas conseguidas para o Apelo de Estocolmo e para o Apelo pela Paz. Tal exagero tinha, provavelmente, a intenção de dar mais ênfase ao problema e de conseguir, assim, maior efeito.

Essas primeiras críticas se dirigiam a um veículo de comunicação portador de um tipo particular de linguagem, a jornalística. Dentro delas, a preocupação dos avaliadores é tanto com o conteúdo quanto com a forma. Questiona-se se a forma como as coisas estavam sendo ditas permitia o entendimento dos leitores, assim como se as informações eram verídicas ou exageradas. No último caso, conforme foi comentado em capítulo anterior, foi questionado quem teria encomendado a publicação do conjunto de textos anticomunistas. Vê-se nestas críticas uma preocupação com os destinatários dos artigos e editoriais - se eles iriam ou não entender, se faria efeito neles a estratégia de dar maior ênfase ao perigo. Pode-se também dizer que é uma preocupação com os elementos que apelam para a racionalidade, diferente do que se vê no caso a seguir, em críticas a cartazes e a programas de rádio.

Quanto aos cartazes, a crítica se refere à sua qualidade técnica, como no caso do reproduzido no final deste capítulo (Imagem 1).<sup>243</sup> A avaliação é assim expressa: “como o Departamento observará, os cartazes são mal executados apesar de sua concepção ser saudável. Como resultado, sua eficácia é limitada. Todavia, eles constituem uma séria tentativa de contra-atacar a propaganda comunista”.<sup>244</sup>

No que se refere a programas de rádio, as críticas aparecem em um despacho da Embaixada datado de outubro de 1951, onde se relata que três estações de rádio que pertenciam ao governo no Distrito Federal estavam transmitindo regularmente programas anticomunistas e que estes eram abertamente denominados como tal.<sup>245</sup> O produtor dos programas era o médico Osmard Andrade. Um deles se chamava *Paisagens da Vida*, transmitido pela Rádio Ministério da Educação e apresentava dramatizações de histórias reais que teriam acontecido atrás da Cortina de Ferro. Para os padrões norte-americanos, o

---

<sup>243</sup> *Anti-Communist posters*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado, assinado por Cecil M. P. Cross, Cônsul Geral, em 26 de agosto de 1949, M1492, rolo 17.

<sup>244</sup> “As the Department will observe, these posters are badly executed though their concept is sound. As a result, their effectiveness is limited. Nevertheless, they constitute a serious attempt to counteract communist propaganda”. Idem, p. 1.

programa foi visto muito mais como um *show* amadorístico. Mas, segundo o relato, o tom melodramático estava de acordo com o gosto das audiências brasileiras. “As brutalidades da União Soviética e das lideranças do Partido Comunista são descritas de uma maneira chocante, mostrando assassinato de crianças, estupro e atos semelhantes a estes”.<sup>246</sup>

Outro programa era o *Mauá Cocktail* transmitido pela Rádio Mauá. Tratava-se de um *show* de trinta minutos e tinha como propósito ridicularizar o comunismo. Seu cenário era um bar no qual as pessoas estavam tomando coquetéis. Enquanto bebiam iam contando histórias engraçadas sobre coisas acontecidas nos países comunistas ou entre comunistas em outros países. A qualidade das piadas foi considerada pobre pela Embaixada. “Algumas delas são meramente velhas histórias que são lembradas numa interpretação medíocre”.<sup>247</sup> O terceiro programa é o *Dança das Horas* na Rádio Roquete Pinto, com música e histórias contadas pelo narrador. As histórias são propagandeadas como sendo incomuns “mas geralmente carecem de qualquer novidade. Em tais histórias um comunista é sempre o vilão e o homem livre é mostrado como um herói, o vitorioso no final”.<sup>248</sup>

Além das críticas endereçadas a cada programa em particular, eles foram assim considerados numa avaliação geral: “na opinião da Embaixada falta a estes programas a necessária qualidade para atrair grande audiência e se transformarem verdadeiramente em um veículo de propaganda eficiente. Ele são, todavia, uma iniciativa bem vinda e indicam que o governo brasileiro está consciente da ameaça comunista”.<sup>249</sup>

Nas críticas a este tipo de material parece haver uma consciência de que o mesmo apela para a sensibilidade mais do que para a razão. A avaliação se volta especialmente para os elementos estéticos em detrimento do conteúdo: o que desagrada é o tom melodramático, a falta de novidade, a obviedade das histórias, a interpretação medíocre, o baixo poder de atração de uma grande audiência. Porém as críticas são acompanhadas pela constatação de

---

<sup>245</sup> *Anti-Communist Programs*. Despacho de Herbert Cerwin, Consuelor for Public Affairs, na Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 8 de outubro de 1951, M1487, rolo 4.

<sup>246</sup> “The brutalities of the Soviet Union and leading members of the Communist party are described in a rather shocking manner, depicting murder of children, rape, and similar acts.” Idem, p. 1.

<sup>247</sup> “Some of them are merely old anecdotes which are revived in a mediocre interpretation”. Idem, p.1.

<sup>248</sup> “In such stories a Communist is always the villain, and the free man is shown as a hero, in, the end, the victor.” Idem, p. 2.

<sup>249</sup> “In the opinion of the Embassy, these programs lack the necessary quality to attract large audiences and truly become an effective propaganda vehicle. They are, nonetheless, a welcome initiative and indicate that the Brazilian government is conscious of the Communist threat”. Idem, p. 2.



que, pelo menos, algo estava sendo feito. Vê-se a preocupação dos norte-americanos com a recepção do material anticomunista, o qual pode estar longe dos seus próprios padrões de gosto, mas de acordo com aquele das audiências brasileiras.

Os jornais, assim como a Igreja e os partidos políticos foram, em vários momentos, criticados pelos norte-americanos pela falta de sistematicidade e continuidade nas suas campanhas anticomunistas. Essa crítica foi especialmente forte no ano de 1946. Veja-se o caso de um despacho que trata das atividades anticomunistas no Brasil, enviado pelo diretor do FBI para um setor do Departamento de Estado, com cópia para a Embaixada no Brasil, em abril de 1946.<sup>250</sup> Nele há uma crítica, já comentada no capítulo anterior, ao fato de que nem o PDC, nem o PRP, partidos que geralmente faziam campanha anticomunista, terem apresentado candidatos a deputado federal e a senador nas eleições para o legislativo, acontecidas no final de 1945 e de que o PRP teria parado de produzir propaganda anticomunista. O documento também levanta a necessidade de um grupo de publicações em São Paulo e no Rio que atacassem sistematicamente os comunistas. Isso tendo em vista que

“apesar de vários órgãos de imprensa publicarem ocasionalmente artigos atacando o comunismo, ele fazem isso apenas quando alguma necessidade política imediata exige que isto seja feito; mas eles nunca desenvolvem nenhuma campanha contínua e sistemática contra os comunistas”.<sup>251</sup>

As organizações católicas que faziam propaganda anticomunista também foram criticadas em outro documento também expedido pelo FBI, agora em julho de 1946.<sup>252</sup> Trata-se de um memorando que versava sobre as atitudes anticomunistas em curso no Brasil, e que enfocava as ações do poder executivo, do Exército, da polícia, dos partidos políticos, da Igreja, da imprensa.

---

<sup>250</sup> *Anti-Communist Activities in Brazil*. Despacho de John Edgar Hoover, diretor do FBI o Departamento de Estado, 18 de abril de 1946, M1945, rolo 14.

<sup>251</sup> “Although various publications in Brazil print articles occasionally attacking Communism, they do so only when some immediate political necessity demands that it to be done; but they never carry on any continuous and systematic campaign against the Communists”. *Idem*, p. 3.

<sup>252</sup> Despacho de John Edgar Hoover, do FBI para o Departamento de Estado, Marinha e Departamento de Guerra, em Washington, em 11 de julho de 1946, M1492, rolo 15.

Na página 38 do referido memorando há uma crítica à organização do anticomunismo católico:

“organizações que eram ativamente patrocinadas pela Igreja imediatamente antes das eleições e que tinham como principal proposta combater a influência comunista têm, nos meses recentes, perdido muito do seu entusiasmo original e agora promovem apenas encontros esporádicos”.<sup>253</sup>

Comenta o documento que a LEC teve ação de combate ao comunismo só durante as eleições. De vez em quando, ela voltava para o *front* e oferecia aconselhamento para líderes políticos que estavam interessados em atividades anticomunistas, mas que a entidade não vinha se concentrando em expandir as próprias atividades. Encontros ocasionais foram realizados em vários lugares do Brasil, como foi o caso do encontro que aconteceu em Juiz de Fora, Minas Gerais onde foi distribuída muita propaganda publicada e paga pela Igreja. Apesar das críticas, o memorando finaliza com uma espécie de avaliação positiva sobre a eficácia das campanhas anticomunistas:

“A fonte L informa que como resultado da ampla publicidade dada às atividades comunistas e devido à influência da Igreja e de publicações e organizações anticomunistas, o público em geral está desenvolvendo uma atitude geral anticomunista, se tornando mais e mais consciente dos perigos que ele representa. A atitude é expressa publicamente e às vezes na forma de esporádicos encontros anticomunistas”.<sup>254</sup>

---

<sup>253</sup> “Organizations which were actively sponsored by the Church immediately prior to the elections and which had as their dominant purpose the combating of the communist influence have in recent months lost much of their original enthusiasm and now hold only sporadic meetings.” Idem, p. 38.

<sup>254</sup> “Source L reports that as a result of the wide publicity given to the communist activities and due to the influence of the Church and anti-Communist publications and organizations, the general public is developing a general anti-Communist attitude, becoming more and more conscious of the dangers that it represents. The attitude is expressed publicly and at times in form of sporadic anti-Communist meetings”. Idem, p.47.

Muito tempo depois, no ano eleitoral de 1962, a Embaixada fez novos comentários sobre a falta de atuação sistemática da LEC.<sup>255</sup> Naquele momento estava sendo avaliada a formação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), proposta pela CNBB e já organizada em dois estados, Rio de Janeiro e Goiás. O relator considera uma novidade a iniciativa da criação desse tipo de grupo de pressão mas reconhece que houve uma experiência anterior, a Liga Eleitoral Católica fundada em 1933. A LEC, segundo o despacho, aparentemente ainda existiria mas era ineficaz devido à sua falta de organização básica, à sua falha em providenciar uma mensagem significativa para o eleitorado e ao apoio indiferente que recebia da hierarquia. Assim ela se tornara ineficaz como uma organização eleitoral. Segundo o mesmo documento, a nova organização - ALEF - já deixara claro que desejava reforçar a família com instituição social e evitar que comunistas fossem eleitos, mas que apesar disso não era nem uma organização puramente anticomunista nem reacionária.

Dois documentos acima trabalhados se referem ao primeiro ano do governo Dutra. Além da falta de persistência nas campanhas anticomunistas, os norte-americanos também perceberam que naquele momento estavam sendo colocadas em prática ações anticomunistas exageradas. Registraram as mesmas em sua correspondência para o Departamento de Estado, assim como se mostraram atentos a setores da imprensa que criticavam as ações repressivas da polícia em relação aos comunistas. Se deram conta, entre outras coisas, que a polícia não estava preparada para agir dentro das novas regras constitucionais:<sup>256</sup> em São Paulo, por exemplo, ela estava prendendo comunistas que tinham conexão com alguns dos movimentos grevistas que por lá estavam acontecendo. Mas, como as prisões tinham que ser feitas em bases legais - e não o eram - os presos eram libertados quase que imediatamente.

Em junho de 1946, mais uma vez o diretor do FBI, John Edgar Hoover, relatou ao Departamento de Estado que a polícia brasileira tinha aumentado as medidas repressivas aos

---

<sup>255</sup> *The Church and the elections*. Despacho da Embaixada em Brasília para o Departamento de Estado em 11 de abril de 1962, assinado por Harry A. Quinn. Caixa 1577.

<sup>256</sup> Como foi visto em: *Anti-Communist Activities in Brazil*. Despacho de John Edgar Hoover, diretor do FBI para o Departamento de Estado, 18 de abril de 1946, M1945, rolo 14.

comunistas e ao Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT).<sup>257</sup> Um dos conflitos acontecera em 23 de maio no Rio. Hoover, dispunha de informação indicando que

“enquanto estas medidas [repressivas] resultaram em certa diminuição do apoio ao Partido Comunista, a tática de força da polícia têm, em alguma extensão, reforçado a posição do Partido Comunista, dando-lhe munição para propaganda e permitindo que o partido ganhe para si o apoio dos grupos que se opõe ao uso arbitrário da força.”<sup>258</sup>

Em setembro de 1946, período em que o *status* legal do PCB já estava sendo questionado, correspondência expedida pela Embaixada mostra uma avaliação crítica sobre a falta de medida nas ações anticomunistas no Brasil.<sup>259</sup> As ações que tinham sido implementadas contra os comunistas foram criticadas pelos resultados que as mesmas produziram, os quais estavam sendo contrários aos esperados. A suspensão, por exemplo, da *Tribuna Popular* – jornal do PCB - por 15 dias por ter publicado material injurioso ao poder público teve como resultado uma tempestade de editoriais de protesto e um outro jornal comunista passou a ser publicado com o nome *de Folha do Povo*, apenas dois dias depois da suspensão do primeiro. Também a ocupação do QG do PCB e a prisão de 250 comunistas não deu bons resultados pois como nada fora descoberto contra os presos, eles logo tiveram que ser libertados. Essas ações, na avaliação do relator, reforçaram os comunistas e enfraqueceram a autoridade de Lira, Chefe de Polícia.

---

<sup>257</sup> O MUT, criado em abril de 1945, era uma organização intersindical dos trabalhadores com abrangência nacional, que visava fortalecer a unidade sindical dos trabalhadores. Teve um período curto de vida pois em setembro de 1946 foi substituído pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Ambas as entidades não tinham o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Com a posse de Dutra em fevereiro de 1946, a repressão ao movimento operário e, particularmente, ao MUT foi intensificada. De acordo com ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (Coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Forense Universitária/ Finep/FGV, 1985, vol. 3, p. 2340 e 2341.

*Communist Activities in Brazil*. Despacho de Edgar Hoover, diretor do FBI para Frederick Lyon, Chief of Division of Foreign Activity Correlation, no Departamento de Estado em 17 de junho de 1946, M1492 rolo 15.

<sup>258</sup> “While these measures have resulted in some alienation of support from the Communist Party, these strong-arm police tactics have to some extent strengthened the position of the Communist Party by giving it ammunition for propaganda and by winning for it the support of groups opposed to arbitrary force.” Idem, p. 1

A ação da polícia também foi criticada numa ocasião em 1950 quando ela teria ajudado a criar novos mártires comunistas no Rio Grande do Sul, conforme despacho expedido pelo Consulado em Porto Alegre.<sup>260</sup> Neste documento, o Cônsul relatou as atividades acontecidas na capital gaúcha no dia Primeiro de Maio, além de um sério confronto entre comunistas e autoridades na cidade de Rio Grande na tarde daquele dia, quando um tiroteio resultou em 5 mortes.<sup>261</sup> A correspondência informa que a repressão foi forte tanto por parte da Polícia quanto de soldados do Exército, apesar de não terem sido encontradas armas no local do confronto e apesar de ninguém ter sido preso. O comentário do Cônsul sobre o uso da violência neste caso foi o seguinte:

“tem sido a impressão do Consulado, por algum tempo, que as autoridades do Rio Grande do Sul têm se inclinado a usar a força mais repentinamente e em quantidade possivelmente maior do que a necessária, para suprimir as atividades comunistas; o Consulado acredita que a longo prazo essas táticas podem ser usadas em prol dos comunistas. As autoridades do estado querem suprimir completamente as atividades comunistas.”<sup>262</sup>

Na continuidade o relator avalia que o uso exagerado da força foi resultado mais da ignorância do que da brutalidade da polícia de Rio Grande. Ele também lamenta o “fato de que outro punhado de mártires fora feito e que fora dada munição valiosa aos comunistas para ajudar a manter o seu movimento unido”.<sup>263</sup> E continua,

---

<sup>259</sup> *Activities of Communist Party*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 10 de setembro de 1946, M1492, rolo 15.

<sup>260</sup> *May Day in Rio Grande do Sul*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 9 de maio de 1950, assinado pelo Cônsul V. Lansing Colling, Jr., M1487, rolo 3.

<sup>261</sup> Entre os comunistas mortos, o despacho apenas indica o nome de Angelina Gonçalves, que carregava a bandeira do Brasil em frente à parada.

<sup>262</sup> “It has been the Consulate’s impression for some time that the authorities of Rio Grande do Sul have been inclined to use force rather suddenly and in quantities possible larger than needed to suppress communist activities and the Consulate believes that in the long run these tactics may play into the communists hands. The state authorities want to keep communist activities completely suppressed”. Idem, p. 3.

<sup>263</sup> “but the fact remains that another handful of martyrs has been made and valuable ammunitions given the communist to help them keep their movement together.” Idem.

“deveria ser registrado, no entanto, que exceto por protesto violento da imprensa comunista e dos vereadores comunistas de Porto Alegre e Rio Grande, o incidente desapareceu por agora. A imprensa tem feito bom uso do fato de que os comunistas publicaram o cronograma das atividades do Primeiro de Maio em Rio Grande, com base no qual a polícia autorizou as mesmas (como um direito constitucional dos brasileiros) mas que o cronograma não incluía uma caminhada desde o churrasco até a cidade”.<sup>264</sup>

No relato feito, o Cônsul em Porto Alegre, mais do que lamentar as cinco mortes ocorridas, preocupava-se com o resultado político das mesmas. Mártires poderiam ser perigosos e a polícia - por sua falta de medida - teria ajudado a criar mais um punhado deles. Menos mal, segundo o mesmo funcionário, que o acontecimento tivesse obtido pouca repercussão na imprensa e que houvesse “provas” de que a caminhada dos comunistas para centro da cidade - que provocara o enfrentamento com a polícia e então as mortes - não estivesse registrada no cronograma submetido com antecedência às autoridades.

Se a crítica em alguns momentos se dirigia aos exageros, em outros ela visava denunciar a falta de ação do governo, da iniciativa privada, da imprensa, da Igreja, dos partidos políticos. Quanto aos últimos já foram citados alguns exemplos acima, mas é ilustrativo ver alguns outros. O memorando que circulou no Departamento de Estado em fevereiro de 1953, apresentava em poucas palavras a forma como os norte-americanos viam os comunistas no Brasil e a avaliação de que pouca coisa estava sendo feita por aqui para combatê-los<sup>265</sup>:

“Eu não estou tão certo de que o problema esteja ficando pior no sentido do partido crescer em tamanho. Na verdade eles têm dado tremendos passos se infiltrando em

---

<sup>264</sup> “It should be recorded, however, that except for violent protest by the communist press and by communist members of the City Council of Porto Alegre and Rio Grande the incident has died down by now. The police have made good use of the fact that the communists published schedule of their May Day proceedings in Rio Grande upon the basis of which the police authorized the proceedings (as a constitutional right of Brazilians) but that the schedule did not include a parade back to town from the barbecue.” Idem.

<sup>265</sup> *Communism in Brazil*. Memorando Interno no Departamento de Estado, de Bennett (*Office of South American Affairs* - OSA) para Mann e Cabot (*Office of Inter-American Affairs* - ARA), bem como para Cottrell e Atwood (OSA), em 26 de fevereiro de 1953, M 1487, rolo 4. Ver cópia do documento no Anexo 4.

quase todas os espaços vitais da vida brasileira e o governo tem dado apenas passos poucos eficazes na direção de expulsá-los. A mesma situação prevalece largamente na imprensa e na iniciativa privada onde praticamente nada tem sido feito para expulsá-los”.<sup>266</sup>

As críticas apresentadas se baseavam na contraposição entre o desejável e o que estava acontecendo e também na busca de um equilíbrio entre o pouco e o muito. O desejável seria uma política anticomunista sistemática, mas o que os funcionários viam era apenas o preenchimento de necessidades políticas imediatas: assim estariam agindo a Liga Eleitoral Católica, certos partidos políticos, o governo, a imprensa, a iniciativa privada. Outras instituições, como a Polícia, no entanto, estariam falhando pelo outro lado, pelo exagero e pela falta de cuidado em suas ações.

Esta falta de medida e de sistematicidade poderia estar relacionada com dois outros grandes “defeitos” atribuídos ao fazer anticomunista no Brasil, quais sejam, a tolerância dos brasileiros e a sua falta de compreensão sobre o perigo representado pelo comunismo. No que se refere à tolerância, pode-se começar expondo parte do conteúdo de um memorando interno que circulou no *Office of South American Affairs* (OSA), no Departamento de Estado, em abril de 1954.<sup>267</sup> O documento se resume a um único parágrafo através do qual o relator repassa a um colega uma idéia geral sobre o PCB. Neste pequeno texto é feita uma associação entre a tradicional tolerância dos brasileiros em todas as questões e a sua tolerância em relação ao comunismo, conforme segue:

“O Partido Comunista no Brasil foi tornado ilegal há vários anos, mas se estima que aproximadamente 60 mil comunistas ativos estejam agora trabalhando clandestinamente. O Partido Comunista controla jornais em todas as grandes cidades e tem se infiltrado em todas as agências governamentais. O líder é Luiz Carlos

---

<sup>266</sup> “I am not so certain that the problem is growing worse in the sense that the party is increasing in size. However, they have made tremendous strides in infiltrating almost every vital feature of Brazilian life and the government has made only the most ineffectual steps toward driving them out. The same situation prevails largely in the press and in private enterprise where practically nothing has been done to drive them out.” Idem, p. 1.

Prestes, um ex-capitão do Exército, agora clandestino, que é uma figura lendária. O partido está agora lucrando com a confusão política no Brasil que antecede as eleições para o Congresso e para o Governo, neste outono. Anunciou recentemente um Manifesto com virulentos ataques à administração de Vargas e aos Estados Unidos. Isto causou uma forte reação do Exército liderada pelo novo Ministro da Guerra que é um ferrenho anticomunista e pela administração que está endurecendo os controles contra o comunismo. A tradicional tolerância brasileira em todas as questões de raça, credo, teoria política trabalha contra um forte e efetivo controle”.<sup>268</sup>

A constatação da tolerância política dos brasileiros também aparece em outro documento, o qual comenta um editorial publicado em maio de 1961 pela *Folha de São Paulo*, sob o título “Barulho contra barulho”.<sup>269</sup> O editorial defende que, apesar do pequeno número de comunistas e pró-comunistas no Brasil, ambos fazem muito barulho e querem passar a impressão que suas idéias são as da opinião pública em geral. Também conclama a Igreja, a escola, as organizações e estudantes não contaminados pela pregação comunista para que combatam o barulho com barulho. Depois destas informações, o relator do despacho acrescenta que seu posto já fizera comentários em outras ocasiões a respeito da tolerância existente no Brasil frente ao comunismo e aos comunistas, sendo que os jornais anticomunistas também manifestavam esta tendência. Mas, segundo ele, recentemente estava havendo algumas mudanças como revela o editorial da *Folha* acima comentado e outro,

---

<sup>267</sup> *Communism in Brazil*. Memorando interno no Departamento de Estado, de Bennett (OSA) para S. J. Cottrell (OSA), em 15 de abril de 1954, M 1487, rolo 4.

<sup>268</sup> “The Communist Party in Brazil was outlawed several years ago, but it is estimated that approximately 60.000 active Commies are now working clandestinely. The CP controls newspapers in every leading city and has infiltrated all government agencies. The leader is Luiz Carlos Prestes, a former Army captain, now underground, who is a legendary figure. The Party is now capitalizing on the political confusion in Brazil prior to Congressional and Gubernatorial elections this fall. It has recently announced a “Manifesto” calling for virulent attacks on the Vargas administration and the United States. This has caused a strong reaction from the Army, led by a new Minister of War who is a strong anticommunist, and for the Administration, which is tightening controls against Communism. Traditional Brazilian tolerance on all questions of race, creed, political theory mitigates against forceful effective control.” Idem, p. 1.

<sup>269</sup> *Newspaper call to fight Communism*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 12 de maio de 1961 assinado por William P. Cochran, Jr. Minister Consul General, caixa 1582.



publicando n' *O Estado de São Paulo*, o qual chamava para a luta contra a ameaça interna do comunismo.<sup>270</sup>

A questão da tolerância apareceu também em documento já mencionado anteriormente e que analisa os principais temas políticos presentes da eleição de 1962, entre os quais estavam vários que interessavam de perto aos norte-americanos como a Aliança para o Progresso, a política externa “independente” do Brasil e o perigo comunista.<sup>271</sup> Ao tentar avaliar a importância deste último, o funcionário que fez o relato para o Departamento de Estado, em maio de 1962, referiu-se também à tradicional tolerância política dos brasileiros. O perigo comunista estaria, segundo ele, relacionado com a renovação das relações com a União Soviética e com a vinda de milhares de soviéticos para uma recente feira de comércio no Rio. O tema da infiltração comunista, de acordo com o despacho em questão, também fizera com que Santiago Dantas – Ministro das Relações Exteriores do Brasil - tivesse que defender a política externa do governo num debate na Câmara. Setores conservadores e do centro, bem como os militares, estariam preocupados com diversos exemplos de infiltração e influência soviética, além de “considerável evidência de infiltração cubana, particularmente no Rio Grande do Sul”.<sup>272</sup> O relator procura avaliar os possíveis efeitos entre os eleitores da presença deste tema nas discussões em torno da eleição:

“É extremamente difícil, todavia, avaliar os prováveis efeitos eleitorais do tema. Considerando a freqüente inabilidade brasileira de entender as dimensões da ameaça comunista (...) pode-se assumir logicamente que o tema do comunismo teria pouco efeito sobre os votantes no próximo outubro(...). E em termos gerais, esta afirmação é provavelmente correta. A análise da Embaixada sobre as eleições de 1958 indicou, no entanto, que o tema teve o seu papel em várias disputas, contribuindo para as

---

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> *Brazilian Elections 1962: Report n. 14: The issues*. Depacho da Embaixada em Brasília para o Departamento de Estado em 28 de junho de 1962, assinado por Harry A. Quinn, caixa 1578.

<sup>272</sup> “Considerable evidence of Cuban infiltration, particularly in Rio Grande do Sul”. Idem, p. 3.

derrotas de Adhemar de Barros e Lutero Vargas em São Paulo e no Distrito Federal, respectivamente.<sup>273</sup>

A lógica da afirmação parecia estar correta: se os brasileiros não entendiam a extensão do perigo comunista, tal tema não viria a ter muito peso na campanha eleitoral, porém o que aconteceu na eleição de 1958 foi o contrário e o tema teve sim um peso decisivo em várias disputas estaduais. O parágrafo acima citado deve ser lido em conjunto com uma nota de rodapé que consta no documento e que visa melhor explicar a citada inabilidade brasileira de entender o comunismo:

“uma falta de habilidade que se manifesta tanto na crença amplamente sustentada de que o comunismo não apresenta ameaça real à segurança interna brasileira (uma crença demonstrada pela prática freqüente de políticos declaradamente anticomunistas se aliarem com o PCB para propósitos eleitorais) e na tendência de ver a batalha Leste - Oeste como análoga a uma disputa política interna (brasileira) - um tema ‘emocional’ que poderia ser facilmente resolvido se ambos os lados sentassem numa mesa para fumar”.<sup>274</sup>

Segundo o mesmo documento, apesar de tal inabilidade, as evidências de infiltração comunista, as indicações de que parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se aliava mais ou menos abertamente ao partido comunista para propostas eleitorais e a campanha iniciada pela Igreja para alertar os fiéis em temas eleitorais indicavam que o tema do comunismo poderia novamente desempenhar um papel importante nas eleições individuais.

---

<sup>273</sup> “It is extremely difficult, however to evaluate the probable electoral effects of this issue. Considering the frequent Brazilian inability to understand the dimensions of the Communist threat. An inability which manifest itself both in the widely-held belief that Communism presents no real threat to Brazilian internal security (...)it may be logically assumed that the issue of Communism should have little effect on the voters next October (...). And, in general terms, this assumption is probably correct. The Embassy’s analyses of the 1958 elections, however, indicated that this issue did play a part in several contests, contributing to the defeats of Adhemar de Barros and LuteroVargas in São Paulo and the Federal District, respectively”. Idem, p. 3.

<sup>274</sup> “A belief demonstrated by the frequent practice of declaredly anti-Communist *políticos* allying themselves with the PCB for electoral purposes) and in the tendency to view the East-West struggle as analogous to a (Brazilian) domestic political contest - an “emotional” issue which could be easily resolved if only both sides would consent to retire to a smoke-filled room.) Idem, p. 3.

Há nas explicações sobre a tolerância dos brasileiros em relação ao comunismo um ensaio de interpretação e uma sutil crítica sobre o que os norte-americanos consideravam o nosso modo de ser: tolerância em relação à raça, credo, teoria política; cegueira quanto às articulações internacionais do comunismo e à luta Leste-Oeste; uso de critérios emocionais para avaliar as mesmas; oportunismo para se beneficiar da situação; e aceitação do consenso para a solução dos problemas. Parece que é realmente difícil para estes observadores entender as diferenças em relação a seu próprio modo de ser e às questões que são eleitas como problema. Mas, isso será trabalhado adiante.

No que se refere à falta de compreensão dos brasileiros a respeito da extensão do perigo comunista, vê-se um conjunto de críticas que parece ter como eixo a idéia de que os brasileiros não tiveram ou rejeitaram a chance de ter uma educação liberal que lhes seria “mais apropriada” e que lhes permitiria ter um quadro mais realista do perigo. Além disso, reaparecem as acusações de oportunismo e de orgulho que impediriam os brasileiros de reconhecer as lições que poderiam lhes ser ensinadas por outros países. As inclinações democráticas dos brasileiros também são questionadas.

Críticas desse tipo apareceram, por exemplo, no âmbito de uma discussão sobre projetos de anistia que tramitou no Congresso Nacional ao longo do primeiro semestre de 1956, conforme foi comentado no capítulo dois.<sup>275</sup> Um despacho da Embaixada para o Departamento de Estado, em maio daquele ano, discute a proposta da anistia ampla que poderia vir a atingir os comunistas. Questiona até que ponto as colocações a favor da mesma podiam ser consideradas insinceras ou somente atribuídas à influência comunista:

“os comunistas têm sido grandemente ajudados pelo arraigado sentimento a favor de uma anistia ampla como o melhor caminho para sanar divergências políticas sérias. Além disso, há uma evidente falha geral de reconhecer o perigo real do comunismo como uma força subversiva e um agente de um governo estrangeiro”.<sup>276</sup>

---

<sup>275</sup> *Amnesty*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, em 14 de maio de 1956, assinado por Robert W. Dean, Segundo secretário da Embaixada - M1511, rolo 1.

<sup>276</sup> “The communists have been aided greatly by the ingrained Brazilian sentiment in favor of a broad amnesty as the best way to heal serious political divergence. Moreover, there is an evident general failure to recognize the real danger of communism as a subversive force and an agent of a foreign government”. *Idem*, p. 5.

Esta falha e “a tendência em reduzir (menosprezar) os perigos do comunismo é, sem dúvida, um fator importante no sucesso da tentativa de ganhar adesões para a causa geral da anistia”<sup>277</sup>. O documento também critica a falta de coerência da oposição que havia se colocado contra Kubitschek alegando que ele tivera relações com o PCB e agora fazia o jogo dos comunistas na tentativa de aprovação do projeto de anistia mais ampla.<sup>278</sup>

Os brasileiros teriam um jeito particular - e problemático - de pensar, e isso estaria se refletindo na sua apreciação do perigo comunista. É o que se vê no relato de conversa entre um funcionário norte-americano e dois senhores, pertencentes um aos altos escalões d’*O Estado de São Paulo* e outro aos da *Folha de São Paulo*. Com cada um dos interlocutores, o funcionário teria discutido a forma pela qual os fatos referentes à Revolução Cubana estavam sendo noticiados. A publicação de uma carta pastoral da Igreja Católica em Cuba, também foi tema da conversa.<sup>279</sup>

Pelo despacho não fica claro qual foi o funcionário norte-americano que teve a conversa com os jornalistas Frederico Heller, diretor econômico d’*O Estado* e Nabantino Ramos, da *Folha*. No relato da conversa com o primeiro é possível ver sinais da avaliação norte-americana a respeito da falta de compreensão que os brasileiros tinham do perigo comunista, a qual seria explicada por um “modo nativo de pensar”.

Uma das observações de Heller foi de que em seu jornal, assim como em outros pelo país, estava sendo permitido que comunistas trabalhassem. Eles estariam infiltrados em vários setores relacionados às notícias e à política editorial. Falando sobre Cuba, o diretor d’*O Estado* teve certa dificuldade para explicar as razões da forte simpatia dos brasileiros pela ilha, simpatia que segundo ele não era, evidentemente, limitada aos esquerdistas. Para tentar explicar isso, ele recordou a história da revolução cubana, a derrubada da ditadura de Batista, o amplo programa de reforma social, as dúvidas a respeito da influência comunista

---

<sup>277</sup> “The tendency to discount the dangers of communism is undoubtedly a major factor in the success of the drive to date to gain adherents to the cause of general amnesty”. Idem, p. 6.

<sup>278</sup> Idem, p. 7.

<sup>279</sup> *A conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 17 de Agosto de 1960, assinado pelo Cônsul Geral William P. Cochran Jr, Caixa 1574.

em Cuba. A partir daí o relator começa a interpretar o sentido das palavras do seu interlocutor:

“pareceu ao relator que Heller estava tentando atrás disso, identificar algo nativo para o jeito de pensar das pessoas daqui, uma moral e um ponto de vista ético, encontrado não apenas na política mas também nos negócios, nos jornais e em todas as áreas de atividade em geral. Talvez uma estranha mistura de oportunismo e recusa de tomar o comunismo seriamente, talvez uma orientação democrática limitada, contra a opressão, mas não a favor de uma democracia ampla e militante, uma orientação que falha em aceitar ou olhar para a grande ameaça comunista seriamente, como contra problemas operacionais imediatos ou oportunidades para vantagem pessoal. Assim, nós não apenas descobrimos que virtualmente todos os políticos de qualquer conexão política solicitam apoio comunista, mas também que empresários ricos se associarão a comunistas, e estudantes não comunistas assim com líderes de trabalhadores farão suas ‘acomodações’ à influência esquerdista, etc.”<sup>280</sup>

Oportunismo, limitada orientação democrática, desejo de obter vantagens pessoais, falta de visão dos problemas numa dimensão mais ampla que a das questões operacionais, tendência em reduzir os perigos do comunismo, não percepção dele como um agente internacional. Esse quadro pinta os brasileiros, ao mesmo tempo, como cegos e como aproveitadores. Já que não conseguem ver a extensão do perigo, acabam achando que podem tirar vantagens dele.

A falta de preparação dos brasileiros para compreender o fenômeno comunista também fica explícita numa reportagem de 14 páginas sobre a Convenção do Partido

---

<sup>280</sup> “It seems to the reporting officer that Heller was groping, beyond this, to identify something indigenous to the way of thinking of the people here, a moral and ethical outlook, found not only in politics but also in business, newspaper work, and all phases of activity in general. It is perhaps an odd mixture of opportunism and refusal to take Communism seriously - perhaps a limited democratic orientation, against oppression but not in favor of a truly broad and militant democracy, an orientation which fails to accept or look to the larger Communist threat as against the more immediate operating problems or opportunities for personal advantage. Thus, not only do we find that virtually all the politicians of whatever political connection solicit Communist support, but also wealthy business people will consort with Communists, and non-Communist students and labor leaders make their “accommodations” to leftist influence, etc.” Idem, p. 3.

Democrata Cristão (PDC), que ocorreu em 1963, em São Paulo.<sup>281</sup> Em tal reportagem há uma discussão sobre as principais influências que deram origem à ala esquerda do partido, discussão que em certos momentos toca na aproximação entre tal ala e os comunistas e, em outros, na facilidade dos jovens pedecistas se deixarem levar pela “panacéia simples” das idéias comunistas.

Entre as influências que teriam dado origem à ala esquerda, estaria a genuína necessidade por reforma social. O relator, querendo ser justo com os democratas cristãos, reconhece que a cruzada pelas reformas foi provavelmente o motivo mais importante do movimento, pelo menos no começo. Acredita que ainda existiam reformistas sinceros no PDC, mas alerta que esses não eram o principal objeto do seu relato.

Outra influência citada é a proveniente de partidos democratas cristãos de outros países. Mas o Consulado acredita que os brasileiros estavam absorvendo pobremente as lições estrangeiras, ficando desta forma longe dos partidos democratas cristãos europeus mais responsáveis. O partido no Brasil estaria apenas adotando aqueles pontos com os quais concordava. Por exemplo, por influência do partido italiano, estava sendo adotada uma política de abertura para a esquerda, que os paulistas preferiam chamar de “abertura para a realidade”. O relato também cita a influência dos partidos deste tipo na América Latina, como o do Chile. Mas, este seria muito mais realístico e maduro que o dos paulistas.

Haveria também, segundo o documento, a crença de que o papa João XXIII estaria demonstrando uma vontade de se entender com os comunistas e de promover o socialismo. Haveria ainda a influência do padre Lebrecht, mas os esquerdistas pareciam ter adicionado suas próprias inovações aos ensinamentos de Lebrecht; e, finalmente, a questão dos padres da ala esquerda da Igreja em São Paulo que teriam sido extraordinariamente importantes para o desenvolvimento do PDC.

Continuando na exploração das influências para o surgimento da ala esquerda do PDC, o relato cita o fato de que os membros da mesma foram, nos seus anos formativos, participantes da Juventude Universitária Católica (JUC), que geralmente colaborava com os comunistas. Vários líderes do PDC eram muito jovens e até há pouco estiveram envolvidos

---

<sup>281</sup> *Leftists Show Strength at Christian Democratic Convention*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de maio de 1963 assinado por Daniel M. Braddock, Minister Cónsul General, Caixa 3836.

em política estudantil. Quanto ao comunismo, o relato afirma que as idéias comunistas estavam sendo mais importantes do que a influência direta dos comunistas e que tais idéias também eram facilmente divulgadas pelo fato de que havia livrarias com livros comunistas baratos, enquanto que as poucas obras que poderiam apresentar argumentos opostos eram caras. Assim, o relator comenta que era natural que a “panacéia simples dos comunistas” fosse atrativa, especialmente para jovens revoltados e em busca de respostas. Também constata que era marcante a ausência de outras idéias americanas ou européias. A moderna história americana e européia, acrescenta, não era conhecida.

O oportunismo é outra explicação para o desenvolvimento desta ala esquerda do PDC. O relator considera que o tema da justiça social dava votos. No documento, os defensores dessa ala são criticados por só falarem da falta de justiça social no capitalismo e por não terem coragem de responder à crítica de que a falta dessa justiça é a maior fraqueza do comunismo.

Outro grande problema apontado no documento em questão é a fraca educação liberal: “poucos brasileiros tiveram a vantagem de uma educação liberal que seria considerada adequada na maior parte do hemisfério norte.”<sup>282</sup> Isso parcialmente explica, segundo o relator, que o PDC estivesse defendendo idéias que pareceriam risíveis em outros lugares. Seus líderes estariam repetindo idéias do estilo daquelas dos anos 30 como se fossem um disco quebrado. Como a educação dos seus votantes era ainda mais fraca, tais líderes tinham boa receptividade. “Este problema de educação é tão óbvio que muitas vezes escapa à observação, mas é crucialmente importante”.<sup>283</sup> Além disso, observa o relator, os vícios do capitalismo brasileiro - mais próximos - faziam com que se desprezassem ou desvalorizassem os perigos remotos do comunismo. A ala esquerda do PDC tendia a considerar o comunismo como um aliado útil contra o capitalismo. E os Estados Unidos lhes pareciam muito mais perigosos para a independência do Brasil do que a distante União Soviética.

---

<sup>282</sup> “Few Brazilians have had the advantage of a liberal education that would be considered adequate in most of the northern hemisphere”. Idem, p. 14.

<sup>283</sup> “This problem of education is so obvious that it often escapes observation, but it is crucially important”. Idem, p. 14.

Vê-se, neste longo documento, que as críticas que os norte-americanos fazem ao PDC apontam para problemas na absorção de influências estrangeiras; para o perigo de selecionar apenas alguns elementos dessas influências; à quase inexistência de materiais que tratassem de outras idéias européias ou norte-americanas em contraposição a uma fartura de material comunista, baratos em termos de preço e de qualidade; à ingenuidade e juventude dos membros da ala esquerda; ao oportunismo no uso do tema da justiça social, à repetição de *slogans* risíveis; e, à falta de uma educação adequada para as lideranças políticas e para a população em geral.

É importante chamar a atenção para o fato de que neste texto sobre o PDC não estava sendo analisada a atividade anticomunista do partido mas, ao contrário, a influência comunista sobre uma parte do mesmo. Apesar disso, o conjunto de críticas feitas a esse grupo revela como os norte-americanos avaliavam a forma dos brasileiros fazerem política e um ponto importante nesta avaliação, para eles, era a nossa incapacidade de entender o perigo comunista. Os esquerdistas do PDC revelavam em suas ações e opções essa alegada incapacidade.

A formação superficial dos intelectuais - outra causa da dificuldade dos brasileiros compreenderem a extensão do perigo comunista – foi discutida em um documento expedido pelo Consulado de São Paulo, logo depois do golpe de 1964, que dá uma visão geral sobre a situação da política paulista naquele momento. No documento se constata que os grupos anticomunistas haviam obtido sucesso e um bom aprendizado no processo que levava ao golpe.<sup>284</sup>

Muitos paulistas, segundo o documento, acreditavam que o comunismo ou pelo menos o socialismo extremo era a “onda do futuro”. As razões para tal crença: o sucesso espacial russo, a facilidade com que a ideologia comunista pôde ser assumida por intelectuais com educação superficial, a falha dos governos eleitos em dar conta dos maiores problemas econômicos e sociais, uma administração que fazia os esquerdistas crerem que eram bem quistos. Além dos comunistas, o documento destaca que havia os seus seguidores, os quais não seriam menos perigosos só pelo fato de não serem verdadeiros comunistas. Esses seguidores foram descritos como sendo talentosos. E entre eles foi citado novamente



o caso “movimento católico de extrema esquerda” que conseguira sucesso no PDC e na própria Igreja, incluindo até mesmo o arcebispo de São Paulo e que pudera converter muitos professores e eleger vários políticos. Alguns membros dessa ala, informa o documento, foram instrumentais para que os comunistas mantivessem o controle do movimento estudantil nacional.

A crítica à falta de estudo ou, mais especificamente, à defesa de idéias que não foram devidamente estudadas, foi direcionada, como se verá, em mais de uma ocasião, ao arcebispo de São Paulo.<sup>285</sup> Tal crítica aparece, por exemplo, em um documento que fazia uma ampla avaliação do surgimento de “ala esquerda” da Igreja Católica em São Paulo e dos perigos que isso representava. A mesma correspondência chama a atenção para a necessidade do Consulado promover meios de fazer alguns líderes católicos entenderem que não podiam ser igualmente críticos ao comunismo e ao capitalismo liberal e, também, de explicar como funcionava o capitalismo norte-americano. Uma pequena nota mostra como os norte-americanos estavam vendo o caso dos esquerdistas católicos:

“Observadores norte-americanos, naturalmente, esfregam seus olhos e relutam em acreditar no que eles vêem quando eles pela primeira vez notam paralelos entre porções da ‘ala esquerda’ da Igreja e o Marxismo/ Leninismo. Talvez porque lógicos anglo-saxões assumem que onde há fumaça, há fogo. O Consulado Geral duvida que haja qualquer fogo real aqui. Não há evidências de ‘infiltração’ física dos comunistas nos círculos da Igreja de São Paulo. Isso significa que uma figura tão venerável quanto a do Arcebispo de São Paulo propaga convicções não estudadas? Exatamente.”<sup>286</sup>

---

<sup>284</sup> *Political Panorama Vastly Changed*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de abril de 1964, assinado por Niles W. Bound. Caixa 1930.

<sup>285</sup> “*Christian Social Pledge*” *Reflects Left Wing Church Beliefs*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 5 de junho de 1962, assinado pelo Cônsul Scott C. Lyon. Caixa 1578.

<sup>286</sup> “American observers, naturally, rub their eyes and are reluctant to believe what they see when they first notice parallels between portions of the Church “left wing” line and Marxism/Leninism. Perhaps this is because logical Anglo-Saxons assume that where there is smoke, there is fire. The Consulate General doubts that there is any real fire here. There are no evidence of Communist physical ‘infiltration’ into São Paulo Church circles. Does this, then mean that a figure as venerable as the São Paulo Archbishop propagates unstudied convictions? Exactly.” Idem, p. 5.

Assim, os observadores norte-americanos fizeram força para acreditar no que os seus olhos lhes mostravam. Olhando com as lentes da “lógica dos anglo-saxões”, os funcionários dos postos diplomáticos sediados no Brasil e outros em Washington responsáveis por questões relacionadas ao país, escreveram e enviaram relatos para seus superiores, os quais construía um quadro sobre a realidade brasileira, o funcionamento da política e a forma dos brasileiros e suas instituições se portarem naquele momento histórico.

A análise dos documentos até aqui apresentados permitiu, então, apresentar uma leitura sobre o fenômeno do anticomunismo. Uma leitura pessimista, que todavia, dava espaço para que fossem constatados alguns pontos positivos e para que se colocasse o problema de que o CDNA também tinha que ser mais eficiente em suas ações na batalha contra o comunismo no Brasil. É o que se verá a seguir, com a análise das ações anticomunistas brasileiras consideradas positivas e, no próximo capítulo, daquelas levadas adiante ou propostas pelo CDNA.

#### **4.2 – Algumas avaliações positivas sobre o anticomunismo brasileiro**

Pelo que foi possível ver no conjunto das críticas que os norte-americanos faziam ao anticomunismo brasileiro, as mesmas eram acompanhadas de pequenos elogios que revelavam uma lógica do tipo: “pelo menos alguma coisa está sendo feita”. Foi, por exemplo, o caso daqueles cartazes que receberam a crítica de serem mal executados, mas que mesmo assim não deixavam de ser “uma séria tentativa de contra atacar a propaganda comunista”. Da mesma forma, aqueles melodramáticos programas anticomunistas de rádio foram vistos como “uma iniciativa bem vinda e indicam que o governo brasileiro está consciente da ameaça comunista”.

Outro exemplo de avaliação positiva encontra-se num documento de novembro de 1953 que comenta uma campanha que o SESI realizara em São Paulo.<sup>287</sup> A campanha se baseava num panfleto intitulado *Zé Curioso*, o qual contava a história de um operário brasileiro que, desiludido com suas condições de vida, resolvera ir para a União Soviética. As informações sobre a recepção do panfleto foram de que ele estava sendo bem aceito

pelos trabalhadores que se mostraram muito interessados em lê-lo. Apesar disso, o relator disse não saber exatamente que tipo de influência o referido material poderia trazer: “o quanto influente ele será em moldar suas [dos trabalhadores] opiniões sobre a União Soviética, permanece uma incógnita, mas observações iniciais indicam que ele terá sucesso”.<sup>288</sup>

O funcionário que reportou o caso para o Consulado situado na capital paulista acreditava que os sérios levantes de trabalhadores ocorridos em São Paulo em março e abril de 1953<sup>289</sup> - que teriam inspiração comunista - fizeram com que o SESI desse passos mais positivos contra a ameaça vermelha na indústria brasileira e os panfletos em questão seriam exemplos disso:

“os panfletos em anexo são um dos resultados dessa política aparentemente nova. A publicação é um gesto na direção certa e indica um dos aspectos daquilo que a iniciativa privada está fazendo para combater o comunismo em nível local. Enquanto autoridades governamentais e muitos líderes comunitários cruzam os braços e parecem indiferentes em relação ao problema vermelho, pelo menos a indústria privada está despertando para o perigo do tema e está combatendo-o”.<sup>290</sup>

Um pronunciamento feito pelo arcebispo do Rio de Janeiro D. Jaime Barros Câmara contra o comunismo, em dezembro de 1955, foi relatado pela Embaixada como sendo um

---

<sup>287</sup> *São Paulo Anti-Communist Propaganda*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 19 de novembro de 1953, assinado por Paul L. Guest, Cônsul norte-americano. M1487, rolo 2.

<sup>288</sup> “How influential it will be in molding their opinions about the Soviet Union remains to be seen, but initial remarks indicate that it will be quite successful.” Idem, p. 2.

<sup>289</sup> Trata-se da chamada “Greve dos Trezentos Mil” que abalou São Paulo, no período. Ela se insere num contexto - durante o segundo governo Vargas - no qual o movimento sindical atingiu grande mobilização. Membros do PCB participaram com intensidade na organização de greves. A crescente inflação e a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores foram os principais motivos para o desencadeamento de uma série de protestos no ano de 1953, que tiveram como seu auge um movimento grevista semigerai em São Paulo que ficou conhecido como “Greve dos Trezentos Mil” e atingiu 276 indústrias. O movimento iniciou em 26 de março e durou 29 dias. De acordo com: ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (Coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Forense Universitária/ Finep/FGV, 1985, vol. 2, p. 1530 e 1531.

<sup>290</sup> “The enclosed pamphlets are one of the results of this apparently new policy. The publication are a move in the right direction, and indicate one aspect of what local private enterprise is doing to fight communism. While government authorities and many civic leaders figuratively sit with arms folded and appear indifferent

dos mais fortes pronunciamentos anticomunistas emanados da Igreja Católica no Brasil no período.<sup>291</sup> O relato é concluído com uma avaliação sobre a importância do pronunciamento e com um questionamento sobre a sua relação com atos concretos:

“A afirmação do cardeal, mais outros pronunciamentos anticomunistas recentemente feitos por militares do alto escalão, indicam um despertar para os perigos do comunismo por alguns elementos importantes da comunidade brasileira. Se estes elementos serão capazes de transformar sua preocupação em ação efetiva contra o comunismo parece depender em larga escala da atitude do novo governo que deverá tomar posse em 31 janeiro de 1956.”<sup>292</sup>

Vê-se que da parte da diplomacia norte-americana havia uma forte expectativa de que a administração de Kubitschek realizasse “ações efetivas” para o combate ao comunismo. Vários documentos encontrados na pesquisa revelam essa expectativa, bem como algumas avaliações positivas da postura assumida pelo governo federal. É preciso lembrar que os oponentes de Kubitschek criticavam, entre outras coisas, o apoio que o mesmo havia recebido dos comunistas para sua eleição. Levando em conta essa desconfiança, os funcionários dos postos diplomáticos norte-americanos parecem satisfeitos ao relatar situações reveladoras de uma tomada de posição anticomunista pelo presidente brasileiro. É o que se vê no caso dos já comentados debates em torno da anistia, em 1956:<sup>293</sup>

“parece que o presidente se tornou mais consciente do potencial perigo dos comunistas como resultado do papel deles nas desordens recentes e da sua demonstrada habilidade de levantar apoio na Câmara dos Deputados para uma

---

concerning the red problem, at least private industry is awakening to the danger of the issue and is combating it”. Idem, p. 2-3.

<sup>291</sup> *Anti-Communist declarations of Rio's archbishop* Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, 14 de dezembro de 1955, assinado por Robert W. Dean - M1511, rolo 3.

<sup>292</sup> “The Cardinal’s statement, plus other anticomunist pronouncements recently made by high military officials may indicate an awakening to the dangers of communism by some important elements of the Brazilian community. Whether those elements will be able to transform their concern into effective action against communism would seem to depend in large measure upon the attitude of the new government which is scheduled to take office on January 31, 1956.” Idem, p. 2.

medida pró-comunista. A preocupação manifestada nos círculos militares e da Igreja sobre as atividades comunistas, assim como a constatação de que as relações com os Estados Unidos poderão ser, favorável ou desfavoravelmente, afetadas pela natureza da posição tomada pela Administração neste problema, provavelmente irão fazer o Presidente confirmar a sua decisão de tomar uma política firme a este respeito”.<sup>294</sup>

Ou seja, o documento avalia que a administração de Kubitschek estava percebendo o poder de influência dos comunistas e também as preocupações dos militares e da Igreja quanto a isso. Ela estaria também se dando conta que a relação com os Estados Unidos estava ligada à postura do governo brasileiro face aos comunistas. A lógica presente do documento como um todo é a de que o governo estava começando a fazer críticas anticomunistas, os comunistas estavam reagindo às mesmas, outros setores da sociedade estavam combatendo o comunismo, e o governo, apesar de não ter um programa coordenado de combate, estava começando a se conscientizar sobre o perigo.

O anticomunismo de Kubitschek é novamente avaliado em documento de 1958.<sup>295</sup> O documento relata que o problema comunista fora intensificado com a re-emergência de Prestes, que por muitos anos, desde a decretação da ilegalidade do PCB, estivera na clandestinidade. Mas, escreve o relator, o presidente Kubitschek deixou claro que estava alerta, prestando atenção aos pregadores de doutrinas opostas ao que é mais autenticamente brasileiro. Comenta que, poucos dias antes, a alta hierarquia católica do Rio de Janeiro deplorara a publicidade e a cordial recepção dada a Prestes e apoiara a chamada do governo por uma legislação anticomunista. A Igreja também apontara para a perigosa infiltração no

---

<sup>293</sup> Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, em 11 de junho de 1956 - M1511, rolo 1.

<sup>294</sup> “It appears that the President has become increasingly aware of the full potential of the danger from the communists as a result of their role in recent disorders and their demonstrated ability to rally impressive support in the Chamber of Deputies for a pro-Communist measure. The manifest concern in military and Church circles over communist activities, as well as the realization that relations with the United States are bound to be affected favorably or unfavorably by the nature of the position taken by the Administration on this problem, is believed likely to confirm the President in the decision to adopt a firm policy in this regard”. Idem, p. 5.

<sup>295</sup> *Anti-communist offensive; anti-Communist campaigns*. Joint Weeka, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 18 de abril de 1958. O *joint weeka* é um tipo de documento que relata questões políticas, militares e psicológicas de cada semana. No documento em questão, o tema do anticomunismo aparece no item “*Politics*” sob a designação: Anti-Communist offensive e no item “*Psychological*” sob o nome: *Anti-Communist campaigns*. Assinado por Woodruff Wallner, M1511, rolo 3.

próprio governo e para a necessidade de transformações sociais e econômicas no país. Mas como Kubitschek, em seus pronunciamentos recentes, não mencionara especificamente “comunismo” e “Prestes”, o relator temia que as críticas ao comunismo pudessem vir a ser utilizadas pela oposição para atingir o governo.

“Apesar de que a reação do público em geral ao movimento contra o comunismo e Prestes foi de satisfação e alívio, os vários pronunciamentos [do Presidente] foram suscetíveis de exploração por grupos antigovernistas para servir a fins partidários, tendendo a desviar a atenção do tema central que é o comunismo”.<sup>296</sup>

Nesta avaliação, parece que os norte-americanos estão se dando conta que uma das características do anticomunismo brasileiro era a sua capacidade de se adaptar a diferentes conjunturas e de servir aos mais variados fins políticos. O fato de Kubitschek não citar diretamente comunismo e Prestes foi interpretado pela oposição como significando que ele estivesse sendo tolerante ou mesmo que tivesse certa cumplicidade com o comunismo. Vê-se então, que o “elogio” norte-americano aos pronunciamentos anticomunistas do presidente brasileiro era relativizado pelo problema da falta de clareza nas palavras do mesmo, que poderia levar a diferentes interpretações e desviar as atenções do tema do comunismo.

Continuando seu relato, o funcionário escreveu que apesar das conotações anti-governistas do manifesto da Igreja do Rio de Janeiro, comentado acima - que temporariamente tiveram um efeito adverso para a estabilidade política - tanto o manifesto católico quanto os pronunciamentos do governo foram positivos para os interesses dos Estados Unidos no que diz respeito ao comunismo<sup>297</sup>, já que, forçosamente, chamaram a atenção do público para os perigos representados por ele, ajudando a circunscrever a atuação dos comunistas e de Prestes. O manifesto da Igreja, que deu apoio ao desejo da administração por uma legislação anticomunista, também demonstrou, segundo avaliação presente no documento que está sendo analisado, “a disposição da Igreja de exercer

---

<sup>296</sup> “Although the general public reaction to the counter-movement against communism and Prestes was one of satisfaction and relief, the several pronouncements were susceptible of facile exploitation by anti-Government groups to serve partisan ends, with a resultant tendency for attention to be diverted from the central issue of communism itself”. Idem, p. 2.

<sup>297</sup> “Were a definitive asset to U.S. interests so far as communism is concerned”. Idem.

influência para manter a administração no seu novo curso anticomunista, o qual o presidente adotou apenas depois de forte pressão militar e clerical”.<sup>298</sup>

Finalmente, o relato informa que até o momento da sua redação não teria ficado claro qual era o tipo de legislação anticomunista que o governo estaria almejando, mas que mesmo assim era possível prever que a mesma iria encontrar forte oposição no Congresso entre parlamentares pró-governo e entre a oposição. Ambos os grupos estariam preocupados com os votos comunistas. Apesar disso, o funcionário relator ainda demonstrava certa esperança, expressa nas seguintes palavras: “todavia, mesmo que o Congresso falhe em providenciar tal legislação, o seu debate deveria ter o saudável efeito de melhor clarificar a opinião pública a respeito da ameaça do comunismo”.<sup>299</sup>

Em outros documentos é possível perceber a avaliação do corpo diplomático segundo a qual as “forças democráticas” estavam ganhando experiência em suas atividades anticomunistas. Um despacho do Consulado de São Paulo em 1963, por exemplo, relata a realização de um encontro patrocinado por comunistas em solidariedade a Cuba, o qual apesar de não ter sido um grande acontecimento provocara considerável oposição entre as forças democráticas.<sup>300</sup> O encontro, patrocinado pela UNE, esperava contar com a presença de Prestes, que não comparecera. Estavam presentes alguns líderes sindicais comunistas, representantes dos ambos os partidos comunistas e também os trotskistas. Uma contra-demonstração acontecera no mesmo dia, só que mais cedo, organizada por grupos como o Movimento Estudantil Democrático, a União Cívica Estudantil, a Frente Estudantil do Estado de São Paulo e a Aliança Democrática Brasileira, os quais marcharam pelo centro da cidade carregando cartazes atacando Fidel Castro e o comunismo, terminando com discursos na Praça da Sé.

Os participantes teriam sido em torno de 100 no começo, chegando a 250 no final. Alguns simpatizantes comunistas haviam tentado interferir nos discursos, mas a polícia os removeu. De acordo com o documento, “um funcionário do consulado que estava presente

---

<sup>298</sup> “The disposition of the Church to exert influence to keep the Administration on its new anti-Communist course, which the President adopted only after strong military as well as clerical pressure”. Idem, p. 2.

<sup>299</sup> “However, even though Congress may fail to provide such legislation, the debate on it should have the salutary effect of still further clarifying public opinion regarding the menace of communism”. Idem, p. 3.

<sup>300</sup> *Pro-Cuba Meeting Sparks Counter Actions in São Paulo*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 28 de março de 1963, assinado por Daniel M. Braddock., caixa 3838.

teve a impressão de que a polícia desencorajou os manifestantes democráticos de marcharem para o lugar onde estava acontecendo o encontro a favor de Cuba, a apenas algumas quadras de distância”.<sup>301</sup> A cobertura desse encontro não comunista, por parte da imprensa, foi limitada. Além disso, o governador Adhemar de Barros havia informado ao Cônsul Geral que tinha planos de impedir a realização do evento comunista mas que estava tendo dificuldades de encontrar meios legais para fazê-lo. O Secretário de Segurança do estado informara a um funcionário do Consulado que só poderia fechar o encontro se acontecesse algum distúrbio no local.<sup>302</sup>

No final do despacho há um comentário positivo sobre o acontecido:

“em geral, os problemas colocados pelo encontro foram resolvidos com sucesso do ponto de vista democrático. A publicidade favorável ao encontro - relativamente pequena - foi obscurecida pela publicidade pejorativa dada ao encontro comunista e favorável aos manifestantes contrários. Os inexperientes ativistas anticomunistas ganharam experiência. As autoridades do Estado, ao mesmo tempo em que mantiveram firmemente a ordem pública, foram capazes de aparecer como defensoras dos direitos constitucionais”.<sup>303</sup>

Neste caso, em que se confrontaram duas manifestações, uma rotulada de “comunista” e outra de “democrática”, o fracasso de uma poderia significar o sucesso da outra. E fracasso ou sucesso estariam relacionados ao número de participantes, à repercussão na imprensa e à atitude tomada pelas autoridades. Se o evento anti-Cuba teve pouca publicidade, o pró-Cuba foi apresentado de forma pejorativa pela imprensa. Uma coisa compensava a outra. Se as autoridades deixaram o encontro comunista acontecer sem intervir – e inclusive parecem ter desencorajado o confronto pretendido pelos manifestantes

---

<sup>301</sup> “A consulate officer who was present gained the impression that the police discouraged the democratic demonstrators from marching to the site of the pro-Cuba meeting a few blocks away”. Idem, p. 2.

<sup>302</sup> Aqui podem-se ver exemplos da “rede de informações” que permitia a elaboração dos relatos sobre os problemas políticos brasileiros, os quais eram enviados para Washington.

<sup>303</sup> “In general, the problems posed by the meeting were disposed of successfully from the democratic standpoint. The relatively small amount of favorable publicity which the meeting received was overshadowed by publicity derogatory to the Communist meeting and favorable to the counter



“democráticos”- pelos menos “foram capazes de aparecer como defensores dos direitos constitucionais”. Em termos gerais, a conclusão parece ter sido a de que os “inexperientes anticomunistas” haviam aprendido a fazer contra demonstrações – que teriam certa cobertura da imprensa e apoio das autoridades – sem causar confusão. Conduzindo sua passeata pelas ruas do centro, carregando cartazes contra Fidel, fazendo discursos na Praça da Sé, os anticomunistas puderam se mostrar para o público em geral, bem como tirar o brilho da manifestação a favor de Cuba.

Há outros documentos que mostram, às vésperas do golpe militar, a proliferação de grupos anticomunistas. Ao mesmo tempo em que isto era visto como um fato positivo, havia preocupações dos funcionários norte-americanos quanto à baixa qualidade de certas propostas.<sup>304</sup> Isso pode ser visto no documento de dezembro de 1963 que relata que *A Gazeta* publicara uma reportagem em três partes sobre uma organização chamada Frente Anticomunista - FAC - sediada na cidade de Baurú, em São Paulo. Ao relator pareceu que a matéria jornalística tinha tido a intenção de auxiliar a organização da dita Frente, mas que apesar disso o repórter conseguira retratar a mesma de uma maneira ridícula, produzindo a imagem de jovens treinando com armas de fogo e assistindo filmes fornecidos pelo Consulado norte-americano. Esta última informação aparece entre aspas. Está implícito, como diz o funcionário norte-americano, que a organização é “conspiradora e de extrema direita”. *A Gazeta* creditou à FAC as seguintes ações: derrotar os comunistas em eleição estudantil e resistir a padres de tendência esquerdista em alguma igrejas da área. Mas o Consulado, no presente relato, considerou que a FAC não merecia o crédito por tais ações.

O comentário final do documento sobre a Frente foi o seguinte: “Este grupo parece típico das inúmeras organizações anticomunistas que têm aparecido em São Paulo no último ano. A reação direitista é um dos principais fatos políticos do momento”.<sup>305</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que observa a proliferação de grupos anticomunistas em São Paulo, não

---

demonstrators. The fledgling anti-Communist activists gained experience. The State authorities, while maintaining public order firmly, were able to appear as upholders of constitutional rights”. Idem, p. 3.

<sup>304</sup> *Newspaper publicizes anti-Communist “secret society”*. *Weekly Summary*, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 13 de dezembro de 1963, assinado pelo Consul Scott C. Lyon, Caixa 3833.

<sup>305</sup> “This group sounds quite typical of the innumerable anti-Communist organizations that have been mushrooming in São Paulo in the last year or so. The rightist reaction is one of the major political facts of the moment”. Idem, p. 4.

acredita muito nas ações creditadas a esta FAC. Parece concluir que quantidade é diferente de qualidade.

O sucesso do golpe militar de 1964 mudou o panorama político brasileiro e demonstrou a aprendizagem e a vitória dos anticomunistas. Uma análise do caso paulista<sup>306</sup> mostra que os grupos extremistas de esquerda devem ter levado um susto na manhã de 2 de abril quando descobriram que os acontecimentos em curso não se eram uma brincadeira de Primeiro de Abril.<sup>307</sup> E abaixo comenta a importância da “destruição do mito esquerdista”, a qual teria sido de “importância incalculável”.<sup>308</sup>

Especificamente sobre o aprendizado dos anticomunistas, o documento considera que o número de comunistas em São Paulo nunca foi muito grande e que eles tinham pouca simpatia pública. Exemplo disso teria sido o fato de que um rinoceronte recebera mais votos do que as 30 mil assinaturas que os comunistas conseguiram numa petição pela legalidade do partido. Mas, havia a consciência de que “não é possível avaliar a influência comunista contando cabeças. Porque, apesar da sua fraqueza, os comunistas exercem enorme influência nas políticas locais, no sindicatos e nas escolas”.<sup>309</sup>

A explicação para a força dos comunistas era, nesse documento, que a grande maioria dos brasileiros democráticos não estava organizada e nem querendo confrontar os militantes da extrema esquerda. Mas, “tudo isso mudou: pelo final do mandato de Goulart, os anticomunistas se tornaram organizados e militantes, e sua superioridade numérica lhes permitiu se sobrepôr aos comunistas, mesmo quando os últimos tinham apoio e financiamento do governo, como eles muitas vezes tiveram”.<sup>310</sup> Exemplo dessa organização eficiente teria sido a demonstração de massa de 19 de março que juntara mais gente que aquela promovida por Goulart no Rio, no dia 13. Além disso, milhares de paulistas, muitos

---

<sup>306</sup> *Political Panorama Vastly Changed*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de abril de 1964, assinado por Niles W. Bound. Caixa 1930.

<sup>307</sup> “The wreck of their band wagon had been no April fool’s joke.” p. 3.

<sup>308</sup> “Irony aside, the destruction of the Leftist myth has been of incalculable importance”. Idem, p. 3.

<sup>309</sup> “There is not possible to evaluate communist influence by counting noses. For, despite their real weakness, the communists came to exercise enormous influence in local politics, labor and schools”. Idem, p. 3.

<sup>310</sup> “All that changed. By the end of Goulart’s stay in office, the anti-Communists had become organized and militant, and their superior numbers enabled them to out-demonstrate the Commies even when the latter had Federal Government backing and financing as they so often did”. Idem, p. 4.

deles armados, estariam organizados em grupos de ação democrática com “planos ambiciosos”.

Os anticomunistas paulistas, segundo avaliação do relator, aprenderam a técnica de interromper encontros comunistas pela força ou embaraço, organizando passeatas “espontâneas” decididas na hora, inundando o governo com telegramas, publicando manifestos, e organizando ações de demanda popular. Finalmente, o documento chama a atenção para que não se desvalorize a importância do movimento anticomunista e anti-caudilho, mesmo que ele não tenha tido muita participação popular: “ele pode não ter tido muita participação das classes baixas - os movimentos políticos brasileiros dificilmente a tem - mas foi muito mais popular do que qualquer coisa que os comunistas pudessem tentar”.<sup>311</sup>

Vê-se, então, na avaliação dos funcionários norte-americanos que, apesar dos tropeços, nem tudo estava perdido, já que no final das contas os anticomunistas venceram.

---

<sup>311</sup> “It may not have had much participation from the lower class - Brazilian political movements seldom have - but it was far more ‘popular’ than anything the communists could drum up”. Idem, p. 4.

## Imagem 1

Fonte: *Anti-Communist Posters*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 26 de agosto de 1949; M1492 , rolo 17.

## Capítulo 4

### **As ações dos postos diplomáticos e de outras agências norte-americanas no combate ao comunismo no Brasil**

Aliar-se a outros grupos anticomunistas e produzir material de propaganda sem revelar a própria identidade. Essa foi uma das estratégias utilizadas pelos postos diplomáticos que se viam frente à necessidade de colaborar com as consideradas precárias campanhas anticomunistas levadas a efeito no Brasil. As ações que podem ser apreendidas da documentação pesquisada são especialmente aquelas relacionadas à produção e distribuição de propaganda, bem como às tentativas de influenciar determinadas pessoas ou grupos, e à disponibilização de recursos do Departamento de Estado e de *know how* do anticomunismo norte-americano.

A seqüência de exemplos que será apresentada a seguir dá a impressão de que o papel do CDNA no combate ao comunismo no Brasil era limitado por uma série de fatores: a falta de recursos humanos e financeiros suficientes para dar conta de atividades diretamente relacionadas ao tema; o desejo de ao mesmo tempo não se expor e de realizar um trabalho eficiente; a cautela em intervir em temas de ordem interna do Brasil; e ainda, a falta de parceiros à altura, que tivessem uma visão mais sistemática e conseqüente do anticomunismo.

Tal impressão de um trabalho limitado e cauteloso, no entanto, pode ser contraposta à outra, que também emana do conjunto das fontes, segundo a qual o tema do combate ao comunismo estava sempre no centro das preocupações. Frente às mais diversas situações, a diplomacia norte-americana estava averiguando as ligações que certos indivíduos, grupos ou

práticas poderiam ter com o comunismo. Eles pareciam estar o tempo todo com as “antenas ligadas” buscando sinais do perigo soviético e, com base nesta preocupação, construíram interpretações sobre o dia a dia político do Brasil e sobre a inserção do mesmo na política traçada pelos norte-americanos para o continente. Da mesma forma, a leitura de trabalhos acadêmicos sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil revela uma série de outros campos de ação nos quais se corporificava o intento norte-americano de combater o comunismo, mas que não aparecem nos documentos aqui analisados.

Essa tensão entre os indícios de pouca e de muita participação dos norte-americanos no fazer anticomunista brasileiro pode ser resultado das limitações da documentação que está sendo utilizada. Isso porque, no conjunto do material pesquisado, não estavam disponíveis todos os documentos produzidos pelo corpo diplomático no período em questão. Muitos ainda não foram liberados para a pesquisa, apesar de possível solicitá-los por meio de um processo demorado de liberação.<sup>312</sup> Outros foram arquivados em fundos diferentes, ou estão localizados em outras instalações dos Arquivos Nacionais, como as Bibliotecas Presidenciais, sediadas em diversas outras cidades norte-americanas. Além disso, e como já foi observado, o fundo pesquisado quase não dispõe de correspondências recebidas e expedidas diretamente pelos Embaixadores e apresenta raros exemplares de correspondências que o Departamento de Estado enviava aos postos. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que as relações entre Estados Unidos e Brasil não passavam apenas pela Embaixada e Consulados mas envolviam outras agências. O acesso a documentos dessas agências – como FBI, CIA, Departamento de Defesa, Departamento do Tesouro, etc. – possivelmente revelaria outros cursos de ação anticomunista.

Levando em conta tais limitações, o presente capítulo discutirá as atividades anticomunistas do corpo diplomático norte-americano no Brasil presentes na documentação pesquisada, complementando-as com referências retiradas da historiografia, sem pretender

---

<sup>312</sup> O acesso a documentos dos Arquivos Nacionais que ainda não foram disponibilizados para o público pode ser tentado através do uso do *Freedom of Information Act* (FOIA). Essa lei, assinada em 1966, garante que toda pessoa tem direito a acesso aos registros e informações de agências federais. Por meio de solicitações escritas, as agências do governo dos Estados Unidos são requisitadas a revelar os registros a menos que a negativa de revelação dos mesmos possa ser sustentada em lei, com base em uma das nove exceções que a lei admite. O requerente, ainda assim, pode apelar para uma corte federal. Informação retirada de [www.gwu.edu/~nsarchive/foia/aboutfoia-summary.html](http://www.gwu.edu/~nsarchive/foia/aboutfoia-summary.html). Trata-se da *home page* do *Nacional Security Archive*, George Washington University, Washington, D.C.

esgotar o tema ou concluir que no seu conjunto as atividades foram somente estas ou especialmente estas. Todo o empenho em acompanhar o anticomunismo brasileiro sugere que os norte-americanos foram muito mais atuantes do que fazem crer os parcos exemplos presentes nas fontes pesquisadas.

#### **4.1 - As ações de acordo com a documentação diplomática**

O primeiro caso a ser analisado gira em torno da produção e distribuição de um panfleto de propaganda anticomunista, caso que mostra a aproximação entre um posto diplomático e uma entidade brasileira que tinha ação anticomunista. Trata-se do panfleto citado no capítulo dois e intitulado *Quem deseja um nova guerra?* e de cartazes que visavam combater as atividades comunistas relacionadas com a luta pela paz e que foram produzidos pelo Consulado Geral em São Paulo, no segundo semestre de 1949<sup>313</sup>. Como foi explicado anteriormente, a distribuição do material foi feita por pessoas não diretamente ligadas ao Consulado, pela polícia de Sorocaba e São Paulo e também pelo SESI que gostou do material e solicitou que o mesmo fosse reproduzido em quantidades maiores para que pudesse ser distribuído também no Rio de Janeiro.

Conforme se lê no despacho, houve um grande cuidado para que a participação do Consulado em tal empresa não fosse revelada. A mesma preocupação esteve presente no Consulado, no SESI e na polícia. Para isso foram usados os serviços de intermediários que atuaram tanto no encaminhamento da publicação quanto na distribuição do material.

O Cônsul em São Paulo, Cecil M. P. Cross, fez uma avaliação altamente positiva da repercussão deste material anticomunista:

“Eu considero este tipo de projeto altamente satisfatório e talvez o meio mais efetivo de frustrar os comunistas. Já passou tempo suficiente desde que os cartazes e panfletos foram distribuídos para que eu concluísse que o público desconhece que o

---

<sup>313</sup> *Printing and Distribution of Anti-Communist Poster and Pamphlet* - Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 10 de outubro de 1949, assinado pelo Cônsul Cecil M.R. Cross. M1419, rolo 17.

Consulado Geral tenha tido qualquer participação nesta operação. Eu estou certo de que nossas pegadas foram completamente cobertas.”<sup>314</sup>

Parece que este tipo de ação anticomunista exigia que os norte-americanos fizessem o mesmo que eles costumavam criticar nos comunistas, ou seja, se infiltrar e agir subrepticiamente. Na seqüência, o relator explicou que o *United States Information and Education Service* (USIE) tomou essa operação como um experimento para averiguar se poderia ser levada adiante com sucesso em outras situações. De acordo com Haines, esse serviço de informação e educação era um programa do Departamento de Estado que, entre outras coisas, realizava atividades de intercâmbio, que incluíam viagens de futuros líderes brasileiros para os Estados Unidos.

“Concentrando-se em educadores, jornalistas, artistas, intelectuais, professores universitários e estudantes – que, de acordo com relatos norte-americanos, têm manifestado preconceito anti-americano – os estrategistas norte-americanos esperavam convencê-los providenciando um genuíno entendimento dos Estados Unidos e do seu povo, da sua forma democrática de governo e das suas instituições políticas e sociais”.<sup>315</sup>

Pelo exemplo retirado da documentação, e citado acima, tal programa também se interessava por ações que poderiam abranger um público maior e não tão seletivo quanto aquele que poderia ser atingido por programas de intercâmbio.

---

<sup>314</sup> “I consider this type of project highly satisfactory and perhaps the most effective means of thwarting the communists. Enough time has passed since the posters and pamphlets were distributed for me to reach the conclusion that the public is not aware that the Consulate General had any hand in this operation. I am fairly certain that our tracks were completely covered”. Idem, p.6.

<sup>315</sup> “Concentrating on educators, working journalists, artists, intellectuals, scholars, and students since, according to U.S. reports, they frequently harbored anti-American prejudice, U.S. policymakers hoped to win them over by ‘providing a genuine understanding of the United States and its people, its democratic form of government, and its social and political institutions’”. HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. SR Books, Wilmington, DE: 1989, p. 164. A palavra “policymakers” que se refere aos elaboradores da política externa norte-americana está sendo traduzida aqui como “estrategistas”, mesmo que essa tradução não pareça expressar de forma completa o sentido da palavra em inglês.



O relator do despacho deixa clara a sua satisfação com os resultados da produção e distribuição do tal panfleto, mas mostra-se preocupado com a viabilidade de ações desse tipo:

“Estou completamente satisfeito com os resultados e penso, assim, que este tipo de projeto deve ser mantido permanentemente. Infelizmente, a sua continuidade é extremamente limitada, porque entre os repasses feitos ao consulado para as atividades da USIE não estava previsto este tipo de atividade. Ambos os projetos anticomunistas em curso têm, dessa forma, exercido pressão sobre nossas finanças e pessoal. Nós queremos realmente continuar este trabalho que começou com tanto sucesso, mas a menos que fundos e pessoal especial nos sejam disponibilizados em um futuro próximo, eu francamente duvido que nós sejamos capazes de levá-lo adiante.”<sup>316</sup>

O oferecimento de subsídios como revistas, jornais, informação impressa em geral pelos postos diplomáticos para indivíduos e grupos brasileiros colocarem em prática sua própria propaganda anticomunista também foi um tipo comum de ação encontrada do material pesquisado. Foi o que aconteceu com aqueles programas de rádio, apresentados anteriormente. Apesar de considerá-los de baixa qualidade, sem novidades e melodramáticos, os norte-americanos contribuíram com os mesmos.<sup>317</sup> O despacho que apresenta e critica os programas também informa que o Consulado de São Paulo vinha regularmente passando para o diretor, Dr. Andrade, material que ele considerava útil para os mesmos, como revistas enviadas pelo Departamento de Estado, recortes de jornais, revistas americanas e livros.

---

<sup>316</sup> “I am thoroughly satisfied with the results and can therefore recommend that this type of project be kept constantly in the mill here. Unfortunately, the extent to which we can carry on is extremely limited, inasmuch as allotments made to this Consulate General for USIE activities did not foresee or provide for this type of activity. Both of the anticommunist projects undertaken (...) have therefore strained our finances and personnel. We should indeed want to continue this work which has been so successfully begun, but unless special funds and additional personnel are made available to us in the near future, I frankly doubt that we shall be able to do so”. *Printing and Distribution of Anti-Communist Poster and Pamphlet*, p. 6.

<sup>317</sup> *Anti-Communist Programs*. Despacho de Herbert Cerwin, Consulor for Public Affairs, na Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 8 de outubro de 1951, M1487, rolo 4. Ver cópia do doc. no Anexo 4.

Ainda dentro da lógica de apoio a grupos que realizavam atividades anticomunistas, veja-se a seguinte proposta que o SESI enviou para o Consulado sediado em São Paulo em 1949 e a resposta que lhe foi dada.<sup>318</sup> Numa conversa entre funcionários do Consulado e um membro de SESI em São Paulo, foi revelado que essa entidade estava interessada em trazer alguns norte-americanos para o Brasil, citando especificamente o nome do professor Boris M. Stanfield, professor de Economia Política da Universidade de Colúmbia. Este fora contratado para proferir uma série de palestras sobre o comunismo. O plano do SESI, todavia, era contratar pelo menos um norte-americano por mês para a mesma proposta, o que seria uma atividade muito cara (pagamento da viagem, despesas de estadia, mais os honorários do palestrante). O SESI, ao mesmo tempo em que admitia não ter recursos para financiar tais custos, considerava que o programa só seria efetivo se realmente fossem trazidos doze norte-americanos por ano.

As lideranças do SESI estavam pensando, de acordo com o despacho, em nomes como o Cardeal Spellman, o que ajudaria muito a mobilizar os católicos brasileiros contra o comunismo. O Cardeal Spellman, da arquidiocese de Nova Iorque, foi a personagem católica politicamente mais importante nos Estados Unidos, no período da Guerra Fria, pelo menos até a posse do católico John Kennedy como presidente da República, em 1961. Maiores informações sobre Spellman e suas posturas anticomunistas serão apresentadas no capítulo oito. Por enquanto, é suficiente dizer, que o nome do Cardeal era um nome de peso no anticomunismo norte-americano e católico.

Além do problema dos custos, o SESI estaria vendo dificuldades em sua proposta pois a entidade queria manter sua participação em completo anonimato, o que vinha dificultando as negociações. Daí o apelo ao Consulado:

“é o pensamento da organização que trabalhando em conjunto com o Departamento de Estado poder-se-ia chegar a um acordo de trabalho. O Departamento poderia, por exemplo, escolher fazer o intercâmbio de pessoas por meio de outra organização nos Estados Unidos. Essa organização, então, seria contatada por uma organização

---

<sup>318</sup> *Proposal made by SESI to bring to Brazil, in cooperation with the Department of State, a number of key figures whose purpose it would be to help combat communism in Brazil.* Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 11 de agosto de 1949, M1492, rolo 17.

brasileira, como a Universidade de São Paulo, a Escola Livre de Sociologia ou um grupo católico, que seria escolhido pelo SESI para ser o aparente patrocinador, para levar adiante os detalhes que tornariam possível à pessoa selecionada vir ao Brasil para lecionar e para entrar em contato com grupos e partidos interessados daqui, sem que o papel desempenhado pelo Departamento ou pelo SESI ficassem em evidência”.<sup>319</sup>

A sugestão do SESI no que se referia aos custos era de que o Departamento ou outra organização nos Estados Unidos pagasse a passagem, e que a entidade brasileira ficasse responsável pelo restante das despesas. Mas, além disso, como estaria acontecendo com o prof. Stanfield, deveria haver uma grande cuidado para garantir que o visitante “se encontrasse com as pessoas certas, tivesse boa cobertura da imprensa e do rádio e tivesse suas palestras publicadas na forma de panfleto e, se fosse preciso, na de livro”.<sup>320</sup>

Frente à proposta, a posição do Consulado foi de apoio:

“o Consulado Geral concorda com o SESI que este poderia ser um dos meios mais efetivos de frustrar os comunistas no Brasil. Engajados, como nós estamos agora, numa batalha mundial em repelir os soviéticos, é nossa convicção forte que esta é uma corda que temos que agarrar. Enquanto nós estamos usando os recursos do Consulado Geral e especialmente aqueles da sua seção da USIE, quase ao ponto de quebrá-los, com o objetivo de contra atacar a propaganda comunista, estes esforços permanecem um pouco mais que fracos. São Paulo se constitui no centro dos

---

<sup>319</sup> “It is the organization’s thought that working in conjunction with the Department of State some sort of working arrangement could be evolved. The Department could, for example, make a choice of exchange persons through another organization in the United States. This organization would then be contacted by a Brazilian organization, such as the University of São Paulo, the Escola Livre de Sociologia, or a Catholic Group etc., which would be chosen by SESI as the ostensible sponsor to carry out the details which would make it possible for the person selected to come to Brazil to give lectures and get in touch with interested groups and parties here without the role played by either the Department or SESI ever being in evidence”. Idem, p. 1.

<sup>320</sup> “Would get to meet the right people, get good press and radio coverage, and have his talks published in the form of a pamphlet, or it need be, in book form”. Idem, p. 2.

esforços comunistas no Brasil e, portanto, é aqui que as armas para combatê-lo e destruí-lo devem ser forjadas”.<sup>321</sup>

O documento, assinado pelo Cônsul Geral, Cecil M.P. Cross, termina pedindo para que o Departamento considere seriamente a sugestão feita pelo SESI.

Vê-se novamente a reclamação a respeito das finanças do posto, já esgotadas nas demais atividades anticomunistas. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade de apoiar a proposta do SESI pois a mesma parece prometer bons resultados, os quais pareciam se mostrar extremamente necessários numa cidade como São Paulo, onde os comunistas concentravam sua atenção e ação. Além disso, o relator – tentando convencer o Departamento de Estado – lembra a batalha mundial na qual os Estados Unidos estavam envolvidos.

A tática de transformar conversas com pessoas influentes em uma forma de ação para o combate ao comunismo também foi utilizada pelo corpo diplomático, que com isso fazia uma espécie de trabalho catequético, como já foi sugerido. Tais conversas poderiam ser um momento em que se tentava fazer o interlocutor “entender” certas coisas e no qual também se poderia oferecer assistência. Veja-se, por exemplo a já citada conversação de funcionários norte-americanos como o presidente eleito, mas ainda não empossado, Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1956.<sup>322</sup> Tentando alertar o presidente brasileiro sobre o caráter de conspiração internacional do comunismo, o funcionário norte-americano sugeriu ajuda concreta. “Eu disse que se o governo brasileiro concordasse que era desejável para nós trabalhar em uma base cooperativa neste campo, nós estaríamos muito satisfeitos em fazer tudo o que nós pudéssemos para prestar assistência”.<sup>323</sup> Também alertou que todas as

---

<sup>321</sup> “The Consulate General agrees with SESI that this would be one of the most effective means of thwarting the communists in Brazil. Engaged as we are now in a world-wide struggle to stave off the Soviets, it is our strong conviction that this is a straw at which we must grasp. While we are straining the resources of the Consulate General, and especially those of its USIE section, almost to the breaking point in an attempt to counteract communist propaganda, these efforts remain, at best, little more than feeble. São Paulo constitutes the hub of the all-out communist effort in Brazil, and it is therefore here that the weapons to combat it and lay it in its grave must be forged”. Idem, p. 2.

<sup>322</sup> *Memorandum of Conversation with Presidente Kubitschek* - Memorando interno no Departamento de Estado de Frank G. Wisner (ARA) para Maurice M Bernbaum (OSA) em 25 de janeiro de 1956. M 1511, rolo 6.

<sup>323</sup> “I said that if the Brazilian government should agree that it was desirable for us to work on cooperative basis in this field, we would be very glad to do all we could to be of assistance.” Idem, p. 2.

pessoas preocupadas com o problema do comunismo internacional e do seu combate deveriam reconhecer que a mais eficiente organização técnica só alcançaria resultados limitados se não houvesse uma atmosfera geral apropriada que incluísse apoio governamental e uma opinião pública bem informada e alerta.

“Comunismo tem que ser combatido em todos os *fronts* e os técnicos têm um papel vital, porém subordinado para cumprir. A criação de um certo grau de entendimento público sobre a ameaça do comunismo internacional para as liberdades básicas das pessoas requer, geralmente, um considerável programa de educação e instrução. A responsabilidade por isso recai, necessariamente, sobre os ombros das mais altas autoridades do governo dos países em questão”.<sup>324</sup>

O mesmo funcionário também sugeriu ao presidente brasileiro certas formas de assistência que poderiam ser providenciadas, tais como programas de doutrinação e educação que mostrassem os objetivos e métodos do comunismo internacional. Tais estudos poderiam ser fornecidos por uma organização de inteligência de um país para outro. Lembrou que os norte-americanos tinham isso em abundância para fornecer, mas que seria preferível que este tipo de informação fosse providenciado através de mecanismos de relacionamento aberto e oficial e possivelmente por meio de uma organização multinacional. Mas seria fundamental que tanto os funcionários do governo quanto os cidadãos de cada país estivessem alertas ao perigo do comunismo e fossem simpáticos ao trabalho das agências governamentais que se responsabilizavam diretamente para combater esta ameaça.

Nem todas as conversações realizadas ou planejadas tinham, no entanto, a garantia de alcançar bons resultados. Dois casos ligados à Igreja Católica apontam nesta direção. No

---

<sup>324</sup> “Communism has to be battled on all fronts and the technicians have a vital but subordinate role to play. The creation of a sufficient degree of public understanding of the menace of International Communism to the basic liberties of the people themselves usually requires a considerable program of education and instruction. The responsibility for this necessarily falls on the shoulders of highest governmental authorities of the countries concerned. No one else can do this job for them.” Idem, p. 2.

final do ano de 1962, um documento sobre as relações entre ala esquerda da Igreja e os comunistas propunha formas de influenciar tal grupo e ao arcebispo D. Mota<sup>325</sup>.

O Consulado havia recebido, por intermédio de um padre de sua confiança, informações a respeito do padre Alípio de Freitas, que era considerado um comunista ou um marxista leninista declarado, pelos outros membros do clero. O padre informante também revelou que Alípio já recebera sua punição, sendo suspenso do sacerdócio. Isso significava que ao fazer, em São Paulo, um discurso de caráter anti-americano e na linha comunista, algum tempo antes, o referido padre não falava mais em nome da Igreja. Porém o arcebispo de São Paulo não o teria repreendido publicamente.

Entre as possíveis ações a serem tomadas frente a isso, sugeria o documento que se tentasse desacreditar o tal padre, eliminando assim a utilidade dele para os comunistas. Uma das formas de fazê-lo seria encorajar algum jornal a publicar a história e forçar D. Mota a tomar alguma atitude. Mas isso poderia dar mais publicidade ao padre. A outra alternativa seria um contato pessoal com D. Mota, mas isso também teria os seus senões pois outros relatos do Consulado confirmam que o arcebispo “[estaria] mais convencido dos males do capitalismo do que preocupado com os perigos do comunismo”.<sup>326</sup> Profundamente preocupado com a necessidade de reformas sócio econômicas e atraído pelas visões comunistas de justiça social, D. Mota não entenderia “como o sistema da livre iniciativa, como está organizado nos Estados Unidos, está oferecendo uma resposta melhor para as necessidades do homem”.<sup>327</sup>

Todavia, o relator chama a atenção, o arcebispo disse estar impressionado com o trabalho dos padres católicos norte-americanos. O maior problema, neste caso, seriam os seus assessores os quais teriam simpatias esquerdistas, e a dificuldade de D. Mota mudar o próprio ponto de vista: “o Consulado Geral tem se devotado muito em pensar formas de educar o cardeal arcebispo tanto sobre o que é a livre iniciativa norte-americana, quanto sobre os perigos do comunismo, mas ele está velho e firme em suas idéias e os resultados

---

<sup>325</sup> *Pro-Communist Activities of Father Alípio de Freitas*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 27 de dezembro de 1962, assinado por Daniel M. Braddock, caixa 1582.

<sup>326</sup> “Is more convinced of the evils of Capitalism than he is disturbed by the dangers of Communism”. Idem, p. 2.

<sup>327</sup> “Without understanding how the free enterprise system, as organized in the United States, is offering a better answer to man’s needs”. Idem, p. 2.

serão lentos e incertos”.<sup>328</sup> O documento finaliza concluindo que não seria produtivo consultar o arcebispo sobre o caso do padre Alípio e que se novos discursos atacando os Estados Unidos aparecessem, o Consulado iria reconsiderar o caso e submeter novas recomendações.

A dúvida a respeito da eficiência de uma conversa com D. Mota pode estar relacionada com uma experiência anterior, quando em 1961, tal estratégia foi utilizada sem muitos resultados.<sup>329</sup> No dia 20 de dezembro daquele ano, o arcebispo de São Paulo recebera em seu palácio o embaixador Lincoln Gordon e altos funcionários do Consulado em São Paulo - Eugene Delgado, Scott C. Lyon e Datus C. Proper. D. Mota, na ocasião, estava acompanhado pelo seu secretário, o monsenhor José Alves Mota.

A visita durou mais de 30 minutos nos quais, de acordo com o memorando, foi discutido aquilo que o cardeal chamou de “tese invertida”, defendida por ele, segundo a qual a inflação seria o resultado e não a causa do aumento dos preços dos bens de consumo. O embaixador e o cardeal concordaram com a seriedade do problema social resultante da espiral inflacionária, mas discordaram diametralmente a partir daí. O cardeal via o problema como resultado de “exploração imoral” dos empresários que insistiam em impor preços cada vez mais altos para consumidores indefesos, barateando assim a moeda e causando inflação. O relator do memorando observou que D. Mota usara com frequência as palavras “ganância”, “exploração” e “espoliação”.

Nas poucas chances que o embaixador tivera para falar, segundo o memorando, ele tentou mostrar que a moralidade nos negócios em outros países ocidentais tais como Estados Unidos e Itália era provavelmente similar àquela do Brasil, mas que mesmo assim, estes países conseguiram estabilizar seus preços e melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Ele, de acordo com o memorando, explicou em termos simples que a maior causa da inflação no Brasil era que o governo estava gastando muito mais do que arrecadava, e emitindo dinheiro para cobrir a diferença. Isso causaria excesso de dinheiro e o

---

<sup>328</sup> “The Consulate General has devoted considerable thought to ways of educating the Cardinal-Archbishop as to what American free enterprise is, and as to the dangers of Communism, but he is old and set in his thinking, and results will be slow and uncertain”. Idem, p. 2.

<sup>329</sup> De acordo com o memorando de conversação que consta como anexo do documento: *‘Christian Social Pledge’ Reflects Left Wing Church Beliefs*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 5 de junho de 1962, Caixa 1578.

seu barateamento. O cardeal, no entanto, não conseguia ver como haveria um excesso de dinheiro se muitos pobres não tinham o necessário nem para comprar comida. Ele acreditava que a competição por lucros estava pressionando a subida dos preços. O embaixador rebateu: ao contrário, livre competição - operando sob a lei da oferta e da demanda - manteria os preços tão baixos quanto fosse praticável. Ainda segundo o documento, apesar das explicações sobre a lei da oferta e da procura, o cardeal não se convenceu e o embaixador prometeu lhe enviar um pequeno livro esclarecendo este ponto.

Finalizando o memorando, o relator comenta que o representante da Igreja deveria estar mais interessado em temas morais do que nos econômicos mas que adentrou nos segundos ao falar da sua “tese invertida” e que “sua escolha de palavras refletiu a inegável influência dos nacionalistas/comunistas do Brasil”.<sup>330</sup> Da mesma forma que a ala esquerda local do PCD, D. Mota pareceu considerar o capitalismo como um “mal maior”<sup>331</sup>. E esta sua atitude pareceu perigosa aos funcionários norte-americanos devido à sua grande influência o que poderia encorajar muitos clérigos paulistas, assim como políticos e estudantes, a seguir a linha esquerdista.

Em outro documento, que discute as influências que levaram ao crescimento da ala esquerda do PDC, em maio de 1963, há novo questionamento sobre a validade de ação “catequética” voltada para os membros deste partido.<sup>332</sup> O relator do documento acreditava que havia alguma possibilidade de trabalhar com os moderados, que aceitariam contatos e sugestões discretas. Mas adverte que, com a ala esquerda, isso seria muito improvável, tanto pela dificuldade em arranjar contatos com seus membros como porque “[seria] muito difícil exercer uma significativa influência sobre eles”.<sup>333</sup>

O uso da conversação como forma de ação anticomunista também pode ser visto num exemplo onde o *Assistant Secretary for Inter-American Affairs*, Edwin Martin, faz sugestões ao embaixador Lincoln Gordon sobre a forma de influenciar a administração de

---

<sup>330</sup> “His choice of words reflected the unmistakable influence of Brazil’s nationalists/Communists.” Idem.

<sup>331</sup> “Prime evil”. Idem.

<sup>332</sup> *Leftists show strength at Christian Democratic Convention*. Despacho do consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de maio de 1963, Caixa 3836

<sup>333</sup> “It will be difficult to exercise a significant influence on them”. Idem, p. 14.



Goulart.<sup>334</sup> Em novembro de 1962, Martin escreveu para o Embaixador Gordon, mostrando-se preocupado com a orientação política de Goulart, que estaria dando “apoio direto e indireto ao tipo de pensamento de extrema esquerda, antidemocrático, anti-investimento estrangeiro, ultranacionalista do qual Brizola é o exemplo extremo”.<sup>335</sup> Tendo presente que naquele momento estava em jogo a política dos Estados Unidos em relação a Cuba e a resistência do Brasil em seguir a mesma, o funcionário sugeriu o seguinte curso de ação, do qual fazia parte a tática da conversação:

“mesmo sob o perigo de ser contraprodutivo, parece desejável que você continue a pressionar Goulart e seus assessores direta e abertamente para buscar influenciá-los para fora do curso acima descrito. Uma confrontação com conteúdo mais amplo, mas no tom da recente política externa do presidente Kennedy, pode ser indicada mais tarde para o presidente Goulart”.<sup>336</sup>

Mas, Martin chamou a atenção para os cuidados necessários em tal empenho de pressionar Goulart:

“Na medida em que nós acreditamos que Goulart possa poucas vezes decidir por si próprio, e que ele seja fortemente influenciado pelos seus colaboradores próximos, não é claro para nós quem deles seria receptivo a argumentos desenhados para modificar a posição do governo brasileiro a nosso favor. Conseqüentemente, deixo à sua discrição determinar quem além do presidente seria desejável abordar e o tipo de abordagem que provavelmente seria mais efetiva em cada caso”.<sup>337</sup>

---

<sup>334</sup> *Brazilian Political Orientation*. Despacho de Martin (ARA) para o Embaixador em 15 de novembro de 1962, caixa 1580.

<sup>335</sup> “Direct and indirect support to the type of extreme leftist, anti-democratic, anti-foreign investments, ultra-nationalistic thinking, of which Leonel Brizola is extreme example”. Idem, p. 1.

<sup>336</sup> “Short of being counter productive, it appears desirable you continue press Goulart and his advisers directly and forthrightly to seek influence him and them away from course described above. A confrontation with broader content but in tone of President Kennedy’s recent foreign policy letter to President Goulart may be indicated”. Idem, p. 2.

<sup>337</sup> “While we agree Goulart may seldom make up his own mind, but is strongly influenced by his close associates, it is not rpt (?) not clear to us who of his associates would be receptive to arguments designed to modify position of Brazilian Government in our favor. It is consequently left to your discretion to determine

Vê-se, então, o cuidado em selecionar pessoas que, além do presidente, pudessem ser receptivas a argumentos apresentados nas conversas propostas. E esses argumentos deveriam estar baseados nas linhas da política externa proposta pelo presidente Kennedy. Uma conversa com Goulart e seus colaboradores – que influiriam nas suas decisões – poderia ser contraprodutiva, mas ainda assim, se afigurava como uma possibilidade de ação, tendo em vista o descontentamento norte-americano com a política externa brasileira e o apoio que o presidente estaria dando a um tipo de pensamento contrário aos interesses norte-americanos, um pensamento de “extrema esquerda, antidemocrático, anti-investimento estrangeiro, ultranacionalista”.

Ao longo da década de 1960, quando a preocupação norte-americana com o crescimento do esquerdismo, nacionalismo e comunismo no Brasil foi realmente intensificada, pode-se ver ainda outras propostas de ação para dar conta dos desafios do momento. Veja-se, por exemplo, a questão já citada da reação dos brasileiros frente à revolução cubana, tema de uma conversação entre um funcionário norte-americano e figuras importantes de *O Estado de São Paulo* e da *Folha*.<sup>338</sup>

Nesse documento, anteriormente analisado, há uma descrição de atividades que estavam sendo realizadas pelo Consulado de São Paulo, bem como de novos programas de ação a serem colocados em prática para combater o comunismo e para explicar as razões da política externa norte-americana em relação a Cuba. Sugere-se que o posto, com um pequeno reforço ao que já está sendo feito, e em cooperação com a agência local da *United States Information Service* (USIS) estabeleça uma lista de líderes políticos, sindicais, estudantis, empresariais e religiosos para os quais seriam enviadas, de tempos em tempos, materiais selecionados tratando dos interesses da política externa dos Estados Unidos. A USIS era responsável pela realização de programas culturais e de informação pelos quais o Departamento de Estado mostrava ao mundo uma certa imagem dos Estados Unidos.<sup>339</sup>

---

whom besides President it might be desirable to approach and kind of approach most likely to be effective in particular case”. Idem, p.1.

<sup>338</sup> *A Conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*, Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 17 de Agosto de 1960, assinado pelo Cônsul Geral William P. Cochran Jr, caixa 1574.

<sup>339</sup> HAINES, Gerald K. Op. cit., p. 160.

Haines explica que programas culturais e de informação já eram veiculados no tempo da II Guerra pelo *Office of War Information* e pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Com o fim do conflito, essas funções foram transferidas para o Departamento de Estado, que passou a realizar tal tarefa por meio de um programa específico - *International Information and Educational Exchange* - e depois através do USIS. Os métodos utilizados pelo último eram intercâmbio de pessoas, livros, arte, música, além do uso dos novos meios de comunicação.<sup>340</sup>

Nesse apelo ao trabalho do USIS, o documento em questão sugeria que fosse providenciada uma tradução para o português do recente *U.S White Paper* a respeito de Cuba. Mas, o relator chamava também a atenção do Departamento de Estado para a necessidade de ter acesso a tal material com rapidez, na língua do país e na quantidade necessitada. Admitia que isso poderia adicionar certos problemas como a pressão por mais recursos e pessoal, em vários níveis da hierarquia governamental, mas que os benefícios do esforço seriam compensadores.

O mesmo documento sugere um aumento de pessoal para permitir que os mais altos funcionários do Consulado - responsáveis pelo acompanhamento das questões políticas - atuando em conjunto com a agência USIS pudessem concentrar boa parte do seu tempo em contatos seletivos com pessoas-chave de vários jornais para explicar e promover um tratamento mais favorável ao temas da política externa. O responsável por esta atividade deveria ser

“muito bem capacitado, conhecedor da política e das personalidades da área e do país. Ele deveria também, acredita-se, tentar uma abordagem muito paciente e indireta, buscando as pessoas certas interessadas, aprendendo com elas ou se guiando através delas”.<sup>341</sup>

---

<sup>340</sup> *Idem.*

<sup>341</sup> “The individual would have to be very much conversant with the politics and the personalities of the area and the country. He would also need to pursue, it is believed, a very patient and oblique approach, seeking out the key people concerned in terms or learning from them and getting guidance from them”. *A Conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*, p. 4.

Sugere-se também que os documentos que vinham sendo regularmente distribuídos para a imprensa fossem enviados diretamente para os diretores dos jornais. Além disso, seria fecunda a continuidade de conversas como aquela tida com os homens citados, ligados a dois grandes jornais paulistas. O relator considerou que já estavam aparecendo os resultados da conversação travada com Nabantino Ramos, da *Folha*, já que começavam a aparecer editoriais pró Estados Unidos no jornal.

É possível ver nessas sugestões e recomendações de ação a preocupação com a eficiência do trabalho, a escolha da pessoas certas, o tipo de abordagem que mais poderia influenciar os interlocutores. Há também um interessante propósito de aprender com as conversas e não apenas “ensinar”. Até que ponto os funcionários estavam abertos a assimilar versões sobre os rumos da política brasileira diferentes daquelas que eles mesmos ajudavam a construir é uma questão que fica em aberto. No oitavo capítulo da tese será discutido o tipo de conhecimento possível e admissível com o qual os funcionários norte-americanos lidavam e a partir do qual eles avaliavam o perigo do comunismo e a eficiência do anticomunismo.

Assim como Cuba era um dos temas em torno dos quais se construía o anticomunismo no início dos anos 60, a questão da infiltração comunista no movimento estudantil era também algo muito presente. Isso aparecia de alguma forma também em questões ligadas à Igreja Católica que, segundo avaliação dos norte-americanos, estaria através da JUC e da AP, garantindo a eleição de presidentes da UNE considerados comunistas ou simpatizantes desses. Em tal quadro, pareciam ser necessárias ações para atingir os estudantes universitários e secundaristas e para contrabalançar o peso dos “vermelhos”, conforme se verá na análise de um documento expedido pelo Consulado em Curitiba.<sup>342</sup> O mesmo documento mostra que nem sempre a auto-avaliação das ações implementadas pelo CDNA no campo estudantil era positiva. A correspondência de 1961 conta que um pastor luterano (que era o organizador de um grupo de estudantes *west-oriented*<sup>343</sup> em Curitiba) informou ao Consulado que os comunistas abriram um curso

---

<sup>342</sup> *Subversion: establishment of Communist student training center in Curitiba; need for more U.S student-oriented materials.* Despacho do Consulado em Curitiba para o Departamento de Estado em 1 de setembro de 1961, Caixa 1582.

<sup>343</sup> O sentido aproximado da expressão é: estudantes com inclinações para as idéias ocidentais.

especial de doutrinação na capital paranaense, para o qual se produzia uma lição mimeografada a cada semana, assim como vários encontros de discussão, realizados nas residências dos participantes. O pastor, por intermédio dos seus contatos entre os estudantes, se responsabilizara por conseguir a lista dos líderes comunistas bem com o endereço do seu QG. O Consulado também ficou sabendo que agentes cubanos estariam inundando as organizações estudantis e as bibliotecas com propaganda cubana.

Tais informações, segundo o despacho, faziam lembrar que as atividades do Consulado voltadas para os estudantes estavam sendo calamitosamente inadequadas. O quadro da ‘calamidade’ era o seguinte: os únicos líderes adultos politicamente conscientes e *western-minded*<sup>344</sup> que trabalhavam nas universidades eram os religiosos. Apesar do Consulado tentar lhes repassar material e apoio, isto vinha se mostrando insuficiente. E a insuficiência estava relacionada com a questão da nacionalidade, conforme informa o documento:

“é óbvio, por exemplo, que em qualquer tipo de problema nacional profundo (como aquele que a agitação comunista pode colocar) apenas brasileiros podem intervir efetivamente para promover nossos ideais. É um imperativo evidente que nós desenvolvamos líderes estudantis que falem, em qualquer ocasião, a nosso favor”.<sup>345</sup>

Além de cooperar com líderes religiosos, o Consulado estava fazendo seus próprios contatos entre os estudantes, conforme se lê no documento. A eficácia dos mesmos, todavia, estaria limitada ao círculo dos estudantes conhecidos. A eficácia seria maior “se nós pudessemos inundar os grupos de estudantes com nossos próprios materiais de propaganda. Uma revista do tipo *América* poderia ser um item. Panfletos especiais sobre questões

---

<sup>344</sup> Aqui também o sentido aproximado é o mesmo descrito na nota anterior.

<sup>345</sup> “It is obvious, for example, that in any kind of deep national problem (such as Communist agitation can pose) only Brazilians can effectively intervene to promote our ideals. It is clearly imperative that we develop student leaders who will speak up on any occasion for our side”. Idem, p. 1.

específicas também deveriam estar disponíveis em grande quantidade”.<sup>346</sup> Sugere-se a reprodução de seis e dez mil cópias desses, apenas para o Paraná.

A ação entre os estudantes e a sua eficácia são analisadas, também, em documento que se refere à influência do comunismo nas universidades gaúchas, expedido pelo Consulado em Porto Alegre, em outubro de 1961, um mês e meio depois daquele escrito em Curitiba.<sup>347</sup> O documento referente à Porto Alegre foi elaborado como resposta a uma solicitação do Departamento de Estado de informações sobre as universidades na área de atuação daquele Consulado. Depois de apresentar alguns dados gerais sobre as universidades e o movimento estudantil gaúchos, passa a discorrer sobre as propostas de ação neste meio.

Conta que o reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Dr. Elyser Paglioli, apesar de ser um “bom homem” e estar visitando os EUA com uma bolsa do Ponto IV,<sup>348</sup> “não tem sido capaz de conter completamente as atividades comunistas em algumas de suas faculdades”,<sup>349</sup> atividade que se desenvolveria especialmente nas faculdades de Arquitetura, Economia e Engenharia. O curso de Direito em Pelotas teria fortes simpatias comunistas. Na Pontifícia Universidade Católica, a influência comunista seria insignificante. Na nova Universidade Federal de Santa Maria estaria sendo sentida a influência da forte organização comunista daquela cidade ferroviária, tendência neutralizada pela firme direção do reitor, Dr. Mariano da Rocha, católico devoto e que acreditava nos ideais democráticos.

Colocando no mesmo patamar comunismo e anti-americanismo, o relato segue explicando que há três ou quatro anos, as atitudes anti-americanas se manifestavam

---

<sup>346</sup> “If we could flood student groups with propaganda materials of your own. A slick ‘America’ type magazine might be one such item. Special pamphlets on specific questions also should be available in large quantities”. Idem.

<sup>347</sup> *Communism in Latin American Universities*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 13 de outubro de 1961, caixa 1582. Ver cópia do documento no Anexo 4.

<sup>348</sup> O Ponto IV foi um programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, proposto por Truman em seu discurso de posse em janeiro de 1949. No caso do Brasil foram realizados dois acordos entre os governos: o Acordo Básico do Cooperação Técnica, de dezembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de maio de 1953. Os programas implementados visavam abranger as áreas da economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outras. No caso da educação, uma das estratégias era o fornecimento de bolsas de estudos nos Estados Unidos. De acordo com: ABREU, Alzira Alves e outros. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - Pós 1930*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 4736, vol. 4.

<sup>349</sup> “He has not been able to contain completely Communist activities in some of his schools”. Idem, p. 1.

principalmente ao nível universitário, mas que naquele momento estariam atingindo as escolas secundárias, especialmente aquelas mantidas pelo estado. Cita, neste caso, o exemplo do Colégio Júlio de Castilhos onde a propaganda cubana vinha sendo empurrada sobre os alunos na forma de panfletos ou anúncios em murais. Por outro lado, informa que a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) era controlada por um grupo de jovens anticomunistas e pró democráticos. Essa entidade teria desafiado a influência comunista nos “comitês de resistência” que foram criados durante a crise da renúncia de Jânio Quadros. Ela também teria atacado organizações estudantis universitárias de tendência esquerdista.

Depois de comentar influências esquerdistas ou comunistas que chegavam aos estudantes por meio da UNE ou através do Uruguai, o relato considera que, em termos gerais, o estudante gaúcho “é mais dedicado aos seus estudos e menos inclinado a se entregar a baboseiras de que os estudantes do Rio e mais do norte tanto gostam. O estudante gaúcho é mais sério no seu empenho acadêmico”.<sup>350</sup> Uma percentagem pequena, segundo tal avaliação, participava da vida política, mas a sua organização não poderia ser considerada pouco importante.

Naquele momento, as duas organizações universitárias mais poderosas - Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul e União Estadual de Estudantes - estariam sendo encabeçadas por líderes violentamente anti-americanos, quando não declaradamente comunistas. Evidências da importância política dos estudantes, de acordo com o despacho, seriam sentidas na forma como os mesmos eram cortejados pelos partidos políticos nacionais, e também na atenção que recebiam do governador e do reitor. Para este pequeno grupo de estudantes políticos, a experiência universitária, segundo o funcionário norte-americano, era um treinamento para suas futuras aspirações políticas.

Frente a este quadro, o texto passa a discorrer sobre as formas mais eficazes de combater a infiltração comunista entre os estudantes. Inicia afirmando que a forma mais efetiva de combate seria através do auxílio de estudantes americanos *experts* em política. Seriam pessoas anexadas ao CDNA como Assistentes Culturais e que deveriam tratar apenas de atividades estudantis em uma determinada região, trabalhando de forma

---

<sup>350</sup> “Is more dedicated to his studies and is less inclined to indulge in the monkeyshines than the students in Rio and farther north are so fond of. The Gaúcho student is more serious in his academic endeavor”. Idem, p. 3.

coordenada com outros funcionários do mesmo tipo no país. As vantagens do trabalho dessas pessoas:

“sendo pessoas jovens, recentemente graduadas, elas poderiam entrar nas atividades das universidades e fazer contatos com facilidade, porque a grande maioria dos estudantes universitários é neutra e tem algumas simpatias básicas pelos Estados Unidos, no que se refere aos problemas políticos em questão, mas eles permitem que poucos barulhentos façam afirmações anti-americanas como se estas expressões representassem os pensamentos e atitudes de todos”.<sup>351</sup>

Esse tipo de atividade faria sentido na medida em que os norte-americanos acreditavam que muitos líderes estudantis esquerdistas só eram eleitos porque sofriam pouca ou nenhuma competição ou porque fingiam ser politicamente neutros. Num ambiente como este poderiam ser significativas as atividades de estudantes norte-americanos ou representantes da Embaixada, especialmente se eles pudessem recomendar várias formas de ajuda vinda de fontes oficiais ou privadas norte-americanas.<sup>352</sup>

O oferecimento de ajuda financeira poderia ser usado como uma arma para conseguir adeptos. É o que o mesmo documento sugere para a “conquista” dos estudantes secundaristas em Porto Alegre. Considerando que os mesmos estavam precisando de ajuda financeira para conclusão da sua sede, que serviria tanto como grêmio estudantil quanto como dormitório para aqueles estudantes que precisavam de ajuda, servindo também refeições a baixo custo para estudantes de fora da cidade, o posto se dispôs a oferecer dinheiro. Tal oferta também atingiria os brios do governador Brizola, que prometera ajuda do estado, mas não cumprira a promessa e nem havia previsão de que ele o fizesse. A

---

<sup>351</sup> “Being young (recently graduated) persons they could enter into university activities and make essential contacts with ease, for the great majority of the university students are neutral or have some basic sympathies for the U.S.A. concerning the political problems at hand, but they permit the vociferous few to make anti-American statement as if those statement represented the thoughts and attitudes of all.” Idem, p. 3.

<sup>352</sup> Idem.



oportunidade de prestar tal auxílio foi assim avaliada: “ajuda do tipo necessário para finalizar ou avançar a construção do prédio poderia ter um impacto pesado nesta área”.<sup>353</sup>

Outra proposta levantada no documento em questão foi a da realização de seminários com estudantes norte-americanos que falassem português, como um que fora recentemente promovido pela *Wisconsin University* no Rio Grande do Sul, quando 18 estudantes daquela universidade vieram ao estado e deixaram uma impressão duradoura nos círculos estudantis e acadêmicos de Porto Alegre. O Consulado sugeria que o programa pudesse ser repetido no ano seguinte.

No despacho também sugeria-se utilizar programas do Ponto IV para trazer professores norte-americanos para universidades brasileiras. A sugestão foi dada com base nos resultados positivos da presença de professores norte-americanos na Faculdade de Economia e no mundo empresarial do estado. Os seminários organizados por estes professores teriam atraído empresários de todo o estado e criado uma demanda para estudos avançados em economia.

Bolsas de intercâmbio para estudantes gaúchos visitarem os Estados Unidos foram vistas como uma estratégia de grande valia, mas considerou-se que as mesmas deveriam também ser destinadas a estudantes secundaristas e que o programa deveria ser planejado de forma cuidadosa. Os grupos de estudantes deveriam ser conduzidos por norte-americanos altamente competentes e não escolhidos apenas por saberem falar português. Antes da viagem deveria ser proporcionado um curso intensivo de seis meses de inglês.<sup>354</sup>

Uma última sugestão presente no mesmo documento foi a publicação de uma revista, no estilo da *Em Guarda*, publicada durante a Segunda Guerra, que trouxesse várias facetas da vida norte-americana, o que poderia revelar a “mentira” das afirmações anti-americanas feitas pelos comunistas. Este material reforçaria a imagem norte-americana na região e seria particularmente eficaz para estudantes universitários. Um comentário de Haines pode trazer algumas informações sobre o tipo de publicação que estava em mente do funcionário que trabalhava em Porto Alegre e que redigiu a correspondência que está sendo analisada. Segundo Haines, em fevereiro de 1952, começou a ser publicada a revista *Em Marcha* que

---

<sup>353</sup> “Aid of the type necessary to finish or advance the building’s construction could have a heavy impact in this area.” Idem, p. 4.

<sup>354</sup> Idem.

seguia o modelo da *Em Guarda*. Era cuidadosamente ilustrada, visando primeiramente um público formador de opinião e enfatizando a amizade tradicional entre Brasil e Estados Unidos, promovendo mútuos interesses e tentando dissipar medos brasileiros de exploração econômica. Combatia a linha soviética, contrapondo as “mentiras” comunistas aos fatos que representavam o ponto de vista norte-americano.<sup>355</sup>

#### **4.2 - As ações de acordo com a historiografia**

Algumas informações oferecidas pela historiografia que trata das relações entre Estados Unidos e Brasil – no período compreendido pelo presente estudo – complementam o que foi apresentado até agora a respeito das linhas de ação propostas e colocadas em prática pelos postos diplomáticos e por outras agências norte-americanas que atuavam no Brasil, e que contribuíam com o combate ao comunismo, e para a defesa em relação ao anti-americanismo. Destaco alguns conjuntos de ações: a contínua preocupação em exercer influência entre os militares e as forças policiais; as tentativas de influenciar o governo e o Congresso brasileiro para a aprovação de uma legislação sobre o petróleo que fosse menos nacionalista e atendesse aos interesses norte-americanos; o auxílio financeiro a certos candidatos na eleição de 1962; o uso seletivo dos recursos providenciados pela Aliança para o Progresso; o apoio aos grupos que planejavam a derrubada do governo Goulart em 1964.

No caso da relação com os militares brasileiros, havia elementos conflituosos já que esses, segundo Haines, queriam dos Estados Unidos financiamentos para modernizar e equipar as Forças Armadas, numa época em que os norte-americanos não estavam interessados em tal questão, mas sim em garantir o apoio do Brasil em situações mais particulares e urgentes, como foi o caso da solicitação de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia e da pressão por uma legislação que garantisse o acesso das empresas norte-americanas a matérias primas que poderiam ser usadas na indústria bélica. Além de condicionar a colaboração militar a vantagens em termos de recursos para as Forças Armadas, muitos militares brasileiros tinham inclinações nacionalistas. Independentemente desses problemas, entretanto, uma iniciativa que merece destaque foi a criação, em 1949, da

---

<sup>355</sup> HAINES, Gerald K. Op. cit., p. 170.

Escola Superior de Guerra, nos moldes do *National War College* nos Estados Unidos, que endossou a política do anticomunismo e apoiou a liderança dos Estados Unidos na guerra fria.<sup>356</sup>

Sobre a questão do petróleo, é ainda Haines quem relata que em documento de 1946 elaborado no Departamento de Defesa, era colocado que os Estados Unidos estavam se tornando cada vez mais dependentes de fontes externas para suprir suas necessidades dessa matéria-prima. Tendo em vista a vulnerabilidade da região do Oriente Médio, seria recomendável a exploração de fontes petrolíferas na América Latina.<sup>357</sup> Desde o tempo do Embaixador Berle, que parecia se opor a esse tipo de atitude, a administração Truman pressionava o Brasil para que fosse elaborada uma legislação de petróleo que permitisse a entrada de companhias estrangeiras. O mesmo se deu depois, no governo Eisenhower, quando as solicitações de empréstimos feitas pelo governo brasileiro recebiam como resposta que se houvesse uma lei de petróleo favorável, isso atrairia capital privado e ajudaria a resolver os problemas do país. A criação da Petrobrás no começo da década de 1950 deixou frustradas as intenções norte-americanas. É importante lembrar que este tipo de ação – pressão junto ao governo e Congresso e também junto aos militares – visava muito mais o combate a uma tendência nacionalista do que ao comunismo mas, como se verá adiante, havia pouca distância entre combater o comunismo e defender o “americanismo”. Lutar contra o pensamento nacionalista servia aos dois intentos.

Mesmo que o Congresso norte-americano não tivesse aprovado a solicitação de Truman de recursos para um programa de ajuda militar para a América Latina em 1946 e 1947, porque isso fora considerado uma ajuda desnecessária, servindo apenas para alimentar regimes autoritários e iniciar uma corrida armamentista no continente, depois da Guerra da Coreia, as coisas pareciam ter mudado. Segundo Rabe, em 1951 e 1952 o Congresso destinou 90 milhões de dólares para ajuda militar direta à América Latina.<sup>358</sup> Nos seus oito anos de administração, Eisenhower repassou mais 400 milhões para os mesmos propósitos, além de equipamento pesado como tanques, navios de guerra e aviões.

---

<sup>356</sup> Idem, p. 46.

<sup>357</sup> Idem, p. 93.

<sup>358</sup> RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999, p. 127.

Mesmo que o próprio presidente reconhecesse que com esse auxílio os países latino-americanos não iriam ajudar os Estados Unidos a deter um ataque nuclear soviético, ele permitiria cultivar boas relações com os militares, que governavam em vários países da América Latina. Foi o caso de Cuba, que durante os anos 50, recebeu 16 milhões de ajuda militar, bem como o treinamento de 500 oficiais do seu exército. No final da década, o regime foi derrubado e a ajuda norte-americana se mostrou contraprodutiva. No fim de sua administração, Eisenhower começou a reorganizar o programa de ajuda militar para a América Latina. Ele pretendia apoiar forças menores, com maior mobilidade, que fossem capazes de manter a segurança interna contra insurreições e distúrbios civis. Era preciso ensinar aos oficiais latino-americanos novas táticas para conter as guerrilhas comunistas. Além disso, propunha que os soldados se envolvessem em programas como construção de barragens, rodovias e outras obras públicas.

Essa abordagem da questão da assistência militar foi aperfeiçoada na administração Kennedy que acreditava na necessidade de ações militares norte-americanas para impedir que a revolução cubana se espalhasse pelo continente. Mas também havia a crença na importância dos militares para a modernização dos países da América Latina, objetivo da Aliança para o Progresso. Como explica Rabe, os Estados Unidos precisavam do auxílio dos militares latino-americanos para a preservação da segurança interna até que as massas se dessem conta dos benefícios do processo de modernização. Entre 1961 e 1964, o montante de ajuda militar que a América Latina recebeu foi 50% superior àquele da administração de Eisenhower.<sup>359</sup>

Além das Forças Armadas, as polícias também receberam ajuda. Em 1962 foi criado o *Office of Public Safety*, como parte da estrutura da *Agency of International Development*, que recebeu recursos distintos daqueles que já eram destinados ao subcontinente. A importância de tal órgão pode ser sentida na seguinte comparação feita por Rabe: “durante os anos 60, mais técnicos norte-americanos trabalhavam em projetos ligados à polícia do que em programas de saúde e saneamento”.<sup>360</sup> Também durante essa década, mais de três mil oficiais das polícias latino-americanas assistiram a cursos de treinamento e doutrinação

---

<sup>359</sup>“During the 1960s, more U.S. technicians would work on police projects than worked in health and sanitation programs”. Idem, p. 130.

<sup>360</sup> Idem, p. 131.

com duração de seis meses, os quais eram ministrados na *Inter-American Police Academy* em Fort Davis na Zona do Canal do Panamá ou na nova *International Police Academy* em Georgetown, Washington, D.C.<sup>361</sup>

Nesse programa de ajuda à polícia, o Brasil recebeu 36 viaturas, 52 jeeps, 260 rádios portáteis, uma grande quantidade de munição para pistolas, 540 cacetetes, 122 máscaras de gás, 20 mil granadas de gás, 20 kits para impressões digitais, além de recursos para um sistema de informação computadorizada.<sup>362</sup> Segundo Parker, a ajuda enviada ao Brasil por meio do *Public Safety Program* - que visava melhorar a qualidade das forças policiais - contribuiu para que os Estados Unidos fossem minando o governo Goulart.<sup>363</sup> Ao longo dos anos 50 e 60, o Brasil foi o país que, na América Latina, mais recebeu assistência militar, por intermédio do *U.S. Military Assistance Program*. Ainda de acordo com Parker, esse programa permitiu estabelecer um relacionamento íntimo com o pessoal das Forças Armadas e os funcionários norte-americanos, influenciando os primeiros para uma postura pró-Estados Unidos e com isso constringendo as tendências esquerdistas de Goulart.

Ainda dentro dos propósitos e recursos da Aliança para o Progresso, Rabe conta que também houve esforços no campo do sindicalismo, visando enfrentar aquilo que era visto como influência comunista ou marxista. A arma usada para combater os sindicatos esquerdistas foi o *American Institute of Free Labor Development* (AIFLD).<sup>364</sup> Tal instituto, fundado em 1961 pela *American Federation of Labor*, recebia fundos da Aliança e também da CIA para seu trabalho no sindicalismo latino-americano. Segundo Rabe, a AIFLD instruiu líderes sindicais sobre como organizar greves e demonstrações contra Goulart e enviou dez brasileiros para treinamento no exterior.

A distribuição de recursos da Aliança para o Progresso entre os estados brasileiros e o governo federal também se mostrou uma forma de ação norte-americana no combate às tendências esquerdistas do último.<sup>365</sup> As desconfianças em relação do governo Goulart fizeram com que a política de empréstimos para o Brasil sofresse algumas modificações.

---

<sup>361</sup> Idem, p. 131.

<sup>362</sup> Idem. p. 132.

<sup>363</sup> PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1979, p. 98.

<sup>364</sup> RABE, Stephen. Op. cit., p. 69.

<sup>365</sup> PARKER, Phyllis. Op. cit., p. 47.

Foram deixados de lado os programas que previam assistência geral ao esforço de desenvolvimento e que estivessem relacionados à política macro-econômica e, assim, ao governo federal. Passaram a ser priorizados os empréstimos ligados a atividades específicas e a estados com governadores pró-Estados Unidos como o Paraná, São Paulo e a Guanabara, os quais eram considerados “ilhas de sanidade administrativa”.

Além disso, candidatos contrários a Goulart receberam auxílio financeiro nas eleições de 1962. Conforme se lê em Parker, o Embaixador Gordon teria admitido que fora empregado entre um e cinco milhões de dólares nesse auxílio.<sup>366</sup> É ainda em Parker que podem ser encontradas informações adicionais sobre a ajuda norte-americana a governadores de oposição. Ela conta que os Estados Unidos tentaram influenciar – sem sucesso – a disputa eleitoral para o governo de Pernambuco, financiando projetos para os opositores de Miguel Arraes, um reformador nacionalista, mas que era considerado comunista pelos norte-americanos.<sup>367</sup>

A autora também informa que a obra *The Politics of Foreign Aid* de Riordan Roett descreve inúmeras decisões tomadas pela *Agency for International Development* com o propósito de desenvolvimento regional, as quais eram tomadas em primeiro lugar para ir ao encontro do objetivo imediato de bloquear a penetração comunista na área. Os Estados Unidos se concentravam em programas de alta visibilidade que seriam apoiados pelos governadores e que provariam que um governo democrático não comunista era capaz de responder às necessidades da população.<sup>368</sup> O mesmo autor, Roett, mostra no estudo citado que depois do golpe as mesmas áreas que eram beneficiadas pela ajuda norte-americana, como o Nordeste, passaram a ser negligenciadas já que a ajuda econômica voltou a ser dirigida para o governo central, que naquele momento assumia o papel primeiro na oposição ao comunismo.<sup>369</sup>

As táticas acima descritas – sobre as “ilhas de sanidade” e o apoio a certos candidatos de oposição – fazem parte de um quadro mais amplo onde ficava claro o descontentamento dos Estados Unidos com o governo Goulart. Já se tocou neste tema e ele

---

<sup>366</sup>Idem, p. 27. Parker cita as palavras de Gordon: “Undoubtedly it was much more than a million dollars, and I would not be surprised if it had gone as high as five millions dollars”.

<sup>367</sup>Idem, p. 94.

<sup>368</sup>Idem.

<sup>369</sup>Idem, p. 97.

será aprofundado adiante. Por enquanto, parece importante dizer algumas poucas palavras a respeito da participação dos Estados Unidos na derrubada do governo Goulart, o que traz novos elementos relacionados com a ação anticomunista.

Em primeiro lugar, é importante destacar que não foi intenção da presente pesquisa averiguar como os Estados Unidos contribuíram para o deflagar do golpe de 1964, mesmo tendo presente que o anticomunismo foi uma das mais importantes justificativas do movimento. Além disso, os documentos encontrados na pesquisa não trazem informações diretas sobre o assunto. Permitem apenas saber que os norte-americanos estavam atentos às ações dos grupos que se opunham ao presidente; que a possibilidade de um golpe já era aventada desde 1963; e que havia suspeitas de que o próprio Goulart estivesse articulando um golpe para instalar uma “ditadura sindicalista” da qual os comunistas poderiam se aproveitar.

Tendo em vista essas limitações, resta o recurso à historiografia. A pesquisa realizada por Phyllis Parker, publicada em 1979, continua sendo uma referência sobre este assunto. A autora discute a participação dos Estados Unidos na derrubada de Goulart, utilizando documentação diplomática, especialmente aquela trocada entre o embaixador Lincoln Gordon e o Departamento de Estado, nos momentos decisivos que levaram ao golpe. Utiliza-se, também, de entrevistas com alguns norte-americanos que estiveram envolvidos no processo. Questiona-se sobre o nível de intervenção norte-americana nas questões políticas brasileiras e sobre a relação entre a promoção da democracia na América Latina e a defesa dos interesses dos Estados Unidos, sob a Aliança para o Progresso. A autora parece espantada ao perceber que os propósitos da política externa não foram exatamente os de disseminar os valores presentes na formação dos Estados Unidos, mas sim os que visavam garantir os interesses econômicos e a segurança norte-americana.

O estudo mostra que os Estados Unidos não tiveram participação direta no golpe, mas garantiram o apoio que seria necessário aos insurgentes caso houvesse alguma resistência ao movimento. Havia um acompanhamento constante do que estava acontecendo no país. Um exemplo disso é que, no final de 1962, Gordon chamou ao Brasil, como adido militar, o Coronel Vernon Walters. Walters havia lutado junto com a FEB na Itália, no final

da Segunda Guerra, e em sua estada no Brasil esteve muito próximo dos militares, especialmente de Castelo Branco.

No dia 30 de março de 1964, a Embaixada e todos os Consulados estiveram em estado de alerta geral pois o Cônsul em São Paulo havia sido informado que o golpe sairia em 48 horas. Nesse contexto, tomaram-se medidas para melhorar o sistema de comunicações entre os postos no Brasil e Washington. As comunicações expedidas por todos os postos no Brasil deveriam se dirigir não apenas para o Departamento de Estado, mas também para a Casa Branca, a CIA e o Departamento de Defesa. A Embaixada solicitou ao Departamento a disponibilização de um porta-aviões e de *destroyers*, bem como de suprimento de combustíveis para o caso de acontecer resistência ao golpe. Isso também seria útil para evacuar cidadãos norte-americanos. Militares norte-americanos sugeriram o envio de armas e munição para apoiar os rebeldes.

Ao mesmo tempo em que estes planos eram traçados, os documentos analisados por Parker revelam que havia, da parte de Gordon e do Departamento de Estado, duas preocupações básicas: a de não se envolver numa operação que pudesse ser mal sucedida, e a de garantir que tal ação tivesse um mínimo de legitimidade democrática. Os Estados Unidos não queriam passar a imagem de que estavam se intrometendo em questões internas do Brasil.

Na tarde do dia 31 de março, os planos começaram a ser colocados em prática e os navios com os devidos suprimentos de combustíveis e armas começaram a se dirigir para o Brasil. Também foi levantada a possibilidade do envio de armas por via aérea.<sup>370</sup>

Nada disso foi necessário pois o golpe foi dado sem maiores resistências da parte do governo e de seus apoiadores. Dezoito horas depois de empossado o novo presidente da República, o então presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, o presidente Johnson mandou mensagem parabenizando o novo governo e oferecendo cooperação para o progresso econômico e a justiça social.<sup>371</sup> Em 3 de abril, todas as atividades em torno da operação que foi batizada de *Brother Sam* haviam sido canceladas. Com base nessas informações, a autora

---

<sup>370</sup> Idem, p. 76.

<sup>371</sup> Idem, p. 85.



conclui que: “os planos de contingência militar *Brother Sam* iniciaram e terminaram sem nunca os Estados Unidos terem estado fisicamente envolvidos na derrubada de Goulart”.<sup>372</sup>

A conclusão geral da pesquisa de Parker é que

“não há evidências de que os Estados Unidos tenham instigado, planejado, dirigido ou participado da execução do golpe de 1964. Cada uma dessas funções parece ter estado nas mãos de Castelo Branco e dos seus colegas. Ao mesmo tempo, amplas evidências sugerem que os Estados Unidos aprovaram e deram cobertura à derrubada militar de Goulart quase que desde o início da conspiração”.<sup>373</sup>

Comparando as linhas de ação captadas na documentação pesquisada e aquelas apresentadas pela historiografia percebe-se que as primeiras se circunscrevem ao terreno da propaganda político-ideológica e que as segundas – imbuídas dos mesmos princípios presentes nas primeiras – têm abrangência maior, incluindo vastas somas de dinheiro, armas, contatos com indivíduos dos mais altos escalões militares, treinamento policial, sindical, etc. É possível que existam documentos diplomáticos tratando dessas últimas questões, mas os mesmos parecem não ter sido liberados para pesquisa.<sup>374</sup>

No que se refere à documentação pesquisada, o conjunto de ações colocadas em prática ou propostas pelo corpo diplomático norte-americano para colaborar com o combate ao comunismo no Brasil, entre 1945 e 1964, parece ser uma resposta aos problemas vistos em tal combate, e apresentados anteriormente. Assim, aos defeitos técnicos do material de propaganda e à falta de sistematicidade do anticomunismo brasileiro foram contrapostas linhas de ação visando a produção de material de boa qualidade e em grande quantidade que

---

<sup>372</sup> “Thus, the ‘Brother Sam’ military contingency plans initiated action and terminated it, with the United States never having been physically involved in Goulart’s overthrow.” Idem, p. 87.

<sup>373</sup> “There is no evidence that the United States instigated, planned, directed, or participated in the execution of the 1964 coup. Each of these functions seems to have been in the hands of Castelo Branco and his fellow officers. At the same time, ample evidence suggests that the United States approved of and backed the military overthrow of Goulart almost from the time of the plot’s inception”. Idem, p. 103.

<sup>374</sup> Nas pastas referentes ao período que antecedeu ao golpe há muito avisos de retirada de documentos. Ou seja, se informa que naquele lugar havia um documento o qual, por razões de segurança, não foi liberado. Um pedido baseado no *Freedom of Information Act* poderia dar acesso a cada um desses documentos retidos. Além disso, é importante lembrar que circunscrevi minha pesquisa aos documentos classificados como “*political affairs*”. Documentos tratando de questões militares, financeiras ou sindicais, por exemplo, não seriam encontrados aí.

pudesse, por exemplo, inundar os grupos de estudantes ou ainda estar à mãos dos diretores dos jornais. Também o material já disponível deveria ser melhor distribuído, atingindo um número maior de pessoas, muitas das quais sendo politicamente neutras poderiam ser influenciadas positivamente para o lado dos Estados Unidos.

A falta de sistematicidade não poderia ser um erro cometido pela ação dos norte-americanos, por isso, seria necessário inclusive conseguir mais recursos financeiros e humanos para dar conta de programas de maior fôlego, como aquele proposto pelo SESI de trazer doze palestrantes dos Estados Unidos para falar sobre comunismo, ou então de anexar ao corpo funcional de determinado Consulado estudantes norte-americanos que falassem português e pudessem atuar diretamente voltados para os problemas do mundo estudantil ou, ainda, para financiar atividades de intercâmbio que iriam levar para um estágio nos Estados Unidos estudantes secundaristas e universitários.

A “falta de compreensão” do perigo comunista, alimentada pela “tradicional tolerância dos brasileiros” poderia ser paulatinamente enfrentada com o resultado de todas as ações voltadas à educação. No conjunto destas ações estava presente uma intenção: mostrar como era a vida nos Estados Unidos e alertar para os perigos do comunismo. Contrapor idéias liberais e “ocidentais” às comunistas.

Os exemplos de ação aqui apresentados também falam da importância da cautela. Cautela que geralmente se manifestava no cuidado em não revelar a participação norte-americana em certas iniciativas realizadas em conjunto com entidades brasileiras, mas ainda na escolha das pessoas a serem abordadas e “influenciadas”, na opção por abordagens pacíficas e indiretas e na busca de intermediários nacionais para a atuação de certos norte-americanos. A mesma cautela que se viu na elaboração dos planos para apoiar o golpe de 1964.

Ao longo dos três capítulos desta primeira parte foram apresentadas avaliações e ações. O traçado de linhas de ação parece ter estado diretamente relacionado às lacunas vistas a partir da avaliação. Resta perguntar por que a avaliação foi esta e não outra? Por que foram estas as ações praticadas ou planejadas e não outras?

Tais perguntas fazem sentido dentro de um estudo de recepção pois elas se baseiam no pressuposto de que a realidade é dada a leituras diferentes e que, no extremo, são estas leituras que constroem “a” realidade. A resposta às perguntas acima poderá mostrar que o anticomunismo brasileiro que existia para esses sujeitos era aquele produzido pela leitura que eles próprios faziam do mesmo. O fenômeno do anticomunismo, então, é visto nesta tese como um fenômeno que ganhava corpo a partir de leituras particulares. As ações voltadas para ele, por sua vez, eram definidas com base numa leitura feita sobre o fenômeno.

Isso não significa menosprezar o fato de que havia jornais, panfletos, cartazes, organizações anticomunistas; que aconteceram manifestações públicas; que os materiais de propaganda se concentravam em determinadas imagens e temas; que o anticomunismo foi o combustível para a derrubada do governo Goulart e justificção para o golpe militar. Significa considerar que os mesmos jornais, panfletos, cartazes, organizações, manifestações, imagens e temas que formam aquilo que tem sido chamado de anticomunismo podem ter sido lidos de formas diferentes por diferentes grupos de pessoas que, com eles, tiveram contato. Assim, o anticomunismo não foi a mesma coisa para todos eles.

A próxima parte da tese mostrará o anticomunismo a partir da visão de outro grupo: aquele formado por pessoas ligadas à Igreja Católica, no Rio Grande do Sul. Os registros da recepção que tais sujeitos e grupos realizaram a respeito do anticomunismo foram construídos por meio da metodologia da história oral. Comparando o que foi dito nos quatro capítulos desta parte com aqueles que compõem a próxima, será possível ver diferenças flagrantes entre o tipo de fonte utilizada, a narrativa baseada nessas fontes, o universo de preocupações dos entrevistados, etc. Será inclusive necessário questionar se ao falar sobre anticomunismo os representantes de cada grupo – os funcionários norte-americanos, através das fontes diplomáticas, e os católicos gaúchos, através das fontes orais – estavam falando sobre o mesmo tema.

E, depois de confrontar leituras diversas sobre o anticomunismo, será preciso responder a questão: por que esta avaliação e não outra? Por que esta leitura e não outra? No caso do CDNA, a leitura segundo a qual o anticomunismo brasileiro era “defeituoso” parece ter sido embasada na avaliação a respeito da extensão do perigo do comunismo e do

anti-americanismo no Brasil; na necessidade de defender o “capitalismo ao estilo norte-americano”; na dificuldade em admitir a diferença cultural; nos desdobramentos da Guerra Fria; e no lugar que o anticomunismo tinha na sociedade norte-americana. Mas, tudo isso será visto na terceira parte da tese. Antes disso, a segunda apresentará uma outra leitura sobre o anticomunismo.

## **Segunda Parte**

### **“Esse tal de comunismo”**

#### **Memórias e avaliações sobre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**

Baseado em entrevistas de história oral, esta parte da tese se propõe a entender como um conjunto de “pessoas comuns” ligadas à Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, vivenciou o medo do comunismo e como isso veio à tona, hoje, em sua memória.

Se, no capítulo anterior, foi possível ver os funcionários do Corpo Diplomático Norte-Americano que atuavam no Brasil como receptores/avaliadores dos discursos e práticas anticomunistas em curso no país, entre 1945 e 1964, aqui o foco será concentrado em indivíduos que eram destinatários privilegiados do anticomunismo católico. Tratam-se de homens e mulheres que hoje têm em torno de 70 anos de idade, que residem em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul, e que foram e continuam sendo fiéis da Igreja Católica ou, então, membros do clero.<sup>375</sup>

Para explicitar como este grupo de pessoas “lia” o anticomunismo será utilizada uma escala totalmente diferente daquela usada nos capítulos anteriores. Aqui o combate ao comunismo - e o medo dele - aparecem ligados às situações quotidianas da vida. A citação

---

<sup>375</sup> Um mapa da divisão político-administrativa atual do Rio Grande do Sul consta como Anexo 5. Nele estão destacados os municípios onde foram feitas as entrevistas e também aqueles nos quais os entrevistados nasceram.

de fatos, nomes e lugares diretamente e geralmente ligados ao comunismo se torna escassa. Além disso, mais do que avaliar se o anticomunismo era ou não “defeituoso” o que se sobressai é a questão de com ele era entendido e vivido.

Dessa forma, a grande tarefa que o presente capítulo se propõe é a de penetrar nessas leituras e vivências sobre o anticomunismo, mostrar os componentes delas, buscar a sua lógica e a sua especificidade. A partir de outras fontes, outra escala, outra metodologia e num espaço geográfico muito mais delimitado, ver como se dava a recepção do anticomunismo, buscando assim levantar - e responder - novas questões para uma compreensão mais densa e profunda deste fenômeno.

## **Capítulo 5**

### **As fontes orais no estudo da recepção do anticomunismo**

Início expondo o processo de construção das fontes, mostrando os caminhos pelos quais se deu seleção das pessoas que foram entrevistadas, o roteiro de questões que guiou as entrevistas, e a forma como elas foram transcritas e editadas. Finalmente, faço algumas reflexões sobre fontes orais, memória e o estudo da recepção.

A escolha dos entrevistados levou em conta o tipo de inserção do catolicismo na região por eles habitada. Desde o começo da pesquisa, um questionamento esteve presente: como uma pessoa, que nasceu e foi criada numa região do estado na qual a presença institucional da Igreja tinha sido muito pequena no passado, avalia hoje a presença do anticomunismo católico na sua infância e juventude? E como esse fenômeno é interpretado por uma pessoa que nasceu numa comunidade de descendentes de imigrantes europeus, onde o catolicismo impregnava todas as instâncias da vida social? A grande pergunta que se colocava, então, era se diferentes formas de inserção do catolicismo comportavam diferentes formas de pregação e de recepção do anticomunismo.

Para instrumentalizar a reflexão, me utilizei dos conceitos de “catolicismo tradicional” e “catolicismo renovado”. Quando falo em catolicismo tradicional me refiro àquele que estaria próximo da religião implantada pelo governo português na colônia brasileira desde o século XVI e por luso-brasileiros no sul, a partir do século XVIII. Segundo Azzi, esse catolicismo “apresenta diversas características próprias, entre as quais podem ser enumeradas as seguintes: é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar. Estes

aspectos são profundamente convergentes e complementares entre si”.<sup>376</sup> Tal tipo de catolicismo foi o modelo dominante no período do Padroado. O catolicismo renovado, por sua vez, teve por base o Concílio de Trento apesar de só ganhar força no Brasil no século XIX, no clima do Concílio Vaticano I. Suas características, segundo o mesmo autor: romano, clerical, individual e sacramentalista.

O que se viu em termos históricos, no Rio Grande do Sul, foi a passagem do predomínio de um tipo de catolicismo para outro, desde o final do século XIX, penetrando na primeira metade do XX.<sup>377</sup> Nesse processo, os leigos perderam quase todo o seu poder de iniciativa e viram suas manifestações religiosas transformadas em “crendices” que deveriam ser combatidas com base em uma religião que seguia o catecismo de Roma e que dava um papel de destaque e uma autoridade cada vez maior ao clero.

A constituição de comunidades de imigrantes europeus ao longo do século XIX e início do seguinte no Rio Grande do Sul foi um elemento que, somado a outros, trouxe mudanças substanciais no que se refere à inserção social do catolicismo no estado. Houve, desde o final do século XIX, um processo que foi denominado por Isaia como “ofensiva católica”, que se deu com o “desenvolvimento de um segmento social para o qual a religião afirmava-se como uma instituição prioritária”.<sup>378</sup> Nesse processo conjugaram-se o desejo de acompanhamento religioso que essas populações manifestavam e um processo mais amplo que era repercussão do Concílio Vaticano I, da separação mais tarde entre Igreja e Estado no República brasileira, de todo um programa de reforma colocado em prática pelos bispos do Rio Grande do Sul. O combate às práticas religiosas consideradas supersticiosas, o investimento na formação de um clero mais disciplinado, o apelo para a vinda de congregações européias e o reforço do poder dos bispos sobre o clero e do clero sobre os fiéis foram outros elementos que contribuiriam para o combate ao catolicismo tradicional e a implantação do renovado.

---

<sup>376</sup> AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 9.

<sup>377</sup> Não serão levadas em conta, na análise que segue, as relações e/ou conflitos entre catolicismo, protestantismo, religiões afro-brasileiras, espiritismo, mesmo tendo presente a existência das mesmas no estado.

<sup>378</sup> ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998, p. 36.



Se as regiões da colonização européia do Rio Grande de Sul - baseadas especialmente na pequena propriedade e na agricultura familiar - se constituíram num ambiente propício para os planos reformadores da Igreja, nas regiões de povoamento mais antigo, onde predominava o latifúndio pastoril, a própria estrutura sócio-econômica contribuía para determinadas posturas de afastamento das práticas religiosas. Ainda é Isaia que mostra que numa sociedade hierarquizada e patrimonialista, sob o patrocínio dos senhores da Campanha, marcada pela familiaridade com a guerra e por uma rotina pastoril, era difícil a “domesticação” dos seus habitantes.<sup>379</sup> O mesmo autor usa exemplos de cronistas do século XIX que revelam nessa região - e em outras de colonização mais antiga no Estado - um tipo de religiosidade caracterizado pela pouca freqüências às igrejas, pouca observância dos rituais religiosos e no trato dos sacramentos, desqualificação da figura do padre, exterioridade, mistura entre as esferas profana e religiosa, difusão de práticas religiosas consideradas supersticiosas. Essas características permitem aproximar essa religiosidade daquilo que Azzi chamou de catolicismo tradicional, em oposição a outro - o renovado ou romanizado - que passou a ser implementado no estado desde o final do século XIX e teve seu maior desenvolvimento nas regiões de colonização européia.

Nesse quadro, os padres - que passaram a ser melhor formados nos seminários - tinham condições de levar aos fiéis as novas diretrizes. Conforme explica Marin, o catolicismo renovado - fruto do processo da Restauração Católica ou de Romanização - visava formar homens e mulheres cujas vidas fossem pautadas pela máxima do “*ora et labora*”.<sup>380</sup> Isso diferia de um catolicismo no qual a presença do clero era escassa, os grupos de leigos eram encarregados dos rituais, a relação com Deus parecia se dar de forma direta, dispensando intermediários.

A substituição desse catolicismo tradicional pelo renovado se deu, como foi apontado, com o auxílio de bispos que criaram seminários voltados para os novos princípios, com a vinda de um número muito grande de congregações religiosas européias para atuarem nas regiões do estado povoadas por descendentes de imigrantes, mas também com a

---

<sup>379</sup> Idem, p. 32.

<sup>380</sup> MARIN, Jerri Roberto. *Ora et labora: o projeto de restauração católica na Ex-Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. O tema do “catolicismo da imigração” também foi tratado em DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. (org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

abertura de escolas católicas nas maiores cidades do Estado. Assim, o aprimoramento do processo de formação de novos padres, o incentivo à participação dos leigos em associações devocionais (como Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Congregações Marianas), o estabelecimento e a expansão das escolas católicas, o crescimento da imprensa católica, foram elementos que colaboraram para que, pelo menos em termos oficiais, o catolicismo tradicional fosse perdendo significativos espaços para o renovado.

No capítulo nove, estas questões serão retomadas. Por enquanto, interessa mostrar que as pessoas aqui entrevistadas viveram, na sua infância, em comunidades que foram ligadas a um ou a outro desses tipos de catolicismo, o tradicional e o renovado. Pretendo operar com essa diferenciação e transformá-la numa variável de análise, questionando se essas características apontadas pela historiografia - ou desdobramentos delas - se fizeram presentes na fala dos entrevistados e, se este tiver sido o caso, averiguar se elas tiveram interferência na forma como os católicos viam o anticomunismo da Igreja.

Realizei as entrevistas em municípios que poderiam ser enquadrados dentro dessas duas tradições católicas. Para o catolicismo renovado, entrevistei uma série de descendentes de imigrantes europeus que nasceram e viveram boa parte da sua vida em municípios como Passo Fundo, Marau, Espumoso, Selbach, Carazinho, Montauri, Tapejara. Na região sul do estado, onde teria sido mais forte o outro tipo de catolicismo, entrevistei pessoas que vivem nos municípios de Pelotas, Bagé, Alegrete e Santana do Livramento. Para facilitar a exposição, em alguns momentos designarei os dois grupos de municípios respectivamente como norte e sul do estado, ou como regiões da Colônia e da Campanha.

Na seleção dos entrevistados - dentro das grandes linhas citadas acima - foi de fundamental importância a indicação que uma pessoa fazia da outra. Assim, numa entrevista inicial eram sugeridos outros nomes, alguns dos quais se transformaram em novos entrevistados. Foi bastante comum chegar a nomes de leigos por meio de sugestões de padres. Assim, por exemplo, um contato inicial com um padre da paróquia mais antiga de Passo Fundo, resultou numa lista de nomes de leigos, os quais foram entrevistados ainda antes da atual pesquisa de doutoramento, como parte de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade de Passo Fundo e com auxílio de uma aluna bolsista da

Fapergs.<sup>381</sup> Alguns meses depois, já cursando o doutorado, recomecei as entrevistas e o mediador foi, então, um outro padre de Passo Fundo, um pouco mais jovem, que me contou sua experiência pessoal sobre a questão e indicou alguns outros nomes na região. A escolha de Pelotas como o lugar onde eu iniciaria as entrevistas da outra região do estado, me levou à Universidade Católica, onde conversei com um professor que me sugeriu várias outras pessoas-fonte. Sugeri também o nome de um padre em Bagé, o qual, por sua vez, indicou-me outras pessoas que entrevistei, nas duas vezes em que estive naquela cidade. Em Alegrete e Livramento, fui guiada por irmãs religiosas que eram conhecidas de pessoas da minha família e que me apresentaram para diversas entrevistas.

Enquanto buscava os entrevistados e fazia as entrevistas, sempre me questioneei sobre os perigos e vantagens dessas mediações, para no final constatar que elas deveriam ser tomadas como um elemento a mais a ser levado em conta na análise do material. Também constatei que seria difícil o contato e a realização das entrevistas sem a mediação de pessoas conhecidas dos entrevistados. Percebi que o maior ou menor sucesso na realização da entrevista dependia da relação de confiança instaurada entre as duas ou mais pessoas que estavam envolvidas no processo. Para isso, contribuiu positivamente ter sido indicada por uma pessoa conhecida do entrevistado, ou simplesmente apresentar-se à pessoa dizendo: “quem me deu seu telefone ou endereço foi fulano de tal” ou “ele ou ela me disseram que o senhor/senhora poderia me ajudar nesta pesquisa que estou fazendo”.

Assim, se consegui chegar em determinadas pessoas foi seguindo certos caminhos e especialmente certas indicações de outras pessoas que, de alguma maneira, estão fazendo parte do universo de possíveis e desejáveis entrevistados. Daí que a visão desses mediadores sobre o meu problema de pesquisa podia fazer - ou certamente fez - com que eles indicassem pessoas que, na visão deles, poderiam ser úteis para a pesquisa e que pudessem ajudar a entender o fenômeno na forma como eles mesmos o entendem.

A interferência dos mediadores pode ser sentida numa análise do conjunto dos entrevistados que consegui. Eles têm, na maioria, entre 70 e 80 anos. Há, porém, alguns em faixa etária inferior. São o que se poderia chamar hoje de “católicos praticantes”. Suas falas

---

<sup>381</sup> Projeto de pesquisa: “Imaginário Anticomunista no Rio Grande do Sul: Elaboraões e Reelaboraões” - coordenado por Carla Simone Rodeghero, na Universidade de Passo Fundo, em 1997, com auxílio de Márcia do Nascimento - aluna do Curso de História, bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS.

desenham uma comunidade de pessoas que, mesmo não conhecendo todas umas às outras, compartilham memórias sobre o passado, práticas atuais e projeções para o futuro. Se, a princípio, eu procurava prestar atenção nas implicações para a recepção do anticomunismo do fato dos entrevistados terem vivido em uma ou outra das regiões nas quais se constituíram diferentes tradições católicas, no decorrer das entrevistas me deparei com elementos para pensar também a respeito de uma comunidade atual de católicos. Daí que a mediação dos padres e irmãs permitiu que eu entrasse no seio de uma geração de pessoas que continuam ativamente ligadas à Igreja e que a partir disso constroem avaliações historicamente situadas sobre a instituição, sobre a pregação anticomunista da mesma, e sobre o medo que sentiram ou não do comunismo.

O roteiro das entrevistas fazia com que elas se aproximassem em certos momentos de histórias de vida e, em outros, de entrevistas temáticas. O objetivo geral era trazer à tona lembranças sobre a forma como a Igreja combatia o comunismo e sobre como esse combate era sentido na experiência de vida de cada um dos entrevistados. Mas as pessoas não foram diretamente e primeiramente interpeladas a falar sobre comunismo e anticomunismo católico. Tais questões foram introduzidas no seio de uma discussão mais ampla sobre a inserção da pessoa na Igreja Católica, como era isso na sua família, na sua infância e como isso foi se transformando ao longo do tempo. Também os posicionamentos políticos da Igreja nesse período de vida da pessoa foram alvo de discussão.

Geralmente se chegava ao tema do comunismo e anticomunismo em meio a conversas sobre o tipo de pregação que os padres faziam em seus sermões dominicais. A opção por tal entrada tem um pouco a ver com a constatação feita previamente, em algumas entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado, de que a fonte de informação que as pessoas em questão tinham sobre o anticomunismo católico era especialmente o padre. A opção por essa forma indireta de chegar ao tema também pode ter raízes num certo receio de tocar diretamente em questões de ordem política que se mesclam com o universo religioso, questões que geralmente são polêmicas e que repercutem em posições políticas atuais dos envolvidos na entrevista. Assim, achei conveniente não iniciar a conversa a partir de temas que poderiam colocar o entrevistado na defensiva.

Além disso, o tipo de abordagem escolhido tem relação direta com a atenção à variável do tipo de catolicismo dentro do qual a pessoa foi socializada. Ou seja, eu estava tentando averiguar a recepção do anticomunismo não apenas na experiência pessoal, mas na forma como o indivíduo se relacionava com um coletivo e este coletivo era o que se corporificava nas práticas religiosas de certas comunidades católicas, em boa parte das quais, há cerca de cinquenta anos, o padre tinha papel de liderança quase incontestável. A inserção de cada pessoa ou de cada família nessas comunidades e o papel que o padre ocupava nelas, dessa forma, são encarados como elementos fundamentais para entender o solo no qual havia espaço para o crescimento, a difusão e a recepção do anticomunismo. Por isso a lógica de questionar o que os padres falavam nos sermões e se tocavam no tema do comunismo.

Também parece ter contado para esta entrada indireta no anticomunismo o fato dele não ser um tema de pesquisa histórica tão consagrado quanto outros. Seria mais fácil chegar num fiel da Igreja Católica perguntando sobre a construção da Catedral, ou mesmo sobre as mudanças nos rituais litúrgicos depois do Concílio Vaticano II. De qualquer forma, a estratégia funcionou e permitiu que muitas pessoas, em meio a uma conversa descontraída, lembrassem e refletissem sobre o medo do comunismo e o combate católico a ele.

É claro que houve variações em torno deste funcionamento. Houve casos em que o tema do comunismo e anticomunismo era levantado pelo próprio entrevistado e depois estimulado por mim. Em outras ocasiões - e especialmente com os padres e pessoas com maior nível de escolaridade - era possível iniciar a entrevista pelo tema central. Se a conversa com esse grupo de pessoas se mostrou mais produtiva em alguns momentos, em outros, foi prejudicada pela tendência dos entrevistados de conduzirem a discussão muito mais para um análise sociológica do que para a rememoração das experiências pessoais e para a reflexão sobre elas. Quanto mais letrado o interlocutor, mais difícil foi conduzir a entrevista para as lembranças particulares.

Outra variação que acabou se destacando foi a entrada no tema do anticomunismo em meio a conversas sobre a Segunda Guerra Mundial: em alguns casos porque o próprio entrevistado podia fazer uma “mistura” entre comunismo e nazismo; em outros, porque nem sempre o caminho da pregação dos padres levava ao tema anticomunismo. Para resolver tal

problema pareceu interessante apelar para um tema sobre o qual o conjunto das pessoas entrevistadas tinham muitas histórias a contar. “A Guerra” parece assumir o lugar de um marco temporal na vida da maioria das pessoas entrevistadas, que situam certos fatos de sua existência como tendo acontecido antes ou depois dela.

Fiz, eu mesma, a maior parte das transcrições das entrevistas. Ao longo deste trabalho penoso foram surgindo idéias para conduzir a análise e a ordenação do material. Transcrevi tudo o que era falado em cada entrevista - apenas deixando de fora, em poucos casos, assuntos que realmente fugiam do tema de pesquisa. Procurei pontuar as frases de forma a manter o ritmo da fala do entrevistado. O resultado disso foram extensos textos, alguns com mais de trinta páginas. O passo seguinte foi a edição das entrevistas: selecionar algumas falas mais significativas para meus problemas de pesquisa; relatar de forma mais sucinta - e com as minhas palavras - outros trechos; destacar elementos que apareciam em outras entrevistas e que poderiam ser úteis para um trabalho de comparação, etc. O cansativo trabalho de edição permitiu vencer o horror de ver páginas e mais páginas de entrevistas sem saber exatamente por onde começar a analisá-las. Tal edição permitiu selecionar temas-chave que vieram a estruturar os capítulos desta tese que trabalham com as fontes orais.

Foi falado, no início desta parte, que ela se preocuparia com a forma como um grupo de “pessoas comuns” viveram - e hoje relembram - o medo do comunismo e a pregação que a Igreja fazia contra ele. Essas pessoas são “comuns” apenas no sentido de que não foram escolhidas por terem assumido algum cargo de destaque dentro da Igreja Católica: não foram líderes do laicato reconhecidos em âmbito estadual ou nacional, também não foram clérigos cuja atuação tenha sido reconhecida por seus pares e pela sociedade como grandes lideranças religiosas ou intelectuais. Foram escolhidos por si mesmos e não pelo status que tinham frente aos outros. Não quero dizer com isso que não tenham assumido, nos ambientes onde viveram, papéis de liderança, e que por isso - em maior ou menor grau - tenham podido influenciar outras pessoas ou tenham se destacado entre elas. A intenção era simplesmente entrevistar “católicos” que se dispusessem a compartilhar lembranças sobre experiências passadas relacionadas com sua condição de católicos.

Não houve, como já foi comentado, a intenção de entrevistar intelectuais católicos, mesmo que estivesse claro que seria possível analisar o anticomunismo católico (em sua produção e recepção) entre eles. O tema da formação de grupos de leigos - especialmente rapazes egressos de escolas secundárias católicas - nas décadas de 1920 e 1930 é discutido por Isaia que mostra como eles assumiram publicamente o catolicismo e foram ganhando papel de destaque tanto na Igreja quanto no mundo político estadual.

Esse seria um contraponto àquele catolicismo que prosperava entre os colonos, descendentes de imigrantes:

“A vitalidade do catolicismo rio-grandense dava sinal de existência já no meio rural, onde se forma um laicato que, devido a condições objetivas, assume um papel atuante num meio em que o catolicismo constitui, por assim dizer, a tessitura onde se movem os agentes sociais”.<sup>382</sup>

No meio urbano tal vitalidade seria demonstrada pelas escolas católicas. Isaia discute uma série de exemplos a partir de escolas secundárias em Porto Alegre. Minha pesquisa mostrou como em cidades da região da Campanha, como Bagé, Alegrete e Santana do Livramento, o acesso à escola católica - não necessariamente apenas ao nível secundário - era a forma de socialização religiosa especialmente para filhos e filhas de estancieiros.

Os três grupos de jovens que estiveram na base da formação de um laicato atuante em Porto Alegre a partir dos anos 20 e 30 foram, segundo Isaia, aqueles que se formaram em torno do jesuíta pe. Werner, do capuchinho frei Pacífico de Bellevaux e do Irmão Anselmo, que era marista. Os grupos eram marcados por uma vasta formação humanista. Seus estudos “versavam da teodicéia ao marxismo”.<sup>383</sup> Formados a partir dos anos 20 esses grupos passaram a ter atuação mais destacada na década seguinte ao longo da qual foi criada a Liga Eleitoral Católica, a Ação Católica Brasileira e outros grupos como o Centro Católico de Acadêmicos, que depois daria origem à Juventude Universitária Católica, a

---

<sup>382</sup> ISAIA, Artur Cesar. Op. cit., p. 114.

<sup>383</sup> Idem.

Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul e a Ação Brasileira de Renovação Social, esta última, criada especialmente para o combate ao comunismo.<sup>384</sup>

Esse não era um processo que se dava apenas no estado. No Rio de Janeiro o Cardeal D. Leme também viu “o papel do intelectual como vanguarda do catolicismo e por isso deu enorme atenção ao grupo do Centro D. Vital”.<sup>385</sup> Duas figuras de destaque nacional que estiveram envolvidas com o Centro foram Alceu Amoroso Lima e o padre Leonel Franca.

A diferença entre o universo cultural dessa intelectualidade e aquele dos protagonistas do catolicismo da região colonial é também destacada por Isaia que reproduz, nesse sentido, o depoimento de Galeano Vellinho de Lacerda segundo o qual

“a elite estudantil católica de Porto Alegre não nutria simpatia pelos padres ‘colonos’ que, embora ‘possivelmente santos’ estavam despreparados para o nível de debate que era preciso enfrentar naquele momento com os adeptos, principalmente do marxismo”.<sup>386</sup>

Além de levar em conta essa diferença entre um laicato - e mesmo um clero - mais ou menos intelectualizado e exposto a desafios diferentes, poder-se-ia pensar na comparação entre gerações diferentes de leigos e de grupos de leigos, por exemplo, entre a JUC dos anos 30 com aquela dos anos 50 e 60, portanto depois da reorganização da Ação Católica.

A relação dos grupos de intelectuais católicos organizados em Porto Alegre e o combate ao comunismo pode ser sentida no caso de Armando Câmara, um dos mais importantes membros da intelectualidade católica gaúcha que, segundo De Boni, “pertenceu à geração dos ‘convertidos’, daqueles cristãos de nascimento que, entre o final do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, renegaram o *esprit du siècle*, para engajar-se em um

---

<sup>384</sup> Idem, p. 132 a 143.

<sup>385</sup> BEOZZO, José Oscar. Op. cit., p. 299. O Centro D. Vital havia sido criado em 1922 por Jackson de Figueiredo que lhe imprimiu uma característica autoritária e reacionária. Idem, p. 303.

<sup>386</sup> Idem, p. 132.



catolicismo militante”.<sup>387</sup> Ele teria sido profundamente influenciado pelo jesuíta pe. Werner e pelo capuchinho, frei Pacífico de Bellevaux. Viveu um

“modelo de vida cristã, no qual o empenho em chegar à Verdade e em atingir o Bem exigia disponibilidade e abertura para o mundo, sem negligenciar, porém, o combate de peito aberto aos erros maiores, de uma época, em sua visão, flagelada por males como o indiferentismo religioso, o positivismo, o comunismo, o nazismo, o modernismo, a psicologia freudiana, o naturalismo educacional de origem americana, o laicismo político e tantos outros ismos. Como alternativa, propunha uma sociedade recheada de instituições católicas: desde os círculos operários como substitutos dos sindicatos, até os jornais e revistas católicas; das escolas e universidades ao partido político (que a sabedoria do Cardeal Leme impediu fosse fundado no Brasil), ou ao menos ao serviço de orientação ao leitor.”<sup>388</sup>

Armando Câmara fundou, junto com outro grupo de católicos, a Faculdade de Filosofia, na Universidade de Porto Alegre “com a finalidade de difundir a visão cristã de mundo entre a juventude acadêmica; com o mesmo fito fundaram a Faculdade Católica de Filosofia, da qual surgiu, pouco depois, também por obra deles e de outros, a PUCRS. Foram iniciativas dele a Rádio da Universidade, a Associação de Professores Católicos, o Movimento de luta contra o Marxismo, a revista *Estudos* e o *Jornal do Dia*.”<sup>389</sup> Também contribuiu para a Liga Eleitoral Católica.

Essas colocações sobre a intelectualidade católica têm o objetivo de mostrar que uma pesquisa sobre a produção e recepção do anticomunismo entre eles poderia levantar elementos muito diferentes daqueles que serão vistos nos próximos capítulos.

Mas, voltando à opção pelas “pessoas comuns”. Ela também esteve relacionada com o intuito de estudar o anticomunismo católico pela ótica dos seus receptores e destinatários. Assim, mesmo quando a entrevista estava sendo feita com pessoas que estiveram na posição

---

<sup>387</sup> DE BONI, Luís Alberto (Org.). *Armando Câmara: obras escolhidas*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. (Coleção Pensadores Gaúchos 1), p. 10.

<sup>388</sup> Idem, p. 10 e 11.

<sup>389</sup> Idem, p. 11.

de quem podia produzir e divulgar o discurso anticomunista, as questões foram voltadas para as situações nas quais essas pessoas eram destinatárias e receptoras de tal discurso. E o que estava no centro da conversa era a forma como o mesmo era lido, recebido, interpretado, vivenciado.

As entrevistas de história oral foram construídas para servirem como registros de recepção do discurso anticomunista, neste caso, do católico. Tanto porque foram selecionadas pessoas que, na sua história de pertença à religião católica, foram alvo de tal discurso, ou que foram desafiadas a se colocarem na posição de receptores, quanto porque o roteiro de questões era dirigido para este lado. As entrevistas de história oral permitiram entrar num universo que tem correspondência, mas que também se distingue muito daquele que os historiadores podem reconstruir com base em outras fontes, como as notícias de jornal, os documentos diplomáticos, as publicações de caráter anticomunista.

A grande distinção parece estar no fato de que as fontes orais permitem chegar muito mais perto de realidades locais, da forma como os indivíduos conectam suas experiências pessoais com “fatos” de abrangência maior. Conforme será visto adiante, o estudo baseado nessas fontes permite adentrar em campos do imaginário que não poderiam ser alcançados com o uso de outras fontes. Permite, por exemplo, levantar crenças que parecem estranhas a um discurso anticomunista lógico e letrado, mas que são partilhadas e que ajudam a dar sentido a esse grande desconhecido que causa medo, “esse tal de comunismo”.

Falando sobre a importância da recepção como um componente a ser levado em conta na análise da memória coletiva, Alon Cofino defende que “. . . o tema crucial não é o que é representado, mas como essa representação tem sido interpretada e percebida”.<sup>390</sup> Este autor expõe uma concepção de memória que pode dialogar com a de imaginário anticomunista e reforçar a importância do estudo da recepção nesse caso particular.

“Eu veria a memória como um resultado do relacionamento entre uma representação distinta do passado e um espectro de representações simbólicas disponíveis numa

---

<sup>390</sup> “. . . the crucial issue is not what is represented but how this representation has been interpreted and perceived.” COFINO, Alon. *Collective Memory and Cultural History: problems and method*. In: AHR “Forum: History and Memory”. *American Historical Review* 102:5 (December 1997), p. 1391.

determinada cultura. Essa visão defende o estudo da memória como um relacionamento entre o todo e suas partes componentes, vendo a sociedade como uma entidade global - social, simbólica, política - onde diferentes memórias interagem.”<sup>391</sup>

Assim, dentro de um conjunto de representações disponíveis em certas comunidades de católicos, serão buscadas os elementos para explicar o que era, para eles, o comunismo. Isso será confrontado com outras representações sobre o mesmo tema, dentro e fora da Igreja. Dessa forma, aquilo que se poderia chamar de uma “memória anticomunista católica” - aquilo que tem sido chamado de imaginário anticomunista - será analisado com base na conjugação dos processos de produção e de recepção que se desenvolvem em níveis diferentes, mas interdependentes.

A distinção entre produção e recepção do anticomunismo tem a função metodológica de chamar a atenção para questões ainda não vislumbradas pelos pesquisadores. Mas, num passo seguinte, a própria distinção precisa ser relativizada. É ainda Cofino que chama a atenção para o fato de que estudar a recepção não é buscar em novas fontes - as orais, no presente caso - as provas para aquilo que já se construiu com outras fontes. Nesse sentido, ele se refere ao problema de narrativas que separam a construção da memória da sua recepção ou contestação:

“Rejeitar a separação de narrativas significa admitir que os atores históricos participaram de vários processos ao mesmo tempo, que eles simultaneamente representam, recebem e contestam a memória. Para aceitar que nenhum desses processos tem primazia e ainda para entender o significado da memória, nós precisamos entender que todos esses processos estão conjugados - a memória como um todo é maior que a soma de suas partes. Isso serve como uma advertência para se dar conta daquilo que é muito mais declarado do que praticado, ou seja, a

---

<sup>391</sup> “I would like to view memory as an outcome of the relationship between a distinct representation of the past and the full spectrum of symbolic representations available in a given culture. This view posits the study of memory as the relationship between the whole and its component parts, seeing society as a global entity - social, symbolic, political - where different memories interact”. Idem, p. 1391.

multiplicidade das experiências e representações sociais, em parte contraditórias e ambíguas a partir das quais as pessoas constroem o mundo e suas ações.”<sup>392</sup>

Tomando de empréstimo tal advertência, este trabalho procurará ao mesmo tempo explorar as potencialidades do estudo da recepção e entender o imaginário anticomunista como o resultado da conjugação entre produção e recepção, um processo dinâmico que não leva em conta apenas os interesses políticos, religiosos e institucionais do combate a um inimigo, mas que se relaciona com o universo cultural que as pessoas habitam e com as formas possíveis - e diferentes - de representar o comunismo.

---

<sup>392</sup> “To reject the separation of the narratives assumes that historical actors participated in various processes at the same time, that they simultaneously represent, receive, and contest memory. To accept that none of these processes has primacy and yet to understand the meaning of memory, we need to understand all of them intertwined - memory as a whole that is bigger than the sum of its parts. This serves as a reminder to realize what is declared more often than practiced , namely the multiplicity of social experiences and representations, in part contradictory and ambiguous, in terms of which people construct the world and their actions.” Idem, p. 1398 e 1399.

## Capítulo 6

### **Viva o comunismo X Viva Cristo Rei: o México e a Espanha na memória de membros do clero rio-grandense<sup>393</sup>**

Início a análise da recepção do anticomunismo católico, trabalhando as lembranças que alguns padres trouxeram à tona em suas entrevistas, as quais têm como denominador comum a construção de uma relação direta entre comunismo e perseguição à Igreja no México e na Espanha. A opção de desenvolver este capítulo apenas com depoimentos de padres se deveu muito mais à presença neles da relação acima indicada do que a uma intenção de separar memórias do clero e dos leigos. Tal separação, no entanto, acabou assumindo o caráter de uma variável analítica de tal forma que, no próximo capítulo, as discussões terão como ponto de partida lembranças e reflexões realizadas por um grupo de leigos. Partindo daí, todavia, no desenvolvimento do tema, leigos e clero receberão um tratamento conjunto.

O presente capítulo se afastará um pouco da estrutura geral da tese - que apresenta leituras sobre o comunismo nas duas primeiras partes e deixa para explicitar os pressupostos das mesmas na última parte. Aqui será apresentada uma leitura e ao mesmo tempo serão feitos questionamentos sobre o que a tornou possível. O motivo de trabalhar - apenas neste capítulo - os dois aspectos conjuntamente se deve à possibilidade de relacionar as memórias sobre o comunismo expressas nos depoimentos de alguns padres com um livro que alguns deles leram na adolescência.

Os cinco padres cujas entrevistas serão utilizadas aqui, apresentaram suas experiências, opiniões e lembranças a respeito da presença da pregação anticomunista e do medo do comunismo em suas famílias, comunidades e nos anos em que estudaram no seminário católico. São os seguintes: pe. Firmino Dalcin,<sup>394</sup> nascido em Carlos Barbosa, em 1922, atualmente trabalhando em Bagé. Sua entrada no Seminário de São Leopoldo se deu no ano de 1935; pe. Guerino Parizzoto,<sup>395</sup> natural de Tapejara, nascido em 1926, e que entrou no Seminário Diocesano de Santa Maria em 1944; pe. Holmes Conzati,<sup>396</sup> nascido em Bento Gonçalves em 1933, que em 1943 entrou para o Seminário de Cerro Largo e que hoje atua em Alegrete; d. Laurindo Guizardi,<sup>397</sup> sacerdote carlista, hoje bispo de Bagé, nascido em Nova Bassano em 1935; e pe. Nelson Tonello,<sup>398</sup> sacerdote da diocese de Passo Fundo e professor do Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo, que nasceu em 1940, no município de Getúlio Vargas, tendo entrado no Seminário da Diocesano de Passo Fundo em 1953.

Pode-se dizer que eles pertencem a três gerações diferentes: a mais antiga representada por pe. Firmino, que esteve no seminário entre 1935 e 1947. Ele foi ordenado sacerdote alguns anos depois que os futuros padres Holmes, Guerino e Laurindo entraram no seminário, representando esses uma geração posterior. Eles se tornaram padres em 1959, 1956 e 1958, respectivamente. Pe. Nelson, por sua vez, iniciou seus estudos em 1953 e foi ordenado padre em 1967.

Apesar de três deles atuarem na região da Campanha rio-grandense (nos municípios de Bagé e Alegrete) e outros dois em Passo Fundo, no norte do Estado, todos são descendentes de imigrantes europeus, nascidos em municípios localizados na Serra ou Norte do Estado, na região das velhas e novas colônias italianas (Carlos Barbosa, Nova Bassano, Bento Gonçalves, Tapejara, Getúlio Vargas).

---

<sup>393</sup> A primeira versão deste capítulo foi apresentada como monografia de conclusão do seminário *Politics of Memory: US, Europe, Latin America*, coordenado pelo Prof. Dr. Daryle Williams, entre setembro e dezembro de 2000, no Department of History da University of Maryland, College Park, MD, USA.

<sup>394</sup> O pe. Firmino Dalcin foi entrevistado em duas ocasiões: 15 de dezembro de 1999 e 08 de junho de 2000, em Bagé, por Carla Simone Rodeghero. Todas as entrevistas, com exceção de três que serão devidamente indicadas, foram realizadas por mim.

<sup>395</sup> Entrevistado em 25 de julho de 1997, em Passo Fundo.

<sup>396</sup> Entrevistado em 15 de junho de 2000, em Alegrete.

<sup>397</sup> Entrevistado em 16 de dezembro de 1999, em Bagé.

A estratégia de apresentação e análise dos relatos desses cinco padres será a seguinte: serão destacadas as partes das entrevistas nas quais aparece a relação entre comunismo, México e Espanha. Depois de uma primeira análise da construção narrativa presente no excerto, procurar-se-á explicar porque este grupo de pessoas construiu esta leitura sobre o comunismo e o anticomunismo. Tal explicação terá como componentes o confronto de lembranças sobre a perseguição à Igreja no México com uma obra sobre este tema que foi lida por alguns dos entrevistados durante o período em que frequentaram o seminário; a busca da correlação comunismo-México-Espanha em encíclicas e pronunciamentos de autoridades eclesiais; uma incursão no universo cultural de onde provinham esses padres; e também, uma discussão sobre o papel dos seminários na produção e recepção do anticomunismo católico.

## **6.1 - As lembranças**

Penetrando no conteúdo das entrevistas, pode-se ver que os lugares México e Espanha aparecem vinculados à perseguição dos comunistas à Igreja, aos padres e aos fiéis católicos. D. Laurindo conta que ainda antes de entrar no seminário em 1945, ouvia algumas coisas confusas que estavam relacionadas à perseguição no México.

"É, a gente ouvia algo confuso, antes de entrar no Seminário. Note que eu entrei no Seminário com dez anos. [. . .] Aquilo que eu ouvia falar era relacionado com a perseguição no México que foi em 1936, 37. (troca de fita) A esquerda, além de querer a República, perseguia a Igreja, tanto que matou, não sei quanta gente. Lembro, como pequeno detalhe, que a mãe contava essas coisas pra nós, que ela ouvia, provavelmente na igreja e recordava que no México havia gente que morria dizendo, 'Viva Cristo Rei!' e que depois na Espanha, os comunistas ... Então,

---

<sup>398</sup> Entrevistado em 13 de julho de 1998, em Passo Fundo. A entrevista foi complementada por uma carta: Carta de padre Nelson Tonello a Carla Simone Rodeghero, em 28 de outubro de 2000.

comunista era bicho-papão, era bicho-papão. Então, as primeiras noções a gente teve de criança. Alguma coisa nebulosa."<sup>399</sup>

Pe. Firmino, antes de entrar no Seminário de São Leopoldo, em 1935, com treze anos não recorda ter ouvido comentários a respeito do comunismo. A partir daí passou a ouvir falar da Revolução Mexicana e um nome que ficou na sua memória foi o do pe. Pró: “O padre Pró. Era célebre a história do padre Pró, ele foi martirizado por ser anticomunista. Depois, mais a Revolução da Espanha. Tudo isso nos vinha, assim, com muita informação.”<sup>400</sup> Numa segunda entrevista, Pe. Firmino contou que “havíamos lido também, no refeitório, o livro do pe. Pró, um padre que no México foi perseguido e martirizado pelos comunistas”.<sup>401</sup>

A referência ao mesmo padre Pró apareceu no relato de pe. Nelson. Ele também contou que a história do pe. Pró era lida para os seminaristas durante as refeições, no Seminário de Santa Maria. Além desta referência, pe. Nelson fez chegar até minhas mãos um exemplar do livro *Despistou Mil Secretas*. O livro era lido com muita emoção e entusiasmo no Seminário “pois o considerávamos modelo para nossos ideais, isto é, todos queriam ser como ele e nos dava muita coragem. Na biblioteca havia filas de espera para poder ler individualmente o livro”.<sup>402</sup>

A Espanha, e não o México nesse caso, é importante componente nas lembranças sobre o comunismo presentes na entrevista de pe. Guerino. Estávamos conversando sobre os jornais católicos *Correio Riograndense* e *Jornal do Dia* e eu questionando sobre a presença neles de notícias de cunho anticomunista. Pe. Guerino se remeteu ao período da Segunda Guerra, à existência do Partido Comunista, ao Integralismo, a Plínio Salgado, e junto com memórias sobre o período do Estado Novo, tocou numa lembrança sobre o comunismo que o marcou muito:

---

<sup>399</sup> Nas citações de trechos de entrevistas, apresentadas de agora em diante, devem ser consideradas as referências feitas em notas anteriores. Somente serão mencionados exceções, como no caso de duas entrevistas com a mesma pessoa.

<sup>400</sup> 1ª entrevista com pe. Firmino Dalcin.

<sup>401</sup> 2ª entrevista com pe. Firmino Dalcin.

<sup>402</sup> Carta de padre Nelson Tonello a Carla Simone Rodeghero, em 28 de outubro de 2000.



“Foi em 40-45, quando tinha o Partido Comunista. Sim, alertava o povo para não votar naquele deputado ou senador, aquele que apoiava o comunismo, porque naquele tempo, ele perseguia mesmo e matava mesmo. Precisava ver quantos milhares e milhares de católicos na Espanha que morreram por causa da fé. Chamou atenção uma revista em 1937, quando houve a ditadura de Getúlio, que meus pais, meus irmãos, porque era a defesa, o camisa verde, do Plínio Salgado, integralista que depois era o PRP, Partido da Representação Popular, depois foi. Que era a defesa de Deus, Pátria e família, mas era o nazismo por trás, com esse nome e enganou a todos. E quando veio a ditadura de 1937, então, dois irmãos meus, eu não tinha idade, vieram aqui [em Passo Fundo] jurar a bandeira e a nova Constituição do Getúlio Vargas em 1937 e compraram duas revistas: uma maior e outra sobre o Lampião, que era tudo em verso e o que mais me chamou a atenção, que sempre me vem à lembrança, até das imagens, que depois sonhei várias vezes, era de uma professora com vinte alunos, numa escola. Então eles eram católicos e então chegaram lá a milícia, né do comunismo, ela queria que eles gritassem de ‘Viva a República’ ou ‘Viva o comunismo’, uma coisa assim, e eles gritavam ‘Viva Cristo Rei’. Pra poupar bala, então enfileiraram na parede, assim. E a professora na frente. Mataram todos. Fuzilaram todos. Nunca esqueço isso. Isso na Espanha. 37. Todos assim, um ao lado do outro.”

Numa exploração inicial das falas selecionadas, é possível perceber que para d. Laurindo e pe. Firmino, a entrada no seminário foi o momento em que eles tiveram acesso a maiores informações sobre o comunismo. Pelo relato dos dois, essas informações pareciam vir em grande quantidade, apesar de confusas e nebulosas.

Há outro ponto em comum nas falas dos dois: a relação da palavra comunismo com a perseguição à Igreja e a sucessão dos lugares México e Espanha. A lógica é que primeiro houve o caso do México e, então, o da Espanha. Nesses dois lugares, a Igreja foi perseguida e ali estava o comunismo. No caso de d. Laurindo há um deslizamento temporal pois ele se refere à perseguições no México nos anos de 1936 e 1937. Nestes anos, como se verá adiante, a perseguição no México havia serenado. O conflito explodia, isso sim, na

Espanha, onde a queima de igrejas era uma das marcas da Guerra Civil. Pe. Firmino inicia falando sobre o México, refere-se ao padre Pró e “depois, mais a Revolução da Espanha.” É como se a Espanha fosse, para a Igreja, a continuidade e/ou o coroamento do que já vinha acontecendo no México.

A oposição entre o grito de “Viva a República”/ “Viva o comunismo” e o de “Viva Cristo Rei” aparece tanto na narrativa de d. Laurindo, como na de pe. Guerino. O primeiro a situa no México e o segundo na Espanha. O que há em comum também é a idéia de que defender a bandeira de Cristo Rei significava a morte: a professora e os alunos em fila, sendo fuzilados e não renegando sua fé; as pessoas morrendo e gritando “Viva Cristo Rei”.

No caso de pe. Guerino, este pequeno extrato de sua entrevista - que segue o padrão da entrevista completa - permite ver como ele constrói as lembranças pessoais dentro da moldura do grupo familiar e da história do país. Para falar de uma lembrança muito íntima, que, inclusive, lhe rendeu pesadelos por muito tempo, ele toca num fato relacionado aos irmãos mais velhos e no contexto do Estado Novo. Apesar de ter começado a narração mencionando os anos 40 a 45, ele volta aos anos 30 e situa sua lembrança num universo povoado por Getúlio Vargas, Plínio Salgado, Integralismo, Nazismo, Partido de Representação Popular (que é da segunda metade dos anos 40), Lampião, Guerra Civil Espanhola, Constituição de 1937. Os irmãos dele saíram da comunidade do interior (Tapejara) e foram para a cidade vizinha (Passo Fundo) jurar a bandeira e a “Constituição do Getúlio”. Esses mesmos irmãos e o pai haviam sido adeptos dos “camisas verdes”, os integralistas, que defendiam a Pátria, Deus e a família. Depois, pe. Guerino viu que eles foram enganados e que, na verdade, o Integralismo “era simplesmente o Nazismo com outro nome”. Ir à cidade vizinha - e maior - acabou sendo uma oportunidade para que os irmãos de pe. Guerino tivessem acesso a revistas, como as duas que compraram: uma grande e outra pequena. Que revistas teriam sido essas? Os temas que elas tratavam eram candentes no momento: a caça à Lampião e a propaganda anticomunista, que no momento, encontrava seu canal de difusão, na detratção da República Espanhola.

Esta sofisticada moldura na qual pe. Guerino coloca sua lembrança pessoal sobre o comunismo faz pensar tanto nos quadros sociais da memória de Halbwachs quanto na

questão de que a memória está sempre em contínua construção e transformação.<sup>403</sup> A riqueza de detalhes e referências da sua fala certamente foi construída ao longo de anos de leitura e reinterpretção dos fatos que lhe permitiram explicar aquela lembrança específica. Assim como ele revela que se deu conta que o apoio ao Integralismo não era “boa coisa”, em outros momentos da entrevista, questiona até que ponto as histórias sobre o comunismo eram reais ou exageradas: “eu lia alguma coisa, não me lembro mais qual é o jornal, sei que ..., pode ser nem verdade, que foi não sei quantos mil, perto de cinquenta mil padres assassinados, matados na Espanha. Mas eu nem dei tanta bola, pois acho que é exagero talvez. Que era costume exagerar.” Por outro lado, confirma que “de fato o plano mesmo da Rússia era dominar, pegar todo o mundo e espalhar o comunismo por todo o mundo.”

Vê-se, nesse caso, que ao trabalhar com fontes orais, o historiador está lidando com interpretações construídas e transformadas ao longo dos anos. Isso implica em trabalhar as mesmas a partir da forma em que elas lhe chegam, situando-as porém em quadros sociais e temporais, e utilizando-as como portas de entrada para o entendimento de formas específicas de apreensão da realidade. No caso do anticomunismo católico, as fontes orais podem dar acesso a um novo universo, que é o da recepção. Permitem pensar como uma memória construída faz diferença na vida das pessoas e como esta atua no nível local e privado.<sup>404</sup>

Na conversa com pe. Holmes, feita depois das demais, eu mesma questioneei sobre o que se falava na Igreja a respeito da guerra na Espanha, o que depois fez com que o diálogo se voltasse para o caso do México e para a figura do pe. Pró. Já tínhamos discutido a presença do anticomunismo no processo educacional dos seminaristas:

“C - O senhor lembra se chegavam a falar a respeito da guerra que aconteceu na Espanha em 1936?

---

<sup>403</sup> Segundo Halbwachs, “the social milieus within which a child is immersed acts like a framework into which are woven his most personal remembrances”. HALBWACHS, Maurice. *The collective memory*. New York, Harper & Row, 1980, p. 68.

<sup>404</sup> COFINO, Alon. Op. cit., p. 1394.

H - Ah, aquilo foi ... É engraçado, no refeitório foi lido, como é que é, *Espanha em Sangue*, parece que era, a história. Aquilo foi um episódio, porque foi antes, foi 36, 37 ...

C - É, foi antes da II Guerra.

H - Antes da II Guerra. Então, a gente pouco sabia aqui no Brasil mas nós lemos vários livros sobre o Franco. Franco foi o grande herói que venceu os comunistas. Então, vários livros foram lidos sobre isso aqui, mas isso depois. Não teve tanta repercussão.

C - O senhor era muito criança. Isso aconteceu em 1936 e o senhor nasceu em 1933. O senhor só foi ficar sabendo disso mais tarde.

H - Depois, também o governo do México onde tinha o pe. Pró. Ele também era um governo maçom, assim, perseguia muito a Igreja Católica. Então, a vida do pe. Pró era muito ... todos nós ... Foram lidos vários livros, *O Espião Secreto*. Ele é mártir. Não foi beatificado mas morreu. *Despistou mil secretas* era o título de um livro. Então, assim, ele rezava missa escondido e tudo. Mas era uma revolução mais interna, no México”.

Pe. Holmes não diz que pe. Pró foi mártir dos comunistas. Deixa claro que se tratava de um governo maçom, e que era uma revolta interna, mas a lembrança veio associada a Franco como tendo sido o herói que venceu os comunistas na Espanha e também às práticas de leitura no seminário, especialmente no refeitório. Tanto em relação ao México como à Espanha, pe. Holmes conta que se liam muitos livros. Em outra parte da entrevista, quando pergunto se se falava a respeito da Rússia, ele lembra que “se lia muito os mártires, gente assim que, mártires que morreram por isso ou por aquilo”. E que quando esses livros falavam sobre a Rússia, a ênfase recaía no ateísmo.

Na entrevista que fiz com pe. Nelson, ele lembrou de um frei capuchinho que rezava missas na comunidade onde sua família vivia, que era um grande pregador e que conseguia transmitir a todos os fiéis um grande medo a respeito do comunismo. Lembra de ter sentido este medo quando criança e também o medo em relação aos protestantes. Numa comunidade formada basicamente por descendentes de italianos e católicos, a presença de

um ou outro protestante era vista com desconfiança. No caso do seminário, lembrou da história do pe. Pró, lida durante as refeições e me emprestou o livro *Despistou mil secretas*, como já foi comentado.

## 6.2 - A história do pe. Pró e a perseguição à Igreja

Vê-se que o pe. Pró foi mencionado por três dos meus interlocutores: pe. Firmino, pe. Holmes, e pe. Nelson. Os últimos dois se referiram especificamente ao livro, que passo então a descrever e no qual busco os elementos de anticomunismo que ficaram na memória destes entrevistados.

*Despistou mil secretas*, escrito por Afonso de Santa Cruz, sacerdote jesuíta, e publicado pela primeira vez em 1954,<sup>405</sup> conta a história de Miguel Agostinho Pró Juárez, o padre Pró, nascido no México em 1891 e fuzilado em 1927. Vários capítulos são destinados a mostrar a infância e juventude do protagonista. Neles é possível perceber que o autor está buscando mostrar indícios da fé, do heroísmo e da firmeza de caráter que o referido padre iria demonstrar mais tarde, ao morrer, como mártir em defesa do catolicismo. Os degraus percorridos por Pró para chegar a este fim podem ser assim sumarizados:

- quando criança, numa família muito religiosa, é salvo de uma doença que quase o conduz à morte, com a intercessão de Nossa Senhora de Guadalupe;
- é educado em casa por uma professora particular pois os pais não querem colocá-lo em colégio público, onde “reina o ateísmo”;
- é mandado por engano a uma escola protestante, e retirado de lá tão logo isso é descoberto;
- se enamora de uma moça e, por causa disso, se afasta temporariamente dos conselhos da mãe e da Igreja;
- cai em si, durante um período de Missões e decide que será jesuíta;
- faz seus estudos no México e depois na Europa (Espanha, Bélgica), onde procura se aproximar dos operários, especialmente mineiros, e onde confronta socialistas em suas discussões;

- se submete a delicadas operações cirúrgicas devido a um problema no estômago, que suporta com resignação;
- volta ao México, num período em que a religião católica é proibida. Nesse momento, usando uma série de subterfúgios, consegue despistar a polícia secreta e levar auxílio espiritual para os fiéis (confissão, distribuição de comunhão, realização de batizados e casamentos, pregação de retiros, ensino da catequese para crianças, etc.);
- depois de um bom tempo despistando a polícia, é preso, fuzilado e enterrado como herói e mártir da fé;
- seu enterro é acompanhado por milhares de pessoas que o conduzem ao túmulo dando vivas a Cristo Rei.

O tema do comunismo, ou do anticomunismo, aparece em apenas quatro momentos do livro. Fala-se em comunismo (ou socialismo) nas situações que seguem. Quando o pe. Pró está na Bélgica, encontra-se com socialistas, que, num parágrafo seguinte do relato, já são nomeados como comunistas. Os socialistas/comunistas são representados como pessoas atrevidas, que se dão o direito de questionar o padre. Este, com uma boa dose de ironia, vence as discussões e revela as incoerências dos oponentes no que se refere à relação entre teoria e prática, ao uso de armas diferentes (crucifixo *versus* revólver) e à disposição em repartir ou não as coisas. O texto conclui que o comunista quando está comendo deixa de ser comunista<sup>406</sup>.

Numa outra situação, relata-se que o pe. Pró, tendo voltado ao México, prega, às escondidas, um retiro para oitenta professoras estaduais, e que “muitas delas andam imbuídas de idéias socialistas e atéias...”.<sup>407</sup> Na mesma época, num clima de perseguição à Igreja, onde ele mesmo estava sendo caçado, pe. Pró, disfarçado de médico, tem uma conversa com dois policiais e se faz passar por anticlerical. Conta que estudou na Espanha e se refere ao comunismo naquele país: “estive uns anos na Espanha. Lá o comunismo é prometedor, camaradas”<sup>408</sup>. Finalmente, quando o livro relata as tratativas para o

---

<sup>405</sup> O exemplar que estou utilizando faz parte da 4ª. edição - de 40 mil cópias - publicada em 1961, pela Casa Editora da Pia Sociedade Filhas de Maria, em Porto Alegre.

<sup>406</sup> SANTA CRUZ, Afonso de. *Despistou mil secretas*. Porto Alegre: Casa Editora da Pia Sociedade Filhas de Maria, 1961, p. 73.

<sup>407</sup> Idem, p. 87.

<sup>408</sup> Idem, p. 91.

fuzilamento do pe. Pró, de dois irmãos seus e de outros líderes católicos, o narrador conta que “muitos comunistas e amigos de Calles recebem secretamente o convite de assistirem ao fuzilamento dos irmãos Pró”.<sup>409</sup>

Conforme explica Jean Meyer,<sup>410</sup> o padre Pró foi um padre jesuíta executado pelo governo mexicano de Calles em 1927. Morreu gritando *Viva Cristo Rei*, a mesma palavra de ordem adotada pelo movimento Cristero que sustentou uma guerrilha contra o Estado entre 1926 e 1929 e que, entre outras coisas, lutava para defender a fé católica. Na época, o presidente Calles colocou em prática – e exigiu que os estados também o fizessem – os artigos que restringiam a atuação e o poder da Igreja e que já estavam inscritos na Constituição de 1917. Os artigos em questão são os de número 3, 5, 27 e 130. O artigo 3 estabelecia o ensino leigo em escolas públicas e privadas, além de impedir que religiosos dirigissem escolas; o artigo 5 proibia a existência tanto de comunidades quanto de votos religiosos; o 27 regulava o direito de propriedade, atingindo de diversas maneiras as propriedades da Igreja e o direito dela reger as mesmas; e o artigo 130 rezava que as Igrejas eram entidades sem personalidade jurídica. Isso abria espaço para o Estado intervir em questões de culto e disciplina, no número permitido de ministros do culto em cada localidade, na restrição dos direitos políticos e de expressão dos religiosos.<sup>411</sup>

Os bispos mexicanos foram instruídos pelo Vaticano a se acomodar à situação, ter paciência e respeitar o poder constituído. Entre os bispos, no entanto, havia divergências e muitos deles não seguiram essa linha proposta pelo papa Pio XI, a tal ponto que em 1926, depois de violentas investidas do governo contra igrejas, conventos, autoridade do clero, etc., os bispos decidiram pela suspensão do culto.<sup>412</sup> Conforme se lê em *Despistou Mil Secretas*, o padre Pró retorna ao México nesse contexto.

Tal decisão foi recebida pela população com desespero e gerou um intenso surto de piedade. Camponeses de diversas regiões do país se sentiram compelidos a pegar em armas para garantir a continuidade dos ritos religiosos. Meyer destaca a importância que os rituais,

---

<sup>409</sup> Idem, p. 130.

<sup>410</sup> MEYER, Jean. *La Cristiada*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1973, 3 volumes.

<sup>411</sup> De acordo com: SOLIS, José M. Romero de. Iglesia y revolución en México (1910-1940). In: FLICHE, Augustin & MARTIN, Victor. *Historia de la Iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitários*. Vol. XXVI. Valência: Edicep, 1980, p. 470 e BERBUSSE, Edward J. The unofficial intervention of United States in Mexico's religious crisis (1926-1930). In: *The Americas*, v. XXIII, July 1966, n. 1.

os sacramentos e os padres tinham para esses camponeses: “um cristianismo dos sacramentos e da eucaristia, no qual a suspensão do culto, a desapareição do sacerdote, que pode viver a vários dias de distância, porém ao qual se ia, se traduzem em morte espiritual, da qual se escapa através da insurreição.”<sup>413</sup> A defesa de tudo isso, justificaria a luta e o martírio.

O clero desautorizou os rebeldes. Da mesma forma que Roma, os bispos e padres pediam paciência e obediência e ofereciam o martírio como a saída. Os camponeses também tinham o martírio como horizonte, mas um martírio relacionado à luta. A possibilidade de morrer para ganhar o céu lhes dava coragem e inspiração.<sup>414</sup> Meyer, em seu estudo sobre o movimento Cristero fez entrevistas com sobreviventes e contou 250 mártires entre os rebeldes, seguindo um critério que buscava em cada caso os seguintes elementos: resignação, dificuldades extremas de resistência, atrocidade dos sofrimentos, magnitude da tentação, desejo do céu.<sup>415</sup>

As Leis de Calles seriam colocadas em prática em 31 de julho de 1926. Alguns dias antes, como já foi comentado, o episcopado suspendeu os serviços religiosos e a Liga Nacional Defensora da Liberdade Religiosa, uma organização leiga fundada em 1925, patrocinou um boicote econômico. A estratégia de resistência passiva foi ultrapassada pelos levantes rurais. No final de 1926, a Liga passou a coordenar grupos locais em armas. A insurreição durou três anos e reuniu um contingente de cerca de 25 mil combatentes e se tornou conhecida como movimento Cristero devido à palavra de ordem dos rebeldes: “Viva Cristo Rei”. Em agosto de 1929, o embaixador norte-americano Dwight Morrow negociou um acordo entre o episcopado e o governo, ocasião em que os rebeldes depuseram armas.<sup>416</sup>

Não há nenhum indício que o pe. Pró tenha participado desse movimento rebelde. Ele pode ter tido alguma relação com a Liga. Mas, a morte dele se deu em meio ao clima de extrema tensão entre Estado e Igreja. Tendo presente este contexto é possível dizer que não

---

<sup>412</sup> MEYER, Jean. Op. cit., vol. 2, p. 382 e 383.

<sup>413</sup> “Un cristianismo de los sacramentos y de la eucaristía, en el que la suspensión del culto, la desaparición del sacerdote, que puede vivir a varios días de camino, pero al cual se va, se traducen por la muerte espiritual, a la cual se escapa por la insurrección”. Idem, vol 3, p. 309.

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> Idem, vol. 3, p. 298.

<sup>416</sup> JRADE, Ramon. Inquires into the Cristero Insurrection against the Mexican Revolution. In: *Latin American Research Review*, vol. XX, n. 2, 1985, p. 53 e 54.



se tratava de uma luta entre comunismo e Igreja Católica, mas muito mais, um capítulo das disputas entre essa e os Estados liberais, na forma como elas se desdobraram no México, no período da Revolução chamado de constitucionalista.

Em *Despistou Mil Secretas*, os acontecimentos de 1926 são assim narrados: “afixam-se nas portas dos templos os decretos de proibição do culto religioso e os párocos, com os corações alanceados de dor, esvaziam céleres os tabernáculos. (...) A Igreja do México desce para as catacumbas. Calles, o Nero do século XX, extravasa ódio satânico contra Cristo. Os sacerdotes são declarados nocivos ao Estado”.<sup>417</sup>

Pelo que se viu acima, não foram os comunistas - nem um Estado comunista - que fuzilaram o padre. Nem era a questão do comunismo a principal preocupação do livro *Despistou mil secretas*, mesmo que ela estivesse presente nele. O livro não defende a idéia de que o pe. Pró foi mártir do comunismo. Apesar disso, a história desse padre pôde ser lida como a de um herói anticomunista em algumas das entrevistas e, em outras, ela veio à tona quando se falava sobre comunismo. Por quê?

Em primeiro lugar, é importante ter presente que o caso do padre Pró se tornou internacionalmente conhecido pois a sua execução se deu frente à câmeras da imprensa, de tal forma que a imagem do governo mexicano ficou comprometida. A foto do padre Pró, de braços aberto e com olhar sereno esperando o fuzilamento, correu o mundo. Meyer diz que antes de Pró, muitos outros – em torno de 90 – sacerdotes tiveram o mesmo fim, mas que a Igreja não fizera as mesmas denúncias que foram feitas no caso daquele.<sup>418</sup>

A construção que aproximava a perseguição à Igreja no México ao comunismo faz sentido dentro de uma lógica presente em várias encíclicas que condenavam o liberalismo e o ligavam ao socialismo e ao comunismo. Segundo Robert H. Vinca, “a perseguição à Igreja Católica pelo governo mexicano era fundamentalmente orientada pela influência do liberalismo doutrinário da Europa do século XIX, adaptado à cena mexicana”.<sup>419</sup>

---

<sup>417</sup> SANTA CRUZ, Afonso. Op. cit., p. 85.

<sup>418</sup> MEYER, Jean. Op. cit., p. 298, vol. 3.

<sup>419</sup> “The persecution of the Catholic Church by the Mexican government was fundamentally oriented by the influence of the nineteenth century European doctrinaire liberalism adapted to the Mexican scene”. VINCA, Robert H. The American Catholic Reaction to the Persecution of the Church in Mexico, from 1926 to 1936. In: KANTOWICZ, Edward. *Modern American Catholicism (1900-1965): Selected Historical Essays*. New York, London: Garland Publishing, 1988, p. 287. O texto foi originalmente publicado em Records of the American Catholic Historical Society of Philadelphia, n. 79, 1968, p. 3 a 38.

O mesmo autor - que escreve tomando a posição da Igreja - situa o socialismo como resultado lógico da Constituição de 1917, escrita por teóricos seculares. Os desdobramentos na linha do socialismo teriam sido um decreto de 1926 proibindo toda escola de possuir qualquer emblema religioso e a tentativa, durante os anos 30, de introduzir a educação sexual no currículo. Em 1934, numa emenda à Constituição sob o governo Cárdenas, foi claramente estipulado que a educação promovida pelo Estado deveria ser socialista, excluindo toda doutrina religiosa, combatendo o fanatismo e o preconceito.<sup>420</sup>

Se a condenação do liberalismo já era a tônica de documentos como o *Silabus*, de Pio IX, escrito no contexto do Vaticano I, de 1780, ela continuou se manifestando em outros documentos como a *Rerum Novarum*, de 1891 e a *Quadragesimo Anno* de 1931. Em todas essas encíclicas o liberalismo era condenado pelos seus tons materialistas, pelo primado da razão sobre a fé, pela destruição de valores morais, pelo desprezo à autoridade constituída, pelo não respeito aos direitos da Igreja. O liberalismo prepararia o caminho para algo pior que ele, o socialismo e o comunismo. Os artigos da Constituição de 1917 eram vistos, então, como indícios de que os mesmos “preconceitos” em relação à Igreja, que já eram combatidos por ela no século XIX, iriam ser a base da sociedade mexicana, com tão fundas raízes católicas.

Assim, já havia uma tradição anterior relacionando liberalismo a comunismo. Mas, depois disso, especialmente nos anos de 1926 a 1929, a situação para a Igreja no México ficou difícil, gerando mobilizações no exterior, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. No último caso, os católicos se envolveram numa série de atividades de assistência a mexicanos exilados e também de pressão no Congresso e no Executivo para que as autoridades condicionassem reconhecimento e apoio ao governo mexicano à resolução dos problemas entre Estado e Igreja, conforme se vê no já citado trabalho de Vinca.

A perseguição ao clero e aos fiéis católicos no México foi intensamente combatida pelo papa Pio XI, que, em vários momentos se referiu à mesma.<sup>421</sup> No final dos anos 30, depois de serenadas as tensões maiores, o México tornou-se para a Igreja Católica um símbolo da perseguição e passou a figurar em encíclicas que se referiam ao problema do

---

<sup>420</sup> Idem, p. 309.

<sup>421</sup> As encíclicas que Pio XI dirigiu ao México foram: *Paterna sane*, em 1926; *Iniquis afflictisque*, também em 1926; *Acerba animi*, em 1932; e *Firmissimam constantian*, em 1937.

comunismo, como é o caso da *Divini Redemptori*, que Pio XI escreveu em 1937, no contexto da Guerra Civil Espanha, tratando especificamente do “comunismo ateu”.

Essa encíclica trata dos casos de perseguição à Igreja, entendendo-os como uma das funestas conseqüências da aplicação da doutrina comunista, a qual seria difundida por meio de propaganda bem organizada e sedutora e teria seu caminho preparado pelo liberalismo. Como se vê no trecho abaixo, o nome do México aparece ao lado daquele da Rússia:

“...Onde quer que os comunistas conseguiram radicar-se e dominar - e aqui pensamos com particular afeto paterno nos povos da Rússia e do México - aí, como eles próprios abertamente o proclamam, por todos os meios se esforçaram por destruir radicalmente os fundamentos da religião e da civilização cristãs, e extinguir completamente a sua memória no coração dos homens, especialmente da juventude. Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados, fuzilados ou trucidados de modo desumano; simples leigos tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões”.<sup>422</sup>

Pio XI também se refere à Espanha. “Não é esta ou aquela igreja destruída, este ou aquele convento arruinado; mas, onde quer que lhes foi possível, todos os templos, todos os cláustros religiosos, e ainda quaisquer vestígios da religião cristã [. . .]. E não se limitou o furor comunista a trucidar bispos e muitos milhares de sacerdotes, religiosos e religiosas [...] mas fez um número muito maior de vítimas em leigos de todas as classes.”<sup>423</sup>

A referência ao México e à Espanha não constava apenas de encíclicas. É possível vê-la em outras fontes católicas, na segunda metade da década de 1930, época em que a ameaça do comunismo tomou dimensões maiores no Brasil, com os fatos que ficaram conhecidos como Intentona Comunista. O Boletim *Unitas*, órgão oficial de divulgação da arquidiocese de Porto Alegre, reproduziu nos anos de 1936, 1937 e 1938 pronunciamentos de D. João Becker que faziam conexões entre comunismo, México e Espanha e se concentravam no tema da perseguição do Estado à Igreja.

---

<sup>422</sup> PIO XI. *Divini Redemptoris*. São Paulo: Edições Paulinas, 1965. p. 16, parágrafo 20.

Os anos 1930 foram também período fértil para a reconquista do espaço da Igreja no Brasil. Uma grande mobilização da Liga Eleitoral Católica, em vista da elaboração da nova Constituição (promulgada em 1934), garantiu com que fossem reconhecidos os “direitos católicos”.<sup>424</sup> A Igreja, no Brasil, ganhava novos espaços, garantidos por lei e promovia manifestações públicas para mostrar o próprio vigor tanto para o governo quando para os que a ela quisessem se opor.

Um exemplo disso foi a realização do II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, em 1936. A reunião de grandes multidões de fiéis nessas ocasiões, bem como a concentração dos olhares das autoridades, faziam com que esses momentos fossem utilizados, entre outras coisas, como tribuna para o combate ao comunismo. E o nome do México seguidamente aparecia relacionado à necessidade desse combate. O mesmo aconteceu no transcorrer do Congresso Eucarístico Internacional, na Hungria, em 1938. Serão apresentadas e analisadas, a seguir, falas de D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre, relacionadas com estes dois Congressos.

Em pronunciamentos transcrito no boletim *Unitas*, D. João Becker, no ano de 1936, situou o perigo comunista na Espanha e na Rússia, mas alertou que se as “hordas soviéticas” estabelecessem o seu regime em toda a Europa, América e Brasil, “a Igreja Católica (...) novamente implementaria, como tantas vezes tem feito, o reino de Cristo no meio dos povos contritos e das nações desiludidas”<sup>425</sup>. No mesmo ano, o arcebispo tinha chamado a atenção aos fiéis - através de uma Carta Pastoral - sobre o martírio de católicos: “no México e na Espanha não somente morreram muitos católicos, mas também numerosos sacerdotes e bispos conquistaram a palma do martírio”<sup>426</sup>. A justificativa para a escrita desta Carta Pastoral, intitulada *Ao clero católico*, englobava a crise moral e o comunismo:

“O respeito pela família, pela propriedade, pela dignidade humana e pela legítima autoridade está abalado em suas bases. A ordem social cristã ameaça ruir aos

---

<sup>423</sup> Idem.

<sup>424</sup> O nome de Deus é invocado no preâmbulo da Constituição, ela garante o casamento indissolúvel, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a possibilidade de prestação de assistência religiosa às Forças Armadas. De acordo com: BEOZZO, José Oscar. Op. cit.

<sup>425</sup> *Unitas*, n.9,10, set., out. 1936, ano XXIII, p. 261.

<sup>426</sup> Idem, p. 433.

contínuos golpes que, sistematicamente, lhe são vibrados. E o que mais grave torna essa crise moral, que atravessa as sociedades modernas é a sua extensão. Ela não se circunscreve apenas a uma nação, mas envolve-as todas, estende-se até os povos cristãos onde o comunismo russo atíça a revolta contra toda a lei, ensina o desprezo a toda a autoridade radicada nos preceitos de Cristo e o ódio a toda sujeição divina.”<sup>427</sup>

No ano seguinte, 1937, D. João justificou a necessidade de uma nova Carta Pastoral, que ele nomeou de *Imperativos da Atualidade* frente aos fatos que aconteciam na Rússia, no México e na Espanha: “O materialismo ateu, no combate iníquo a todas as instituições cristãs, implanta a anarquia e o despotismo sangüinário na Rússia, no México, na Espanha e em outros países”.<sup>428</sup> E ainda, “os tristes efeitos do mal já aparecem em muitos países, tais como o México, a Espanha e especialmente a Rússia, que foi escolhida, a dizer assim, para campo de experiência das novas doutrinas”.<sup>429</sup>

Alguns meses antes da realização do Congresso Eucarístico Internacional, na Hungria, em maio de 1938, d. João afirmou que as solenidades do Congresso - que iriam levar à rua os símbolos católicos - eram necessárias frente aos sacrilégios que vinham ocorrendo na Rússia, na Espanha e no México onde “violam-se templos e tabernáculos, martirizam-se e matam-se sacerdotes, monjas e fiéis; Cristo e a religião são arrancados, por mãos celeradas do coração da juventude, e propaga-se cru e brutal ateísmo pelos poderes públicos.”<sup>430</sup>

Vê-se que, na avaliação de d. João, a “atualidade” - anos 1936, 37, 38 - tinha como marca a crise moral das sociedades modernas.<sup>431</sup> Essas sociedades - e entre elas estava o Brasil - estariam sendo abaladas em suas bases: na família, na propriedade, na dignidade humana e na legítima autoridade. Tal crise era vista como sendo extensa e em contínua

---

<sup>427</sup> Idem, p. 200.

<sup>428</sup> *Unitas*, n. 7, 8, jul., ago., 1937, ano XXIV, p. 206.

<sup>429</sup> Idem, p. 271.

<sup>430</sup> *Unitas*, n. 1,2,3, jan., fev., març., 1938, ano XXV, p. 60.

<sup>431</sup> Isaia, em trabalho já citado, mostra que o tema da crise moral estava presente nos pronunciamentos de de D. João Becker.

expansão de tal forma que o resultado dela estaria fazendo com que até os povos cristãos - como os espanhóis e os mexicanos - fossem atingidos pelo comunismo russo.

Parece, então, que esta avaliação demarca dois momentos particulares do avanço do comunismo: o primeiro, no qual se desencadeia uma crise moral em que os valores da família, da propriedade, da religião e da autoridade são questionados; e o segundo, quando se dá a instalação completa de um regime marcado pela violação dos símbolos católicos, pelo assassinato de padres, pela pregação do ateísmo por parte dos poderes públicos. O Brasil estaria vivendo a primeira fase. O México e a Espanha, a segunda. Tal interpretação está de acordo com a lógica presente em certas encíclicas segundo as quais o avanço da secularização, do laicismo e do liberalismo seriam passos iniciais para o posterior sucesso do comunismo.

Evitar a chegada desta segunda fase seria uma das tarefas primordiais da Igreja Católica. Segundo o arcebispo de Porto Alegre, somente a Igreja poderia restaurar, entre as nações, o reino de Cristo. Daí a importância de leis que fossem simpáticas à instituição nas Constituições dos países. Pode-se comparar a Constituição de 1934 no Brasil, com a de 1917 no México, e com a de 1931 na Espanha.<sup>432</sup> Dentro da lógica apresentada, enquanto a primeira dava passos para “a restauração do Reino de Cristo”, as duas últimas abriam caminho para o “avanço do comunismo”.

Vê-se, então, que o México e Espanha ganharam lugar central nos argumentos católicos sobre o comunismo, durante a década de 1930. A segunda metade da década foi marcada pela Guerra Civil Espanhola. Na Espanha, a queima de igrejas foi intensa durante os anos da Guerra. Segundo Thomas, “150 igrejas foram totalmente destruídas, 4.850 danificadas, das quais 1.850 destruídas pela metade ou mais”.<sup>433</sup> O mesmo autor considera que aquele foi um momento de ódio apaixonado à religião e às suas obras. A Igreja representava o conservadorismo e durante a Guerra - em praticamente toda a Espanha - se

---

<sup>432</sup> Já na Constituição espanhola de 1834, a Igreja Católica teve suas terras confiscadas e reduzido o seu poder político. Os padres das aldeias passaram a ser pagos pelo Estado. A Carta de 1931, por sua vez, definia que os padres só seriam pagos por mais dois anos. As ordens religiosas deveriam ser registradas no Ministério da Justiça e poderiam ser dissolvidas se consideradas perigosas ao Estado. Elas deveriam submeter anualmente a esse as suas contas. A Constituição permitia o divórcio e praticamente proibia a instrução religiosa, além de exigir que as manifestações públicas religiosas passassem por uma aprovação oficial. De acordo com: THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, v. I, p. 26, 63 e 64.

aliou com as forças nacionalistas. Quando as tropas de Franco alcançaram seu último objetivo, o papa Pio XII telefonou ao Generalíssimo parabenizando-o “pela vitória da Espanha Católica”.<sup>434</sup>

No que diz respeito às denúncias feitas pela Igreja a respeito de perseguições, violência, assassinatos, destruição de templos em momentos particulares da história do México e da Espanha, não se pode dizer que elas tenham sido inventadas. Mas, no discurso católico, muitas nuances se perderam e parece que não fazia sentido - ou não era possível - distinguir quais eram os grupos e projetos políticos envolvidos nas lutas, e qual era o lugar do comunismo nisso tudo. O caso da Espanha é exemplar: entre os republicanos havia trotskistas, socialistas, comunistas, anarquistas, social-democratas. As queimas de igrejas eram encabeçadas geralmente pelos anarquistas e não pelos comunistas. O México, no momento em que as leis anticlericais foram colocadas em vigor - no período no qual o padre Pró foi fuzilado - não era governado por comunistas.

De qualquer forma, a Igreja Católica estava sendo alvo de restrições e perseguições por parte de Estados que tinham tolerância, alguma proximidade com os comunistas e, às vezes, simpatia por eles. Durante a Guerra, na Espanha, comunistas estiveram no poder. Então, havia perseguições e havia comunistas ou grupos com posturas anticlericais. Os grupos no poder - ou tentando se manter no poder - almejavam construir sociedades novas nas quais os “direitos da Igreja” não seriam respeitados. O que se poderia esperar da instituição senão a denúncia desses fatos e a canalização dos mesmos para a manutenção de um *status* que estava em perigo? Nessa luta para se manter - e na forma como ela foi interpretada - todas as nuances foram desaparecendo, as relações causais tornaram-se extremamente simples e restaram equações como as que seguem:

México + Espanha = perseguição à Igreja e sociedade sem Deus

Sociedade sem Deus = Comunismo

Comunismo = México e Espanha X Igreja Católica

---

<sup>433</sup> THOMAS, Hugh. Op. cit., v. II, p. 339.

<sup>434</sup> Idem, p. 335.

Portanto, a leitura que esses entrevistados fizeram da história do padre Pró como um herói anticomunista faz sentido nesse meio, apesar do livro - que eles ouviam ser lido no seminário - fazer poucas referências ao comunismo. Há que se levar em conta também que durante muitos anos os padres jesuítas estiveram à frente de seminários no Rio Grande do Sul e formaram várias gerações de novos sacerdotes, que possivelmente tiveram acesso a informações e histórias sobre a perseguição à Igreja como um todo e, especificamente, sobre casos como o do pe. Pró, que também era um jesuíta. Meus entrevistados, pe. Firmino, Holmes, Guerino e Nelson tiveram em sua formação professores jesuítas, nos seminários de Santa Maria, de São Leopoldo e Viamão. Pe. Holmes, por exemplo, conta que teve 16 anos de educação jesuítica em Santa Maria, São Leopoldo, Viamão, e na Universidade Gregoriana em Roma.

Um último ponto que merece destaque é o lugar do martírio no imaginário católico. Numa situação de perseguição e clandestinidade como a vivida pelos católicos no México, o martírio se colocava como uma possível - e talvez única - saída para alguns. Seria interessante poder percorrer com mais profundidade o caminho da transformação do pe. Pró num mártir e de como isso foi acoplado ao discurso anticomunista. Em obra escrita em 1936 pelo jesuíta norte-americano Wilfrid Parson, e intitulada *Martírio mexicano*, que relata as situações de perseguição à Igreja entre 1926 e 1936, há um capítulo reservado ao padre Pró.<sup>435</sup> Nele são transcritas cartas que teriam sido escritas pelo padre, e que têm uma série de pontos em comum com aquilo que se pode ler em *Despistou Mil Secretas*. O mesmo acontece em obra publicada em 2001, escrita nos Estados Unidos sob o ponto de vista católico e que trata dos mártires católicos do século XX.<sup>436</sup> O primeiro capítulo é reservado ao padre Pró. Não há no relato referências a comunismo no México, apenas a socialismo, quando o autor classifica de socialista a Constituição de 1917, que seria a primeira constituição socialista do mundo, anterior mesmo à soviética.<sup>437</sup> Há um comentário sobre a capacidade que Pró tinha, enquanto estava na Bélgica e mantinha relações com a Juventude

---

<sup>435</sup> PARSONS, Wilfrid, S.J. Fater Pro. In: *Mexican Martyrdom*. New York: The Macmillan Company, 1936, p. 41 a 53.

<sup>436</sup> ROYAL, Robert. Miguel Pro and the Mexican Tragedy. In: *The Catholic Martyrs of the Twentieth Century: a comprehensive world history*. New York: Crossroad Publishing Company, 2001, p. 15 a 42.

<sup>437</sup> Idem, p. 15.



Operária Católica (JOC), de reconhecer o zelo admirável cultivado por comunistas e socialistas, apesar dos erros que via nos dois sistemas”.<sup>438</sup>

O caso do padre Pró também é mencionado, de passagem, em texto publicado em 1968 por Robert Vica e que trata da posição dos católicos norte-americanos em relação às perseguições religiosas no México. O autor informa que ao mesmo tempo em que o Embaixador norte-americano tinha um almoço com o presidente Calles, acontecia a execução do mártir jesuíta, pe. Miguel Pró, o que fez aumentar as críticas dos católicos ao governo mexicano, nos dois países.<sup>439</sup>

A questão do martírio apareceu também nos relatos dos padres entrevistados, que lembram de ter lido ou ouvido histórias sobre isso nos anos de estudo no seminário, como será visto adiante.

### **6.3 - A comunidade dos seminaristas católicos e a recepção do anticomunismo**

Voltando para pe. Firmino, pe. Holmes, d. Laurindo, pe. Guerino e pe. Nelson. As lembranças deles devem ser situadas dentro de quadros sociais e temporais dos quais fizeram parte também os posicionamento do papa Pio XI bem como os de d. João Becker no que se refere ao tema do comunismo e ao lugar que o México e a Espanha ocuparam na memória da instituição. Os cinco entrevistados foram sujeitos parciais do processo de construção, difusão e recepção de um imaginário anticomunista, no qual México e Espanha tinham um lugar reservado.

Estou encarando esses cinco padres entrevistados como destinatários e receptores do discurso católico anticomunista. A sua situação enquanto seminaristas os colocava nessa posição. E o próprio livro *Despistou Mil Secretas*, dá uma série de indícios sobre quem

---

<sup>438</sup> Idem, p. 28. O mesmo autor dedica um capítulo, o quinto, à Espanha. Em *Spanish Holocaust*, Royal relata as violências contra os católicos levada a efeito na Espanha durante o governo republicano e a Guerra Civil. Defende a postura da Igreja e sua aproximação aos nacionalistas, além de argumentar que Franco não era fascista. O autor propõe fazer uma análise não ideológica da Guerra Civil, mas a tônica geral do relato é a crítica aos republicanos. Faz, no entanto, distinções entre grupos de compunham o campo republicano. Admite que o comunismo era apenas um dos múltiplos fatores das perseguições anticlericais e que o movimento anarquista tinha um papel central nelas. Cita também os trotskistas e maçons que desenvolveriam uma campanha usando o tema da Inquisição espanhola. (p. 123) Finalmente, Royal faz relações entre a situação do México, da Rússia e da Espanha, concluindo que a perseguição religiosa foi mais intensa no último país.

seriam seus leitores-alvo. O exemplar que chegou às minhas mãos faz parte da quarta edição que é de 1961 e conta com 40 mil exemplares. Ele foi impresso com o apoio da arquidiocese de Porto Alegre, bem como da Ordem dos Jesuítas. Ele apresenta o *Reimprimatur* do bispo auxiliar e vigário geral da arquidiocese, D. Edmundo Kunz, bem como a aprovação do censor da mesma, Mons. Nicolau Marx e a aprovação do provincial dos Jesuítas, pe. João B. Sehnem. O livro conta com 140 páginas e algumas ilustrações. Faz parte da coleção “Em busca de um ideal” que, segundo nota introdutória do pe. Reinaldo Wenzel, S. J., vem despertando “crescente interesse na Mocidade Brasileira (...) A juventude tem compreensão de ideais alevantados. Deseja e tem direito à leitura boa e sadia. (...) É néscio vedar o livro mau sem dar o bom. Daí urge a formação de leitores sadiamente modernos...”. O autor, Afonso de Santa Cruz, padre jesuíta, na época da publicação, trabalhava com a Juventude Estudantil Católica, em Curitiba.

Se essas palavras permitem concluir que os jovens católicos em geral eram os principais destinatários do livro, também é possível inferir que ele tenha sido especialmente dirigido aos seminaristas. Note-se a forma como a obra trata da vocação para o sacerdócio. Ela descreve os passos seguidos pelo pe. Pró para descobrir sua vocação sacerdotal, para assumi-la e para honrá-la. Os jovens leitores da obra deveriam ser tocados por esta experiência particular e transferi-la para o seu próprio cotidiano. Note-se também a referência dos meus entrevistados à obra sendo lida no seminário. Além disso, o livro constrói a imagem de um “padre revolucionário”, aquele que vive numa situação de perseguição, mas que consegue, assim mesmo, dar conta do seu trabalho de catequizar, confessar, dar a comunhão, pregar, etc. O padre que foi sendo construído dentro de uma família temente a Deus e à Nossa Senhora; uma família na qual a mãe tinha um papel de destaque, sempre zelando pela disciplina e pela fé dos filhos.

Por outro lado, e em muitos outros momentos, estes receptores do discurso anticomunista católico podem ter assumido o papel de produtores do mesmo, na medida em que o difundiam e a ele ajuntavam argumentos construídos a partir de suas memórias, experiências, leituras, análises, etc. Isso é para deixar claro que não estou fazendo uma distinção rígida - no seio da Igreja Católica - entre produtores e receptores como se ao

---

<sup>439</sup> VINCA, Robert H. Op.cit., p. 302.

primeiro grupo pertencesse o clero e ao segundo, os leigos. Mesmo que o clero tenha mais estrutura para se posicionar como produtor, em certos momentos, ele assume o lugar de receptor. Os leigos podem assumir o papel de produtores tanto quando se pensa em termos de intelectuais católicos quanto na mãe de pe. Laurindo que passou aos filhos as informações sobre o comunismo, mesmo que nebulosas.

Aqui, tento captar a leitura do ponto de vista dos receptores, como adolescentes e jovens que foram, e que passaram por um processo educacional do qual faziam parte ingredientes anticomunistas. Mas eles também respondem a partir de uma experiência muito mais ampla que aquela do tempo do seminário. Levados pelos meus questionamentos se colocam no papel de receptores, mas também falam levando em conta o que veio depois disso e talvez levando também em conta o fato de terem sido produtores e difusores desse mesmo anticomunismo, ou de alguma de suas variações.

As histórias e trajetórias dos cinco padres permitem pensá-los como membros de uma mesma “comunidade”<sup>440</sup>, caracterizada por práticas e leituras em comum. Desde os anos em que pe. Firmino entrou no seminário até aqueles em que o pe. Nelson fez o mesmo, continuou existindo a prática da leitura durante as refeições. E entre estas leituras estava a da história do pe. Pró. Pe. Firmino, no entanto, não pôde ter ouvido a leitura do *Despistou Mil Secretas* no seu tempo de seminário pois a primeira edição deste livro foi de 1954 (ele foi ordenado em 1947). Isso significa que devia existir outro livro contando a mesma história e seguindo uma lógica que permitisse aos leitores concluir que seus assassinos tinham sido os comunistas. Ou, que ele teve acesso ao livro em época posterior à sua formação seminarística.

Essa “comunidade de imaginação” se tornava mais unida na medida em que via a necessidade de se solidarizar com outros membros - ainda que desconhecidos - mas que estavam sendo perseguidos, presos e mortos no México, na Espanha, na Rússia e em todos os países onde o comunismo estivesse no poder. Parece ter sido essa a sensação vivida. E isso fica mais evidente na lembrança de padre Nelson sobre a fila de espera na biblioteca para ler o livro do padre Pró, bem como quando ele fala que o padre mexicano era um

---

<sup>440</sup> Aqui estou me inspirando em Benedict Anderson e suas “comunidades imaginadas”, utilizadas na explicação do surgimento das nações e nacionalismos a partir do final do séc. XVIII. ANDERSON, Bendict. *Imagined Communities: Reflexions Upon the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1980.

modelo e que os seminaristas ambicionavam ser como ele. E o martírio pode ter sido visto como o máximo de doação a ser ambicionado.

Até hoje, a formação dos futuros padres se dá num longo período de tempo.<sup>441</sup> Na época em que meus entrevistados estavam se formando eles geralmente freqüentavam o Seminário Menor onde eram feitos os últimos anos do que hoje se denomina ensino básico e todo o médio. O passo seguinte era desenvolvido no Seminário Maior onde os rapazes freqüentavam os cursos de Filosofia e Teologia. Isso no que se refere ao clero diocesano ou secular submetido às ordens do bispo de cada diocese.

Os membros de clero regular, pertencentes a diferentes congregações e ordens, como foi o caso de d. Laurindo, membro da Congregação dos padres Carlistas tinham suas próprias casas de formação, o que não impedia que muitos deles fossem educados em seminários do clero secular como acontecia no Seminário Maior de São Leopoldo e depois de Viamão. Em termos de estrutura, eles davam basicamente os mesmos passos que os colegas diocesanos, terminando os estudos secundários e fazendo os cursos de Filosofia e Teologia. Podia diferir muito, no entanto, a orientação dada a estes estudos e cursos. O perfil dos futuros padres dependeria em muito de quem eram seus professores no Seminário. Durante muito tempo o clero diocesano do Rio Grande do Sul teve como seus professores os padres jesuítas. E isso pode ser sentido nas falas da maioria dos entrevistados.

Mas, o que interessa aqui é mostrar que os seminários católicos eram espaços privilegiados onde os alunos podiam - ou deviam - desenvolver o hábito da leitura, onde o tema do comunismo era tratado, às vezes no seio de pregações anticomunistas e outras vezes como uma questão em disputa. A partir daqui, além das lembranças e análises dos cinco padres acima citados, serão utilizadas aquelas de outras quatro pessoas, alguns dos quais padres e outros leigos, mas que passaram pela experiência de seminário.

Assim, também estarão fazendo parte da narrativa que segue, os padres Moisés Mocelin,<sup>442</sup> e João Gheno Netto,<sup>443</sup> juntamente com os professores Alceu Salomoni<sup>444</sup> e

---

<sup>441</sup> Conforme se depreende do conjuntos das entrevistas realizadas com membros do clero.

<sup>442</sup> Entrevista com o padre Moisés Mocelin realizada em Passo Fundo por Carla Simone Rodeghero em 22 de abril de 1999.

<sup>443</sup> Entrevista com o padre João Gheno Netto, realizada em Carazinho, no dia 4 de maio de 1999 por Carla Simone Rodeghero.

Jandir Zanotelli,<sup>445</sup> que foram seminaristas. Pe. Moisés Mocelin nasceu em Espumoso, então distrito de Tapera, em 1929. O padre Gheno, nasceu numa família de italianos, seu pai era analfabeto, e sua mãe “sabia um pouco de italiano, sabia ler um pouco de italiano. Só foi em escola italiana”. Os avós vieram da Europa e se instalaram em Guaporé. Gheno nasceu em Encantado, mas cresceu numa localidade chamada São Valentim, próximo a Erechim. Alceu Salomoni, hoje professor da Universidade Católica de Pelotas, nasceu na metade da década de 1940, em Frederico Westphalen, que pertencia a Palmeira das Missões. Seus pais são pequenos agricultores de descendência italiana. Alceu estudou no Seminário de Santa Maria e depois cursou um semestre de Filosofia no Seminário de Viamão, em 1963. Posteriormente fez o curso de Serviço Social, na PUC em Porto Alegre, onde ficou morando. Foi membro da JUC e da AP. Pontos semelhantes podem ser vistos na trajetória de Jandir Zanotelli, também professor da Católica de Pelotas. Ele nasceu na mesma época, na localidade de Jacarezinho, município de Encantado; frequentou o Seminário de Erechim desde 1952 e concluiu os cursos de Filosofia e Teologia no Seminário de Viamão, em 1964; foi presidente do Diretório Acadêmico criado no referido Seminário. Por intermédio do Diretório e da JUC participou de atividades da UNE e da UEE antes do golpe de 1964. Tem mestrado e doutorado em Educação.

Alguns dos entrevistados lembram de pregações anticomunistas e de leituras neste sentido já no Seminário Menor. A maioria deles se refere ao de Santa Maria. Aí eles teriam começado a conhecer que estava em curso uma luta entre Igreja e comunismo, uma das configurações da luta entre o bem e o mal. A importância de tal tema parece ter sido mais marcante em uns do que em outros. A lembrança das leituras feitas no refeitório se mostrou muito forte. No caso da leitura individual, o que transpareceu em vários casos foi o confronto entre a leitura obrigatória e aquela feita às escondidas. Os relatos também se referem à disciplina que reinava nos seminários.

Pe. Holmes, por exemplo, conta que no seminário se lia uma revista chamada *O mensageiro do Sagrado Coração de Jesus* que era ligada ao Apostolado da Oração, o qual

---

<sup>444</sup> Entrevista com Alceu Salomoni realizada na Universidade Católica de Pelotas, por Carla Simone Rodeghero, em 22 de setembro de 1999.

<sup>445</sup> Entrevista com Jandir Zanotelli realizada na Universidade Católica de Pelotas, por Carla Simone Rodeghero em 23 de setembro de 1999.

era coordenado pelos jesuítas em todo o Brasil. Lembra que os livros que mais ficaram gravados em sua memória foram aqueles lidos no refeitório e cita entre eles um sobre regras de civilidade, outro sobre mártires, um sobre a Guerra Civil na Espanha e o *Despistou Mil Secretas*.

Pe. João Gheno Neto, questionado a respeito das leituras feitas no seminário de Santa Maria, conta que "naquele tempo, naquele ambiente sacral, antes do Concílio, então quase todas as leituras se cifravam dentro da Igreja, os santos... Esse era nosso, nosso ambiente, então no refeitório, durante as refeições, a gente não conversava." No domingo ao meio-dia se podia conversar. Entre as leituras do refeitório havia uma de boas maneiras. "Se lia um livro de boas maneiras. Como pegar o garfo, guardanapo, limpar a boca. Aquela, aqueles livros que existem sobre boas maneiras, sentar, cumprimentar." Isso seria necessário pois "a maioria era filho de colonos, aquelas coisas a gente não sabia. Ao meio dia era leitura de jornais de notícias que os padres sublinhavam. Por acaso eu era o leitor. Era um grupo enorme que tinha naquele tempo, tinha voz boa." Sobre as notícias de jornal ele conta:

"Acho que era o *Correio do Povo*, ou o *Diário de Notícias*, tinha *A Razão*, de Santa Maria. Então o padre assinalava aqueles trechos para ler. Primeiro se lia o martiriológico, os santos do dia, a biografia do santo do dia. E de noite, geralmente era história, meio de aventura. Era assim pra fantasia, era fantasia. Mas a gente lia algum livros escondidos, livros..."

Os livros que se liam às escondidas não eram, segundo ele, "livros de porcaria", mas de ficção. Pe. Gheno continua "me lembro agora um livro, um livro lá que dizia que homem podia ir à lua, mas era ficção, do trem que andava sobre só uma roda, o trem um dia podia andar sobre uma roda. Lia aquelas coisas meio escondida. Então toda leitura era disciplinada pelos padres." A biblioteca do seminário era controlada pelo padre que "tinha a chave para entregar os livros adequados às pessoas." Os livros que se liam às escondidas passavam de um aluno para outro. Não eram proibidos no sentido moral, mas sim porque poderiam ocupar o tempo de estudo. A forma de driblar a vigilância era a seguinte: "muita

gente pegava, abria o livro de estudo e ajeitava um outro livro para ficar lendo outra coisa (risos)”.

As notícias lidas, ainda segundo pe. Gheno, eram sobre a Guerra pois "era o tempo da Guerra, 39 - 45, tempo da guerra, geralmente era só ... e aqueles padres todos eram daquela região. Matavam irmãos deles, matavam pais deles, sobrinhos deles, vinha notícia. Tudo metido na guerra."

Referindo-se agora ao Seminário Maior, em São Leopoldo, onde havia uma biblioteca imensa, pe. Firmino também conta sobre leituras proibidas. Entre os livros que eram lidos às escondidas estavam romances de autores brasileiros como Jorge Amado. Conta que se os alunos fossem pegos lendo isso poderiam até ser expulsos. Também lembra de algumas leituras feitas no refeitório que versavam sobre temas como os Muckers, vidas de santos, e cita especificamente a vida de São Luiz Gonzaga.

No que diz respeito à disciplina, pe. Moisés conta algumas histórias sobre Santa Maria. O seminário "era um regime antigo, muito, muito militarizado.(...) É, inclusive foi no começo da guerra: se comia sem sal, não tinha sal, faltou luz por causa que faltava gasolina, aí todos os caminhões, coisas começaram a usar gás pobre. E daí fiquei até quarenta e nove no seminário em Santa Maria”. Nesse ambiente

"tudo era muito exigido e tudo cronometrado, o horário desde o levantar até deitar, tudo.(...) Então se tinha uma hora vaga, tinha recreio. Às vezes jogo de futebol duas vezes por semana só.

C<sup>446</sup> - O senhor fez muitos amigos lá?

M - É se tinha amigos, sim. Mas não não é assim tantos não, porque era repartido em três divisões, assim: pequenos, médios, grandes, então cada um tinha sua fila, seu lugar, sua estante, cada um tinha, cuidava...’

Vê-se então, que havia horários muito rígidos, uma hora vaga por dia, jogo de futebol duas vezes por semana, os alunos - que ao todo eram cerca de trezentos - estavam divididos em pequenos, médios e grandes, cada um com sua fila, seu lugar, sua estante.

---

<sup>446</sup> C - Carla; M - pe. Moisés.

Mesmo com toda essa rigidez, Moisés parece ter guardado uma grande admiração pelos jesuítas que foram seus educadores tanto em Santa Maria quanto em São Leopoldo.

"Ah, eram só os jesuítas. Eles eram infinitamente inteligentes. Eu, por exemplo, tive um professor de geometria, trigonometria, ele tinha sido professor do imperador da Áustria, e o dirigente de canto padre Frederico Malte ele tinha sido dirigente da orquestra imperial, era um músico fabuloso. [. . .] Eles ensinavam quem tinha capacidade, ensinavam muito musica, inclusive tinha coro, sim, tinha no seminário já, assim coro misto essas coisas, e faziam também teatro uma ou duas vezes por ano. Ali no seminário é era era gostoso pra época. [. . .] E daí em quarenta e nove terminou o ginásio, e daí foi pra São Leopoldo iniciar filosofia, três anos de filosofia e..."

Uma história contada por D. Laurindo revela a presença do anticomunismo no imaginário daqueles adolescentes que estavam se preparando para ser padres. O bispo conta que havia um primo seu - que era colega no Seminário dos Carlistas em Nova Bassano - o qual havia se proposto a matar Stalin.

"então, por exemplo, a Rússia, o Stalin era o terror da Rússia. Eu lembro, só pra te dizer um pequeno detalhe, que em 1952, eu estava em Nova Bassano e eu tinha um primo meu que estava comigo. Aí, numa certa altura ele resolveu desistir, por questões dele, e quando ele me disse, eu fiquei muito chateado, porque no fim das contas eu acreditava nessa caminhada e teria gostado de vê-lo junto. E ele me disse assim: 'eu vou matar o Stalin! (risos) Depois, quem sabe, eu ainda volte'. Mas, queria dizer, ele tinha que se alistar, devia fazer o Exército. Então, como uma coisa grande que ele pretendeu, ia matar o Stalin. (...) Quer dizer, isso era o ambiente quando nós tínhamos 17, 18 anos. A gurizada pensa nas coisas de uma maneira. Mas, isso faz entender como, no nosso ambiente de Seminário, houvesse esta dimensão."



Isso não significa afirmar que a formação recebida levava os alunos a vislumbrarem esse tipo de ação. Mas o vigor da juventude junto com a pregação ouvida tornava possível este propósito. Jandir Zanotelli que estudou por vários anos no Seminário de Erechim, pertencente à Diocese de Passo Fundo, desmembrada daquela de Santa Maria no começo da década de 1950, conta outros fatos que mostram a presença do anticomunismo neste meio.

“C<sup>447</sup> - Vocês tinham algum tipo de leitura a esse respeito? Vocês liam algum jornal?

J - Bom, em Erechim, depois que eu fui estudar em Erechim, no Seminário. O Seminário de Erechim foi inovador nesse sentido mas ele era romanizado da cabeça aos pés. Eu me lembro que a festa de São Pedro e São Paulo, que é a festa do papa, em 29 de julho, a idéia de que as portas do inferno não prevalecerão sobre a Igreja e simbolizado em Pedro que era a pedra, a rocha inquebrantável, aquela coisa toda. Essas forças do inferno, quem são as forças do inferno? O comunismo. Era evidente que era o comunismo. Não tinha nem ... Eu me lembro que inclusive, os padres faziam, contavam isso como proeza e a gente não sabia distinguir.”

O mesmo Jandir mostra como o Seminário de Viamão, no começo dos anos 60, acabou se transformando num espaço onde a questão do anticomunismo não era tão pacífica assim. Já havia diferentes posições e disputas em torno dela. A experiência dele foi a de dirigente do Diretório Acadêmico do curso de Filosofia e daquele do curso de Teologia. Assim explica suas funções:

“Organizar os alunos para que eles pleiteiem juntos reformas necessárias em educação, inclusive dentro de casa, participar da União Estadual de Estudantes, UEE e da UNE naquela época, isso era um coisa diferente naquela época, completamente diversa. Viamão abriu um caminho para a possibilidade de pensar um socialismo mais profundamente, muito forte. Aí você pega, por exemplo, nós

---

<sup>447</sup> C - Carla; J - Jandir.

começamos a estudar a obra, naquela época como é que se estudava Marx? Não se tinha acesso a *O Capital*, à obra *O Capital* não se tinha acesso, mas tinha alguns pedaços d'*O Capital* e obras como o Vetter, por exemplo. Era uma obra de interpretação do Marx, de um jesuíta, que era mais aberta. Ele autor quando interpretava o socialismo, ele mostrava onde é que estavam os problemas do socialismo, o socialismo tinha um ideal que era profundamente cristão, ou eles trabalhavam o ideal cristão de um outro jeito. Qual era o ideal fundamental que ele não aceitava? O materialismo dialético e o materialismo histórico. Ele acentuava isso aí dos pés à cabeça e com as conseqüências todas. E nessa época, quando nós trabalhávamos com a JUC em Porto Alegre, eu percebo cada vez mais, nós trabalhávamos profundamente a possibilidade concreta de um socialismo, de um socialismo cristão.”

Na seqüência questionei como se davam as relações entre a JUC e os comunistas.

E Jandir contou que

“Nós trabalhávamos ... Eles participavam muito dos nossos encontros, por exemplo, de estudo sobre isso. Eles participavam sempre. Nós participávamos da UNE, da UEE. O Arantes quem elegeu fomos nós. Aqui, um dos principais organizadores fui eu. Mas, ao mesmo tempo em que a gente aceitava uma esquerda conseqüente, nós não aceitávamos dois elementos e as conseqüências disso, que eram o materialismo histórico e dialético. [ . . . ] Interpretar tudo como se fosse fisiológico ou físico, então toda a psicologia ia à breca, toda a interioridade ia à breca, não valia nada. E eles eram muito curtos também e muito prepotentes. Então, prepotência com prepotência, no meio de uma discussão dessas, só saía barulho.”

Essa inclinação para o que ele chama de um “socialismo cristão” e que se manifestava na JUC não era compartilhada por todos os alunos do Seminário: “dividia os alunos. Aos poucos foi dividindo, os da direita e os da esquerda. Foram divisões que quase

que naturalmente iam se fazendo. Obviamente que interesses diversos, uns com medo do comunismo, mas outros, afoitos até demais e sem muita fundamentação. Tinha grupos que estudavam bastante.”

Além das divisões, o seminário era visto por Jandir como um espaço onde poderiam acontecer férteis trocas culturais. Mas, também chama a atenção para os problemas provenientes da centralização. O Seminário de Viamão, segundo ele,

“foi criado para reunir seminaristas de todo o Brasil. Nós tínhamos, por exemplo, o Mohana, que era lá do Maranhão; do Nordeste inteiro nós tínhamos gente; de São Paulo, Minas Gerais. [. . .] Então, acabava se criando um intercâmbio cultural muito mais forte. E depois, se queria fazer um só seminário no Rio Grande do Sul, para reunir os melhores professores, a melhor biblioteca, etc., etc. Foi criado para mil e duzentos alunos. O máximo que teve lá não chegou a quinhentos alunos e depois então cada diocese a retirar os alunos e formar núcleos de habitação, outros foram pra PUC, se desmembrou a Teologia também para Passo Fundo. Porque a centralização, ao mesmo tempo, permitia que D. Vicente desse as dicas todas. Então, muita centralização não permitia nenhum trabalho diversificado.”

Finalmente, o relato de Alceu Salamoni que, como Jandir Zanoteli, foi seminarista mas não chegou a ser ordenado padre, retoma elementos já apresentados e traz alguns novos. Mostra como os dois tiveram a oportunidade de viver em Viamão numa época de efervescência política, época em que não se brigava apenas por reformas de base mas também por reformas dentro da Igreja. Talvez o relato deles possa ser tomado como a outra face daquele processo, já comentado em outros capítulos, de preocupação dos norte-americanos com o surgimento e crescimento de uma esquerda católica.

Alceu estudou por vários anos no seminário de Santa Maria e depois, por seis meses em Viamão. Segundo ele, o tema do anticomunismo praticamente não era tocado no Seminário Menor. No Maior, ele se inseria no bojo de discussões mais amplas que envolviam tanto a política em termos estaduais e nacionais, como os movimentos de renovação dentro da Igreja. Daí que Alceu cita questões como a luta pelas reformas de base,

a reforma agrária feita por Brizola no Banhado do Colégio, a Revolução Cubana, as discussões sobre o uso do latim na liturgia, o realismo italiano no cinema, o movimento estudantil, as ligações entre Viamão, UFRGS e PUCRS, a JUC e a AP.

Especificamente quanto ao Seminário Menor: "Eu diria que no Menor, que eu fiz em Santa Maria, fiz o Ginásio e o Científico lá, essa questão do comunismo não era debatida lá porque era uma questão meio sagrada. Ali predominava, de certa forma, eu diria, uma postura ideológica, de que comunismo, era uma coisa, assim, anti-cristã, anti-católica, anti-tudo." Parece que como o comunismo era visto como um "anti-tudo", não haveria sequer a necessidade de discutir o tema: "Até nem havia muita necessidade de no Seminário Menor, essas coisas nem havia uma preocupação, assim, do comando do Seminário em ter que reprimir qualquer coisa, até porque não tinha ambiente e não surgiam essas questões." Penso que também levando em conta a idade dos alunos, e o tipo de ensino ministrado, o anticomunismo tinha menos espaço.

Mas, quanto ao Seminário Maior - Viamão - Alceu caracteriza o período que esteve nele como de efervescência em toda a América Latina, representada pela Revolução Cubana e pelas diferentes interpretações a respeito do que estava acontecendo. Entre os seminaristas apareciam essas interpretações divergentes. Entre os professores, a postura era ainda hegemonicamente contrária. "Professores tinham todos, mais ou menos, a mesma postura, ou ao menos, não se explicitava uma outra postura publicamente". O seminarista estudando filosofia e teologia, mantinha relações com outros estudantes da PUCRS e da UFRGS, estava em contato maior com a sociedade, do que podia ter estado no Seminário Menor:

"Em relação à Revolução Cubana, já dentro do Seminário, se expressaram linhas divergentes, por parte dos seminaristas, particularmente. Eu me lembro de até seminários e isso se deu, junto, também com um ingrediente interessante, junto com, no momento, uma linha do cinema, do realismo italiano, isso também veio com a questão. Então, os seminaristas se envolveram muito no debate da arte, do cinema e por aí entrou também essa questão política. Eu não diria que eu não sentia muito no seminário, eu diria assim, tanto uma repressão, se bem que fiquei

pouco tempo. No Seminário Maior, fiquei seis meses só. Chegou na metade do ano, eu saí. Mas, eu não diria que havia tanta repressão, mas já se configurava bem esse quadro...".

O Seminário de Viamão era sentido por Alceu como um grande espaço de debate e ele não sente que houvesse lá características de repressão. Era um espaço de lutas, nas quais se manifestavam questões políticas e ao mesmo tempo questões internas, como no que diz respeito à hierarquia e à liturgia:

"Entre os alunos, sim, havia o pessoal que contestava não só a questão política, mas contestava, também, todo o processo de hierarquia dentro da Igreja. Onde começou também, já começavam os movimentos contra a liturgia, contra essa liturgia latina, clássica. Então, também, veio no bojo de todo um processo por dentro da Igreja que não era política enquanto política da sociedade, mas política interna da própria estrutura da Igreja. Uma certa contestação da estrutura formal, rígida e hierárquica da própria Igreja. Isso aí um pouco junto."

A questão do latim era um ponto central nesse tipo de contestação:

"Tinha desde a questão do latim, de rezar a missa em latim, do público não entender, toda essa questão (...). Nesse período, minhas aulas, por exemplo, eu falava latim. Era obrigado. E as aulas, todo o curso de filosofia, todas as disciplinas eram dadas em latim. Então, até isso, e como toda a liturgia era em latim. Então, o questionamento que vinha: mas é uma missa pro povo simples entender? Quem é que entende o latim? Até o Evangelho era lido em latim. Tudo era lido em latim. Toda a missa era em latim. O que que não era em latim? O discurso do padre, o sermão. Só. O resto era tudo em latim. Então, na realidade, o que a gente começava a questionar naquela época, e talvez tenha aí uma raiz da postura política, era de que aquilo terminava sendo um espetáculo, onde havia uma platéia assistente passiva e em que a participação era, a bem dizer, nula."

Outro aspecto que marcou a relação entre os seminaristas de Viamão e a sociedade foi um trabalho de educação popular, a partir do método Paulo Freire:

"Houve também um grupo de seminaristas que começou a trabalhar em algumas vilas de Porto Alegre, com populações de baixa renda, trabalhando um pouco a cultura popular. Já começava ali, também a se desenhar e integrar, o método Paulo Freire, e que também esse método começou a ser, vamos dizer assim, estudado por alguns, embora um método bem incipiente, mas que estava, ao menos, com uma proposta, vamos dizer, um pouco revolucionária na área de educação, particularmente na área da educação de adultos."

Dos cinco padres inicialmente apresentados, apenas pe. Nelson, o mais jovem, passou pelo processo descrito por Jandir e Alceu no Seminário de Viamão. Mas, pe. Firmino, o mais velho dos cinco, esteve envolvido em atividades de assessoria a grupos de jovens católicos que tinham preocupações parecidas com aquelas dos seminaristas acima descritas. Ele conta sobre seu trabalho com a Ação Católica em Bagé, no final dos anos 50 e início dos 60:

“Mas, os movimentos de vanguarda da Ação Católica, da JEC [Juventude Estudantil Católica], da JUC, da JAC [Juventude Agrária Católica] já que fermentavam na época - e eu tinha a experiência de Pelotas - aqui foram crescendo. Começavam reuniões aqui nesta casa e o grupo foi crescendo com consciência sobre a realidade brasileira, porque havia encontros regionais, estaduais, nacionais em cima da análise da realidade: ver-julgar-agir e, tal foi o empolgamento da juventude que quando se falavam em agir, eles pensavam até em armas. Uma cançãozinha que cantavam: ‘sabãozinho, sabãozinho, feito de burguês gordinho: vai virar sabão, quando vier revolução’ (Melodia de Jingle bells). Mas, a revolução de esquerda, em prol da justiça, da fraternidade. Até hoje está para acontecer (...). Quer dizer, a palavra revolução era uma palavra chave. E aí começou a haver uma tensão entre os bispos,

os assistentes. Fomos chamados a Porto Alegre, num encontro. Fomos convidados a um encontro com os bispos, no dia que estourou o 31 de março e a tal revolução. Viemos embora, meio fugidos”.

Em outro momento da entrevista, pe. Firmino tocou no tema da aliança entre a JUC e os comunistas para a eleição da diretoria da UNE e da reação dos bispos frente a isso. Segundo ele, os bispos ficaram apavorados. Os colegas sacerdotes, que tinham certa resistência em trabalhar com a juventude, lhe diziam: “não vê o perigo que tem nisso aí?”

Então, se há muitos elementos em comum na formação seminarística dos cinco padres em questão, também podem ser percebidas diferentes formas deles se inserirem em contextos novos, como o do início da década de 1960. Mas, há ainda outro elemento de semelhança entre estes cinco padres: a origem étnica e sócio-econômica. Todos são descendentes de imigrantes italianos, apesar de mãe de pe. Holmes ser descendente de alemães; quase todos são de famílias de pequenos agricultores, que eram fervorosamente católicas. De novo, a diferença está em pe. Holmes, cujo pai era sapateiro. Seria muito diferente, então, a família do padre Pró - descrita no livro - e a de cada um deles? Possivelmente em todas elas a mãe era uma figura de destaque na manutenção da religião.

Uma fala de padre Nelson exemplifica a relação entre este tipo de família e o medo do comunismo. Ele conta que havia uma reação de medo e desassossego quando se ouvia dizer que com o comunismo todos perderiam suas terras e seriam escravos do Estado: “isso batia forte porque nossas famílias eram católicas e agricultoras. Já imaginou um colono perder a terra?”. Na carta onde ele escreve essas impressões, as palavras “católicas” e “agricultoras” aparecem sublinhadas.

Pelo que se tentou mostrar, as memórias desses padres sobre o comunismo e a perseguição à Igreja no México e Espanha, foram construídas dentro de quadros sociais e temporais marcados por preocupações e posicionamentos da hierarquia, pelo sistema de educação nos seminários, pela forma com esse sistema se adequava a questões conjunturais, pela origem étnica e sócio econômica dos entrevistados, pelas lembranças e reflexões sobre lembranças que de alguma forma diziam respeito aos temas comunismo e anticomunismo. É a partir destes quadros que eles, hoje, relembram o medo do comunismo.

## Capítulo 7

### **“Esse tal de comunismo”: comunismo e anticomunismo na memória de um grupo de católicos no Rio Grande do Sul**

Este capítulo visa analisar a recepção do anticomunismo católico tomando como ponto de partida as lembranças de um grupo de leigos da Igreja Católica. Busca entender o que estas pessoas que foram alvos/ destinatários da pregação anticomunista realizada pela Igreja, especialmente por intermédio do trabalho dos padres, lembram hoje sobre o objeto de tal pregação e sobre os resultados da mesma. Quando falo em resultados me refiro muito mais a uma mobilização individual e familiar do que a ações políticas ou organizativas. Isto é, o questionamento central feito a esse grupo de católicos é sobre o que lembram a respeito da pregação contra o comunismo e o que eles sentiam em relação a isso.

Assim, as fontes com as quais este capítulo está sendo construído não permitem fazer um levantamento da sistemática e eficácia do anticomunismo católico em termos de resultados mais amplos como, por exemplo, da sua influência na hora das eleições ou no seio de escolas, sindicatos ou outros grupos. Revelam algo mais fluído mas, também, muito mais concreto que é a experiência pessoal em torno desta questão. E o confronto entre diferentes experiências permite levantar elementos comuns a respeito de como a pregação anticomunista podia “pegar” entre os católicos.

É claro se tratam de entrevistas com poucas pessoas e sem a pretensão de um trabalho comparativo de cunho estatístico. Outras pessoas sendo entrevistadas poderiam levantar diferentes questões e levar a diferentes “resultados”. Como foi feito no capítulo anterior, aqui também serão apresentadas leituras particulares em torno do anticomunismo e



do comunismo. Porém o questionamento sobre porque tal leitura foi possível para este grupo de pessoas será feito adiante, no capítulo 9. Por enquanto, trata-se de mostrar como era visto e combatido “esse tal de comunismo”.

## 7.1 - Os interlocutores

Início com uma breve apresentação das pessoas cujas entrevistas estarão sendo discutidas neste item. Os nomes foram organizados na mesma ordem em que eles aparecem no texto que segue.

Narciso Tesser<sup>448</sup> nasceu em 1919, em Montauri, então distrito de Serafina Corrêa. Seu pai, Cândido, "lidava com negócio de dentista e farmácia. Tinha uma farmácia. (...) Ele fazia de tudo, extraia dente, sei lá, tratava os dentes" e a mãe, Barbarina, era doméstica. Narciso não frequentou escola. Aprendeu a ler depois de casado, tendo o auxílio da esposa. Sempre teve ligações com música. Queria trabalhar com isso mas o pai não permitiu. Foi agricultor por muitos anos. Sua relação com a Igreja passava pela música desde muito cedo. Com nove anos já participava de um coral onde cantava em latim. Narciso faleceu no ano 2000.

Perciliana da Costa Motta e Vitalina da Costa Ribeiro, nascidas respectivamente nos anos de 1918 e 1925 são irmãs, e provém de uma família composta por 12 irmãos, sete homens e cinco mulheres.<sup>449</sup> Vitalina é a mais jovem das mulheres. Os pais se chamavam Basilides Leite da Costa e Urico Pereira da Costa. Moravam na campanha,<sup>450</sup> na fronteira entre o município de Rosário do Sul e o de Alegrete, a 50 quilômetros da cidade. Todos os filhos foram criados na campanha, com exceção de Perciliana que ficou sob os cuidados da avó em Alegrete até completar 14 anos e, depois, que esta morreu, ficou com tia que era, segundo ela, uma “catolicazinha daquelas de antigamente”.

---

<sup>448</sup> Entrevista com Narciso Tesser, realizada no dia 8 de agosto de 1997 por Márcia do Nascimento, em Marau.

<sup>449</sup> Entrevista com Perciliana da Costa Motta e Vitalina da Costa Ribeiro, realizada por Carla Simone Rodeghero, no dia 15 de junho de 2000 em Alegrete.

<sup>450</sup> A palavra “campanha” com “c” minúsculo representa a zona rural na região do sul do estado. Quando for grafada com “C” maiúsculo estará se referindo à região como um todo.

Horacil Dutra nasceu em 1926, em Bagé.<sup>451</sup> Casado, tem quatro filhos e onze netos. Foi ordenado Diácono da Igreja Católica. Seu pai era maquinista da Viação Férrea na mesma cidade e faleceu quando Horacil tinha 8 anos. Cedo, teve que abandonar os estudos para trabalhar e ajudar a mãe a criar os outros dois irmãos. Trabalhou em diversos ofícios: foi ajudante de pedreiro, alfaiate e funileiro. Depois, aos 15 anos, conseguiu trabalho na Viação Férrea. Conseguiu uma vaga como aprendiz e trabalhou por três anos como ferramentista, nas oficinas e depois na ajustagem. Posteriormente, foi trabalhar em outra oficina mecânica. Mas, nesse processo todo, conta que foi “sempre ligado à Igreja”.

Gabriel Mocelin nasceu em 1922, na vila de Espumoso que era distrito de Tapera.<sup>452</sup> Seu irmão, padre Moisés Mocelin também foi entrevistado nesta pesquisa. A mãe deles era natural de Santa Maria. O pai havia migrado de Bento Gonçalves para Tapera e adquirido uma área de cinquenta hectares de terra. Ele morreu em 1930, quando Moisés tinha apenas um ano de idade. Eram 12 filhos ao todo, mais um menino que foi adotado. Em 1940, Gabriel comprou uma olaria, o que ajudou a melhorar um pouco a situação financeira da família. Gabriel atuou na Frente Agrária Gaúcha (FAG).

José Abraão Rigo, nasceu na zona rural de Marau, que na época era distrito de Passo Fundo, em 17 de abril de 1929.<sup>453</sup> Mora naquela cidade desde 1950. Tem três anos de escolaridade. Foi agricultor e depois marceneiro, tendo trabalhado numa fábrica de camas, e depois numa de carrocerias de caminhão. Agora é aposentado. Pertenceu ao Movimento Familiar Cristão.

Ida Maria Carlesso e Dorvalina Peres Viana, foram entrevistadas na mesma ocasião em Santana do Livramento.<sup>454</sup> A primeira é irmã da Congregação do Imaculado Coração de Maria, nascida em 1933, em Santa Catarina, mas sua família residiu em um grande número de municípios do Rio Grande do Sul. Ida conta que o pai não tinha terra, mas tinha muitos

---

<sup>451</sup> Entrevista com Horacil Dutra realizada em 9 de junho de 2000, em Bagé por Carla Simone Rodeghero.

<sup>452</sup> Entrevista com Gabriel Mocelin, realizada em Passo Fundo no dia 22 de abril de 1999 por Carla Simone Rodeghero com a presença do seu irmão, pe. Moisés Mocelin.

<sup>453</sup> Entrevista com José Abraão Rigo realizada por Márcia do Nascimento em 8 de agosto de 1997.

<sup>454</sup> Entrevista com Ida Maria Carlesso e Dorvalina Peres Viana, realizada por Carla Simone Rodeghero em 16 de junho de 2000, em Santana do Livramento.

filhos. Várias tentativas de comprar terra acabaram sem resultados e a família teve que migrar constantemente.<sup>455</sup> Dorvalina, que é dona de casa, nasceu em Jaguari em 1939.

Irma Saenger Ribeiro é natural de Rosário do Sul e seu marido, Nelso da Silva Ribeiro, de Alegrete.<sup>456</sup> Nasceram respectivamente nos anos 1928 e 1925. O avô de Irma era imigrante vindo da Alemanha, que se estabeleceu em Cachoeira do Sul mas também morou em Porto Alegre. O pai dela era plantador de arroz. Irma estudou por vários anos num colégio católico em Silveira Martins, da mesma forma que sua única irmã. Nelso passou toda a sua infância na campanha, no município de Alegrete. O pouco estudo que teve foi com professoras que eram nomeadas pelo município para trabalhar nas fazendas e lá ficavam hospedadas. Em 1964, o casal se transferiu da campanha para a cidade de Alegrete.

Outro casal, Nelcy e Cláudio Utzig, são naturais de Selbach<sup>457</sup>. Nelcy conta que nasceu na zona rural daquele município, na localidade de Linha Floresta, lugar que ela designa como “o interior do interior”. O pai tinha uma serraria e também fazia transporte de madeira com um caminhão. Mais tarde quando ela tinha entre dez e onze anos, a família se mudou para Selbach, que era na época, distrito de Carazinho. E de lá, quando tinha vinte anos, se mudaram para Carazinho. Nelcy cresceu falando alemão e só aprendeu o português ao entrar na primeira série. Eram em onze irmãos. A família de Cláudio morava na vila de Selbach. Ele, quando menino, foi coroinha.

Maria Neiva Vaz Huber nasceu em Pinheiro Machado, em 1936. O marido, Augusto Huber, em Santa Maria, no ano de 1923.<sup>458</sup> Augusto trabalhou como ferroviário em sua cidade natal e mudou-se para Bagé em 1946. Maria Neiva morou na campanha até a idade de seis anos, quando seus pais se mudaram para a cidade de Bagé, O pai se empregou na Viação Férrea. Em Santa Maria, Augusto havia estudado na Escola de Artes e Ofícios que pertencia à Cooperativa dos Ferroviários mas que era administrada pelos irmãos Maristas.

---

<sup>455</sup> Decidi não utilizar como variável de análise o fato de Ida ser freira, tanto porque a entrevista enfocou mais as lembranças da infância dela, quanto porque seria difícil levar em conta essa variável a partir do depoimento de uma única pessoa.

<sup>456</sup> Entrevista com Irma Saenger Ribeiro (08.10.1928) e Nelso da Silva Ribeiro (17.12.1925) realizada no dia 15 de junho de 2000 por Carla Simone Rodeghero, em Alegrete.

<sup>457</sup> Entrevista com Nelcy e Cláudio Utzig realizada por Carla Simone Rodeghero, em 26 de maio de 1999, em Carazinho.

<sup>458</sup> Entrevista realizada com Maria Neiva Vaz Huber e Augusto Ludovico Huber em Bagé, no dia 8 de junho de 2000, por Carla Simone Rodeghero.

Calistra Alves Machado, que todos conhecem como dona Iaiá,<sup>459</sup> estava com 88 anos no momento da entrevista que fiz com ela em Bagé. É filha única. O pai era ferroviário, maquinista de trens de carga, atividade que ocupava muito do seu tempo e, segundo Iaiá, impedia-o de ir à igreja “porque ele não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha dia santo.” Ele tinha vindo da Itália para o Brasil aos sete anos de idade. O avô havia chegado seis anos antes. Depois veio a avó, trazendo a criança (pai de Iaiá). Quando a mãe e o pai de Iaiá se conheceram, ela era viúva e ele separado da primeira mulher, o que lhes trouxe certas dificuldades. O casal perdeu vários filhos, sendo que apenas Iaiá sobreviveu. Ela conta que sempre foi muito religiosa: “eu fui catequista, eu fui da Pia União de São José, zeladora, fui oradora oficial, pertenci a dois corais”. Perdeu os pais com onze anos e foi, então, trabalhar num colégio de irmãs. Não se casou.

Carino Corso nasceu em 1917 em Sertão.<sup>460</sup> Sua mãe trabalhou muitos anos como professora, apesar de nunca ter ido à escola e de ter aprendido com o próprio pai. Em 1968, Carino mudou-se para Passo Fundo. Foi padre por 26 anos. Agora, com mais de 80 anos, continua trabalhando como músico. Tem curso superior de Música feito na Universidade de Passo Fundo. É casado e tem uma filha.

Além dessas entrevistas também utilizo partes daquelas feitas com Jandir Zanotelli e com os padres Holmes, Guerino e Firmino, os quais já foram devidamente apresentados no capítulo anterior.

## **7.2 - As lembranças**

Começo com Narciso Tesser, 78<sup>461</sup> que foi entrevistado por Márcia do Nascimento, sob minha orientação, em agosto de 1997, em Marau. Márcia questionou o entrevistado sobre como eram as missas, que coisas os padres falavam e se diziam algo a respeito do comunismo.

---

<sup>459</sup> Entrevista com Calistra Alves Machado, dona Iaiá, 88 anos, realizada na Vila Vicentina, em Bagé, no dia 09 de junho de 2000 por Carla Simone Rodeghero.

<sup>460</sup> Entrevista com Carino Corso, realizada por Márcia do Nascimento em Passo Fundo em 30 de agosto de 1997.

<sup>461</sup> Entre parênteses será colocada a idade da pessoa no momento em que foi entrevistada.

"M<sup>462</sup> - Ocorria dos padres explicarem o que era o comunismo?

N - Não, naquela época não explicava ainda. Por exemplo, depois as coisas foram mudando e coisa semelhante. Lá, só sei que a palavra comunismo era uma coisa que botava medo nas pessoas, digamos assim, e quando um talvez chamasse o outro de comunista, perigava dá briga porque sabe que ninguém queria ser desse nome.[. . .]

M - O senhor não lembra o que eles diziam que era o comunismo?

N - Não, aquele tempo falavam de comunismo, eram, como é que eu posso dizer, pessoas que contradiziam contra Deus, que não sei o que, coisa assim, fora da religião. E lá tudo eram católico. A palavra comunista era a última que chegava, pelo menos em Montauri. Essa velharada (riso) que veio lá da Itália, tá loco, falar nisso não era fácil, né.

M - E o que o senhor sentia quando o senhor ouvia o comunismo?

N - Não, eu ficava com medo. Eu não sabia explicar nada. Só ficava com medo da palavra comunismo."<sup>463</sup>

Nessa fala já se apresentam elementos que serão recorrentes em outras entrevistas, como a relação primeira entre comunismo e uma postura contrária a Deus, à religião e/ou especificamente à Igreja Católica; a dificuldade em explicar o que se entendia ou se entende sobre o comunismo, que se resolve com o desenho de algo abstrato. Na seqüência será visto como Narciso efetuou um deslizamento para temas mais próximos que pudessem dar um pouco de familiaridade ao comunismo e que relacionassem o mesmo com luta, guerra, morte, etc.

A grande questão que parece se colocar para Narciso - no papel de quem está sendo questionado sobre algo do seu passado - é a de construir ligações entre o abstrato e o concreto, entre a dúvida sobre o tema do qual ele está falando e a descoberta de caminhos e palavras para explicá-lo. Assim, a narrativa mostra a dúvida em expressões como "digamos assim", "eram, como é que eu posso dizer", "não sei o que, coisa assim". A falta de uma

---

<sup>462</sup> M - Márcia do Nascimento; N - Narciso Tesser.

<sup>463</sup> Da mesma forma que foi feito no capítulo anterior, não serão repetidas as referências às entrevistas quanto aparecerem citações das mesmas.

explicação, no entanto, não impedia que Narciso sentisse medo: “eu não sabia explicar nada. Só ficava com medo da palavra comunismo”. A própria referência a comunismo como uma palavra que provocava medo mostra o quão próxima e distante ela estava deste senhor. Próxima porque gerava temor, distante porque não passava de uma palavra.

A relação traçada por Narciso entre comunismo e “aqueles fora da religião” parece ser uma forma de resolver essa distância e se aproximar um pouco mais dessa “coisa” ou dessa “palavra”. Num lugar onde, segundo ele, havia uma “velharada” vinda da Itália, e onde todos eram católicos, a palavra comunismo “era a última que chegava” e quando chegava queria dizer algo contra a religião. Eram “pessoas que contradiziam contra Deus”, ou que estavam “fora da religião”.

Continuando a apresentação da entrevista, na parte onde foi interrompida acima, a pesquisadora questiona se Narciso não sabia porque sentia medo do comunismo.

“M - E não sabia por quê?

N - Sim, justamente não sabia o que que eles faziam, não sabia o que que eles eram. Por exemplo, assim, porque faz muitos anos que falavam nesse tal de comunismo, entende, tá, mas ultimamente aqui, os padres sabe, vai lá, reza a missa e não tem taaanta explicação, assim por exemplo como naquela época. Naquela época, quem falava era só o padre, só ele que dava a comunhão, só ele que rezava a missa. Eu, por exemplo, fui cantor de missa latina desde criança prá fazer uma voz de menino, sabe, mas nunca eu fiquei sabendo o que que queria dizer essas palavra em latim, né”.

Aparecem neste trecho aqueles indícios já levantados sobre não saber o que “eles faziam”, ou o que “eles eram”. E tudo isso apesar de, no relato do entrevistado, fazerem muitos anos que os padres “falavam nesse tal de comunismo”. Apesar de todos esses anos, e de serem eles os únicos a falarem durante a missa, os padres não davam “taaanta” explicação sobre comunismo, da mesma forma que não explicavam o que significava aquilo que ele, como membro do coral, cantava em latim. Parece ser uma boa forma de dar conta do dilema: eles falavam tanto “desse tal de comunismo” e eu não sei exatamente o que eles

faziam e quem eles eram. Culpa dos padres que falavam, mas não explicavam direito. Mas, a entrevistadora insistiu, buscando algo sobre o perigo que o comunismo representaria para o Brasil e nesse ponto Narciso operou um deslizamento interessante:

“M- o que eles poderiam trazer de perigo para o Brasil?”

N - Isso aí, eu sei que na época da Guerra Mundial, os padre botava medo nisso aí que foi proibido a língua italiana.. Tu ouviu falar nisso?

M - Já.

N - Então sabe, havia dificuldade nesse caso, porque ninguém falava o tal de brasileiro, português. Português parece que não, é brasileiro, mesmo? Português seria de Portugal, sei lá, o que é que eu vou te dizer, mas na realidade, olha, ninguém mais ia prá bodega.

M - Ah, não? Porque lá só podia falar italiano?

N - Imagina, tinha o cacique, que ele, como é que eu posso dizer, ele ia escutar as coisas e depois eles tinham um cassetete, assim, que era lá qualquer coisa descia aquele lá, se não obedecesse.[. . .] Foi na época da Guerra Mundial por causa que tinha muitos italianos aqui que eles achavam que podiam se revoltar. Por exemplo, na Itália tinham familiares, qualquer coisa assim, que eles não podiam falar daqui porque protegia. E naquela época era três nação contra o Brasil, o mundo, é, contra o mundo inteiro. [. . .] Itália, Alemanha e Japão.

M - E se tinha medo dessas nações, aí, desses países? Se tinha medo delas? As pessoas tinham medo desses três países?

N - Mas, imagina se não tinham medo! Veja lá que familiares daqui de Montauri, muitos colegas meus foram lá brigar. Muitos se salvaram porque deram a sorte, mas muitos ficaram lá, morreram, perderam a vida prá salvar a Pátria, porque o Brasil se botou lá também, por causa que cada navio que o Brasil mandava de alimento prá poder sustentar a guerra, aí os submarino afundavam aquele navio, né. Até que o Brasil se botou também, né. Sabe o que que é uma potência dessas embaixo d'água, para que ninguém mais aproveite. Então, era um tal de Getúlio

Vargas, ou não? Deixa eu ver. Mas, acho que sim. Acho que era um tal de Getúlio Vargas."

Se os padres botavam medo na população quando foi proibido o uso da língua alemã, italiana, japonesa no Brasil que havia declarado guerra contra o Eixo, é uma questão a ser averiguada. Sendo a maioria do clero rio-grandense de origem italiana e alemã, é mais provável que tenham sofrido também com tal proibição e alertado os fiéis a esse respeito. Tal alerta deve ter sido mais ameno do que a vigilância realizada por delegados, subdelegados e autoridades civis.

De qualquer forma, nesse processo de proibição e vigilância em relação à língua, na comunidade onde o entrevistado vivia, havia um "cacique" que ia "escutar as coisas", que tinha um cassetete e a quem as pessoas deviam obedecer. Mas, ao mesmo tempo em que o relato fala do medo dos que controlavam a língua e que achavam que os italianos daqui poderiam se revoltar, também mostra que o temor estava voltado para aqueles países contra os quais o Brasil lutava. E tal luta era concreta, na referência aos conhecidos que foram para a guerra, alguns voltando e outros tendo morrido por lá, e também aos navios bombardeados.

Finalmente, é interessante notar a liberdade que Narciso teve ao mencionar "um tal de Getúlio Vargas", que parece ser a mesma fórmula que ele usou para entrar no tema do comunismo, designando-o por "esse tal de comunismo". Se, a menção a "um tal Getúlio" a princípio sugere que Vargas teria sido pouco marcante na experiência passada de Narciso, numa fala posterior, ele relata com detalhes a história do suicídio do presidente. Ele teria sabido dessa história por meio de um artigo de revista que a esposa lhe lera.

"Olha, eu conheci pouco a vida do Getúlio Vargas porque ele foi, como é que eu posso dizer, ele foi estadista, foi presidente, anos. [. . .] Olha, eu vi qualquer história numa revista mas não fui eu quem leu essa revista, foi a minha primeira esposa, que ele, como é que eu posso dizer, ele tinha se apoderado aqui de muito dinheiro e não sei o que. Ele tava pronto prá, decerto, deixar de ser presidente, foi semelhante, assim. E tinha um, acho que era um deputado federal que levava tudo



a sério aquilo que ele fazia, tá. Mas agora não sei se é verdade ou se é mentira. Mas tinha alguma coisa que ele com presidente há 15 anos, mais, não sei quantos, e ele por exemplo quando começou a ir aquelas notícia, pelo mundo, que ele tava querendo se apoderar do dinheiro, não sei o que lá, mas são coisas assim. Tem uma coisa que me lembro. Ele como presidente de tantos anos se sentiu mal e parece que ele era assim, não tinha mais apoio, sabe, decerto, sei lá se era, deputado federal ou estadual. Não, estadual não. E ele decerto se sentiu tão mal como presidente há tantos anos que ele acabou se suicidando.”

Aparecem no relato temas como o longo governo, acusações de corrupção, um deputado federal que levava tudo muito a sério, a falta de apoio, o suicídio. Apesar de dizer que conheceu pouco a vida de Getúlio Vargas, Narciso deu conta neste parágrafo de variáveis centrais da trama que levou ao suicídio de Vargas. Possivelmente, o conhecimento desses fatos não se deve apenas àquele artigo de revista. Essa fala sobre Vargas foi a seqüência de um diálogo onde Narciso foi perguntado sobre nomes de comunistas no Brasil e se Brizola era acusado de ser comunista. Aí ele comentou que Brizola tinha as rédeas de Jango, que era seu cunhado e que não sabia se Goulart tinha morrido de morte natural ou se suicidado. E a partir do tema suicídio, veio Vargas.

Continuando a discutir o tema do medo do comunismo e lembrando que havia uma oração que os padres pediam que fosse rezada, no tempo da guerra, que dizia: “Senhor, salvador do mundo, salvai o Brasil”, Narciso fez ainda outros dois movimentos em sua rememoração/reflexão: um que toca nas imagens da vocação expansionista e internacional do comunismo e da imposição da igualdade; e outro que desliza do comunismo para uma revolta local.

“M - E as pessoas, então, tinham muito medo do dito comunismo? Assim...

N - Justamente que tinham medo porque sabiam que o comunismo ele era uma pessoa que só queria abraçar o mundo, tá, e todos eram iguais, o acima não tem. Diziam assim na época. Mas, tantos anos me escapa. Do medo que eu tinha (riso) alguma coisa eu lembro. Isso. Não parece mas, porque a gente passa pelas tantas,

por exemplo que houve que nem, eu não posso explicar isso, mas em 1930 eu tinha dez anos de idade quando deu aquela revolta, como é que era aquela vez?

M - O golpe que ocorreu em 30?

N - Sim, em São Luís da Mortandade que é pertinho, lá foi o debate [combate], os tiro, e morreu muita gente. Naquela época era arma branca, facão e adaga e decerto tiro também. Era assim, peleava a braço, sabe. Isso aí."

Vê-se que ele reclama da capacidade da própria memória de lembrar daquilo que se dizia na época. E, num passo seguinte, ri do medo que sentia. E esse medo parece vir agora relacionado com o medo de outras coisas pelas quais "a gente passa", como esse combate que ele diz ter ocorrido numa localidade próxima quando ele tinha dez anos de idade, no qual muitas pessoas haviam morrido.<sup>464</sup>

Da análise da entrevista de Narciso, ficam as seguintes questões para serem posteriormente confrontadas com outras entrevistas: comunismo e negação de Deus, combate à religião e Igreja; a forma de lidar com a dificuldade de explicar o que era o comunismo; e, finalmente, os temas mais próximos da realidade que a lembrança sobre o medo do comunismo suscita e que servem para transformar o abstrato em concreto.

Passo, agora a analisar a entrevista realizada com Perciliana da Costa Motta, 82 e Vitalina da Costa Ribeiro, 75, em Alegrete<sup>465</sup>. É interessante a forma como o tema do comunismo apareceu no seio da entrevista com essas duas senhoras extremamente engajadas na Igreja Católica em Alegrete. Elas tinham um comunista na família e, em nossa conversa, pareceram enfrentar a dificuldade de conciliar a imagem que se tinha sobre o comunismo com o exemplo de vida do irmão que era comunista "mas" que também era uma "ótima pessoa". O caminho que levou ao irmão passou por lembranças sobre lutas políticas no Rio Grande do Sul e sobre a Segunda Guerra.

C<sup>466</sup> - Vocês têm lembranças da época da Segunda Guerra?

---

<sup>464</sup> Infelizmente não foi possível descobrir de que combate ele estava falando.

<sup>465</sup> Entrevista com Perciliana da Costa Motta e Vitalina da Costa Ribeiro, realizada por Carla Simone Rodeghero, no dia 15 de junho de 2000 em Alegrete.

<sup>466</sup> C - Carla; V - Vitalina; P - Perciliana.

V - Segunda Guerra, pois é dessa época, não era dos, dos... 1930.

C - Não, em 1945 terminou a Segunda Guerra.

V - Me lembro, foi quando prenderam o Policarpo. Meu irmão que era comunista.

C - Ah, é?

V - Era, meu irmão era dos fundadores, não era fundador, mas Policarpo Pereira da Costa, ele era dentista. Ele estudou fora, se formou e criou essa, essa imagem de política dele. Então, ele tinha livros, pilhas de livros, armários de livros e prenderam ele [ . . . ].

C - Naquela época, as pessoas tinham medo do comunismo, também?

V - Medo que se matavam. Nós não éramos, mas nós queríamos tanto ele. Ele era esse que ficava dez dias do mesmo aniversário que eu. Ele era dez de abril e eu primeiro de abril. Nós éramos muito perto, muito unidos. Então, eu e meu marido, que não tínhamos nada que ver com a política dele, nós éramos liberal, nem sei o que nós éramos na época, nem sei, não me lembro ...

C - Naquela época tinha o PSD ...

V - O PSD. Ele atendeu, ele não cobrava [ . . . ] O Policarpo, nós escondíamos no porão da nossa casa, os livros dele. Ele tirou da casa dele, porque revistavam e eu levei pra minha casa e queimava. Eu queimava os livros dele. Só eu. Diziam: tu te anima? Me animo! Ele foi preso, a esposa grávida, ganhou nenê e ele saiu do quartel pra ir no hospital vê-la [ . . . ].

C - E a senhora lembra se os padres falavam contra o comunismo?

P - Pra gente, o comunismo era um inferno.

V - Perciliana, tu te lembra se os padres falavam contra o comunismo?

P - Eu não me lembro. Eu não sei de onde a gente tirava. A gente era contra, contra...

V - Infelizmente ele pegou aquilo, mas ele era um comunista e fazia tanto bem ...

P - Era um comunista que não era co-mu-nis-ta.

C - A senhora estava dizendo que o comunismo era como um inferno?

P - A gente achava que o comunismo era como um inferno.

C - Por quê?

P - Achava, porque contavam isto e aquilo e aquilo outro. Ele não praticava o mal. Ele só fazia o bem, não é? Pelo que a gente via, fazia pra esse, fazia pra aquele, fazia pros necessitados. Ele tinha um coração de ouro.

V - Mas, o que acontece que a gente tinha medo, porque amedrontavam a gente com o comunismo, que tiravam os filhos, que o governo lá tiravam os filhos e deixavam os filhos pra educar. [. . .] Então, eles não nos explicavam detalhado, mas a gente sabia pelos contrários. É era isso.”

O grande dilema ou paradoxo que parece afligir as irmãs de Policarpo nesta conversa é o de explicar como ele, ao mesmo tempo era um comunista e fazia o bem: ele ajudava a todos, fazia seus serviços de dentista para os necessitados, tinha um “coração de ouro”. Coincidentemente, em outra entrevista que fiz em Alegrete, algumas horas antes desta, com o casal Irma Saenger Ribeiro, 72 e Nelso da Silva Ribeiro, 75 o nome de Policarpo, havia sido mencionado. Nelso fez elogios ao dentista e comunista. É interessante uma breve parada na análise da fala de Vitalina e Perciliana para ouvir a voz de Nelso e Irma.

“C<sup>467</sup> - Aqui em Alegrete tinha pessoas que eram do Partido Comunista? Tinha...

N - Tinha em Cacequi, em Cacequi que nós moramos, no interior, mas era município de Cacequi. Aqui tinha um que era declarado que era o Dr. Policarpo Pereira da Costa. [. . .]

C - E existia o partido na época? Será que quando tinha eleições eles concorriam às eleições?

N - Isso eu não me lembro.

I - Eu tenho impressão que eles não se declaravam.

N - Mas ele foi do diretório do partido.

C - Esse Policarpo já faleceu?

N - Já faleceu. Muito bela pessoa. Uma coisa: todo aquele que é falado como comunista são umas pessoas de um trato fino, sabe?

C - Ah, é?

---

<sup>467</sup> C - Carla; I - Irma; N - Nelso.

N - De um trato especial. Um pessoal que a gente vai tratar e encanta a gente.

C - Mesmo que as pessoas tenham medo do comunismo, quando elas vão conversar com o comunista, elas gostam?

N - Gostam, umas de pessoas de um trato!”

Vê-se, então, que a imagem que as duas irmãs construíram sobre Policarpo correspondia com aquela que Nelso e Irma guardaram sobre ele: uma pessoa de “fino trato”, que encantava aqueles com quem se relacionava. Já que Policarpo não praticava o mal, mas apenas o bem, como relacioná-lo com aquela imagem de comunismo como o inferno, como um lugar, um sistema, ou um governo que tirava os filhos dos pais para educá-los? Mesmo que a família tenha se amedrontado com a prisão do irmão, em Vitalina e Perciliana ficou a certeza da bondade dele. O paradoxo entre “homem bom” e “comunista mau” parece se resolver na fórmula proposta por Perciliana: “ele era um comunista que não era co-mu-nista”. A forma como ela diz a última palavra (dividindo as sílabas) e a entonação de voz usada querem, na minha leitura, afirmar que ele não era um “verdadeiro” comunista, não um com todas as letras e sílabas, mas alguém que tinha estudado fora, tinha uma segurança profissional, podia inclusive prestar favores aos necessitados, tinha muitos livros, decidiu-se por essa maneira “diferente” de fazer política, tinha amigos e inimigos, tinha vantagens e desvantagens resultantes de suas opções.

Uma informação mais objetiva desta parte da entrevista citada é a de que Policarpo fora preso na época da Guerra. Porém, fazendo as contas e relacionando com a informação de que ele teria saído do quartel para ver a filha nascida na época, tenho indícios para concluir que a prisão aconteceu em 1964 e que aí faz sentido também a queima dos livros. A filha que ele foi visitar no hospital é uma pessoa conhecida nos meios artísticos do estado do Rio Grande do Sul e não pode ter nascido em entre 1939 e 1945, mas sim na metade da década de 1960.

O medo era um elemento que devia marcar muito a relação delas com o fato de terem um irmão comunista: o medo de que “os contrários” fizessem mal a ele, mas também o medo do comunismo. Como disse Vitalina, as pessoas - e elas também - tinham “medo que se matavam”. Como teria sido construído este medo? Com as informações e pregações dos

padres? Vitalina reforça minha pergunta e questiona a irmã: “Perciliana, tu te lembra se os padres falavam contra o comunismo? P - Eu não me lembro. Eu não sei de onde a gente tirava. A gente era contra, contra...” Mais adiante, Perciliana comenta que “contavam isto e aquilo e aquilo outro”, mas que o irmão não praticava o mal. Então, “isso e aquilo e aquilo outro” eram coisas que não se aplicariam a Policarpo. Vitalina também conta que a noção sobre o comunismo se adquiria por ouvir o que os opositores diziam e que isso não era bem explicado: “então, eles não nos explicavam detalhado, mas a gente sabia pelos contrários. É era isso.”

Parece que diferente do que se viu nas lembranças e análises de Narciso, no caso das duas senhoras de Alegrete, o medo do comunismo estava mais relacionado à convivência com um comunista “real” e que o anticomunismo vinha mais dos adversários políticos do que do clero. Isso levanta a questão sobre a possibilidade de relacionar a forma de inserção do catolicismo em certas regiões do estado com uma maior ou menor repercussão do anticomunismo produzido no seio da Igreja Católica, questão que será avaliada adiante.

Mais, na entrevista com Perciliana e Vitalina também estiverem próximos os temas Segunda Guerra, comunismo e medo, mas num arranjo diferente do que se viu na fala de Narciso. Ele mesmo fez a conexão entre os temas. No caso delas, a minha referência à Guerra trouxe à tona o sofrimento com a prisão do irmão e o tema do medo do comunismo foi desenvolvido pela minha interferência e não suscitado pelas irmãs. Porém, um elemento parece unir estas duas senhoras a Narciso: a dificuldade de explicar o que realmente era “esse tal de comunismo”, em relação ao qual elas sentiam medo e em relação ao qual elas fazem força, agora, para se diferenciar.

As lembranças e reflexões de Horacil Dutra, 74, de Bagé, sobre o combate da Igreja ao comunismo e sobre o medo que o acompanhava vão numa direção diferente e isso pode estar relacionado tanto com a experiência ou à falta dela em relação ao tema, quanto com a função de diácono da Igreja que Horacil desempenha. Para assumir tal posto, Horacil teve que passar por um demorado processo de formação que exigiu, certamente, muita leitura. Assim, as colocações dele sobre o anticomunismo parecem ser mais resultado de reflexão posterior do que lembranças. Chegamos ao tema do anticomunismo católico depois de falar sobre a infância, o colégio onde estudou, o momento em que começou a trabalhar que foi

durante a Segunda Guerra. Perguntei sobre as lembranças da época e a primeira coisa que lhe veio à cabeça foi sobre a falta de combustível e que os fazendeiros ricos que tinham carros importados guardaram os mesmos na oficina onde ele estava trabalhando. Segui com uma questão que já conduzia para as lembranças sobre o comunismo:

“C <sup>468</sup> - E o senhor lembra do que se falava a respeito do Hitler, do nazismo, ou do comunismo, nessa época?

H - Era uma coisa meio confusa. Claro. E a Igreja combatia muito o comunismo. Eu me lembro um pouco disso.

C - Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

H - Com relação ao comunismo eu tenho pouca lembrança, mas eu me recordo que o comunismo era visto, assim, como uma coisa que aterrorizava porque eles combatiam a religião. Pelo que se ouvia falar naquela época, a Igreja Católica não teria vez, não teria condições de atuar livremente. Pelo que se via falar na época. Podia até, não sei. Mas, eu ouvia falar a esse respeito. Então, a pessoa não tinha liberdade. Seria, assim, uma coisa muito ruim, o comunismo naquela época. A Igreja combatia bastante, contra o comunismo. Eu me recordo, assim, uma vaga lembrança, que não era bom pro mundo, não era bom pra Igreja, não era bom pra humanidade, o comunismo.

C - O senhor lembra dos professores ou dos padres falando sobre isso?<sup>469</sup>

H - Muito, é. Eles pregavam bastante.”

Assim como Narciso, Perciliana e Vitalina, Horacil também tem dificuldade em retomar suas lembranças sobre o comunismo tanto porque este tema era confuso, quanto porque ele diz ter “pouca lembrança”. Mas recorda, apesar disso, que a Igreja o combatia muito. Na primeira pergunta não questionei exatamente sobre a Igreja, mas foi nela que

---

<sup>468</sup> C - Carla; H- Horacil.

<sup>469</sup> A pergunta sobre os professores se deve ao fato de que ele estudou no colégio Auxiliadora, que era católico. Mesmo que sua família não tivesse condições de pagar a mensalidade, Horacil conseguiu uma espécie de bolsa de estudo que lhe permitiu frequentar aquele educandário de Bagé.

Horacil pensou. Isso pode ser tanto pelo fato de que fui apresentada a ele<sup>470</sup> para falar sobre o tema “Igreja”, como pela visão do mundo dele passar necessariamente pela forma como a Igreja se posiciona/ posicionou frente às coisas.

O comunismo era uma coisa aterrorizante porque combatia a religião. Sob o comunismo a Igreja não “teria vez”, não poderia atuar livremente. Nesse contexto, segundo Horacil, a pessoa também não teria liberdade e tudo isso seria ruim para o mundo, para a Igreja, para a humanidade. A impressão passada pela última colocação é a de que coisas que não fossem boas para a Igreja não seriam boas para o mundo. Mas tal impressão se dissipa quando se lê uma tênue crítica que Horacil faz à postura que embasava o anticomunismo da Igreja, qual seja a da instituição “querer tudo para si”, como se vê na seqüência do diálogo acima apresentado.

“C - Chegavam a falar na escola também?

H - Não, acho que na escola não, mas na igreja, nos sermões, sim. Na igreja, a gente ouvia falar muito a respeito disso. A Igreja, ela era assim, bastante diferente da idéia hoje. Ela era assim, muito, não sei qual é o termo, mas ela queria tudo para si. Ela não queria que tu fosses de outra religião ... Hoje, não. Hoje está aberta para o ecumenismo. A Igreja está aberta para o ecumenismo e também ela dá, acho, uma certa liberdade de idéia pras pessoas que participam da Igreja. Tu quer ser de um partido, tu quer ser de outro partido, tu pode ser o que tu for, desde que tu seja um cristão verdadeiro. A Igreja te aceita como um verdadeiro cristão. Agora, parece que ela não está envolvida, não se preocupa que tu sejas de um partido ou de outro, tu ter uma idéia ou outra.

C - Naquele tempo não era assim.

H - Naquele tempo não. A Igreja, ela era exigente. Você tem que obedecer a doutrina e a doutrina é esta: não pode ser comunista, não pode ajudar em outra Igreja, não pode ... Uma série de coisas que eram exigências bem sérias.”

---

<sup>470</sup> Quem me indicou o nome de Horacil para uma entrevista foi padre Firmino Dalcin, que me conduziu até a casa do primeiro e ficou conosco durante a entrevista que durou cerca de uma hora.



Esse olhar crítico sobre o passado parece ser aquele de um católico que hoje acredita numa Igreja adepta do ecumenismo, com um certo compromisso social, e que respeite a liberdade de opinião e as opções partidárias dos seus fiéis, não como “naquele tempo”, quando ela era “exigente” no cumprimento de uma doutrina bem definida, composta por uma série de sérios não-podes.

Junto com o relato dessas exigências, Horacil faz uma aproximação entre ser comunista e pertencer a “outra” religião. A associação entre essas duas situações aparece em outras entrevistas. O próprio Narciso começou falando que comunistas eram os que “contradiziam a Deus”, que estavam “fora da religião”. Na seqüência, Horacil questionado sobre lugares e pessoas ligados ao comunismo, fala na Rússia e em Cuba, mas liga ambas às tentativas do papa João Paulo II de ampliar a liberdade religiosa nos países comunistas. Na fala sobre a recepção de Fidel ao apelo do papa, fica difícil entender se Horacil quer dizer que o chefe cubano está fazendo o que o papa esperava ou não. Mas é importante lembrar que ele liga o comunismo da Rússia e de Cuba com as viagens do Papa.

Além disso, uma questão que o conjunto das entrevistas sugere é a de que a Revolução Cubana não teve um impacto muito negativo nas memórias dos católicos da geração de Narciso, Horacil, Vitalina, Perciliana, esses que hoje têm mais de setenta anos de idade. Para esses, “comunismo” atrai lembranças sobre a Rússia, o México, a Espanha, a Segunda Guerra, a Hungria, e um pouco menos, a China. Pe. Firmino lembra, por exemplo, da publicação - mais recentemente - do livro do Frei Betto sobre Cuba,<sup>471</sup> que suavizou a questão do anticomunismo na Igreja. Mas a sua lembrança foi antes ao livro do que àquilo que se falava sobre o comunismo cubano.<sup>472</sup>Veja-se, nas palavras de Horacil, o que foi comentado acima:

“C - E o senhor lembra se se falava do nome de algum país ou de alguma pessoa como sendo comunista?”

H - Ora, a Rússia, naquela época, a gente ouvia falar muito da Rússia. A Rússia era o país, o centro do comunismo e hoje, graças a Deus, o papa conseguiu ...

---

<sup>471</sup> Trata-se do livro Fidel e a Religião, da Editora Vozes/

<sup>472</sup> Entrevista com pe. Firmino Dalcin realizada por Carla Simone Rodeghero em Bagé em 8 de junho de 2000.

C - E falavam alguma coisa sobre a Espanha, talvez, quando ...

H - Aí não me recordo, a esse respeito.

C - Mais adiante, talvez, falassem sobre Cuba?

H - Sim, Cuba. Cuba até hoje ela é famosa. Agora mesmo, há pouco, a gente viu que o papa andou por lá e parece que abriu um pouco de espaço, assim, pra que as pessoas tivessem mais liberdade.[. . .] Parece que agora também lá o Fidel está se envolvendo um pouco mais. Já está, não está sendo fiel às coisas que ele prometeu pro papa. Parece que já está meio ... Já ouvi falar qualquer coisa.

C - Pois é, este assunto do comunismo é uma das coisas que vai entrar bastante na minha pesquisa e muitas pessoas colocam que elas não tinham muita certeza sobre o que era esse tal de comunismo, mas mesmo assim, elas tinham muito medo.

H - Tinham muito medo porque, claro, as pessoas que eram mais influenciadas .... Influenciavam as pessoas porque tinham mais conhecimento, então, eles assustavam bastante, com relação ao comunismo e aquilo ficou na mentalidade das pessoas. O que que era o comunismo? Era uma coisa assustadora. Hoje, a gente já vê, tem partido comunismo, PC, PC do B, tem esses partidos comunistas que estão influenciando e amanhã ou depois, até, quem sabe, se podem ter um espaço. Mas, já é outra mentalidade. Não se ouve falar mais naquelas coisas, que colocavam nas praças públicas, que faziam não sei o quê. Então ...

C - O senhor lembra se aqui em Bagé havia pessoas que se diziam comunistas? Havia partido comunista?

H - Naquela época? Não me recordo.

C - E sobre o Luís Carlos Prestes?

H - Ah, era famoso. O Luís Carlos Prestes era famoso. Não podiam nem falar no nome dele naquele tempo. Se tu falava o nome do Luís Carlos Prestes, já era da ideologia do comunismo.”

Ainda sobre Cuba, é interessante ver o relato de pe. Holmes Conzatti, que vai na mesma direção antes apontada:

“C<sup>473</sup> - E mais tarde, começaram a falar de Cuba também, depois de 1959. Aí, o senhor já...

H - Mas aí é gozado. Aí eu estava em Roma, quando foi eleito, em 1959, foi eleito Fidel Castro. Então, ninguém sabia, não era comunista naquele tempo. Eu me lembro, era domingo. Veio a notícia lá de que Fidel Castro ganhou. Todos nós aqui no Brasil torcíamos pela vitória dele.

C - Sim, porque era contra o Fulgêncio Batista, ditador.

H - Sim, sim, o ditador. Então, a gente torcia pelo Fidel Castro. Ele tinha sido aluno de jesuítas. Ele foi educado pelos jesuítas e não tinha, assim, passado pelo comunismo, pelo marxismo. Então, nós torcíamos perfeitamente pelo Fidel.

C - E aí, depois ...

H - Depois, então, começou que ele oficialmente aderiu ao marxismo e aí então começou a mesma atitude que [a Igreja] tinha com os comunistas, os outros. Foi entrando no mesmo barco. Só que depois mais tarde, depois de padre, muita gente olhando o problema social começaram a ter simpatias pelo Fidel Castro e Cuba por estabelecer uma igualdade maior e não essas diferenças [que existem] até hoje em dia. O frei Betto escreveu aquele livro louvando ...”

Pelas palavras de padre Holmes, é possível ver que o anticomunismo católico dirigido à Cuba era menos intenso que aquele voltada aos “outros” comunistas, tanto pelas expectativas que a luta de Fidel levantava antes que ele se declarasse marxista, quanto pela releitura feita sobre o comandante e sua ilha, no período do auge da Teologia de Libertação. Mas, falando da primeira situação, essa mudança - da postura de torcida pela vitória dos rebeldes cubanos para a postura de denúncia - pode ser acompanhada na cobertura que o jornal católico *Correio Riograndense*, de Caxias do Sul, fez ao longo de 25 matérias, publicadas de 7 de janeiro de 1959 a 17 de agosto de 1960. As matérias passaram de uma visão otimista a respeito da revolução para a denúncia de que o movimento estava ligado ao comunismo internacional.<sup>474</sup>

---

<sup>473</sup> C - Carla; H - Holmes.

<sup>474</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*, p. 107.

Voltando a Horacil. Depois de falar sobre Cuba e instigado pela minha pergunta, ele se refere ao poder de influência das pessoas que “tinham mais conhecimento” e que assustavam os outros, criando uma mentalidade em relação ao comunismo, segundo a qual o mesmo “era uma coisa assustadora”. E confronta isso com uma avaliação segundo a qual podem existir muitos partidos, inclusive os comunistas, os quais já têm certa influência e espaço no presente mas que podem vir a ter mais no futuro. Essa “coisa assustadora”, na lembrança de Horacil, estava longe de sua terra natal. Ele não lembra da existência de comunistas em Bagé, mas sabe que Prestes era famoso e que não se podia falar no nome dele. Falar o nome dele poderia comprometer uma pessoa com a “ideologia do comunismo”.

Na entrevista que segue, essa “ideologia do comunismo” aparece sendo combatida tanto no campo da política quanto da religião. É o que se vê nas histórias de Gabriel Mocelin, 77, que foi líder da Frente Agrária Gaúcha (FAG) no município de Espumoso e que também se auto-identifica como o “capanga do padre” - aquele que levava o padre de carro para as comunidades do interior e que o auxiliava em tudo que fosse necessário.

Líder de agricultores, “capanga do padre” e também membro atuante do PSD, Gabriel revela em sua entrevista uma grande hostilidade em relação a Leonel Brizola, que parece estar ligada às disputas entre PTB e PSD no Rio Grande do Sul, a questões ideológicas que o separam do político gaúcho e que têm elementos de anticomunismo, e também a problemas particulares. No final do administração de Brizola no governo do estado (1958-1961), a empresa de construções que Gabriel possuía acabou indo à falência porque prestava serviços ao estado e este teve sérias dificuldades para pagar as dívidas que havia contraído. Critica Brizola pelo tipo de reforma agrária que tinha em mente que era oposta ao trabalho realizado pela FAG, trabalho esse que, segundo Gabriel, serviu para enriquecer muitos municípios, pois os colonos passaram a ter mais recursos e tecnologia (melhores sementes, máquinas agrícolas, assistência técnica). A contraposição com Brizola se dava, ainda, em torno dos Grupos dos Onze, representados por Gabriel como sendo grupos secretos e armados que iriam agir, em uma determinada cidade, matando o padre, o comerciante rico, tal empresário, etc. Contra tal grupo teria sido criados os Grupos dos Vinte.<sup>475</sup> Gabriel teria feito parte de um deles.

---

<sup>475</sup> Não foram conseguidas maiores referências sobre estes Grupos dos Vinte.

As críticas que Gabriel fez a Brizola estavam também embasadas numa distinção entre religião/direita e Rússia/esquerda:

"Eu sou contra o Brizola, por causa disso, senão não era. Que o Brizola é um homem muito inteligente e um político que tem uma capacidade muito perigosa, porque nós homens, nós tinha a formação da direita, da religião e a formação dele era da Rússia, da esquerda. Ele era político, naquele tempo e o companheiro João Goulart, porque quando Getúlio Vargas se suicidou, João Goulart tava na Rússia, então o João Goulart era, e o Brizola trabalhavam nesse ritmo. Nós dizia esquerda."

Aqui Gabriel fez uma re-leitura da renúncia de Jânio e da posse de Goulart, que estava na China, misturando este acontecimento com o suicídio de Vargas, momento no qual, o vice, Jango, estaria na Rússia. A lógica parece ser a de que Jango, de certa forma, trai Getúlio. Em outro momento da entrevista, Gabriel critica Vargas por ter trocado o PSD pelo PTB. Assim, Jango é visto ao mesmo tempo como herdeiro e como traidor de Vargas e a traição estaria ligada ao comunismo, que poderia ser localizado tanto na Rússia quanto China. E Brizola seria companheiro de Jango.

Na entrevista, Gabriel não diz que Brizola era comunista. Não o acusa desse "pecado", mas todas as correlações feitas o colocam no lado oposto: ele é do PTB contra o PSD de Gabriel; tem "formação de esquerda" contra a de direita do entrevistado; tem relação com a Rússia enquanto Gabriel tem com a religião.

Quando perguntei explicitamente sobre o comunismo, as palavras do entrevistado foram as seguintes: "a gente tinha receio", "naquele tempo, falava em comunismo era o mesmo que falar em bicho. Hoje, não". Perguntei se lembrava "ainda de quando era criança, de ter já esse receio?" Disse que sim, mas logo passou a falar do medo sentido em relação a outra coisa e que levou a narrativa para uma lembrança específica da Revolução Constitucionalista de 1932.

“G<sup>476</sup> - Sim, eu me lembro. Eu me lembro de rezar o terço em cima de grão de milho, num porão porque veio um teco-teco, um avião, a mãe dizia que ia aparecer um pássaro no céu, muito grande e que quando vinha essa aparição, era perto do fim do mundo. Um dia aparece um teco-teco voando, ela levou nós no porão rezar o terço.

C - Mas, o que isso tinha a ver com o comunismo? Tinha alguma coisa?

G - Não, fim do mundo. É pra tu entender a grosseria.

M - Naquela época, te lembra que carnearam no campo de futebol, trocou comida por carne.

G - Não, foi a revolução de 32, isso. Ali que eu cuidei o gado no mato. E daí, eu ía lá no meio da força, porque nós se criemo ali, não tinha medo. Então a mãe botava nós cuidar as vacas, os bois, no meio do mato, e os outros deixar, porque a força carneava. E do rio Jacuí prá lá, tiravam e carneavam. Do rio Jacuí pra banda de Carazinho não tiravam, que era gente boa, que não era do Flores da Cunha, Borges de Medeiros.

C - Sim, sim, só pegavam daqueles de um lado.

G - De um lado. E nós não sabia e ia lá pousar no mato pra cuidar do gado pra eles não tirar. E eu fui indo, fui indo, fui chegando, aqueles homens, negrada, fardada, comendo tudo. Então tinha um negrão, ‘oh menino’, fui chegando. Eu era um menino. Diz, ‘você mora longe?’ ‘Não, minha mãe mora logo aqui’. Diz, ‘a sua mãe cozinha feijão e arroz’. Digo, ‘sim’. ‘E ela tem a panela grande?’ ‘Tem sim’, disse. ‘Tu me traz amanhã, vem de a cavalo, mas pede pra mãe uma marmita cheia de feijão e arroz e traz dois saco grande que eu te encho de carne.’ Então, eu falei pra mãe. Pronto. Fui lá com as duas marmita. Ele mandou uns nego lá, puxar uma vaca. Degolou ali na minha frente. Tinha uma tropa de vaca fechada que eram mil e duzentos homens e tirou as melhores carnes, não me lembro bem. Tirava assim, da paleta, do quarto e aqueles negro faziam assim com os ossos, jogavam dentro do Jacuí e era um barulho. Eu levei mais da metade da carne de um boi dentro, encima do lombo de uma égua gorda, com dois sacos, deu mais ou menos, perto de 80 ou

---

<sup>476</sup> C - Carla; G - Gabriel; M - Pe. Moisés.

100 quilos de carne, não deu pra mim montar de a cavalo, mas onde eu ia era mil metros longe. E assim continuei tempo, levando arroz e feijão.

M - Ele era o comandante.

G - Ele era o comandante da tropa. Ele dizia, não posso mais nem ver carne, queria feijão e arroz."

Mesmo que eu estivesse tentando discutir o medo do comunismo na infância, parece que outros medos foram mais significativos tanto para Gabriel, como para Moisés que acompanhava a entrevista. Lembraram do medo do fim do mundo que a mãe sentia e que ela os fez rezar pois a visão de um teco-teco poderia ser o sinal de que algo mau iria acontecer. E quando questiono o que uma coisa tinha a ver com outra, Gabriel explica que a relação feita era resultado da "grosseria". Acho que com isso ele quer se referir à falta de cultura letrada, de leitura, de maior conhecimento sobre as coisas que aconteciam no mundo que estava além da comunidade rural onde eles moravam. Se a lembrança do avião não tinha nada a ver com comunismo mas sim com fim do mundo, porque ela apareceu neste momento? E por que o passo seguinte foi falar do episódio da troca efetuada com o comandante das tropas que iam para São Paulo combater, em 1932, e estavam estacionadas nas imediações da propriedade da família de Gabriel e Moisés?

Me parece que uma forma de explicar isso é que quando toco na questão do medo do comunismo vêm à tona outros medos sentidos na infância, mas também vêm à tona lembranças relacionadas com movimentos armados que as pessoas presenciaram ou sobre os quais ouviram falar ou, ainda, a situações nas quais a presença do Estado - ou de certas autoridades - era muito forte, gerando um clima de apreensão e cerceamento da liberdade. Foi o caso da associação que Narciso fez entre comunismo, Segunda Guerra e nacionalização da língua.

Ainda sobre o medo comunismo, questionei se se falava muito sobre a Rússia. Ele disse que se falava bastante, mas que agora tem fraquíssimas lembranças a respeito da Rússia, apesar de lembrar que "nós tinha medo que se cagava, aqui no Brasil...". Moisés acrescenta "...que viesse o comunismo". E Gabriel conclui: "mas, nós falava em Rússia, em comunismo, nós tinha medo". Perguntei se lembrava de Stalin. Ele disse "claro, então fui do

tempo dele, tu calcula os anos. Porque a guerra na Rússia, quer dizer, o comunismo na Rússia, acho que não encerrou os 80 anos. Os 70 já passou. 70 anos passou. [. . .] Pois é, e eu sou de 22. E, muito, nós tinha horror de medo da Rússia, os católicos."

Questionei se imaginavam o que poderia acontecer se o comunismo chegasse ao Brasil e Gabriel colocou "que matavam a gente, que comiam, que faziam, quando eles tavam nos combates com fome, eles assavam. Era ignorância, mais, que perambulava." Relaciona o medo com a ignorância: "o medo, é, vem da ignorância, porque naquele tempo, o jornal de Porto Alegre, ali onde eu morava, em Espumoso, levava quatro, cinco dias pra vir. Vinha de carroça." Agora, diz não mais sentir esse medo. Começou a mudar de idéia depois "de homem maduro. Depois de enfrentar a gíria política. Depois de enfrentar muitas brigas, em carreiradas, porque a carreirada chama briga e a briga, a maioria é iniciada por político. Então, eu enfrentei tantas coisas, e vi tantas coisas que parecia que era morte e no fim, não era. E daí, eu fui perdendo o tal de medo. Daí eu fui compartilhando." Fala da sua valentia e seu ódio aos inimigos políticos, mas também do grande assessor que teve que foi o padre:

"Eu fui ficando mais valente, mais nervoso, odiando a política, odiando os maus eleitor, odiando os político que tinha, como esses que eu te disse, que era o rei das brizoleta. [. . .] Eu tive um grande assessor anos e anos que sempre me acompanhou e me dava exemplo. Esse homem chamava-se monsenhor Augusto Ricci e eu era o capanga dele."

Nessas últimas colocações aparecem novamente os temas do assado e da ignorância. Antes era o gado sendo carneado (e depois assado, conseqüentemente) e a "grosseria" juntando teco-teco com fim do mundo no meio de uma conversa sobre comunismo. Agora, as pessoas vivendo sob o comunismo é que seriam assadas, especialmente se durante os combates as tropas tivessem fome. A ignorância estaria relacionada com o fato de que um jornal demorava vários dias para ir da capital do estado até Espumoso. E o medo teria se dissipado ao longo do tempo, na medida em que Gabriel teria enfrentado as brigas políticas e situações difíceis da vida.



Mas, também é possível pensar que com estas histórias, mais do que falar sobre as lembranças a respeito do medo do comunismo, o entrevistado tenha sentido a necessidade de contar outras coisas, as quais enfatizavam a coragem e não medo. Além disso, não dá para desconsiderar a possibilidade dele estar tentando impressionar a entrevistadora.

Na entrevista de Irma e Nelso, onde se encontram referências ao comunismo destruindo famílias, permitindo a troca de mulheres e a promovendo a repartição das propriedades, há um espaço para o riso sobre certas coisas nas quais se acreditava:

“C - O que que se dizia sobre o comunismo?

N - Se dizia que não tinha família ...

I - É, que se apossavam de tudo, o que era teu era meu, o que era meu era teu, essa coisa toda, ninguém era dono do que era seu, como está acontecendo em certos pontos agora.

C - E isso foi no tempo da guerra, ou depois?

N - Não, era mais comentado era no tempo da guerra, mais foi no tempo da guerra. Depois a gente foi ficando mais adulto, entendendo mais um pouco. Diziam que no comunismo, mesmo, não tinham casais, parecia que se adonavam: se gostavam da mulher do outro ... (risos)

C - Podia trocar na hora?

N - Trocava

C - E quem que falava sobre isso? De onde que vocês ouviam essas histórias do comunismo?

N - Sempre era na localidade, alguém da localidade. Que sempre tem os mais entendidos, os que se têm como mais entendidos. Às vezes, não são mas às vezes aparentam.”

Segundo Nelso, depois que a gente fica mais adulto começa a achar graça de certas histórias como aquela de que no comunismo se um homem gostasse da mulher alheia poderia se “adonar” dela. Além disso, sua fala indica que as informações sobre o comunismo vinham daqueles que se consideravam “os mais entendidos” na localidade. Na seqüência,

Irma conta que os padres “comentavam um pouco” esse assunto. Parece bem diferente de outros relatos nos quais as pregações contra o comunismo chegavam, basicamente, por intermédio dos padres. E também no caso de Nelso, ele afirmou que não “chegou ao ponto” de sentir medo do comunismo.

Outro entrevistado que não chegou a esse ponto foi José Abraão Rigo, 68. Ele também ri de certas lembranças. Comentando o que os padres falavam sobre o comunismo, José pondera que ele não era coisa boa mas também não devia ser um bicho de sete cabeças:

"Eu me recordo, justamente, diziam que havia comunismo, que o comunismo era coisa má - coisa boa ele não é na realidade - mas não é um bicho de sete cabeças como era apresentado (risos).[. . .] Diziam que quem era comunista não tinha mais salvação. Comunismo era apresentado assim como um dragão que terminava com tudo, não podia acreditar. É que não é bem assim. A gente pode acreditar, se a gente quer, pode até ser comunista e acreditar em Deus, eu penso e eu acredito. Agir como comunista no governo, nas leis humanas, mas seguir as leis de Deus. [. . .] Era apontado que justamente como o comunismo tomou conta da Rússia, tava se espalhando pelo mundo todo. Então achavam, eu acredito, penso hoje, [atacavam] o comunismo ao passo que hoje, depois mudaram as idéias. Que o negócio era apontar os erros do comunismo e não combater o comunismo. Eu entendia assim."

As imagens que compõem o relato de José são recorrentes no anticomunismo: o comunismo teria como intenção se espalhar pelo mundo; ele é representado como um dragão que exterminaria tudo à sua frente e aqueles que acreditavam nele não teriam salvação. A questão da família sendo destruída e outro elemento novo também foram enfocados por José quando questionado sobre o que o comunismo traria para o Brasil: "trazia uma aflição que era a destruição da família, esses negócio que condenava - *paredón* - matavam, essas coisa todas, que decerto tinham acontecido, mas não sei se iam acontecer no Brasil, corrupção. Mas corrupção temos hoje, apesar de não ter comunismo." Vê-se que ele procura, nesta fala, fazer um juízo a respeito do que se dizia e do que teria “realmente”

acontecido. *Paredón*: é possível eu tenha acontecido, mas acha que isso não chegaria ao Brasil. Corrupção: essa existia por aqui apesar de não existir o comunismo. O fato novo é a referência ao *paredón*, a qual voltarei em breve.

Perguntando sobre pessoas que tivessem sido apontadas como comunistas, ele não lembra, mas depois de citado o nome de Prestes, acrescenta: "do Luís Carlos Prestes falavam que ele tinha uma conspiração comunista. Ele pretendia pôr o socialismo, mas não conseguiu (risos)." E sobre oração contra o comunismo: "Sim, eles pediam que se rezasse, não deixassem o comunismo [entrar] dentro da nossa pátria, do nosso Brasil. Eu pensei que nunca... O jornal, o *Correio Riograndense*, por exemplo, apontou, falava que havia comunismo." Lembra que seu pai era contrário ao comunismo: "o que eu posso dizer é que ele era muito contrário. [ . . . ] Ele dizia que não era coisa boa. Talvez seja prá infiltrar na idéia dos filhos que não seguissem aquela idéia."

Todas essas histórias do comunismo, no entanto, não chegaram a gerar medo em José: "eu acho, não chegou propriamente a gerar, achava-se ruim que se infiltrasse aquela coisa, mas não tive tanto medo." E essa espécie de tranquilidade e ponderação que pode ser sentida nas palavras deste entrevistado - que considera que o comunismo, apesar de mau, não era um bicho de sete cabeças - parece ter como uma das suas bases a noção de que a repartição das coisas poderia ter algo de positivo. Falando dos padres capuchinhos, ele ressignifica a palavra comunismo: "uma coisa que eu consegui dos capuchinhos, é que os capuchinhos diziam que eles é que faziam o verdadeiro comunismo, (risos) porque todos trabalhavam e colocavam em partilha. E, na realidade, o comunismo como é apresentado na Rússia ou em outras nações, uns pegavam o melhor e os outros que trabalhassem." O comunismo russo então não seria o verdadeiro.

O elemento novo que aparece nesta entrevista e que ainda não esteve presente em nenhuma das outras aqui apresentadas é a referência ao *paredón*. Falou-se muito em *paredón* nos primeiros anos da Revolução Cubana e isto acabou se transformando em um símbolo do comunismo.

Tal tema apareceu de forma inusitada numa conversa que travei com duas senhoras que vivem em Santana do Livramento, a dona de casa Dorvalina Peres Viana, e a irmã Ida Maria Carlesso. Ambas nasceram na década posterior à dos entrevistados citados

anteriormente. Em meio à conversa que desenvolvíamos sobre o combate da Igreja ao comunismo, Dorvalina levantou uma questão: “Paredão, eu não sei o que queriam dizer com paredão.” E assim seguiu a conversa:

“I<sup>477</sup> - O paredão queria dizer matar.

D - Matar.

I - Matar.

C - Seria colocar as pessoas na frente de uma parede e matar? Isso?

I - É. Ou jogar paredão abaixo. Sei lá. Perau abaixo. Que tinha muitos morros lá pra ... Um lugar, um local, levar as pessoas pra um lugar e jogar.”

Esse paredão entendido como um morro, um precipício, um “perau”, parece fazer sentido na cabeça de Ida que morou em vários municípios gaúchos de relevo montanhoso, situados na Serra do Nordeste, como Veranópolis e Nova Bassano. Mais do que uma parede na qual era colocados os prisioneiros ou inimigos políticos para serem fuzilados - como no caso da professora espanhola com seus alunos, que sobreviveu na memória de pe. Guerino - o paredão era uma adaptação à realidade onde Ida viveu. Ter como prática levar as pessoas para um lugar onde houvesse um precipício e jogá-las para baixo seria uma significativa prova da maldade dos comunistas. A familiaridade com a Serra e possivelmente o medo e o cuidado em relação aos precipícios tornaram possível a Ida representar de forma mais concreta o *paredón* que fazia parte do discurso anticomunista.

Há ainda duas outras questões que aproximam as memórias de Ida e Dorvalina daquelas até agora apresentadas: a entrada no tema comunismo a partir da história da destruição das famílias e da distribuição das propriedade e, também, o deslizamento para outros temas no seio da entrevista. Ida assim se manifestou sobre a questão do que os padres falavam a respeito do comunismo:

“Isso, o comunismo. Eles (os padres) tinham muito medo do comunismo. Medo de que o comunismo viesse para cá também, tomasse parte porque aí, eles diziam assim,

---

<sup>477</sup> I - Ida; D - Dorvalina; C - Carla.

então eles tiravam tudo das famílias. iam tirar tudo. Depois eles repartiam conforme precisasse para todo mundo. Ninguém ficava dono de nada.

C - Ah, sim.

I - E que todo mundo tinha o necessário, mas ninguém ficava dono de nada.

D - Pois é , o que eles queriam tomar eles tomavam.

I - Ninguém era dono de nada.”

Na seqüência, Ida questiona Dorvalina, se onde ela vivia também se falavam essas coisas e Dorvalina acaba caindo num história de roubo de cavalos que parece estar ligada à passagem de tropas para alguma batalha que não fica claro qual é.

“D - Falavam. Porque lá pra fora ... Eu me lembro que a minha mãe falava que - pra fora nós tinha cavalo, essas coisas. Então eu me lembro que uma vez eles passaram e levaram aqueles cavalos e aqueles cavalos tavam indo assim numas baixadas lá no meio do mato e eles lá segurando aqueles cavalos, pros cavalos não ficar brabos, pra não darem aqueles relinchos, que se eles ouvissem eles vinham pra levar.

C- Esses que estavam participando da ... Quem é que iria levar?

D - É, os que vinham, esses participavam da ...

C - Guerra?

D - É, da guerra.

C - E será que esses eram os comunistas, esses que faziam isso?

I - Não, não era os comunistas.

D - Pois aí é que eu não sei.

I - Eram, mas que faziam isso era no tempo da revolução, Revolução Farroupilha ...

C - Ou então da Federalista, ou em 23?

I - Isso. Foi aí. Foi essa revolução. Essa revolução que o pai também ia. Eles convidaram o pai pra ir. O pai se escondia e a mãe dizia assim: ele já foi. E o pai ficava e ia para a roça plantar. Quando era época de colher, os outros que iam fazer guarda e coisa eles não tinham e o pai tinha milho para colher.

D - Sempre com medo, né.

I - É, estavam com medo. Era horrível assim.”

Ambas as senhoras falam a respeito de situações onde a normalidade estava ameaçada. Ora eram os cavalos que precisavam ser escondidos para que não fossem levados por “eles”, ora é o próprio pai que devia se esconder e a mãe mentir dizendo que o marido já fora para a guerra, quando na verdade ele ficara plantando o seu milho. E essas histórias vieram como resposta a questões sobre o perigo do comunismo. E essas histórias têm relação com o sentimento de medo, com lembranças de uma época em que se estava “sempre com medo” e que isso “era horrível”.

Algo semelhante pode ser sentido na fala de pe. Guerino Parizoto, o mesmo que contou sobre o sonho que teve várias vezes por causa da história da professora e dos alunos sendo fuzilados na Espanha. Na sequência de tal relato, travamos o seguinte diálogo:

"C - E o senhor disse que depois acabou sonhando várias vezes com isso.

G - Sim porque, ainda mais tinha medo dos negros, que me colocavam medo dos negros. Quanto tiro que eu ganhei sonhando! Perseguição! Então, qualquer coisa assim que podia trazer de violência, depois ficava. Em 32, naquela revolução de São Paulo, que depois daqui foram prá lá também, do Rio Grande e vieram.... Um dia, tava arrumando o parreiral, e o meu irmão matando formiga. Era em julho, dia 8, 9 de julho, eu matando formiga e briguei. Eu atirei água quente nos pés dele. E aí então me surraram, a mãe me surrou. Disse: vou te levar "zô dei negri", (lá em baixo, nos negros) uma família perto e era no chefe, o chefe da revolução. E à noite se reuniram uns nove, dez, passaram em frente da nossa casa armado, depois deram tiro de fuzil. Mas, naquela noite não dormi nada. Me leva lá, depois me levam na revolução em São Paulo. Aquilo me gravou. Qualquer coisa, depois, sempre com medo."

Não quer dizer que ele estivesse relacionando o comunismo com esses negros que estavam envolvidos na Revolução de 1932. Mas, o movimento que ele realiza em sua narrativa contribui na defesa do meu argumento de que para vencer as dúvidas para falar

sobre o comunismo muitas pessoas acabam se apoiado em memórias que tenham como componentes a violência, a guerra, o cerceamento das liberdades. E isso, indiretamente, segue a lógica do discurso anticomunista mais elaborado.<sup>478</sup>

Mas, voltando a Ida e Dorvalina que haviam se “perdido” na história dos cavalos, fiz nova tentativa de trazer a conversa para mais perto do que eu, inicialmente, esperava que elas falassem sobre comunismo. Daí, Ida contou que na igreja se falava que

“Eles iram levar todas as crianças pra educar conforme eles queriam, conforme o comunismo e que ninguém ficava com as crianças em casa. A escola era feita pelo comunismo. Então, pra botar na cabeça das crianças uma educação diferente;

C - E se falava então, que era perigoso que isso chegasse ao Brasil? Mas e chegavam a dizer, assim, quem eram essas pessoas? Quem eram esses comunistas?

I - Não, só diziam ‘comunista’, mas não diziam quem, não chegavam a dizer quem.”

E mais adiante, perguntei a ela:

“C - A senhora estava dizendo que vocês não sabiam direito o que era ...

I - Não entendia o que era o comunismo porque ...

C - Mesmo que falassem bastante?

I - Que falassem. Ninguém tinha explicado o que era. Então a gente não sabia o que era o comunismo. Mas a gente ficava com medo por causa que os outros falavam que era uma coisa ruim. Que era ruim.”

Parece que aqui se repete a combinação entre medo, muita fala e pouca “explicação”. Era um coisa ruim, mas exatamente o que era “essa coisa”, Ida, Dorvalina e possivelmente muitas outras pessoas não sabiam. Caso semelhante foi o que senti na entrevista que fiz em Carazinho com o casal Nelcy, 61 e Cláudio Utzig, 68 naturais de Selbach. Chegamos ao tema anticomunismo católico por intermédio de uma colocação de

---

<sup>478</sup> Mas também há a possibilidade de que os episódios de passagem de tropas tenham realmente sido identificados por certos grupos como ações dos comunistas. Seria necessário pesquisar mais a fundo esta possibilidade. Uma conversa informal com meus pais chamou-me a atenção para isso.

Cláudio, segundo a qual o padre de Selbach acusava Brizola de ser comunista. E, diferentemente de Gabriel, Cláudio nutre simpatias pelo ex-governador do Rio Grande do Sul:

"Cl<sup>479</sup> - O Brizola chegou lá uma vez, isso eu nunca me esqueço. O padre era contra que Deus me livre.[. . .] Tava o Brizola lá na praça, 'eu só não sei porque o padre é contra mim' [. . .] Ele olhou pro lado, lá onde morava o padre, 'bah, não sei porque o padre é contra mim.' Ele ganhou a eleição, foi governador.

C - E o padre falava mal dele?

Cl - Ah, falava.[. . .]

C - Que tipo de coisas o padre falava?

Cl - Mas falava que não podia votar no cara porque era comunista, que era qualquer coisa. Isso eu cansei de ouvir. Por isso que muita gente, com o tempo, deixou de ir na igreja, lá em Selbach. Falando abertamente contra.

N - É porque ele era brasileiro e em terra de alemão, de gente branca, lá não tinha brasileiro. Eu não sei nada porque pra mim, política sempre foi ...

A interpretação de Nelcy sobre a oposição do padre a Brizola tem um ingrediente étnico. Cláudio já pensa em termos políticos, no combate ao comunismo. Aí aproveitei e perguntei:

"Essa é uma coisa que várias pessoas me falaram, dos padres falarem muito contra o comunismo.

N - Ah, isso sim.

C - Então, isso acontecia também em Selbach?

Cl - Sim, acontecia. 'Porque o Brizola é comunista, porque o Brizola é comunista'.

C - Mesmo que a pessoa não fosse.

Cl - Não tinha nada, o Brizola não tinha nada a ver com comunista. Não é comunista. Até hoje não é comunista. Acho que não é (risos).

---

<sup>479</sup> Cl - Cláudio; C - Carla; N - Nelcy.



C - E o que que o padre dizia sobre os comunistas? Que mal que os comunistas podiam fazer?

N - Comunismo era que nem o diabo, a gente falar em comunismo imaginava, sei lá o quadro que a gente pintava do comunismo, né.

C - Não lembra, assim, se vocês chegavam a sentir medo quando o padre falava a esse respeito?

Cl - Nós não. Mas a gente ficava, né. Não, a gente tem que votar no fulano, não pode votar nessa gente aí. Tinha que votar no Afonso Henrique, era o pai dela, não pode votar no meu irmão que era o Alcides.

N - Eles não eram candidatos juntos, o pai e o teu irmão.

Cl - Claro, é só modo de dizer.

N - O pai era da década de 50, teu irmão era de 70, vinte anos depois".

Sinto um pouco de mágoa em Cláudio pelo fato do padre falar contra Brizola e possivelmente isso se estendesse também ao PTB, que era o partido do seu irmão. Parece que ele desloca esse mesmo sentimento para os anos 70, quando seu irmão foi candidato a cargo público, imagino que pelo MDB. Continuo questionando se havia referência a países comunistas:

“C - E vocês chegavam a ter alguma informação sobre o comunismo na Rússia ou em Cuba? Vocês chegavam a imaginar o que que seria?

Cl - Nós sabia que falavam em comunismo, agora o que que era no fundo, isso, acho que nem o padre não sabia.

N - Nós não sabia o que que era comunismo, só sabia que comunismo era uma palavra que apavorava, mas na verdade, a gente não sabia o que que era comunismo. Mas era na época do Hitler, da Segunda Guerra, então comunistas, comunistas, o que realmente era a gente não sabia. Eu era muito criança tinha nove anos na Segunda Guerra.”

Era uma “palavra que apavorava”, mas Cláudio disse que não sentia medo. O anticomunismo interferia nas disputas políticas entre PTB e PSD. Falavam sobre comunismo mas não sabiam o que, o fundo, isso era. Situam o fenômeno na época da Guerra.

Na entrevista com Maria Neiva Vaz Huber, 64 e Augusto L. Huber, 77, em Bagé, se repetem as questões da repartição, da perseguição à religião e do nome de Prestes. Prestes parece ser a única concretização do comunismo no Brasil, na memória da maioria dos entrevistados.

“A<sup>480</sup> - Ah, a gente tinha uma má impressão. A impressão que a gente tinha era de que no comunismo repartiam tudo. Quem tivesse duas casas, tinha que dar uma para os outros. Tinha que ficar tudo em comum. Tinha que estar dividido. Então, muita gente que tinha, os fazendeiros, mesmo, como é que iria ser? Teriam que repartir tudo isso? Pairava uma coisa ruim. Mas, afinal, aqui não chegou.

C - Chegava-se a falar de quem seriam os comunistas, no caso, no Brasil? Será que se falava que tinha perigo do comunismo chegar no Brasil, tomar conta do Brasil?

A - Pois é, eu tenho impressão que até aí, eu acho que não. Acho que antes de chegar a esse ponto, terminaria a guerra, como terminou.

MN - mas havia bastante comunista. O Luís Carlos Prestes, não é?”

E mais adiante, o casal revela que o medo que sentia em relação ao comunismo tinha relação com a religião:

A - Ah, essa parte, a gente tinha esse medo do comunismo, por causa da religião, contra a religião.

MN - Eles perseguiam muito.

A - Perseguiam muito os padres.

MN - No final das missas, sempre a gente rezava uma Ave Maria pela paz, que terminasse a guerra, que o comunismo não invadisse. Essa intenção. Falavam tanta

---

<sup>480</sup> A - Augusto; C - Carla; MN - Maria Neiva.

coisa que, mesmo a gente sendo criança, naquela época, a gente se apavorava um pouco.”

A relação entre comunismo e anticlericalismo esteve presente na infância de Jandir Zanutelli. Depois de uma conversa sobre a forma como ele via a inserção da Igreja Católica no sul do estado, mais especificamente em Pelotas, conversamos sobre as lembranças a respeito da pregação católica contra o comunismo, como se vê abaixo:

“C - Bom, agora eu teria umas questões que eu gostaria de fazer a respeito da sua experiência pessoal ainda tentando centrar nessa questão do anticomunismo. Gostaria de saber se na sua infância, na sua família, já havia, se falava alguma coisa a respeito disso, se falava em política, que tipo de posicionamento político o seu pai tinha, como é que era essa questão na família?

J - Bom, primeiro uma coisa muito interessante: quando eu era criança em Jacarezinho, Encantado, as pessoas diziam, quando uma pessoa não ia à missa domingo, por exemplo, "aquele não foi à missa, logo, é comunista".

C - As pessoas diziam isso?

J - Não ir à missa era ser comunista. O que significava ser comunista? Era uma coisa feia, horrorosa.

C - Na cabeça da criança que ouvia isso ...

J - Era o demônio. Mas não era um demônio que tivesse uma cara, que fizesse isso ou aquilo, era simplesmente o mal. Era um mal, era um mal o fulano que não ia à missa, que não fazia aquilo. Então, por exemplo, comunista, eu me lembo, quando era pequeno, que aquele que fazia pacto com o diabo, era muito parecido. Então, vendia a alma pro diabo, fazia isso e aquilo e ao mesmo tempo, tinha ligação com tudo aquilo que depois se percebe que é anticlerical: o maçônico fazia isso, o, como é que se chama, os anticlericais todos, tinham a mesma conotação.”

Parece até exagero, mas a lembrança de Jandir é de que a simples “falha” de não ir à missa no domingo, já qualificava o indivíduo a ser chamado de comunista. O comunista era

também associado a tudo aquilo que fosse anticlerical. Se aproximava, assim, dos maçons e era tido como sendo uma pessoa que fazia pacto com o diabo. Mas, ao mesmo tempo em que Jandir localiza o comunismo em sujeitos concretos, afirma que ele era um demônio que não tinha cara, era o mal em si. Parece que a lógica era a de que comunismo era o mal e tudo o que fosse do campo do mal poderia ser considerado comunismo.

O medo do comunismo por causa da perseguição aos padres e à religião tentava ser combatido por meio da oração. Talvez a oração servisse não apenas para aplacá-lo mas exatamente para o contrário, para difundir esse medo. E no caso da oração, Nossa Senhora de Fátima tinha um papel privilegiado. Conforme se vê na entrevista com Calistra Alves Machado, dona Iaiá, 88 anos, que toca na questão do anticlericalismo comunista, a interseção de Nossa Senhora de Fátima e o compromisso dos fiéis com a oração contribuiriam para a conversão da Rússia:

“C<sup>481</sup> - E a senhora lembra se alguma vez ouviu falar alguma coisa sobre comunismo? Que os padres falavam sobre o comunismo?

I - Báh, tinha um padre, o padre Eduardo Roberto. Mas, este padre pregava! Dava até o exemplo dos sete cavalos vermelhos. Ele trouxe um trecho da Bíblia comparando com o comunismo que era hoje em dia, que a profecia era o comunismo hoje em dia. Mas, esse padre batia no comunismo. Batia no comunismo. Também falava muito sobre a juventude.

C - Essa coisa do comunismo, eu gostaria de falar mais, que é uma coisa que me interessa. A senhora lembra o que eles falavam sobre o comunismo? Por que eles combatiam?

I - Combatiam porque o comunismo era anticlerical. Comunismo porque tinha campo de concentração. Agora, parece que já não é mais assim. Tinha os campos de concentração e eles baniam Deus da sociedade, por isso que eles [os padres] falavam muito, né.

[. . .]

C - [Os padres] falavam da Rússia?

---

<sup>481</sup> C - Carla; I - Iaiá.

I - Falavam da Rússia, onde eles disseram que a Nossa Senhora disse que se a Rússia rezasse, ela se converteria. E se converteu mesmo. Ela ia salvar a Rússia do comunismo e salvou mesmo.

C - Nossa Senhora de Fátima.

I - Foi. Até tinha um canto que nós cantávamos - muito bonito - era assim: ‘vinde Maria, é reino, é nação. Maria os guarde no seu coração. Cantai brasileiros, bradai com fervor, que reine Maria em seus corações, que reine Maria em seus corações’ (Iaiá canta).”

Em outro momento da entrevista, Iaiá fala sobre Luís Carlos Prestes e também relaciona comunismo com os agricultores Sem Terra.

“C - E a senhora lembra alguma coisa sobre Luís Carlos Prestes?

I - Ah, este? Comunismo? O Getúlio não deveria ter dado entrada pra esse homem aqui no Brasil. Esse homem não presta. Acho que já morreu, essa praga!

C - Morreu.

I - Morreu mas deixou semente, do comunismo. Hoje ainda tem gente comunista.

C - E se falava muito dele, do Luís Carlos Prestes, antigamente?

I - Com medo, né, porque aqui ninguém queria ele. Ninguém.

C - Será que ele veio alguma vez aqui, fazer comício, alguma coisa assim?

I - Que eu saiba, não. Pode ser que tenha, porque essas coisas eu não me lembro de tudo.

C - As pessoas tinham realmente medo do comunismo?

I - Muito. Até gostaram muito quando terminou na Europa o comunismo. Agora, dizem que o comunismo está no Brasil e ninguém sente, que são essas tomadas de terra. Tudo isso é coisa comunista. Porque o verdadeiro colono não invade. O colono vive do trabalho, não invade as terras. É isso que dizem. Por isso que muita gente religiosa é contrária e acha que a Igreja não devia se envolver com os Sem Terra porque acham que os Sem Terra estão fazendo muita coisa errada. Eles estão

com violência, e o colono ... Agora, eu rezo por eles, porque não é propriamente o colono. São os que estão infiltrados por trás do colono. É o que muita gente diz.

C - É, tem gente que diz isso

I - [. . .] Eles atiram, fazem danos nas propriedades, que isso é coisa comunista. Isso são ações terroristas que eles estão cometendo.”

Percebe-se nessa fala um ressentimento em relação a Prestes, considerado “uma praga”, o regozijo com o fim do comunismo na Europa e também a preocupação com o fato de que agora “o comunismo está no Brasil”, e a prova disso seriam as invasões de terra, nas quais se usa a violência. Mas Iaiá adverte que não são os colonos que fazem isso, pois “o verdadeiro colono não invade”. Há, segundo ela, infiltrados que agem por trás dos colonos, que atiram, danificam as propriedades, fazem atos de terrorismo. Iaiá também lembra que muitas pessoas religiosas são contrárias aos Sem Terra e ao envolvimento da Igreja com eles. Na polêmica provocada pela existência de acampamentos e assentamentos de Sem Terra no seio da região latifundiária do estado onde Iaiá mora, esses colonos parecem incorporar todas as características atribuídas aos comunistas: são levados a agir por pessoas infiltradas, cometem ações terroristas, invadem propriedade, são mau vistos pelas pessoas religiosas.<sup>482</sup>

A oração para Nossa Senhora de Fátima, usada como uma arma contra o comunismo, também faz parte das lembranças de pe. Holmes Conzatti, 67, em Alegrete. Ele conta que

---

<sup>482</sup> O tema dos sem-terra apareceu na entrevista com Horacil quando conversávamos sobre o fato de que padres ligados à Teologia da Libertação foram rotulados de comunistas. Veja-se que a lógica presente nesta fala vai no sentido oposto daquela presente na fala de Iaiá: “Depois, nós tivemos o movimento sem terra que também foi uma coisa que, aqui em Bagé, principalmente, que eu sei, chocou bastante. Porque aqui nós tínhamos movimentos de Cursilho, que eram bastante fortes, aqui em Bagé, no passado, há vinte anos atrás, no tempo de D. Ângelo. Os movimentos de Cursilho eram feitos praticamente só por gente de poder, gente rica. Influenciou bastante no sentido cristão porque se tornaram bastante mais cristãos com os empregados, com a família, com o trabalho deles. Ajudaram bastante, assim, o povo, os pobres porque eles se converteram mais para o cristianismo. Mas, depois, começou o movimento sem terra. Aí houve de novo uma reviravolta e os ricos começaram a se retirar, chocados, porque a Igreja apoiava os sem terra. E eles se sentiam um pouco magoados e agredidos porque invadiram as terras deles, aquela coisa. E até hoje continua o problema. Muita gente não quer saber da Igreja porque os padres apóiam, os padres dão liberdade, enfim, e ajudam os sem terra e eles acham que não é o lugar deles lá onde têm os inimigos deles.” Horacil informou que hoje a diocese de Bagé tem mais de 40 assentamentos de agricultores sem terra.

“Depois, sim. Depois da guerra era o bicho papão do mundo, era o comunismo. Báh! Quanta encíclica, quanta carta do papa também. Depois a gente acentuava muito as profecias de Nossa Senhora de Fátima, 1917. Então, sim, era ‘o’ assunto. O monstro que havia era o comunismo”.

O mesmo padre conta que se apelava também para São Miguel Arcanjo nas nesse tipo de oração:

“C - O senhor sentia na época, chegava a sentir medo do comunismo?

H - Ah, bom, vou te dizer, medo eu não digo, mas a gente torcia para que ele fosse vencido. A gente rezava muito. Assim, tinha uma oração de São Miguel Arcanjo. Depois da missa, todas as missas até antes do Concílio, o padre se ajoelhava na frente do altar e se rezavam 3 Ave Marias, uma Salve Rainha e a oração de São Miguel Arcanjo. Então, essa era especialmente contra o comunismo”.

Outro entrevistado que dirige palavras pouco amigáveis a Prestes é Carino Corso, 80. Aqui ele qualifica o secretário geral do PCB com sendo um miserável, um coitado, que por falta de instrução acabou enveredando para o comunismo:

M<sup>483</sup> - Não tinha o comunismo aqui no Rio Grande?

C - Existia o comunismo de Luís Carlos Prestes. Tanto assim que a Intentona do Rio de Janeiro, do ano de 1935, Luís Carlos Prestes se levantou pra derrubar o regime do governo e adotar o comunismo aqui no Brasil. Felizmente, o comunismo foi derrotado. Isso aconteceu no ano de 1935, no Rio de Janeiro. E, não tenho, como se diz, memórias positivas a respeito dele. Achei um coitado, um miserável, quem sabe não tinha instrução nenhuma e foi pro lado do comunismo.

M - E assim, como que se combatia aqui, o senhor falou que combatiam. Como?

C - Bom, o comunismo, a gente sempre combatia, não por meios materiais, nada. É por instrução, instruindo o povo.”

---

<sup>483</sup> M - Márcia; C - Carino.

Ainda sobre Prestes, há o caso contado por pe. Firmino, do comício realizado em São Leopoldo: <sup>484</sup>“uma vez o Prestes passou por lá e fez um discurso na praça que ficava ao lado do muro da Igreja de São Leopoldo. ‘Ah, o Prestes veio aí fazer um discurso’. Então corria, ‘o comunismo está aí’. Se até o homem está aqui! Então isso nos metia um certo pânico.” Não lembra, nesta época em que estudava em São Leopoldo, de outra pessoa conhecida como comunista além de Prestes.

Pe. Guerino Parizotto também toca no nome de Prestes quando questionado sobre quem, na época, seriam os comunistas no Brasil. Além de citar Prestes, ele se refere a uma situação local, a das eleições de 1945 em Santa Maria. Em sua fala relaciona comunistas com distúrbio, e comunismo com a perseguição aos alemães e italianos no Brasil no período da Guerra.

"G - Era Carlos Prestes, porque ele era propriamente o chefe. Isso era, ele sempre foi o presidente, quem criou o partido, que dum lado não devia ter, ter talvez tirado aquela vez lá, como é que é? Suprimido em 44, 45. Houve comícios em 45, naquelas eleições lá. Me lembro de Santa Maria, já havia muito distúrbio. Só que em 42 era também a perseguição dos alemães e dos italianos (riso). Era a mesma coisa que o comunismo. Andaram perseguindo aí, colocando na cadeia, alemães, torturando. Em Santa Maria queriam saquear o Seminário porque os padres eram alemães, que tinham fugido do Hitler."

Nessa fala ele estabelece relações entre comunistas e distúrbios, mas também aproxima o comunismo à perseguição aos padres. Tal perseguição que atingia os italianos e alemães - e os padres do seminário eram jesuítas alemães - era “a mesma coisa que o comunismo”. O comunismo, assim, ganha corpo nos distúrbios das eleições de 1945, na perseguição aos descendentes dos imigrantes vindos da Itália e da Alemanha e aos jesuítas.

Finalizo a apresentação das memórias e reflexões desses católicos sobre comunismo/ anticomunismo, destacando um comentário de Carino, que parece ter um poder

---

<sup>484</sup> Segunda entrevista, realizada em Bagé no dia 08 de junho de 2000.



de síntese em relação a tudo o que foi exposto. Diferente do que se viu nas palavras de Cláudio, Nelso e José, Carino parece ter realmente sentido medo do comunismo, medo que na verdade, não teria muito sentido num contexto onde todos era cristãos.

"... O comunismo, bom, o comunismo nasceu na Rússia no ano de 1917. No ano em que eu nasci, veio o comunismo. Tinha, a gente tinha verdadeiro pavor do comunismo porque o comunismo é ateu, o comunismo que nega a Deus, que nega os sentimentos da alma e que acha que a vida da gente é que nem a vida de um animal. Morreu, acabou tudo! Não. Comunismo, infelizmente, ele veio destruir o principal que é o valor espiritual. Ele queria destruir a própria alma do indivíduo. Então, a gente combatia muito o comunismo naquele tempo, embora não existisse comunista. A gente tinha um verdadeiro pavor do comunismo, que, de fato, ele veio desgraçar quanta e quanta gente! Matar quantos e quantos inocentes!" (grifo meu)

E questionado sobre o sentimento que lhe ficou em relação ao comunismo, Carino acrescenta: "foi o pior, no pior sentido da palavra, o mais rigoroso, aquilo era que nem um demônio solto no mundo. Comunismo era terrível. A gente tinha pavor do comunismo, se bem que o povo era tudo cristão, tudo católico, né, não tinha nada disso aí".

A análise da leitura que estas pessoas fizeram sobre o combate ao comunismo permitiu levantar uma série de elementos em comum sobre a forma como o anticomunismo era recebido, o que ajuda a traçar novos contornos para o imaginário anticomunista. Destaco os seguintes elementos: a dificuldade em se expressar sobre o tema; a busca de situações mais próximas do dia-a-dia para explicar de forma mais concreta o sentimento acerca do comunismo; a ênfase nas imagens que relacionam comunismo com anticlericalismo e destruição das famílias; o nome de Luís Carlos Prestes, como praticamente o único representante deste sistema inimigo; e a possibilidade de rastrear a construção de memórias que relacionam o comunismo com o México, a Espanha e Cuba, a possibilidade

de fazer, em alguns momentos, distinções entre as lembranças de leigos e aquelas dos membros do clero.

O que parece mais significativo destacar é que esse conjunto de representações tem correlações com aquilo que os historiadores já descreveram como sendo o imaginário anticomunista. Mas, ao mesmo tempo, há uma vasto conjunto de novidades. E essas novidades parecem estar muito mais relacionadas à busca de formas de imaginar, de representar e de expressar o que era o comunismo do que propriamente ao conteúdo do anticomunismo. Não é o caso de concluir que estas “pessoas comuns” não entenderam a mensagem que o discurso anticomunista veiculava. É o caso de reconhecer que eles leram tal discurso dessa forma particular - e também podem tê-lo difundido assim.

Porque leram dessa forma e não de outra? É o que será tratado na próxima parte da tese.

## **Terceira Parte**

### **Os pressupostos das diferentes leituras sobre o anticomunismo**

O desafio que se coloca nesta última parte da tese é o de explicar porque o fenômeno do anticomunismo pôde ser lido da forma como foi apresentado anteriormente, pelos dois grupos de sujeitos analisados. Para tanto, serão trabalhadas questões específicas de cada grupo e feitas comparações, destacando diferenças e pontos de convergência.

Depois de apresentada a forma como se deu a recepção do anticomunismo brasileiro por um grupo de funcionários do *foreign service* norte-americano e a recepção do anticomunismo católico por um grupo de padres e fiéis católicos, a primeira impressão que se tem é que nesses dois universos estão em discussão questões totalmente diferentes e até incomparáveis. E o mesmo se sente em relação ao lugar a partir de onde esses sujeitos avaliaram o anticomunismo e ao tipo de fonte que permitiu ter acesso a essa recepção diferenciada. Fará sentido, então, comparar o que parece incomparável? E como fazer isso?

A princípio, a razão para aceitar o desafio da comparação é que há um tema em comum - o anticomunismo brasileiro do período de 1945 a 1964 – interpretado por grupos diferentes. Mas, o que mais conta é que a intenção de comparar leituras diferentes sobre o anticomunismo foi, desde o começo da pesquisa, o centro dos meus interesses. Acredito que é possível operar tal comparação, na medida em que forem feitas as mesmas perguntas para ambos os grupos. Para tanto, a metodologia utilizada nos dois próximos capítulos será a retomada de elementos trazidos pelas fontes e apresentados anteriormente e a apresentação de novos, a busca de auxílio na historiografia e o desenvolvimento de análises a partir desses

elementos. Às fontes diplomáticas e às orais serão feitas as mesmas perguntas: como cada um dos grupos via o extensão do perigo do comunismo no Brasil, no período estudado? A que outros perigos o comunismo era associado? Qual o lugar social e o universo cultural a partir dos quais os sujeitos cujas vozes foram representadas nestas fontes falavam? Tendo em vista o lugar social que eles ocupavam, o que se poderia esperar – ou se esperava – que eles falassem a respeito de comunismo/anticomunismo?

Tendo respondido tais questões para cada grupo, será possível fazer as devidas comparações. Nesse intento, esta parte está organizada em três capítulos: no primeiro serão discutidos os pressupostos da leitura norte-americana; no segundo, aqueles das fontes católicas; e finalmente, no último, serão apresentadas as comparações.

## Capítulo 8

### Os pressupostos da leitura norte-americana

#### 8.1 – A avaliação sobre o perigo comunista no Brasil

Como se dava a relação entre a avaliação do anticomunismo e aquela sobre o perigo do comunismo no Brasil? Era por não dar conta de enfrentar a ameaça comunista que o anticomunismo brasileiro era criticado pelos norte-americanos que trabalhavam nos Consulados, na Embaixada, no Departamento de Estado ou em outras agências dos Estados Unidos que tinham atuação no Brasil? Para tentar responder a estas perguntas, será analisada uma situação conjuntural na qual se falou com muita ênfase no perigo comunista: a conjuntura de 1961/1964, período da presidência de João Goulart.

No momento, procurar-se-á entender que tipo de relação os documentos diplomáticos traçavam entre João Goulart e os comunistas e em que medida tal relação era considerada perigosa. O bloco central da análise será composto pela contraposição entre dois documentos, produzidos entre agosto e setembro de 1963 e que estão interrelacionados. O documento de 21 de agosto de 1963 foi assinado pelo embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, e enviado para o *Assistant Secretary of Inter-American Affairs*, Edwin M. Martin, no Departamento de Estado. Nele, o embaixador traça um panorama da situação política do Brasil, fazendo entre outras coisas uma análise da “aliança e paralelismo” existentes entre Goulart e os comunistas.<sup>485</sup> O texto é bastante

---

<sup>485</sup> *Political Trends and Contingencies in Brazil*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, num total de

pessimista e revela que o seu relator estava preocupado com a situação descrita. O documento de 5 de setembro de 1963 foi, por sua vez, produzido no *Office of Inter-American Affairs* (ARA) e assinado pelo *Assistant Secretary* Martin, como resposta a uma correspondência que fora recebida dias antes – o telegrama n. 373 - proveniente da Embaixada no Rio de Janeiro e que versava também sobre a situação política do país.<sup>486</sup>

Mesmo que o documento de setembro não fosse a resposta àquele de agosto, ambos se referiam a um mesmo telegrama que teve suas linhas básicas ratificadas na correspondência de agosto, mas que foi fortemente contestado pelo de setembro. Têm-se, então, duas visões sobre o mesmo problema, que levam a conclusões discordantes sobre o perigo comunista no Brasil no ano de 1963 e relacionado com o governo Goulart.

A situação do país era vista por Gordon como perigosa. O perigo estaria na combinação de diferentes elementos que poderiam levar a uma situação que - por afetar diretamente as relações entre Estados Unidos e Brasil, e com a América Latina em termos gerais - seria tão ruim quanto o seu futuro resultado, o de uma tomada direta do poder pelos comunistas.<sup>487</sup> Os elementos perigosos citados pelo embaixador foram os seguintes: a falta de uma administração racional; o crescimento das dificuldades econômicas; as manobras neogetulistas de parte de Goulart para aumentar o seu próprio poder e reduzir aquele dos adversários; o alto grau de sobreposição entre autoritarismo sindical e autoritarismo socialista desejado pelos comunistas e pelos seus aliados próximos; a falha de muitos brasileiros - potencialmente opostos ao autoritarismo socialista e à ruptura das boas relações com os Estados Unidos - em se dar conta da seriedade da situação e de juntar coragem e organização para parar ou retardar o rumo dos acontecimentos; a disposição de outros em

---

10 páginas. Caixa 3832. Este despacho será de agora em diante referido apenas como “documento de agosto de 1963”. Há uma cópia deste documento no Anexo 4.

<sup>486</sup> *INR Comments on Embassy Rio Telegram 373 Concerning the Brazilian Political Situation*. Memorando interno do Departamento de Estado, de Edwin M. Martin (ARA) para Thomas L. Hughes (INR), sem data, 14 páginas. Este documento encontrava-se grampeado a outros dois, o primeiro dos quais datado de 5 de setembro de 1963: *Brazil*. Memorando de W. Averell Harriman para General Maxwell D. Taylor, Chairman, Joint Chiefs of Staff, no Departamento de Defesa em 5 de setembro de 1963; *Deterioration of Conditions in Brazil*. Memorando de Maxwell D. Taylor, Chairman, Joint Chiefs of Staff para Chairman, Special Group, sem data. Caixa 3833. O documento *INR Comments ...* será chamado a partir de agora de “documento de setembro de 1963”.

<sup>487</sup> “The danger as we see it is that the combination of several elements may lead us to a situation which, as it affected U.S.- Brazilian relations and the developments in Latin America more generally, initially would be almost as bad as and would probably later result in a direct Communist takeover”. Documento de agosto de 1963, p. 6.

servir às propostas do regime e/ou dos comunistas, devido tanto à sua visão curta quanto a um conceito estreito de vantagem política e pessoal ou ainda por causa de covardia.

Vê-se, nesta listagem, preocupações a respeito da administração e da economia mas, especialmente, questões políticas como a pressuposição de que Goulart buscava mais poder, a sobreposição entre autoritarismo sindical e socialista, o perigo de serem afetadas as relações do Brasil com os Estados Unidos, e a reclamação da falta de um combate mais corajoso e eficiente ao comunismo mesclada com a lógica do oportunismo que levaria partidos a apoiarem os comunistas para alcançar vantagens políticas.

Para deixar mais claro o que o embaixador entendia por paralelismo entre Goulart e os comunistas, ele citou táticas sindicalistas empregadas pelo governo: reforçar o poder de certos sindicatos privilegiados, para ter a ameaça de uma greve geral como arma política; reforçar seu próprio dispositivo militar; desmoralizar e intimidar o Congresso; gastar dinheiro público legal e ilegalmente para conseguir apoio; fazer barulho nacionalista e proclamar seu amor pelas massas sofredoras.<sup>488</sup> Um exemplo concreto disso teria sido o uso da greve geral para intimidar o Congresso a votar pelo plebiscito que lhe garantiria a retomada dos plenos poderes presidenciais.

O grande perigo que Lincoln Gordon via no rumo que Goulart estava dando ao seu governo era o da emergência de um regime sindicalista autoritário com um alto grau de anti-americanismo e de influência comunista.<sup>489</sup> O embaixador expôs sua desconfiança de que Goulart estava preparando um golpe contra o sistema constitucional, o que lhe parecia provável se continuassem crescendo as dificuldades econômicas, as quais dariam razões para uma presença mais forte do Estado. Um golpe deste tipo, segundo Gordon, poderia ser dado com risco relativamente baixo: seriam feitas pequenas mudanças no gabinete e nos comandos militares; garantida a maioria no Tribunal Superior de Justiça; além de uma ação de Goulart e seus aliados para remover Lacerda do governo da Guanabara, o maior opositor do regime. A derrubada de Lacerda seria o ponto sem retorno para a queda da democracia brasileira.<sup>490</sup>

---

<sup>488</sup> Documento de agosto de 1963, p. 6.

<sup>489</sup> Idem, p. 9.

<sup>490</sup> Idem.

Em tal golpe, os comunistas teriam um papel importante a desempenhar. O embaixador tinha uma “certeza virtual” de que

“os comunistas providenciariam uma parte decisiva da base para a posição de Goulart tendo em vista: a) a longa associação dele com os comunistas; b) o crescimento da desconfiança de outros setores em relação a ele; e c) o fato de que no presente os comunistas podem projetar sua influência muito mais através dele do que sem ele”.<sup>491</sup>

O embaixador ainda ponderou que um regime sindicalista autoritário poderia ser um regime anticomunista, mas que as circunstâncias daquele momento eram diferentes daquelas dos anos 30, sendo que no momento o bloco comunista, e não a Alemanha, era a maior fonte internacional de apoio para um regime anti-americano. Além disso, considerou que a infiltração comunista no Brasil havia crescido muito desde os anos 30. Dessa forma, as questões enfrentadas por Goulart seriam mais complexas do que aquelas enfrentadas por Vargas, mas o primeiro, acreditava o embaixador, estava demonstrado incapacidade para lidar com elas e falha em entendê-las.<sup>492</sup>

A mesma idéia estava presente no citado telegrama 373:

“de acordo com o telegrama, uma vez que tenha tido sucesso em consolidar seu poder como ditador, com base no apoio do sindicalismo organizado, dos militares leais e de um nacionalismo anti-americano, Goulart provavelmente será substituído com facilidade pelos comunistas”.<sup>493</sup>

---

<sup>491</sup> “(...) the virtual certainty that the Communists would provide a key part of the base for Goulart’s position in view of a) his long association with the Communists, b) growing distrust of him by other sectors, and c) the fact that the Communists for the present can project their influence much better through him than without him (...)”. Idem, p.10.

<sup>492</sup> Idem.

<sup>493</sup> “According to the telegram, once he has succeeded in consolidating his power as dictator on the basis of organized labor support, a loyal military establishment, and anti-American nationalism, Goulart will them probably be easily replaced by the Communists”. Documento de setembro de 1963, p.2.



Junto com a crença de que uma possível ascensão dos comunistas se daria por intermédio de Goulart, estava aquela de que o peso político dos comunistas era muito maior que a sua expressão numérica fazia crer. É o que se vê nas palavras de Gordon sobre a extensão do perigo comunista no Brasil, ainda no documento de agosto:

“Eu não pretendo ser um expert em comunismo internacional ou em outros países, mas eu sinto que buscar um número suficiente de membros declarados do Partido Comunista para governar o Brasil seria uma forma enganosa de calcular o seu perigo aqui. Como você já sabe, o número de comunistas guatemaltecos era pequeno e o Partido Comunista Ortodoxo Cubano era fraco”.<sup>494</sup>

Assim, avaliar o perigo comunista pelo número de adeptos do partido poderia levar a “erros” como os cometidos pelos Estados Unidos na Guatemala<sup>495</sup> e em Cuba.

A teoria de que Goulart planejava a implantação de um regime peronista, sindicalista, neo-getulista é contestada pelo *Assistant Secretray* Martin, no documento de setembro de 1963. O raciocínio da objeção à teoria de Gordon era o seguinte: essa teoria impede o levantamento de hipóteses alternativas sobre as intenções de Goulart, que poderia estar apenas querendo terminar o mandato dentro do sistema constitucional e eleger seu sucessor. Nesse plano, as reformas de base lhe dariam uma forte imagem de reformador social, fortaleceriam o PTB e, assim, Goulart poderia voltar a ser eleito em 1970. Faltava validade, segundo Martin, para a tese de que Goulart estaria buscando uma ditadura na qual almejaria o apoio dos comunistas. Tal predição não estaria levando em conta a prevalescência do pensamento democrático entre os brasileiros, a força dos elementos democráticos em todos os setores da sociedade, a relativa fraqueza dos comunistas e seus apoiadores, o caráter do presidente, sua provada habilidade de entender e manipular estes fatores.

---

<sup>494</sup> “I do not intent to be an expert on international Communism or on other countries, but I feel that to look for a sufficient number of overt members of the Communist Party to govern Brazil would be a grossly misleading way to assess the danger here. As you well know, the number of Guatemalan Communists was small and the Orthodox Cuban Communist Party was weak”. Documento de agosto de 1963, p.7.

<sup>495</sup> Ao falar da Guatemala, o embaixador certamente se refere ao governo de Arbenz Guzmán que, acusado de ser comunista, foi em 1954, derrubado através de um plano orquestrado pela CIA. De acordo com SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S - Latin American Relations*. 2. Ed. New York: Oxford University Press, 2000, p. 135-136 e PALMOWSKI, Jan. Op. cit., p. 246.

Parece que na visão do Departamento de Estado, Goulart era mais astuto do que os próprios comunistas. Ele não é representado como um daqueles líderes brasileiros que, na opinião do pessoal diplomático que trabalhava no Brasil, não conseguia avaliar a extensão do perigo comunista. Ao contrário, no documento transparece que a própria Embaixada foi acusada de não conseguir avaliar como Goulart entendia e usava em seu próprio benefício aquilo que era considerado perigoso.

Assim, no despacho de setembro de 1963, Goulart é representado como sendo suficientemente astuto para perceber que se quisesse se estabelecer como um ditador teria forte oposição de governadores como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Ney Braga, das forças democráticas no Congresso, nos partidos políticos e nos setores sindical, empresarial e intelectual. E Goulart também saberia, segundo Martin, que sua atitude iria privá-lo de apoio dos militares. Mas, se apesar de toda essa oposição, Goulart ainda se tornasse um ditador, isso mostraria que ele era muito competente e por isso dificilmente seria substituído pelos comunistas. Esses e seus seguidores somavam um pequeno número e estariam mais sujeitos ao controle e influência de Goulart do que vice-versa. E a sorte dos comunistas, nesse quadro, não seria boa:

“sob um regime autoritário dirigido por Goulart com o apoio de elementos militantes do sindicalismo organizado, os comunistas poderiam ser ainda menos significantes do que no presente (sua experiência na Argentina sob Perón pareceria pertinente como exemplo)”.<sup>496</sup>

Esta divergência de pontos de vista entre Gordon e Martin a respeito de Goulart é comentada no estudo de Rabe a respeito da Aliança para o Progresso.<sup>497</sup> O autor informa que, dentro do Departamento de Estado, vários funcionários, entre eles o *Assistant Secretary* Martin se opunham à previsão de Gordon de que Goulart pretendia permanecer

---

<sup>496</sup> “Under an authoritarian regime run by Goulart with the support of elements of the military and of organized labor, the Communists might be even less significant than at present (Their experience in Argentina under Perón would seem to be pertinent in this instance)”. Documento de setembro de 1963, p. 3

<sup>497</sup> RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999, p. 98.

no governo depois de terminado seu mandato e levar o país para o campo comunista. Martin acreditava que Goulart precisava de apoio da esquerda porque temia – corretamente – que os elementos conservadores, incluindo os militares, armassem uma conspiração. Mas, esse tipo de interpretação não teve força para fazer com que a administração questionasse as verdades que havia construído. Tanto é que, segundo o mesmo autor, o presidente Kennedy teria observado que a situação do Brasil o preocupava mais que a de Cuba.<sup>498</sup>

A partir desses documentos citados e de outros que serão apresentados a seguir, é possível notar que ao mesmo tempo em que esses norte-americanos - que tratavam de questões relacionadas ao Brasil - defendiam que os comunistas possuíam uma influência superior ao que o seu próprio número sugeria, ainda assim concluíam que tal influência era bastante limitada e não contava apoio popular. Parece que foi construída uma lógica do tipo: os comunistas são poucos e têm sucesso em influenciar a imprensa, o movimento sindical e estudantil, setores da Igreja, do exército e da administração. Porém não têm o desejado apoio popular. Na visão do embaixador - e dos funcionários que trabalhavam nos outros postos e que estavam em contato mais ou menos direto com o caldeirão da política brasileira no ano de 1963 - pesava mais a parte da sentença que se referia à influência bem sucedida. Essa influência, então, parecia fazer com que os grupos apoiadores do regime e portadores de uma postura anti-americana fossem tomados pelo CDNA como mais perigosos ainda. Na visão do Departamento de Estado, representada pelo *Assistant Secretary* Martin, parece que havia mais ênfase na idéia de que a influência dos comunistas – que eram poucos – era limitada, tanto entre a população, quanto no governo.

A visão que os paulistas contrários ao governo federal tinham da relação do mesmo com os comunistas convergia, porém, com aquela proposta pelo embaixador Gordon. Veja-se um despacho de Consulado de São Paulo, datado de julho de 1964, no qual são discutidos os antecedentes que levaram ao golpe.<sup>499</sup> Aqui é preciso levar em conta que a opinião expressa podia tanto ser a dos “paulistas” - os que estavam em contato com o Consulado – quanto a dos próprios funcionários deste posto.

---

<sup>498</sup> “These discriminating interpretations of Brazilian politics failed to persuade the administration to abandon its Cold War verities. As President Kennedy remarked, the situation in Brazil “worried him more than in Cuba”. RABE, p. 68.

<sup>499</sup> *Semi-Annual Political Review - January/February 1964*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 2 de julho de 1964. Caixa 1932, 9 páginas.

“Uma esmagadora maioria dos paulistas articulados acreditava que Goulart era o seu inimigo comum. Eles acreditavam que o país estava se dirigindo, na melhor das hipóteses, para uma tradicional ditadura latino-americana e, na pior, para uma tomada comunista. Amplos setores das classes baixas, não educadas e politicamente marginais não entenderam este quadro e provavelmente não chegariam a entendê-lo até que fosse tarde demais. Isso não altera a afirmação de que a opinião pública criou um clima revolucionário”.<sup>500</sup>

O perigo estaria, então, configurado em Goulart. Ele seria o instrumento para a instalação de uma ditadura ao velho estilo latino-americano ou, pior do que isso, para uma tomada do poder pelos comunistas. Ainda que a maioria da população que pertencia às classes baixas não tivesse tal visão, estava criado o clima revolucionário. E era nesse clima que os funcionários norte-americanos estavam trabalhando e construindo os relatos a serem enviados ao Departamento de Estado. Eles também contribuía para alimentar tal clima.

A questão do número, influência e perigo comunista no Brasil também foi tema de outro documento, elaborado no Departamento de Estado antes dos acima apresentados, em abril de 1963.<sup>501</sup> No despacho, enviado de Washington para a Embaixada norte-americana em Paris, foi traçado um quadro geral da situação dos comunistas no Brasil e da relação deles com o governo Goulart. Informou-se que o partido, apesar de ilegal, vinha atuado abertamente; seu líder fazia discursos, escrevia artigos para jornais e era conhecido por todos; seu jornal circulava semanalmente; e, além disso, o partido apoiava candidatos de quase todos os partidos. Tal tipo de apoio vinha se dirigindo especialmente para o partido mais à esquerda, o PTB. A habilidade política dos comunistas foi assim descrita:

---

<sup>500</sup> “An overwhelming majority of articulate Paulistas had agreed that Goulart was their common enemy. They believed that the country was heading for an old-fashioned Latin dictatorship at best and a Communist takeover at worst. Large sectors of the uneducated politically marginal lower classes did not have this picture and probably never would have gotten it until to late. This does not alter the statement that public opinion had created a revolutionary climate”. Idem, p. 2.

<sup>501</sup> *Communist Position in Brazil*. Despacho do Departamento de Estado para a Embaixada Norte-Americana em Paris, em 20 de abril de 1963, caixa 3687.

“mas os comunistas têm jogado seu jogo muito habilmente, muitas vezes dando a impressão de que eles controlam mais votos do que realmente controlam e persuadindo os candidatos a buscar o seu apoio, em eleições muito disputadas entre candidatos não comunistas”.<sup>502</sup>

O documento também informa que havia um pequeno partido dissidente, que parecia seguir mais as linhas da China e de Cuba do que a de Moscou.

Tendo um número pequeno de adeptos mas influência maior do que aquela sugeridas pelos números, os esforços comunistas de penetração, segundo o mesmo despacho, estavam tendo sucesso nos sindicatos de trabalhadores e no movimento estudantil. Quanto à possível infiltração no governo federal os comentários foram os seguintes:

“apesar de que o Partido Comunista, como tal, tem tido sucesso limitado em penetrar no governo e nas Forças Armadas, comunistas e esquerdistas ultra-nacionalistas mantêm importantes posições e algumas vezes influenciam as políticas de ambas as instituições. Este último fenômeno se deve em parte à carreira política do presidente Goulart (que tem associação próxima com a esquerda) e às circunstâncias sob as quais Goulart assumiu o poder presidencial (sob violenta oposição dos elementos mais conservadores dos círculos militares e políticos brasileiros). Ambas as circunstâncias levaram o presidente a aparentemente concluir que os elementos esquerdistas na política, entre os militares e no sindicalismo são os seus únicos apoiadores confiáveis - uma situação que o levou no passado a se apoiar fortemente neles para conquistar seus objetivos políticos imediatos. É compreensível que isto tenha permitido o crescimento das oportunidades de penetração e influência”.<sup>503</sup>

---

<sup>502</sup> “But the Communists have played their political game very skillfully, often giving the impression that they control more votes than they really do, and persuading candidates to seek their support in a close election among several non-Communists”. Idem, p. 1.

<sup>503</sup> “Though the Communist Party as such has had only limited success in penetrating the government and the armed forces, Communists, and ultra-nationalist leftists do hold important positions in, and sometimes influence the policies of, both institutions. This latter phenomenon is due in part to the political career of President Goulart (one of close association with the Left) and to the circumstances under which Goulart took presidential power (over the violent opposition of most of the conservative elements in Brazilian military

Por outro lado, o despacho também comenta que os comunistas - apesar das notícias dos jornais em contrário - não controlavam o crescente movimento de sindicalização rural e nem tinham capacidade para levar adiante uma greve geral. E, como comunistas, o seu nível de aceitabilidade pública e ou de credibilidade seria baixo, o que poderia ser visto pela participação nas manifestações públicas por eles promovidas, como o Congresso de Solidariedade a Cuba.

Quer dizer, apesar do número, da propaganda, das notícias dos jornais, este documento tende a enfatizar que os comunistas não tinham muita força no Brasil e que sua relação com Goulart estava relacionada aos percalços que o mesmo tivera para garantir sua posse como presidente, o que fizera com que ele passasse a confiar na esquerda como seu grupo de apoio. Vê-se que, também neste documento, a visão do Departamento era menos pessimista do que a expressa pela Embaixada no que se refere aos laços entre Goulart e os comunistas. Parece uma avaliação bastante ponderada e despida de exageros.

Mas se era possível fazer uma análise que mostrava as limitações e fraquezas do Partido Comunista e de suas relações com o presidente João Goulart, porque esses norte-americanos atuando no Brasil ou em Washington - envolvidos nos temas brasileiros – mantinham uma contínua vigilância no embate entre comunistas e anticomunistas?

O perigo comunista parece fazer sentido quando se observa que estes norte-americanos usavam um conceito mais largo de comunismo no que se refere ao Brasil, englobando manifestações de nacionalismo e/ou anti-americanismo. E, em nível continental, isso se mesclava à preocupação em manter a América Latina longe da expansão comunista. A “perda” de Cuba já havia acontecido e o desdobramento dos acontecimentos políticos no Brasil teria conseqüências no relacionamento norte-americano com o conjunto dos países da América Latina.

Vê-se, então, que a avaliação feita a respeito do perigo do comunismo – enquanto Partido(s) Comunista(s) - pode não ser correspondente ao empenho utilizado pelo corpo

---

and political circles). Both of these circumstances have led President Goulart to apparently conclude that the leftist elements in politics, the military and labor are his only truly reliable supporters - a situation which has led him in the past to rely heavily on them in achieving his immediate political goals. Quite understandably, this has led to increased opportunities for penetration and influence.” Idem, p. 2.

diplomático norte-americano para acompanhar e criticar as práticas anticomunistas brasileiras e também para colaborar com elas. Mesmo que estivessem claras as distinções e aproximações entre o governo Goulart e os comunistas e que a influência dos últimos fosse tomada, às vezes, como mais ou como menos intensa e bem sucedida, havia o consenso de que ela era limitada. Mas, mesmo sendo limitada, ela devia ser combatida. Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado ao perigo representado pelo nacionalismo do que pelo comunismo.

## **8.2 – A associação entre comunismo e outros “perigos”: o nacionalismo e o anti-americanismo**

Tendo discutido a primeira grande questão sobre como se dava a avaliação do perigo comunista no Brasil, a partir do exemplo da conjuntura anterior ao golpe de 1964, passo para a análise dos perigos aos quais o comunismo era associado. Como já foi indicado, o perigo do comunismo pareceu estar associado ou ser amplificado devido à existência de sentimentos de anti-americanismo, de nacionalismo - ou de “ultra-nacionalismo” - entre a população brasileira e entre certas lideranças do país. Isso parece ter gerado nos membros do corpo diplomático norte-americano uma preocupação tão grande ou até maior que do aquela relacionada ao “perigo comunista” em si. Comunismo, anti-americanismo e ultra-nacionalismo foram temas tratados conjuntamente em várias situações na correspondência que circulava entre Departamento de Estado, Embaixada e Consulados no Brasil. A leitura dessa documentação revela que a vigilância norte-americana quanto ao crescimento de grupos de esquerda não-comunistas foi tão grande quanto àquela voltada diretamente aos comunistas. Assim, é possível concluir que a esquerda em seu conjunto merecia um olhar de desconfiança.

Isso pode ser percebido num excerto do mesmo documento de agosto de 1963, anteriormente citado, no qual o embaixador Lincoln Gordon comparou a esquerda brasileira a um zoológico:

“no Brasil, a esquerda é como um zoológico com todos os tipos de espécimes, muitos deles, provavelmente a maioria deles, não são simpatizantes diretos dos comunistas. Mas se ao invés de tentar contar cabeças comunistas, se olhar para a penetração de idéias socialistas estatistas na esquerda e em outros círculos e a aceitação de todo um conjunto de sofismas promovidos pelos comunistas - a tese do ‘processo de espoliação’, por exemplo, e num nível mais elitizado, o argumento dos termos de comércio - a tese de que os anticomunistas são tão ruins, senão piores do que os comunistas, etc, se tem um quadro ainda mais preocupante. E há ainda toda uma bagagem de controle e estatismo deixada pelo Estado Novo, e os muitos arranjos feitos desde então, que dão ao presidente tremendo poder de influenciar comportamentos e atitudes”.<sup>504</sup>

A esquerda, então, comportava “espécimes” variados. Mesmo que a maioria dos grupos que a compunham não simpatizasse com os comunistas, todos estavam, segundo o embaixador, envolvidos com idéias que defendiam o estatismo que, de certa forma, era visto como herança do Estado Novo, mas que também tinha manifestações mais recentes, demonstradas pela aceitação e difusão de “sofismas” comunistas como aqueles que se referiam ao “processo de espoliação” e à questão dos “termos do comércio”.

Segundo Rabe, desde o fim dos anos 1940, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, desenvolveu estudos que demonstravam que ao longo do século XX os preços que os latino-americanos recebiam pelas exportações de seus produtos primários declinavam em relação ao preço que eles pagavam pelas importações de produtos industrializados. O autor mostra que os funcionários norte-americanos envolvidos

---

<sup>504</sup> “In Brazil, the left is something of a zoo of all types of specimens, many of them, probably most of them, not direct sympathizers with Communism. But if instead of trying to count Communist noses, one looks at the permeation in leftist and other circles of state socialist ideas and the acceptance of a whole string of Communist-promoted sophisms, the ‘spoliation process’ thesis, for example, and on a more elite level the terms of trade argument, the thesis that ‘anti-Communists’ are as bad if not worse than the Communists, etc, one gets a more worrisome picture. And then there is a whole baggage of controls and statism left over from the Estado Novo and the many embellishments made on it since then, which give the president tremendous power to influence both behavior and attitudes.” Documento de agosto de 1963, p. 8.



na efetivação da Aliança para o Progresso evitavam tratar desta questão.<sup>505</sup> O que o documento em análise revela é que o uso de tal terminologia era severamente criticado.

Referindo-se a exemplos de estatismo no Brasil, no mesmo documento, o Embaixador citou a interferência e a regulamentação do Estado no campo do trabalho, o controle de preços e salários e a necessidade de permissões para importação, além de outros elementos que faziam com que a iniciativa privada ficasse à mercê do governo. Tudo isso, segundo ele, juntamente com o paralelismo e tolerância em relação aos comunistas, quanto não o apoio direto a eles, aumentava centenas de vezes o poder que os sindicalistas e os comunistas tinham para ampliar seu controle, desmoralizar ou destruir os inimigos.<sup>506</sup>

Outras críticas à interferência do Estado na economia estão presentes no mesmo documento: se o alto grau de estatismo presente no governo era uma herança do Estado Novo, o Embaixador avaliava que a tendência do governo Goulart era a de expandir ainda mais a esfera estatal. Isso, segundo ele, não iria trazer benefícios para a população desprivilegiada, e provavelmente levaria a um declínio na produção, devido tanto à corrupção quanto à falta de habilidade dos brasileiros em conduzirem o país de forma altamente centralizada.<sup>507</sup> Tais declínios na produção, por sua vez, fariam sofrer a classe trabalhadora industrial e a classe média urbana, o que teria efeitos radicalizadores na situação política.

Mas, o receio norte-americano em relação a estatismo e nacionalismo não se manifestou apenas nas avaliações sobre a conjuntura de 1961-1964. Desde o início do período aqui estudado ele era um elemento presente nas relações entre os dois países. De acordo com o estudo de Gerald K. Haines,<sup>508</sup> que enfoca as relações entre Estados Unidos e Brasil de 1945 a 1954, os temas comunismo, nacionalismo e anti-americanismo estavam sempre em discussão. Todos esses “ismos” se mesclavam e eram combatidos, na medida em que eram vistos como empecilhos para a tentativa “vender os Estados Unidos”, com ênfase na defesa do capital privado e da livre iniciativa.

---

<sup>505</sup> RABE, Stephen. Op. cit., p. 164.

<sup>506</sup> Documento de agosto de 1963, p. 8.

<sup>507</sup> “Brazilians, at this stage in their history simply do not have the administrative and organizational skills required to run the country on a highly centralized basis”. Idem, p.2.

<sup>508</sup> HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. SR Books, Wilmington, DE: 1989.

Depois da II Guerra, as relações entre os dois países foram conturbadas. Os governos brasileiros constantemente acusaram os Estados Unidos de terem “abandonado” o Brasil.<sup>509</sup> Do ponto de vista das administrações de Truman e Eisenhower, todavia, o que dificultava as relações era a opção norte-americana pelo investimento na recuperação da Europa e Ásia através do Plano Marshall, mas também, no caso do Brasil, contava a “barreira” representada pelo pensamento nacionalista. O nacionalismo estaria impedindo que os Estados Unidos conseguissem seus objetivos que eram os de garantir a cumplicidade brasileira nos temas políticos hemisféricos e mundiais, especialmente no combate ao comunismo. Ele também impedia a abertura das portas do país para os interesses das companhias norte-americanas, como foi o caso da exploração do petróleo.

Em suma, nas palavras de Haines, os dois presidentes norte-americanos do período que ele estuda “se opuseram ao nacionalismo e ao controle estatal da vida econômica, almejavam um clima favorável para os negócios e os investimentos privados norte-americanos, encorajaram o acesso dos Estados Unidos a matérias primas (especialmente petróleo e outros minerais estratégicos), resistiram a um ‘excessivo desenvolvimento industrial’, e definiram a paz mundial e a prosperidade em termos norte-americanos e como rejeição à ideologia comunista”.<sup>510</sup>

O reclamo brasileiro de que o “relacionamento especial”<sup>511</sup> que se estabelecera entre os dois países durante a Guerra deveria continuar e ser concretizado em ajuda econômica para o desenvolvimento – assim como estava sendo feito alhures por meio do Plano

---

<sup>509</sup> Esta questão foi bem explorada por Stanley Hilton. HILTON, Stanley. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. In: *The Journal of American History*. Vol. 68, n. 3, dezembro 1981, p. 599 a 624.

<sup>510</sup> “Opposed economic nationalism and state control of economic life, sought a favorable climate for U.S. business and private investment, encouraged U.S. access to raw materials (especially oil and other strategic minerals), resisted ‘excessive industrial development’, and defined world peace and prosperity in American terms and as the rejection of Communist ideology”. HAINES, Gerald K. Op. cit., p. ix.

<sup>511</sup> Os principais componentes do “relacionamento especial” mantido entre Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foram, segundo Hilton, os seguintes: o Brasil permitiu a construção de bases aéreas norte-americanas no Nordeste; recebeu empréstimos para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda; participou através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) da Guerra, ao lado dos Estados Unidos que também contribuíram para modernização material e de pessoal dentro das Forças Armadas brasileiras; recebeu o apoio dos Estados Unidos para conseguir um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tudo isso fazia crer à diplomacia brasileira que o final da Guerra não mudaria o padrão de relacionamento e, dessa forma, o Brasil poderia contar com o apoio financeiro dos Estados Unidos para o desenvolvimento da sua indústria e a continuidade do processo de modernização das Forças Armadas.

Marshall – tinha geralmente como resposta das administrações norte-americanas que o desenvolvimento seria melhor alcançado com a atração de capital privado internacional do que com programas de ajuda econômica. Nas diversas formas que esta divergência tomou ao longo das duas primeiras administrações brasileiras depois do Estado Novo, é possível perceber a incompatibilidade entre dois modelos de desenvolvimento: aquele que tinha o Estado como propulsor e o que se assentava no capital privado e na crença na livre iniciativa.

Comentando as dificuldades do Brasil em conseguir empréstimos norte-americanos ainda no governo Dutra, Stanley Hilton destaca o peso da convicção da administração Truman de que as necessidades de desenvolvimento do Brasil poderiam ser melhor resolvidas pelo capital privado. Também relata que os membros norte-americanos da *Joint Brazil-United States Technical Commission*, instalada em 1948 para discutir pontos de estrangulamento na economia brasileira, deram ao Brasil os mesmos conselhos.<sup>512</sup> Vários anos depois, em janeiro de 1955, no governo de Café Filho, em meio a uma nova tentativa de conseguir empréstimos, foi realizado um encontro entre o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Carlos Muniz, e alguns “experts” do Departamento de Estado, na qual os últimos enfatizaram a necessidade de orçamentos equilibrados, inflação controlada e liberalização das leis de petróleo para permitir a participação do capital estrangeiro.<sup>513</sup>

Norte-americanos viam nacionalismo como sinônimo de anti-americanismo. Numa reportagem de julho de 1959 do Departamento de Estado, citada por Haines, o movimento nacionalista brasileiro é descrito como sendo liderado

“por intelectuais e estudantes universitários que tinham um exagerado senso de orgulho nacional, uma necessidade urgente de mudança e um medo da influência externa, especialmente norte-americana. Esses indivíduos tendiam a traduzir teorias políticas e econômicas, pobremente assimiladas, diretamente de fora para programas políticos, numa tentativa de encontrar soluções simples para os problemas do Brasil.

---

Esperava-se também que tal relacionamento garantisse vantagens para o Brasil em detrimento da vizinha e rival Argentina e também no conjunto dos países de fala espanhola da América Latina.

<sup>512</sup> HILTON, Stanley. Op. cit., p. 603.

<sup>513</sup> Idem, p. 617.

Nessa busca por soluções rápidas, muitos se voltaram para o Marxismo que oferecia um vocabulário pronto e um programa completo. A esses radicais faltava um entendimento de como o capitalismo mudou nos Estados Unidos e na Europa Ocidental no século XX, e eles sofriam de um complexo de inferioridade coletivo”.<sup>514</sup>

Nesta descrição aparecem elementos que já foram apresentados em outros momentos dessa tese, e que estão presentes na documentação pesquisada: a questão do uso do vocabulário emprestado dos comunistas; do empréstimo e mau uso de teorias estrangeiras, adaptadas acriticamente à realidade brasileira; da falta de entendimento da evolução do capitalismo. Aparece algo novo que é a questão do complexo de inferioridade. Falar-se-á mais adiante do “complexo de superioridade” que parece servir para descrever certas avaliações desses norte-americanos sobre o Brasil.

O modelo de desenvolvimento que as administrações norte-americanas tinham em mente – e que deveria servir para resolver os problemas do Brasil – era o modelo liberal: criação de um bom clima para a entrada de capital privado internacional, manutenção da estabilidade política e monetária, oposição a nacionalismo econômico e estatismo, desenvolvimento industrial dentro de certos limites, etc. Conforme explica Haines, “nacionalismo econômico enfraquecia o respeito à propriedade privada e à iniciativa individual. Prejudicava os negócios dos Estados Unidos e cheirava comunismo”.<sup>515</sup>

Apesar das distinções que possam ser feitas entre as administrações de Vargas (segundo governo), Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart, os governos brasileiros – em

---

<sup>514</sup> “By intellectuals and university students who had an exaggerated sense of national pride, an urgent need for change, and a fear of resentment of foreign, chiefly American, influence. These individuals tended to translate poorly assimilated economic and political theories from abroad into direct political programs in an effort to find simple solutions to Brazil’s problems. In this search for quick solutions, many turned to Marxism, which supplied them with a ready-made vocabulary and a complete program. These radicals lacked an understanding of how capitalism had changed in the United States and Western Europe in the twentieth century, and they suffered from a collective inferiority complex”. HAINES, Gerald K. Op. cit., p. 32.

<sup>515</sup> “Through the use of private capital free of government restrictions, the creation of a good investment climate, and the maintenance of monetary and political stability. In general, they opposed economic nationalism, statism, and ‘excessive’ industrial development, and they condemned government intervention and interference in the economy. (...) Economic nationalism weakened respect for private property and individual initiative. It injured U.S. business and smacked of communism. Idem, p. 62.

termos gerais - não concordavam com esse tipo de avaliação norte-americana pois estavam interessados numa estratégia mista de desenvolvimento na qual cabiam investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais visando o estabelecimento de uma base industrial, necessária para a modernização da economia do país. Mas no jogo político, nas disputas que se davam no Brasil entre os partidos, jornais, militares, etc., apareciam as divergências a respeito do tamanho da interferência do Estado na economia, do valor da iniciativa privada, da abertura ou não ao capital estrangeiro. E nessas disputas, os funcionários norte-americanos poderiam escolher com quem se aliar ou em quem apostar.

Com a Aliança para o Progresso, lançada no governo Kennedy (1961-1963), com o intuito de desenvolver a América Latina, o montante de ajuda econômica proveniente dos Estados Unidos cresceu significativamente. Se nos governos de Truman e Eisenhower a América Latina recebera respectivamente apenas 3 e 9 por cento de toda a ajuda externa norte-americana, durante os anos 60, esse valor subiu para 18%.<sup>516</sup> A administração Kennedy esperava que a ajuda para o desenvolvimento fosse reforçar o apelo político das classes médias, as quais acelerariam o processo de mudança de sociedades tradicionais para modernas.

“De acordo com as teorias de desenvolvimento em voga, iriam inevitavelmente emergir do crescimento econômico que os Estados Unidos ajudariam a financiar, sociedades letradas, seculares, e racionais, que acreditassem na liberdade de expressão política e na participação política popular.”<sup>517</sup>

As dificuldades que se colocaram a esse projeto foram tanto as deficiências na aplicação de teorias a uma realidade que ainda não era devidamente conhecida pelos técnicos<sup>518</sup>, quanto a resistência das elites locais, o não enfrentamento de questões como a

---

<sup>516</sup> De acordo com RABE, Stephen. Op. cit., p. 154.

<sup>517</sup> “According to the prevailing development theories, rational, secular, literate societies that believed in free political expression and popular political participation would inevitably emerge from the economic growth that the United States would help finance.” Idem, p. 155.

<sup>518</sup> Contatou-se, de acordo com Rabe, por exemplo, que a Aliança não poderia ser um Plano Marshall para a América Latina pois a América Latina não era a Europa; não houve preocupação com os problemas relacionados ao intenso crescimento populacional; o tipo de economia e de cultura política que se esperava

reforma agrária e a depreciação dos termos de troca no comércio internacional. Mas, o que Rabe<sup>519</sup> considera a principal razão para a Aliança não ter atingido os seus objetivos de promover o desenvolvimento econômico e a democracia foi o tamanho que tomaram, dentro do programa, as iniciativas voltadas para o combate ao comunismo na América Latina. Segundo o autor, a administração Kennedy logo se deu conta que a América Latina não estava aberta a milagres. Desde o princípio estava claro para os envolvidos na Aliança que democracia, crescimento econômico e mudança social eram chaves para a derrota do comunismo.

Mas, ainda de acordo com o mesmo autor, o que realmente aconteceu é que o combate ao comunismo acabou se tornando o elemento mais forte da Aliança. Se ela falhou em construir sociedades democráticas, justas e prósperas ela permitiu, no entanto, que os Estados Unidos ganhassem a Guerra Fria na América Latina. Durante os anos 60, nem a União Soviética, nem Cuba puderam expandir a sua influência no continente. Além disso, no caso do Brasil, um governo considerado nacionalista e possivelmente aliado ao comunismo foi derrotado com o apoio dos Estados Unidos, cujos funcionários usaram, entre outras coisas, programas da Aliança para o Progresso para miná-lo e para reforçar seus inimigos políticos.

O autor em questão conclui que os nobres propósitos da política de Kennedy para a América Latina foram sobrepostos pela determinação da administração de vencer a Guerra Fria na região considerada “a mais perigosa do mundo”.<sup>520</sup> Essa determinação teria comprometido e até mutilado os grandes objetivos traçados. Levando em conta o material analisado para a presente pesquisa penso, todavia, que tanto os planos para o desenvolvimento, quanto as ações visando o combate ao comunismo tinham em comum a idéia de que os Estados Unidos sabiam o que era melhor para a América Latina, que os países que fazem parte desta região teriam seus problemas resolvidos com a aplicação do tipo de economia e de cultura política norte-americanas.

---

reforçar era aquele dos Estados Unidos, sem levar em conta a especificidade e as heranças culturais dos países latino-americanos. p. 148 a 172.

<sup>519</sup> RABE, p. 195 a 199.

<sup>520</sup> Idem, p. 199.

Mas, o centro da discussão aqui é a associação entre o perigo comunista e outros perigos, como o do nacionalismo<sup>521</sup> e do anti-americanismo. Com o auxílio de alguns documentos dos postos diplomáticos procurar-se-á desenvolver o argumento de que a crítica norte-americana ao nacionalismo brasileiro estava tanto centrada na relação deste com o comunismo, quanto no generalizado anti-americanismo que parecia ser um dos seus produtos. Frente a muitos indícios de anti-americanismo, se colocava a necessidade de defender o estilo de vida dos Estados Unidos, o seu jeito de fazer política, de enfrentar problemas financeiros e econômicos, a sua própria lógica. Assim, acompanhar o fazer anticomunista brasileiro e denunciar a aproximação entre certos grupos e os comunistas eram, para os funcionários norte-americanos, tarefas intimamente relacionadas à necessidade de defender o capitalismo norte-americano e o americanismo.

A necessidade de tal defesa pode ser sentida num documento datado de 1962, que avalia – e crítica – o desenvolvimento de um grupo dentro da Igreja Católica de São Paulo, denominado pelos norte-americanos como “ala esquerda”. Já foi comentada anteriormente a mudança de tema nos documentos que se referiam à Igreja Católica.

A introdução do documento elaborado pelo Consulado Geral em São Paulo, em junho de 1962,<sup>522</sup> é significativa: “A Igreja Católica em São Paulo está desenvolvendo uma ‘ala esquerda’ com tendências potencialmente encorajadoras, mas em algumas questões, perigosas, atualmente”.<sup>523</sup> As análises dos problemas sociais que esta ala esquerda fazia, segundo o documento, apesar de se pretenderem genuinamente reformistas eram declaradamente marxistas-leninistas. Colocavam que o capitalismo liberal não era melhor visto do que o comunismo. Frente a esta situação, o Consulado de São Paulo considerou que deveria ser determinado como alta prioridade melhorar o conhecimento deste grupo a

---

<sup>521</sup> O nacionalismo criticado pelos norte-americanos também tinha seus oponentes no Brasil, em grupos que à direita do espectro político se colocavam contra o “getulismo”. Ver: SKIDMORE, Thomas. Op. cit. O nacionalismo e sua relação com a política externa do Brasil, especialmente a Política Externa Independente são discutidos por: VICENTINI, Paulo G. F. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995. A orientação dessa política externa iria conflitar com os interesses dos Estados Unidos.

<sup>522</sup> “*Christian Social Pledge*” *Reflects Left Wing Church Beliefs*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 5 de junho de 1962, assinado pelo Cônsul Scott C. Lyon. Caixa 1578, 7 páginas.

<sup>523</sup> “The Catholic Church in São Paulo is developing a ‘left wing’ with tendencies potentially encouraging but, in some respects, currently dangerous.” Idem, p. 1.

respeito do estilo de capitalismo dos Estados Unidos e que bolsas para atividades de intercâmbio cultural e educacional poderiam ser ferramentas úteis neste projeto.

O relator chama a atenção para o fato de que o termo “esquerdista” se refere ao interesse na reforma social e não diretamente a marxismo e leninismo. Porém, para ele, os esquerdistas da Igreja local pareciam não ter sempre esta distinção clara em suas cabeças. O interesse pela reforma social, que estaria dentro das pretensões da Aliança para o Progresso, foi visto neste documento como sendo problemático pois “atualmente, a esquerda vermelha tem tido um enorme sucesso em tirar vantagens da nascente esquerda da Igreja”.<sup>524</sup> O clero poderia não estar se dando conta mas estava colocando sua análise de vários problemas sociais na terminologia marxista leninista. Isso devia estar acontecendo, conforme avaliação do relator, pelo fato de que as denúncias de Marx sobre o capitalismo de Manchester estavam tendo, cento e vinte anos depois, paralelos em São Paulo. Entre as críticas feitas à ala esquerda católica estava a repulsa pela palavra capitalismo e a pouca importância dada ao princípio da iniciativa privada.

No mesmo documento também foi analisado o tema da cooperação dos católicos com os comunistas e nacionalistas. Os primeiros foram caracterizados como sendo inocentes úteis. Citou-se, para exemplificar, o caso dos estudantes da PUC de São Paulo que tradicionalmente faziam aliança com os comunistas para a eleição da União Estadual dos Estudantes (UEE), a mesma aliança que em nível nacional vinha ajudando os comunistas a manter o controle da União Nacional de Estudantes (UNE).

A organização de esquerda chamada Ação Popular (AP) cujos membros eram provenientes, em sua quase totalidade, da Juventude Universitária Católica (JUC) e a ação dela na política universitária também foram alvo da atenção dos norte-americanos na análise da relação entre Igreja e comunistas.<sup>525</sup> Em outro documento que explica que a Ação Popular garantira a vitória comunista na UNE, foi relatada a realização do congresso anual da UNE, acontecido em Santo André, em julho de 1962. A maioria dos dirigentes eleitos, segundo o despacho, ou eram comunistas declarados - ligados à linha orientada por Moscou

---

<sup>524</sup> “To date, the Red left has been disturbingly successful in taking advantage of the nascent Church left.”  
Idem, p. 2.

<sup>525</sup> *Communist-oriented Students Win National Elections*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1963, caixa 3836.



- ou membros da AP. Na ocasião, foi eleita a diretoria presidida por José Serra. Informou-se que ele não era considerado comunista, mas um membro da Ação Popular. A comparação entre comunistas e membros da AP foi feita da seguinte forma: “a linha da ala esquerda da Igreja, seguida pela Ação Popular é pelo menos tão extrema quanto aquela do PCB - orientado por Moscou - e de qualquer forma, Serra parece ser um indivíduo facilmente manipulável”.<sup>526</sup> Informou-se ainda que o mesmo, em seu discurso de posse, usou vários *slogans* comunistas e chamou a Aliança para o Progresso de “tragicomédia”.

No que se refere à importância da AP para disfarçar comunistas, o comentário contido no despacho é de que

“poucos estudantes confessam que são membros do partido comunista, e provavelmente não muitos estão querendo se juntar a ele, mesmo que secretamente. A maioria, todavia - mesmo em um voto honesto - optariam pela linha da ala esquerda da Igreja, que é útil em todos os aspectos para os comunistas”.<sup>527</sup>

A aproximação entre certos setores da Igreja e os comunistas, não significava, para os norte-americanos, que estivesse acontecendo uma infiltração física.<sup>528</sup> Em documento que informa sobre um editorial publicado pelo *O Estado de São Paulo* acusando a ala esquerda da Igreja de São Paulo de estar sendo influenciada por elementos comunistas infiltrados entre o clero, foi feito o seguinte comentário:

“o Consulado Geral não tem evidência de infiltração comunista no clero de São Paulo. Todavia, como já foi muitas vezes informado, alguns elementos na Igreja local têm normalmente cooperado com iniciativas comunistas, aparentemente

---

<sup>526</sup> “The left-wing Church line followed by Ação Popular is at least as extreme as that of Moscow - oriented Brazilian communist Party (PCB), and in any case Serra appears to be an easy manipulated individual”. Idem, p. 3.

<sup>527</sup> “Few students are willing to confess that they are members of the Communist party, and probably not very many are willing to join even in secret. A majority, however - even in an honest vote - might well opt for the left-wing Catholic line, which is every bit as useful to the Communists”. Idem, p. 4.

<sup>528</sup> *Newspaper accuses left-wing Church movement of Communist infiltration*. Weekly Summary, n. 86 do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 23 de agosto de 1963. Caixa 3833.

independente de seus méritos. Infiltração física pode ser uma possibilidade. Se assim for, evidências concretas seriam de grande importância”.<sup>529</sup>

Vê-se, no conjunto da documentação que trata do tema que os passos dados pela “ala esquerda” da Igreja de São Paulo eram devidamente acompanhados pelo Consulado sediado na capital do estado, que parece ter estado mais preocupado que os consulados de outras capitais e que a própria Embaixada. A leitura feita pelo Consulado de São Paulo era, em síntese, que a ala esquerda da Igreja, que havia surgido motivada por justos reclamos de transformação social, estava se alinhando com os comunistas, usando terminologia marxista, exagerando nas críticas ao capitalismo, permitindo a ação daquelas pessoas que se sentiam intimidadas em se assumirem como comunistas.

Para dar conta dos problemas trazidos por esta esquerda considerou-se que tais católicos precisavam ser melhor esclarecidos a respeito do que andavam falando. Foram sugeridas ações para melhor informá-los sobre o real funcionamento do capitalismo norte-americano.

O mesmo documento que discutia o surgimento da ala esquerda na Igreja de São Paulo<sup>530</sup> reconhecia que dentro da instituição havia um grupo que sentia repulsa pela palavra capitalismo, dava pouco valor ao princípio da iniciativa privada e que, além disso, defendia a idéia de o capitalismo e comunismo estavam igualmente distantes do cristianismo, sendo que o capitalismo - pretensamente amigo – era visto como o mais perigoso. O documento é finalizado com a questão sobre o que “nós”, o CDNA deveria fazer frente ao que foi relatado. A linha de ação proposta foi exemplificada pelo ditado: “Se você não pode vencê-los, junte-se a eles”.<sup>531</sup> De forma mais direta isso significaria o seguinte:

“o objetivo, se acredita, deveria ser o de convencer a ala esquerda que o tipo de capitalismo que ela acha tão nocivo já desapareceu há muito tempo nos Estados

---

<sup>529</sup> “The Consulate General has no evidence of actual Communist infiltration in the São Paulo Catholic clergy. As often reported, however, some elements in the local Church have usually cooperated with communist initiatives, apparently regardless of their merits. Physical infiltration may be a possibility. If so, concrete evidence would be of great importance.” Idem, p. 4.

<sup>530</sup> ‘*Christian Social Pledge*’ *Reflects Left Wing Church Beliefs*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado, assinado por Rusk em 13 de agosto de 1962, Caixa 1579, 7 páginas.

Unidos; e que a melhor maneira para a emancipação social do Brasil é um caminho similar daquele seguido pelas democracias da América do Norte e da Europa Ocidental”.<sup>532</sup>

Observando os exemplos citados e lembrando, por exemplo, uma conversa travada entre o Embaixador Gordon e o arcebispo de São Paulo, apresentada anteriormente, é possível constatar que a leitura que os funcionários norte-americanos faziam sobre a relação de setores da Igreja com o comunismo baseava-se numa “lógica do deslizamento”: falar em justiça social seria atuar politicamente na margem entre o “certo” e o “errado”. Os católicos situados nesta margem estariam escorregando, deslizando, sem perceber, para um campo perigoso, o dos comunistas, que diziam estar lutando pelas mesmas reformas, aquelas que anteriormente eram avaliadas pelo CDNA como justas e necessárias, mas que agora já não o eram mais. Os agentes católicos foram encarados como crianças que se aventuravam a caminhar sem saber onde estavam pisando e que estavam querendo, inclusive, caminhar sem o apoio de uma mão que os guiasse, que seria o caso daquela dos Estados Unidos.

Além dos exemplos aqui citados, há outros, que já foram apresentados na segunda parte da tese, e que revelam a esperança de que certos grupos que demonstravam uma postura anti-americana pudessem ser influenciados a pensar de forma diferente. A estes poderia ser explicado como funcionava o sistema de livre iniciativa, ou o capitalismo na forma como estava organizado nos Estados Unidos. Mais do que explicações, certos indivíduos poderiam ser expostos à experiência de viver no seio desse sistema. Retomo, mais uma vez, o exemplo do cardeal de São Paulo, D. Mota, que “[estaria] mais convencido dos males do capitalismo do que preocupado com os perigo do comunismo”<sup>533</sup> e que também não entenderia que “o sistema da livre iniciativa, como [estava] organizado nos Estados Unidos, [estava] oferecendo uma resposta melhor para as necessidades do homem.”<sup>534</sup>

---

<sup>531</sup> “If you can’t whip ‘em, join ‘em”. Idem.

<sup>532</sup> “The goal, it is believed, should be to convince the ‘left wing’ that the type of capitalism it find so noxious has long since disappeared in the United States; and that the best means of social emancipation for Brazil is a path similar to that followed by the democracies of North America and Western Europe”. Idem.

<sup>533</sup> “Is more convinced of the evils of Capitalism than he is disturbed by the dangers of Communism”. Idem.

<sup>534</sup> *Pro-Communist Activities of Father Alípio de Freitas*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 27 de dezembro de 1962, assinado por Daniel M. Braddock, caixa 1582.

Se, em algumas situações, parecia ser produtivo abordar e educar pessoas e grupos ligados à Igreja Católica sobre o capitalismo norte-americano, o mesmo poderia ser feito com estudantes, com o auxílio de brasileiros que poderiam “promover nossos ideais” além “falar, em qualquer ocasião, a nosso favor”.<sup>535</sup>

Ainda no caso dos estudantes, havia a esperança que eles fossem basicamente neutros em termos político-ideológicos e até nutrissem uma certa simpatia pelos Estados Unidos. Essas tendências poderiam ser reforçadas, impedindo que a fala de alguns poucos anti-americanos parecesse ser a da maioria.<sup>536</sup> Essas questões apareceram em documento já citado que comentava a situação das universidades gaúchas e a forma de influenciar os estudantes numa direção pró-Estados Unidos. Entre as várias formas elencadas, uma era a publicação de uma revista que retratasse em suas páginas várias facetas da vida norte-americana, revelando, assim que as afirmações anti-americanas dos comunistas eram mentira.<sup>537</sup>

A defesa do capitalismo norte-americano se colocava, como se viu, como um desafio para os funcionários que atuavam no Brasil e que viam o pensamento comunista e nacionalista impregnando inclusive a Igreja Católica. Os documentos apresentados reforçam a idéia de que, para os funcionários norte-americanos que atuavam no Brasil, o perigo comunista estava associado a outros perigos, e instigam a pensar não apenas a respeito do que estava sendo combatido por eles mas também sobre o que eles pretendiam defender. E isso conduz à discussão da terceira questão proposta no início deste capítulo, aquela do universo cultural e do lugar social a partir dos quais esses indivíduos falavam. Nesse ponto se discutirá a defesa do americanismo.

---

<sup>535</sup> *Subversion: establishment of Communist student training center in Curitiba; need for more U.S student-oriented materials.* Despacho do Consulado em Curitiba para o Departamento de Estado em 1 de setembro de 1961, Caixa 1582.

<sup>536</sup> *Communism in Latin American Universities.* Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 13 de outubro de 1961, caixa 1582.

<sup>537</sup> *Idem.*

### 8.3 – Anticomunismo e americanismo

Falar de anti-americanismo, como se viu, exige também que se fale de americanismo e das manifestações desse fenômeno não só nos campos da economia, da política e das relações internacionais, mas também no campo cultural, para assim poder entender a partir de que ângulo os funcionários norte-americanos avaliavam o comunismo, o esquerdismo, o nacionalismo e o anti-americanismo no Brasil.

De acordo com Whitfield – que estudou a cultura da guerra fria na sociedade norte-americana, especialmente na cultura popular<sup>538</sup> - a defesa do americanismo era o outro lado da estigmatização do comunismo. Segundo o autor, a cultura da década de 1950 nos Estados Unidos só poderia ser entendida quando se decifrasse essa “ideologia nacional”, que não foi inventada nessa época. Mas alguns deles foram especialmente reforçados no período.<sup>539</sup> O americanismo é descrito por Whitfield como um sistema de crenças:

“O sistema de crenças que a maioria dos norte-americanos de classe média consideravam sua herança – o tradicional compromisso com o individualismo competitivo na vida social, com o acento liberal nos direitos na vida política e com a iniciativa privada na vida econômica – foi adaptado às crises da Guerra Fria. Um patriotismo acrítico, muitas vezes, deu a forma às interpretações do passado.”<sup>540</sup>

Tudo isso esteve somado, de acordo com o mesmo autor, à confiança nas instituições e na autoridade, e a uma visão positiva dos bons resultados nos negócios, compondo assim o *American way of life*. E, como o inimigo era acusado de ser materialista, o respeito pela religião também se tornou peça importante do americanismo.

Essa visão sobre os Estados Unidos era aceita como se estivesse livre de ideologia por um grande número de norte-americanos que, assim, habitavam um universo mental

---

<sup>538</sup> WHITFIELD, Stephen J. *The Culture of the Cold War*. 2.ed. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

<sup>539</sup> Idem, p. 53.

<sup>540</sup> “The belief system that most middle-class Americans considered their birthright – the traditional commitment to competitive individualism in social life, to the liberal stress on rights in political life, and to

reconhecível.<sup>541</sup> Tal universo era construído e difundido, entre outros meios, pelos livros escolares, cujas idéias não eram questionadas nem comparadas à realidade. Whitfield utiliza-se de um estudo de Frances Fitzgerald para mostrar a visão presente nos livros escolares:

“A América era perfeita: a maior nação do mundo e a incorporação da democracia, da liberdade e do progresso tecnológico. Para eles, o país nunca mudara de maneira importante: seus valores e suas instituições práticas permaneciam constantes desde o tempo da Revolução norte-americana”.<sup>542</sup>

Nos livros escolares, também segundo Fitzgerald, a palavra democracia se tornou sinônimo de *status quo* e oposição ao fascismo e ao comunismo. A palavra capitalismo raramente aparecia. Parecia haver mais entusiasmo ao falar da livre iniciativa do que da garantia das liberdades. Os textos didáticos também passavam a impressão de que, nas relações exteriores, os Estados Unidos agiam por filantropia e com uma boa vontade desinteressada.

Esse tipo de visão a respeito de si e do seu país foi desafiado – e reforçado - nos anos da guerra fria quando os norte-americanos tiveram que se confrontar com um inimigo, o comunismo. Na apresentação da obra *Rethinking Cold War Culture*, os historiadores Peter Kuznick e James Gilbert<sup>543</sup> apontam como marcas particulares da guerra fria a ameaça nuclear, o anti-sovietismo, as guerras secretas, e o complexo militar industrial. Procurando destacar o que seriam características da guerra fria e o que seriam tendências de abrangência maior, os autores defendem que o principal efeito dessa guerra pode ter sido psicológico, pois:

---

private enterprise in economic life – was adapted to the crises of the Cold War. An uncritical patriotism often shaped the interpretations of the past”. Idem, p. 53.

<sup>541</sup> Idem, p. 55.

<sup>542</sup> “... America was perfect: the greatest nation in the world, and the embodiment of democracy, freedom, and technological progress. For them the country never changed in any important way: its values and its practical institution remained constant from the time of American Revolution”. Idem, p. 56.

<sup>543</sup> KUZNICK, Peter J. e GILBERT, James. *Rethinking Cold War Culture*. Washington, D.C. : Smithsonian Institution Press, 2001.

“persuadiu milhões de norte-americanos a interpretar seu mundo em termos de insidiosos inimigos em casa e no exterior que os ameaçavam com a aniquilação nuclear e de outras formas. Ver o mundo através destas lentes escuras e distorcidas e estabelecer políticas globais e domésticas para conter estas ameaças ao mesmo tempo imaginárias e reais, foi e é, então, o maior impacto da guerra fria”.<sup>544</sup>

Os autores também destacam a polarização ideológica que se produziu entre capitalismo e socialismo, com suas conseqüências internas e externas: o inimigo – comunismo soviético – era considerado tão diabólico que em nome de sua destruição poderia até se arriscar a destruição da própria civilização com o uso das armas atômicas. Além disso, a União Soviética não era apenas inimiga nos campos militares, da economia e da geopolítica. Ela era uma inimiga ideológica comprometida, em teoria, com a igualdade social e econômica e com a socialização dos meios de produção, o que colocava um desafio a uma nação como os Estados Unidos, comprometida com o capitalismo.

Os efeitos dessa “inimizade” se fizeram sentir tanto na política externa como na doméstica. Falando sobre essa última os mesmos autores comentam que

“nos Estados Unidos, o debate político foi muitas vezes distorcido, na medida em que os conservadores facilmente desacreditavam soluções social-democratas ou de esquerda para os problemas sociais, identificando os seus proponentes com o brutal e repressivo sistema soviético – um sistema que muitos progressistas e esquerdistas também deploravam.”<sup>545</sup>

Nesse quadro, a esquerda norte-americana foi efetivamente marginalizada e o campo possível de debates foi estreitado. Entre o fim dos anos 40 e a metade dos anos 60, aqueles

---

<sup>544</sup> “It persuaded millions of Americans to interpret their world in terms of insidious enemies at home and abroad who threatened them with nuclear and other forms of annihilation. Seeing the world through this dark, distorting lens and setting global and domestic politics to counter these fanciful as well as real threats was and is, then, the largest impact of the Cold War.” Idem, p. 11.

<sup>545</sup> “In the United States political debate often became skewed and distorted, as conservatives easily discredited social democratic or left-wing solutions to societal problems by identifying their proponents with the brutal and repressive Soviet system - a system that most liberal and leftists themselves deplored.” Idem, p. 4.

que nos Estados Unidos defendessem os valores que haviam vencido a segunda guerra – luta contra o racismo, o fascismo e o colonialismo – seriam considerados subversivos, relegados ao ostracismo ou perseguidos.

Os efeitos da guerra fria e o preço pago pela sociedade norte-americana pela histeria anticomunista que a caracterizou são avaliados de forma ainda mais negativa por Whitfield.<sup>546</sup> Este autor que também faz fortes críticas ao comunismo, afirma que os Estados Unidos se igualaram ao sistema que pretendiam criticar na medida em que cercearam as liberdades dos seus cidadãos, arruinaram inúmeras carreiras, impediram o público de fazer suas próprias escolhas no mercado de idéias, etc. Para ele, uma sociedade que por razões políticas, impõe padrões para a sua arte ou solicita aos seus artistas certos tipos de testes de cidadania, como lealdade acrítica e arrependimento, é muito parecida com uma sociedade totalitária.

A defesa do americanismo e o combate ao comunismo foram levados a efeito, nos anos da Guerra Fria, com o auxílio de um grande aparato jurídico e administrativo. Isso já indica uma das especificidades do anticomunismo norte-americano, quando comparado com o brasileiro. No primeiro caso, além das disputas político-partidárias e do trabalho de propaganda através dos mais diversos veículos, sua prática voltada a cidadãos e/ou grupos de cidadãos norte-americanos era regulamentada por uma série de tribunais e de leis, o que poderia lhe dar mais sistematicidade e eficiência. Serão apresentados, abaixo, os principais tribunais e leis anticomunistas norte-americanas, com atuação no período da Guerra Fria nos Estados Unidos.<sup>547</sup>

O *House Committee on Un-American Activities* (HUAC)<sup>548</sup>, funcionou de 1938 a 1975. Em 1945 se tornou o primeiro comitê permanente encarregado de investigar propaganda e atividades consideradas subversivas e não-americanas. Também foi o comitê

---

<sup>546</sup> WHITFIELD, Stephen J. Op. cit., p. 11.

<sup>547</sup> De acordo com FARIELLO, Griffin. *Principal Federal Heresy Tribunals and Laws*. In: *Red Scare: Memories of the American Inquisition: an Oral History*. New York/ London: W.W. Norton & Company, 1995, p. 17 a 19.

<sup>548</sup> Uma tentativa de tradução de tal nome: Comitê de Atividades Não-Americanas na Câmara. No que se refere à tradução do adjetivo *Un-American*: a partícula “un” em inglês serve para adicionar aos substantivos, advérbios, verbos e adjetivos o significado “não”, de que alguma coisa está faltando ou é oposta ao que vem depois. Talvez em português o uso do adjetivo anti-americano fosse suficiente para descrever esta idéia, mas é importante lembrar que nos documentos da diplomacia também aparece a palavra “anti-americanism” e essa se refere mais às reações adversas aos Estados Unidos no exterior.



mais poderoso. De 1945 a 1957 realizou pelo menos 230 audiências nas quais mais de três mil pessoas testemunharam. Seus alvos variaram ao longo do período. Em 1948, por exemplo, investigou a alegada infiltração comunista em agências do governo federal, recolhendo informações que possibilitaram a condenação do ex-oficial do Departamento de Estado, Alger Hiss.<sup>549</sup> Em 1951 investigou a infiltração comunista na indústria cinematográfica. No ano seguinte prestou mais atenção aos sindicatos e também lançou um ataque a duas instituições norte-americanas – *Harvard University* e *Massachusetts Institute of Technology* – por elas não terem suspenso professores do seu quadro docente que eram alegados comunistas. Em 1953, o Comitê convocou para depoimentos o ex-presidente Truman e o ex-secretário de estado, James Byrnes, que se recusaram a comparecer. Em 1954, quando o senador Joseph McCarthy – do qual se falará abaixo – foi censurado pelo Senado devido ao exagero na sua campanha anticomunista, o Comitê não foi atingido e continuou em ação. No final da administração de Eisenhower, todavia, as atividades do comitê passaram a ser criticadas, especialmente por congressistas progressistas.

Antes disso tudo porém, em 1940, o Congresso havia aprovado o *Smith Act*, que abria as portas a este tipo de atuação realizada pelo HUAC. De acordo com esta lei, era considerado crime: “conscientemente ou deliberadamente advogar, incitar, aconselhar ou ensinar o dever, necessidade, conveniência ou propriedade de derrubar qualquer governo nos Estados Unidos pela força ou violência” ou “imprimir, publicar, editar, lançar, fazer circular, distribuir ou publicamente expor qualquer material escrito ou impresso, advogando, aconselhando ou pregando o dever, necessidade, conveniência ou propriedade de derrubar tal governo.”<sup>550</sup> Também era proibido pertencer, organizar ou ajudar a organizar qualquer organização ou assembléia de pessoas que advogassem tais atitudes ou as encorajassem. A pena para os culpados era de dez anos de prisão e uma multa de dez mil dólares. Essa lei foi

---

<sup>549</sup> Este exemplo e os seguintes foram retirados de: ARMS, Thomas S. *Encyclopedia of the Cold War*. New York: Facts on File, 1994, p. 286-7.

<sup>550</sup> “To knowingly or willingly advocate, abet, advise, or teach the duty, necessity, desirability, or property of overthrowing any government in the U.S. by force or violence,” ou “to print, publish, edit, issue, circulate, sell, distribute, or publicly display any written or printed matter advocating, advising, or teaching the duty, necessity desirability, or property” of overthrowing any such government” Conforme FARELLO. Op. cit.

aprovada antes da entrada dos Estados Unidos na guerra e era uma resposta aos crescentes medos em relação ao fascismo e ao comunismo, bem como à subversão dentro do país.<sup>551</sup>

Depois do final da Guerra, o governo Truman foi pressionado pelo Congresso para agir frente ao que parecia ser uma onda crescente de atividade subversiva. Membros da própria administração pediam um programa que controlasse a fidelidade dos empregados do governo.<sup>552</sup> Assim, em 1947 foram estabelecidos *Loyalty Boards* em todo o país. A esses “comitês de lealdade”, estavam sujeitos os empregados federais. Entre 1947 e 1953, mais de 26 mil pessoas foram encaminhadas a comitês desse tipo para investigações. Foram feitas mais de 4 mil audiências e cerca de treze mil interrogatórios e autos de acusação foram emitidos. Além das audiências, recorreu-se ao expediente de exigir que os candidatos ao emprego público fizessem um juramento de lealdade aos Estados Unidos, assumindo assim que não eram comunistas. A criação desse programa também foi uma resposta às acusações feitas pelo Partido Republicano de que a administração Truman era tolerante em relação ao comunismo. Também em 1947 foi aprovado o *Taft-Hartley Act* que, em sua seção 9, relativa às restrições ao sindicalismo, exigia que todos os líderes sindicais eleitos jurassem anualmente que não eram membros do Partido Comunista.<sup>553</sup>

Nos anos seguintes, novas peças legislativas foram aprovadas. Foi o caso do *Internal Security (McCarran) Act*, de 1950, criando o *Subversive Activities Control Board (SACB)*, que funcionou de 1950 a 1973.<sup>554</sup> Esta junta possuía cinco membros indicados pelo Presidente da República. Sua função era determinar quais organizações deveriam se registrar como “grupos de ação comunista”, “*front* comunista”, ou “grupos infiltrados por comunistas”.<sup>555</sup> Os grupos que se registrassem deveriam revelar o nome de seus membros bem como as suas fontes de financiamento. Membros dessas organizações não poderiam solicitar novo passaporte, nem renovar o antigo. Ela realizava audiências com organizações e indivíduos suspeitos e encaminhava as conclusões ao Departamento de Justiça. De acordo com Arms, esta lei foi aprovada tanto no Senado quanto na Câmara por amplas maiorias.

---

<sup>551</sup> TOPOROV, Brandon. *Encyclopedia of Cold War Politics*. New York: Facts on File, 2000, p. 187.

<sup>552</sup> De acordo com PARRISH, Thomas. *The Cold War Encyclopedia*. New York: Henry Holt and Company, 1996, p. 188-9.

<sup>553</sup> FARIELLO, Griffin. Op. cit.

<sup>554</sup> Idem.

<sup>555</sup> Communist-action; Communist front; e Communist-infiltrated.

Seria politicamente arriscado votar contra uma lei anticomunista. Truman vetou o *McCarran Act*, mas o Congresso derrubou seu veto.<sup>556</sup> É importante lembrar que em fevereiro daquele ano, o senador republicano Joseph McCarthy havia lançado a sua campanha anticomunista, denunciando a presença de 205 comunistas no Departamento de Estado.<sup>557</sup>

Dois outros subcomitês anticomunistas funcionaram dentro do Senado norte-americano. O *Senate Internal Security Subcommittee (SISS)* funcionou de 1951 a 1976 e o *Permanent Subcommittee on Investigations of the Senate Committee on Government Operations*, de 1953 a 1960. Esse teve como seu primeiro presidente o senador McCarthy.<sup>558</sup>

Em 1952, o Congresso aprovou o *Immigration and Nationality (McCarran-Walter) Act*, o qual reforçou restrições que já existiam a estrangeiros. Permitia a desnaturalização e deportação de cidadãos norte-americanos considerados subversivos, bem como a deportação de estrangeiros residentes devido a atividades políticas desse tipo. Em 1954, finalmente, foi aprovado o *Communist Control Act*. De acordo com Klingaman, a proposta partiu do senador democrata Humbert Humphrey Jr. que estava cansado das críticas dos conservadores que não distinguiam entre o tradicional liberalismo norte-americano e o comunismo. Visava retirar o assunto do campo político – e do controle de McCarthy – colocando-o no âmbito do judiciário, que poderia tratá-lo num ambiente menos apaixonado. O *Communist Control Act* declarava que o Partido Comunista dos Estados Unidos não era, de fato, um partido político. Era, sim, o instrumento de uma conspiração para a derrubada do governo dos Estados Unidos, que exigia para si os direitos e privilégios assegurados aos demais partidos políticos, mas cuja filosofia negava a todos os outros as liberdades garantidas pela Constituição. A lei propunha que o Partido Comunista fosse colocado na ilegalidade e que qualquer pessoa que se juntasse a ele fosse sujeita à multa e prisão e que pudesse vir a perder a sua cidadania.<sup>559</sup>

A relação das leis e tribunais anticomunistas, acima apresentada, mostra que foi sendo construída, nos Estados Unidos, uma estrutura para o combate ao comunismo que

---

<sup>556</sup> ARMS, Thomas S. Op. cit., p. 302.

<sup>557</sup> KLINGAMAN, William K. *Encyclopedia of the McCarthy Era*. New York: Facts on File, 1996, p. 256.

<sup>558</sup> FARIELLO, Griffin. Op. cit.

<sup>559</sup> KLINGAMAN, William K. Op. cit., p. 82.

prometia muito mais eficiência que aquilo que os norte-americanos viam no Brasil. Tal estrutura criou instrumentos que para que a Guerra Fria fosse vencida no campo da política doméstica. E possivelmente serviu como modelo para aqueles que observavam o comunismo e o anticomunismo no estrangeiro.

Além disso, a disseminação do anticomunismo na cultura popular norte-americana foi outra marca importante do período da Guerra Fria. A publicação de livros, que se tornavam best-sellers ou que tinham seus capítulos publicados em centenas de jornais por todo o país, a transformação dos mesmos em filmes pelos estúdios de Hollywood ou em programas de televisão foram elementos extremamente eficientes para a divulgação do medo do comunismo e para a conformação de um clima de vigilância, por um lado, e para a aceitação desse quadro como algo natural, por outro. O tema é exemplarmente discutido por Whitfield, que afirma que “o fetiche nacional do anticomunismo impregnou a sociedade norte-americana e em nenhum outro lugar ele é mais aparente do que na cultura popular do período. Poucos poderiam escapar disso ou deixar de notar a mensagem”.<sup>560</sup>

Um exemplo de exploração do anticomunismo no campo da cultura popular foi o livro *The FBI Story* de Don Whitehead, lançado em 1956 e serializado em 170 jornais, teve sua introdução assinada pelo diretor do FBI, John E. Hoover. Como livro ficou por 38 semanas na lista dos *best-sellers* e foi depois transformado em filme pela Warner Bros.<sup>561</sup> Um livro do próprio Hoover, *Masters of Deceit* – publicado no Brasil com o título *Mestres do Embuste* – foi *best-seller* em 1958, quando vendeu 2 milhões e quinhentas mil cópias. Nos doze anos seguintes teve 29 re-edições.<sup>562</sup>

O anticomunismo nos Estados Unidos não foi, porém, uma novidade da Guerra Fria.<sup>563</sup> Uma primeira grande onda de medo do comunismo atingiu o país no final da década de 1910. Nesta fase, seu alvo estava localizado nas classes baixas, entre trabalhadores nascidos no estrangeiro e que estariam trazendo doutrinas “alienígenas”, do Velho Mundo. A isso somou-se o impacto da Revolução Russa. De acordo com Kover, a presença de

---

<sup>560</sup> “The national fetish with anti-communism pervaded American society, and nowhere is this more apparent than in the popular culture of the era. Few could escape or miss the message.” WHITFIELD, Stephen. Op. cit., p. VII.

<sup>561</sup> Idem, p. 67.

<sup>562</sup> Idem, p. 68.

milhões de imigrantes no país mobilizava fantasias e medos sobre os estrangeiros.<sup>564</sup> E este medo foi transportado para o campo político, já que aos estrangeiros faltava o selo de “americanismo” e que uma minoria deles era portadora de doutrinas radicais. O mesmo autor comenta que, na época, os imigrantes não eram os únicos estrangeiros. Também eram vistos desta forma os afro-americanos cujas expectativas de integração estavam crescendo e gerando levantes.

Durante o período entre guerras, a “ameaça vermelha” foi redefinida: não se tratava mais do perigo da insurreição, mas de uma conspiração dirigida por Moscou e que usava as estratégias da infiltração, manipulação e sedução ideológicas. Nesse período, o alvo interno eram as políticas do *New Deal*,<sup>565</sup> criticadas especialmente pelos Republicanos pela excessiva regulamentação governamental e pelo apelo que o programa de governo representava para os eleitores.<sup>566</sup>

Mesmo durante a Segunda Guerra, quando a União Soviética era aliada dos Estados Unidos, muitos norte-americanos – católicos patriotas, protestantes fundamentalistas, socialistas democráticos, e muitos sindicalistas - permaneceram firmes em sua hostilidade tanto ao comunismo doméstico quanto ao internacional. O que a Guerra Fria fez foi aproximar mais o governo federal deste tipo de demanda do eleitorado. Com o aprofundamento da Guerra Fria e com a administração de Truman legitimando a campanha doméstica contra a esquerda, muitos estados norte-americanos passaram a aprovar leis de lealdade<sup>567</sup>, bem como leis de controle dos comunistas. Se no início desse processo as vítimas eram principalmente homens e mulheres de *status* relativamente modesto, no começo dos anos 50, cresceu a pressão sobre os *campi* universitários. Professores de escolas públicas também foram vigiados.

---

<sup>563</sup> HEALE, M. J. *McCarthy's Americans: Red Scare Politics in State and Nation - 1935-1965*. Athens: The University of Georgia Press, 1998, p. 278-9.

<sup>564</sup> KOVEL, Joel. *Red Hunting in the Promised Land: Anti-communism and the Making of America*. London/ Washington DC: Cassel, 1997, p. 17.

<sup>565</sup> O termo *New Deal* é usado para descrever o programa do presidente Roosevelt para lidar com os efeitos da Grande Depressão entre 1933 e 1939. Visava restaurar a confiança pública e aliviar a situação de 14 milhões de desempregados. O programa foi marcado por uma série de ações intervencionistas do Estado na economia. De acordo com PALMOWSKI, Jan. *A Dictionary of Twentieth Century World History*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 441.

<sup>566</sup> HEALE, M. J. Op. cit.

“Nos anos ameaçadores da Guerra Fria se esperou que educadores em todo o país fizessem sua parte instigando valores norte-americanos na geração em crescimento e em muitos sistemas escolares foi reforçado o ensino de História norte-americana e tópicos a ela correlacionados.”<sup>568</sup>

Durante a Guerra da Coreia, os trabalhadores das indústrias foram alvo de vigilância devido ao medo de sabotagens na produção. Os alvos mais vulneráveis, todavia, eram aqueles indivíduos que se recusavam a repudiar seu passado comunista ou se submeter aos juramentos de lealdade.<sup>569</sup>

O jogo político partidário interno dos Estados Unidos também foi intensamente marcado pelo anticomunismo.<sup>570</sup> A acusação de tolerância em relação ao comunismo foi usada, por exemplo, pelos republicanos para atingir os democratas, na eleição em que Eisenhower substituiu Truman. As estratégias reformistas do *New Deal* e depois do *New Fair Deal*<sup>571</sup> foram acusadas de fazerem parte de um *continuum* que levaria a Moscou. Os democratas eram freqüentemente rotulados como “*pinks*”.

Os republicanos criticavam a “política de contenção” adotada por Truman que definia o sentido da ação dos Estados Unidos como o de conter os avanços do campo comunista.<sup>572</sup> Apy, porém, questiona essa visão que leva à idéia de uma política apenas reativa. Ele considera que tanto a política externa quanto a doméstica estiveram baseadas na

---

<sup>567</sup> “Loyalty oath laws”

<sup>568</sup> “In the threatening Cold War years educators throughout the country were expected to play their part in instilling American values in the rising generation, and in many school systems the teaching of American History and allied topics was enhanced”. HEALE, M. J. Op. cit., p. 295.

<sup>569</sup> Idem, p. 290-3.

<sup>570</sup> Esse tema é analisado na obra de WHITE, John Kenneth. *Still Seeing Red: How the Cold War Shapes the New American Politics*. Boulder, CO: Westview Press, 1998. O objetivo do livro é analisar como a Guerra Fria modelou e deu forma à política interna dos Estados Unidos.

<sup>571</sup> O termo *New Fair Deal* o programa doméstico de Truman lançado em janeiro de 1949. Ele pretendia ir além do *New Deal*, introduzindo medidas relativas a direitos civis, práticas justas de emprego, educação, assistência pública à saúde, extensão dos benefícios de seguridade social, apoio para programas de habitação para pessoas com salários menores, controle de preços e aluguéis e subsídios à agricultura. Também propôs emprego para todos e aumento do salário mínimo. A maioria das medidas foi bloqueada no Congresso por Republicanos e por Democratas conservadores. De acordo com PALMOWSKI, Jan. Op. cit., p. 198.

<sup>572</sup> Whitfield lembra que mesmo acusada de ser tolerante, na política doméstica e internacional, a administração Truman expôs os russos do Irã em 1946, ajudou o governo grego em 1947, enfrentou o Exército Vermelho em Berlim e lançou o Plano Marshall em 1948, além de empurrar para trás o avanço comunista na Coreia do Sul. Por outro lado, Eisenhower, que era republicano cortou, aos poucos, os excessos do macartismo e acabou com a Guerra na Coreia. WHITFIELD, Stephen. Op. cit., p. 24.

convicção – quase nunca reconhecida – de que os alegados inimigos tinham que ser detidos antes que eles alcançassem um ponto a partir do qual se tornariam uma ameaça à segurança internacional.<sup>573</sup> Nos anos 50, uma intenção percebida de ataque dos comunistas poderia ser interpretada como um ato de agressão aos Estados Unidos. No poder desde 1953, os republicanos não agiram de forma muito diferente dos democratas. Da mesma forma, ainda de acordo com Appy, na política doméstica as autoridades públicas e privadas se preveniam contra aqueles indivíduos que eram considerados subversivos e ameaçadores potenciais da segurança nacional.<sup>574</sup> Dessa forma, o autor considera que havia mais prevenção do que reação.

A agudeza e insistência das críticas republicanas aos democratas têm a ver com o longo período que estes estiveram ocupando a Casa Branca: as 4 administrações encabeçadas por Roosevelt e Truman. Whitfield argumenta que se em 1948 os republicanos tivessem vencido a eleição presidencial – e não Truman, que era vice de Roosevelt e já governava desde a morte desse – isso poderia ter desintoxicado o corpo político, sobrecarregado de rancores, e o sistema político partidário caracterizado pelo compromisso e pela tolerância não teria sido abalado pela soma do *New Deal* e do *New Fair Deal*, um período que ficou conhecido como “os vinte anos de traição”.<sup>575</sup>

E, os anos 50 foram a década em que essa preocupação com o ameaça comunista interna foi mais intensa. A primeira metade da década viu a ascensão e a queda do senador Joseph McCarthy e, no entremeio, exemplos da histeria anticomunista que ele desencadeou, canalizou e representou. Algumas poucas palavras serão ditas a respeito do fenômeno que ficou conhecido como macartismo.

O senador republicano de Winsconsin tornou-se famoso a partir de 1950 quando lançou-se – e lançou – numa cruzada anticomunista sem precedentes em sua proporção, no cenário doméstico norte-americano. Muito foi escrito sobre McCarthy e o macartismo. Os estudos têm focado a questão a partir dos mais diferentes ângulos: análise da personalidade e do currículo do senador; relação do macartismo com o perigo de infiltração

---

<sup>573</sup> APPY, Christian (Ed.). *Cold War Constructions: The Political Culture of United States Imperialism, 1945-1966*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 2000, p. 199.

<sup>574</sup> Idem.

<sup>575</sup> WHITFIELD, Stephen. Op. cit., p. 232.

comunista no país, especialmente nos órgãos governamentais; papel do senador e de sua campanha no jogo político-partidário; relação entre estruturas de combate ao comunismo em nível estadual e federal;<sup>576</sup> ataque a alvos específicos como as universidades ou o mundo artístico de Hollywood; relação com o movimento dos direitos civis e o movimento pacifista;<sup>577</sup> memórias de atingidos pelas perseguição no período;<sup>578</sup> na relação entre o fenômeno, o anticomunismo e o americanismo;<sup>579</sup> macartismo e guerra fria, etc. Há ainda aqueles estudos mais preocupados com os acontecimentos que marcaram a ascensão – e queda – de McCarthy, que parecem ser os mais numerosos. Há também aqueles que têm preocupações analíticas mais fortes, sem falar nos que são escritos ou para defender a cruzada anticomunista<sup>580</sup> ou para defender os atingidos por ela.<sup>581</sup>

Em meio a esse universo de estudos, o que interessa aqui é dar uma visão sintética do que foi o macartismo, dentro da perspectiva de que o fenômeno foi um dos pontos altos de uma cultura política doméstica que já estava sendo construída mas que ganhou reforço com o contexto da guerra fria e com as disputas partidárias do começo dos anos 50. O macartismo, então, está sendo encarado como um ponto alto – e, portanto, mais visível que os demais – de uma cultura na qual o anticomunismo tinha solo para crescer e prosperar.<sup>582</sup>

Num discurso proferido em 9 de fevereiro de 1950, o senador McCarthy afirmou ter em mãos uma lista de 205 de membros do Partido Comunista trabalhando no Departamento de Estado. O Secretário de Estado, segundo o senador, teria conhecimento desse fato. A lista não foi revelada na ocasião, mas acendeu a curiosidade da imprensa, bem como dos políticos. Uma repercussão importante foi a criação, pelo Senado, de um subcomitê para investigar as acusações do senador. Como McCarthy não possuía provas, sua amizade com o diretor do FBI, Hoover foi oportuna, e permitiu que o senador tivesse acesso a arquivos secretos do FBI que lhe poderiam ser úteis.

---

<sup>576</sup> Um exemplo é o já citado HEAKLE, M. J. *McCarthy's Americans*.

<sup>577</sup> LIEBERMAN, Robbie. *The Strangest Dream: Communism, Anticommunism and the U.S. Peace Movement (1945-1963)*. New York: Syracuse University Press, 2000.

<sup>578</sup> É o caso do também já citado FARIELLO, Griffin. Op. cit.

<sup>579</sup> Como em BUCKINGHAN, Peter H. *America Sees Red: Anticommunism in America: 1870-1980. A guide to issues and references*. Claremont, CA: Regina Books, 1988.

<sup>580</sup> É o caso de HAYNES, John Earl. *Red Scare or Red Menace? American Communism in the Cold War era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1995.

<sup>581</sup> PARENTI, Michael. *Blackshirts & Reds: Rational Fascism and the Overthrow of Communism*. San Francisco, CA: City Light Book, 1997.



Nas audiências do referido comitê, McCarthy acusou diversas pessoas de ligação com os comunistas, os quais eram posteriormente convocados e negavam as acusações. Mesmo que o subcomitê tenha concluído que não havia fundamento nas acusações, as atividades do mesmo providenciaram uma grande publicidade para McCarthy que começou a receber apoio de muitos norte-americanos, desiludidos com a política doméstica e internacional de quase duas décadas de governo democrata. O desencadear da Guerra da Coreia, por exemplo, foi visto pela oposição como resultado da falta de vontade da administração Truman de assumir uma postura mais dura frente à expansão do comunismo no Extremo Oriente.

Em 1952, os republicanos conquistaram a maioria das cadeiras no Senado e McCarthy recebeu a presidência de dois comitês relacionados à vigilância anticomunista, o *Government Operations Committee* e o *Permanent Subcommittee of Investigations*. Logo em seguida, um presidente republicano assumiu seu cargo. Eisenhower, apesar de não concordar com os métodos e a campanha de McCarthy recusou-se a confrontá-lo diretamente.

A CIA também foi alvo de acusações: ela estaria sendo infiltrada por agentes da espionagem soviética. O mesmo estaria acontecendo com a *International Information Agency*, um setor do Departamento de Estado responsável pela Voz da América e que também mantinha dezenas de bibliotecas no exterior, as quais foram acusadas de conter livros escritos por comunistas ou por simpatizantes. Esta última acusação levou dois associados do senador a um *tour* pela Europa para investigar as prateleiras das referidas bibliotecas, o que levou inclusive à queima e destruição de livros. O fato piorou ainda mais as relações como o presidente da República que fez declarações, na ocasião, em defesa da liberdade intelectual.

Em 1954, McCarthy denunciou a infiltração comunista no Exército norte-americano, pressionando para investigar os arquivos confidenciais da instituição. Queria com isso buscar indícios sobre espionagem realizada por cientistas civis que trabalhavam para o Exército. Suas solicitações não foram atendidas e as controvérsias entre as duas partes acabaram por ser expostas a público e resolvidas durante uma série de audiências (*Army-McCarthy*

---

<sup>582</sup> Este relato baseia-se em: KLINGAMAN, William K. Op. cit., p. 253 a 260.

*Hearings*), conduzidas pelo *Permanent Subcommittee of Investigations* que normalmente, mas não nessa ocasião, era dirigido pelo próprio senador. Nessas audiências, transmitidas pela televisão, o público teve conhecimento das técnicas utilizadas por McCarthy. Os colegas republicanos começaram a se afastar dele e, logo em seguida, o Senado aprovou um comitê para recomendar um voto de censura, o que aconteceu em dezembro de 1954. O senador não se recuperou politicamente e faleceu menos de três anos depois.

Segundo Griffith, o poder e a influência que McCarthy alcançou foram resultado de uma série de fatores que ultrapassam as “qualidades” pessoais de grande demagogo que o senador possuía.<sup>583</sup> Entre estes fatores está o relacionamento entre republicanos e democratas. Para muitos republicanos McCarthy representava os temas que faziam parte das críticas que há mais de uma década eram destinadas às administrações democratas de Roosevelt e Truman. Assim, o senador lhes era útil. Os democratas, por outro lado, temiam a ameaça de perder vantagens pessoais e partidárias. Também, conforme apontam outras pesquisas, temiam o rótulo de “*soft on communism*”. Nenhum dos partidos colocou freios a seu comportamento excessivo. Por causa disso, Griffith considera que o macartismo deve ser visto como um produto do funcionamento normal dos partidos políticos norte-americanos.

No final da década de 1950, conforme Whitfield, foi readquirido um certo senso de proporção no que se refere à política interna, mas o mesmo não se viu na externa. “A cidadania tinha ganho um senso maior de proporção e, sem se opor a uma política externa intervencionista e ardentemente anticomunista, assinou a certidão de óbito do ‘medo vermelho’ em casa”.<sup>584</sup> O autor destaca que no momento se efetuava a canalização da vida americana para outro campo: as preocupações foram passando de ideológicas para pecuniárias, do público para o privado, do atenção à subversão para os hábitos de consumo. Os americanos teriam tido que escolher entre defender a democracia – o que requeria sacrifício – e celebrar os frutos do capitalismo – o que provocava prazer. No conflito entre dever e prazer, o segundo foi o vencedor. Nessa época começaram a ser melhor sentidos os

---

<sup>583</sup> GRIFFITH, Robert. *The Politics of Fear: Joseph McCarthy and the Senate*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1970, p. 324.

<sup>584</sup> “The citizenry had gained a great sense of proportion and, without opposing an interventionist and ardently anti-Communist foreign policy, had signed the death certificate of the Red Scare at home”. WHITFIELD, Stephen. Op. cit., p. 237.

frutos da prosperidade provenientes do desenvolvimento industrial – também alimentado pela indústria bélica – numa economia que, como diz Whitfield, produzia manteiga e armas, tornando compatíveis os interesses dos militares e dos consumidores.<sup>585</sup>

Uma série de ingredientes contavam para que o anticomunismo norte-americano interno tivesse eficiência e vitalidade. Na conclusão de seu estudo sobre o papel que política estadual teve no desenvolvimento do “medo vermelho”, entre 1935 e 1965, Heale destaca a importância dos seguintes ingredientes para a eficácia do anticomunismo: a presença de comunistas ou outros radicais atuando na comunidade; a existência de *lobbies* patriotas, grupos de cidadãos, organizações empresariais, grupos de sindicalistas, grupos de católicos ou protestantes, grupos brancos defensores da separação racial; redes que interligassem grupos locais, estaduais e federais; altas autoridades estaduais recrutadas para esta causa; o exemplo e o apoio federal; e além disso, o contexto da Guerra Fria no qual os grupos anticomunista tenderam a se reforçar com a deterioração das relações entre Estados Unidos e União Soviética.<sup>586</sup>

Ainda é preciso destacar a importância da religião no anticomunismo doméstico norte-americano. Durante a Guerra Fria houve uma grande demanda por salvação e um surto de piedade nos Estados Unidos, o que tem a ver com o momento, mas também com traços históricos.

“É mais provável que certos traços históricos se reafirmaram, como a tendência a igualar fé com sucesso individual e prosperidade e o pressuposto de que o bem estar nacional era um sinal da aprovação divina. O que intensificou tais crenças foi a necessidade de combater um sistema político que era, acima de tudo, definido como sem Deus”.<sup>587</sup>

---

<sup>585</sup> WHITFIELD, Stephen. Op. cit, p. 238

<sup>586</sup> HEALE, M. J. Op. cit., p. 297.

<sup>587</sup> “It is more likely that certain historical traits reasserted themselves, such as the tendency to equate faith with individual success and prosperity, and the assumption that national well-being was a sign of divine approval. What intensified such beliefs was the need to combat a political system that was, above all, defined as godless”. WHITFIELD, Stephen. Op. cit., p. 83.

Assim, a pertença a uma Igreja e uma atitude abertamente favorável em relação à religião se tornaram formas de afirmar o *American way of life*, especialmente porque a União Soviética e seus aliados assumiram oficialmente o ateísmo. Nesse quadro, ir à igreja regularmente era um escudo contra a suspeita de subversão.

Segundo Whitfield, o que aconteceu nos anos 50 não foi um revivimento da crença religiosa, mas sim da crença na religião. Isso porque os benefícios da devoção não seriam místicos, metafísicos, existenciais, psicológicos ou éticos. Seriam políticos e sociais. A teologia dos anos 50 baseava-se na convicção de que a religião era símbolo da nacionalidade norte-americana muito mais do que na crença na existência de Deus.

#### **8.4 - Catolicismo, americanismo e anticomunismo**

Será falado com mais vagar sobre a relação entre catolicismo e anticomunismo nos Estados Unidos tendo em vista o intento de, num passo seguinte, realizar comparações com elementos do anticomunismo católico no Brasil.

Vários autores que analisam a relação catolicismo, americanismo e anticomunismo têm demonstrado que os católicos norte-americanos tiveram a oportunidade de ser reconhecidos como verdadeiros cidadãos do seu país ao se integrarem na grande luta que mobilizava a todos – independente da religião - contra um inimigo comum.<sup>588</sup> Sendo anticomunistas, eles poderiam ser autenticamente católicos e autenticamente norte-americanos. Isso pareceu de grande importância para um minoria católica dentro de um país predominantemente protestante.

Em estudo sobre o anticomunismo católico dos anos 30, Robert Frank conta que a Igreja Católica era vista como um Cavalo de Tróia dirigido pelo Vaticano que estava apenas esperando o momento para tomar as rédeas do governo e formar um Estado católico. Era

---

<sup>588</sup> FRANK, Robert. Prelude of the Cold War: American Catholics and Communism. In: *Journal of Church and State*, vol. 34, n. 1, inverno 1992, p. 39-56. DE SANTIS, Vincent. American Catholics and McCarthyism. In: *The Catholic Historical Review*. Vol. LI, Abril, 1965, n. 1, p. 1 a 30. CROSBY, Donald F. *God, church, and flag*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1978. ELLWOOD, Robert S. Korea, Catholics, Protestants, and Anticommunism. In: *The Fifties Spiritual Marketplace: American Religion in a Decade of Conflict*. New Brunswick, N.J: Rutgers University Press, 1997, p. 27 a 62; RICHET, Isabelle. Vade Retro Satana! Les églises et la chasse aux sorcières. In: ROUGÈ, Jean-Robert.

vista como uma Igreja estrangeira, largamente freqüentada por imigrantes, que usava em seus rituais uma língua estrangeira.<sup>589</sup> A acusação de estrangeiridade também é descrita por Crosby, para explicar porque os católicos - tanto os que apoiaram quanto os que se opuseram a McCarthy - tinham uma forte preocupação em expressar seu patriotismo.<sup>590</sup>

O rótulo de estrangeiro pairou, por muito tempo, sobre as cabeças dos católicos tendo em vista que, nas palavras do autor, a história do catolicismo norte-americano é, uma

“longa crônica de uma população nascida no estrangeiro que lutou por três séculos para abandonar o seu *status* imigrante mas nunca pareceu totalmente norte-americana. Por cerca de trezentos anos, seus críticos os acusaram de dever lealdade a um poder estrangeiro (o Papa), de falar línguas estranhas, de praticar rituais religiosos exóticos, de manter seu próprio sistema de moral e, pior de tudo isso, de sustentar suas escolas privadas, ao invés do sistema de escolas públicas”.<sup>591</sup>

Mas essa visão hostil era alimentada pela “mentalidade de gueto” cultivada pelos católicos. De acordo com Frank, a população católica estava geograficamente separada da protestante. A hierarquia intensificava a separação por meio de organizações sob o controle do clero<sup>592</sup>, de um sistema educacional e uma mídia separados.<sup>593</sup> Para o autor, a postura de defesa, a intolerância e a hostilidade eram as marcas do gueto e de uma retórica que parecia calculada para perder amigos.<sup>594</sup>

Situações particulares dos anos 30 contribuíram para este isolamento. Em 1933, os Estados Unidos, sob Roosevelt, reconheceram a União Soviética. Isso foi visto como um

---

*L'Anticommunism aux États-Unis de 1946 à 1954*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1995, p. 151 a 173.

<sup>589</sup> FRANK, Robert. Op. cit., p. 41

<sup>590</sup> CROSBY, Donald F. Op. cit.

<sup>591</sup> “Long chronicle of a foreign-born people who fought for three centuries to shed their immigrant status but never seemed fully Americanized. For nearly three hundred years their critics accused them of owing allegiance to a foreign power (the pope), of speaking strange languages, of practicing exotics religious rituals, of maintaining their own peculiar system of morals and worst of all, of supporting their own private schools at the expense of the public-school system.” Idem, p. 244.

<sup>592</sup> Tratam-se de organizações profissionais como associações de professores, advogados, médicos, enfermeiras, policiais, bombeiros. FRANK, Robert. Op. cit., p. 42.

<sup>593</sup> Idem, p. 54.

<sup>594</sup> Idem.

aval ao marxismo. Logo depois, em 1936, os católicos se viram numa posição contrária à maioria dos norte-americanos articulados, no que diz respeito à Guerra Civil Espanhola. A Igreja se posicionou ao lado de Franco e denunciou as perseguições conduzidas pelos legalistas aos católicos naquele país. Além disso, para muitos conservadores católicos, o apoio que muitos liberais americanos deram aos republicanos (legalistas) pareceu confirmar a crença de que liberalismo e comunismo eram a mesma coisa.<sup>595</sup>

A retórica de oposição ao liberalismo e de solidariedade aos católicos perseguidos sob os regimes comunistas foram marcas do catolicismo que já se manifestavam nos anos 20 (denúncia de perseguições no México), nos anos 30 (denúncias sobre a Espanha) e que ganharam força no período pós Guerra. Frank questiona, em seu artigo, porque nos anos 30 os católicos estavam mais preocupados com o perigo comunista do que os não católicos e responde com base nos ensinamentos das encíclicas, tanto a *Rerum Novarum* (1891), quanto a *Divini Redemptoris* (1937). Mostra que a condenação ao liberalismo estava inscrita nas duas cartas papais no sentido de que o liberalismo irreligioso e imoral gerava individualismo, que gerava socialismo, que gerava comunismo. Esses perigos não eram percebidos pelos não católicos que não tinham posições críticas ao liberalismo.

No que se refere a perseguições contra católicos, o tema que não era novo, ganhou força depois da Segunda Guerra, quando a atenção se voltava para os países ocupados pela União Soviética. Exemplo disso, são mobilizações acontecidas nos Estados Unidos em honra a alguns bispos transformados em mártires, como o Arcebispo Aloysius Stepinac da Iugoslávia, que foi condenado pelo regime de Tito a 16 anos de prisão, e o cardeal da Hungria, Joseph Mindszenty, preso em dezembro de 1948, julgado e condenado por traição, subversão e espionagem. Foi condenado à morte e depois a pena foi comutada para prisão perpétua.<sup>596</sup> Em nome dele, por exemplo, grupos católicos de extrema-direita nos Estados Unidos criaram os “Círculos Mindszenty” que eram dedicados à destruição do comunismo e organizados em moldes de células comunistas. Se reuniam em segredo, estudavam literatura comunista, previam ações políticas e mantinham viva a memória do cardeal.<sup>597</sup>

---

<sup>595</sup> CROSBY, Donald F. Op. cit., p. 7.

<sup>596</sup> Idem, p. 11.

<sup>597</sup> Idem.

Em 1950, a pior parte da perseguição comunista à Igreja havia acabado, mas a imprensa católica norte-americana continuou a se portar como se as perseguições continuassem. Nos Estados Unidos, a principal liderança da Igreja, o Cardeal Francis Spellman, arcebispo da diocese de Nova Iorque, dirigia freqüentemente suas preocupações aos destinos dos católicos nos países da cortina de ferro, mas também se voltou para o problema da subversão comunista nos Estados Unidos e deu forte apoio ao macartismo. Outro líder de destaque foi o bispo Fulton J. Sheen, assistente de Spellman em Nova Iorque. Vinte anos antes de McCarthy aparecer, Sheen - por meio de livros, artigos, panfletos, sermões e discursos - já denunciava o comunismo em oposição ao catolicismo romano.<sup>598</sup>

Fulton Sheen, conforme relata Robert Ellwood,<sup>599</sup> tinha desde os anos 30 um programa na rádio NBC chamado *Hora Católica* e dava cursos para convertidos ao cristianismo.<sup>600</sup> Escreveu livros que se tornaram best-sellers como *Peace of Soul* em 1949. Nos anos 50, apresentou um programa na televisão que chegou a ter dois milhões de telespectadores. Ele é representado pelo autor como o porta-voz da versão católica do *American way of life*.<sup>601</sup>

Se, nos anos 50, a postura anticomunista era quase unanimidade entre católicos e não católicos, isso não significava menos divisão no interior de cada grupo e na relação de

---

<sup>598</sup> Idem, p. 15.

<sup>599</sup> ELLWOOD, Robert S. Korea, Catholics, Protestants, and Anticommunism. In: *The Fifties Spiritual Marketplace: American Religion in a Decade of Conflict*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1997, p. 27 a 62.

<sup>600</sup> Idem, p. 60.

<sup>601</sup> Um livro de Fulton Sheen publicado no Brasil em 1952 tem como título *Ópio do Povo* (não há referências, nele de editora e local de edição). Em suas linhas básicas, o livro de 29 páginas, refuta as acusações comunistas de que a religião é o ópio do povo e mostra que quem assume essa função é o próprio comunismo. Enfatiza, para tanto, as ações da Igreja em favor dos pobres e como esses são tratados na Rússia. Para essa última parte usa como fontes, exemplares da imprensa russa, todos datados da década de 1930. Em poucos trechos ele fala sobre o Brasil, e em outros sobre os Estados Unidos, o que cria a impressão de que o livro, escrito para a realidade dos Estados Unidos, foi traduzido e adaptado à brasileira. Em alguns casos, a tradução não fez as devidas adaptações, como se vê na página 23: “Suponhamos, por exemplo, que no Brasil, o partido Democrático estivesse no poder; suponhamos que os membros desse partido exilassem ou matassem todos os membros dos outros partidos como ‘contra-revolucionários’; poderíamos dizer que um cidadão sob tal regime era livre de afirmar a sua personalidade?” Nesse livro há um item a respeito da perseguição comunista à Igreja, na qual aparecem os nomes da Rússia, do México e da Espanha e com o que, o livro é concluído: “Vimo-los prescreverem a religião na Rússia, desterrarem o seu clero e matarem o seu povo; vimo-los fecharem as igrejas do México; vimo-los crucificarem padres na Espanha, abrirem os túmulos de religiosas e espalhar-lhes os restos diante das portas da catedral. Vimos os seus museus anti-religiosos; lemos a sua literatura anti-Deus; mas tudo o que os vimos e ouvimos fazer e dizer contra a

uns com os outros. Autores que trabalham com o tema apontam para a existência de grupos de “liberais” e de “conservadores” entre católicos e protestantes, os quais veriam de formas diversas os métodos anticomunistas e a campanha encabeçada por McCarthy.

Se se olhar o cristianismo norte-americano nos anos 50, como sugere Ellwood, tendo ao centro as principais denominações protestantes (de origem inglesa), os dois extremos seriam ocupados pelos católicos e pelos evangélicos. O anticomunismo atingiu com mais força esses dois grupos de *outsiders*. No que se refere às divisões internas dos protestantes, o autor se refere aos liberais, os quais acreditavam que o evangelho deveria ser comunicado de formas compatíveis com a visão de mundo da época, incluindo referências à filosofia e à ciência e que não era a letra dos textos que importava, mas o seu espírito. Para os evangélicos, por outro lado, o evangelho deveria ser comunicado nos seus próprios termos, estando acima do espírito de cada época. A autoridade das escrituras deveria ser tomada seria e literalmente.

A classificação de liberal dizia respeito àqueles cristãos e àquelas denominações com raízes na América colonial. Suas igrejas eram freqüentadas por protestantes descendentes de ingleses ou outros brancos no norte da Europa que, nos anos 50, possuíam características de uma elite e de guardiães da herança dos Estados Unidos. Mantinham laços com a elite educacional de universidades como Harvard, Yale, Chicago. Os evangélicos eram fortes entre raças e classes que fugiam desses padrões. Entre os protestantes históricos, todavia, também se diferenciava um grupo conservador.<sup>602</sup>

Entre os evangélicos, os anos 50, viram um intenso processo de revivimento, sob a liderança carismática do pastor Billy Graham, que também contribuiu para o anticomunismo. Sua mensagem parecia internalizar a guerra fria, já que ela retratava um mundo dividido entre o bem e o mal, no qual as pessoas tinham que fazer a escolha certa de um dos lados.<sup>603</sup> Segundo Isabelle Richet, Billy Graham teve um papel determinante no estabelecimento do consenso anticomunista na sociedade e na cultura norte-americanas, sobretudo no Meio Oeste e no Sul onde a influência do protestantismo evangélico era mais forte.<sup>604</sup>

---

religião não nos convenceu de que não há Deus. Eles apenas nos convenceram de que há Demônio.” p.29 . Agradeço a Eliane Rosa Garcia por me enviar cópia deste livro.

<sup>602</sup> ELLWOOD, Robert S. Op. cit., p. 50.

<sup>603</sup> Idem.

<sup>604</sup> RICHET, Isabelle. Op. cit., p. 160.



No caso dos católicos, no campo dos conservadores podem ser colocados os bispos acima citados, periódicos como o *Our Sunday Visitor* e o *Brooklyn Tablet*, além de grupos de leigos ativistas como os *Catholic War Veterans* e os *Knights of Columbus*. Os últimos realizavam atividades como piquetes, protestos em ocasiões de visitas de russos, pressão para vigilância sobre os funcionários públicos, boicotes a cinemas e teatros que apresentassem filmes ou peças portadoras de indícios do comunismo ateu, produção de panfletos. Também realizavam programas de educação, com cursos e programas de rádio.<sup>605</sup> Participando do esforço também estava uma agência de notícias da Igreja que supria os jornais diocesanos com notícias sobre o tema.

Os católicos liberais, por sua vez, se opunham ao comunismo por achá-lo anti-democrático, monolítico e conspiratório. Acreditavam que se fossem eliminados a pobreza e o sofrimento, os comunistas não teriam para onde ir. O combate, ao comunismo, então, não deveria se basear numa “caça às bruxas” e numa legislação repressiva, mas sim na expansão de programas sociais, com base nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Esses católicos se viam representados em publicações como *Commonweal* e *America*. Alguns deles atuavam no sindicalismo e havia entre eles alguns “padres operários”.<sup>606</sup>

No entanto, a maioria da liderança católica pertencia ao campo conservador e o mesmo acontecia com as organizações de leigos e com os periódicos católicos. As disputas entre os dois grupos parecem ter se dado no nível das elites, onde eram protagonistas editores, autores, líderes políticos, diretores de organizações leigas, lideranças do clero. As massas de leigos, segundo Crosby, participaram esporadicamente ou olharam o processo de uma maneira passiva.<sup>607</sup>

O conflito entre as elites conservadoras ou liberais foi muito intenso e uma das razões disso é que ele tocava no tema político de peso: o amor à pátria. Nesse sentido, ambos os lados faziam insistentes apelos ao patriotismo. Amor à pátria significava para uns aceitação irrestrita de McCarthy já que, sozinho, ele estaria atacando as raízes daquilo que ameaçava a América, o comunismo ateu. Para outros, amor à pátria se manifestava na

---

<sup>605</sup> CROSBY, Donald F. Op. cit., p. 18.

<sup>606</sup> Idem, p. 21.

<sup>607</sup> Idem, p. 22.

denúncia de que McCarthy estaria ameaçando os procedimentos democráticos que estavam no coração do sistema americano.<sup>608</sup>

É ainda Crosby que fala a respeito do anticomunismo como uma “religião civil”. Ele chega a essa formulação depois de comentar algumas pesquisas que sugerem que a influência que a Igreja tinha no dia-a-dia dos seus fiéis, na época era pequena, pois a maioria deles restringia sua vida religiosa às tarefas do domingo. Uma pesquisa sobre hábitos de leitura entre católicos, por exemplo, mostrava que em 1954 apenas 44% dos católicos liam periódicos católicos. Evidencia também que os leigos prestavam pouca atenção aos posicionamentos do papa sobre capitalismo, paz, erros modernos, bem como para os pronunciamentos dos bispos em matérias semelhantes.

Mesmo questionando a validade da lógica seguida pelo autor e dos indícios que o levam a concluir o que ele conclui, o raciocínio não deixa de ser interessante: se os católicos norte-americanos definiam seus compromissos com a Igreja de forma tão restrita - como “coisas de domingo”- e assim não estavam tão abertos à influência do catolicismo, eles teriam sido persuadidos muito mais por uma “religião civil”.<sup>609</sup> Para descrever a mesma o autor se apoia em estudo realizado por Robert Bellah.

A religião civil seria, segundo Bellah, todo um corpo de crenças religiosas e valores morais que envolve a vida norte-americana, com o qual a maioria da população concorda e o qual tem lugar de destaque na retórica política: a crença de que Deus chamou os Estados Unidos para serem um “novo Israel”; de que Ele estará com o país até o julgamento final, o qual será muito severo; as noções de democracia, liberdade individual e pluralismo religiosos; a tese de que Deus fez os Estados Unidos como um exílio para os oprimidos; e, finalmente, a doutrina de que Deus fez, na América, todos os homens iguais e deu a todos uma chance igual num novo país que deveria servir como exemplo frente ao resto do mundo. A era de McCarthy viu uma renovação e intensificação dessa religião civil.<sup>610</sup>

---

<sup>608</sup> Idem, p. 243.

<sup>609</sup> O argumento está diretamente ligado à hipótese que o autor defende: a de que os católicos não foram significativamente mais anticomunistas ou mais favoráveis a McCarthy do que os não católicos e que as raízes do conservadorismo estariam menos nos ensinamentos da Igreja do que na cultura política norte-americana.

<sup>610</sup> Idem, p. 205.

Elementos semelhantes aparecem na análise de Ellwood que vê o americanismo como uma “religião de Estado.”<sup>611</sup> No começo dos anos 50, segundo este autor, era senso comum que o anticomunismo deveria estar em primeiro lugar em qualquer decisão política doméstica ou internacional. No plano doméstico, a política assumiu o lado negro da religião com a caça às bruxas e a exclusão dos “contaminados”. Esta espécie de anticomunismo religioso, como uma visão abrangente de mundo, um tipo de “igreja de Estado”, também chamado de “americanismo”, teve seu pico no início dos anos 50.

O americanismo tinha como certo que o comunismo não era apenas um desafio político, militar e econômico, mas também espiritual pois ameaçava os fundamentos da vida humana, a relação da alma com Deus. A América ideal aparecia como unificada espiritualmente, uma nação temente a Deus na qual os que quebrassem a unanimidade deveriam ser expelidos, para o bem da comunidade.<sup>612</sup>

No que se refere especificamente ao macartismo, difundiu-se pelo país a crença de que a Igreja estava por trás da campanha do senador. Para desconstruir tal idéia, Vincent De Santis, fez um estudo que mostra exemplos de posicionamentos contrários e favoráveis ao senador, na hierarquia, na imprensa católica, em grupos organizados de leigos, e entre católicos que responderam a pesquisas de opinião.<sup>613</sup> De Santis defende que a Igreja não tinha uma posição oficial sobre McCarthy e que ela estava dividida entre os que o apoiavam e os que o condenavam, apesar do número dos primeiros ser maior que o dos segundos; e apesar da maioria dos que se expressavam publicamente ser favorável.<sup>614</sup>

No caso da hierarquia, o autor faz saber que o único bispo que combateu publicamente o macartismo foi o bispo auxiliar de Chicado, Bernard J. Sheil. Esse bispo, defendia um “anticomunismo afirmativo”, incluindo a salvaguarda dos procedimentos democráticos, a diferenciação entre traição e não conformidade, o apoio à medidas militares para resistir à intimidação comunista e a percepção de que os Estados Unidos não ofereciam ambiente para o crescimento do comunismo.<sup>615</sup>

---

<sup>611</sup> ELLWOOD, Robert S. Op. cit., p. 38.

<sup>612</sup> Idem.

<sup>613</sup> DE SANTIS, Vincent. Op. Cit,

<sup>614</sup> Idem, p. 13.

<sup>615</sup> Idem, p. 9.

O oposto teria sido o exemplo do Cardeal Spellman,<sup>616</sup> que deu apoio a McCarthy, fazendo com que o macartismo fosse respeitável e aceitável. Enfatizou em seus discursos a ameaça da infiltração comunista nos Estados Unidos e da destruição da Igreja no exterior. Foi freqüentemente convidado para entrevistas em programas de rádios, como aqueles que os *Knights of Columbus* transmitiam para 226 estações no ano de 1947.<sup>617</sup>

John Cooney fez um estudo sobre o cardeal, considerado o “capelão da guerra fria,”<sup>618</sup> no qual comenta as vantagens e desvantagens de posicionamentos como os assumidos por Spellman:

“Em qualquer lugar onde falava, Spellman reforçava sua imagem como um defensor tanto do catolicismo quanto do americanismo. Ele fazia votos de que os dois não fossem mais vistos como se excluindo mutuamente, acusação feita contra a Igreja nos Estados Unidos, desde muito tempo. De fato, para muitas pessoas, o catolicismo passou a ser identificado com a ‘Cruzada Vermelha’ de Spellman.”<sup>619</sup>

## 8.5 - Experiências e expectativas em relação ao anticomunismo

As reflexões acima, sobre o anticomunismo católico apontam para uma questão interessante e mais abrangente: a das disputas em torno do tema. Assim, por trás da aparência de onipotência, vê-se que o anticomunismo era, em muitas situações, um elemento de disputa dentro da sociedade norte-americana. Isso pode ser visto quando se toma o

---

<sup>616</sup> De acordo com COONEY, John. *The American Pope: The Life and the Times of Francis Cardinal Spellman*. New York: Time Books, 1984. O autor diz que depois que Kennedy foi eleito presidente – contra a vontade de Spellman – o cardeal perdeu o posto de personalidade católica com mais destaque no país.

<sup>617</sup> Idem, p. 85.

<sup>618</sup> No livro sobre o “papa norte-americano”, Cooney conta, entre outras coisas, a história da reação de Spellman a uma greve de coeiros que eram empregados da arquidiocese de Nova Iorque, na qual se vê a força do discurso anticomunista do prelado. Esta passagem foi republicada em TOBIN, Greg (ed.). *Saints and Sinners: The American Catholic Experience Through Stories, Memories, Essays, and Commentary*. New York: Doubleday, 1999, p. 16 a 24. Na mesma obra também se encontra um texto de Fulton Sheen que se chama “The Philosophy of Anxiety”. Fala das ansiedades modernas e diz que existe uma ansiedade saudável que é aquela que leva as pessoas a agirem de acordo com os desígnios de Deus. Nas páginas 67 a 84.

<sup>619</sup> “Whenever he spoke out, Spellman reinforced his image as a defender of both Catholicism and Americanism. He vowed that no longer would they be seen as mutually exclusive, the charge made against

exemplo de McCarthy acusando o Departamento de Estado ou a CIA de terem comunistas entre os seus quadros, e de como isso fechava com os reclamos da oposição republicana segundo os quais a administração Truman estava sendo muito tolerante em relação ao comunismo. Ou seja, o mesmo Departamento de Estado que achava defeituosas – mas que às vezes elogiava - as práticas anticomunistas brasileiras, se via frente à acusação de não controlar o problema do comunismo na sua própria casa. Ao mesmo tempo, se havia tantos alvos – indivíduos e grupos cujas atividades eram rotuladas com o adjetivo de *un-American* – isso poderia significar que esses participavam com menor empenho, não participavam ou se opunham às “cruzadas” anticomunistas.

Também é preciso chamar a atenção para o fato de que o anticomunismo ganhava vida nos embates políticos que se davam em ambientes os mais diversos e também nos níveis internacional, federal, estadual e local. Níveis que se intercalavam, mas que também funcionavam com lógicas diferentes. Parece que o nível internacional e o federal são aqueles mais explorados pelos historiadores. A importância de conectar o federal com o estadual é destacada, por exemplo, por Heale em obra antes citada. Parece que o nível local é o menos estudado. Ele poderia dar indícios de como a cultura da guerra fria ganhava forma na vida cotidiana, entre os “cidadãos comuns”.

Um exemplo disso é trazido por Peter Filene,<sup>620</sup> num artigo onde ele descreve uma experiência feita com noventa estudantes de graduação em História. Os jovens foram desafiados a questionar seus avós sobre os problemas causados pelo clima de caça às bruxas do final dos anos 1940 e da década seguinte. Os resultados foram surpreendentes pois os avós revelaram que não chegaram a se sentir profundamente perturbados com a agressão comunista na Europa Oriental e Coréia, nem sentiram a paranóia do anticomunismo e do macartismo. As preocupações maiores destes indivíduos – quando estava em seus 20 e poucos anos – eram manter o emprego, pagar o aluguel e criar os filhos.<sup>621</sup>

---

the Church in the U.S. for so long. Indeed in many minds Catholicism became identified with Spellman’s Red Crusade”. COONEY, John. Op. cit., p. 154.

<sup>620</sup>FILENE, Peter. “Cold War Culture” Doesn’t Say It All. In: KUZNICK, Peter J. e GILBERT, James. *Rethinking Cold War Culture*. Washington, D.C. : Smithsonian Institution Press, 2001, p. 157 a 174.

<sup>621</sup> Idem, p. 157.

Algo semelhante é descrito por Joel Kovel.<sup>622</sup> Ele se refere a uma pesquisa feita em 1955, no auge do “medo vermelho” por Samuel Stouffer, que concluiu que menos de um por cento dos norte-americanos estavam realmente preocupados com uma tomada do poder pelos comunistas.<sup>623</sup> Outro exemplo citado pelo mesmo autor é aquele de um repórter do *Capitol Times*, de Madison, Wisconsin que, em 1953 recebeu as seguintes respostas para a pergunta:<sup>624</sup> O que, na sua opinião, é um comunista?

“Eu não sei, eu sou um cidadão americano”

“Bem, eles estão sempre se despistando... Eu não sei muito sobre eles”

“Eu não tenho certeza - a definição parece estar mudando”

“Um criminoso, eu acho”

“Um pessoa que quer guerra”

“Eu tenho tentado descobrir, mas não consegui chegar a uma definição”<sup>625</sup>

Esses exemplos, juntamente com a constatação de Crosby de que os católicos não ligavam muito para os ensinamentos da Igreja, como foi comentado acima, abrem espaço para que se questione a recepção e a eficácia do anticomunismo fora do nível das elites.

O que procuro sustentar é que o clima interno do anticomunismo norte-americano servia como um parâmetro para as avaliações feitas por aqueles funcionários que trabalhavam no Brasil – ou que em Washington tratavam das questões brasileiras. Servia para a construção de um modelo de anticomunismo ou um anticomunismo ideal. Ao longo dos excertos de documentos apresentados, especialmente na primeira parte da tese, são apresentados vários indícios do que seria este anticomunismo ideal. Retomarei alguns poucos exemplos, todos eles situados no período Kubitschek.

---

<sup>622</sup> KOVEL, Joel. *Red hunting in the promised land: anticommunism and the making of America*. London/Washington: Cassel, 1997.

<sup>623</sup> Kovel cita: STOFFER, Samuel. *Communism, Conformity and Civil Liberties*. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1955, p. 59.

<sup>624</sup> Kovel está se referindo a BELFRAGE, Cedric. *American Inquisition 1945-1960*. New York: Thunder's Mouth Press, 1989, p. 195.

<sup>625</sup> “What, in your opinion, is a Communist?” “I don't know - I'am an American citizen.” “Well, they are allways sneaking around . . . I don't know too much about them.” “I'm not exactly sure - the definition seems to be changing.” “A crook, I suppose.” “A person who wants war.” “I've been trying to find out myself but I've never been able to ger a definition.” KOVEL, Joel, Op. cit., p. 248.

Comentando declarações anticomunistas do arcebispo do Rio em dezembro de 1955, um despacho da Embaixada revela a expectativa sobre os passos concretos que poderiam ser dados a partir daí.<sup>626</sup> Tanto a fala do arcebispo, quanto de militares de alto escalão na época foram considerados positivos pois significavam que a comunidade brasileira estava despertando para o perigo comunista. Mas esse despertar, e os pronunciamentos vindos da Igreja e dos militares precisavam, de acordo com o relator do despacho, se transformar em ação efetiva. Tal ação dependeria do tipo de atitude que o novo governo – que assumiria em 31 janeiro de 1956 - iria tomar. Vê-se uma expectativa nesse e em outros momentos de que o governo federal tomasse a frente e assumisse decididamente a campanha anticomunista, servindo de liderança para aglutinar os esforços dispersos que estavam sendo levados a efeito neste campo.

Na metade de 1956, analisando as conseqüências políticas da tramitação de projetos de anistia na Câmara e alguns pronunciamentos de caráter anticomunista feitos por Kubitschek, o funcionário que escrevia da Embaixada para o Departamento de Estado informava que o governo apesar de não ter um programa coordenado de combate, estava começando a se conscientizar sobre o perigo comunista e a falar contra ele.<sup>627</sup> Mais uma vez aparece a questão do anticomunismo como um programa coordenado de combate e não apenas como ações e pronunciamentos dispersos. Dois anos depois, a avaliação norte-americana era de que as coisas ainda não tinham melhorado significativamente pois ainda não havia sido lançada uma legislação anticomunista. O relator de um despacho de 1958 avaliava que esse tipo de lei encontraria forte oposição no Congresso, pois tanto os parlamentares pró-governo como os de oposição estariam preocupados com os votos comunistas.<sup>628</sup>

---

<sup>626</sup> *Anti-Communist Declarations of Rio's Archbishop*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, 14 de dezembro de 1955, assinado por Robert W. Dean, Segundo secretário da Embaixada - M1511, rolo 3.

<sup>627</sup> Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, segundo secretário da Embaixada, em 11 de junho de 1956 - M1511, rolo 1.

<sup>628</sup> *Anti-communist offensive; anti-Communist campaigns*. Joint Weeka, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 18 de abril de 1958, M 1511, rolo 3. Uma sugestão para uma próxima pesquisa seria a de questionar a razão de não ter existido no Brasil uma legislação anticomunista do tipo daquela presente nos Estados Unidos. Poder-se-ia averiguar que tipo de legislação foi criada ou aquela que se tentou criar, e os percalços encontrados nesse processo, num estudo parecido ao que Azevedo fez sobre o governo Dutra. Poder-se-ia pensar, também, nas condições que permitiram ou exigiram que nos Estados Unidos fosse construído todo aquele aparato de leis e tribunais anticomunistas.

Mais um exemplo que pode dar indícios sobre o que seria o anticomunismo ideal: em conversação tida com Kubitschek antes da posse do mesmo, o funcionário da Embaixada relatou que alertara o presidente eleito sobre a necessidade de combinar uma “eficiente organização técnica”, como “uma atmosfera geral apropriada”, o “apoio governamental” e uma “opinião pública bem informada e alerta”.<sup>629</sup> É relativamente fácil ver nessa descrição o anticomunismo norte-americano: organização técnica, clima geral, apoio do governo, opinião pública informada.

Na mesma conversa, o presidente Kubitschek ouvira que poderia haver troca de serviços entre organização de inteligência de um país para outro, que os norte-americanos teriam material em abundância para fornecer e que seria importante que as agências responsáveis pelo combate ao comunismo – deveriam existir agências – tivessem autoridade que fosse reconhecida tanto pelos funcionários do governo e pelos cidadãos.<sup>630</sup> Isso faz lembrar a onda de críticas a setores do governo norte-americano, acusados de infiltração comunista antes e durante a era McCarthy. Faz lembrar também o respeito que os norte-americanos nutriam, durante a guerra fria, pelo FBI de Hoover e pelos militares, conforme comenta Whitfield.

Explorado este elemento - o de que o anticomunismo, na forma como existia na sociedade norte-americana, servia de parâmetro para a identificação do anticomunismo ideal para o Brasil - passo a desenvolver o argumento de que outro pressuposto da leitura norte-americana sobre o combate ao comunismo no Brasil era o da superioridade cultural. Os norte-americanos assumiam geralmente a posição de quem era superior aos brasileiros em termos culturais, políticos, administrativos, educacionais, etc. Tal postura que transparece em muitos momentos ao longo da primeira parte da tese será retomada aqui e relacionada com algo mais amplo, que é uma espécie de tradição que se manifesta no olhar norte-americano para a América Latina.

Christian Appy trata deste tema quando discute a ação norte-americana - através da CIA - na derrubada do governo Arbenz na Guatemala, em 1954, num artigo que mostra o

---

<sup>629</sup> *Memorandum of Conversation with Presidente Kubitschek* - Memorando interno no Departamento de Estado (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director (Plans) para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs no Bureau of Inter-American Affairs, de 25 de janeiro de 1956. M 1511, rolo 6.

<sup>630</sup> Idem.



presidente Eisenhower se preocupando muito mais com seus jogos de golfe e bridge do que com o destino dos guatemaltecos atingidos pelo golpe que derrubou seu presidente.<sup>631</sup> Aí o autor faz alguns comentários sobre o tipo de conhecimento que os funcionários envolvidos na política externa tinham a respeito das culturas estrangeiras. Segundo Appy,

“mesmo uma atenção detida nas culturas estrangeiras pode produzir políticas cruéis, mas nós falhamos em entender uma forte marca no imperialismo norte-americano a menos que reconheçamos completamente a prontidão dos *policymakers* norte-americanos em intervir com base em um campo de conhecimento admissível extremamente limitado. Apesar de muitas intervenções globais, os estrategistas têm tido, na maioria das vezes, pouco impulso de retratar o Terceiro Mundo de uma maneira que desafie as suas próprias pretensões”.<sup>632</sup>

Essa inabilidade de retratar o outro fora de esquemas pré-concebidos e estreitos pode ser sentida na forma como as lideranças brasileiras e o povo em geral são apresentados nos documentos diplomáticos analisados nesta pesquisa. Os brasileiros foram, por exemplo, criticados pela sua inabilidade em se auto-governar. A mesma crítica se dirigia a conjunto dos países latino-americanos. Veja-se um exemplo relacionado ao *Assistant Secretary for Inter-American Affairs*, Edwin M. Martin, que assumiu o cargo em março de 1962. Rabe conta que antes disso ele havia trabalhado no setor econômico do Departamento de Estado, não falava espanhol e tinha pouca experiência nos assuntos inter-americanos. Martin, numa ocasião, questionou a habilidade dos líderes latino-americanos, alegando que lhes faltava senso de responsabilidade pessoal e que os mesmos viviam em sociedade imaturas e sem

---

<sup>631</sup> APPY, Christian G. Eisenhower's Guatemala Doodle, or: How to Draw, Deny and Take Credit for Third World Coup. In: APPY, Christian G. (Editor). Op. cit.

<sup>632</sup>“Even detailed attention to foreign cultures can produce ruthless policy; but we fail to understand a strong strain in U.S. imperialism unless we fully acknowledge the readiness of U.S. policymakers to intervene on the basis of an extraordinary narrow field of admissible ‘knowledge’. Despite many global interventions, U.S. policymakers have often had striking little impulse to figure the Third World in ways that stretched or challenged their own ideological and cultural claims”. Idem, p. 186.

experiência, sendo que suas habilidades políticas, bem como outras habilidades, eram limitadas.<sup>633</sup>

Citações que já apareceram na tese ratificam o que está sendo dito, delimitando o tipo de conhecimento admissível sobre o Brasil e uma postura de superioridade a partir da qual esses norte-americanos falavam. Foi apresentado na segunda parte, o caso de uma conversa travada entre um funcionário do Consulado de São Paulo e o editor de um importante jornal daquela capital a respeito da forma como o jornal e a população estavam se posicionando frente à revolução cubana. O funcionário, depois relatou e interpretou a conversa havida, identificando nas palavras de seu interlocutor um “jeito nativo” de pensar dos brasileiros, marcado por “uma estranha mistura de oportunismo e recusa de tomar o comunismo seriamente, talvez uma limitada orientação democrática, uma orientação que falha em aceitar ou olhar para a ameaça mais ampla do comunismo ...”<sup>634</sup>

Este “oportunismo” e a “falha” em ver o perigo comunista em termos mais amplos também teriam relação com a forma pobre como os brasileiros absorviam lições estrangeiras. Se em alguns momentos a crítica era de que os brasileiros não se dispunham a aprender com os outros, no exemplo que segue o que aparece é a pobreza de tal aprendizado. Isso foi levantado num documento que analisava o surgimento e desenvolvimento da ala esquerda do PDC em São Paulo. Tal ala estaria recebendo influência de partidos democratas cristão de outros países, mas como já foi dito em capítulo anterior – “os brasileiros estavam absorvendo pobremente as lições estrangeiras, ficando desta forma longe dos partidos democratas cristãos europeus mais responsáveis”.<sup>635</sup> No mesmo documento, essa pobreza se explica pela contraposição entre a “panacéia simples dos

---

<sup>633</sup> “A sense of personal responsibility and [that they ] lived in ‘immature and inexperienced societies, seriously short of political and other skills’”. De acordo com RABE, Stephen. Op. cit., p. 16. Note-se que este é o mesmo Martin que no início deste capítulo se mostrava mais “realista” na análise da relação entre Goulart e os comunistas.

<sup>634</sup> *A conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 17 de Agosto de 1960, assinado pelo Cônsul Geral William P. Cochran Jr, Caixa 1574.

<sup>635</sup> *Leftists show strength at Christian Democratic Convention*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de maio de 1963 assinado por Daniel M. Braddock, Minister Cônsul General, Caixa 3836.

comunistas” e o desconhecimento das idéias e da moderna história norte-americana e européia.<sup>636</sup>

Também vale lembrar as já citadas acusações sobre a formação superficial dos intelectuais brasileiros,<sup>637</sup> a falta de estudo e embasamento<sup>638</sup> e a crítica à defesa de idéias que não foram estudadas.<sup>639</sup> Enfim, trata-se da percepção e do espanto frente a lógicas diferentes de ver as coisas. Há um comentário – que também consta na primeira parte da tese - que deixa isso bem claro e por isso merece reaparecer neste momento:

“Observadores norte-americanos, naturalmente, esfregam seus olhos e relutam em acreditar no que eles vêem quando eles pela primeira vez notam paralelos entre porções da linha da ‘ala esquerda’ da Igreja e o Marxismo/ Leninismo. Talvez porque lógicos anglo-saxões assumem que onde há fumaça há fogo. O Consulado Geral duvida que haja qualquer fogo real aqui. Não há evidências de ‘infiltração’ física dos comunistas nos círculos da Igreja de São Paulo. Isso significa que uma figura tão venerável quanto a do Arcebispo de São Paulo propaga convicções não estudadas? Exatamente.”<sup>640</sup>

Tudo o que estes observadores norte-americanos viam lhes parecia difícil de compreender. A sua “lógica anglo-saxã” os deixava transtornados. Mas é interessante pensar que o que lhes transtornava era em grande parte resultado da leitura que eles mesmos faziam. Se espantavam, neste caso, ao notar paralelos entre Igreja e Marxismo. Mas quem ajudou a criar e a difundir a imagem desse paralelo foram eles próprios. O conjunto de documentos que acompanham o desenvolvimento da ala esquerda da Igreja – alguns dos quais foram vistos anteriormente – revela isso. Por que então esses “lógicos anglo-saxões” iriam se espantar com o fantasma que eles próprios ajudaram a criar?

---

<sup>636</sup> Idem.

<sup>637</sup> *Political Panorama Vastly Changed*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de abril de 1964, assinado por Niles W. Bound. Caixa 1930.

<sup>638</sup> Idem

<sup>639</sup> *“Christian Social Pledge” Reflects Left Wing Church Beliefs*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 5 de junho de 1962, assinado pelo Cônsul Scott C. Lyon. Caixa 1578.

<sup>640</sup> Idem.

Possivelmente porque este fantasma era uma das manifestações do perigo comunista que existia no Brasil, de acordo com a avaliação norte-americana. Tal perigo se manifestava na “promiscuidade” presente no vocabulário utilizado por muitos grupos, no “zoológico político”, nas contribuições do comunismo e do nacionalismo para a criação de um espírito contrário aos interesses e ideais dos Estados Unidos.

## **Capítulo 9**

### **Os pressupostos das leituras católicas sobre comunismo/ anticomunismo**

Analiso, no presente capítulo, os pressupostos das leituras católicas - captadas através das fontes orais - sobre o anticomunismo. Discuto, para tanto, as mesmas questões colocadas no capítulo anterior: como era encarado o perigo comunista e a que outros perigos ele era associado? Qual o lugar social e o universo cultural a partir dos quais os sujeitos entrevistados falavam? O que se poderia esperar – ou se esperava – que eles/elas falassem a respeito de comunismo/anticomunismo?

Tais questões serão respondidas por meio da contraposição entre as falas dos entrevistados e o discurso oficial da Igreja sobre o comunismo. Também serão levadas em conta contribuições da historiografia sobre o tema.

#### **9.1 - O perigo comunista no Brasil**

Nas fontes orais praticamente não há avaliações sobre a ação do Partido Comunista no Brasil. Quase não há consciência de que existiram comunistas nas cidades onde os entrevistados vivem. Alguns exemplos são ilustrativos. D. Laurindo, hoje, acha graça de ter recebido que os comunistas chegassem a um lugar calmo como sua terra natal, Nova Bassano. “Era uma coisa meio nebulosa porque a gente não sabia nem dizer onde era. Eu esperava que um dia ou outro aparecessem os comunistas por aí, em Nova Bassano” (risos). Pe. Moisés disse não lembrar de quem eram os comunistas no Brasil. Questionado sobre

Prestes, lembrou que se falava um pouco sobre ele, não muito. E se referindo à Coluna Prestes: “a gente dava graças a Deus que terminou, que ele foi vencido”. Além disso, ele contou também que “a gente sabia da Intentona, do Prestes, queria botar o comunismo.” Irma e Nelso lembraram que se falava a respeito de Prestes e também que em Cacequi, assim como em Alegrete, havia comunistas. No último caso, eles citaram o nome do irmão de Perciliana e Vitalina, “um que era declarado”. Não lembram se existia o partido. Irma tinha a impressão de que “eles não se declaravam”. Este foi o único comunista gaúcho citado pelo conjunto dos entrevistados.

Horacil, por sua vez, não lembra se existiam comunistas em Bagé ou se o partido estava organizado lá. Lembra, porém, que Luiz Carlos Prestes era famoso. Narciso, questionado sobre nomes de comunistas, disse que o adjetivo comunista era usado como forma de insulto, na comunidade onde ele vivia: “Olha, geralmente quando existia aquelas rixas de ... aquela coisas, um chamava de comunista prá o outro. E o cara que era chamado de comunista, ele se incomodava”. Depois de comentar sobre o que os padres falavam a respeito do comunismo, a irmã Ida foi questionada sobre “quem eram os comunistas” e respondeu que isso não era explicado. “Não, só diziam ‘comunista’, mas não diziam quem. Não chegavam a dizer quem”. E logo a seguir: “Acho que eles [os padres] tinham medo também de falar, de dizer”.

Como foi visto anteriormente, vários entrevistados fizeram referências a Luiz Carlos Prestes, mas nada foi dito sobre o(s) PC(s) ou sobre as atividades que o PCB realizava na sua ilegalidade. Pe. Guerino lembra que Carlos Prestes era “o chefe, o presidente do partido” o qual, segundo ele, foi suprimido em 1944 ou 1945. Pe. Firmino, como já foi dito, contou sobre a apreensão provocada por um comício de Prestes em São Leopoldo, a mesma cidade onde estava sediado o seminário. O nome de Prestes apareceu em meio à conversa com irmã Ida e com Dorvalina na qual a primeira tentava lembrar nomes de presidentes da República na sua infância. Ela disse que como a família não tinha acesso à televisão, rádio e jornal, muitas vezes era demorado para saber se havia trocado o presidente da República, o governador, o prefeito. Lembra que

“I<sup>641</sup> - o tempo que eu ia pra escola era o Getúlio Vargas. Depois tinha o Carlo Prestes, não sei o que que ele era.

C – Ah, o Luiz Carlos Prestes era comunista.

I – Pois é. Esse aí era ... Isto. O Carlo Prestes era o comunista.”

É interessante notar que ela afirma que Prestes era “o” comunista e não “um” comunista. O uso do artigo definido “o” nessa fala contribui para a defesa do argumento de que o comunismo era uma coisa muito abstrata que, para a maioria das pessoas entrevistadas, podia ser incorporado à pessoa de Prestes. Fora dele era difícil achar outros portadores desta “marca”.

Se era difícil relacionar o comunismo a outras pessoas além de Prestes, quais os lugares que, na memória e nas reflexões dessas pessoas, foram associados ao comunismo? Discutiu-se anteriormente, a partir das lembranças de alguns padres gaúchos, a forte presença do México e da Espanha no imaginário anticomunista do clero católico. A recorrência da relação comunismo - anticlericalismo - México - Espanha também se manifestava em pronunciamentos de autoridades eclesiásticas, bem como em documentos papais. Mas, no conjunto das entrevistas realizadas, o comunismo também foi situado na Rússia e em Cuba. Uma ou outra referência à China, à Hungria, à Iugoslávia, à Albânia.

Gabriel falou sobre a Rússia, numa explicação já comentada, segundo a qual João Goulart estaria viajando para a Rússia quando se deu o suicídio de Vargas. Ele também disse sobre Brizola que “a formação dele era da Rússia”. José contou que “era apontado que como o comunismo tomou conta da Rússia, estava se espalhando pelo mundo todo”. Carino comentou que “o comunismo nasceu na Rússia, no ano de 1917. No ano em que eu nasci, veio o comunismo”.<sup>642</sup> Respondendo a indagação a respeito dos padres falarem ou não a respeito da Rússia, Iaiá assim se manifestou: “Falavam da Rússia, onde eles disseram que a

---

<sup>641</sup> I - Irmã Ida; C - Carla.

<sup>642</sup> Carino falou sobre a Intentona Comunista: “Tanto assim, que a Intentona do Rio de Janeiro, do ano de 1935, Luiz Carlos Prestes se levantou para derrubar o regime do governo e adotar o comunismo aqui no Brasil”.

Nossa Senhora disse que se a Rússia rezasse, ela se converteria. E se converteu mesmo. Ela ia salvar a Rússia do comunismo e salvou mesmo”.

D. Laurindo contou que

“vinham ecos da Rússia, disso e daquilo. Então, o que a gente guardava como herança daquilo que ouvia, era que realmente o comunismo era uma coisa inumana, o comunismo na sua experiência russa, basta dizer que em 1917, milhões de pessoas foram eliminadas”.

E ele também se referiu à Hungria, especialmente a um fato que mobilizou a Igreja Católica em termos internacionais, que foi a prisão de um cardeal, o mesmo comentado no capítulo anterior. Depois de falar dos ecos que vinham da Rússia, referiu-se àqueles sobre a perseguição à Igreja nos países da cortina de ferro: “por exemplo, só para recordar alguns casos: eu recordo que um cardeal da Hungria foi feito prisioneiro”.

Pe. Guerino fez uma análise das diferentes inspirações comunistas que chegavam ao Brasil no começo dos anos 60 na época em que eram discutidas as reformas de base:

“G<sup>643</sup> - “no fundo, o comunismo tem a mesma doutrina, mas tinha os chineses, os cubanos, e a Albânia. Assim, eu ouvia nas conversas. E o Brizola era mais pelos chineses. O Miguel Arraes, tinha, como é que era?

C – As Ligas Camponesas?

C – Ligas, mas parece que [a influência era] de Cuba ou da Iugoslávia. Depois, o Brizola não dava muito para o comunismo.”

Conforme foi citado anteriormente, os lugares Rússia e Cuba apareceram nas reflexões de Horacil, que lembrou que “naquela época, a gente ouvia falar muito da Rússia. A Rússia era o país, o centro do comunismo e hoje, graças a Deus, o papa conseguiu...” Na seqüência falou sobre Cuba e a visita que o papa João Paulo II fez a ela recentemente. Ele

---

<sup>643</sup> G - Pe. Guerino; C - Carla.



também citou o nome do PCB e do PC do B, mas estava se referindo à existência desses partidos comunistas na atualidade.

No caso de Cuba, nas várias vezes em que ela foi citada, foi possível ver que não havia em sua relação uma aversão automática. As “simpatias” por Cuba, dentro da Igreja podem ter sido resultado de diferentes processos: um anterior à vitória da revolução, quando os católicos torciam pela sorte dos guerrilheiros e não vislumbravam um alinhamento de Fidel com a União Soviética; outro posterior, representado pela recepção do livro *Fidel e a Religião* de frei Betto. É possível que em meio a esses dois processos, um outro tenha estado em ação, especialmente naqueles grupos da Ação Católica que assumiram uma postura de esquerda e rejeitaram o anticomunismo tradicional, especialmente a JUC que teve parte de seus membros formando a AP. Num âmbito ainda mais amplo, é preciso não desprezar as esperanças de transformação social que circulavam no Brasil nos anos anteriores ao golpe de 1964, dentro das quais a Revolução Cubana significava um marco. Estas esperanças podem ter atingidos setores católicos, especialmente entre a juventude.

Veja-se, por exemplo, a análise de pe. Holmes:

“... Depois, com Fidel, a gente começou a olhar não o comunismo enquanto ateu [Troca de fita]. A gente vê, por exemplo, no caso da Igreja Católica, o período da Teologia da Libertação, das CEBs. Então, ali, os padres que eram da Teologia da Libertação, eles olhavam Cuba com muita simpatia. Por isso, durante o tempo do estado, perseguição, da revolução, muitos padres foram presos, tudo por causa disso aí. Havia uma repressão muito grande”.

E dentro dessa mesma lógica, faz sentido a colocação de pe. Holmes a respeito das acusações que a imprensa fazia a D. Hélder Câmara, chamando-o de comunista. Pe. Moisés fala também da simpatia por Cuba: “Fidel Castro, até, no começo, a gente foi quase a favor e depois que ele mudou o sistema lá, etc., mas ele deve ter tido sua razão.”

A simpatia pela bandeira dos guerrilheiros cubanos também se espalhou por setores da sociedade norte-americana antes do alinhamento ao campo comunista. Em coletânea

sobre a Guerra Fria coordenada por Appy, Van Gosse discute um surto pró-Fidel nos Estados Unidos em 1957 e 1958, o qual foi praticamente ignorado nas décadas seguintes.<sup>644</sup> Fidel era tratado como herói por certos órgãos de imprensa e muitos jovens norte-americanos tentaram entrar em Cuba para se juntar à guerrilha. Um relato do Consulado de São Paulo, antes apresentado, também mostrava os brasileiros se solidarizando aos cubanos.

Essas referências mais “concretas” ao(s) partido(s) comunista(s) no Brasil, à liderança de Luiz Carlos Prestes, à Rússia, Cuba, China, Hungria, ocupam, entretanto, lugar muito pequeno no seio das lembranças a respeito de comunismo/ anticomunismo e se mostram muito mais presentes nas reflexões de membros do clero. Para os leigos parece que a maior parte das memórias é atravessada por uma lógica que pode ser resumida na frase dita por Carino: “Então, a gente combatia muito o comunismo naquele tempo embora não existisse comunista”.

Daí se pode concluir que existia medo do comunismo, apesar de não haver comunistas. Ou indo além, havia comunismo apesar de não existirem comunistas. Com uma única exceção – a entrevista de Nelso e Irma - os comunistas locais não eram conhecidos. Os partidos pareciam não ter atuação. A maior parte dos entrevistados não fez referências diretas ao PCB ou depois ao PC do B e a outros agrupamentos da esquerda brasileira que surgiram no final da década de 1950 e no começo da seguinte.

Com base nestes exemplos, vê-se um descolamento entre o objeto que gerava medo e o medo sentido, que podia ser maior ou menor, dependendo da pessoa. Uma das possíveis explicações para tal fenômeno é a de que o perigo representado pelo comunismo ganhava corpo na associação com outros perigos e não naquilo que normalmente se poderia classificar como atividade de um partido ou de grupos comunistas. Daí a necessidade de buscar quais eram esses perigos – da mesma forma que se fez em relação à avaliação norte-americana sobre o comunismo brasileiro - e também de acompanhar a presença deles tanto nas reflexões dos entrevistados, quanto em documentos oficiais da Igreja, como é o caso das encíclicas papais que tratam do tema.

## **9.2 – Comunismo, anticlericalismo, destruição da família e da propriedade**

---

<sup>644</sup> GOSSE, Van. “We are highly adventurous”: Fidel Castro and the romance of the white guerrilla - 1957-

Mesmo que não fosse possível – ou necessário - aos entrevistados, situar em personagens, fatos, lugares e datas, a extensão do perigo representado pelo comunismo, o perigo continuava existindo e causava medo para uma parte deles. Daí a necessidade de averiguar onde estava este perigo.

A localização do perigo representado pelo comunismo na forma como isso foi expresso nas entrevistas de história oral coincide, em muitos casos, com as linhas básicas do discurso católico anticomunista, já que nos dois universos são enfatizados temas como a destruição das famílias, a expropriação e, especialmente, o anticlericalismo, este último mesclado com ateísmo. Com base em estudos anteriores sobre o tema é possível dizer que o discurso católico anticomunista no Brasil não tinha uma preocupação significativa com o número de militantes comunistas ou com as posturas assumidas nos manifestos publicados pelo partido.

O tema do comunismo era geralmente tratado de uma forma bastante “abstrata” no que se refere ao sujeito ou grupo atingido pelas críticas. Isso não impedia, no entanto, que pronunciamentos de autoridades, como arcebispos e bispos, fossem feitos como resposta a certas atividades comunistas específicas, como foi visto em alguns documentos diplomáticos anteriormente citados. Pode-se dizer que, em termos gerais, o anticomunismo católico brasileiro não primava por tratar temas pontuais, mas sim falava do comunismo em termos mais amplos, como um grande mal que estava presente nos mais diversos campos da vida social e política, visando subverter a ordem estabelecida – e considerada certa – para implantar um regime sem Deus, sem propriedade, sem pátria, sem família.<sup>645</sup>

Começo retomando alguns elementos relacionados ao anticlericalismo. Fazendo um balanço daquilo que foi dito ao longo da segunda parte desta tese, vê-se que a relação entre comunismo e anticlericalismo foi levantada tanto por membros do clero quanto por leigos. No primeiro caso, foram discutidas com profundidade as manifestações anticlericais no México e na Espanha que ganharam lugar de destaque em documentos papais e também na Igreja brasileira e norte-americana, cujas denúncias acabaram se compondo com o discurso anticomunista. A oposição e perseguição ao clero católico foi relacionada ao comunismo e

---

1958. In APPY, Christian. Op. cit. p. 238 a 256.

exemplificada com acontecimentos nos dois países citados, mas também na Rússia e na Hungria.

No caso da maior parte dos leigos, havia a percepção de que o comunismo era mau porque estava contra os padres, contra a Igreja, contra Deus. Uma mistura de anticlericalismo, laicismo e ateísmo. Narciso, por exemplo, lembra que numa localidade onde todos eram católicos, os que estivessem “fora da religião” eram considerados comunistas. Uma acusação<sup>645</sup> um tanto pesada, parecida com aquela trazida por Jandir. Na comunidade onde ele nasceu, se dizia: “aquele não foi à missa, logo é comunista”. Horacil, por sua vez, contou que o comunismo era uma coisa que aterrorizava “porque eles combatiam a religião”. Foi esta a primeira característica do comunismo que ele lembrou. Augusto, depois de falar a respeito da repartição das propriedades, comentou que “as pessoas tinham medo do comunismo por causa da religião, contra a religião” e que “eles perseguiram muito os padres”. O adjetivo anticlerical aparece nas reflexões de Jandir que explica que o comunista era visto como aquele que vendia a alma ao diabo, aquele que era anticlerical e que isso acabava atingindo outros grupos como os maçons. Iaiá lembra que os padres “combatiam porque o comunismo era anticlerical.”

É interessante notar como na encíclica escrita exclusivamente para combater o comunismo, a *Divini Redemptoris*, de 1937, esses temas aparecem muito próximos uns dos outros - nos três primeiros parágrafos onde se descreve a doutrina comunista<sup>646</sup> - e fazem parte dos pressupostos que justificam a crítica católica ao comunismo. Essa inicia enfocando a questão do materialismo, fala em seguida da autoridade, da propriedade e então das repercussões na família. Quanto ao materialismo:

“esta doutrina proclama que não há mais que uma só realidade universal, a matéria, formada por forças cegas e ocultas, que, através da sua evolução natural, se vai

---

<sup>645</sup> De acordo com RODEGHERO, Carla S. *O diabo é vermelho*, especialmente o capítulo 2, p. 43 a 72.

<sup>646</sup> Mas, chamar alguém de comunista poderia ser simplesmente usar um “xingamento” que estava à mão e que poderia ser útil em situações as mais diversas. Agora, o fato desse rótulo estar disponível não deve ser visto como puro acaso.

<sup>647</sup> Tratam-se dos parágrafos 9, 10 e 11, que na edição em uso estão localizados nas páginas 8, 9 e 10. PIO XI. *Divini Redemptoris*. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

transformando em planta, em animal, em homem. [ . . . ] É, pois, evidente, que neste sistema não há lugar sequer para a idéia de Deus.”<sup>648</sup>

Na seqüência, a encíclica considera que descartando a vida espiritual, o comunismo privaria a pessoa humana da sua dignidade e de todos os freios de ordem moral. Na relação entre os cidadãos, por sustentar o princípio da igualdade absoluta, o comunista rejeitaria toda a hierarquia e autoridade, tanto a procedente de Deus, quanto aquela dos pais. Indo além, a questão da propriedade é tematizada:

“Nem aos indivíduos se concede direito algum de propriedade sobre os bens naturais ou sobre meios de produção; porquanto, dando como dão origem a outros bens, a sua posse introduz necessariamente o domínio de um sobre os outros. E é precisamente por esse motivo que afirmam que qualquer direito de propriedade privada, por ser a fonte principal da escravidão econômica, tem que ser radicalmente destruído.”<sup>649</sup>

Entrando no tema da família, a argumentação de Pio XI é de que a rejeição do “caráter sagrado da vida humana” na doutrina comunista atingia, por consequência, o caráter do matrimônio e da família. Se o matrimônio é transformado numa simples instituição civil

“por conseguinte, assim como repudia os contratos matrimoniais formados por vínculos de natureza jurídico-moral, que não dependam dos indivíduos ou da coletividade, assim rejeita a sua indissolúvel perpetuidade. Em particular, para o comunismo, não existe laço algum da mulher com a família e com o lar. De fato, proclamando o princípio da emancipação completa da mulher, de tal modo a retira da vida doméstica e do cuidado dos filhos que a atira para a agitação da vida pública e da produção coletiva, na mesma medida que o homem. Mais ainda: os cuidados do lar e dos filhos devolve-os à coletividade. Rouba-se assim, aos pais, o direito que

---

<sup>648</sup> Idem, p. 9, parágrafo 9.

lhes compete de educar os filhos, o qual se considera também como direito exclusivo da comunidade, e por conseguinte só em nome e por delegação dela se pode exercer.”<sup>650</sup>

Vê-se que a forma do comunismo destruir a família seria através de concepções de que o matrimônio não passava de um contrato como outro qualquer, podendo desta forma ser desfeito. Esta facilidade de desfazê-lo é que tornaria os cônjuges menos responsáveis em relação ao casamento. No que se refere aos filhos, está em jogo o papel da mulher, que sob o comunismo seria tratada da mesma forma que o homem, atirada à “agitação da vida pública”. Ela não seria mais responsável pelo cuidado do lar e dos filhos, cuja educação ficaria à mercê do Estado.

Continuando na retomada do que foi falado a respeito dos perigos trazidos pelo comunismo, outro elemento que teve destaque nas entrevistas foi o da destruição das famílias. José lembra que o comunismo “trazia uma aflição que era a destruição da família”. A irmã Ida lembra que se falava que “eles iriam levar todas as crianças para educar conforme eles queriam, conforme o comunismo e que ninguém ficava com as crianças em casa (...) Pra botar na cabeça das crianças uma educação diferente”. Algo parecido foi colocado por Vitalina: “amedrontavam a gente com o comunismo, que tiravam os filhos, que o governo lá tirava os filhos e deixava os filhos para educar”.

O casal Nelso e Irma trouxe outros elementos – que eles mesmos acharam engraçados – e que vão na mesma direção:

N<sup>651</sup> - “Diziam que no comunismo, mesmo, não tinham casais, parecia que se adonavam: se gostavam da mulher do outro ... (riso)

C – Podia trocar na hora?

N – Trocava.”

---

<sup>649</sup> Idem, p. 10, parágrafo 10.

<sup>650</sup> Idem, p. 10 e 11, parágrafo 11.

<sup>651</sup> N - Nelso; C - Carla.

O comunismo representava, então, a destruição da família, seja pela liberalização dos laços do casamento ou pela destituição do direito dos pais de educarem seus filhos. Mesmo que no Brasil não existissem leis anticlericais nem “destruidoras” da família, como a lei do divórcio, ainda assim, o discurso católico anticomunista seguia combatendo pois via tendências nessa direção. E na memória de muitos fiéis católicos ficou presente esta marca. Sem religião, sem autoridade paterna e sem a segurança social e individual proporcionada pelo casamento, as sociedades estariam expostas à propaganda subversiva.

Mas, um outro elemento também se destacou nas lembranças dos entrevistados, o qual está presente nos documentos oficiais, como o acima citado. Trata-se da ameaça que o comunismo representava à propriedade privada. Narciso lembra que sob o comunismo “todos eram iguais”. Irma conta que “se apossavam de tudo, o que era teu era meu, o que era meu era teu, essa coisa toda. Ninguém era dono do que era seu, como está acontecendo em certos pontos agora”. Irmã Ida, por sua vez, lembra que sentia “medo de que o comunismo viesse para cá também, tomasse parte porque aí, eles diziam assim, então eles tiravam tudo das famílias. Iam tirar tudo. Depois eles repartiam conforme precisasse para todo mundo. Ninguém ficava dono de nada.”

É interessante lembrar que Ida contou, em outro momento, que seu pai não tinha terra e que a família migrara por diversos municípios gaúchos e catarinenses em busca de trabalho e terra. O mesmo medo que ela sentia em relação ao fato de que “ninguém era dono do que era seu” pode ser sentido no relato de Augusto que fala do medo que os fazendeiros sentiam em relação ao comunismo: “quem tivesse duas casas tinha que dar uma para o outro. Tinha que estar dividido. Então, muita gente que tinha, os fazendeiros mesmo, como é que ia ser? Teriam que repartir tudo isso?” Ou seja, não era necessário ser proprietário para ter medo de perder a propriedade ou de viver numa sociedade onde ela não fosse possuída e usufruída privadamente.

Os temas levantados nas entrevistas e agora cruzados com a encíclica *Divini Redemptoris* - comunismo *versus* religião, família e propriedade - vinham sendo objeto da preocupação na Igreja desde antes do comunismo ter se corporificado no regime soviético. Através da *Rerum Novarum* (1891), por exemplo, Leão XIII chamara a atenção para o problema da doutrina comunista ser contrária ao direito natural. O direito natural seria

aquele que precede a organização do Estado “porque o Estado é posterior ao homem e antes que ele pudesse formar-se já o homem tinha recebido o direito de viver e proteger sua existência.”<sup>652</sup>

Nessa lógica, se encadeia a defesa do direito de propriedade e do poder do pai na família. Segundo Leão XIII, Deus concedeu a terra para todo o gênero humano mas não para que “a dominassem confusamente todos juntos (...) Quis deixar a limitação da propriedade à indústria humana e às instituições dos povos.”<sup>653</sup> O casamento também teria base no direito natural por ter como fim principal colocar em prática o “crescei e multiplicai-vos” da ordem divina.

“Desse modo, a sociedade doméstica é anterior à sociedade civil e, para o homem, enquanto chefe de família, o direito de propriedade é ainda mais fundamental. É com base nesse direito que o pai dá conta do dever sagrado de sustentar os filhos e zelar pelo seu futuro, formando um patrimônio.”<sup>654</sup>

*A Divini Redemptoris*, ainda, trata dos casos de perseguição à Igreja, entendendo-os como uma das funestas conseqüências da aplicação da doutrina comunista, a qual seria difundida por meio de propaganda bem organizada e sedutora e teria seu caminho preparado pelo liberalismo. Já foram citados, no capítulo 6, alguns trechos da encíclica que se referiram à Rússia, ao México e à Espanha. A representação do perigo comunista que se pode depreender dessas poucas citações de encíclicas é a de um sistema dentro do qual não havia lugar para a idéia de Deus, o que se conjugava com uma realidade histórica da perseguição da Igreja em regimes identificados com o comunismo. Tudo isso indicava que sob um regime comunista, a Igreja Católica teria sérios problemas de sobrevivência, o que já estaria acontecendo em países como a Rússia, o México e a Espanha.

Este perigo não tinha a mesma concretude na sociedade brasileira e especialmente nas localidades onde as pessoas entrevistadas moravam. Mesmo assim, parecia – pelo menos para o clero e especialmente para a hierarquia – que manifestações do perigo comunista

---

<sup>652</sup> LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Edições Paulinas, 1978, p. 14, parágrafo 6.

<sup>653</sup> Idem.

<sup>654</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*, p. 26.



estavam em todos os lugares e que, portanto, era preciso lutar contra ele. Era preciso mobilizar toda a estrutura da instituição para dar conta deste desafio.

Todo o trabalho de pregação anticomunista poderia estar voltado para o combate a situações concretas onde se viam indícios de subversão, mas também poderia abarcar um campo mais largo, quando o perigo comunista era relacionado com uma série de “problemas” que tinham ligação com família, comportamento, lazer, sexualidade, religião. Como procurei mostrar em *O diabo é vermelho*, a Igreja, em sua luta contra os processos de modernização, laicização e secularização, passava a relacionar o comunismo com uma série de situações nas quais a autoridade da Igreja e o *status quo* fossem questionados. Esses processos ganharam grande velocidade ao longo do século XX e tiveram manifestações locais específicas.

Mas, além disso, é preciso lembrar que também estavam em jogo as disputas políticas locais, estaduais, nacionais e até internacionais, frente ao que a Igreja deveria se posicionar ao longo do período de 1945 e 1964. Mas, quase nada disso parece ter sido importante a ponto de ficar marcado na memória das pessoas que entrevistei.

### **9.3 - O anticomunismo católico e os outros anticomunismos**

A forma como esses católicos entrevistados representaram o comunismo, além de ter relação com aquilo que poderia ser chamado de “discurso oficial” da Igreja, também revela algumas aproximações com o anticomunismo construído e difundido por outros grupos que, na mesma época, faziam campanhas anticomunistas. Isso porque o perigo que o comunismo representava para a família, a propriedade e a religião também era explorado fora do ambiente católico. E é possível ter acesso a isso por meio de panfletos e cartazes publicados e distribuídos no país e apreendidos pelos postos diplomáticos norte-americanos. Começo explorando uma imagem que diz respeito à propriedade da terra. É a Imagem 2, que se encontra no final deste capítulo.

Nela está representada a contraposição entre a “Fazenda Promissão” e a “Colônia dos Martírios”, o que tem muito a dizer a respeito do conteúdo do anticomunismo brasileiro, no que se refere à economia e às relações de trabalho. Em julho de 1951, a

Embaixada no Rio de Janeiro recebeu e depois enviou para o Departamento de Estado cópias de um conjunto de cartazes anticomunistas que estavam sendo preparados e distribuídos pelo SESI, em Santos, no estado de São Paulo.<sup>655</sup> No despacho, o funcionário comenta que os consulados estavam sendo requisitados a prestar atenção no aparecimento de materiais do mesmo tipo em outras áreas do Brasil.

O cartaz que interessa aqui tem como título “Trabalho: na democracia”. Ele está dividido em duas partes. Na superior, vê-se um trator no qual está escrito “Fazenda promessa”. O agricultor que o dirige está sorridente, veste um macacão, um chapéu e fuma cachimbo. Ao fundo, vê-se outro trabalhador lavrando com duas juntas de bois, passando em frente a dois celeiros, um moinho de vento, e algumas árvores. Na parte inferior, que é separada da superior por uma cerca de arame farpado, encontra-se uma plaqueta indicando que se trata da “Colônia dos Martírios”. Aí, um homem, que usa uniforme militar e tem estampado na manga de seu casaco o símbolo da foice e do martelo, está laçando um trabalhador, que veste calças remendadas, está com a barba por fazer, anda descalço, usa um chapéu mal conservado. Logo abaixo, outro trabalhador puxa um arado, o qual tem a forma de uma foice e um martelo. O mesmo está sendo empurrado por um homem que parece também usar uniforme militar, com boné e botas. Tanto este quanto o que está com o chicote têm feições duras, que parecem representar ódio e resignação. O puxador do arado também está descalço, suas calças têm remendos, sua face está suada e sua língua colocada para fora da boca. O terreno na “Colônia dos Martírios” é pedregoso em comparação ao da “Fazenda Promissão” que parece ser macio e que tem árvores. No quadro inferior não há nenhum tipo de vegetação.

Onde poder-se-ia localizar a Fazenda Promissão e a Colônia dos Martírios? Como relacionar a comparação entre esses dois lugares e o discurso anticomunista? Ainda que seja discutível a localização da primeira no Brasil rural da época em que o cartaz foi produzido e distribuído e especialmente nas regiões onde os entrevistados desta pesquisa passaram boa parte da sua vida, não é difícil concluir que a segunda se refere à União Soviética. Isso não apenas pela presença do símbolo da foice e do martelo, mas especialmente porque a “Colônia” é portadora de características comumente atribuídas à União Soviética,

---

<sup>655</sup> *Anti-Communist Campaign*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado

especialmente quando o discurso anticomunista busca criar uma imagem contraposta àquela do “paraíso do socialismo”. Sá Motta comenta que no discurso comunista, a URSS seria o “Estado proletário, onde a desigualdade e a exploração teriam sido erradicadas”.<sup>656</sup> Depois da Segunda Guerra, de acordo com o autor, ela passou a ser elogiada pela vitória contra os nazistas, pelos sucessos como nova potência e um pouco depois pela conquista do espaço, por ter colocado o primeiro astronauta em órbita.

Além disso, por várias décadas, a União Soviética foi a única concretização do socialismo ou comunismo, e a descrição a respeito da vida nos países que a formavam foi uma das principais lutas simbólicas travadas entre comunistas e seus opositores. As características que ligam a Colônia dos Martírios à União Soviética, na ótica dos anticomunistas, são aquelas ligadas à supressão da liberdade e ao fim da propriedade privada.

Observe-se, no cartaz, a representação das relações de trabalho em cada um dos territórios: no primeiro caso, os dois agricultores estão cumprindo suas tarefas individualmente, enquanto no segundo, os outros dois têm seu trabalho fiscalizado por superiores e são tratados como gado, um sendo laçado e outro puxando um arado. É o contrário da imagem do agricultor - no primeiro plano da “Fazenda Promissão” - dirigindo seu trator e fumando seu cachimbo com um ar de contentamento. Num campo, liberdade, no outro, escravidão. Não fica difícil concluir que os agricultores da “Fazenda Promissão” são proprietários dela e que aqueles da “Colônia dos Martírios” trabalham em terras do Estado.<sup>657</sup>

Há também uma notável diferença na questão tecnológica: mesmo que no primeiro caso apareça um trabalhador que se utiliza de um arado de tração animal, a imagem que está em primeiro plano é a do trator. Em contraposição, na Colônia dos Martírios, a terra está sendo arada de forma mais primitiva. No caso do trator, é interessante lembrar que o cartaz, produzido pelo SESI, foi recolhido em 1951. Até que ponto a utilização do trator era parte da realidade da agricultura no Brasil naquele ano? Certamente não era. Em 1951 havia

---

em 05 de julho de 1951; M1487, rolo 4.

<sup>656</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 81.

<sup>657</sup> Sobre o uso da imagem das fazendas coletivas e dos trabalhadores sendo tratados como gado na Rússia, ver: RODEGHERO, Carla Simone. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 12, Dezembro de 1999, p. 129-152.

apenas 15 mil tratores no Brasil para um total de dois milhões de agricultores, segundo Haines.<sup>658</sup>

Por isso, se poderia questionar até que ponto o cartaz pretendia retratar uma realidade do Brasil da época em que ele foi elaborado. Se se levar em conta que o cartaz foi distribuído pelo SESI na cidade de Santos, em São Paulo, pode-se concluir que tratava-se possivelmente de um material destinado aos trabalhadores urbanos, e já que vindo do SESI, a trabalhadores das indústrias. Não faria muito diferença, então, se o cartaz fosse fiel ou não à realidade da agricultura brasileira. Ele não estaria visando os trabalhadores rurais. Essa hipótese de que o cartaz pretendia atingir os trabalhadores da indústria ganha fôlego quando se compara este material com outros de cunho anticomunista também distribuídos pelo SESI, os quais levantam outras discussões relacionadas às relações de trabalho no Brasil, na União Soviética e na Alemanha Oriental.<sup>659</sup>

Também é possível comparar o contraste na forma de nomear os dois espaços: fazenda X colônia e promessa X martírio. Tal contraposição reforça no primeiro caso, a questão da liberdade e da propriedade existentes sob o capitalismo e não sob o comunismo, e no segundo caso, se refere aos resultados do trabalho em cada sistema: o progresso, o

---

<sup>658</sup> HAINES, Gerald K. Op. Cit, p. 146. O autor retira tal informação de SCHUH, G. Edward. *The Agricultural Development of Brazil*. New York: Praeger, 1970, p. 153-4.

<sup>659</sup> Há ainda outro cartaz recolhido na mesma ocasião que aquele acima analisado que se refere de forma semelhante à questão do trabalho. Sem imagem, ele comporta apenas um texto extenso com o título “Trabalhadores do Brasil! Como é tratado o operário na Rússia”. Ao longo de nove parágrafos, vai descrevendo como vive o operário russo, sem salário mínimo; não podendo faltar ao serviço; não podendo escolher o local de trabalho e tendo que se separar da família por causa disso; não tendo uma casa decente, mas uma pequena, desconfortável e anti-higiênica; não podendo fazer reclamações; sendo obrigado a votar no Partido Comunista, em candidatos escolhidos pelo governo; sendo enviado para os campos de concentração; sendo, enfim, tratado sob “o terrível regime do chicote”. E conclui em tipos maiores: “Brasileiro! Só a democracia, o trabalho e a ordem poderão dar o bem estar ao Brasil e a você”. No cartaz está assinado: “Campanha de Educação Cívica e Democrática”. Outro livreto, distribuído em 1953 pelo SESI e recolhido pelo Consulado em São Paulo, se chamava “Comunistas contra o proletariado” segue a mesma lógica, de combater o comunismo mostrando de que forma os trabalhadores eram tratados sob o comunismo, no caso, em Berlim Oriental. A produção desse material, de acordo com o despacho do consulado parecia estar relacionada com a onda de greves acontecida nos meses de março e abril daquele ano. O texto fala sobre a situação dos operários em Berlim controlada pelos soviéticos, mostrando que eles não tinham direito de reclamar. É interessante pois o SESI pretende combater uma onda grevista com a defesa do próprio direito de greve, direito que os comunistas não estariam respeitando na Alemanha Oriental. A lógica é de que as greves aqui, lideradas por comunistas, levariam a um Estado comunista onde elas próprias não seriam mais possíveis. *São Paulo Anti-Communist Propaganda*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 19 de novembro de 1953 M1487, rolo 2.

bom futuro, a tecnologia (com o trator e o moinho de vento) para o primeiro e, um vida de martírio para os segundos.

A questão da família pode ser exemplificada com um livreto, distribuído em 1951 em São Paulo, que contava como uma mulher - que havia se deixado seduzir pelo comunismo - poderia levar sua família à destruição (Imagens 3 e 4, no final do capítulo). O material foi recolhido pela Embaixada norte-americana e enviado a Washington.<sup>660</sup> Um funcionário do Consulado em São Paulo fora informado de que o mesmo estava sendo distribuído por uma ordem católica de irmãs chamada “Irmãs Franciscanas Americanas”. Todavia a outro funcionário, da Embaixada no Rio, foi informado que a responsável pela preparação e publicação deste material era a polícia de São Paulo. Comenta o despacho que, aparentemente, esta ordem de irmãs era uma das agências através das quais a polícia estava trabalhando para distribuir material anticomunista.

Contando com 10 páginas, o livreto começa com um apelo: “Mães brasileiras: ouvi a história que estes quadros vos contam. É verdadeira, e acontece todos os dias”. O texto é o que segue:

“Era assim, um lar feliz. Ela, boa esposa e mãe extremosa, a todos assistia com solicitude, guiada que era pelas belas tradições do povo brasileiro. Em tudo se notava o rigoroso cumprimento de seus deveres de dona de casa. Um dia porém, foi procurada por uma amiga que lhe falou de suas aspirações esquerdistas. Ouviu-a. Influenciou-se pelas sugestões da sua conhecida e ... abandonando o lar, seus entes queridos, seus filhos, aquele admirável símbolo da mulher brasileira, aquela mãe extremosa e esposa corretíssima, saiu à praça pública a pregar os falsos argumentos da ideologia que de Moscou se irradia pelo mundo, não para o tornar melhor, mas para infelicita-lo. Em consequência: o lar deixou de ter o asseio e a ordem que sempre tivera e passou a refletir o desprezo e a desarrumação. A criança menorzinha, sentindo a falta da assistência materna, chorava noite e dia ... e, devido ao abandono, enfraqueceu-se, adoeceu e, com profunda mágoa para os pais, veio a falecer ... A tristeza foi enorme. Jamais ela havia pensado no desaparecimento de sua querida

filha. E, com o sofrimento, veio a reflexão. Com a reflexão, a reconsideração de seus atos e o arrependimento. Dura lhe foi a lição: compreendeu, então, o desvio em que ingressara, o abismo de que estivera próxima, com prejuízo patente para a sua família. E voltou à tranqüilidade do seu lar, à alegria, à felicidade ... Leitora amiga, cuidado! Que a lição da mãe feliz também lhe sirva. O comunismo é o lobo mau da fábula que todos conhecemos. Evite-o. Para seu próprio bem. Para o bem da sua vida. Para o bem do seu Estado. Para o bem do seu país.”

Nesta última página aparece uma gravura do Lobo Mau, segurando na mão um folheto “Doutrina marxista” e conversando com Chapeuzinho Vermelho, conforme a Imagem 4. As ilustrações são simples, sem praticamente uso de metáforas, mostram uma mãe cuidando dos filhos; uma conversa entre duas mulheres; uma mulher em frente a uma manifestação, onde as pessoas parecem estar gritando e carregam uma faixa; um quarto totalmente desarrumado, com uma vassoura descansando ao lado da cama; uma criança pequena sentada no chão chorando; um velório de criança, com várias pessoas em torno do caixão; o casal sentado à mesa com semblante triste e ambos com a cabeça entre as mãos, havendo uma cadeira de criança vazia na mesma mesa; e finalmente, a imagem do Lobo Mau e de Chapeuzinho Vermelho.

A simplicidade da iconografia contrasta com a tragicidade da história. Perder um filho é certamente algo terrível para qualquer mãe.<sup>661</sup> Mas, apesar de trágica a história é bem mais verossímil e próxima do cotidiano das mulheres brasileiras do que aquelas que

---

<sup>660</sup> *Distribution of Anti-Communist Propaganda in São Paulo*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 01 de agosto de 1951; M1487, rolo 4.

<sup>661</sup> Um exemplar de “ficção” anticomunista semelhante a este foi descoberto por Carla L. Silva, publicado em março de 1937 na revista *Anauê*, da Ação Integralista Brasileira. Na história, o pai é que é o culpado pelo fim trágico. Ele estava, há 15 dias, fazendo greve. A mulher sugeria que ele buscasse trabalho em outro lugar e que tivessem fé em Deus e na Virgem Maria. Ele retrucou que fé não traria feijão e leite para dentro de casa. Ela o xingou “depois que você se meteu nessa coisa de comunismo, mudou inteiramente. Está até herege!” Ele respondeu estar farto de ser explorado. Ela ponderou que não seria por meio de greves e agitações que as coisas melhorariam. Elas estariam trazendo a desgraça ao país. Ele respondeu: “quer ver que você também é integralista?” e a esposa se defendeu: “parece que não é nenhum crime ser integralista.” Frente à confissão, o marido quase bateu na esposa. Se contendo, admitiu que já não tinha mais cabeça. Ele então saiu de casa e enquanto isso chegou um médico para tratar do filho que estava doente. Mas como faltou luz, o médico não pode fazer nada e a criança morreu. Logo a seguir o marido e pai entrou em casa feliz pois “tinha conseguido preparar uma greve causando um blecaute de energia em toda a cidade.” SILVA, Carla Luciana. Op. cit., p. 131-132.

relacionam o comunismo à socialização das mulheres, entrega das crianças ao Estado, amor livre, divórcio e aborto, temas que também compõem o imaginário anticomunista. Dessa forma, ela poderia ser captada com mais facilidade pelo universo de leitores desejados, aquele formado pelas mulheres.

Não é a mesma representação da destruição de famílias que fazem os entrevistados, que lembram com mais ênfase de troca de casais e filhos sendo levados dos pais para serem educados pelo Estado, mas se aproxima de parte do conteúdo da *Divini Redemptoris*, na medida em que esta encíclica fala dos perigos resultantes de se jogar a mulher para o espaço público.

A história explora também a contraposição entre dois modelos de mulher: a mulher ideal, que é “boa esposa e mãe extremosa”, e aquela que se deixou levar pelas idéias esquerdistas e por causa disso deixou o lar sem ordem e asseio e as crianças abandonadas, a tal ponto que uma delas não resistiu e morreu.

No final da narrativa está a referência à história de Chapeuzinho Vermelho. Essa chamada ocupa o lugar da “moral da história”. Faz com que o leitor ou a leitora retome os passos dados pelos personagens e compreenda os resultados das opções inicialmente tomadas e das ações subseqüentes. O comunismo é o lobo mau. A amiga que com aspirações esquerdistas, neste história, assume o papel de lobo mau. Ela indica um caminho diferente - que parece mais atrativo - à menina que tinha seu caminho - seguro - pré-traçado e que agora se aventura pelos desvios, se aproxima do abismo e tem final trágico. Assim, a opção pelo comunismo - ou simplesmente por se juntar a qualquer movimento reivindicatório - é um desvio, é caminho para o abismo. Esta mulher que foi “à praça pública, pregar ...”, ousou sair do espaço privado a ela reservado e isso colocou em risco a própria sobrevivência física da família.

Se parece que o castigo que a mulher recebeu foi desproporcional ao erro cometido, afinal de contas, sua ação não passara da participação em manifestações reivindicatórias, ainda assim tal ação era vista como perigosa por subverter o papel da mulher. Muito mais do

que um apelo às mães, o texto se configura numa grave advertência sobre como certas ações femininas podem colocar em risco o bem da família, do estado e do país.<sup>662</sup>

O ataque comunista à religião também foi tema de materiais de propaganda. No conjunto de cartazes produzidos e distribuídos pelo SESI em Santos em 1951, um deles se refere ao tratamento que os comunistas dariam à religião, conforme a Imagem 5. O cartaz diz que “O comunismo destrói a tua fé” e tem uma identificação no pé da página: “Campanha de Educação Cívica e Democrática”. Vê-se um homem em uniforme militar, com o símbolo da foice e martelo na manga de seu casaco, apontando uma arma para uma multidão que foge apavorada. Este homem surge de trás do prédio de uma igreja, que tem uma das suas torres quebradas sob a mão dele. Das letras de “O comunismo” jorram gotas de sangue.<sup>663</sup>

Outro exemplar que se refere à questão da religião sob o comunismo é o que saiu tanto na forma de cartaz quanto de folheto em São Paulo, em 1949, de autoria de “Lei e Polícia - Órgão Técnico de Repressão à Delinquência e Combate ao Comunismo”, conforme a Imagem 6. Os dizeres são: “o comunismo é assim! O comunismo despreza a tua religião - Lei e Polícia: Serviço de contra propaganda”.<sup>664</sup> A imagem é a de um crucifixo está sendo quebrado ao meio por duas mãos.

Essas são representações anticomunistas sobre a questão religiosa sob o comunismo construídas fora do ambiente religioso. Por isso, talvez, se refiram à destruição física de um templo e do símbolo do crucifixo. O anticomunismo produzido nos meios católicos seria

---

<sup>662</sup> Este tipo de advertência às mulheres - vistas como mães - pode estar relacionado com a necessidade de combater o trabalho comunista realizado através da Federação das Mulheres do Brasil, que era uma das organizações legais por meio das quais o PCB atuava durante o período da sua ilegalidade. De acordo com o já citado trabalho de Eliane Rosa Garcia, foram várias as atividades reivindicatórias e comunistas realizadas no estado do Rio Grande do Sul no período compreendido pelo seu estudo, ligadas às mulheres - e que podem ter sido ou não realizadas no âmbito da Federação de Mulheres do Brasil: em 1951, realizado o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres (em Porto Alegre?); 11 de novembro de 1952, Convenção Estadual de Mulheres; e 3ª Convenção Feminina de Porto Alegre; 23 de abril de 1953, protesto das painéis vazias em Porto Alegre; junho de 1953, Congresso Mundial de Mulheres em Copenhague; novembro de 1953, 2ª Assembléia Nacional de Mulheres em Porto Alegre; junho de 1955, Congresso Mundial de Mães na Suíça; fim de junho de 1955, Assembléia Nacional de Mães, no Rio de Janeiro; ainda em 1955, Congresso Nacional de Mães em Porto Alegre. GARCIA, Eliane Rosa. Op. cit., p. 162-168.

<sup>663</sup> *Anti-Communist Campaign*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 05 de julho de 1951; M1487, rolo 4.

<sup>664</sup> *Anti-Communist Handbills Published by “Lei e Polícia”*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 21 de setembro de 1949; M1492, rolo 17. No mês anterior, haviam saído como



mais refinado ao mostrar os caminhos utilizados pelo comunismo para destruir a fé e a religião, apontando para as incongruências entre a filosofia marxista e o cristianismo, por exemplo. Mas isso também seria difícil de representar num cartaz de propaganda, como estes dois aqui analisados. De qualquer forma, a questão da destruição de templos é também um elemento importante no anticomunismo católico. Basta ver as repercussões da onda de queimas de igrejas durante a Guerra Civil Espanhola. Independentemente delas terem sido feitas por comunistas ou não, elas ficaram na memórias de muitos fiéis e em muitos documentos da hierarquia católica como marcas da sanha do comunismo contra a religião.

Para finalizar, apresento um exemplar de propaganda anticomunista publicado no jornal católico *A Ordem*, em Natal, RN e recolhido pelo consulado norte-americano instalado naquela capital. Trata-se de uma lista de dez razões mostrando porque os brasileiros não podem ser comunistas.<sup>665</sup> Neste único documento, de outubro de 1945, há referências ao conjunto dos temas e imagens até aqui apresentados. Em 10 de outubro daquele ano, o vice Cônsul em Natal, Robert Corrigan escreveu para o Embaixador Adolf Berle, no Rio, a respeito da luta contra o comunismo que vinha sendo levada adiante nos círculos católicos, com destaque para a intensa e contínua campanha realizada pelo jornal *A Ordem*. O texto publicado neste órgão de imprensa de Natal é o que segue:

“Por que eu não sou um comunista?

- 1 - porque eu amo a bandeira nacional e a cruz e não a bandeira vermelha com a foice e o martelo;
- 2 - porque eu não me alio com estrangeiros como Harry Berger com o objetivo de matar brasileiros que estão dormindo, como foi feito no 3. R. I em 1935;
- 3 - porque eu não acredito em líderes de trabalhadores que não trabalham nem tem um negócio;
- 4 - porque eu amo a família e a liberdade e não quero ser escravo de ninguém, muito menos de Stalin;

---

posters, conforme: *Anti-Communist Posters*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 26 de agosto de 1949; M 1492 - rolo 17.

<sup>665</sup> Carta de Robert Corrigan, do Consulado em Natal para Adolph Berle, Embaixador, no Rio, em 10 de outubro de 1945 – M1492, Rolo 13. O mesmo texto foi publicado no Boletim do PRP, em 7 de janeiro de 1947 e é citado por CALIL, Gilberto Grassi. Op. cit., p. 296.

- 5 - porque eu sou contra mentiras; e os comunistas fazem promessas enganosas;
- 6 - porque o Brasil pertence aos brasileiros e não aos russos;
- 7 - porque os comunistas amam a Rússia vermelha mais do que o Brasil cristão;
- 8 - porque os comunistas querem destruir nossos costumes e nossa religião e substituí-los pelos costumes russos;
- 9 - porque eu estou enjoado de ver brasileiros envolvidos com estrangeiros, todo o tempo carregando bandeiras vermelhas e cantando hinos russos;
- 10 - porque o Brasil vem em primeiro lugar e ele precisa apenas dos brasileiros e não dos bolcheviques.”<sup>666</sup>

Vê-se então, referências à relação nacional/estrangeiro e aos símbolos que os representam: a bandeira nacional e a cruz contra a bandeira vermelha da foice e do martelo; a família e a liberdade contra a escravidão; o Brasil cristão contra a Rússia vermelha; os ‘nossos’ costumes e religião contra os costumes russos; os brasileiros contra os bolcheviques. A questão da mentira e das promessas enganosas dos comunistas também é salientada. Há, finalmente, a questão dos comunistas assassinares brasileiros que estavam dormindo, como referência à “Intentona Comunista” de 1935, quando os militares rebelados teriam matado colegas que estavam dormindo. Esta questão é analisado por Sá Motta que mostra como essa narrativa sobre a “Intentona Comunista” foi sendo construída nos anos que se seguiram à revolta e como ela se tornou um tema recorrente em outras conjunturas da política brasileira.<sup>667</sup>

---

<sup>666</sup> “Why I am not a Communist?

1 - because I love the National Flag and the Cross, and not the red flag with the hammer and sickle; 2 - because I don't ally myself with foreigners like Harry Berger in order to kill sleeping Brazilians, such as was done in the 3rd. R. I. in 1935; 3 - because I don't trust leaders of workmen who don't themselves work and who don't have a trade; 4 - because I love the family and liberty and don't want to be anyone's slave, much less Stalin's; 5 - because I am against lies; and the Communists male deceitful promises; 6 - because Brazil belongs to Brazilians and not to Russians; 7 - because the Communists love Red Russia more than Christian Brazil; 8 - because the Communist wish to destroy our customs and our religion and replace them with Russian customs; 9 - because I am sick of seeing Brazilians involved with foreigners, all the time carrying red flags and singing Russian songs; 10 - BECAUSE BRAZIL COMES FIRST AND SHE NEEDS ONLY BRAZILIANS AND NOT BOLCHEVIKS.” Idem.

<sup>667</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit., p. 104 a 112.

#### 9.4 - O comunismo e outros perigos

Se nesses três pontos – materialismo/ anticlericalismo/ ateísmo, destruição das famílias e expropriação - as lembranças dos entrevistados coincidiram com os documentos da Igreja, e com produções anticomunistas de outras origens, em outros pontos elas permitiram ver associações do comunismo a alguns perigos que dificilmente apareceriam em um discurso mais letrado. Tratam-se das associações entre comunismo e algumas situações vivenciadas pelas pessoas entrevistadas ou por seus familiares. Essas situações de perigo foram diversas mas em seu conjunto elas diziam respeito à extrapolação do poder do Estado, ao uso da violência, às lutas armadas, e à transformação de um ambiente marcado pela calma e pela ordem em outro caracterizado pelo medo.

É preciso lembrar que, em algumas entrevistas, esses outros “perigos” foram associados propositalmente ao comunismo, enquanto que em outros casos, houve uma espécie de “livre associação”, na qual o tema do medo do comunismo e do combate a ele tocava em lembranças como a passagem de tropas em alguma guerra civil, o roubo de cavalos, o medo de avião, o medo em relação aos negros, etc. Já foram vistos exemplos como o de pe. Guerino afirmando que a perseguição aos alemães e italianos em 1942 era como o comunismo - onde há uma associação intencional entre dois temas - ou como o de Narciso que perguntado sobre o perigo que os comunistas poderiam trazer ao Brasil lembrou que “na época da Guerra Mundial, os padre botava medo nisso aí que foi proibido a língua italiana”. Dorvalina, fazendo um movimento semelhante ao de Narciso, lembrou do caso do roubo de cavalos quando conversávamos sobre o medo do comunismo, e disse não saber se uma coisa tinha relação com a outra. Gabriel ligou medo do comunismo com medo de avião e disse que a associação feita entre os dois temas era fruto de “grosseria”.

Também é possível pensar que numa situação em que a pessoa entrevistada se sente inquirida a falar de algo que não é tão próximo de sua experiência pessoal, ela pode desviar o assunto para temas que possam atrair a atenção do interlocutor. Mas, algumas palavras a mais podem ser ditas a respeito dos outros “perigos” que os entrevistados associaram ao comunismo: o contexto da passagem de tropas para uma ou outra guerra civil; o programa

de nacionalização do Estado Novo; e, também no contexto da Segunda Guerra, os posicionamentos em relação ao nazismo e ao fascismo.

A associação - proposital ou livre - entre comunismo e passagem de tropas e revoltas armadas apareceu em quatro ocasiões, as quais serão brevemente retomadas aqui. Narciso falando sobre o medo que as pessoas tinham do comunismo lembrou de uma revolta que aconteceu em 1930 numa localidade situada entre Passo Fundo e Marau onde “morreu muita gente. Naquela época era arma branca, facão, adaga e decerto tiro também.” Isso aconteceu quando ele tinha dez anos de idade. Gabriel, por sua vez, questionado sobre o receio do comunismo quando ele era criança, lembrou que a mãe colocava nos filhos o medo do fim do mundo, o qual seria anunciado por um grande pássaro no céu, que poderia ser um teco-teco. Depois de admitir que isso não tinha nada a ver com comunismo, Gabriel, com a ajuda de seu irmão, pe. Moisés, envereda-se por uma história de uma tropa de soldados, que durante a revolução de 1932, estacionara num campo de futebol próximo à sua casa e aí carneava gado. A tropa - com a qual Gabriel trocou feijão e arroz por carne - é assim descrita: “aqueles homens, negrada, fardada”.

Dorvalina foi perguntada sobre histórias a respeito do comunismo contadas em sua infância. Responde à pergunta dizendo que a mãe contava que os cavalos tinham que ser escondidos para não serem levados para uma revolução que ela não lembra qual era. Irmã Ida, que participava dessa conversa, lembrou então que o pai se escondera para não ser convocado a “fazer guarda”. Pe. Guerino depois de contar o sonho que sempre tinha com a professora espanhola sendo fuzilada e de que isso lhe causava medo, disse que a mãe também o amedrontava com os negros e que ele sentia medo de “qualquer coisa assim, que pudesse trazer violência”. Os negros estariam ligados à revolução de 1932. Depois de ter desobedecido a mãe, recebera a ameaça de ser enviado para a casa dos negros, um dos quais era o “chefete da revolução”. Nesse clima de medo contou que “à noite, se reuniram uns nove, dez, passaram na frente de casa armados, depois deram tiro de fuzil. Mas, naquela noite, não dormi nada.”

Assim, vê-se no conjunto dos relatos que associaram comunismo à passagem de tropas ou a revoltas armadas algumas características comuns e que podem ser comparadas a

memórias sobre a Revolução Federalista, já estudadas por René Gertz.<sup>668</sup> Mesmo que haja, nos exemplos citados, duas referências à Revolução Constitucionalista de 1932, parece existir entre os entrevistados - e isso se nota em conversas com pessoas idosas em geral no estado - uma memória fluída sobre casos semelhantes de passagens de tropas, que faz um amálgama de outros movimentos armados ocorridos no Rio Grande do Sul, desde a Revolução Farroupilha, passando pela Federalista e pela Revolução de 1923. Na falta de estudo a respeito desse imaginário, procuro fazer algumas conexões a partir de artigos publicados sobre a Federalista.

No conjunto dos exemplos retirados das fontes orais, os revolucionários são apresentados como pessoas alheias ao lugar; em dois casos são representados como sendo negros; sua ação está relacionada à violência e ao saque; sua passagem ou ação causa medo. Com exceção de Dorvalina que é luso-brasileira, os demais entrevistados são descendentes de italianos que viveram no norte do Rio Grande do Sul.

Em estudo sobre as memórias entre teuto-brasileiros a respeito da Revolução Federalista, Gertz analisa dois surtos de publicação de obras sobre o tema e encontra questões semelhantes às acima apresentadas. Nos trabalhos que vieram a público entre 1895 e a Primeira Guerra predominava uma visão multifacetada do movimento, que mostrava o mesmo atingindo os municípios de colonização alemã de forma muito diversa e com apoios sendo dados para os dois lados da luta. Um outro surto de publicações teria aparecido nos anos 50 e 60 o qual teria consolidado “uma clara tendência antifederalista e destaque para as origens ‘exógenas’ da Revolução nas regiões de colonização alemã”.<sup>669</sup> A quase totalidade dos textos deste momento é de autoria de católicos.

Uma hipótese explicativa para essas duas diferentes formas de encarar a Revolução Federalista, segundo Gertz, relaciona a memória da revolução com o contexto da Segunda Guerra Mundial: “quanto à iniciativa católica [da publicação dessas obras] a Segunda Guerra, ela pode ter uma relação com os acontecimentos da própria guerra”. É o que indica um dos relatos analisados pelo autor, datado de 1956 e de autoria de Michael Schaurén.

---

<sup>668</sup> GERTZ, René. A memória da Guerra Civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Porto Alegre/São Leopoldo: Editora da Universidade - UFRGS / Editora Unisinos, 1995.

<sup>669</sup> Idem, p. 112.

“Segundo ele, é incompreensível como a ‘colônia alemã’ tenha sofrido tanto com a assim chamada ‘nacionalização’ se sempre foi extremamente fiel ao governo constituído, como mostram os acontecimentos da Revolução Federalista”.<sup>670</sup>

Em outro artigo o mesmo autor mostra que poucas obras de caráter histórico foram escritas sobre a revolução nas regiões de colonização alemã e que algumas delas fizeram escola - má escola, para Gertz.<sup>671</sup> É o caso da obra de pe. Alberto Träsel, A guerra dos maragatos nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul que seria “responsável pela tese do caráter ‘exógeno’ da revolução na ‘colônia’. Segundo esta tese, bandos de caboclos analfabetos teriam invadido para saquear e matar indefesos cidadãos que só pensavam em trabalhar pelo seu país e pelo seu governo”.<sup>672</sup>

Assim, o medo do comunismo pode ter tido - nas entrevistas - um canal de expressão na medida em que os entrevistados falaram de outro medo, que esteve mais presente na sua vida ou de seus familiares.<sup>673</sup> É interessante a relação que Gertz aponta, no primeiro artigo citado, entre um determinada narrativa sobre a Revolução Federalista e a situação da Segunda Guerra, na qual os alemães tinham que deixar claro que eram fiéis ao governo. Na presente pesquisa, a Revolução e a Guerra aparecem unidas por outro fio: falar sobre ambas tornava possível expressar o medo sentido em relação ao comunismo.

Os dois casos de relação entre comunismo e o contexto do Estado Novo, quando foi efetivada a campanha de nacionalização, que entre outras coisas, proibiu o uso da língua do alemão, do italiano e do japonês, foram levantados por descendentes de imigrantes italianos. Narciso lembra a proibição de falar italiano e que entre os membros da sua comunidade quase ninguém falava “brasileiro” e que muitos tinham familiares na Itália. Pe. Guerino, por sua vez, tem uma lembrança do tempo do seminário. Ele é descendente de italianos, mas parece que o que lhe marcou mais foi a perseguição aos alemães tendo em

---

<sup>670</sup> Idem, p. 113.

<sup>671</sup> GERTZ, René. Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 115-121.

<sup>672</sup> Idem, p. 117.

<sup>673</sup> No entanto, isso não descarta a hipótese de que as pessoas que viveram tais situações de perigo ou que ouviram seus pais falarem a respeito das mesmas acreditavam que elas eram provocadas pelos comunistas. Uma pesquisa que se preocupasse em desvendar esse imaginário relacionado à guerra civil, passagem de tropas, roubo de cavalos, poderia investigar tal hipótese.

vista que seus professores eram jesuítas alemães, parte dos quais, segundo ele, havia fugido de Hitler.

Segundo Fiori,<sup>674</sup> que estuda a nacionalização no ensino no sul do Brasil, com ênfase para Santa Catarina, esse processo deixou fortes marcas na população atingida.

“A rígida proibição do idioma oficial, para o grupo, foi traumática do ponto de vista psicoemocional. Do ponto de vista político, deixou os imigrantes (e seus descendentes) ao sabor de denúncias as mais variadas, que eram encaminhadas à autoridade policial. Havia um tenso clima de delações e, embora em zona rural, onde todos se conheciam, as pessoas chegavam a se cruzar pelos caminhos sem se cumprimentarem. Era o medo - no presente caso, o medo gerado pelo fato de não dominar a língua portuguesa”.<sup>675</sup>

Entre os alemães, Gertz mostra que a nacionalização se realizou nos níveis da educação e da repressão.<sup>676</sup>

“A ação repressiva também é desencadeada logo no início do Estado Novo, mas num primeiro momento atinge integralistas e nazistas, em especial a partir da intentona de 1938. Gradativamente, o aparelho repressor, porém, vai crescendo e ampliando sua ação, transformando muitas vezes, disputas pessoais em perseguição ou originando incidentes cotidianos com efeitos muito danosos para as populações de origem alemã.”<sup>677</sup>

No que se refere ao comentário de Narciso de que os padres colocavam medo nas pessoas devido à proibição da língua, alguns estudos trazem contribuições para o entendimento desta situação. Rambo discute o papel da arquidiocese de Porto Alegre no

---

<sup>674</sup> FIORI, Neide Almeida. Homogeneidade cultural brasileira: estratégias governamentais sob o Estado Novo. In: *Cadernos de Sociologia*. Número Especial (1995) Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995, p. 209-226.

<sup>675</sup> Idem, p. 220-221.

<sup>676</sup> GERTZ, René. A “nacionalização” no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. In. *SBPH: Anais da XI Reunião*. São Paulo, 1991, p. 311 a 317. Infelizmente não localizei nenhum trabalho que desse conta da memória do processo de nacionalização entre os italianos no Rio Grande do Sul.

processo de substituição da língua alemã pela portuguesa.<sup>678</sup> Explica que desde a década de 1920 o arcebispo já orientava os padres sob a sua jurisdição para substituir, na medida do possível, o alemão pelo português nas pregações, catequese e escola. Na Campanha de Nacionalização, as autoridades civis tiveram a adesão formal das autoridades eclesiásticas e especialmente do arcebispo d. João Becker.<sup>679</sup> Comenta, porém, que houve exemplos de resistência da parte de certos sacerdotes.<sup>680</sup> Artur Isaia, por sua vez, mostra que apesar dessa adesão o arcebispo era crítico à forma como o programa de nacionalização estava sendo implantado. “D. João Becker é bastante incisivo, não na crítica ao mérito da lei da nacionalização, mas aos métodos com que o Estado Novo estava aplicando-a, gerando atritos e aproximando-se, segundo o arcebispo, de métodos nazistas”.<sup>681</sup> Parece então, que os padres devem ter se sentido obrigados a colaborar com a campanha no sentido de chamar a atenção dos fiéis a este respeito. É bem possível que muitos não tenham gostado de realizar tal tarefa a qual vinha dificultar seu próprio trabalho pastoral.

Rambo dá algumas indicações sobre a violência que permeou esse processo e a prática da espionagem. “O que houve, e com frequência considerável, foi uma verdadeira espionagem dos agentes do programa de nacionalização no meio colonial. Não eram alemães nazistas que espionavam não-nazistas, mas agentes a serviço da nacionalização que espionavam os alemães nas colônias...”.<sup>682</sup> Isso se assemelha com o que Narciso contou sobre a existência em sua comunidade de um “cacique” que ficava “escutando as coisas”.

O programa de nacionalização fez parte de uma conjuntura que está muito presente na memória dos entrevistados, a da Segunda Guerra. Pode-se dizer que – no imaginário das pessoas entrevistadas – ela serve tanto como parâmetro temporal para situar os acontecimentos (pessoais, locais, nacionais, internacionais) quanto como um marco de um momento histórico no qual muito se falou sobre fascismo e nazismo, mas também sobre comunismo. Em alguns casos, se descobre que houve uma simpatia temporária por Hitler, Mussolini, e também por Franco e Salazar. Aqui, estaria caracterizada mais uma situação na

---

<sup>677</sup> Idem, p. 313.

<sup>678</sup> RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. In: *Estudos Leopoldenses - Série História*, vol. 1, n. 1, 1997, p. 149-182.

<sup>679</sup> Idem, p. 154.

<sup>680</sup> Idem, p., 166.

<sup>681</sup> ISAIA, Artur Cesar. Op. cit., p. 156.



qual as lembranças e reflexões dos entrevistados coincidiram com posicionamentos oficiais da Igreja Católica. Nesse sentido, é importante lembrar que os posicionamentos da hierarquia católica contra o comunismo desde o período entre as duas guerras tiveram, entre suas raízes, uma certa simpatia pelo fascismo. O contexto em que esta postura se insere é assim explicado por Beozzo:

“... a Igreja depois de sustentar uma luta secular contra o liberalismo e a burguesia, buscava desde Leão XIII um *modus vivendi* com os Estados modernos burgueses. A revolução russa (1917), seguida dos conflitos religiosos no México (1926-1936) e da guerra da Espanha (1936-1939), perfilou o comunismo como o seu maior inimigo. Nesse contexto, os fascismos e mesmo o nacional-socialismo, a Falange na Espanha e o salazarismo em Portugal são vistos pela Igreja como a única barreira militante que se ergue contra o comunismo”.<sup>683</sup>

O mesmo autor se refere à simpatia católica pelo fascismo presente na encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI, escrita em 1931, nas comemorações dos 40 anos da *Rerum Novarum*, de Leão XIII. No documento, ao mesmo tempo em que o Papa condenava toda a forma de socialismo, inclusive aquela que ele chamou de “socialismo mitigado”, ele fazia elogios a um tipo de corporativismo que trazia como vantagem “a pacífica colaboração de classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a ação moderada de uma magistratura especial.”<sup>684</sup>

Pio XI não falava explicitamente mas, como explica Beozzo, tinha em mente a *Carta Del Lavoro* do regime de Mussolini, quando se referia a uma “nova organização sindical e corporativa” surgida “recentemente”, a qual teria as vantagens acima citadas.<sup>685</sup> Depois de mostrar tais vantagens, no entanto, o papa alertava para o perigo de que o Estado se

---

<sup>682</sup> RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização ... Op. cit., p. 165.

<sup>683</sup> BEOZZO, José Oscar. Op. cit., p. 320.

<sup>684</sup> Idem, p. 312.

<sup>685</sup> Idem.

substituísse às livres atividades e de que a nova organização tivesse um caráter excessivamente burocrático e político.<sup>686</sup>

No que se refere ao Rio Grande do Sul, onde a Igreja tinha forte presença entre os descendentes de italianos e alemães, o arcebispo D. João Becker manifestou em diversas ocasiões - inclusive em Cartas Pastorais - o seu apreço pelo fascismo e também pelo nazismo. De acordo com Isaia,

“a Itália fascista era inúmeras vezes citada nos pronunciamentos oficiais da Arquidiocese como um exemplo de ordenação política capaz de perseguir a tão ansiada reforma moral da sociedade. [. . .] A regeneração cristã da sociedade tinha no fascismo um aliado capaz de catalisar seus propósitos.”<sup>687</sup>

Numa solenidade, em 1935, em Porto Alegre,

“D. João Becker apresenta a idéia de uma Itália colocada em lugar de destaque nos planos de Deus para realizar no mundo a sua vontade. Mussolini era apresentado como o gênio salvador, que com energia regenerava a Itália e servia de exemplo de estadista perseguidor da ética cristã, capaz de reformar e salvar do ‘caos e da anarquia a sua pobre pátria’, oferecendo ao mundo ‘um exemplo luminoso de estadista notável’.”<sup>688</sup>

E em relação ao nacional-socialismo alemão, “igualmente - ainda segundo Isaia - D. João Becker salientava-o como solidificador de uma reforma moral do Estado, capaz de qualificar o III Reich como uma experiência política ‘cristã’.”<sup>689</sup>

Há semelhanças e algumas diferenças entre esses pontos de vista e aqueles expressos em parte das entrevistas feitas na presente pesquisa. Pe. Firmino, por exemplo, conta que a

---

<sup>686</sup> Vejam-se os parágrafos n. 91 a 95 da encíclica. PIO XI. *Quadragesimo Anno*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

<sup>687</sup> ISAIA, Artur César. Op. cit., p. 192.

<sup>688</sup> Idem, p. 193.

<sup>689</sup> Idem, p. 194.

capacidade de distinguir entre ideologias ou regimes foi adquirida no tempo de estudo nos seminários. Em sua segunda entrevista, ele explicou que

“as duas ideologias nos chegavam, assim ... A gente fazia uma distinção, mas não era profunda. Stalin, eu sabia: comunismo. Depois, o Hitler: o nazismo. Esses nomes eram gravados. (...) Durante todo o período de estudo nós vivemos as tensões da guerra mundial e as tensões do nazismo e do comunismo. Essas três coisas nos deixaram muita memória”.

Ele também conta que durante a Segunda Guerra, a questão do comunismo ficou meio de lado e o medo era dirigido ao nazismo:

“Era mais o temor do nazismo. Eu estava no Seminário, na Filosofia ou na Teologia e corria a notícia de que de repente viriam os nazistas. Se lembra daquela canção de carnaval: ‘quem é, quem é, quem é que tem uma cruz na testa, um bigodinho que parece mosca: é, é, palhaço’? Não é bem assim, mas é só pra te dizer que havia no carnaval uma canção anti-nazista. Depois, tínhamos professores alemães, quase todos eles. E nos contavam horrores”.

Pe. Guerino, por sua vez, contou que apenas depois de ter entrado no seminário veio a entender o que Hitler pretendia. Ainda aos 11 anos de idade, em casa, ele lera no jornal *Stafetta Riograndense* (depois *Correio Riograndense*) uma carta do papa que condenava Hitler e o Nazismo, a qual dizia que a busca de uma raça pura era algo anti-humano e anti-cristão. Mas ele lembra não ter entendido isso muito bem: “eu vim compreender isso depois que fui no seminário. Uma que nunca se ouvia falar nessa parte de doutrina, concepção.”

Enquanto nas memórias de pe. Firmino e pe. Guerino ficou a lembrança da postura de condenação da Igreja aos regimes em questão, na de pe. Holmes e na de pe. Moisés aparecem elementos da simpatia para com os mesmos. Na entrevista, questioneei o primeiro sobre a Guerra Civil Espanhola, se ela fora tema de leituras no seminário e em meio a este tema, ele colocou: “A gente pouco sabia aqui no Brasil, mas nós lemos vários livros sobre o Franco. Franco foi o grande herói que venceu os comunistas”. Mais adiante comentei que

outros entrevistados me haviam dito que tinham quadros com a imagem do Mussolini nas paredes de suas casas. Pe. Holmes prosseguiu:

“Então, assim, o Mussolini, ele foi muito simpático para nós de origem italiana antes da guerra. Havia uma aceitação muito grande. Pra tu ver: muita gente sabia cantar o hino fascista [pe. Holmes canta uns versos]. Era um canto que todo mundo cantava. Eu ouvia, passando pela rua, o pessoal cantando. É o hino do fascismo. Era ‘Il Duce’, o chefe. O Mussolini era simpático. Depois que ele foi morto lá e a gente soube (...) Então, culparam o Mussolini que desviou a questão, se aliou a Hitler.”

Pe. Moisés, em um certo momento de sua entrevista, mencionou os nomes de Getúlio Vargas, Salazar, Franco, Mussolini e Hitler. Ele estava fazendo algumas reflexões sobre as coisas que os padres contavam a respeito do comunismo e, ao mesmo tempo, chamando a atenção para o fato de que não se dava uma “explicação completa” sobre o fenômeno, que não se explicavam ao povo as causas de revoluções como a russa e a cubana. “... todos esses movimentos tiveram suas culpas. Como a Revolução Francesa, o comunismo na Rússia foi quando os proprietários ..., o povo na miséria. Em Cuba, foi um lugar explorado pelos americanos e daí deu a revolução ...”. E, na seqüência:

“E nós tivemos a Revolução de Portugal, da Espanha (...) E a gente admirava, eu não sei não, a gente admirava o Getúlio. A gente admirava o Salazar, a gente admirava o Franco porque ele era contra o comunismo, que a gente tinha medo que o comunismo tomasse conta. A gente foi a favor do Mussolini. Em Espumoso, o pessoal todo era a favor. E era a favor de Hitler.”

As posturas iniciais e públicas de apoio ao fascismo e nazismo foram sendo modificadas tanto no Vaticano quanto em nível local. Em 1931, Pio XI na encíclica *Non abbiamo bisogno* condenou as perseguições do fascismo à Ação Católica italiana, apesar de não colocar o fascismo como contrário à Igreja. A encíclica condenatória do nazismo - *Mit Brennender Sorge* - foi publicada em 1937 e condenava o regime como um todo. Com ela

“condena-se um regime que extrapolava os limites aceitos pela Igreja na relação indivíduo-Estado”.<sup>690</sup> Essas posições, segundo Isaia, se manifestaram na 28ª Carta Pastoral de D. João, em 1939, na qual

“o nazismo aparecia como o protótipo da experiência totalitária anticristã, pregadora da divinização do Estado e do culto a seu chefe, tentando utilizar a religião apenas como auxiliar na tarefa de absorver nas mãos do governo toda a vida nacional, inclusive a espiritual. O fascismo italiano, ao contrário, continuava a aparecer como uma fórmula política totalmente voltada para a edificação de uma ordem cristã e respeitadora das prerrogativas da Igreja”.<sup>691</sup>

Depois que o Brasil declarou guerra ao Eixo, D. João silenciou em relação ao fascismo italiano.<sup>692</sup>

Assim, tanto por razões relacionadas ao posicionamento oficial do Vaticano em relação ao fascismo e ao nazismo, expressas nas posturas da hierarquia rio-grandense (D. João e os demais bispos das dioceses do Estado), quanto pela elemento étnico que ligava descendentes de alemães e italianos à Alemanha e à Itália, é compreensível a existência de menções positivas em relação a estes regimes. Isso, por sua vez, poderia ser um elemento a mais a explicar a propensão, entre boa parte dos católicos entrevistados em colocar-se contra o comunismo.

## **9.5 – Anticomunismo e catolicismo no Rio Grande do Sul**

Persistindo no esforço de explicar esse tipo de leitura - comunismo sem comunistas - e depois de ter analisado o que se entendia por comunismo ou em quais “perigos” o

---

<sup>690</sup> ISAIA, Artur César. Op. Cit, p. 196.

<sup>691</sup> Idem, p. 198.

<sup>692</sup> Idem, p. 199. Beozzo também dá alguns exemplos das posturas do arcebispo de Porto Alegre sobre fascismo e nazismo. Ele conta que D. João Becker com frequência elogiava Mussolini e o fascismo, que salvara a Itália do bolchevismo. Sobre Hitler, os comentários eram semelhantes. Em artigo publicado na Unitas em 1934 dizia que “Adolfo Hitler é o grande condutor. Ele salvou sua pátria do domínio comunista.” (p. 319) O tom em relação ao nazismo muda depois que o mesmo é condenado por Pio XI em 1937. BEOZZO, José Oscar. Op. Cit, p. 318-319.

comunismo ganhava vida, passo para a discussão a respeito do universo cultural a partir do qual os sujeitos cujas vozes foram representadas nas fontes orais falavam. Questiono, neste item, a presença do catolicismo na vida cotidiana dos entrevistados, levando em conta a diferença na presença desse entre as regiões da Campanha e da Colônia.

Foi levantada anteriormente a discussão a respeito das diferentes formas de inserção do catolicismo no estado do Rio Grande do Sul: um “tipo” de catolicismo na região de povoamento mais antigo, a região da Campanha e outro na região da imigração européia, a Colonial. Se questionou se o fato de uma pessoa ter vivido em uma ou em outra dessas regiões interferia na forma como a mesma havia vivenciado – e hoje interpretava – o anticomunismo católico.

Ao mesmo tempo em que se mostrará como esse diferenciação se manifestou nas palavras de diversas pessoas entrevistadas, será possível observar a presença – maior ou menor - do catolicismo no dia-a-dia desses indivíduos. E, num passo seguinte, relacionar isso com a recepção do anticomunismo.

Em termos gerais, pode-se dizer que a fala dos padres confirmou a tipologia Campanha/ Colônia, enquanto a dos leigos trouxe certas nuances que merecem reflexão. Começo trazendo a contribuição de três padres, lembrando que todos eles são descendentes de imigrantes, que nasceram na região colonial e que hoje trabalham na Campanha. D. Laurindo, nascido em Nova Bassano e hoje bispo de Bagé, faz as seguintes reflexões sobre a sociedade e as práticas religiosas nos dois ambientes:

“Na região colonial, seja alemã ou italiana, a gente vive um nível de sociedade mais ou menos paritário. Quer dizer, como ponto de partida. Sempre tem quem se sai melhor e, de repente, quem deixa a colônia ou a região colonial e vai para mais longe. Isso aí são conquistas da vida. Mas, na organização da sociedade sempre teve essa paridade. Ao invés, chegando aqui, a gente sente fortissimamente a estrutura diferente. O fazendeiro e o peão. O militar que tem uma presença muito forte nessa região. E o militar, no final das contas, é gente do povo. Mas essa diferença entre classe de cima e classe de baixo. Em linha social, a gente sente fortemente uma linha assistencialista.”

Enquanto ele destaca a estrutura social, contrapondo uma sociedade onde todos têm mais ou menos o mesmo ponto de partida e outra onde é clara a diferença entre “a classe de cima e a classe de baixo”, pe. Firmino, que também atua em Bagé, mas que nasceu em Carlos Barbosa, chama a atenção para a diferença no que se refere ao vínculo entre família e Igreja.

“A diferença é que a família de onde eu venho, a gente aprendia a rezar no joelho da mãe. Era a família a catequizadora. Diariamente terminávamos a janta e antes de dormir rezávamos o terço. Papai nunca faltava à missa. Os outros irmãos maiores também. Depois, eu de pequeno também. Então, muita vinculação entre Igreja e família. A família era, assim, um centro, como se chama hoje ‘a pequena Igreja doméstica’”.

Essa imagem, trazida da infância, é comparada com a religiosidade da Campanha:

“Chego aqui, um povo bom, cordial, depois que trava amizade. No primeiro contato, ele é meio desconfiado, mas depois faz amizade e vai conforme o prestígio que se goza. (...) Um povo católico, sim, mas praticante pela metade: com longa tradição religiosa vinculada ao batismo e ao casamento: o compadrio”.

A grande diferença parece estar na forma como o catolicismo impregnava a vida das pessoas: se ele tinha ou não espaço no seio da família, se havia uma relação próxima entre família e Igreja e conseqüentemente que lugar tinha o clero nesse contexto. Esta última questão não está dita claramente na excerto citado, mas mesmo assim, pode-se comparar a importância do clero para uma família que “nunca faltava à missa” com outra que estava dentro de uma tradição que valorizava o batismo e o casamento, ritos feitos uma única vez na vida, mas que ligavam as pessoas entre si e não às vinculavam, necessariamente, ao clero ou à Igreja. Pe. Firmino diz que encontrou um povo bom, cordial, mas desconfiado. Essa desconfiança parece ser o oposto do que ele via na região onde nasceu, onde o padre

deveria merecer toda a confiança e respeito, como será visto no depoimento de outras pessoas a seguir.

Pe. Holmes, por sua vez, viveu sua infância em Tucunduva, região colonial de Santa Rosa e agora trabalha em Alegrete. No excerto que segue, ele fala a respeito da fé que os descendentes de imigrantes cultivavam e caracteriza a mesma como uma “fé sociológica e individualista”, distante de uma fé que levava em conta dimensões comunitárias. Mais do que uma lembrança, trata-se de uma análise, que certamente leva em conta as experiências pessoais do passado e do presente.

“Naquele tempo, a fé tinha, assim, uma conotação muito mais sociológica. O pessoal era naturalmente católico. Para pertencer a uma comunidade, ele tinha que ser católico, compreende? A tradição tinha uma força muito grande. Então, a gente chama ‘uma fé sociológica’. Mas, é claro, muito individualista. Lembra, nas cruzeiras missionárias, na frente das igrejas? Era escrito: ‘salva tua alma’. A principal coisa da religião era salvar a sua alma (...).”

Na continuidade dessa análise do individualismo religioso, conta que os italianos tinham muita preocupação com as almas do purgatório e que a maioria das missas eram rezadas na intenção de algum falecido, momento em que o padre usava paramento preto. Nessa situação “o que interessava para o sujeito e os falecidos era ir para o céu. Os outros, a preocupação comunitária, missionária, não havia muito.” Quando ele fala em comunidade questiono as diferenças em relação à Alegrete.

“Em primeiro lugar, nós não temos aqueles núcleos que têm lá, por exemplo. Imagina. Nós temos aqui quase só os pólos educacionais. Não têm vilas no interior do município. (...) Então, o trabalho pastoral se concentra na cidade. Então, aí tem o centrinho, as pequenas comunidades, as capelas, mas fora, não. Porque o pessoal aqui da fronteira, a maioria, no começo era só pecuária. Então, o fazendeiro, ele é individualista ao extremo. É difícil encontrar uma dimensão comunitária no fazendeiro, no pecuarista. Por quê? Olha, ele tem que esperar três a quatro anos para



ganhar dinheiro com aquela vaca, compreende? (...) Agora, depois, com o plantio de arroz, veio muito gringo. Gringo aqui a gente chama qualquer pessoal que não é lusa, seja alemão, seja italiano. Então, a vinda dos gringos, dos arroteiros, mudou a sociologia, a mentalidade. Porque eram quase todos italianos e alemães. A religião faz parte constitutiva da vida deles.”

A estrutura fundiária, como pe. Holmes observa, impede a constituição de comunidades – e foi em torno de comunidades rurais que boa parte do catolicismo da região colonial se organizou – além de criar sentimentos de individualismo. Note-se, no entanto, que este individualismo é diferente daquele que o entrevistado atribuiu aos católicos descendentes de italianos. No primeiro caso, juntamente com a questão da estrutura fundiária, o individualismo impedia a formação de comunidades, fazendo com que a atuação da Igreja se desse apenas nos centros urbanos. No segundo caso, para ser membro da comunidade era preciso ser católico. Não havia outra opção. Mas o sentido de “comunidade” neste caso era o da junção de famílias numa localidade onde era “natural” ser católico, mesmo que cada católico só se preocupasse com a salvação da sua alma e não com um espírito comunitário o qual seria o ideal de Igreja para pe. Holmes.

É ainda esse padre que destaca, em sua fala, a questão da amizade em contraposição à autoridade. Segundo ele, na região da Campanha, o fiel pode ser conquistado pelo padre se uma relação de amizade puder ser travada. Na região da Colônia, o fiel pode não gostar do padre, mas conserva a fé e possivelmente conserva o respeito pela autoridade que este é portador.

O que a historiografia mostra a respeito da especificidades religiosas da Colônia e da Campanha coincide, em termos gerais, com aquilo que se leu nos depoimentos destes padres.<sup>693</sup> Mas, ouvindo a voz de leigos que viveram em um e em outro contexto é possível

---

<sup>693</sup> Destaco aqui um artigo sobre catolicismo no Rio Grande do Sul que passou a ser muito usado pelos historiadores que estudam temas relacionados à Igreja Católica. Trata-se de “O catolicismo da imigração: do triunfo à crise” de Luiz Alberto De Boni, anteriormente citado. O próprio autor, na apresentação do artigo, chama a atenção para o caráter provisório do mesmo e para a necessidade de maiores estudos na área. Independentemente disso, o texto adquiriu uma autoridade muito grande e parece que muitas vezes seu uso é feito sem levar em conta as limitações que o próprio autor admitiu existirem. Considero que o maior problema neste texto é a falta de estranhamento entre o autor, suas fontes e o tema tratado. Isso faz com que os problemas de pesquisa sejam ao mesmo tempo os problemas que preocupam a Igreja. Minha leitura é a de

ver algumas nuances. Em alguns momentos parece que os católicos que vivem na região da Campanha incorporaram o rótulo de serem menos católicos que os outros. Mas, muitas vezes, essa idéia se choca com outra que afirma que havia fé, apesar de não participação nos ritos.

Veja-se o caso das irmãs Vitalina e Perciliana, de Alegrete. Vitalina conta que “minha mãe era católica, mas ela não praticava, porque nós morávamos na campanha. Morando na campanha nós não vínhamos à missa, nem fazíamos a Primeira Comunhão”. Sua irmã, Perciliana, por sua vez, foi criada até os 14 anos na cidade de Rosário do Sul pela avó e depois por uma tia e nessa situação “a gente tinha religião. Eu era até do Coração de Jesus. Eu era menina, 12, 10 anos.” Mas, apesar da mãe não ser “praticante”, ainda na campanha os filhos receberam algum tipo de ensinamento religioso. Vitalina conta que: “a gente aprendia a religião, rezar o Pai Nosso, a Ave Maria, lá com os pais. E depois, a irmã mais velha, a Nair, a minha mãe fazia ela nos ensinar”. Essa irmã mais velha tinha aprendido com a avó e a tia acima citadas. Ela também havia estudado em Rosário. A geração seguinte não teve as mesmas dificuldades do aprendizado da religião. As duas primeiras filhas de Vitalina, por exemplo, estudaram num colégio de irmãs em Santiago.

Tanto Vitalina quanto Perciliana estudaram em casa, com professoras particulares. Três dos seus irmãos estudaram no colégio União que era metodista, fato para o qual Vitalina dá a explicação de que “meu pai não foi por religião. Pôs lá porque era um internato ótimo para os guris.” Apesar disso, lembra que se criava um medo a respeito das outras religiões. E quanto a esse medo: “a gente não entendia, mas gente tinha muito medo. ‘Aí não, na metodista’. Então, umas coisas bestas.”

Na entrevista com Irma e Nelso, também de Alegrete, aparecem novos elementos sobre a dificuldade de se cumprirem os rituais religiosos na campanha e do colégio católico como o meio de socialização religiosa. Irma estudou num colégio de irmãs em Silveira

---

que o autor está preocupado em responder perguntas como as que seguem: como implantar o verdadeiro catolicismo se o povo cultiva práticas supersticiosas? Como enfrentar o processo de secularização? Como um clero preparado para trabalhar no meio rural poderá se adaptar a uma sociedade cada vez mais urbanizada? Como lidar com o problema das escolas e universidades católicas estarem abertas só para os ricos? Como adequar o catolicismo da imigração aos propósitos do Vaticano II e depois, da Teologia da Libertação, que está em seu auge em 1980 quando o texto é publicado? O problema é que na medida em que essas perguntas dirigem a atenção do pesquisador, fica muito mais destacado o que parece ter “faltado” no catolicismo do que a forma que o ele assumiu historicamente.

Martins. Sua única irmã fez o mesmo. Anos mais tarde elas voltaram ao educandário para um curso durante o qual confeccionaram o enxoval para o casamento. Aprenderam bordado, costura, pintura. Antes, havia sido nesse colégio que Irma fizera sua Primeira Comunhão. As internas do colégio eram filhas de fazendeiros da região.

O casal comenta sobre dificuldades, dizendo que na campanha havia pouca assistência religiosa e que era muito difícil levar um padre ou irmã “lá fora”. Nelso que viveu a maior parte da sua infância e juventude na campanha teve um contato com a religião diferente daquela da sua esposa. “Parece que era menos acentuada a religião mesmo. Tinham a crença mas era menos, não era como hoje.” Acrescenta a isso o fato pessoal de que passou a se dedicar mais à religião por influência da mulher que passou por uma operação de ponte de safena. Nelso não lembra de ter visto uma visita de padre na sua fazenda nem assistido a batizados quando era criança. Conta que fez a Primeira Comunhão quando “já era grandinho”.

A importância da paróquia – na cidade – e dos colégios católicos também aparece na formação religiosa de Horacil, de Bagé. Ele lembra que o seu pai

“não tinha religião, praticamente. Homem bom, trabalhador, vivia viajando em cima daquela máquina, pra cima e pra baixo. A minha mãe também não era muito assim. Agora, a minha vó que morava conosco, essa sim. Minha vó foi que me levou mesmo para dentro da Igreja”.

Ela o levava para as atividades religiosas que aconteciam no colégio Auxiliadora, dos padres salesianos. “Eu me recordo que naquela época, no Auxiliadora tinha muito padre, quantidade de padre. Então o padre tem a obrigação de rezar a missa dele diariamente. Então, eles começavam às cinco da manhã . [ . . . ] E a maioria das missas eram missas de defunto, de intenções de defunto”. Conta também que foi coroinha e que havia uma competição entre os meninos para ser escolhido para tal posto. Também lembra que o colégio dava muita atenção ao patriotismo e que “era como um quartel, no sentido da disciplina”. Ele estudou nesse colégio ao longo dos anos 30.

As dificuldades de “praticar” a religião na campanha também são lembradas por Iaiá:

“A minha mãe, naquele tempo, a minha mãe era muito religiosa, a minha mãe não tinha a prática da religião porque não comungava, mas ela diz que quando vinha da campanha – ela trabalhou nas cozinhas de estância, cozinhava pra peão de estância – quando ela vinha pra cidade, tinha uma possibilidade, ela corria pra igreja. Acho que tinha alguma coisa que puxava ela pra igreja, um lado muito católico.”

Se as dificuldades são a marca forte do relato desses católicos praticantes sobre seu passado - ou de seus pais - na zona rural da região da Campanha, os comentários de pessoas que nasceram na região colonial enfatizam a presença da religião em todos os aspectos da vida. Carino, por exemplo, contou sobre a oração na família: “Rezava sempre o rosário. Sempre o rosário. (...) Se ajoelhava e rezava. E a mãe, quando fazia a polenta, ensinava o catecismo em italiano pra gente. Vai mexendo a polenta, aquela panela pendurada numa corrente, lá no teto, lá em cima.”

Ele também fez comentários a respeito da presença e da autoridade dos padres entre comunidades de descendentes de imigrantes italianos:

“O padre falava o sermão em dialeto vêneto e o padre era muito rigoroso, muito severo. Quando precisava xingar, ele xingava mesmo, valendo. Não tinha perdão. Alguém que se comportava mal durante o mês, quando o padre vinha, ele sabia das coisas porque ali todo mundo participava. O padre perguntava: ‘o que aconteceu por aqui? Tem alguma coisa pra reclamar? Tem alguma coisa a ensinar?’ Então a gente falava pra o padre e o padre chegava no sermão e descascava em cima da gente. Mas o povo tinha muito respeito, profundo respeito”.

Antes disso, Carino havia falado dos modos de vida dos italianos: “mas o italiano, o italiano foi muito durão. O italiano foi uma raça de gente que era aquilo lá: moral, religião, hábitos, costumes, uma coisa severíssima.” E alguns exemplos dessa severidade são no que se refere à educação das crianças:

“naquela época, quando eu era criança, aquilo era muito rigoroso, muito rigoroso. As crianças na mesa não falavam. Respeitavam as pessoas mais velhas. Não tinha comportamento de guris que desprezassem uma pessoa, principalmente pessoa velha [. . .]. E se a gente falhava, se a gente faltava o respeito às pessoas, a gente entrava no laço e o laço valendo. Aquela vara de marmelo cantava nas pernas da gente.”

Descendentes de imigrantes alemães, Nelsy e Cláudio têm algumas experiências parecidas com as de Carino. Dentro da casa de Cláudio havia sido construída uma capelinha, a qual era lugar de oração mas também de brincadeiras. Ele conta que brincava de rezar missa e isso não era difícil pois ele havia sido sacristão.

“De noite, a mãe chamava, tinha que ir lá rezar. (...) Mas, assim, como o dia de hoje (chuvoso) que todo mundo estava em casa, o passatempo era dentro da capelinha, lá. (...) Brincando, cantando, rezando. Eu rezava a missa, o meu irmão era sacristão. E assim passava.”

Pelo que se viu nos comentários de leigos, as práticas religiosas católicas eram algo muito presente entre as famílias de descendentes de imigrantes. Essa presença poderia ser algo tão “natural” a ponto das crianças brincarem de rezar missa mas, também, poderia ser algo muito opressivo, como se vê nas palavras de Carino acima citadas, no que se refere à intromissão do padre nos assuntos privados e no rigor da observação à moral, à religião, aos costumes.

No caso daqueles leigos que viveram parte de sua vida na zona rural da região da Campanha, e que descrevem as dificuldades lá enfrentadas, é importante notar que hoje eles falam a partir do lugar social de “católicos praticantes”. Há muito tempo, essas pessoas vivem em cidades da região nas quais a presença da Igreja se dá especialmente por meio das paróquias e das escolas católicas, nas quais parte dos entrevistados estudaram. Tendo sido “ressocializados” neste ambiente, hoje eles têm um discurso muito semelhante àquele da instituição, segundo o qual o catolicismo prosperaria melhor entre os descendentes de

imigrantes do que entre as pessoas de origem luso-brasileira ou ainda entre os afro-brasileiros e indígenas.

Variações desse discurso já apareciam, por exemplo, em relatos do final do século XIX e início do século XX como o do pe. Alfredo de St. Jean d'Arves, citado por Isaia, que reclamava dos fiéis de Vacaria que só compareciam ao templo três vezes ao ano, durante as festas, buscando especialmente o baile, ou que não admitiam que o padre pregasse sobre os deveres da vida cristã, ou ainda que alimentavam práticas supersticiosas na Sexta Feira Santa.<sup>694</sup> Ao longo da primeira metade do século passado, por canais os mais diversos, a Igreja se esforçou para a implantação de um catolicismo renovado, lutando contra este tipo de realidade, como se pode ver na já citada pesquisa de Marin e em muitas outras.<sup>695</sup>

Assim, a coincidência entre os relatos dos membros do clero e dos fiéis entrevistados e aqueles que os historiadores levantaram em fontes que remontam o final do século XIX, por um lado, “comprova” que a região colonial - e seus habitantes - eram mais receptivos à religião católica - e daí a lembrança forte de que quem falava sobre o comunismo eram os padres. Por outro lado, nas falas dos leigos que residem na região da Campanha parece se

---

<sup>694</sup> ISAIA, Artur Cesar. Op. cit., p. 33-34.

<sup>695</sup> Ao longo dos anos 90 foram realizados vários estudos nos programas de pós-graduação em História da UFRGS, PUCRS e UNISINOS que tratam de alguma forma da questão da romanização ou restauração católica. A leitura desse conjunto de obras mostra que a Restauração Católica não deve ser tomada como um pano de fundo, como algo externo, mas como um processo que vai se constituindo a partir de situações e estratégias particulares, como as Missões populares; a normatização das festas; a difusão de uma certa noção de pecado; a criação da Sociedade União Popular; a difusão da imprensa católica, etc.; as lutas contra a maçonaria, os carbonários, os metodistas; e também os anarquistas, socialistas e comunistas. Ver: FALEIRO, Silvana Rosseti. *O conceito de pecado entre brasileiros descendentes de Imigrantes italianos: mutações e efeitos no advir histórico*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, Dissertação de Mestrado em História; SEGALA, Aldino Luiz. *A significação da festa de Nossa Senhora dos Navegantes (1871-1941)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, Dissertação de Mestrado em História; VIOLA, Solon Eduardo Annes. *1889-1928: Construindo a sociedade da ordem, definindo os espaços de hegemonia*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, Dissertação de Mestrado em História; SILVA, Haike Roselane Kleber. *Representações do humor no imaginário teuto-brasileiro*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, Dissertação de Mestrado em História; JACHEMET, Célia Silva. *Tempo de festa: uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) - Gravataí e Santo Antônio da Patrulha (1859-1933)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997, Dissertação de Mestrado em História; AREND, Isabel Cristina. *Representação do colono teuto-brasileiro católico através da negação do “outro” nos escritos de Pe. Balduino Rambo*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998, Dissertação de Mestrado em História; ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial do sul brasileiro (1912-1933)*. Porto Alegre: PUCRS, 1992, Dissertação de Mestrado em História; COLUSSI, Eliane Lúcia. *Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria Gaúcha na Segunda Metade do Século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 1998, Tese de Doutorado em História; BENEDUZI, Luís Fernando. *Nem santos, nem demônio: italianos*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, Dissertação de Mestrado em História. Fiz uma análise desses e dos outros trabalhos sobre Igreja Católica no Rio Grande do Sul em: RODEGHERO,

manifestar um conflito entre o que significava ter fé e o que significava ser católico praticante. Parte dos entrevistados insistem em dizer que seus pais não podiam ir à missa, mas que assim mesmo eram católicos. Negam dessa forma, o discurso que enfatiza apenas os elementos que estariam em falta na religiosidade das populações não-descendentes de imigrantes.

Mas, qual a relação disso tudo com a recepção do anticomunismo? Foi possível observar, no conjunto das entrevistas que mesmo as pessoas que não tinham muito contato com a Igreja e os padres também têm, hoje, lembranças a respeito do anticomunismo, mas não necessariamente do católico. É o caso de Vitalina e Perciliana que ouviam críticas ao comunismo por parte dos oponentes políticos de seu irmão, Policarpo, e que não lembram se os padres falavam sobre isso; ou de Nelso que disse que ouvia falar de comunismo por meio das pessoas mais entendidas da localidade.

Parece também, pelas entrevistas, que quanto mais ligada à Igreja a pessoa era, mais ela tendia a temer o comunismo. Apesar de entrevistados como José e Cláudio - criados em famílias e comunidades de “católicos praticantes” - terem dito que não chegaram a sentir medo do comunismo, os demais entrevistados mostraram que esse era um sentimento forte e muito presente. Da mesma forma o fizeram os representantes do clero.

Assim, se para uma parte dos entrevistados, o discurso anticomunista chegava por meio dos padres, para outros chegava por meio das pessoas envolvidas em política, ou de alguém na comunidade que parecia estar mais informado que os outros, ou que lia jornal ou tinha rádio. Mesmo que a pessoa não tenha estado em contato com o clero, o discurso anticomunista lhe atingia. E atingidos por este discurso, uns sentiam medo e outros não.

## **9.6 – As práticas de leitura entre os católicos entrevistados**

Na família da maioria das pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa a prática da leitura se resumia quase apenas ao jornal católico, quando este existia. Nem sempre o rádio esteve presente. Havia casos de analfabetismo. Há indicações de que os jornais demoravam para chegar nas localidades. Vendedores ambulantes poderiam garantir o acesso

a algum livro, especialmente os religiosos. Em suma, as pessoas entrevistadas reclamam que se lia pouco e que as fontes de informação eram escassas. Entre os nascidos na região colonial, é comum a fala de que as informações sobre o comunismo – e as notícias em geral – vinham através do sermão dos padres. Assumindo que as entrevistas trazem indícios das práticas – ou da falta de prática – de leitura entre famílias e comunidades, poder-se-á relacionar tal situação com o “tamanho do mundo” que estas pessoas habitavam, com a possibilidade delas terem acesso a informações a respeito do anticomunismo e de se posicionarem frente à essa questão.

Pe. Guerino conta que aprendeu a ler – em italiano – treinando no jornal *Correio Riograndense*, quando esse ainda se chamava *Stafetta Riograndense*.<sup>696</sup> A leitura do jornal fazia parte da programação da família depois do jantar, família que contou por um tempo com a presença da avó, vinda da Itália.

“Depois, quando veio a guerra (...) então, como eu sabia ler, às vezes eu lia para toda a família, no inverno, ao redor do fogo. O pai fazia assim, tinha só uma chapa, ficava um na frente sentado, depois tínhamos, assim, um banquinho (...) Então, a gente ficava lá em cima, os pequenos. Depois, o pai fez uma casinha bem fechada com uma lareira pra de noite ir lá, pois as noites eram compridas pra ir dormir.”

Perguntado se a leitura era feita em voz alta, ele confirmou e também contou que se lia a história de Nanetto Pipetta.<sup>697</sup> E descreve melhor a cena:

---

Comunicação apresentada no V Encontro Estadual de História, realizado na UFRGS.

<sup>696</sup> O nome precisou ser mudado para o português na época da campanha da nacionalização da língua.

<sup>697</sup> Sobre a história de Nanetto Pipetta, ver ORLANDI, Adriana. *Nanetto Pipetta: representação histórica, memória coletiva e identidade nas comunidades coloniais italianas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado em História. Conforme Orlandi explica na introdução de seu trabalho, trata-se da história de um jovem imigrante italiano que vem clandestinamente para o Brasil em busca da *cuccagna*. Se estabelece no Rio Grande do Sul e passa por diversas situações embaraçosas, revelando as incongruências entre o sonho de enriquecimento fácil e a nova e difícil realidade encontrada. Tal história, de autoria de Aquiles Bernardi, frei capuchinho, foi publicada na forma de folhetim no jornal *Staffetta Riograndense* entre 1924 e 1925. Em 1937 foi publicada pela primeira vez em livro. Depois disso teve outras nove edições. Em 1965, o mesmo autor escreveu - e publicou em folhetim - a continuação da história: *Storia de Nino: fradello de Nanetto Pipetta*. É possível que os entrevistados que citaram a história de Nanetto como algo que se lia no jornal estivessem se referindo a esta segunda, tendo em vista que não haviam nascido em 1925 quando *Nanetto Pipetta* saíra como folhetim. Também podem ter confundido datas tendo em vista que as peripécias de Nanetto Pipetta, como explica Orlandi, acabaram sendo incorporadas



“... minha vó fazia trança de palha de trigo, minha mãe fazia com a roca, trançar barbante, pra costurar chapéu. Parou tempo.<sup>698</sup> Então, contava as histórias da Itália. Depois, em 39 começou a guerra e meu pai se interessava muito pois ele veio da Itália. Então, o pai queria estar sempre a par de como é que estava, todas as notícias.”

Pelo que se vê, a leitura do jornal católico se mesclava sem problemas à rotina das noites onde as mulheres faziam trabalhos manuais, as crianças se sentavam em torno do fogo, a avó contava histórias de antigamente, o pai buscava no jornal notícias sobre a Itália, no período da Guerra. Mais adiante pe. Guerino conta que este jornal era de fácil entendimento e trazia notícias relacionadas à agricultura. Era bem recebido entre a maioria dos imigrantes italianos que o consultavam, entre outras coisas, para ficar à par das notas de falecimento que o semanário publicava. Explica que às vezes demorava muito tempo para saber que um parente ou conhecido que moravam longe havia falecido.<sup>699</sup> Na época, a família de pe. Guerino não tinha rádio.

Em outros contextos, nem o *Correio Riograndense* era um meio de comunicação acessível. Perguntado sobre como, na sua infância, se ficava sabendo das notícias, pe. Moisés contou que

“... só o vigário recebia o *Correio Riograndense*. Inclusive quando eu estava lá com ele<sup>700</sup>, eu ia uma vez por semana. Fazia doze quilômetros a cavalo em Tapera buscar o *Correio* [. . .]. Trazia o jornal para daí o vigário ler as notícias que ele dava na igreja, no sermão do domingo. Dizia: olha, estourou a guerra, etc.”

---

pela tradição oral e assim sobreviveram e se difundiram mesmo entre aquelas pessoas que não tinham acesso ao jornal e ou ao livro.

<sup>698</sup> A avó “parou” por um certo tempo com a família. Quer dizer, ficou morando temporariamente com eles.

<sup>699</sup> Discuti a importância que os necrológios tinham para os leitores antigos – e atuais – do *Correio Riograndense* no último capítulo de minha dissertação de mestrado. Ver: O poder da palavra: a imprensa católica e o combate ao comunismo. In: RODEGHERO, Carla S. *O diabo é vermelho*, p. 125 a 134.

<sup>700</sup> Moisés, antes de ingressar no Seminário morou por um tempo com o vigário de Espumoso.

Parece que na região da Campanha onde as distâncias eram ainda maiores que as da região colonial havia mais acesso à informação. Falando com o casal Nelso e Irma sobre a Segunda Guerra, ele contou que as notícias chegavam à fazenda onde morava no interior de Alegrete pelo rádio e pelo jornal de Porto Alegre *Correio do Povo*. Lembra do que se falava a respeito da Guerra: “... diziam que podia haver uma bomba atômica. Isso e aquilo, que podia acabar com o mundo. Podia largar uma bomba e fazer um extermínio no mundo. Então pra gente jovem, novo assim, tinha aquele receio”. É possível que o nível econômico da família de Nelso – assim como de outros fazendeiros – comportasse o “luxo” da assinatura do jornal e de ter um aparelho receptor de rádio, o que seria um pouco mais difícil para certas famílias de pequenos agricultores. Além do mais, os primeiros não desfrutavam as vantagens de uma vizinhança próxima com a qual travar relações sociais. O maior isolamento poderia exigir mais acesso a meios como o jornal e o rádio.

José, natural de Marau, conta sobre a leitura do *Correio Riograndense*, a qual era incentivada pelos padres capuchinhos. Segundo José, esse jornal era uma “autoridade” em termos de religião e quase todos os colonos, na época da sua infância, assinavam o semanário. Comenta que sua família também assinava o *Correio do Povo*, mas que em termos de religião, o melhor era o outro. Sobre a prática de leitura lembra: “antigamente, liam aquelas histórias, Nanetto Pipetta, Toni Brusafretti, outras notícias em geral, notícias religiosas principalmente, como a anúncio dos defuntos, que até o dia de hoje traz no jornal.” Lembra também que o jornal trazia notícias no tempo da Guerra: “na Segunda Guerra, a gente sabia alguma coisa de verdade era através do jornal. E era o jornal porque não tinha outros meios de comunicação. O jornal era a coisa que se tinha.”

A informação de que todos os colonos liam o jornal, no entanto, é oposta aquela trazida por Narciso que em sua infância vivia numa localidade próxima de Marau, Montauri. Ele conta que seu pai, que era dentista, assinava um jornal de Caxias do Sul, que deveria ser o *Correio Riograndense*, mas que na vila onde eles moravam, apenas outras duas famílias faziam o mesmo: a família do ferreiro e a do comerciante. Narciso fala também do impedimento resultante do analfabetismo: “Na realidade eles faziam propaganda [do jornal] e quem sabia ler naquela época? [. . .] Há setenta, oitenta anos atrás não havia escola por lá

porque era, deixa eu ver, um grupinho de sete, oito, dez famílias da comunidades.” O próprio Narciso só foi aprender a ler depois de casado.

Na família de Nelsy, que hoje vive em Carazinho, a prática da leitura ocupava as noites:

“Se jantava, eu me lembro desde criança, que a mãe, uma época leu a história do índio Luís Bugre [. . .]. A revista era *Paulus Plat*, era a revista de São Paulo, era um anexo do jornal, não é o *Riograndense*, *Brasil Post*, eu acho. Era um anexo que vinha [. . .]. Então, ela lia de noite, nós sentados em roda do fogão, fazendo crochê. Eu fiz todo o meu enxoval sozinha – fazendo crochê e ela lia a história para nós”

Um excerto final traz elementos não sobre a carência de materiais a serem lidos, mas da extrema censura sobre o que poderia ser lido em matéria religiosa. Estava discutindo com D. Laurindo sobre a existência de representantes do Partido Comunista nesses municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul e ele acabou contando uma história que tem a ver com leitura.

“Não havia, certamente, na região colonial agentes que [divulgassem] idéias subversivas. Não, nada. Lembro de um outro caso, mas não tem nada a ver com o comunismo. Passou um vendedor de livros religiosos que era, não sei se era de uma seita ou o que que era, e então, vendendo uma espécie de história sagrada. Mas veio meu tio e o pai disse: ‘olha, comprei esse livro aqui’. Não é que fossem grandes literatos também os meus pais, que são lá da colônia. Mas leu até uma certa altura e se deu conta que algumas coisas ... Aí o pessoal se irritou e disse: ‘me dá cá isso’. Botaram no fogo. Sim, porque aquilo era uma heresia (...). E eu lembro que o fato que provocou a reação foi que falava do milagre das bodas de Caná. No fim, o comentário era: ‘era um vinho que só servia para embebedar e não sei lá o quê.’ Então, a turma se irritou. De que inspiração fosse esse vendedor ambulante, eu não saberia nem te dizer.”

Ao mesmo tempo em que a história revela que um canal de acesso à leitura poderia ser o vendedor ambulante de livros, apresenta as restrições impostas às leituras possíveis. O que seria considerado heresia deveria ser queimado e assim aconteceu com o livro em questão.

As reflexões aqui desenvolvidas visaram levantar as condições de possibilidade da recepção do anticomunismo em alguns meios católicos no Rio Grande do Sul. Tentaram explicar porque o par comunismo/ anticomunismo foi lido de uma determinada forma. Entre estas condições foram destacadas: a dificuldade em dar “corpo” ao comunismo o que criou um combate a ele, mesmo sem a constatação da existência de comunistas; a presença na memória dos entrevistados de associações entre comunismo e anticlericalismo e outros “perigos” comumente apresentados em documentos oficiais da Igreja; a livre associação entre o medo do comunismo e outros medos mais próximos do dia-a-dia; o universo cultural de parte dos entrevistados no qual o catolicismo tinha uma presença marcante e a autoridade do clero era muito valorizada; a presença de lembranças e em alguns casos, de medo do comunismo, naqueles indivíduos cuja infância e juventude não foram vividas em contato tão direto com a Igreja Católica; o limitado acesso a meios de comunicação como jornal e rádio; a não necessidade de alguns de pensar a respeito do tema e a presença do mesmo na vida de outros.

## Imagem 2

Fonte: Anti-Communist Campaign - Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 05 de julho de 1951; M1487, rolo 4.

Obs. - Material produzido pelo SESI

### Imagem 3

Fonte: Distribution of Anti-Communist Propaganda in São Paulo - Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 01 de agosto de 1951  
M1487, rolo 4.

Obs. - Material produzido por “Irmãs Franciscana Americanas”. Pode ser de autoria da Polícia.

#### Imagem 4

Fonte: *Distribution of Anti-Communist Propaganda in São Paulo* - Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 01 de agosto de 1951; M1487, rolo 4.  
Obs. - Material produzido por "Irmãs Franciscanas Americanas". Pode ser de autoria da Polícia.

## Imagem 5

Fonte: *Anti-Communist Campaign*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 05 de julho de 1951; M1487, rolo 4  
Obs. - Material produzido pelo SESI



## Imagem 6

Fonte: *Anti-communist handbills published by "Lei e Polícia"* - Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 21 de setembro de 1949; M1492, rolo 17  
Obs. - Material produzido pela organização "Lei e Polícia"

## **Capítulo 10**

### **Possibilidades de comparação**

Tendo, a partir das fontes selecionadas, sistematizado e confrontado duas leituras a respeito do anticomunismo - e também do comunismo - e, num passo seguinte, explorado os pressupostos das mesmas, impõe-se agora um esforço de comparação, o qual encaminhará as conclusões do trabalho.

#### **10.1 - Possibilidades de captar o anticomunismo em cada conjunto de fontes**

As fontes diplomáticas utilizadas possibilitam perceber como o anticomunismo se apresentava no seio das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Brasil. Elas mostram que os funcionários norte-americanos estavam atentos aos desdobramentos políticos brasileiros e entre eles às atividades dos comunistas e às campanhas anticomunistas. A forma como se dava o embate entre uns e outros, e a postura assumida pelas autoridades ou lideranças brasileiras em relação a esses temas e grupos, por sua vez, tinha repercussão nas relações entre os dois países. Um presidente decididamente anticomunista, por exemplo, tornaria tais relações mais amigáveis. Um presidente tolerante em relação ao comunismo, cúmplice ou “instrumento” dos comunistas traria preocupações de monta para os Estados Unidos e exigiria ações mais intensas.

Assim, os despachos, relatórios, memorandos internos, dão acesso à parte das atividades anticomunistas brasileiras: tem-se, por meio desses documentos, informações a respeito de campanhas desencadeadas por jornais; da produção e distribuição de panfletos e

cartazes; de discussões travadas no legislativo; da ação da polícia; das disputas dentro do movimento estudantil; da organização de grupos de “ação democrática”; das atividades desenvolvidas por grupos como a Igreja Católica, o SESI, a Cruzada Brasileira Anticomunista, os integralistas, etc. Ou seja, tais documentos, na medida em que visavam informar o Departamento de Estado a respeito do anticomunismo brasileiro, puderam deixar registros de atividades que podem ou não ter sido registradas em outros documentos. Pode ser que muitas outras atividades anticomunistas desenvolvidas no período não tenham chegado ao conhecimento do pessoal dos postos diplomáticos ou que tenham sido consideradas, por eles, de menor importância. De qualquer forma, os documentos em questão trazem indícios de como se configurava o anticomunismo no Brasil entre 1945 e 1964. Eles mostram, por exemplo, que este tema se adaptava - ou era adaptado - a diferentes conjunturas, não apenas àquelas em que o anticomunismo era tão forte que dificilmente deixaria de ser notado, como foi o caso do anos de 1961 até 1964.

Por outro lado, as fontes diplomáticas analisadas são um canal de acesso a atividades dos comunistas, no período em estudo. Informam a respeito de manifestos, congressos; declarações de lideranças, especialmente de Prestes; choques com a polícia; imprensa; articulações com outros partidos, etc. Ao mesmo tempo em que os relatos trazem dados mais objetivos sobre essas situações, alimentam um imaginário a respeito da índole e das intenções dos comunistas e da iminência do perigo do comunismo permitindo, assim, comparações com aquelas imagens sobre os “vermelhos” produzidas no Brasil e já analisadas em algumas pesquisas históricas.

As fontes diplomáticas foram produzidas com o intuito de informar, mas também de analisar, desenhar horizontes, avaliar, sugerir ações relativas ao combate ao comunismo. É possível ao historiador questioná-las sobre isto, mas também é possível fazer perguntas sobre a inserção do corpo diplomático norte-americano na política e na sociedade brasileira, sobre os pressupostos que embasavam os pontos de vista e as avaliações contidas nos documentos, sobre a postura frente a uma sociedade diferente da deles, sobre a capacidade ou incapacidade de tolerar o diferente, e também sobre a própria sociedade norte-americana.

As fontes orais, por sua vez, permitem entrar em outro campo. O *corpus* formado pelas entrevistas realizadas com um grupo de leigos e alguns representantes do clero

católico no Rio Grande do Sul trouxe elementos para o entendimento de como o anticomunismo podia se fazer presente no dia-a-dia de pessoas que eram por ele atingidas ou eram, dele, destinatárias. Ele se apresentava como algo muito difuso, como um perigo difícil de localizar mas, mesmo assim, muito presente. Era uma “palavra” que gerava medo; um sistema imposto de fora que desrespeitaria coisas muito caras às pessoas, como o direito dos pais educarem seus filhos, os laços do casamento, a autoridade dos padres, a propriedade, especialmente da terra. Tudo seria de todos; os homens poderiam se apropriar das mulheres pelas quais se interessassem, independentemente dos laços matrimoniais; não haveria espaço para Deus; os símbolos religiosos seriam destruídos.

Mas, na medida em que as entrevistas revelaram essas representações mais ou menos óbvias a respeito do comunismo, a pesquisa trouxe elementos novos ao explorar a dificuldade das pessoas se expressarem sobre o tema e as alternativas que as mesmas buscaram para explicar o que imaginavam ser o comunismo. Relacionar comunismo com o contexto da Segunda Guerra, com a campanha de nacionalização da língua, com algum episódio de alistamento de soldados ou passagem de tropas, com roubo de cavalos, podem ter sido tanto alternativas para um momento em que a pessoa não tinha o que falar, quanto - é mais provável - associações nas quais estavam presentes, de forma um pouco mais concreta, aquelas características que as pessoas ouviam falar como sendo as do comunismo.

As entrevistas também possibilitaram avaliar a distância entre as formulações mais intelectualizadas do anticomunismo católico - presentes nas encíclicas, cartas pastorais, manifestos da Liga Eleitoral Católica, pronunciamentos de membros da hierarquia, editoriais de jornais católicos, publicações católicas de ficção ou não ficção - e aquelas elaboradas por leigos e elementos do clero com uma experiência de vida concentrada no meio rural. Os mesmos temas podiam estar presentes mas o nível de sofisticação dos argumentos variava muito.

O conteúdo das fontes orais não é algo dado a priori. Elas foram “construídas” para dar conta do objetivo da pesquisa. Nem todas as entrevistas responderam a tal objetivo. Todas elas, no entanto, trouxeram elementos que foram além desse objetivo. E isso se deve às características particulares das fontes orais. Elas foram resultado de entrevistas nas quais o conteúdo era a própria vida das pessoas, e no seio dela, a questão do anticomunismo. Por

causa disso, elas são uma mescla de informações, lembranças, imagens, análises, silêncios, emoções, ao mesmo tempo particulares e grupais. Nelas se falou em infância, escola, família, oração, lazer, leitura, obrigações, trabalho, política e, em meio a tudo isso, sobre anticomunismo e comunismo. A recepção do anticomunismo foi captada dentro desses quadros.

## **10.2 - As especificidades das fontes e a relação dos sujeitos com o tema**

Mesmo que uma preocupação central estivesse guiando a abordagem de cada um dos conjuntos de fontes - a de como o anticomunismo era recebido - foi ficando claro ao longo do trabalho que havia certas perguntas possíveis a cada um deles, tendo em vista a própria “materialidade” das fontes (documentos em papel ou microfilme e seres humanos) e a forma como as mesmas foram produzidas. Assim, para as fontes diplomáticas a recepção foi tomada como avaliação do anticomunismo. Para as orais, ela tomou forma de vivências e lembranças.

Os sujeitos representados nos dois grupos de fontes tiveram suas próprias vivências a respeito do tema em questão. As experiências pessoais dos funcionários do corpo diplomático, no entanto, não estavam inscritas - ou não estavam explícitas - nos documentos analisados. Mas havia neles certos indícios que cruzados com outros trazidos pela historiografia permitiram a reconstrução de um meio social que possivelmente lhes servia de contraponto para o olhar que construíram sobre o anticomunismo brasileiro. Aquelas expressões do medo sentido em relação ao comunismo que apareceram nas entrevistas não teriam lugar nas correspondências diplomáticas, mas isso não significa que não tivessem tido lugar na vida daquelas pessoas que redigiam as mesmas. Nas fontes norte-americanas abundam informações “objetivas”, de caráter político, estratégico, econômico. Mas, é possível descobrir nas entrelinhas elementos de vivências em um ambiente como era o da sociedade norte-americana da guerra fria.

As fontes orais, por outro lado, são repletas de referências à experiência particular, familiar, grupal. Trazem “dados” mais subjetivos a respeito de como o anticomunismo atingia as pessoas. Os relatos de experiências e as reflexões sobre as mesmas parecem tirar

a possibilidade do historiador ter acesso ao universo mais amplo do fenômeno estudado que é aquele da política, da discussão ideológica, da organização de partidos e grupos, da produção de propaganda, etc. Mas, tal impressão não se sustenta por muito tempo, pois essas mesmas fontes trazem indícios de processos muito mais amplos do que as práticas cotidianas e as questões pessoais de uma ou outra pessoa, na medida em que se referem à organização sócio econômica das comunidades onde os entrevistados viveram/vivem, à instituições, a partidos e disputas políticas.

Além dessas características das fontes - do que é possível perguntar a elas e do que é, nelas, mais ou menos explícito - também há a questão do tipo de relação que cada grupo tinha ou precisava ter com os temas comunismo/anticomunismo. No caso das fontes orais, as preocupações com o perigo comunista nelas reveladas eram aquelas relacionadas às questões cotidianas, centradas no que poderia acontecer à família, à propriedade, à religião num futuro no qual o país fosse dominado pelo comunismo. Ou então o perigo era representado com o auxílio de situações passadas de guerra, violência e perseguição. Especialmente no caso do clero foi forte a preocupação com a perseguição à Igreja.

Nas fontes diplomáticas, a preocupação tinha uma abrangência muito mais ampla, de caráter internacional tanto porque se dava num “território de fronteira” entre dois países quanto porque as preocupações norte-americanas em relação ao comunismo eram relacionadas ao território nacional (os Estados Unidos), ao continente e ao mundo. E a questão da guerra fria e da possibilidade de uma guerra nuclear colocava o anticomunismo na esfera da destruição da vida no planeta Terra. O anticomunismo católico, por outro lado, pode ser considerado também bastante abrangente pois ele lidava com um inimigo que colocava em xeque a existência de Deus e assim destruía não só a Terra, mas também o Céu.

Assim fica claro que a relação com o problema do combate ao comunismo era muito distinta de um grupo para outro. De um lado, profissionais que lidavam com isso, de outro pessoas que foram alvos especialmente da propaganda e das pregações anticomunistas emanadas da Igreja Católica.

Os indivíduos pertencentes aos dois grupos habitavam universos diferentes. No caso dos católicos entrevistados, especialmente entre os leigos, as práticas de leitura eram

restritas ou inexistentes. Quando elas existiam eram caracterizadas pela pouca variedade além de uma concentração em leituras católicas. No caso do jornal católico mais citado, o *Correio Riograndense*, o interesse dos leitores se dirigia a notícias, histórias como a de Nanetto Pipetta, notas de falecimento, agricultura, e uma atenção especial às notícias no tempo da Guerra. Muitas das famílias dos entrevistados não possuíam rádio. A média do nível de escolaridade era bastante baixa.

Constatar isso não significa dizer que essas pessoas não entenderam ou não tinham condições de entender o discurso anticomunista veiculado pela Igreja ou por outras instituições ou grupos na sociedade brasileira. O entendimento se dava, pelo que se viu, por meio da adaptação do que era ouvido às experiências e conhecimentos prévios sobre o tema ou sobre temas correlatos.

Também é preciso considerar a necessidade que as pessoas entrevistadas - e as comunidades nas quais elas viveram/vivem - tinham, no passado e hoje, de se posicionar frente às questões relacionadas a comunismo e anticomunismo. Elas, possivelmente, não tiveram necessidade de se confrontar criticamente com essas questões. Parece não ter sido necessário para tais indivíduos buscar informações que aprofundassem ou que questionassem aquelas que lhes chegavam sobre esses temas. Posicionar-se frente ao comunismo pode ter sido uma necessidade em momentos de eleição, mas isso praticamente não apareceu nas entrevistas. Um caso citado foi o de Cláudio contando de um padre que dizia que não se devia votar em Brizola por este ser comunista.

Com isso não quero dizer que essas pessoas não tenham vindo a questionar as coisas nas quais acreditavam. Muitos o fizeram e hoje chegam a rir das suas próprias lembranças. Quero dizer que não era “função” desses fiéis da Igreja Católica pensar e se posicionar a respeito dos temas comunismo e anticomunismo. No caso dos padres, essas tarefas possivelmente se colocavam pois durante a sua formação as mesmas estiveram muito presentes e depois – especialmente para os mais velhos – as mudanças do Vaticano II e a força de Teologia da Libertação os fizeram refletir sobre a relação entre cristianismo e socialismo ou marxismo e mesmo se colocar numa postura crítica frente ao anticomunismo católico.

Se as entrevistas tivessem tido outro público alvo dentro da Igreja Católica, as leituras e memórias sobre comunismo/anticomunismo e a necessidade de se confrontar com estes temas poderiam ser bem diferentes das aqui apresentadas. Se houvesse por exemplo uma concentração em católicos que estiveram ligados a grupos de intelectuais como certas Congregações Marianas, JUC, Ação Brasileira de Renovação Social, Liga Eleitoral Católica, ou ainda envolvidos na imprensa católica, possivelmente as análises se aproximariam mais daquelas do discurso católico anticomunista oficial. Seria possível e interessante, então, averiguar as diferentes nuances do anticomunismo dentro da Igreja.

Os funcionários norte-americanos, por sua vez, estavam imersos num universo marcado pelo vigor do anticomunismo no seu próprio país, pelas disputas da guerra fria e pela visão de superioridade frente aos povos latino-americanos. Eles desempenhavam funções que lhes colocavam a responsabilidade de ler e traduzir a política brasileira, e no seio dela, o tema do anticomunismo. A cobertura dos *political affairs* brasileiros lhes dava a possibilidade e a responsabilidade de produzir uma leitura – que deveria ter um mínimo de coerência - sobre os acontecimentos em curso, sobre seus precedentes e sobre os possíveis desdobramentos dos mesmos. O desempenho desse trabalho lhes permitia e lhes exigia uma postura de escuta, de recepção. Os resultados de tal escuta, por sua vez, iriam conduzir à ação nos momentos apropriados.

O universo cultural que servia de parâmetro para que os funcionários do *foreign service* avaliassem o anticomunismo brasileiro e avaliassem também a forma como, em geral, os brasileiros agiam, tinha características muito particulares. A sociedade norte-americana estava vivendo uma grande mobilização voltada para o combate do comunismo. Os meios de comunicação que atingiam a maioria da população transmitiam veementemente mensagens nesse sentido. O jogo político partidário se alimentava do anticomunismo e ao mesmo tempo o alimentava. E o resultado desse jogo, ou a busca de uma maior eficiência nele, fizeram com que fosse criada uma estrutura para identificar e punir aqueles indivíduos ou grupos que estivessem agindo ou pensando de forma “não-americana”. O anticomunismo da Guerra Fria se mesclava a tendências de longa duração e a características que teriam existido mesmo sem a disputa entre Estados Unidos e União Soviética. Ele tinha espaço na religião, na educação das crianças, no entretenimento, na política, nas universidades, e



também na política externa. Era visível na imprensa e nas pesquisas de opinião pública. Tinha nomes de destaque como Hoover, McCarthy, Spellman, Dulles e os próprios Truman, Eisenhower, Kennedy e Johnson.

Assim, fazia parte das funções dos funcionários norte-americanos avaliar o desenrolar dos temas comunismo/anticomunismo. Denunciar o comunismo também poderia fazer parte das obrigações de membros do clero católico, já que discutir o tema, ler sobre ele, ouvir pregações e aulas sobre o mesmo também faziam parte da sua experiência, especialmente no período de estudos. Para a maioria dos leigos entrevistados, todavia, refletir sobre anticomunismo não pareceu ser uma tarefa das mais rotineiras e necessárias. Essas diferentes relações com os temas comunismo e anticomunismo além de estarem relacionadas a questões funcionais e à localização das pessoas em sociedades muito diferentes uma da outra também dependiam da variável “poder”, dentro da estrutura do Estado ou de uma instituição como a Igreja.

### **10.3 - O anticomunismo e o medo**

Nesse esforço comparativo também pode ser questionado até que ponto esses católicos entrevistados ou esses funcionários dos postos diplomáticos temiam a ameaça comunista. Se as falas dos primeiros trouxeram elementos relacionados à vivência do medo, e a ligação com outros medos mais próximos, os segundos atuaram num campo onde o medo era uma variável a ser manipulada em nome de uma causa, que era tanto uma visão de mundo quanto a defesa de interesses bem particulares. Os funcionários da diplomacia parecem ter se preocupado com o problema de quanto medo seria saudável sentir. Acreditavam que a população brasileira e também as autoridades não tinham o medo suficiente e que por isso precisavam ser ajudados a “despertar para o perigo comunista”.

O que significaria tal despertar? Conhecer a extensão do perigo representado pelos comunistas no Brasil? Os próprios norte-americanos produziram avaliações que demonstravam que a atuação e a influência dos comunistas no Brasil era limitada. Mesmo assim esses e outros grupos de esquerda que defendiam o nacionalismo e que eram críticos ao capitalismo norte-americano eram alvo de contínua vigilância. Assim, “despertar para o

perigo comunista” poderia ser se dar conta dos problemas gerados pelo estatismo e pelo nacionalismo e passar a olhar os acontecimentos políticos, econômicos, sociais, nacionais e internacionais sob um prisma proposto por estes norte-americanos, no qual havia lugar de destaque para a livre iniciativa e para o capitalismo liberal. Poderia significar a busca de informações que permitissem desmascarar as “mentiras” comunistas. Mas, “despertar” poderia também ser sinônimo de começar a ter medo, de deixar de ser tolerante. Uma opinião pública desperta seria aquela que valorizava as ações dos seus governantes, que colaborava com elas, que partilhava do clima geral marcado pelo medo.

Uma possível aproximação entre os dois universos pode se dar por meio de uma reflexão sobre aquilo que poderia ser chamado de “medo do comunismo sem comunistas”. Isso porque foi possível constatar que não era a avaliação do peso político dos comunistas, ou da própria existência deles, que fazia com que norte-americanos se debatessem com os “defeitos” do anticomunismo brasileiro e que vários católicos sentissem medo do comunismo. O anticomunismo produzia um “efeito de verdade” que transpunha as avaliações mais objetivas. Isso não significa, todavia, que se deva desprezar os temores gerados, por exemplo, pelo clima de mobilização política e popular do período anterior ao golpe, no qual o comunismo tinha lugar.<sup>701</sup>

#### **10.4 - O anticomunismo entre práticas e representações e entre o racional e o emocional**

Foi dito no início da tese que o anticomunismo estava sendo entendido como um conjunto de representações e ações de combate sistemático ao comunismo, adaptadas às mais diferentes realidades históricas. Fazendo um balanço de como o anticomunismo aparece nos dois conjuntos de fontes, numa primeira observação, vê-se nas fontes diplomáticas uma preocupação maior com as práticas enquanto que as orais parecem expressar melhor as representações. Por meio das primeiras tem-se conhecimento da existência de um conjunto de práticas já comentadas acima e levadas a efeito por diferentes grupos dentro da sociedade brasileira. No caso das segundas, o que veio à tona foram

formas de imaginar e representar o que seria o comunismo, parte delas diretamente relacionadas ao um discurso anticomunista portador de uma significativa coerência interna, o discurso católico. As práticas são o que está mais explícito nas fontes diplomáticas. As representações aparecem em primeiro plano nas fontes orais.

Mas olhando cada *corpus* em seu conjunto, pode-se também ver um relacionamento íntimo entre práticas e representações, tanto no sentido de que as práticas se estruturaram com base em certas representações, quanto naquele de que essas precisam de determinados veículos para sua produção e circulação. Segundo Pesavento,

“as representações sociais são, por assim dizer, históricas, concebidas em cruzamento com práticas historicamente determinadas, mas não têm exata correspondência com o concreto. Elas comportam uma dimensão de sonho, desejo, utopia, de projeção de um inconsciente coletivo, forjando imagens daquilo que se desejaria que acontecesse. Da mesma forma, apresentam uma faceta de intencionalidade, manipulação, ilusão de espírito, viés este que se poderia denominar como ideológico.”<sup>702</sup>

Isso pode ser sentido no caso do anticomunismo onde é possível ver que as representações são concebidas no cruzamento com as práticas mas que não mantêm uma correspondência exata com elas. As representações extrapolam o concreto, pois têm componentes de sonho, utopia, mas também de intencionalidade e de ideologia. Foi preciso, por exemplo, “imaginar” o comunismo como um perigo para a Igreja, para os negócios norte-americanos, para um determinado *way of life*, para investir na organização de ações voltadas ao combate dele e daquilo que era a ele associado. É claro que este imaginar não significa inventar mas sim dar sentido(s) para tendências e situações percebidas. Mesmo que aquelas pessoas envolvidas em atividades práticas anticomunistas não precisassem se preocupar com o convencimento - entre os seus pares - a respeito do perigo, eles

---

<sup>701</sup> Sá Motta insiste muito em sua tese sobre a necessidade de explorar os perigos que o comunismo representava na conjuntura 1961-1964. SÁ MOTTA, Op. cit. Capítulo 8.

<sup>702</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia e outros. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. Universidade - UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994, p. 130.

precisavam, como seu viúvo nas fontes diplomáticas, alertar a outros sobre isso. Nesse intento, eles lidavam tanto com práticas quanto com representações.

As representações anticomunistas poderiam ser portadoras de um apelo mais racional ou mais emocional. Os funcionários norte-americanos, por exemplo, precisavam ter certeza que os presidentes da República brasileiros tinham uma compreensão “real” do perigo do comunismo em termos locais e internacionais e, nesse caso, os argumentos utilizados para tal convencimento pretendiam se basear em fatores práticos, palpáveis, racionalmente reconhecíveis. O material anticomunista destinado a atingir a população em geral, por sua vez, poderia ter características diferentes e apelar mais para o emocional. Nesse sentido, pode-se pensar sobre os já comentados programas de rádio, cartazes e panfletos, discursos pronunciados em manifestações anticomunistas, campanhas editoriais nos jornais, etc. A produção e veiculação das representações anticomunistas se adaptava, por sua vez, à especificidade de suportes como os acima citados. Aquilo que poderia ser dito num programa humorístico de rádio seria diferente daquilo dito num pronunciamento na Câmara Federal, ou num editorial de jornal. E elementos muito práticos deveriam ser – e eram – mobilizados para garantir que o anticomunismo tivesse vida.

Ao mesmo tempo em que é possível sustentar que as fontes diplomáticas se voltavam para questões mais racionais, enquanto as orais revelaram aquelas cuja ênfase estava no emocional, pode-se ver também a tendência de uma mescla entre os campos da racionalidade e da emoção nos dois tipos de fontes. Quando, por exemplo, os entrevistados falaram no medo de perder a propriedade eles também estavam falando de algo prático, mesmo que uma análise exterior pudesse considerar isso apenas “imaginário”. Além disso, foi visto que a dificuldade de representar o comunismo fez com que essas pessoas apelassem para temas com os quais tiveram alguma familiaridade ou experiência. O que parece se situar no campo do emocional, busca referências racionais.

No sentido inverso, para dar conta de situações e “perigos” bem concretos, o apelo às armas emocionais se mostrou bastante útil. Veja-se o exemplo da história da mãe que se juntou às manifestantes comunistas – levada pelo Lobo Mau – descuidou de suas obrigações domésticas e foi castigada com a morte do filho. O caso mostra que o recurso à ficção e o uso de um conto de fadas - que tocam a esfera emocional - serviram como estratégia para

que uma entidade disfarçada sob a designação de “Irmãs Franciscanas Americanas” pudesse colocar em prática uma campanha que tinha alvos bem concretos: as organizações de mulheres por meio das quais o Partido Comunista, ilegal, atuava.

### **10. 5 - Comunismo/ anticomunismo no tempo e espaço**

Outro elemento de comparação é a localização temporal e espacial dos temas comunismo e anticomunismo nas fontes analisadas. A pesquisa teve uma delimitação temporal inicial: 1945 a 1964. Trata-se de um corte tradicional da história política brasileira, entre o final da ditadura do Estado Novo e o início do regime militar. A forma como as fontes se adequaram a este recorte foi muito diferente. Com as fontes diplomáticas foi muito fácil selecionar os documentos produzidos dentro desse período de tempo. No caso das fontes orais, procurou-se selecionar, para as entrevistas, pessoas que no período fossem jovens e pudessem ter vivido e refletido sobre os acontecimentos posteriores à Segunda Guerra. Pessoas da faixa de 70 a 80 anos. Como já foi colocado, a Guerra se tornou uma referência importante para que as pessoas pudessem se situar a respeito do período sobre o qual estávamos conversando. Isso conjugado com a menção de nomes de presidentes da República e governadores, ajudava a pessoa a se localizar. Alguns outros entrevistados, da faixa de 50 anos tiveram experiências relacionadas a comunismo/ anticomunismo no início dos anos 60.

Mas foi muito comum acontecer o rompimento desses limites temporais, na medida em que as pessoas entrevistadas mesclavam lembranças de diversos períodos de sua vida, misturando também lembranças “originais” e análises posteriores sobre as mesmas. Veja-se o exemplo de algumas reflexões sobre Cuba, quando acontecimentos posteriores ao período em análise – a publicação de *Fidel e a Religião* no auge da Teologia da Libertação e a recente visita de João Paulo II – foram chamados para explicar as razões de uma certa “simpatia” entre católicos pela revolução cubana. É bom lembrar que não estava nos planos conformar as lembranças a um período específico, mas procurar concentrá-las nele ou direcioná-las para ele. E isso foi bastante eficaz enquanto estratégia de pesquisa.

Há também a questão da distribuição das fontes diplomáticas entre 1945 e 1964. Foram encontrados muitos documentos falando sobre anticomunismo no início e no final deste período. Houve momentos, como o segundo governo Vargas, que estiveram quase ausentes da documentação pesquisada. Nas entrevistas, a conjuntura da Guerra foi mais forte, por exemplo, que a do golpe de 1964.

Feitas essas reflexões sobre o tempo, é preciso também questionar a qual/quais espaço(s) geográfico(s) o binômio comunismo/anticomunismo foi associado dentro de cada conjunto de fontes. Já foi comentado a respeito das referências feitas pelos católicos à Rússia, México, Espanha, Hungria, China, Cuba, etc. Mas não é isso que está em questão agora, e sim uma comparação entre os nomes de lugares que aparecem nos dois casos. As fontes diplomáticas falam de capitais brasileiras, do Brasil como um todo, mas também da Câmara Federal, do Senado, da Embaixada, dos Consulados, de Washington, do Departamento de Estado, da Praça da Sé, do Jockey Club, de universidades, de redações de jornal, bem como de América Latina, Hemisfério Ocidental, continente, “mundo livre”, União Soviética, países da cortina de ferro, Berlim, Moscou, Cuba, e assim por diante. As fontes orais falam de Passo Fundo, Bagé, Alegrete, Porto Alegre, Viamão, São Leopoldo, Carazinho, Selbach, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Marau, Espumoso, campanha, seminário, cozinha, capela, perau, escola, etc.

No segundo caso, a citação desses nomes – especialmente de cidades, distritos e localidades rurais que fazem parte do estado do Rio Grande do Sul – pode parecer de pouca importância para um leitor que não conhece onde eles se localizam nem tem idéia do tipo de comunidade sobre a qual se está falando. Para um leitor mais familiarizado com a história do Rio Grande do Sul, tais nomes delimitam não apenas uma localização espacial mas também um espaço cultural pois permitem pensar em diferentes estruturas sociais, econômicas e culturais, e também, em formas específicas da inserção histórica do catolicismo. Mas, mais do que isso, para leitores familiares e não familiarizados a estes lugares a citação dos mesmos permite ver que o imaginário anticomunista podia se constituir a partir de lugares e de fatos muito diferentes uns dos outros, de acordo com o grupo que se observa.

Tomando emprestada a estratégia utilizada por Bethania Mariani em artigo sobre a presença de notícias sobre o Brasil no *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa,<sup>703</sup> pode-se dizer que a citação de nomes desses lugares gaúchos – alguns dos quais tão distantes das preocupações do mundo acadêmico – mostra sutilmente que, para os sujeitos envolvidos, o anticomunismo - e a “história” - acontecia em torno desses lugares. Se a vida se dava aí, e, se para muitos, o contato com o mundo exterior à sua localidade era difícil, o anticomunismo também se manifestava nesse espaço, apesar de algumas referências à Rússia, à Cuba, etc. Esse universo povoado pelos entrevistados – e dentro do qual eles tentaram representar o comunismo e o anticomunismo – era, certamente, bem distinto daquele habitado por outros católicos que estavam envolvidos no mundo das disputas intelectuais a respeito dos mesmos temas e que habitavam em cidades maiores.

Assim, a comparação entre os indícios de espacialidade presentes nos dois conjuntos de fontes revela que os lugares que compõe o imaginário anticomunista de alguns não são os que compõe aquele de outros. Os dois conjuntos de fontes dão acesso ao anticomunismo na forma como ele atingia, para uns, a própria vida e para outros, a vida dos outros. As fontes orais permitiram captar o olhar de quem analisa a própria experiência. As diplomáticas mostraram um olhar que se preocupa com a experiência alheia, sem deixar claro – mas também sem conseguir esconder completamente – a própria.

## **10.6 - O anticomunismo no jogo das identidades**

A historiografia sobre anticomunismo tem falado com insistência na questão identitária mostrando como, a partir das denúncias sobre os comunistas e das imagens construídas sobre eles, certos grupos construía sua própria identidade e demarcavam seu próprio espaço. E o interessante é que várias pesquisas - com fontes, objetivos, delimitações espaciais e temporais diferentes - chegaram a conclusões parecidas sobre anticomunismo e processo identitário. Elas mostram o uso do anticomunismo por grupos que querem se fazer

---

<sup>703</sup> MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 31 a 42.

reconhecer pelos outros, garantir a coesão interna e passar uma certa mensagem que não diz respeito apenas ao combate do comunismo.

Em minha pesquisa de mestrado,<sup>704</sup> retratei a Igreja utilizando o anticomunismo para mostrar seu lugar de importância dentro de uma sociedade em processo de laicização e secularização. Azevedo viu o governo Dutra usando a construção da imagem do comunismo para justificar a continuidade e o reforço do aparato de segurança.<sup>705</sup> Molinari Filho concluiu que o jornal *O Estado de São Paulo*, criou o mito do comunismo para, em contraposição a ele, reforçar o seu próprio projeto político liberal.<sup>706</sup> O anticomunismo no Exército, segundo Ferreira, teria servido como o passaporte para a coesão interna da corporação e para a intervenção da mesma na cena política.<sup>707</sup> Dutra também fala de comunistas e anticomunistas se construindo uns em oposição aos outros, nas vésperas do Estado Novo.<sup>708</sup> A expressão “indústria do anticomunismo” foi utilizada por Sá Motta para designar a exploração vantajosa do medo do comunismo por indivíduos e instituições.<sup>709</sup> Com isso o autor está se referindo à manipulação oportunista do anticomunismo, o que, segundo ele, não acontecia com todos os anticomunistas.

Considerando a validade de tais análises, pode-se utilizar a mesma estratégia em relação aos dois conjuntos de fontes desta tese, pois é possível perceber em cada um deles a delimitação de espaços entre “nós” e “eles” e a atribuição de características específicas a cada um. A discussão sobre identidade tem um lugar importante dentro da história cultural. Segundo Pesavento, “a construção de uma identidade estabelece uma comunidade de sentido, dotada de uma força coesiva e transfiguradora do real. Em outras palavras, a identidade é uma construção imaginária que se apoia sobre os dados concretos do real e os reapresenta por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido”.<sup>710</sup>

Nas fontes orais, foi possível ver referências a situações nas quais as pessoas que fugiam de parâmetros considerados normais e naturais em certas comunidades eram

---

<sup>704</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*.

<sup>705</sup> AZEVEDO, Débora B. de. Op. cit.

<sup>706</sup> MOLINARI FILHO, Germano. Op. cit.

<sup>707</sup> FERREIRA, José Roberto Martins. Op. cit.

<sup>708</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. Op. cit.

<sup>709</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Op. cit.

<sup>710</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representações das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.4, dezembro de 1995, p. 115 e 116.



rotulados de comunistas: aqueles que eram “fora da religião” num lugar onde todos eram católicos, no dizer de Narciso; aqueles que tinham “formação da Rússia, da esquerda”, em contraposição a quem tinha a “formação da direita, da religião”, nas palavras de Gabriel; ou, na lembrança de Jandir a respeito do que diziam na comunidade onde ele nasceu, “aquele não foi à missa, logo, é comunista”. O mesmo entrevistado também contou que, nesse ambiente, comunista e anticlerical eram tratados como sinônimos. O contraponto disso seriam católicos praticantes, tementes a Deus e cumpridores de suas obrigações para com a Igreja.

Mas esse tipo de identificação não parece ter sido mais forte do que aquele que via o comunismo como algo muito distante, como um “outro” lugar. É o que se vê em formulações do tipo: “no comunismo era assim”. O mesmo Narciso, cujo comentário foi citado acima, também identifica o comunismo como “uma pessoa que só queria abraçar o mundo” e com isso ele não está se referindo a alguém que não ia à missa. Ou, ainda, Perciliana dizendo que “o comunismo era como um inferno”, e a irmã Ida contando que os padres “tinham medo de que o comunismo viesse para cá”. Quer dizer, ele estava em outro lugar.

Isso parece ter relação direta com a dificuldade de identificar quem eram os comunistas. Mesmo que tenham sido citados alguns exemplos de uso do rótulo para quem não estava ligado à Igreja, parece que, para a maioria dos leigos entrevistados, o comunismo estava situado em um “outro” lugar, não naquele em que as pessoas viviam, não no Brasil. Além disso, o comunismo era um sistema que não respeitava aquilo que essas pessoas consideravam mais sagrado. Não foi por acaso que, no conjunto das entrevistas, se destacaram os perigos comunistas relacionados à família, religião e propriedade. Isso diz muito sobre quem eram esses católicos entrevistados.

No caso dos padres, já foi feita referência à situação dos seminaristas lendo livros ou ouvindo histórias sobre a perseguição dos comunistas à Igreja e se identificando e solidarizando com leigos, sacerdotes, religiosos, bispos que estavam sendo vitimados na Rússia, no México, na Espanha e nos países da cortina de ferro em geral.

Nas fontes diplomáticas, por sua vez, pode-se captar um processo um pouco mais complicado que não se referia apenas a dois pólos, mas sim a três: “nós”, os norte-

americanos; “eles”, os brasileiros; “os outros”, os comunistas. A construção da identidade dos brasileiros se dava, entre outras coisas, pela avaliação da sua relação com os comunistas. Assim, as questões “quem somos nós” e “quem são os brasileiros” eram respondidas levando em conta a forma como cada grupo agia em relação aos “outros”, os comunistas.

Na identidade atribuída pelos funcionários norte-americanos aos comunistas aparecem elementos positivos e negativos. Os primeiros são relacionados à sua eficiência e por isso poderiam servir para justificar ações contra eles. Os segundos, serviriam para distinguir o bem do mal. Nas fontes diplomáticas os comunistas são persistentes; bem organizados (conseguem, por exemplo, apoio no Congresso e junto à opinião pública para seu projeto de anistia ampla); barulhentos (fazem mais “barulho” do que seria de se supor pelo seu número e com isso querem demonstrar ter mais votos e poder de influência do que realmente têm); infiltrados (nas redações dos jornais, nas Forças Armadas, na ala esquerda católica, no movimento estudantil); dissimulados (os congressos da paz eram apenas camuflagem para greves e a pregação da paz entrava em contradição com a política da União Soviética e com os teóricos do comunismo que defendiam a revolução violenta); provocadores de conflitos com polícia (como no caso das mortes ocorridas em Rio Grande); prontos a impedir a reabilitação econômica do país proposta por JK e o desenvolvimento dos países do “mundo livre”; sua atuação devia ser entendida dentro do quadro de uma conspiração mundial, etc.

Os brasileiros, por sua vez, são retratados como extremamente calmos e tolerantes, incapazes de ter uma noção real do perigo comunista. Essa incapacidade seria resultado da falta de estudo e de uma educação liberal, do desejo de tirar vantagens através dos votos dos comunistas, da falta de disposição de aprender com os exemplos dos outros e de aceitar ajuda deles, da fraqueza dos sentimentos “democráticos”, da falta de organização e de trabalho sistemático, da não valorização do princípio da livre iniciativa. Parece que a identidade dos brasileiros é construída em cima do que lhes falta e não do que eles são. E o que lhes falta é o que os norte-americanos são, é o que eles têm: lógica, organização, sistematicidade, consciência, boa educação, experiência, legislação, recursos humanos e

materiais, opinião pública desperta. Tudo isso aplicado ao combate ao comunismo mas não apenas a esse propósito.

Sendo o comunismo estigmatizado e elevado à categoria de mal supremo, então, os que o combatiam podiam se apresentar como os portadores de uma proposta político-ideológica ou sócio econômica mais viável. Seria, então, necessário mostrar o quanto o “inimigo” era poderoso, para que seus combatentes também tivessem grandeza. Eliana Dutra faz uma reflexão nesse sentido, ao comentar como os anticomunistas admitiam e valorizavam as qualidades de seus opositores: “é claro que a valorização do inimigo acaba por valorizar quem o combate; entretanto não se pode desconhecer que aí existe um certo fascínio pelo oponente.”<sup>711</sup>

Mas, ao mesmo tempo em que se percebe esta lógica - de valorização do inimigo - nas fontes também é possível captar indícios do contrário. Retomo, no caso dos católicos, a frase de Carino: “se combatia o comunismo apesar de não existirem comunistas”. Ou dito em outras palavras, se temia o comunismo mesmo que não se soubesse exatamente o que ele era, ou que não se conhecesse ninguém - com exceção de Prestes - que fosse comunista. No caso norte-americano, se combatia o comunismo – e se criticava o anticomunismo brasileiro por sua ineficiência - apesar das análises que mostravam que o partido comunista era fraco. O poder do imaginário anticomunista parecia ser tamanho que mesmo com poucas informações, o perigo do comunismo gerava medo pois ele ganhava corpo em outros perigos. Mas esta força também poderia ser uma fraqueza.

### **10. 7 - Anticomunismo católico no Brasil e nos Estados Unidos**

Apesar das formas diferentes pelas quais se teve acesso nesta pesquisa ao anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil, é possível fazer algumas comparações. No primeiro caso, as informações foram retiradas de um pequeno número de textos; no segundo, além da pesquisa empírica, há que se levar em conta uma historiografia que já tem um certo porte. Os elementos a serem considerados são os seguintes: a avaliação norte-americana sobre o anticomunismo católico brasileiro; a relação entre a doutrina social

---

<sup>711</sup> DUTRA, Eliana. Op. cit., p. 63.

católica e o americanismo; o tema da perseguição à Igreja; o papel da imprensa católica e os universos habitados por seus destinatários; a clivagem entre católicos conservadores e progressistas; o catolicismo e os imigrantes; e o anticomunismo, as elites, as pessoas comuns e a possibilidade de estudos de recepção sobre este fenômeno.

Nas avaliações norte-americanas aparece a expectativa de ver a Igreja atuando de forma mais eficiente para combater o comunismo e, assim, interferindo “positivamente” na política, mas na época em que aumentaram as preocupações em relação à esquerda católica, tal interferência já era vista com cautela, como no exemplo do arcebispo d. Mota, criticado por não se preocupar apenas com temas morais, mas por adentrar naqueles econômicos, políticos, ideológicos e, pior do que isso, por utilizar em suas análises, expressões reconhecidamente esquerdistas ou até comunistas.

Mas, também é possível ver uma incompatibilidade mais profunda entre o americanismo e o catolicismo. A leitura das encíclicas que tratam da posição da Igreja frente à questão social - *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Mater et Magistra* - pode revelar uma grande distância entre uma concepção econômica e social que propunha a cooperação entre patrões e empregados, entre pobres e ricos, e os fundamentos do *American way of life*, nos quais a competição e a busca do enriquecimento eram vistos como valores a preservar e como motores do progresso e não como problemas a combater. Isso não significa que a Igreja, ao criticar o capitalismo o fizesse de forma tão taxativa quanto fazia em relação ao comunismo. As críticas eram certamente muito mais brandas e voltadas para os exageros do sistema, sistema no qual a Igreja poderia atuar com liberdade, manter suas propriedades e participar do jogo político. O comunismo, como Pio XI diz na *Divini Redemptoris*, era intrinsecamente mau e com ele não era possível conviver.

Um exemplo das críticas ao capitalismo pode ser retirado da pregação de D. João Becker, analisada por Isaia. Falando sobre como o arcebispo de Porto Alegre via o papel do catolicismo na salvação nacional, Isaia explica que “a idéia liberal de livre concorrência como fundamento da criação humana e como impulsionadora do progresso era substituída pelo princípio do trabalho integrado, da interdependência das partes do ‘corpo social’, na criação de um parâmetro de existência acorde com a ordem natural e seu criador”.<sup>712</sup> Dentro

---

<sup>712</sup> ISAIA, Artur Cesar. Op. cit., p. 167.

desse quadro o *American way of life* era diretamente atacado. Ele era visto como um resultado do avanço capitalismo que dá origem a “uma era dominada pela mecanização, pelo primado da técnica capaz de acelerar o processo de laicização em curso.”<sup>713</sup> E além disso, “a tecnologia norte-americana era apreendida como aliada natural do ‘bolchevismo’ no seu afã de destruir os alicerces da sociedade cristã ocidental”.<sup>714</sup>

Até que ponto, a interpretação das encíclicas trazia problemas para os católicos norte-americanos que queriam se integrar na sociedade é uma questão que o material analisado não permite responder. Mas, um indício desses problemas foi citado no capítulo 8, quando se disse que nos anos 30, os católicos norte-americanos estavam mais preocupados que os não católicos com a expansão do comunismo e que isso se devia à concepção de que o liberalismo era o pai do comunismo.

Foi possível constatar que o tema da perseguição à Igreja no México e na Espanha mobilizava os católicos - especialmente ao nível das elites (a hierarquia, a imprensa, o clero) - nos dois países. A semelhança parece vir do fato de que tanto aqui quanto lá eram levadas à frente campanhas desencadeadas pelo Vaticano, de onde saíam as diretrizes básicas para o combate ao comunismo. Em cada país essas diretrizes podiam ganhar uma dimensão diferente, ou variadas dimensões. Se, nos Estados Unidos, os católicos eram uma minoria que se sentia marginalizada, no Brasil - e muito mais nas comunidades onde viviam as pessoas entrevistadas - a instituição tinha um lugar garantido ao lado do poder, na imprensa, entre a população. A doutrina católica - e, para a época, seria melhor falar em Doutrina Social da Igreja - era um elemento unificador, tanto porque ela dava os elementos para que a intelectualidade católica pensasse sobre a questão social, a pobreza e a riqueza, as relações entre as classes, as posturas em relação ao capitalismo e ao socialismo e/ou comunismo, quanto porque a estrutura de mando dentro da Igreja era extremamente verticalizada e só com muito conflito era possível eleger certas questões como problema independente da vontade expressa pela hierarquia.

A imprensa católica estava presente nos dois universos. Nos Estados Unidos parece ter havido um número maior do que no Brasil de jornais, além dos boletins diocesanos. Os destinatários desses periódicos viviam em sociedades muito diferentes. Parece ser possível

---

<sup>713</sup> Idem, p. 170.

afirmar que havia uma distância muito maior entre os católicos dos Estados Unidos e os do Rio Grande do Sul, do que entre os católicos e os não católicos norte-americanos. Apesar da “mentalidade de gueto” e levando em conta as possíveis diferenças entre padrões de vida dos católicos nos Estados Unidos, eles viviam numa sociedade que lhes proporcionava conforto, amplo acesso aos meios de comunicação, expectativas crescentes de enriquecimento, etc. O grupo dos entrevistados viveu na mesma época em outro mundo, marcado pelas distâncias, em alguns casos pela pobreza, pelo contato limitado com o mundo ao seu redor, com o acesso muito restrito ao jornal e rádio. A televisão e o rádio e o seu uso nas campanhas anticomunistas, por exemplo, não fizeram parte das experiências de juventude dessas pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. A disponibilidade de veículos que a Igreja podia utilizar para sua campanha anticomunista parece ter sido muito maior lá do que aqui.

Outro elemento de comparação são as disputas internas no que se refere ao anticomunismo. Os textos aqui utilizados defendem que tais disputas foram muito intensas nos Estados Unidos. Em alguns deles, escritos por autores ligados à Igreja e/ou publicados em revistas que de alguma forma revelam o mesmo perfil, percebe-se uma ênfase na questão da divisão havida entre os católicos em relação ao macartismo. Essa parece ser uma estratégia para responder às acusações da Igreja ter apoiado o senador e sua caça às bruxas, acusação que deve ter sobrevivido à queda de McCarthy.

Tendo em vista a necessidade de se libertar desse rótulo, alguns historiadores passaram a enfatizar as divergências entre católicos liberais e conservadores, apesar deles admitirem que os segundos eram em maior número e suas posições tinham mais publicidade que a dos liberais. É o caso do texto já citado de Robert Frank que faz um esforço muito grande para defender a hipótese de que não havia uma posição oficial da Igreja a favor de McCarthy. Contudo, o conjunto dos dados empíricos que o autor apresenta dificilmente permite que o leitor acredite na hipótese. De qualquer forma, e levando em conta as evidências trazidas pelos textos citados, parece que nos Estados Unidos a divisão entre “direita” e “esquerda” na Igreja se manifestou num período anterior ao que aconteceu no Brasil.

---

<sup>714</sup> Idem.

No caso brasileiro, os documentos expedidos pelos postos diplomáticos narram o surgimento de grupos de católicos “progressistas” ou “esquerdistas”, na forma como os funcionários norte-americanos viam esse processo. A historiografia sobre Igreja Católica no Brasil mostra como o final da década de 1950 e o início da seguinte foram marcados por experiências que diferiam significativamente das tradicionais, corporificadas por grupos da Ação Católica como a JUC; em atividades voltadas à sindicalização rural; à luta contra o analfabetismo; à participação no movimento estudantil; à preocupação com os problemas causados pela estrutura agrária brasileira e pela necessidade da reforma agrária. Muitos dos processos em curso - que foram descritos por historiadores como Thomas Bruneau - não foram captados pelos funcionários da diplomacia. Eles não perceberam, por exemplo, que a “ala esquerda” da Igreja não era apenas formada por um grupo ligado ao PDC, pela JUC, pelo arcebispo de São Paulo, pelo jornal *Brasil Urgente*. Não se referiram em momento algum nos documentos analisados à CNBB, que teve papel decisivo na abertura de espaço para que grupos com idéias progressistas pudessem ter atuação e espaço dentro da Igreja. Não viram que o “esquerdismo” se espalhava por outros estados e não apenas por São Paulo. Esse “esquerdismo” foi descrito por algumas das pessoas entrevistadas, nas referências, por exemplo, às discussões que aconteciam dentro do Seminário de Viamão, ou às reuniões que padre Firmino fazia com os estudantes secundaristas em Bagé. De qualquer forma, é possível dizer que os norte-americanos conseguiram captar elementos de um processo que ganhava corpo na Igreja Católica.

Se a historiografia sobre o catolicismo nos Estados Unidos tende a situar as disputas anticomunistas ao nível das elites, a presente tese mostrou que as disputas se dão de formas diferentes entre as elites e as “pessoas comuns”, na medida em que penetrou nas representações construídas por essas últimas. Índícios esparsos mostraram que, também nos Estados Unidos, a população imersa na cultura da guerra fria podia não se sentir tão afetada ou mobilizada pelo anticomunismo, podia ter dúvidas ao explicar o que era o comunismo, poderia trazer marcas do temor em relação a ele, mas também poderia ter passado por aquela época preocupando-se com outras coisas. A dificuldade de se expressar sobre esse “tal de comunismo” parece não ter sido sentida apenas pelos meus entrevistados.

Nesse sentido, há indícios da recepção do anticomunismo nos Estados Unidos - ou, mais precisamente, de como a massa dos fiéis católicos se posicionava em relação ao anticomunismo e ao macartismo - que são trazidos pela análise de pesquisas de opinião feitas especialmente por ocasião de eleições presidenciais. O estudo de Crosby, por exemplo, tem um capítulo cujas fontes são pesquisas de opinião, no qual ele apresenta e analisa percentagens referentes aos católicos. O próprio autor faz ressalvas ao tipo de conclusões que poderiam ser tiradas dessas pesquisas e procura cruzar as mesmas com outras que tenham preocupações mais locais e que levem em conta não só a religião mas também o nível de escolaridade, de renda, filiação partidária, idade, etc. A própria presença constante de questões sobre comunismo/ anticomunismo em pesquisas de opinião em períodos eleitorais nos Estados Unidos poderia ser um elemento de análise. Ou seja, não analisar apenas quais foram as respostas dadas, mas o constante aparecimento de perguntas sobre esses temas e o discurso presente nas próprias perguntas.

A questão da imigração está presente nas duas realidades, mas têm contornos diferentes. Se os católicos nos Estados Unidos se sentiam marginalizados e oscilavam entre tentativas de integração e posturas de isolamento, no caso do sul do Brasil, houve críticas sobre o isolamento e o abandono a que imigrantes foram submetidos no início do processo de imigração e colonização. Mas, no período estudado, isso não parece ter sido um problema, pois as comunidades de imigrantes já estavam constituídas e era possível, inclusive, isolar aqueles que nelas não se enquadrassem, como os que não eram católicos ou que não eram imigrantes, como era o caso dos negros. No caso do clero, já estava colocada uma tradição que dizia que os não-imigrantes representavam um campo de trabalho mais árduo. Olhando a questão do isolamento por outro ângulo, pode-se dizer que a vida no universo rural produzia formas específicas de isolamento em relação ao mundo externo, mas isso não é lembrado hoje como algo essencialmente negativo.

#### **10. 8 - Balanço da utilização das fontes e da construção da narrativa**

Fazendo um balanço dos assuntos tratados durante as entrevistas, pode-se constatar que as falas sobre comunismo e anticomunismo ocuparam um espaço bem pequeno. Isso foi,



possivelmente, resultado da adoção de uma abordagem indireta sobre o tema. Assim, a narrativa começou a ser tecida a partir de pequenos excertos que diziam respeito a comunismo/ anticomunismo. Na organização da narrativa, procurei fugir de extremos como o de “deixar as fontes falarem” por si ou o de “desmanchá-las” totalmente no seio do discurso analítico. As estratégias utilizadas para isso foram chamar a atenção sobre a forma como essas falas tinham entrado na conversa entre entrevistadora e entrevistados; deixar clara a relação que poderia existir entre as várias entrevistas, e também a relação dos excertos citados com os problemas de pesquisa.

Houve ainda um grande cuidado com a individualidade de cada entrevistado. Eles e elas foram introduzidos na narrativa com o auxílio de alguns dados que poderiam situar suas trajetórias particulares e ao mesmo tempo sua relação com comunidades mais abrangentes. Houve a tentativa de tornar essas pessoas familiares ao leitor, através da apresentação inicial, do uso do primeiro nome para se referir a elas, da delimitação de um número não muito grande de depoentes (várias entrevistas realizadas não foram utilizadas); e da estratégia de retomar e até repetir certas falas em diferentes momentos da narrativa, quando estavam sendo analisadas diferentes questões.

A mesma preocupação orientou o uso das fontes diplomáticas. Procurou-se explicitar qual era o ambiente onde os relatos eram elaborados; que tipo de informação eles usavam como fonte; no seio de quais discussões aparecia a avaliação sobre o anticomunismo. Da mesma forma, optou-se por utilizar um número de documentos reduzido em relação ao conjunto de documentos pesquisados. A apresentação dos excertos levava em conta o documento como um todo, a relação dele com outros documentos e o desenvolvimento de um determinado raciocínio dentro da narrativa, com passos bastante demarcados. Também foi utilizada a estratégia de retomar citações feitas em capítulos da primeira parte, para usá-las em outras análises na terceira parte a qual propôs reflexões mais profundas sobre elementos que tinham sido expostos anteriormente.

Outro elemento que pode ser retomado é o *status* que foi atribuído - ao longo da narrativa - ao conteúdo trazido por cada conjunto de fontes. Procurei explicitar e explorar as características de rememoração e de reflexão presentes nas fontes orais, admitindo que as falas trazem tanto lembranças quanto análises sobre lembranças, elementos que em alguns

momentos podem ser discernidos uns dos outros e que em outros momentos estão extremamente mesclados. O binômio rememoração/ reflexão revela, em certa medida, o “funcionamento” da memória e faz lembrar o uso que Alistair Thomson faz da categoria de “composição”.<sup>715</sup> Para o autor, a memória é um processo de composição que se dá em dois sentidos: o primeiro diz respeito ao processo de construção das reminiscências.

“A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memória escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a ela são coisas que mudam com o passar do tempo”.<sup>716</sup>

O segundo sentido da composição que Thomson aponta é aquele da “necessidade de compor um passado com o qual podemos conviver”,<sup>717</sup> o que tem relação com a questão da identidade pois, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”.<sup>718</sup>

Com base nisso procurou-se distinguir falas que eram reflexões feitas ao longo da vida, outras que pareciam ser lembranças mais “puras” e, também, a imagem que as pessoas entrevistadas tentavam passar de si para mim. Cito dois exemplos disso. Um deles foi a necessidade que percebi em alguns entrevistados da região da Campanha de mostrarem que seus pais - especialmente suas mães - eram católicos, apesar de não freqüentarem a Igreja. O fato de eu ter escolhido essas pessoas para entrevistar e que elas tenham sido indicadas por um padre, as colocava na categoria de “católicos praticantes”. Nessa categoria não faria muito sentido ter pais pouco devotos. Outro exemplo pode ser tomado de entrevistas feitas

---

<sup>715</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: *Projeto História*, São Paulo, (15), abril 1997, p. 51-71.

<sup>716</sup> Idem, p. 56 e 57.

<sup>717</sup> Idem.

<sup>718</sup> Idem.

com padres, onde houve uma constante mistura entre lembranças sobre o medo do comunismo, reflexões retiradas de leituras sobre isso e, em alguns casos, um certo constrangimento frente a essa postura da Igreja que já há algumas décadas passou a ser considerada “conservadora”.<sup>719</sup>

No caso das fontes diplomáticas, foi possível ver o conteúdo delas transitando entre informações e avaliações. Em alguns momentos foi possível distinguir esses dois aspectos e, em outros, não. E o jogo das identidades não se construía em relação a uma pesquisadora mas sim em relação aos destinatários das correspondências e aos lugares ocupados pelos funcionários nessa região de “fronteira” entre dois países e duas culturas. Aí se construíam as identidades acima exploradas sobre os norte-americanos, os brasileiros, os comunistas e também sobre os funcionários do CDNA.

---

<sup>719</sup> Não cheguei a apresentar essas falas, mas houve dois casos em que padres falaram a respeito de terem sido acusados de ser comunistas. Os entrevistados pareciam satisfeitos ao narrar isso. Talvez o relato de tal acusação poderia impedir que eu os visse como “conservadores”.

## **Considerações Finais**

Partindo da preocupação em compreender o fenômeno do anticomunismo através da ótica daqueles que eram alvo da sua pregação ou que eram por ele atingidos, a presente pesquisa lidou com dois grupos de sujeitos, cujos registros de recepção do anticomunismo puderam ser captados em dois tipos de fontes: funcionários dos postos diplomáticos norte-americanos atuando no Brasil entre 1945 e 1964, interpelados a partir da correspondência trocada com o Departamento de Estado em Washington; e um grupo de católicos (leigos e clero) entrevistados no estado do Rio Grande do Sul sobre suas lembranças a respeito do mesmo tema no mesmo período.

Foi realizada uma experiência de estudar este fenômeno histórico pela ótica da sua recepção. Isso significou pressupor que no anticomunismo - entendido como um conjunto de ações e de representações centradas no combate sistemático ao comunismo - pudessem ser distinguidos momentos de produção e de recepção, bem como indivíduos e grupos mais ou menos associados a cada um desses momentos. Sem desconsiderar a questão do diálogo, interlocução ou intercâmbio entre aqueles que ocupavam funções e/ou tinham poder para elaborar e difundir discursos anticomunistas e aqueles que ouviam os mesmos ou eram tomados como seus destinatários, foram buscadas formas de interpelar indivíduos e grupos que ocuparam esta última posição. Interessava saber como aquele amplo conjunto de iniciativas de combate ao comunismo levadas a efeito no período em questão, mas não só nele, repercutia entre os dois grupos: se ele fazia parte do dia-a-dia e de que forma, se ele gerava medo, se motivava para a ação, se ganhava novos conteúdos e contornos, etc. Nesse esforço, procurou-se confrontar tais experiências com aquilo que já havia sido estudado

sobre o fenômeno (que pode ser enquadrado no campo da produção e divulgação do mesmo), mas também entre diferentes formas de recepção.

Tendo em vista o problema central de pesquisa e as possibilidades de inquérito oferecidas pelas fontes diplomáticas, foi possível analisar como os funcionários norte-americanos que atuavam no Brasil entre 1945 e 1964 avaliavam as campanhas anticomunistas em curso no país. Tais campanhas foram atentamente acompanhadas, registradas, analisadas e relatadas aos superiores no Departamento de Estado que, dessa forma podiam estar cientes de como se travava no Brasil essa luta: quais eram as instituições e grupos que desenvolviam atividades anticomunistas, como os partidos políticos e suas lideranças de maior destaque se posicionavam frente à questão, como ela repercutia no sindicalismo e no movimento estudantil, de que forma a polícia agia, como a imprensa e a Igreja participavam desse processo, etc.

As correspondências analisadas trouxeram contribuições para o mapeamento desse tipo de ações, mas foram ainda além disso pois permitiram captar uma avaliação crítica em relação a elas. O anticomunismo que pode parecer extremamente organizado e presente na sociedade brasileira para um historiador que se confronta com vestígios dele na imprensa, por exemplo, ganha nova dimensão quando visto pelas lentes destes funcionários norte-americanos. Ele aparece como um “anticomunismo defeituoso”, cheio de lacunas e imperfeições. O quadro desenhado é mais ou menos esse: os brasileiros em alguns momentos se excedem no combate - especialmente a polícia, mas também alguns órgãos da imprensa - e em outros são muito tolerantes. Os grupos que reconhecidamente desenvolvem atividades anticomunistas não têm um trabalho sistemático. Parecem atuar apenas em momentos de emergência, como é o caso da véspera das eleições. Depois delas se desarticulam. Os partidos utilizam argumentos anticomunistas quando lhes interessa e podem, a qualquer momento, aceitar apoio e votos dos comunistas.

Este quadro é explicado com o auxílio de certas qualificações atribuídas aos brasileiros: seu oportunismo, que se manifesta em todas as esferas da vida e não só a política; sua extrema calma e tolerância, que não lhes permite calcular a extensão do perigo comunista; a falta de conhecimento a respeito de tal perigo e a negativa de aprender com as lições dos outros; uma educação fraca, tanto das lideranças políticas ou dos intelectuais,

quanto da população em geral. Além disso, são apontadas a falta de uma estrutura oficial de combate ao comunismo - uma legislação, específica, por exemplo - e a falta de firmeza e exemplo da Presidência da República.

As fontes orais permitiram levantar outros elementos. Por meio delas foi possível saber que entre os católicos - a maioria dos quais passou sua infância na zona rural e hoje habitam cidades pequenas ou médias em duas regiões diferentes do Rio Grande do Sul - o medo do comunismo era um sentimento presente no dia-a-dia. Para aqueles que viveram em comunidades habitadas majoritariamente por descendentes de imigrantes europeus, onde a presença do catolicismo e da figura do padre era e ainda é muito forte, as informações a respeito do perigo representado pelo comunismo chegavam por intermédio desse ou pela leitura do jornal católico. Aquelas pessoas que viveram em regiões nas quais a Igreja não tinha muita penetração também lembram da pregação anticomunista, mas ela não estava necessariamente ligada à figura do padre. Poderia chegar por meio do jornal, de disputas políticas ou de pessoas “mais entendidas”.

Na memória desses indivíduos ficou registrado o caráter maléfico do comunismo e também seus principais alvos: a família, a religião, a propriedade. Parte deles lembrou ter sentido medo do comunismo, outros lembraram do que se falava mas afirmaram não ter sentido medo. A maior parte dos católicos entrevistados revelou dificuldades em se expressar sobre o tema, não conseguindo explicar o que era o comunismo ou lembrando de não ter clareza sobre isso no passado. Em muitos casos, a estratégia para resolver tais dificuldades foi a de relacionar o medo do comunismo ao medo sentido em outras situações como no período da Segunda Guerra, na campanha de nacionalização do Estado Novo, em lembranças ou vivências a respeito de movimentos armados locais ou nacionais.

O comunismo se apresentou como algo distante, que poderia chegar às localidades onde as pessoas viviam. Ele poderia estar situado na Rússia ou em países onde a Igreja era perseguida, como no México e na Espanha. Se configurava especialmente na figura de Luiz Carlos Prestes. Parecia não ter outros representantes no país, no estado ou nas localidades onde as pessoas moravam. O rótulo de comunista poderia, às vezes, ser utilizado para designar inimigos políticos ou pessoais ou ainda para se referir a pessoas com posicionamentos anticlericais.

Aquelas atividades anticomunistas registradas nas fontes diplomáticas parecem ter atingido de forma muito limitada as pessoas entrevistadas. Com a exceção de alguns representantes do clero, entre essas pessoas não foi possível captar avaliações sobre as práticas anticomunistas da Igreja ou de outros grupos. Alguns padres falaram a respeito do costume de se exagerar nas críticas ao comunismo, ou do uso de certas orações especialmente para este combate, como aquelas a São Miguel Arcanjo e à Nossa Senhora de Fátima, ou das diferentes formas de encarar o comunismo na Rússia e em Cuba. Mas isso não chegou a se constituir numa avaliação do anticomunismo católico, nos moldes daquilo que se conseguiu extrair das fontes diplomáticas.

As leituras diferentes dos grupos sobre o anticomunismo foram resultado do tipo de pergunta que foi possível fazer às fontes, dos universos culturais diferentes habitados pelos dois grupos, e também das relações que eles mantinham com o tema. Cada leitura esteve embasada num conjunto de pressupostos.

Quando os norte-americanos falavam sobre o perigo do comunismo revelavam preocupações situadas dentro dos quadros da disputa mundial entre Estados Unidos e União Soviética, do papel do Brasil na manutenção da hegemonia norte-americana no continente, da defesa dos interesses econômicos e de um modo de vida. Apesar de perceberem que a força do partido comunista no Brasil era bastante limitada e seu número de adeptos era pequeno, os norte-americanos se preocupavam com a difusão de idéias críticas ao seu próprio país, ao capitalismo, à livre iniciativa, ao capital internacional e prestavam atenção aos diversos grupos que, na sociedade brasileira, defendiam a presença maior do Estado na regulamentação da economia e a busca de justiça social. Em meio a isso, foi possível perceber que as críticas ao comunismo se estendiam àqueles indivíduos ou grupos que assumiam uma postura anti-americanista.

O perigo do comunismo entre os católicos era outro. As pessoas entrevistadas destacaram a perseguição à Igreja, a destruição dos laços familiares, a repartição das propriedades. Esses perigos são centrais no anticomunismo católico na forma como ele se apresentava em encíclicas papais, cartas pastorais, produções da intelectualidade e da imprensa católica. Instituído uma visão de mundo materialista, o comunismo despojaria os seres humanos de suas características espirituais, trataria direitos considerados naturais - a

propriedade, o pátrio poder, o casamento - como contratos que poderiam ser facilmente desfeitos. O materialismo não seria, no entanto, característica apenas do comunismo. Sua presença cada vez mais disseminada nas sociedades capitalistas era vista como uma preparação do caminho para a tomada do poder pelos comunistas.

Assim, para cada grupo, o comunismo representava diferentes perigos. Isto também está relacionado com o universo cultural que eles habitavam e com as preocupações com as quais eles lidavam. Nas entrevistas com alguns padres foi possível ver a forte presença de lembranças relacionadas à perseguição dos comunistas à Igreja na Rússia, no México e na Espanha, tema explorado especialmente na época em que eles, como adolescentes ou jovens, freqüentavam o seminário. Eles tiveram, nessas situações, que se confrontar com as diferenças entre catolicismo e comunismo e com as situações concretas de conflito entre os dois campos. O seminário pareceu ter sido um lugar onde tais temas eram tratados, havendo ou não possibilidade de debate sobre eles. Ao longo dos anos de trabalho como sacerdotes, os mesmos temas voltavam a tona. E era preciso orientar os fiéis em relação a eles. Os leigos que foram entrevistados, por sua vez, não tiveram necessariamente que se confrontar com os temas comunismo/ anticomunismo e se posicionar frente a eles. Os funcionários norte-americanos, no entanto, trabalhavam no seu dia-a-dia com o acompanhamento das ações comunistas e das anticomunistas. Tinham obrigação de pensar a respeito delas.

As sociedades nas quais essas pessoas nasceram e foram criadas eram também muito diferentes uma da outra. Os funcionários norte-americanos que atuavam no Brasil podiam sentir as diferenças - e muitas vezes se espantavam com elas. Mas, eles se espantariam ainda mais se tivessem tido contado com as comunidades nas quais viviam as pessoas que foram entrevistadas, que pareciam ter pouca semelhança com o ambiente das capitais brasileiras nas quais os funcionários circulavam. Eles tinham como parâmetro a sociedade norte-americana da Guerra Fria com seu enorme surto de prosperidade, com uma forte e organizada presença do anticomunismo, com o revivimento da crença na religião e na autoridade, com uma visão de superioridade cultural frente aos outros povos. A esmagadora maioria dos católicos entrevistados nasceu na zona rural, tinha dificuldade de acesso a meios de comunicação, de locomoção e à escola. Parte deles viveu em comunidades que tinham



como centro a Igreja, o que podia significar um universo mental muito marcado pelo catolicismo.

Neste duplo movimento - sistematização de leituras sobre o anticomunismo e explicitação dos processos que as tornaram possíveis - perceberam-se algumas facetas novas deste fenômeno:

- o vigor da propaganda anticomunista, que nós historiadores temos captado em nossas pesquisas, precisa ser relativizado. As entrevistas revelaram que muito pouco do que foi divulgado atingiu as “pessoas comuns” ou ainda que as atingiu de forma indireta, na medida em que o medo do comunismo se mesclava a outros medos que podem ter sido maiores e mais significativos que ele. Aqui, apareceu a necessidade de estudos sobre medos coletivos muito específicos da região sul do país, especialmente aqueles relacionados à campanha de nacionalização - sobre os quais existem já alguns trabalhos - e aqueles criados em torno de movimentos armados, desde a Revolução Farroupilha até a Constitucionalista;
- a organização do anticomunismo pode ser melhor explorada e dimensionada quando se fazem pesquisas comparativas. Isso permite levantar questões referentes à legislação, grupos de ativistas e relações entre eles, estrutura de distribuição de propaganda, participação dos poderes públicos, articulações nacionais e internacionais, etc.;
- o anticomunismo de origem norte-americana não era apenas uma estratégia de dominação do Brasil e dos países da América Latina. Ele mantinha relações muito íntimas com o americanismo e ele tinha uma organização “exemplar” naquele país, a qual servia de modelo para que os funcionários dos postos diplomáticos avaliassem o anticomunismo brasileiro;
- o anticomunismo é um tema que pode ser observado sob ângulos muito diversos e seu estudo pode ir muito além de explicar porque comunistas foram alvo de perseguições ou campanhas difamatórias, ou ainda de averiguar se as denúncias eram verdadeiras ou não (o que também teria sua importância). Ele pode falar a respeito de política, cultura e sociedade, religião.

Além disso, ele pode ser observado em dimensões internacionais, nacionais, regionais, locais e a conjugação dessas diferentes escalas pode trazer uma série de novidades. Aqui, foi feita uma experiência de comparação entre os extremos dessa escala - o internacional e o local. Mas, será o anticomunismo norte-americano mais “internacional” que

o católico? Será o medo sentido por Narciso, Perciliana, Ida, Firmino mais “local” do que o sentido pelo cidadão norte-americano?

## **Fontes orais**

### **1 - Entrevistas citadas na tese**

- 1 - Alceu Salomoni, 22 de setembro de 1999, Pelotas;
- 2 - Calista Alves Machado (Iaiá), 9 de junho de 2000, Bagé;
- 3 - Camila da Silva Pelupa, 9 de junho de 2000, Bagé;
- 4 - Carino Corso, 30 de agosto de 1997, Passo Fundo (Entrevista conduzida por Márcia do Nascimento);
- 5 - D. Laurindo Guizzardi, 16 de dezembro de 1999, Bagé;
- 6 - Gabriel Mocelin, 22 de abril de 1999, Passo Fundo;
- 7 - Horacil Dutra, 9 de junho de 2000, Bagé;
- 8 - Irmã Ida Maria Carlesso e Dorvalina Peres Viana, 16 de junho de 2000, Santana do Livramento;
- 9 - Irma Saenger Ribeiro e Nelso da Silva Ribeiro, 15 de junho de 2000, Alegrete;
- 10 - Jandir Zanotelli, 23 de setembro de 1999, Pelotas;
- 11 - José Abraão Rigo, 8 de agosto de 1997, Marau (Entrevista conduzida por Márcia do Nascimento);
- 12 - Maria Neiva Vaz Huber e Augusto Ludovico Huber, 8 de junho de 2000, Bagé;
- 13 - Narciso Tesser, 8 de agosto de 1997, Marau (Entrevista conduzida por Márcia do Nascimento);
- 14 - Nelsy Elli e Cláudio Utzig, 26 de maio de 1999, Carazinho;
- 15 - Pe. Firmino Dalcin, 08 de junho de 2000, Bagé;
- 16 - Pe. Firmino Dalcin, 15 de dezembro de 1999, Bagé;
- 17 - Pe. Guerino Parizotto, 25 de julho de 1997, Passo Fundo;
- 18 - Pe. Holmes Conzatti, 15 de junho de 2000, Alegrete;
- 19 - Pe. João Gheno Netto, 4 de maio de 1999, Carazinho;
- 20 - Pe. Moisés Mocelin, 22 de abril de 1999, Passo Fundo;
- 21 - Pe. Nelson Tonello, 13 de julho de 1998, Passo Fundo. Entrevista foi complementada por uma carta enviada por pe. Nelson para Carla Simone Rodeghero em 28 de outubro de 2000;
- 22 - Perciliana da Costa Motta e Vitalina da Costa Ribeiro, 15 de junho de 2000, Alegrete.

## **2 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa e não citadas na tese**

Nem todas as entrevistas realizadas foram utilizadas na redação da tese. A seleção se deu levando em conta o espaço a ser utilizado para a discussão da recepção do anticomunismo católico, mas também considerando o tipo de contribuição que as entrevistas traziam para a construção da narrativa. Tentou-se evitar a apresentação de um número exagerado de depoimentos e, ao mesmo tempo, tornar os entrevistados citados familiares aos leitores, de tal forma que as contribuições deles fossem analisadas com a devida profundidade e se voltasse a elas em diferentes momentos da tese.

As entrevistas que não foram usadas na tese, no entanto, não traziam elementos contraditórios ao que foi apresentado. Poderiam apenas servir de reforço ao que foi dito. Houve casos, todavia, em que não foi possível realizar a transcrição das entrevistas e outros nos quais a discussão travada com a pessoa desviou-se por demais do tema da recepção do anticomunismo. Mesmo assim, pode-se dizer que o conjunto das entrevistas e a experiência de realizá-las foram levados em consideração na elaboração da tese, mesmo que algumas delas não tenham sido citadas. Por causa da importância do conjunto, apresento os dados de tais entrevistas.

- 1 - Camila da Silva Pelupa, 9 de junho de 2000, Bagé;
- 2 - Carlos Marczyk, 15 de junho de 2000, Alegrete;
- 3 - Elza Gonçalves Serpa, 16 de junho de 2000, Santana do Livramento;
- 4 - Evangelista Torres, 22 de setembro de 1999, Pelotas;
- 5 - Irmã Lídia Bernardi, 16 de junho de 2000, Santana do Livramento;
- 6 - Marília Loguércio, 15 de dezembro de 1999, Bagé;
- 7 - Nilse Rocha Oliveira, 15 de junho de 2000, Alegrete;
- 8 - Otto Carvalho Filho, 8 de junho de 2000, Bagé;
- 9 - Pâmela Mary Bond Vieira, 16 de junho de 2000, Santana do Livramento;
- 10 - Sílvio Petry, 30 de maio de 1999, Carazinho.

## Fontes diplomáticas

A pesquisa foi realizada nos *National Archives and Records Administration*, College Park, Maryland, EUA. Foram consultados documentos do *Record Group 59*, Arquivo Central do Departamento de Estado norte-americano, contendo correspondências emitidas pelos postos diplomáticos e consulares instalados no Brasil (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal, Belém e Brasília) e enviadas a Washington. Foram selecionadas as correspondências emitidas entre 1945 e 1964 e classificadas como *political affairs* e/ou *communistic activities*.

Os documentos referentes ao período de 1945 a 1962 encontram-se organizados em um sistema denominado *Decimal File* e até 1959 foram encontrados na forma de microfilme. Neste sistema, os documentos estão agrupados em conjuntos que abrangem alguns anos, e dentro de cada período em assuntos. Serão descritos, abaixo, os rolos consultados para cada período, e os respectivos assuntos.

1 - De 1945 a 1949 (M1492) - rolos 1, 2, 3, 4 e 13 - *Political affairs*; rolos 14, 15, 16, 17 - *communistic activities*. Em anexo, encontra-se cópia das páginas iniciais do Guia relativo a este período (*Publication Number M1492*)

2 - De 1950 a 1954 (M1487) - rolos 1, 2, 3 e 4 - *Internal political affairs and nacional defense affairs*;

3 - De 1955 a 1959 (M1511) - rolos 1 e 2 - *Political affairs and conditions*; rolos 3 a 8 - *Internal political affairs and nacional defense affairs of Brazil*.

4 - De 1960 a 1962, os documentos encontravam-se em caixas, também classificadas sob a rubricas *political affairs* e/ou *communistic activities*. Foram consultadas as caixas com a seguinte numeração: para 1960 - 1573, 1574 e 1575; para 1961 - 1575, 1576, 1577, 1582; para 1962 - 1577, 1578, 1579, 1580.

Os documentos produzidos a partir de 1963 estão classificados de acordo com outro sistema, chamado de *Subject Numeric File*. Aqueles reunidos na categoria *Political and Defense*, e relativos

ao Brasil foram encontrados nas caixas 3832 a 3839, para o ano de 1963 e nas caixas 1929 a 1935, para o ano de 1964.

No Anexo 4 são apresentadas cópias de alguns dos documentos pesquisados e citados ao longo da tese.

## Bibliografia

- ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (Coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Forense Universitária/ Finep/FGV, 1985, vol. 2 e 3.
- ABREU, Alzira Alves e outros. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - Pós 1930*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 4736, vol. 4.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflexions Upon the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1980.
- APPY, Christian (Ed.). *Cold War Constructions: The Political Culture of United States Imperialism, 1945-1966*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 2000.
- ARMS, Thomas S. *Encyclopedia of the Cold War*. New York: Facts on File, 1994, p. 286-7.
- AZEVEDO, Débora Bithiath de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília: UnB, 1992. Dissertação de Mestrado em História.
- AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi (Anthropos - Homem)*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, vol. 5.
- BARRETO, Álvaro. *Propostas e contradições dos Círculos Operários*. Pelotas: Editora da UFPel, 1995.
- BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.7, julho de 1997, p. 127 a 147
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, vol. 11.
- BERBUSSE, Edward J. The unofficial intervention of United States in Mexico's religious crisis (1926-1930). In: *The Americas*, v. XXIII, July 1966, n. 1.
- BLACH, Jan Knippers. Lincoln Gordon and Brazil's military counterrevolution. In: RONNING, Neale e VANNUCCI, *Ambassadors in Foreign Policy*. New York: Greenwood Press, 1987, p. 95 a 113.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992
- BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- BUCKINGHAN, Peter H. *America Sees Red: Anticommunism in America: 1870-1980. A guide to issues and references*. Claremont, CA: Regina Books, 1988.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964) 1 - Documentos*. Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 11-19.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal (1945-1964)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- CASAROTTO, Irmão C. Marcílio. *Irmão Miguel Dario: o irmão dos agricultores*. Porto Alegre: Província Marista de Porto Alegre, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. In: *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1985.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação, In: *Estudos Avançados*. USP, 5(11), jan./abr. 1991.
- COFINO, Alon. Collective Memory and Cultural History: problems and method. In: AHR "Forum: History and Memory", *American Historical Review* 102:5 (December 1997).
- COONEY, John. *The American Pope: The Life and the Times of Francis Cardinal Spellman*. New York: Time Books, 1984.
- CROSBY, Donald F. *God, church, and flag*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1978.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, (Introdução).
- DE BONI, Luís Alberto (Org.). *Armando Câmara: obras escolhidas*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. (Coleção Pensadores Gaúchos 1).
- DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. (org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DE SANTIS, Vincent. American Catholics and McCarthyism. In: *The Catholic Historical Review*. Vol. LI, Abril, 1965, n. 1, p. 1 a 30.
- DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda, Brazilian Crusader. Volume I: The Years 1914-1960*. Austin: University of Texas Press, 1991.



DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

ELLWOOD, Robert S. Korea, Catholics, Protestants, and Anticommunism. In: *The Fifties Spiritual Marketplace: American Religion in a Decade of Conflict*. New Brunswick, N.J: Rutgers University Press, 1997, p. 27 a 62.

FARIELLO, Griffin. Principal Federal Heresy Tribunals and Laws. In: *Red Scare: Memories of the American Inquisition: an Oral History*. New York/ London: W.W. Norton & Company, 1995.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: PUCSP, 1986. Mestrado em Ciências Sociais.

FILENE, Peter. "Cold War Culture" Doesn't Say It All. In: KUZNICK, Peter J. e GILBERT, James. *Rethinking Cold War Culture*. Washington, D.C. : Smithsonian Institution Press, 2001, p. 157 a 174.

FIORI, Neide Almeida. Homogeneidade cultural brasileira: estratégias governamentais sob o Estado Novo. In: *Cadernos de Sociologia*. Número Especial (1995) Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995, p. 209-226.

FRANK, Robert. Prelude of the Cold War: American Catholics and Communism. In: *Journal of Church and State*, vol. 34, n. 1, Winter 1992, p. 39-56.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado em História, 1999.

GERTZ, René. A "nacionalização" no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. In: *SBPH: Anais da XI Reunião*. São Paulo, 1991, p. 311 a 317.

GERTZ, René. A memória da Guerra Civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Porto Alegre/ São Leopoldo: Editora da Universidade - UFRGS / Editora Unisinos, 1995.

GERTZ, René. Aspectos da Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 115-121.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRIFFITH, Robert. *The Politics of Fear: Joseph McCarthy and the Senate*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1970.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia e métodos de uma ciência da literatura fundada na ação. In: COSTA LIMA, Luiz (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. SR Books, Wilmington, DE: 1989.

HALBWACHS, Maurice. *The collective memory*. New York, Harper & Row, 1980.

HAYNES, John Earl. *Red Scare or Red Menace? American Communism in the Cold War era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1995.

HEALE, M. J. *McCarthy's Americans: Red Scare Politics in State and Nation - 1935-1965*. Athens: The University of Georgia Press, 1998.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

HILTON, Stanley E. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945 - 1960: End of the Special Relationship. In: *The Journal of American History*, vol. 68, n. 3, December 1981, p. 599-625.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

JRADE, Ramon. Inquires into the Cristero Insurrection against the Mexican Revolution. In: *Latin American Research Review*, vol. XX, n. 2, 1985, p. 53 a 69.

KLINGAMAN, William K. *Encyclopedia of the McCarthy Era*. New York: Facts on File, 1996.

KOVEL, Joel. *Red Hunting in the Promised Land: Anti-communism and the Making of America*. London/ Washington DC: Cassel, 1997.

KUZNICK, Peter J. e GILBERT, James. *Rethinking Cold War Culture*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2001.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

LEENHARD, Jacques e JÓZSA, Pierre. *Lire la lecture: essai de sociologie de la lecture*. Paris: Le Sycomore, 1982.

LIEBERMAN, Robbie. *The Strangest Dream: Communism, Anticommunism and the U.S. Peace Movement (1945-1963)*. New York: Syracuse University Press, 2000.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 31 a 42.

- MARIN, Jerri Roberto. *Ora et labora: o projeto de restauração católica na Ex-Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989. DREIFUSS, René A. *1964 - A conquista do Estado*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MEYER, Jean. *La Cristiada*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1973, 3 volumes.
- MIHALKANIN, Edward S. e NEISLER, Warren Keith. The Role of the U.S. Ambassador. In: DENT, David W. *U.S. – Latin American Policymaking: a reference handbook*. Westport: Greenwood Publishing Group, 1995.
- MOLINARI FILHO, Germano. *Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n'O Estado de São Paulo (1930-1937)*. São Paulo: PUCSP, 1992. Dissertação de Mestrado em História.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 18, n. 35, 1998, p. 329 a 360.
- NEVES, Lucília de Almeida. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 14, n. 27, 1994, p. 61 a 71.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 169 a 203.
- ORLANDI, Adriana. *Nanetto Pipetta: representação histórica, memória coletiva e identidade nas comunidades coloniais italianas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado em História.
- PALMOWSKI, Jan. *A Dictionary of Twentieth Century World History*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PARENTI, Michael. *Blackshirts & Reds: Rational Fascism and the Overthrow of Communism*. San Francisco, CA: City Light Book, 1997.
- PARKER, Phyllis. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1979.
- PARRISH, Thomas. *The Cold War Encyclopedia*. New York: Henry Holt and Company, 1996.
- PARSONS, Wilfrid, S.J. Fater Pro. In: *Mexican Martyrdom*. New York: The Macmillan Company, 1936, p. 41 a 53.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997, p. 29 a 37.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representações das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.4, dezembro de 1995, p. 115 a 127.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920). In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, maio de 1994, p. 165 a 182.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia e outros. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. Universidade -UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994, p. 126 a 143.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveria; SOUZA, Beatriz M. de.; CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, vol. 11.

PIO XI. *Divini Redemptoris*. São Paulo: Edições Paulinas, 1965.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

PLISCHKE, Elmir. *U.S. Department of State: A Reference History*. Greenwood Press: Westport/Connecticut, London, s.d.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. In: *Estudos Leopoldenses - Série História*, vol. 1, n. 1, 1997, p. 149-182.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICHET, Isabelle. Vade Retro Satana! Les églises et la chasse aux sorcières. In: ROUGÈ, Jean-Robert. *L'Anticomunism aux États-Unis de 1946 à 1954*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1995, p. 151 a 173.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. "Campo X Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul". In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 148 a 170.

RODEGHERO, Carla Simone. *Análise da produção recente sobre catolicismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2000. Comunicação apresentada no V Encontro Estadual de História, realizado na UFRGS.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

- RODEGHERO, Carla Simone. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 12, Dezembro de 1999, p. 129-152.
- RONNING, C. Neale. Adolf Berle in Brazil: 1945-1946. In: RONNING, Neale e VANNUCCI, Albert. *Ambassadors in Foreign Policy*. New York: Greenwood Press, 1987, p. 74 a 94.
- ROYAL, Robert. Miguel Pro and the Mexican Tragedy. In: *The Catholic Martyrs of the Twentieth Century: a comprehensive world history*. New York: Crossroad Publishing Company, 2001, p. 15 a 42.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado em História, 2000.
- SANTA CRUZ, Afonso de. *Despistou mil secretas*. Porto Alegre: Casa Editora da Pia Sociedade Filhas de Maria, 1961.
- SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SHEEN, Fulton. *Ópio do povo*. Sem local, sem editora, 1952
- SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Porto Alegre: PUC/RS, 1998. Dissertação de Mestrado em História.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9.ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988.
- SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S - Latin American Relations*. 2. Ed. New York: Oxford University Press, 2000.
- SOLIS, José M . Romero de. Iglesia y revolución en México (1910-1940). In: FLICHE, Augustin & MARTIN, Victor. *Historia de la Iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitários*. Vol. XXVI. Valência: Edicep, 1980.
- STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, v. I e II.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: *Projeto História*, São Paulo, (15), abril 1997, p. 51-71.
- TOBIN, Greg (ed.). *Saints and Sinners: The American Catholic Experience Through Stories, Memories, Essays, and Commentary*. New York: Doubleday, 1999.
- TOPOROV, Brandon. *Encyclopedia of Cold War Politics*. New York: Facts on File, 2000.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. *Principal Officers of the Department of State and United States Chiefs of Mission (1778 – 1990)*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office.

VICENTINI, Paulo G. F. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VINCA, Robert H. The American Catholic Reaction to the Persecution of the Church in Mexico, from 1926 to 1936. In: KANTOWICZ, Edward. *Modern American Catholicism (1900-1965): Selected Historical Essays*. New York, London: Garland Publishing, 1988, p. 286 a 321.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/ CDAPH-IFAN/ Universidade São Francisco, 2000.

WHITE, John Kenneth. *Still Seeing Red: How the Cold War Shapes the New American Politics*. Boulder, CO: Westview Press, 1998.

WHITFIELD, Stephen J. *The Culture of the Cold War*. 2.ed. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*, São Paulo: Ática, 1989.

## ANEXO 1

### Roteiro das entrevistas<sup>720</sup>

#### 1. O MEDO DO COMUNISMO

- De onde vinham as informações sobre o comunismo?
- O que era o comunismo? Poderia ser comparado com o que?
- Onde ele estava localizado?
- Quem eram os comunistas? Que contato ou conhecimento a pessoa teve sobre eles?
- Onde se falava contra o comunismo?
- Falar em comunismo era falar sinônimo de falar em política?
- Que acontecimentos ou nomes fazem a pessoa lembrar do comunismo?
- O que se dizia sobre o tratamento que os comunistas dariam à família, à religião, à propriedade, à guerra?
- Porque os comunistas faziam isso?
- Em que ocasiões se falava mais sobre o comunismo? Pode-se destacar conjunturas? Na Segunda Guerra, na Revolução Cubana, no Governo Jango, em determinadas eleições, nas ocupações de terra e em greves?
- A pessoa se imaginava estando sob o domínio dos comunistas? Do que teria mais medo?
- De que outras coisas também tinha medo? Como se comparavam estes medos entre si?
- A pessoa sonhava com os objetos desses medos? Tinha medo de Deus, do Diabo, do padre, do pai, do professor, etc.?
- Rezava contra o comunismo? Lembra de alguma oração específica sobre isso?
- Levava em conta as informações sobre o comunismo na hora de votar? Como escolhia os candidatos em quem votar?

---

<sup>720</sup> É importante lembrar que este roteiro não assumiu a função de questionário e que a ordem das perguntas feitas aos entrevistados não foi a mesma da que está aqui transcrita. Estes grandes grupos de perguntas serviram para orientar o diálogo que foi conduzido conforme as estratégias discutidas no capítulo 5.

- Ajudou a difundir o anticomunismo? Passou-o aos filhos e netos?
- Como avalia a pregação da Igreja contra o comunismo? Era forte, fraca, justa, necessária, inútil?
- Até quando sentiu medo do comunismo? Perdeu esse medo? Como?
- Acreditava e continua acreditando?
- O perigo comunista ainda existe hoje?
- O Brasil poderia ter se tornado ou vir a se tornar um país comunista?

## 2. INFÂNCIA

- Como era a família? Número de membros? Profissão dos pais? Escolaridade?
- Localidade onde moravam? De onde vieram? Eram proprietários?
- Como era a casa? Cômodos? Símbolos da religiosidade (quadros, santinhos, medalhas)?
- Trabalho, remuneração, dificuldades
- Autoridade dos pais, tipo de educação dada aos filhos
- Relação com a Igreja
- Devoções, terço, orações à noite, à mesa, importância disso para a pessoa
- Escola, ensino religioso, catequese, primeira comunhão, catecismo, História Sagrada
- Domingo e dias santos, missa, roupa diferente, festas religiosas
- Brincadeiras, amigos, lazer
- Principais medos e expectativas quanto ao presente e ao futuro
- Mundo conhecido - viagens, meios de comunicação, cidade, campo, parentes, políticos
- Representações sobre o clero, sobre Deus, o Diabo, os santos
- Quem eram os padres da infância? Nomes, histórias sobre eles
- Havia livros em casa? Jornal? Rádio? Bíblia?
- Expectativas dos pais quanto ao futuro dos filhos e filhas
- Relações com a vizinhança
- Opiniões políticas dos pais, em quem votavam

## 3. JUVENTUDE

- Inserção social e religiosa; emprego, terra, estudo, grupos religiosos, Ação Católica, Apostolado da Oração, Filhas de Maria, catequista, etc.
- Namoro e casamento
- Lazer - amizades, festas, bailes, cinema, teatro, música



- Mundo conhecido
- Medos e expectativas
- A confissão e o controle da natalidade
- Primeiro voto, visão política, escolha dos candidatos
- Comunidade - havia divisões sociais nela? Em que nível a pessoa se situava?
- Quem eram as pessoas consideradas mais importantes na comunidade?
- Relação com os pais - pontos de discordância, obediência e autoridade
- Havia minorias religiosas na comunidades? Como se relacionava com elas?

### 3. IDADE ADULTA

- Constituição da família, número de filhos, controle da natalidade
- Moradia, trabalho, dificuldades financeiras
- Educação dos filhos
- Expectativas quanto aos papéis de gênero no casamento
- Relações com a vizinhança
- Inserção na Igreja
- Mundo conhecido
- Visão sobre política, eleições, votos
- Economia do país

### 4. TERCEIRA IDADE

- Aposentadoria
- Situação em relação à família
- Saúde
- Trabalho, atividades, como passa o tempo
- Netos, visão sobre a educação das crianças
- Visões sobre a política e a economia no Brasil
- Mudanças na Igreja

### 5. QUESTÕES PARA OS PADRES - Anexo

- Por que entrou no Seminário?
- Como a família viu a opção por entrar no Seminário?

- Qual a primeira impressão que teve dele? Como era o estudo e a convivência lá?
  - Em qual seminário? Que época?
  - Cursos de Filosofia e Teologia - houve momentos mais significativos no processo de formação?
- Alguma disciplina preferida? Professor ou livro que foi importante?
- Que tipo de padre se pretendia formar?
  - Como era a relação entre os estudantes e os padres-professores e os bispos?
  - Discutia-se sobre a situação do país, sobre política, economia, agricultura, educação?
  - Discutia-se sobre o comunismo?
  - Que tipo *status* ser padre garantia?
  - Tinha orgulho ou, às vezes, se sentia constrangido ao demonstrar que era estudante ou padre?
  - Primeiras experiências como padre - recepção das comunidades?
  - Relacionamento com os outros sacerdotes e com o bispo?
  - O que os outros esperavam do padre e o que ele esperava de si mesmo?
  - Inserção do padre na comunidade, junto aos poderes municipais?
  - A questão política - o voto, as eleições e candidatos?
  - O tipo de pregação, principais preocupações?
  - Maiores transformações que a pessoa considera terem acontecido dentro da Igreja?
  - Como se deu a recepção do Concílio Vaticano II?
  - Houve realmente mudança? Como a mudança foi vivenciada?
  - Mudança nas representações sobre o clero?
  - O que seria um padre ideal, perfeito?
  - Dificuldades, dúvidas, arrependimentos?
  - Pregação para jovens, crianças, mulheres - especificidades
  - Recepção da palavra e da autoridade do clero por parte dos fiéis e do bispo por parte do clero.

## ANEXO 2

### Transcrição de entrevista

**Entrevista com D. Laurindo Guizzardi, Bispo de Bagé, realizada por Carla Simone Rodeghero em 15 de dezembro de 1999, em Bagé**

#### **Fita 1 - Lado B**

O senhor estava dizendo que o senhor é da Congregação dos Carlistas? Lá da região de Guaporé? Guaporé, Serafina [Correa], Casca, Passo Fundo, Nova Bassano.

E a sua família é de Guaporé?

Nova Bassano. Me criei, até os dez anos lá, depois vivi muito tempo em Guaporé. Seja como guri no Seminário, mais tarde trabalhei no Seminário por dez anos, doze até porque fui pároco em Guaporé.

O senhor entrou muito novo para o Seminário?

Muito. Muito novo, estudei em Guaporé sete anos. Passei um ano em [Nova] Bassano, um outro em Casca, depois fui pra São Paulo, depois passei seis anos na Europa. Voltei, trabalhei dez anos no Seminário de Guaporé, dois anos e meio na paróquia. Aí fui pra Passo Fundo. Depois, morei um ano em Porto Alegre. Fui novamente para a Europa onde trabalhei seis anos.

Em Passo Fundo, o senhor estudou na ...

Fiz a Faculdade de Letras e revalidei a Filosofia porque eu tinha feito dois anos de Filosofia antes de ir pra Itália, tinha feito dois anos de Filosofia entre Rio Grande e São Paulo. Eu revalidei a Filosofia. São títulos que não matam ninguém, mas em si não resolvem o problema. Se a gente precisa para qualquer documentação de professor. Eu fui professor de Seminário praticamente só. Nunca utilizei títulos para qualquer finalidade. Depois, quando vim pra Bagé, eu cheguei em 1982, depois de passar um ano em Curitiba. Ali, então, no sul do Brasil, morei um pouco por tudo. Mas, depois, o Brasil como um todo, a gente conhece ... A Europa a gente teve ocasião de conhecer. Mas morei quase todos esses quase treze anos na Itália. Então lá a gente conhece de norte a sul, melhor do que muitos italianos.

O senhor quando veio e se tornou bispo aqui em Bagé sentiu um impacto grande, uma diferença grande ...

Cultural, sim. Cultural e, vamos dizer, é, cultural, porque o cultural afeta o aspecto religioso, afeta o aspecto econômico, o aspecto político. É claro que na região colonial, seja alemã ou italiana, a gente vive um nível de sociedade mais ou menos paritário. Quer dizer, como ponto de partida. Sempre tem quem se sai melhor e de repente quem deixa a colônia ou a região colonial e vai pra mais longe. Isso aí são conquistas da vida. Mas, na organização da sociedade sempre teve essa paridade. Ao invés,

chegando aqui, a gente sente fortíssimamente a estrutura diferente. O fazendeiro e o peão. O militar, que tem uma presença muito forte nessa região. E o militar, no fim das contas, é gente do povo. Mas, essa diferença entre classe de cima e classe de baixo. Em linha social, a gente sente fortemente uma linha assistencialista. Em vez de dizer, "vamos ajudar porque a pessoa tem que se ajudar", não, "vamos fazer brinquedinho de Natal, pra criança, vamos fazer um pedágio para coletar, pra isso, pra aquilo". Quer dizer, numa linha assistencialista. E a gente, muitas vezes, precisa fazer isso mesmo. Mas, a gente tá mais numa linha que diz, "bem, te compra uma enxada". Quer dizer, uma linha mais de auto-promoção, numa linha religiosa, numa concepção de Igreja que no nosso ambiente não existe, no ambiente colonial. No ambiente colonial, a gente já - não sei na Europa como era no tempo da imigração - mas na imigração aqui no Brasil, o pessoal entendeu que eles eram a Igreja, ou faziam a igreja, ou construíam a capela, ou construíam a igreja matriz colaborando com o padre, muitas vezes murmurando por ele, porque era exigente, mas eles sabiam que era por aí. Em vez, aqui não. Aqui a gente dificilmente, dá pra fazer, mas é diferente a mentalidade. A mentalidade daqui, talvez porque Bagé até que abriram essas estradas asfaltadas, mais modernas, vivia um clima de isolamento. E hoje, ainda vive um clima de isolamento. Por exemplo, o pessoal do interior, creio que há peonada que nunca pintou na cidade. Ou pintou na cidade no dia 20 de setembro pra fazer a Semana Farroupilha. Quer dizer, então, culturalmente eles têm as tradições que herdaram da família, né. Então, é fácil sentir aqui ainda uma estrutura religiosa ligada ao tempo do Império quando Igreja e Estado estavam unidos. Então, a nossa catedral está em reformas, mas o primeiro pensamento da turma é ver se a prefeitura ajuda. Coisa que a gente não deve excluir, mas não é por lá que a gente imagina de estruturar a Igreja. É uma mentalidade bem diferente.

O senhor acha que com a vinda de, com a criação da diocese, com a vinda de sacerdotes e mesmo de vários bispos da região colonial, essa mentalidade que existia, ela foi se transformando, ou ainda dá pra sentir muito forte essa diferença?

Olha, eu acredito que no ambiente, no círculo que a gente tem mais influência, vai se transformando. Por exemplo, a gente apostou muito nas comunidades. Não é que a gente se inspirou em certas experiências do norte do Brasil mas a gente sabe que onde não se alcança a partir da igreja matriz, é bom fazer outros lugares de encontro. Então, a gente apostou nisso. Cresceram muito e o pessoal que vive nas comunidade herda essa visão de, que a gente deve se ajudar, deve crescer e trabalhar junto. Assim mesmo, também por causa da pobreza da população, que muita gente aqui é desempregada. Muita.

Aqui, em torno da cidade.

Aqui houve esse fenômeno, que o pessoal trabalhava no interior, nas fazendas, como peão. Numa certa altura, especialmente com a, o Figueiredo aprovou uma lei que com mais de cinco anos, um que morasse no campo poderia fazer usucapião, não sei dentro de que circunstâncias. Mas, a partir de lá, houve praticamente o incentivo para o pessoal vir morar na cidade. E o pessoal veio com gosto porque: escola no interior? Uma fazenda aqui e outra lá. Onde é que tu botas a escola? Hospital? Estradas, às vezes, impraticáveis. Então, fica doente, morre. Então, houve uma urbanização violenta, só que o pessoal veio pra cidade, fizeram esses pro-morar, esses galinheirinhos, onde o pessoal mais ou menos se salvou da chuva. Mas, viver? Na cidade não tem indústria, não tem. É um problema que afeta um pouco toda a região. Livramento, Rosário. D. Pedrito, São Gabriel.

Até surgiram umas propostas de uma separação de estado. Outro dia que eu fui pra Pelotas, isso foi em outubro, tinha várias pessoas comentando. Eu acho que a maioria era contra, dizendo que não faria sentido.

Mas, parece que é uma coisa meio ridícula porque o pessoal têm impressão de que a metade sul está abandonada pelo governo estadual, não sei o quê. Na minha leitura, o problema é estrutural. Aqui

têm grande propriedade. Lá tem pequena propriedade. Aí tem indústria, aqui não tem indústria. Aí o pessoal têm a mentalidade que precisa arregaçar as mangas e que precisa se fazer o caminho. Aqui a gente espera que a prefeitura resolva tudo. E vai um pouco por aí. Quer dizer, é uma coisa de cultura, mas também é estrutural. Agora, ultimamente está havendo fenômenos diferentes, se se olhar um pouquinho a panorâmica da região. Houve a vinda de agricultores da colônia alemã e italiana que se especializaram, de modo particular, no cultivo do arroz. Eles trouxeram uma injeção na economia, porque os arroteiros aqui, muitos deles, arrumaram o seu ambiente. Porque a cultura, o trabalho tradicional é criação de gado, mas esse aqui, em várias circunstâncias até que dá. Para o dono da fazenda, garante, mas e para a região? De mais a mais, o pessoal da região, fazendeiros, coisa assim, ganha dinheiro, investe em Porto Alegre, Rio de Janeiro, não sei onde.

E aqui continua indo pra trás?

Então, os arroteiros trouxeram uma injeção de nova mentalidade. Isso já vai uns 20, 30 anos. Ultimamente, um fenômeno novo, que ainda deve ser avaliado, mas que substancialmente a gente acha que até pode trazer uma novidade na região, porque rompe um pouquinho com as velhas estruturas, são os assentamentos. No território da diocese tem uns 50 assentamentos entre grandes e pequenos.

Tudo isso!

E isso, embora a gente saiba muito bem que nem todo o pessoal que vem aí é agricultor de primeiríssima categoria. Muita gente tenta a sorte. Não sei como pode. E, às vezes, até ganham a terra e depois vão embora, porque preferem viver no acampamento mais do que no assentamento. Embora isto, a gente percebe que onde a gente começa a trabalhar pinta uma situação diferente. Só pra dar um exemplo, aqui em Hulha Negra tem mais de 20 assentamentos. Era uma periferia de Bagé, semi-abandonada. É verdade que se emancipou também. Mas se emancipou também com a contribuição do pessoal dos assentamentos porque os assentamentos aqui na Hulha começaram em 89. E a partir de lá, não é que ainda se perceba grande coisa, mas as estradas do interior melhoraram, há mais vitalidade porque o pessoal..., têm mais gente no interior.

Mais dinamismo.

E antes era chirca. Tu sabe o que que é chirca? É um tipo, não de capim, uma capoeira que nasce na campanha, que mata a erva e bota carrapato no gado.

Eles estão mostrando que é possível explorar a agricultura e não só a pecuária aqui?

Exatamente. Agora, a partir dessas novas experiências, ultimamente, ultimissimamente, está havendo uma campanha para explorar fruticultura na região. Deus queira que dê certo! Multiplica o trabalho. Fruticultura exige mão-de-obra. Também dá um retorno. Se você planta um, suponhamos, um hectare... Aqui a grande questão atual é quantos bois por hectare.

Ah, sim, sim. Eu tenho acompanhado. Brigas com o Incra.

Então, o índice é 0, 8, que o governo estabelece. Mas, os fazendeiros estão achando que é muito alto. Querem o índice 0,6. Mas então, 0,6 cabeça por hectare. Ah, não imagino que seja! Se tu plantas um hectare de tomate, só pra te dar um exemplo, que lá pra cima fazem isso aqui, tu vais produzir, eu acredito, cem toneladas de tomate. O problema é se tu consegues comercializar. Mas, quanto te dá o mesmo terreno sendo explorado na criação de gado, em cima de pastagem natural? E quanto te dá um hectare com tomate? Pode ser uma outra cultura.

Sim, pode ser melancia.

Melancia até que tem uns que plantam por aí. Mas, quer dizer, é a maneira de fazer. Agora, nos assentamentos começa a haver esta tendência de dizer, "bom, eu vou plantar um parreiral, eu vou plantar uma coisa ou outra". Isso vai diversificar, ao menos é o que a gente espera.

Pois é. Voltando um pouquinho pra trás, a gente tinha começado a falar hoje de manhã da pregação a respeito do comunismo, e eu queria saber, assim, se já na sua família, o senhor ouvia falar alguma coisa, ou se foi a partir da sua entrada no seminário? O senhor têm idéia assim de quando começou a ouvir falar alguma coisa sobre isso?

É, a gente ouvia algo confuso, antes de entrar no Seminário. Note que eu entrei no Seminário com dez anos.

E foi em que ano que o senhor entrou?

1945.

45. No fim da Guerra.

No fim da Guerra.

Essas coisas que vocês ouviam tinham alguma relação com a Guerra?

Aquilo que eu ouvia falar era relacionado com a perseguição no México que foi em 1936, 37.

## **Fita 2 - Lado A**

(...) A esquerda, além de querer a República, perseguia a Igreja, tanto que matou, não sei quanta gente. Lembro, como pequeno detalhe, que a mãe contava essas coisas pra nós, que ela ouvia, provavelmente na igreja e recordava que no México havia gente que morria dizendo, "Viva Cristo Rei!" e que depois na Espanha, os comunistas - então, comunista era bicho-papão, era bicho-papão. Então, as primeiras noções a gente teve de criança. Alguma coisa nebulosa.

E aí vocês pensavam nesses países onde a coisa estaria acontecendo.

Era uma coisa meio nebulosa, porque a gente não sabia nem dizer onde era. Eu esperava que um dia ou outro aparecessem os comunistas, por aí, em Nova Bassano! (risos).

A mãe pedia pra que vocês rezassem contra o comunismo?

Sim, havia esse tipo de caso, sendo que os conceitos, então, não eram tão definidos. Mas o clero, falando, alertava para o comunismo como um perigo. Sem dúvida. Agora, você diz de 45 a ... Isso foi depois que eu entrei no Seminário. No Seminário a gente começou a criar noções um pouquinho da Guerra, como foi, de algumas coisas, mas ainda pouco, porque com dez anos a gente ainda não estudava muitas coisas. Mas, certamente, vinham ecos da Rússia, disso e daquilo. Então, o que a gente guardava como herança daquilo que ouvia, era que realmente o comunismo era uma coisa inumana, como de fato foi. O comunismo, na sua experiência russa, basta dizer que de 1917 até não sei quanto, dez milhões de pessoas - consta de dados - que foram eliminados. Mas, a gente ouvia esses ecos. Ouviam-se os ecos também da perseguição da Igreja nos países da cortina de ferro.

Esse assunto, talvez fosse o mais destacado, ou será que não?

Era o que chegava. Por exemplo, só pra recordar alguns casos: eu recordo que um cardeal da Hungria foi feito prisioneiro, sei lá o quê e outros casos semelhantes; que na Rússia havia, então, perseguição religiosa, que não se admitia .... Isso eram coisas que ficaram. Na sociedade, na nossa sociedade - estou pensando na sociedade onde eu vivia, depois posso falar daqui - a gente sentia

assim: o comunismo como era descrito, era um espantalho. Não era uma opção social, de tentar um caminho diferente, mas era visto no seu aspecto religioso e no seu aspecto desumano.

Não era visto no aspecto político, mas no religioso?

Não, no religioso. E desumano enquanto que, seja pela dimensão religiosa, seja por outra, era aquilo que [havia] de negativo, que acontecia. Então, por exemplo, a Rússia, o Stalin era o terror da Rússia. Eu lembro, só pra te dizer um pequeno detalhe, que em 1952, eu estava em Nova Bassano e eu tinha um primo meu que estava comigo. Aí, numa certa altura ele resolveu desistir, por questões dele, e quando ele me disse, eu fiquei muito chateado, porque no fim das contas eu acreditava nessa caminhada e queria gostado de vê-lo junto. E ele me disse assim: "eu vou matar o Stalin! (risos) Depois, quem sabe, eu ainda volte". Mas queria dizer, ele tinha que se alistar, devia fazer o Exército. Então, como uma coisa grande que ele pretendeu, ia matar o Stalin.

Um grande feito!

Quer dizer, isso era o ambiente quando nós tínhamos 17, 18 anos. A gurizada pensa nas coisas de uma maneira. Mas, isso faz entender como, no nosso ambiente de Seminário, houvesse esta dimensão. Outra coisa que eu percebia, e te falo sempre do tempo do Seminário, embora não fosse eleitor, eu ganhei o título de eleitor em São Paulo, mas nunca usei até 1960 porque quando recebi o título de eleitor, fui estudar na Europa. As primeiras eleições que participei devem ter sido em sessenta e ...

Na do Jânio?

Não, quando eu cheguei, estava em andamento a campanha do Jânio e do, não sei lá quem era, porém não votei porque tinha apenas chegado, nem tive tempo de ajeitar. As eleições devem ter sido em novembro de 60 e eu cheguei em agosto de volta. Fui pra São Paulo, depois vim pro Rio Grande, naquele corre-corre, fiquei extraviado. Mas, o que a gente percebia no Seminário é que havia uma resistência aos partidos de esquerda.

No caso, seria ...

Naquele tempo era o PTB, PSB, UDN talvez. A gente sentia - não éramos eleitores, mas no fim das contas, a avaliação era que esses partidos se pintavam de esquerda e que portanto poderia haver inspiração comunista.

E havia uma certa resistência à figura do Brizola, que ele foi governador, nessa época, de 59 a ...

No tempo de governador, mas eu já era padre. Mas, eu posso dizer o seguinte: sim, quando ele começou a lançar certas idéias, um pouco disso e daquilo, a gente percebia que ... Então já havia quem se posicionava a favor e quem se posicionava contra. Mas no ambiente onde eu vivia, havia mais resistência, porque, "espera aí, que inspiração ele tem?" Isto, na Serra. Depois, não. Depois (...). Mas, houve também nesse tempo, eu já era padre, porém, trabalhando em Seminário, quando os militares tomaram [o poder], e houve a dissolução das organizações católicas, e assim por diante ...

Ah, dos grupos da Ação Católica?

Da Ação Católica, o que que havia? JAC, JEC, esses grupos aí que, de repente, ficaram na mira da revolução, isso aí fez com que a gente realmente se questionasse, "espera aí, até que ponto, esse declarar comunista, direita e esquerda, corresponde à realidade?" Isso aí já foi um pouco diferente.

Então, isso que aconteceu com, principalmente, a juventude, fez com que outros setores da Igreja comesçassem a se questionar sobre o que eles estavam apoiando?

Sim, o que havia nesse tempo é que existia a Juventude Católica e depois tinha todos aqueles JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, esses movimentos que foram perseguidos pela revolução. Claro, a juventude, você sabe como é que é. São um pouco idealistas. Diante da sociedade brasileira, isso é um assunto que eu gostaria de abordar em seguida, diante da sociedade brasileira, a juventude que começava olhar pra realidade e fazer uma análise de conjuntura, começava a se colocar, não tanto a favor de ideologias comunistas, mas se posicionava contra a ideologia existente, onde quem podia mais chorava menos. Essa é a santa verdade. Então, todas essas pastorais, elas entraram na mira porque elas eram contestatórias.

Consideradas subversivas?

Eram consideradas subversivas. As comunidades de base, isso aqui, comunidade de base é uma coisa nessa linha de resistência, o que começou durante a revolução. É depois da dissolução das pastorais, JEC, JUC.

Mas aí, no tempo da JEC e da JUC, será que havia dentro da Igreja uma concordância em relação ao trabalho deles ou também já começava a aparecer ...

Não, havia certamente, por parte da, de esferas da Igreja, que a Igreja nesse tempo era mais conservadora do que progressista, para usar terminologias que eu acho superadas, e não certamente bem adequadas. Então, havia questionamentos, certamente. Quer dizer, que inspiração é essa? Depois de 59, Fidel Castro tomou conta de Cuba, então a idéia de Fidel Castro, de Che Guevara, sei lá o quê começou. Isso daí, varreram corrupção e você sabe como que são. Mas por parte, digamos, da sociedade como um todo havia uma resistência e a Igreja da época, excetuados esses movimentos estudantis, se situava mais com esses elementos conservadores.

Eu tive, mais ou menos essa conclusão, lendo no Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre, os pronunciamentos do d. Vicente Scherer.

D. Vicente se pronunciava, às vezes, quando que foram suprimidas certas pastorais, dizendo, "bem, no fim das contas, se eles estavam caminhando na estrada errada, tá bom assim, melhor que de outra maneira". Agora, na verdade, a juventude é a juventude. Tu deve saber. Ela pode se empolgar até por ideais revolucionários, sei lá, ou comunistas. Aí entrou a idéia estúpida que a Igreja era comunista. Mas, isso se acentuou, especialmente durante o período da revolução. Antes da revolução, pela vivência que eu pude ter, vivência, não conhecimento por leituras, conhecimento um pouco da realidade, da história, antes da revolução, a Igreja era mais situacionista do que oposição. Mas aí começaram essas manifestações que tu conheces, comunidades de base, d. Helder Câmara, d. Ivo, uma série de bispos, d. Tomás Balduino, de Goiás, d. Pedro Casaldáliga em Mato Grosso...

D. Paulo Evaristo Arns.

D. Paulo Evaristo Arns, em São Paulo; d. Valdir Calheiros, na Baixada Fluminense; d. Mauro Morelli, também em Duque de Caxias, nessa região. Houve, então, dentro da Igreja realmente, muitos que se posicionaram em favor dessa linha de contestação diante, seja diante do regime militar que era ditatorial (...). Muita coisa foi posta em ordem, temos que reconhecer, porque ninguém é ruim só. Tem seus aspectos bons. E ninguém é bom só. Mas, digamos, a linha de contestação da Igreja - e já estamos fora do período que você quer investigar - mas a linha de contestação é a que hoje marca [a Igreja]. Eu, aqui em Bagé, sou considerado comunista.

Opa! (Risos) O senhor é considerado por quem?

Aí tu já imaginas? Na nossa realidade aqui, você tem como classe dominante os fazendeiros, militares até por aí - mas militares, depois que terminou o regime, antes eles eram os tutores da ordem - políticos da região, em geral, fazendo questionamentos e fazendo a campanha em cima da situação,



porque é a ordem e progresso, etc. E quando a gente chegou, houve aquela campanha da fraternidade "Terra de Deus, terra de irmãos", isso em 85. Eu disse: "não vamos deixar a Igreja no Brasil fazendo uma campanha, vamos fazer também". A gente acompanhou. Outra coisa que a gente questionou a estrutura: a grande propriedade. Eu não estava a fim de comprar nem uma grande, nem uma pequena (risos) A gente questionou: como é que a gente vai poder evoluir? E assim por diante. Ah, mas no fim de 85 (...) Vendo que havia todo esse tremor, resolvemos fazer uma espécie de fórum. Vamos nos reunir, vamos debater.

Conversar com os fazendeiros?

Que participasse quem participasse. Vamos discutir: por que a Igreja toma estas atitudes? Então, convidamos um assentado, convidamos um agrônomo da Emater e um padre. Só que o salão encheu desses que eram de outra posição, esses aí tentaram boicotar. Esse trabalho foi para a gente entender de quê se trata e porque a Igreja toma certas posições. Agora, vejo que não deu pra se entender coisíssima nenhuma. Seria bom então fazer outros dez painéis desses, mas depois a gente não teve também ânimo de organizar outros porque a gente percebeu que a opção era declarada.

Nem o debate é permitido?

E depois, se acirrou, embora já fôssemos fora do regime militar, quando começaram a chegar os assentamentos. Chegaram essa gente com as mãos abanando e assim por diante. E nós como Igreja por duas razões: uma porque gente que está largada por aí, não é que a gente sempre simpatize pura e simplesmente com o modo, mas gente em necessidade, a gente tem que olhar pra ela. A gente, então procurou, fizemos campanhas de coletas, de levar alimentos, coisa assim. E outra coisa que a gente pensava: vem chegando gente de outros lugares, eles vão se assentar aqui. Nós temos que acolhê-los e temos que tentar ser uma Igreja que marca uma presença, sob o aspecto religioso, então. Uma Igreja que marca presença, porque se nós nos omitirmos, não vai faltar quem vai [aproveitar]. Em geral, os assentados são do norte do estado e acho que tu já fizeste uma leitura de porque acontece isso.

Sim.

Eles, em geral, têm tradição católica, chegam aqui, nós abandonamos, como é que fica?

E o senhor sentiu isso? A maioria deles tem tradição católica?

Sim, embora ultimamente aparecem grupos crentes.

Pentecostais?

Também lá está aparecendo. É uma coisa que acontece fortemente nas cidades e se verifica também nos assentamentos, especialmente porque onde há gente... Todos somos filhos de Deus, embora, evidentemente, em falando de religião, a gente precisa fazer um discernimento pra ver até que ponto a gente pode dizer que todos, direitos têm os mesmos. A gente, além de ter direitos, deve ter deveres, deve buscar o caminho da verdade. Então nós já temos umas divergências, porque hoje em dia, em clima ecumênico da Igreja, a gente não vai dar socos ou apanhar. Mas, vamos dizer o seguinte: somos diferentes! Vamos nos respeitar! Mas, nos assentamentos, a presença da Igreja foi marcada, nós até tivemos uma organização aqui, que era a Equipe Diocesana de acompanhamento aos acampados e assentados. Havia até certas questões que nos deixavam muito constrangidos. Uma vez invadiram a Fazenda São Pedro, que era de um líder nosso, aqui, gente boa (risos). Que posição tu vais tomar? Vai favorecer? Não dava pra favorecer. Mas, no fim das contas, a gente tinha que ... Pois essa posição da Igreja fez com que se armasse, realmente, uma oposição, da parte do grupo que na época se distinguia também como UDR, se distinguia como UDR. Só que não era somente a UDR, mas era a peonada e, de repente, nesse ambiente cultural, se identificava, ao menos na ordem das idéias, [com os patrões].

Com os padrões?

Então, não é que fosse só o pessoal lá em cima. Não, era o pessoal comum. Havia essa questão. Esta é a realidade que vivemos aqui! Como posicionamento da Igreja de 45 a 64, ela aqui, normalmente andava associada ao, digamos, à sociedade. Não havia confrontos. Porém, no fim dos anos 50 - se tu falaste com o padre Firmino, ele deve ter te falado com muitos detalhes da experiência que ele viveu - então, já havia estes grupos de jovens, já mais ou menos organizados e então começou a haver uma, de um lado a Igreja que era anticomunista e acho que é anticomunista, assumindo posicionamentos também defendidos pelos comunistas, mas não identificados com a ideologia e aí, quantos bispos foram chamados de "vermelhos". Eu aqui, também mais ou menos... Atualmente, eu não sei se o pessoal ...

É que hoje já não se fala mais tanto nisso.

Sim, não tem sentido. Mas quer dizer, a Igreja foi confundida com alguém que quisesse fazer a revolução comunista, para implantar o comunismo. Nunca a Igreja teve essa idéia. A Igreja pensou o seguinte: esta sociedade brasileira que grita "ordem e progresso", que escreve na bandeira "ordem e progresso", na verdade está manipulando a sociedade para levar adiante os interesses de grupos privilegiados. E contra isso a Igreja se posicionou, com determinação. Então, hoje em dia, a Igreja também se posiciona. Hoje em dia, porém, a gente ouve essa (inaudível) vinda da ONU, das avaliações da ONU. O Brasil é um dos países onde a distribuição da renda é das mais perversas e assim por diante. No passado, dizer isso era ir para a cadeia. E eu penso que aqui na fronteira, porque não posso falar, estou aqui desde 82, penso que a Igreja esteve mais associada à sociedade de então. Não foi contestatória. Porém, o bispo que me precedeu, D. Ângelo Mugnol, que era serrano também, que era de Farroupilha, Caravágio, ele também enfrentou dificuldades. Então, por uma razão ou outra, dificuldades não faltavam. Tínhamos ainda aqui, nessa época, clero novo e que às vezes era um pouquinho exagerado. Deixava-nos também na obrigação de dizer, "escuta, pra que lado tu puxas?" Não pra que lado que tu puxas no sentido de ser ou não ser comunista, mas tu te manténs dentro dessa ordem que a Igreja exige, ou de repente tu estás bancando o franco atirador por aí. Vamos acertar o passo, não nesse sentido.

Sobre este período antes de 64, eu fico pensando assim: as informações que chegavam, ou ainda na sua infância, eram sobre o comunismo nos outros países? Ou se falava alguma coisa concreta do Partido Comunista no Brasil?

Quando eu era guri, a gente ouvia esses ecos de que te falei antes, seja na família, seja no Seminário. Quando a gente avançou um pouco, começou a ouvir falar da Intentona Comunista de 1930 ...

35.

É, começou a ouvir falar nisso aqui. Então, o comunismo era considerado como um negócio de ter medo porque se é por lá que eles, na verdade havia essas tentativas de ocupar o poder à força. E era uma da Internacional Comunista. Então, levava a diante, um pouco, este conceito. Conseguia o que conseguia. Mesmo durante a revolução dos militares, houve um grupo, que eu acho infeliz, porque não se deu conta que não tinha como, mas que foi pra Goiás, não sei pra onde...

Ah, sim, no Araguaia.

No Araguaia, exatamente. Então, havia experiências desse gênero. E a Igreja não apoiava, embora tenha começado nessa época uma atitude da Igreja no sentido de questionar o regime militar e questionar a ordem social e política presente. Agora, do comunismo...

Falavam de alguns nomes em especial? Do Prestes, quem sabe?

Bem, o Prestes era conhecido, a gente sempre falava do Prestes, mas era considerado um revolucionário mais, um elemento perigoso. Em todo o caso, um aventureiro, porque tinha feito das suas. Isso aqui de fazer essas avaliações, eu faço posteriormente, mas naquele tempo, ele era considerado um elemento subversivo. Quer dizer, a visão da Igreja diante do comunismo, na minha vivência seja aqui e seja na Serra, quando vivi por lá - vivi na Itália também o confronto com o comunismo. Eu posso te dizer algumas coisas, mas talvez isso não entra no teu interesse. Quando como estudante eu ia pra escola e era tempo de política, a gente andava de chapeuzinho redondo e batina comprida, pelo amor de Deus! Os comunistas faziam todos os trejeitos na frente da gente. Pelo amor de Deus! Também isso aí não fazia a gente se sentir simpático ao comunismo. (Risos)

Imagina.

Então, a gente viveu isso aí. Mas tarde a gente esteve acompanhando o confronto entre partidos de esquerda e [de direita]. Havia a Democracia Cristã lá e havia partidos de direita. A Democracia Cristã se situava no meio. Só que, isso eu já tinha saído da Itália, estava em Bagé, numa certa altura, a Democracia Cristã ficou meio carrunchada por uma série de problemas. Caiu, ruiu. E o comunismo também ruiu. O Partido Comunista Italiano ficou partido não sei de quanto e (...). Mas a gente sentiu, muito, o confronto entre uma coisa e outra.

Eu acho que o senhor não estava aqui quando aconteceu, um pouquinho antes do golpe - não, o senhor voltou em 60 - que aconteceram em vários lugares do Brasil aquelas Marchas do Rosário em Família. Acho que se chamavam ...

Isso foi um pouquinho depois, acho que depois da revolução. Ou, nessa época aí?

Eu sei que em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, foi antes. Tenho notícias de que aqui no Rio Grande do Sul aconteceram depois.

Aqui no Rio Grande do Sul aconteceram depois e foram estimuladas pelo governo militar. Foram estimuladas pelo governo militar. Agora, no interior, a nossa região aí, se via alguma coisa antes de 64. A gente ouvia dizer - eu recordo, eu já era padre, mas trabalhava em Seminário, então não era como se tivesse em contato com grupos, assim - mas ouvia algum professor que vinha de fora, dizer, "Não, hoje em dia o negócio não é bem assim, os esquerdistas estão se preparando, se armando, mas tem outros também que estão dispostos a entrar na briga". E a gente ficava escutando isso aí.

Eu ouvi o nome de um padre norte-americano, padre Peyton, não sei se o senhor ouviu falar, que ele seria uma das pessoas que veio pra Porto Alegre pra também incentivar essas Marchas.

É um nome, eu acho que sim, mas creio que não tinha nada que ver com situação nem de golpe. Era um movimento religioso, que eu vou te dizer, suponhamos uma romaria. Ou, com este ano, passaram por aqui, acho que em outras dioceses também, padres argentinos levando um crucifixo, levando uma imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, fazendo concentrações. O padre Peyton era uma coisa mais ou menos assim. Pelo que eu percebi não estava ligado nem à direita. Era uma coisa assim, como o padre Lombardi, na década de 50, no início da década de 50. Foi um pregador italiano que lançou a idéia do "Mundo Melhor". Ele chegou por aqui, fazia suas pregações e agrupava muita gente. Mas, aquilo não tinha uma inspiração política de direita ou esquerda. A Igreja até se mantinha muito, a atitude da Igreja era ficar fora, como também agora é ficar fora. Misturar o religioso como o político-partidário, a gente percebe que não funciona. Então, na época era mais ainda, embora (risos) depois na prática ...

É, não é muito fácil separar as coisas.

Como tendência, sim, esses movimentos de que tu falas, pelo que eu pude entender não estavam - quer dizer, talvez tu pesquisando mais fundo, tu pudesses perceber que havia atrás um Kissinger, que

de repente, o fenômeno da seitas, o fenômeno da taxa populacional do Brasil. Isso a gente soube e sente que foi orquestrada muito bem. Foi orquestrada, não é uma questão que acontece inocentemente. Havia interesses por baixo, um insuflar, porque a Igreja Católica tomava posicionamentos que não interessavam ao *establishment* americano. Houve depois o macartismo ...

Ah, sim, o macartismo nos Estados Unidos.  
Anticomunista!

Isso, uma histeria anticomunista.

Isso também marcou a sociedade brasileira. A guerra fria, a revolução na Hungria, aquela tentativa de - isso, eu estava ainda em Seminário - mas revoltava porque, acho que foi a Tchecoslováquia, o movimento da Primavera. Mas, antes, no tempo da Hungria houve uma intervenção, houve qualquer gesto na Hungria e o Exército Russo interveio. Claro, era o desejo de liberdade sufocado. E confesso que, ainda agora, não sentiria nenhuma simpatia pelo regime soviético. Pelo amor de Deus (risos). Agora, avaliando a sociedade...

## **Fita 2 - Lado B**

... por elementos que até se inspirassem na ideologia comunista, a Igreja aos poucos começou - isso porém depois do Vaticano II, pelos anos 62,63, especialmente de 65 em diante - a Igreja começou a inspirar-se naquela, naquele documento, *Gaudium et Spes*, a alegria e a esperança do povo é a alegria e a esperança da Igreja. Houve uma revolução que não veio de Moscou. Veio de Roma. Veio de Roma por quê? A Igreja, a partir do encontro dos bispos no Concílio, começou a sentir que devia caminhar com o povo, a alegria e esperança do povo. A alegria e o sofrimento, também, do povo. Então, aqui na América do Sul, houve a conferência dos bispos latino-americanos em Medellin e aquilo ali scandalizou muita gente, porque parecia que, de repente, a Igreja deixou se abraçar pelo Stalin e em companhia dele e virou comunista. Mas, na realidade, foi a primeira vez que os bispos disseram: "quais são as alegrias do nosso povo? Quais são os sofrimentos do povo?" E começaram a olhar criticamente para a organização da sociedade, seja no Brasil ou seja em outro lugar ...

E acabou coincidindo com as ditaduras em quase todos os países.

Quase que em seguida vem a ditadura militar. Então, a Igreja tomou um posicionamento que muita gente achou populista. "A Igreja tá vendo que o negócio não anda, se põe com o povo, para estar do lado do povo e tirar dividendos para ela". Mas, não, foi uma opção muito refletida e meditada e esse movimento de simpatizar por essa linha mais de esquerda nos criou preocupações dentro da Igreja, mas pelo amor de Deus!

Sim, muitos conflitos também.

Houve conflitos, tensões, e a imprensa sempre definiu a Igreja progressista e a Igreja conservadora, que depois, até certo ponto era verdade; em muitos pontos, era uma especulação da imprensa. Mas, lembro que, ainda em 82, quando pela primeira vez eu comecei a participar dos encontros dos bispos - que todos os anos tem a tal Assembléia de Itaici - a gente percebia ainda isso. Mas eram leituras diferentes, da conjuntura nacional. Essas leituras eram feitas de maneira bastante diferente. Em vez, hoje em dia, o *feeling*, o modo de sentir, cada um, cada um é o que é. Se é herdeiro de experiências pessoais, do ambiente em que viveu e não sei mais quanta coisa. Mas hoje em dia, há uma sintonia. A Igreja, diante de certas situações, ela toma uma posição de sacudir. Portanto, pode parecer meio, "essa Igreja não está contente com nada, deve criticar tudo" (risos). Não é bem isso aí. O nosso pessoal, a nossa realidade aqui, pacificamente até agora, agora vêm as mãos limpas que te apresentam um pouquinho, as mãos limpas, quer dizer a CPI...

Qual?

A CPI que está investigando essas situações, te apresenta um pouquinho a realidade em que nós estamos vivendo.

Sim, sim. É difícil não criticar essa realidade.

Então, quer dizer, agora está se tornando público aquilo que antes, ou não era conhecido ou era conhecido só por quem especulasse mais a fundo, ou era conhecido pelas conseqüências daquilo que estava acontecendo por baixo. Por exemplo, tu poderias verificar que alguém se tornava rico do dia pra noite e tantas situações dessas daí; que o INPS não funcionava. A gente não tinha conhecimento das bandalheiras que estavam acontecendo. Mas, isso que está acontecendo hoje faz com que muita gente, tudo somando vai ver que era, ainda tinha motivos para criticar a realidade. Mas, não era por questão de ideologias de esquerda. Claro que as idéias podem partilhar porque convenhamos que em muitos pontos, a ideologia, o sonho socialista ...

A utopia.

... a utopia bate com muitas linhas ditadas no Evangelho. Não tem como. Só que para fazer valer o bem, eles são capazes de matar o próximo a pauladas.

A diferença é como chegar até lá?

Exatamente. Eles adotaram a luta armada e etc. e tal.

Eu tenho mais uma pergunta da sua família, da sua infância ou da vizinhança. Eles costumavam ler alguma coisa? Eles tinham, por acaso, o jornal *Correio Riograndense*?

Chegava o *Correio Riograndense*, mas mais rádio a gente acompanhava. Na minha família, eu recordeo, desde a década de 40, se tinha rádio.

Não tinha a prática da leitura do jornal, alguma outra coisa?

Qualquer coisa, mas não grande coisa. *Correio Riograndense*, algum boletim de Igreja. Mas, tu conheces o ambiente colonial. A organização social lá, coincide muito com a organização religiosa, religiosa e política. Embora não seja o partido, mas na verdade, vai na colônia e tu vêes que em torno da igreja tem o clube, tem os encontros dos sindicatos, os encontros até políticos acontecem, em volta da igreja. Quer dizer, a gente recebia de imprensa, em geral, esses boletins, coisas mais vinculadas a movimento religioso. Então, por lá tu podes tirar as conclusões. Não é que chegasse propaganda subversiva, porque senão seria queimada na hora.

Então, eu acredito, assim, que a palavra do padre devia ter um peso maior ainda. As pessoas tinham poucos outros canais de comunicação.

Sem dúvida, canais de comunicação eram o rádio.

Talvez nem todos tivessem rádio.

Não, a maioria não tinha. E depois, não é que a gente ficasse muito pendurado no rádio. De repente, algum fato que acontecia.

Iam dormir cedo.

Para te dizer, em 54, o Getúlio se suicidou, em 24 de agosto. O meu irmão disse, "ao menos uma coisa boa, ele fez porque a gente tá ouvindo música todo o dia" (risos). Durante o dia fecharam tudo, era só música clássica.

Tinha bom gosto o seu irmão.

Quer dizer, é um pouco nebulosa a questão. Não havia, certamente, na região colonial agentes que [divulgassem] idéias [subversivas]. Não, nada. Lembro, de um outro caso, mas não tem nada a ver com o comunismo. Passou um vendedor de livros religiosos, que era, não sei se era de uma seita, ou o que que era e então, vendendo uma espécie de história sagrada. Mas, veio meu tio e o pai disse, "olha, comprei esse livro aqui". Não é que fossem grandes literatos também os meus pais, que são lá da colônia. Mas leu até uma certa altura e se deu conta que algumas coisas... Aí o pessoal se irritou e disse: "me dá cá isso". Botaram no fogo. Sim, porque aquilo era uma heresia.

Talvez fosse protestante...

Protestante. Talvez fosse porque, mas era um pouquinho, eu lembro que o fato que provocou a reação foi que falava do milagre das Bodas de Caná. No fim, o comentário era: "era um vinho que só servia para embebedar e não sei lá o quê". Então, a turma se irritou. De que inspiração fosse esse vendedor ambulante eu não saberia nem te dizer.

E era comum isso, de passarem vendedores de livros?

Não. Vendedores, mercantes, mascates, isso sim. Mas livros, não. Agora, nas casas havia sempre alguma História Sagrada. Não havia Bíblia porque naquele tempo a Bíblia estava proibida.

Bom, por mim já estaria bom.

## ANEXO 3

### Correspondências diplomáticas citadas na tese (em ordem alfabética e com tradução dos temas)

*'Christian Social Pledge' Reflects Left Wing Church Beliefs ('Compromisso Social Cristão' reflete crenças da ala esquerda da Igreja)* Despacho do Departamento de Estado para o Consulado em São Paulo, em 5 de junho de 1962, Caixa 1578.

*'Christian Social Pledge' Reflects Left Wing Church Beliefs ('Compromisso Social Cristão' reflete crenças da ala esquerda da Igreja)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado, assinado por Rusk em 13 de agosto de 1962, Caixa 1579, 7 páginas.

“II Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz - Regimento Temático, Normas”, sem data e autor. Cópia deste documento se encontra em: M1487, rolo 4.

*A Conversation on Past Press and General Orientation Toward Cuba and Communism (Uma conversa sobre imprensa e orientação geral frente à Cuba e ao comunismo)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 17 de agosto de 1960, caixa 1574.

*Activities of Communist Party (Atividades do Partido Comunista)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 10 de setembro de 1946, M1492, rolo 15.

*Amnesty (Anistia)*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, em 14 de maio de 1956, assinado por Robert W. Dean, Segundo secretário da Embaixada, M1511, rolo 1.

*Anti-Communist Activities in Brazil (Atividades anticomunistas no Brasil)*. Despacho de John Edgar Hoover, diretor do FBI para o Departamento de Estado, 18 de abril de 1946, M1945, rolo 14.

*Anti-Communist Campaign (Campanha Anticomunista)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 05 de julho de 1951; M1487, rolo 4.

*Anti-Communist declarations of Rio's archbishop (Declarações anticomunistas do arcebispo do Rio)*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, 14 de dezembro de 1955, assinado por Robert W. Dean - M1511, rolo 3.

*Anti-Communist Handbills Published by "Lei e Polícia" (Panfletos anticomunistas publicados por Lei e Polícia)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 21 de setembro de 1949; M1492, rolo 17.

*Anti-Communist Moves in Brazil (Movimentos anticomunistas no Brasil)*. Memorando interno do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado, de Mr. King para Mr. Holland, em 25 de junho de 1956, M1511, rolo 3.

*Anti-Communist Moves of Kubitschek in Brazil (Movimentos anticomunistas de Kubitschek no Brasil)*. Despacho do Mr. Holland, do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado para o Secretário de Estado, em 18 de julho de 1956, M1511, rolo 3.

*Anti-communist offensive; anti-Communist campaigns (Ofensiva anticomunista; campanhas anticomunistas)*. Joint Weeka, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 18 de abril de 1958, M 1511, rolo 3.

*Anti-Communist posters (Cartazes anticomunistas)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado, assinado por Cecil M. P. Cross, Cônsul Geral, em 26 de agosto de 1949, M1492, rolo 17.

*Anti-Communist Programs (Programas anticomunistas)*. Despacho de Herbert Cerwin, Consuelor for Public Affairs, na Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 8 de outubro de 1951, M1487, rolo 4.

*Anti-communist propaganda (Propaganda anticomunista)*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 30 de Agosto de 46, M1492, rolo 15.

*Anti-Communist Warnings (Advertências anticomunistas)*. In RS Political Summary. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em novembro de 1959, M1511, rolo 3.

*Archbishop Scherer Denounces Ação Popular (Arcebispo Sherer denuncia Ação Popular)* In: Weekly Summary, do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 14 de janeiro de 1964, caixa 1932.

*Archbishop Scherer denounces RGS Official support Communist Activities - IV (Arcebispo Sherer denuncia apoio oficial do Rio Grande do Sul a atividades comunistas)*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 7 de novembro de 1961, caixa 1582.

*Bishop Thwarts Communists (Bispo frustra comunistas)*. São Paulo Summary n. 9, Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 29 de agosto de 1961, caixa 1576.

*Bishops Undercut Brasil Urgente (Bispos tentam enfraquecer Brasil Urgente)*. In: Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 20 de setembro de 1963, caixa 3833;

*Brasil Urgente Publishes Cardinal Mota's 'Clarification' (Brasil Urgente publica 'clarificação' do Cardeal Mota)*. In : Weekly Summary, do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 27 de setembro de 1963.

*Brazil (Brasil)*. Memorando de W. Averell Harriman para General Maxwell D. Taylor, Chairman, Joint Chiefs of Staff, no Departamento de Defesa em 5 de setembro de 1963

*Brazilian Archbishop Order Lay Catholic Groups to Cease Leftist Activities (Arcebispo brasileiro ordena que cessem atividades esquerdistas de grupos de leigos católicos)*. In: Weekly Summary, da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 2 de janeiro de 1964, caixa 1932.

*Brazilian Elections 1962: Report n. 14: The issues. (Eleições Brasileiras de 1962, relato n. 14: os temas)*. Depacho da Embaixada em Brasília para o Departamento de Estado em 28 de junho de 1962, assinado por Harry A. Quinn, caixa 1578.



*Brazilian Political Orientation. (Orientação política brasileira).* Despacho de Martin (ARA) para o Embaixador em 15 de novembro de 1962, caixa 1580.

*Brizola Cautions Against Golpe (Brizola adverte contra golpe).* Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 27 de setembro de 1963, caixa 3838.

*Brizola's Pamphlet on "Nationalist Commandos" (Panfleto de Brizola sobre "Comandos Nacionalistas").* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 17 de janeiro de 1964, caixa 1935.

*Cardinal Temporarily Disbands Radical Leftist Catholic Groups (Cardeal dissolve temporariamente grupos radicais de católicos de esquerda).* In Weekly Summary, do Consulado em Salvador para o Departamento de Estado em 26 de março de 1964, caixa 1932.

*Catholic Electoral League Issues Manifesto to Voters (Liga Eleitoral Católica lança Manifesto para os Eleitores).* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 19 de setembro de 1950, M 1487, rolo 1.

*Catholic Mass Meeting at São Paulo on July 14 (Concentração católica em São Paulo, no dia 14 de julho).* Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 23 de julho de 1945; M1492, rolo 3.

*Catholic Priest Leads New Passive Resistance Movement Near Recife (Padre católico lidera novo movimento de resistência pacífica próximo a Recife).* Despacho do Consulado em Recife para o Departamento de Estado em 6 de novembro de 1961, assinado por Albert A. Rabida, Caixa 1577.

*Catholic Priest Repeats Communist Line (Padre católico repete linha comunista).* In Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 5 de dezembro de 1962, caixa 1580.

*Church Participation in the October Elections (A participação da Igreja nas eleições de outubro).* Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 29 de setembro de 1950, M1487, rolo 1.

*Clippings on Roman Catholic Mass Meeting in São Paulo (Recortes sobre concentração católica em São Paulo).* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 20 de julho de 1945. M1492, rolo 3.

*Communism in Brazil (Comunismo no Brasil).* Memorando Interno no Departamento de Estado, de Bennett (Office of South American Affairs - OSA) para Mann e Cabot (Office of Inter-American Affairs - ARA), bem como para Cottrell e Atwood (OSA), em 26 de fevereiro de 1953, M 1487, rolo 4.

*Communism in Brazil (Comunismo no Brasil).* Memorando interno no Departamento de Estado, de Bennett (OSA) para S. J. Cottrell (OSA), em 15 de abril de 1954, M 1487, rolo 4.

*Communism in Latin American Universities (Comunismo nas universidades latino-americanas).* Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 13 de outubro de 1961, caixa 1582.

*Communist Activities in Brazil (Atividades comunistas no Brasil).* Despacho de Edgar Hoover, diretor do FBI para Frederick Lyon, Chief of Division of Foreign Activity Correlation, no Departamento de Estado em 17 de junho de 1946, M1492 rolo 15.

*Communist Manifesto Attacking Government (Manifesto comunista atacando governo).* Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, segundo secretário da Embaixada, em 11 de junho de 1956, M1511, rolo 1.

*Communist Position in Brazil (Situação comunista no Brasil)*. Despacho do Departamento de Estado para a Embaixada Norte-Americana em Paris, em 20 de abril de 1963, caixa 3687.

*Communist-oriented Students Win National Elections (Estudantes de orientação comunista vencem eleição nacional)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1963, caixa 3836.

*Conversation with Cardinal Mota on Certain Political Matters (Conversa com cardeal Mota sobre certos problemas políticos)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 11 de fevereiro de 1958.

Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 18 de agosto de 1949, assinado por Jonhson, M1492, rolo 17.

Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, em 11 de junho de 1956 - M1511, rolo 1.

Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, assinado por Robert W. Dean, segundo secretário da Embaixada, em 11 de junho de 1956 - M1511, rolo 1.

Despacho de John Edgar Hoover, do FBI para o Departamento de Estado, Marinha e Departamento de Guerra, em 16 de dezembro de 1946. M1492, rolo 15.

Despacho de John Edgar Hoover, do FBI para o Departamento de Estado, Marinha e Departamento de Guerra, em Washington, em 11 de julho de 1946, M1492, rolo 15.

Despacho de Robert Corrigan, do Consulado em Natal para Adolph Berle, Embaixador, no Rio, em 10 de outubro de 1945 – M1492, Rolo 13.

Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 11 de agosto de 1949, assinado por Collins; M1492, rolo 17.

Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 15 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 19 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 26 de agosto de 1949, assinado por Collins, M1492, rolo 17.

*Deterioration of Conditions in Brazil (Deterioração de condições no Brasil)*. Memorando de Maxwell D. Taylor, Chairman, Joint Chiefs of Staff para Chairman, Special Group, sem data. Caixa 3833.

*Distribution of Anti-Communist Propaganda in São Paulo (Distribuição de propaganda anticomunista em São Paulo)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 01 de agosto de 1951; M1487, rolo 4.

*Establishment of Local Agrarian Front (Estabelecimento de uma Frente Agrária Local)*. Despacho da Embaixada em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 2 de março de 1962, assinado pelo Cônsul Byman Bloom, Caixa 1577.

*Governor Leonel Brizola Attacks American Consul (Governador Leonel Brizola ataca cônsul norte-americano)*. Weekly Summary, do Consulado em Porto Alegre, para o Departamento de Estado em 14 de novembro de 1962, caixa 1580.

*INR Comments on Embassy Rio Telegram 373 Concerning the Brazilian Political Situation (Comentários do INR sobre o telegrama 373 da Embaixada no Rio sobre situação política brasileira)*. Memorando interno do Departamento de Estado, de Edwin M. Martin (ARA) para Thomas L. Hughes (INR), sem data, 14 páginas.

*Interview given by D. Carlos Carmelo Vasconcelos de Mota (Entrevista concedida por D. Carlo Carmelo Vasconcelos de Mota)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 12 de julho de 1945. M1492, rolo 3.

*Leftists Show Strength at Christian Democratic Convention (Esquerdistas mostram força na convenção do Partido Democrata Cristão)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de maio de 1963 assinado por Daniel M. Braddock, Minister Cônsul General, Caixa 3836.

*Left-wing Priest Finds Newspaper (Padre esquerdistista funda jornal)*. In Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 4 de abril de 1963, caixa 3834.

*May Day in Rio Grande do Sul (Primeiro de Maio no Rio Grande do Sul)*. Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 9 de maio de 1950, assinado pelo Cônsul V. Lansing Colling, Jr., M1487, rolo 3.

*Memorandum of Conversation with President Kubitschek (Memorando de conversação com o presidente Kubitschek)* - Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, M 1511, rolo 6.

*Newspaper accuses left-wing Church movement of Communist infiltration (Jornal acusa movimento esquerdistista da Igreja de infiltração comunista)*. Weekly Summary, n. 86 do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 23 de agosto de 1963. Caixa 3833.

*Newspaper call to fight Communism (Jornal chama para combate ao comunismo)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 12 de maio de 1961 assinado por William P. Cochran, Jr. Minister Consul General, caixa 1582.

*Newspaper publicizes anti-Communist "secret society" (Jornal divulga "sociedade secreta" anticomunista)*. Weekly Summary, do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 13 de dezembro de 1963, assinado pelo Consul Scott C. Lyon, Caixa 3833.

*Pastoral Letter of the Cardinal Archbishop of Rio de Janeiro Concerning Communism (Carta Pastoral do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro sobre Comunismo)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de outubro de 1949, M1492, rolo 17.

*Police Anti-Communist Activities (Atividades anticomunistas da polícia)*. Despacho da Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, em 7 de agosto de 1946; M1492, rolo 15.

*Political Panorama Vastly Changed (Panorama político largamente modificado)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 30 de abril de 1964, assinado por Niles W. Bound. Caixa 1930.

*Political Trends and Contingencies in Brazil (Tendências e contingências políticas no Brasil)*. Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, num total de 10 paginas. Caixa 3832.

*Pope Rebuking São Paulo's Left-wing Catholics? (Censura do papa à esquerda católica de São Paulo?)* Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 16 de agosto de 1963, caixa 3836.

*Printing and Distribution of Anti-Communist Poster and Pamphlet (Impressão e distribuição de cartaz e panfleto anticomunista)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado, em 10 de outubro de 1949, assinado pelo Cônsul Cecil M.R. Cross. M1419, rolo 17.

*Pro-Communist Activities of Father Alípio de Freitas (Atividades pró-comunistas do padre Alípio de Freitas)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 27 de dezembro de 1962, assinado por Daniel M. Braddock, caixa 1582.

*Pro-Cuba Meeting Sparks Counter Actions in São Paulo (Encontro pró-Cuba provoca ações contrárias em São Paulo)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 28 de março de 1963, caixa 3838.

*Proposal made by SESI to bring to Brazil, in cooperation with the Department of State, a number of key figures whose purpose it would be to help combat communism in Brazil (Proposta feita pelo SESI para trazer ao Brasil, em cooperação com o Departamento de Estado, um número de figuras chave cujo objetivo seria ajudar no combate ao comunismo no Brasil)*. Despacho do Consulado em São Paulo para o Departamento de Estado em 11 de agosto de 1949, M1492, rolo 17.

*Proposals for Reducing Brazilian Resistances to U. S. Hemispheric Policies (Propostas de reduzir as resistências brasileiras às políticas dos Estados Unidos para o hemisfério)*. Memorando Interno no Departamento de Estado - ARA - de Martin para Burton em 14 de maio de 1963, caixa 3839.

*Reaction Against Reports of Police Violence Against Communists (Reação contra relatos de violência policial contra comunistas)*. Despacho da Embaixada, no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 13 de junho de 1946, M1492, rolo 15.

*Resumé of the Political Career and Beliefs of Jânio Quadros (Sumário da carreira e das crenças políticas de Jânio Quadros)*. Memorando interno do Office of South American Affairs (OSA), no Departamento de Estado, de G. Richard Monsen para Atwood, em 6 de janeiro de 1955. M 1511, rolo 8.

*São Paulo Anti-Communist Propaganda (Propaganda anticomunista em São Paulo)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 19 de novembro de 1953, assinado por Paul L. Guest, Cônsul norte-americano. M1487, rolo 2.

*Semi-Annual Political Review - January/February 1964 (Revisão política semi-anual - Janeiro/fevereiro 1964)*. Despacho do Consulado de São Paulo para o Departamento de Estado em 2 de julho de 1964. Caixa 1932, 9 páginas.

*Series of anti-Communist Articles Published in Correio da Manhã - December, 16-23 (Série de artigos anticomunistas publicada no Correio da Manhã, - Dezembro, 16-23)*. Despacho da Embaixada para o Departamento de Estado em 29 de Dezembro de 1951, assinado por Eldred D. Kuppinger, M1487, rolo 4.

*Speech Against Communist Ideology by Captain Penna Botto (Discurso do capitão Penna Botto contra ideologia comunista)*. Despacho do Consulado em Natal para o Departamento de Estado, em 11 de abril de 1946, assinado por Robert F. Corrigan - Vice Consul, M1492, rolo 14.

*Subversion: establishment of Communist student training center in Curitiba; need for more U.S student-oriented materials (Subversão; estabelecimento de um centro de treinamento de estudantes comunistas em Curitiba: necessidade de mais material de orientação norte-americana para estudantes).* Despacho do Consulado em Curitiba para o Departamento de Estado em 1 de setembro de 1961, Caixa 1582.

*The Catholic Church and Communism (A Igreja Católica e o comunismo).* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 28 de setembro de 1945. M1492, rolo 4.

*The Catholic Clergy: Voice for Progress in the Northeast? (A voz do clero católico: voz para o progresso no Nordeste?)* Despacho do Consulado em Recife para o Departamento de Estado, em 15 de dezembro de 1961, assinado pelo Cônsul Albert A. Rabide, Caixa 1577.

*The Church and the elections (A Igreja e as eleições).* Despacho da Embaixada em Brasília para o Departamento de Estado em 11 de abril de 1962, assinado por Harry A. Quinn. Caixa 1577.

## ANEXO 4

### **Cópia de alguns documentos diplomáticos citados na tese (organizados em ordem cronológica)**

*Microfilm Publication M1492. Records of the Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1945-1949) Decimal File 832.* National Archives and Records Administration: Washington, D.C., 1987.

*Reaction Against Reports of Police Violence Against Communists (Reação contra relatos de violência policial contra comunistas).* Despacho da Embaixada, no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 13 de junho de 1946, M1492, rolo 15.

*Anti-Communist Programs (Programas anticomunistas).* Despacho de Herbert Cerwin, Consuelor for Public Affairs, na Embaixada no Rio para o Departamento de Estado em 8 de outubro de 1951, M1487, rolo 4.

*Communism in Brazil (Comunismo no Brasil).* Memorando interno no Departamento de Estado, de Bennett (OSA) para S. J. Cottrell (OSA), em 15 de abril de 1954, M 1487, rolo 4.

*Anti-Communist Moves in Brazil (Movimentos anticomunistas no Brasil).* Memorando interno do Bureau of Inter-American Affairs, no Departamento de Estado, de Mr. King para Mr. Holland, em 25 de junho de 1956, M1511, rolo 3.

*Communism in Latin American Universities (Comunismo nas universidades latino-americanas).* Despacho do Consulado em Porto Alegre para o Departamento de Estado em 13 de outubro de 1961, caixa 1582.

*Political Trends and Contingencies in Brazil (Tendências e contingências políticas no Brasil).* Despacho da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, num total de 10 paginas. Caixa 3832.

## **ANEXO 5**

### **Mapa político-administrativo do Rio Grande do Sul**

No mapa a seguir encontram-se destacados os municípios nos quais as pessoas entrevistadas nasceram bem como aqueles nos quais elas, hoje, vivem. Tratam-se dos seguintes municípios: Carlos Barbosa, Tapejara, Bento Gonçalves, Nova Bassano, Getúlio Vargas, Espumoso, Encantado, São Valentim, Frederico Westphalen, Montauri, Marau, Selbach, Santa Maria, Sertão, Carazinho, Passo Fundo, Rosário do Sul, Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, Pelotas, Jaguari, Pinheiro Machado. Ainda que os mesmos não estejam identificados no mapa, o simples destaque dá uma visão da distribuição dos entrevistados no território do Estado e das duas grandes regiões com as quais se trabalhou, a da Campanha (ao sul) e a região colonial (metade norte). O mapa é de 1990 e a fonte é o IBGE. Agradeço a Aldomar Rückert e Arlete Pasqualetto por este material.